UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE DOUTORADO EM DIREITO
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL UnB/UFAC 2020

DANIEL QUEIROZ DE SANT'ANA

A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO ENQUANTO REFLEXO DA ESCALADA DO AUTORITARISMO NO BRASIL, NA SEGUNDA DÉCADA DOS ANOS 2000

BRASÍLIA
2025

DANIEL QUEIROZ DE SANT'ANA

A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO ENQUANTO REFLEXO DA ESCALADA DO AUTORITARISMO NO BRASIL NA SEGUNDA DÉCADA DOS ANOS 2000

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, no Programa de Pós-Graduação em Direito – Curso de Doutorado em Direito, na modalidade de Doutorado Interinstitucional (DINTER), da Universidade de Brasília – UnB com a Universidade Federal do Acre – Ufac, na área de concentração *Direito, Estado e Constituição*, linha de pesquisa *Constituição e Democracia* e sublinha de pesquisa *Filosofia Política, Teoria Constitucional e Democracia*.

ORIENTADOR:
PROF. DR. GUILHERME SCOTTI RODRIGUES

de Rio Branco-AC à Brasília-DF
Maio de 2025

DANIEL QUEIROZ DE SANT'ANA

A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO ENQUANTO REFLEXO DA ESCALADA DO AUTORITARISMO NO BRASIL NA SEGUNDA DÉCADA DOS ANOS 2000

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Doutorado em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Guilherme Scotti Rodrigues
Orientador (FD/UnB)

_____

Prof. Dr. Menelick de Carvalho Neto
Examinador Interno (FD/UnB)

_____

Prof. Dr. Ermício Sena de Oliveira
Examinador Externo (CFCH/Ufac)

_____

Prof. Dr. Francisco Osvanilson Dourado Veloso
Examinador Externo (CELA/Ufac)

_____

Prof. Dr. Argemiro Cardoso Moreira Martins
Examinador Suplente (FD/UnB)

Brasília-DF, 22 de maio de 2025

RESERVADO PARA FICHA CATALOGRÁFICA

Ao Pedro e à Laura

AGRADECIMENTOS

A todos os autores e autoras cujas obras utilizei para embasar as formulações dessa tese; aos professores e demais servidores do Programa de Pós-Graduação em Direito – Curso de Doutorado em Direito, modalidade de Doutorado Interinstitucional (Dinter), da Faculdade de Direito (FD) da Universidade de Brasília (UnB) com a Universidade Federal do Acre (UFAC), na pessoa do decano Prof. Dr. José Geraldo de Souza Júnior e da servidora Euzilene Morais; aos professores, servidores e equipes da Universidade Federal do Acre (Ufac): da Administração Superior, na pessoa da Magnífica Reitora, Profa. Dra. Margarida Aquino; do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), na pessoa de seu Diretor, Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto; e da Coordenação do Curso de Bacharelado em Direito, na pessoa de sua coordenadora, a Profa. Dra. Sabrina Cassol; aos membros da banca examinadora, em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Guilherme Scotti Rodrigues; aos meus colegas de curso; à minha família e aos meus amigos.

RESUMO

A presente tese pretende caracterizar o bolsonarismo para além de sua compreensão enquanto discurso, enquanto fenômeno sociológico, enquanto fenômeno de opinião pública ou mesmo enquanto ideologia política, mas sim como um *movimento de massas de novo tipo* que compreende um *sistema ordenado e estruturado de ideias*, dotado de intencionalidade, racionalidade e autonomia e, nessa condição, como uma manifestação genuína do *autoritarismo*, a partir da identificação e análise das caraterísticas gerais que se enquadram nos elementos constitutivos (projeto, ideologia e organização) dos movimentos sociais e de suas características específicas, presentemente categorizadas como: (1) elementos constitutivos próprios, (1.1) intrínsecos (fundamentos) e (1.2) extrínsecos (táticas e práticas adotadas por seus líderes e adeptos); e condições propícias à sua ascensão, quais sejam, as (2) variáveis determinantes deste processo (fatores econômicos, sociais, culturais, jurídicos e políticos; e categorias históricas, sociológicas e antropológicas), consideradas catalisadoras do movimento e aglutinadoras de seus seguidores; e sobre como e em que contexto (aspectos estruturais e conjunturais) tais elementos e condições se combinaram, mantendo com o bolsonarismo uma relação intrínseca e exercendo influência decisiva no processo de sua ascensão enquanto reflexo da escalada do autoritarismo no Brasil, na segunda década dos anos 2000. Para tanto, o método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo; os métodos de procedimento foram o histórico, comparativo, tipológico e estruturalista; as respectivas técnicas de pesquisa foram a bibliográfica e documental, com destaque para a técnica do confronto discursivo; e a perspectiva de estilo e formato textual foi mais ensaística do que monográfica.

Palavras-chave: Autoritarismo. Fascismo. Totalitarismo. Nacionalismo. Populismo. Bolsonarismo. Democracia. Antipolítica. Retrocessos Democráticos.

ABSTRACT

This thesis aims to characterize Bolsonarism beyond its understanding as a discourse, as a sociological phenomenon, as a phenomenon of public opinion or even as a political ideology, but rather as a new type of mass movement that comprises an ordered and structured system of ideas, endowed with intentionality, rationality and autonomy and, in this condition, as a genuine manifestation of authoritarianism, based on the identification and analysis of the general characteristics that fit into the constitutive elements (project, ideology and organization) of social movements and their specific characteristics, currently categorized as: (1) constitutive elements themselves, (1.1) intrinsic (foundations) and (1.2) extrinsic (tactics and practices adopted by their leaders and followers); and conditions conducive to its rise, namely, the (2) determining variables of this process (economic, social, cultural, legal and political factors; and historical, sociological and anthropological categories), considered catalysts of the movement and unifying its followers; and how and in what context (structural and conjunctural aspects) such elements and conditions were combined, maintaining an intrinsic relationship with Bolsonarism and exerting a decisive influence on the process of its rise as a reflection of the escalation of authoritarianism in Brazil in the second decade of the 2000s. To this end, the method of approach used was hypothetical-deductive; the procedural methods were historical, comparative, typological and structuralist; the respective research techniques were bibliographic and documentary, with emphasis on the technique of discursive confrontation; and the perspective of style and textual format was more essayistic than monographic.

Keywords: Authoritarianism. Fascism. Totalitarianism. Nationalism. Populism. Bolsonarism. Democracy. Anti-politics. Democratic setbacks.

LISTA DE SIGLAS

Abin – Agência Brasileira de Inteligência;
ADA – Amigos dos Amigos;
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade;
ADMs – Armas de Destruição Matemáticas;
AIB – Ação Integralista Brasileira;
Aije – Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
AKP – *Adalet ve Kalkinma Partisi* (Partido da Justiça e Desenvolvimento);
Alerj – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;
AMAM – Academia Militar das Agulhas Negras;
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
BPC – Benefício de Prestação Continuada;
CACs – Caçadores, Atiradores e Colecionadores;
Capemi – Caixa de Pecúlio dos Militares;
CEO – *Chief Executive Officer* (Diretor Executivo);
CF/1988 – Constituição Federal de 1988;
Cimi – Conselho Indigenista Missionário;
CLA – Centro de Lançamento de Alcântara;
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas;
CMP – Comando Militar do Planalto;
Coaf – Conselho de Controle de Atividades Financeiras;
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito;
CQC – Custe o que Custar;
CV – Comando Vermelho;
DATTI – Desinformação Adversarial, Táticas e Técnicas de Influência;
DF – Distrito Federal;
DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna;
DSN – Doutrina de Segurança Nacional;
EB –Exército Brasileiro;
EC – Emenda à Constituição;
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio;
EUA – Estados Unidos da América;
FAB – Força Aérea Brasileira;
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas;
FFAA – Forças Armadas;
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
FUNAI - Fundação Nacional do Índio;
Gaeco – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado;
Gaecc – Grupo de Atuação Especial de Combate a Corrupção;
GPU – *Grafícheskiy Protsessor* (Diretório Político do Estado);
GLO – Operação de Garantia da Lei e da Ordem;
GSI – Gabinete de Segurança Institucional;
IA – Inteligência Artificial;
Ibad – Instituto Brasileiro de Ação Democrática;
IBAMA – Instituto Brasileiro de Proteção ao Meio Ambiente;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística;

ICG –Índice de Custo de Governabilidade;
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior;
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
INPC – Índice Nacional de Preços do Consumidor;
Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
INQ – Inquérito;
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social;
Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia;
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais Aplicadas;
IST's – Infecções Sexualmente Transmissíveis;
KGB – *Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti* (Comitê de Segurança do Estado);
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuados, Pansexuais, Neutros e mais;
MEC – Ministério da Educação;
MBL – Movimento Brasil Livre;
MPL – Movimento Passe Livre;
MPF – Ministério Público Federal;
MP/RJ – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
M5E – Movimento Cinco Estrelas;
Nasa – Agência Espacial Norte Americana;
NKVD – *Narodnyj Komissariat Vnutrennikh Diel* (Comissariado do Povo de Assuntos Internos);
NMS – Novos Movimentos Sociais;
NOVO – partido político;
NSDAP – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães ou, simplesmente, Partido Nazista)
OMS – Organização Mundial de Saúde;
ONG – Organização Não-Governamental;
PCDs – Pessoas com Deficiência;
PEC – Proposta de Emenda à Constituição;
PF – Polícia Federal;
PGR – Procuradoria Geral da República;
PIB – Produto Interno Bruto;
PL – Partido Liberal;
PM – Polícia Militar;
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático;
PODEMOS – partido político sucessor do Partido Trabalhista Nacional;
PP – Partido Progressista;
PPGAV – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes;
PRF – Polícia Rodoviária Federal;
PSD – Partido Social Democrata;
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira;
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade;
PT – Partido dos Trabalhadores;
QG – Quartel General;

RFFSA – Rede Ferroviária Federal;
SA – *Sturmabteilung* (Tropas de Assalto);
Séc. – século;
Sinesp – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas;
SEPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
SNI – Sistema Nacional de Informação;
SPI – Serviço de Proteção ao Índio;
SS – *Schutzstaffel* (Tropas de Proteção);
STF – Supremo Tribunal Federal;
STJ – Superior Tribunal de Justiça;
STM – Superior Tribunal Militar;
SUS – Sistema Único de Saúde;
TC – Terceiro Comando;
TCA – Terceiro Comando dos Amigos;
TCP – Terceiro Comando Puro;
TICs –Tecnologias da Informação e da Comunicação;
TIs – Terras Indígenas;
TSE – Tribunal Superior Eleitoral;
UB – União Brasil (partido político);
UE – União Europeia;
UFBA – Universidade Federal da Bahia;
UFF – Universidade Federal Fluminense;
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro;
UnB – Universidade de Brasília;
Unodc – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes;
UOL – Universo On-Line;
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora;
USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 PRECEDENTES DA ASSUNÇÃO DE BOLSONARO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 24

1.1 Violência Redentora, Mandatos e Milícias: A Relação do Clã Bolsonaro com o Crime Organizado do Rio de Janeiro e o seu Passaporte para a Política Nacional 25

2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO AUTORITARISMO, DO FASCISMO E DO TOTALITARISMO 41

2.1 Antissemitismo, Imperialismo e os Elementos Centrais do Totalitarismo em Hannah Arendt 42

2.2 O Ciclo de Cinco Estágios do Fascismo Segundo Robert Paxton 80

2.3 As Características ou Princípios Fundamentais do Fascismo, Segundo Jason Stanley 108

2.4 O Fascismo Eterno de Umberto Eco, as Mentiras Fascistas Segundo Federico Finchelstein e o Não-Estado de Não-Direito em Franz Neumann 121

2.5 Os Alertas Para o Fascismo Contemporâneo de Madeleine Albright 133

2.6 O Autoritarismo Brasileiro Segundo Lilia Moritz Schwarcz 145

3 CONFRONTANDO AS CARACTERÍSTICAS DO AUTORITARISMO, DO FASCISMO E DO TOTALITARISMO COM OS FUNDAMENTOS E COM AS TÁTICAS E PRÁTICAS DO BOLSONARISMO 166

3.1 Militarismo, Fanatismo Religioso e Extremismo Político: A Aliança Entre as Forças Armadas, o Neopentecostalismo e o Bolsonarismo 172

3.2 Obscurantismo à Brasileira: A Combinação Entre Revisionismo Histórico, Negacionismo Científico e Armamentismo Para a Consecução de Uma Necropolítica 180

3.3 Guerra Cultural e Diversionismo a Partir da Retórica do Medo e dos Discursos de Ódio 188

3.3.1. Prática 1: Definição do bode expiatório e do inimigo interno 197

3.3.2. Prática 2: Deslocamento do debate sobre costumes 197

3.3.3. Prática 3: Propagação de desinformação e discursos de ódio 198

3.3.4. Prática 4: O patrocínio e incitação à prática de atos antidemocráticos: 201

3.4 A Desconstrução de Políticas Públicas de Estado 204

4 VARIÁVEIS DETERMINANTES: FATORES E CATEGORIAS COM INFLUÊNCIA NO PROCESSO ASCENSÃO DO BOLSONARISMO ENQUANTO REFLEXO DA ESCALADA DO AUTORITARISMO NO BRASIL 227

4.1 O Racismo à Brasileira 227

4.2 A Nostalgia do Exclusivismo 241

4.3 O Homem Mediano e a Normalização da Mediocridade 247
4.4 O Sequestro das Pautas dos Movimentos Sociais 261
4.5 A Judicialização da Política e a Politização da Justiça 267
4.6 O Tecnopopulismo e o Ecossistema de Desinformação Política 274
5 O 8 DE JANEIRO DE 2023 E A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO 293
5.1 Os Rompantes Autocráticos Bolsonaristas à Luz da Literatura Mundial sobre Retrocessos Democráticos 293
5.2 Uma Catarse Golpista Cevada ao Longo de Muitos Anos 314
5.3 Uma História Ainda Sem Final 327
CONSIDERAÇÕES FINAIS 334
REFERÊNCIAS 342

INTRODUÇÃO

Não é difícil identificar, no bolsonarismo, determinadas características bem como certas condições a exercer influência no processo de sua ascensão que permitem caracterizá-lo, preliminarmente, como uma forma de manifestação do autoritarismo, com alguma inclinação em direção ao fascismo eterno ou pós-fascismo.

A começar por sua simbologia: o *slogan* “Deus, pátria, família e liberdade” é uma variação de “Deus, pátria e família”, o lema do movimento Ação Integralista Brasileira – AIB, dos famosos “camisas-verdes” de Plínio Salgado, um dos muitos movimentos mundiais inspirados no fascismo italiano, de Benito Mussolini e seus “camisas-pretas”. “Brasil acima de tudo” é uma adaptação de "Alemanha acima de tudo" (*Deutschland über alles*), trecho do hino alemão adotado como lema do nazismo, de Adolf Hitler e seus “camisas-pardas”. A uniformização dos adeptos, aliás, uma das características comuns dos movimentos fascistas históricos mundo afora[1] também não passou despercebida no caso brasileiro em análise: as camisas, batas, gibões ou fardões monocromáticos (variando em cor, a depender do país), adornados por divisas, símbolos, cruzes estilizadas ou letras do alfabeto grego foram substituídas pela camisa da seleção brasileira de futebol, que passou a ser identificada como a farda ou uniforme do bolsonarismo.[2]

O fascismo italiano sob Mussolini, o nazismo alemão sob Hitler e o bolchevismo russo sob Stálin foram formas extremadas de autoritarismo que se pode designar – ao menos as duas últimas – de totalitarismo. Este, por sua vez, pressupõe a crença em ideologias com pretensão de validade total, de fundo supremacista e pensamento fundamentalista (como a *Weltanschauung* alemã, por exemplo), apresentando dezenas de características – e outras dezenas de combinações entre estas – que permitem a sua categorização.

Autoritarismo e totalitarismo se originam da frustração, do ressentimento, do medo, do ódio e suas variantes. Tais sentimentos, por sua vez, podem se projetar a partir de ou repousar sobre diversas questões, notadamente em contextos de crises agudas e insatisfações políticas, culturais, sociais e econômicas crônicas que podem se somar, de um lado, às diferentes espécies de nacionalismos e, de outro lado, a aspirações de domínio total, interno ou global, em uma

[1] O que Robert Paxton denominou de “maneirismos fascistas”: “as camisas coloridas, a oratória inflamada, o nacionalismo, a xenofobia e o antissemitismo” (PAXTON, 2023, p. 145).
[2] “Os novos fascismos provavelmente dariam preferência aos trajes típicos e patrióticos de seu país de origem às suásticas e aos fascios estrangeiros” (PAXTON, 2023, p. 342).

combinação aparentemente díspar entre sentimentos de orgulho nacional exacerbado com ambições territoriais de cunho imperialista.

Adicionadas ainda de outros elementos tais como a adesão às teorias da raça (as teses supremacistas, higienistas e eugenistas do evolucionismo racial e do darwinismo social), ao militarismo, ao misticismo e ao fanatismo religioso[3], tal combinação forma um "caldo de cultura" que "surge da" e "volta a" desaguar na intolerância, no monismo ideológico e em suas distintas variantes: o racismo, o machismo, a misoginia, a homofobia, a xenofobia, o preconceito de classe e tantas outras formas de discriminação. Sendo assim, autoritarismo e totalitarismo são contrários à democracia,[4] ao liberalismo, ao racionalismo, ao pluralismo, à diversidade, à tolerância, à alteridade e à convivência pacífica entre os diferentes e as diferenças. Pior do que isso: são negadores de suas existências.

Se, de um lado, os distintos gêneros das diferentes espécies de manifestações autoritárias guardam semelhanças entre si, de outra banda, compreende-se que o totalitarismo é forma extremada do autoritarismo pois, além das características anteriores, ele também demanda a fé, a alma das pessoas, a partir de um processo que deságua em uma intensa colonização da vida privada,[5] com vistas ao domínio total. O elemento metafísico, da crença messiânica (ou "devoção obstinada", para usar uma expressão de Hannah Arendt) em um líder carismático como salvador da pátria, bem como em sua infalibilidade, somada à busca por um culpado pelas mazelas sociais contra as quais todos devem se insurgir (como na teoria do bode expiatório, de que também nos fala Arendt) são duas de suas principais características. A negação do Estado laico e a mistura entre religião e política contribuem para tal confusão.[6]

Além de tais características aqui preliminarmente mencionadas e de outros elementos típicos do autoritarismo, de regimes autocráticos ou ditaduras unipartidárias tradicionais, observa-se que, nas experiências totalitárias, faz-se necessária a presença de uma panaceia que deflagra a solução para todos os problemas: trata-se da chamada "guerra de conquista" ou

---

[3] "Essa peculiaridade histórica dos fascismos originais [contra a igreja, anti religião] não significa que futuros movimentos integristas não possam vir a tomar como base a religião, e não a nação, ou usá-la como expressão da identidade nacional. [...] A religião pode ser tão poderosa quanto a nação como motor propulsor da identidade". (PAXTON, 2023, pp. 388-389). Mais adiante, o mesmo autor arremata, trazendo o conceito de religião política trabalhado em outros autores: "[...] o fascismo, de maneira semelhante à religião, mobilizava os fiéis em torno de ritos e palavras sagradas" (2023, p. 413).

[4] Ou favoráveis a uma forma peculiar de democracia: aquela em que sempre vencem as eleições para conseguir materializar seus intentos de poder como meio de acesso à riqueza.

[5] "Esse é um aspecto fundamental das intensas diferenças existentes entre o fascismo e o conservadorismo autoritário, que são ainda maiores no caso do liberalismo clássico" (PAXTON, 2023, p. 273).

[6] Conforme veremos mais adiante, nos tópicos seguintes, no Brasil, esse elemento se fez presente de modo mais consistente após o advento e o crescimento do neopentecostalismo, que contribuiu sobremaneira para a busca do (ou espera pelo) líder carismático que, segundo sua lógica, deve possuir, dentre suas características, a cristandade messiânica do salvador.

"guerra de expansão territorial". Apesar de seu flagelo, a guerra exige a reorganização do Estado, da economia: ao mesmo tempo em que dissemina o terror e a destruição, ela motiva e engaja o povo, cria e supre demandas. É a "cortina de fumaça" perfeita, por essência e por definição.

Embora distintos entre si, tanto o autoritarismo quanto o totalitarismo, em suas variadas formas de expressão, não se manifestam da noite para o dia. Lembremos que, quando Hitler iniciou sua escalada em direção à construção de sua Alemanha nazista, tratou primeiro de tentar conquistar, democraticamente, maioria no *Reichstag* (Parlamento Alemão) – o que quase se efetivou a partir das eleições de julho de 1932 – para, somente após, ao negar participar do governo de coalizão na condição de vice-chanceler de Franz von Papen, inverter a situação e tornar-se o próprio *Chanceler* (sucedendo Kurt von Schleicher), tendo o mesmo Von Papen como seu vice; e, posteriormente, ao conseguir que fosse aprovada a "Lei para Reparar/Aliviar a Aflição/Sofrimento do Povo e do Reich" (Lei Habilitante ou Lei de Autorização, que lhe conferia plenos poderes para governar sem a mediação do Legislativo), acumular os poderes de Chefe de Governo com os de Chefe de Estado, o que se consolida com a morte do então presidente alemão Paul von Hindenburg, em 2 de agosto de 1934; e de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, tendo sido oportuno, para este fim, ter de dar cabo da força paramilitar de camisas-marrons que ele próprio criara, a *Sturmabteilung - SA*, de Ernst Röhm,[7] reduzindo as disputas internas em seu próprio partido e pacificando sua relação com as Forças Armadas alemãs.[8]

Lembremos que foi somente em um contexto extremamente propício e de uma complexa sucessão de acontecimentos, seguidos de uma combinação igualmente complexa de características, dentre as quais o ideário mítico, que Hitler tornou-se o *Führer*, o líder carismático sagrado, messiânico, infalível, titular da verdade absoluta, transcendental e eterna, sobre quem, segundo definição própria de soberania de Carl Schmitt[9], fundamentando-se em uma interpretação ampliativa do art. 48 da Constituição de Weimer, recairia o papel de

[7] No episódio conhecido como "Noite das Facas Longas" (*Nacht der langen Messer*) ocorrido entre a noite de 30 de junho e a manhã de 1º de julho de 1934.

[8] O *Reichswehr* ou Defesa Imperial, que compreendia o *Reichsheer* (Exército) e a *Reichsmarine* (Marinha), posteriormente rebatizados de *Wermarcht* (Exército) e *Kriegsmarine*, a quem se agregou também a *Luftwafe* (Aeronáutica).

[9] "Mas, na Alemanha, a verdade do líder foi judicialmente construída ao extremo como uma substituição por formas mais racionais da lei. A verdade jurídica foi equiparada à natureza transcendental do líder. Notoriamente, Hitler se representava como 'juiz supremo da nação'. Com certeza, é altamente provável que Carl Schmitt carecesse de sinceridade quando, em 1934, ele afirmou que o *Führer* era a personificação da 'mais autêntica jurisdição'. Mas Schmitt, um retardatário do nazismo que tinha visão perspicaz e solidária sobre suas conotações míticas, entendia perfeitamente a noção nazista da verdade quando declarou que Hitler 'não estava subordinado à justiça', mas que, antes, ele constituía a mais elevada forma de justiça". (FINCHELSTEIN, 2020, p. 52)

"Guardião da Constituição" (e não sobre uma Corte Constitucional, como preza o constitucionalismo nas democracias contemporâneas) o que incluiria, dentre os poderes emergenciais ali previstos, o de decidir sobre o estado de exceção. Tratava-se, pois, da fusão entre o "espírito do povo" (*volksgeist*) e o "direito do povo" (*volksrecht*): líder, juiz supremo e único legislador reunidos em um só corpo, encarnação de um só espírito, detentor do poder absoluto e apto a exercer a soberania de maneira ilimitada. Mas, se passaram anos, do início de sua trajetória política até conseguir materializar tais intentos totalitários – e tudo que a isso se sucedeu.

No Brasil, até o resultado das eleições de 2022, o enredo vinha se tornando cada vez mais parecido com o citado precedente histórico, ao menos em perspectiva (e em tentativas). Basta lembrarmos da sequência de fatos que se inicia com as *jornadas de junho de 2013*, segue com o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 e culmina com a prisão de Lula e a vitória de Bolsonaro em 2018, para identificarmos a escalada – ainda em curso – do ultraliberalismo econômico (fase superior do neoliberalismo) e do ultraconservadorismo (reacionário, homofóbico, racista, xenofóbico, antiprogressista, anti-imigração, antirrefugiado, contrário ao pluralismo racial, religioso, sexual ou de gênero) de extrema-direita no Brasil. Basta lembrarmos, também, quando Bolsonaro, ao mesmo tempo em que lançava dúvidas, sem apresentar provas, sobre a idoneidade do sistema eleitoral brasileiro e de suas urnas eletrônicas, em suas constantes investidas no intuito de descredibilizar as instituições democráticas (parte do uso da desinformação como estratégia política), evocava para si uma suposta capacidade de situar o jogo democrático "dentro das quatro linhas da Constituição", como se possuísse atribuição constitucional ou mesmo um dom superior de exercer um controle de constitucionalidade schmittiano que nem mesmo o Supremo Tribunal Federal (STF), na condição de Corte Constitucional, poderia superar.

Tal enredo brasileiro, no entanto, guarda menos semelhanças com as experiências autoritárias históricas mundiais dos anos 1930 do que com suas próprias experiências autoritárias pretéritas (o Estado Novo, de 1937-1945[10]; ou a Ditadura Militar, de 1964-1985) ou mesmo com a história recente em curso em outros países, nas primeiras décadas dos anos 2000. Afinal, os fenômenos abrangidos por denominações tais como recessão, retrocesso, desconsolidação, desgaste ou retrogressão democrática,[11] que compreendem a ascensão do

[10] Estado Novo é o termo que se refere a um dos períodos da chamada Era Vargas, que compreende o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945). Vargas ainda retornaria à presidência, após vencer as eleições presidenciais de 1951, para cumprir mais um mandato que durou de 1° de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954, data de seu suicídio.

[11] Nos termos em que abordado por Przeworski (2020, pp. 12-13, 34, 71, 122, 168, 197-210).

autoritarismo e de *outsiders* – líderes demagogos, populistas, extremistas, de perfil autoritário, com tendências autocráticas e com forte discurso antissistema, anticorrupção e antipolítica, de que a vasta literatura atual em ciência política tenta dar conta – têm ocorrido a despeito do emprego das armas. A erosão da democracia tem ocorrido "por dentro" das próprias instituições de Estado, com a tentativa de perversão das "regras do jogo" democrático. Os golpes do séc. XXI – ou, ao menos, suas tentativas – têm acontecido sem o emprego das armas. Eles têm sido ou serão digitais, perpetrados por meio da força e do poder de influência dos plutocratas proprietários das *big-techs* em conformar a opinião pública em favor das ideias e pautas que lhes forem convenientes, convergentes com os seus próprios interesses e com os interesses do hipercapitalismo tecnoglobal desregulamentado, combinado com os valores do ultraliberalismo que lhes dão sustentação teórica.

Citemos o exemplo da Itália: quando, na década de 1990, democratas-cristãos se viram imersos em escândalos de corrupção e a Operação Mãos Limpas engendrou esforços para tentar "faxinar" o país de sua Máfia, os "faxineiros" se tornaram políticos. A decepção do povo com o desempenho insuficiente de membros da magistratura alçados a tal condição foi tamanha que o efeito colateral foi a ascensão de um político de direita ao poder: Silvio Berlusconi. A bem-sucedida coalizão entre o seu novo partido, o *Forza Italia* com a *Lega Norde* e a *Alleanza Nazionalle* (o antigo MSI) foi vitoriosa nas eleições de 1994 e de 2001. No entanto, a decepção com o envolvimento de "Il Cavaliere" em escândalos de corrupção deu espaço para uma guinada ainda mais forte em direção ao nacionalismo italiano, com o fortalecimento de novas agremiações políticas populistas de extrema-direita, tais como o partido Movimento Cinco Estrelas (M5S – *Movimento 5 Stelle*, na sigla em italiano) e sua constelação de "estrelas" anarcodigitais. Oriundo do casamento entre o "ás" dos algoritmos, Gianroberto Casaleggio, com o humorista Beppe Grilo, o M5S promoveu a ascensão política de extremistas de direita tais como Giuseppe Conte, Mateo Salvini e Luigi Di Maio. Um dos mais recentes capítulos dessa história, ocorrido no dia 27/09/2022, foi a eleição de Giorgia Meloni para o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Qualquer semelhança com fenômenos ocorridos no Brasil e que envolveram personagens como Sérgio Moro, Deltan Dallagnol, Jair Bolsonaro – e todo um extenso elenco de supostos *outsiders* que passaram a protagonizar na política – não é mera coincidência.

Por sua vez, a derrota de Bolsonaro, em sua tentativa de reeleição à presidência da República no pleito majoritário de 2022, bem como a condenação judicial posterior, que resultou em sua inelegibilidade, podem representar um freio ao desenvolvimento ou um

obstáculo ao prosseguimento do bolsonarismo, mas não o fizeram – e tampouco o farão – desaparecer enquanto manifestação organizada do autoritarismo. A prevalência numérica de políticos autodeclarados de direita, de centro e de extrema-direita nas eleições municipais brasileiras de 2024, bem como a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais americanas do mesmo ano estão a demonstrar a resiliência do autoritarismo, tanto aqui no Brasil quanto mundo afora.

Será necessário regressar um pouco no tempo e analisar os antecedentes desse contexto: a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018 não se deveu, apenas, à guinada abrupta em sua popularidade, medida pelas pesquisas de intenção de votos, como suposta consequência da comoção decorrente do atentado à faca que o então candidato sofreu em Juiz de Fora – MG, em 06/09/2018. É necessário perscrutar e decupar outros fatores convergentes, dentre eles os que presentemente analisamos nos distintos capítulos e respectivos tópicos desta tese.

Trata-se, portanto, de analisar a ascensão do bolsonarismo e a assunção de Bolsonaro à presidência da República não apenas como frutos de um resultado eleitoral isolado, episódico, decorrente de mera aglutinação ou justaposição de fatos, em combinação com dado contexto, tais como a *debacle* das forças políticas de esquerda e direita, que vinham se alternando no poder central nas últimas décadas e implementando políticas públicas de orientação ora liberal-conservadora, ora social-democrata, impactadas em razão de crises econômicas ou da associação de suas imagens aos escândalos de corrupção ocorridos em seus governos e atacados pelas respectivas operações que os combatiam (em especial, a Operação Lava Jato); ou em razão do emblemático voto de Bolsonaro durante o processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, em que, para escândalo de alguns e deleite de outros, homenageou um notório torturador do Regime Militar; ou em razão do atentado a faca por ele sofrido no dia 06/09/2018, durante a campanha eleitoral daquele ano, que o fizera subir vertiginosamente nas pesquisas de intenção de votos daquela eleição; ou mesmo à sua adesão ao chamado discurso anticorrupção, tão caro à classe média; ou ao discurso antissistema e à "pauta de costumes", tão caros aos adeptos mais radicais da extrema-direita.

É preciso compreender que a complexidade da combinação entre os distintos fatores necessários para plasmar o amálgama representado por tal ascensão/assunção vai além ou transversalmente à compreensão do bolsonarismo enquanto discurso, enquanto fenômeno sociológico, enquanto fenômeno de opinião pública ou mesmo enquanto ideologia política. Sendo assim, ao longo do presente trabalho, procuraremos demonstrar, pois, que o bolsonarismo é um *movimento de massas de novo tipo*, que compreende um *sistema ordenado*

e estruturado de ideias e sua ascensão se situa para além do fruto de uma vitória eleitoral isolada ou de um "acidente de percurso", configurando-se como uma manifestação genuína do autoritarismo, caracterizando-se, portanto, como uma versão brasileira, ainda em gestação, do fascismo eterno ou do pós-fascismo. Além disso, procuraremos demonstrar quais e como determinadas variáveis (fatores e categorias) contribuíram para tal desiderato.

Para tanto, analisaremos, no primeiro capítulo, os precedentes da assunção de Bolsonaro à presidência da República, com especial destaque para as obras de Juliana Dal Piva (*O negócio do Jair:* a história proibida do clã Bolsonaro) e de Bruno Paes Manso (*A república das milícias:* dos esquadrões da morte à era Bolsonaro) e para o primeiro dos elementos que, ao nosso ver, se configura como um dos fundamentos do bolsonarismo: o discurso de apologia à *violência redentora* como solução para a crise de segurança pública e resposta à sensação de insegurança que assolavam o país naquela quadra histórica.

No segundo capítulo, revisitaremos as principais características do autoritarismo, do fascismo e do totalitarismo e dos regimes que com eles foram identificados, no passado e no presente. Para isso, partiremos, como teoria de base, das obras de Hannah Arendt (*Origens do totalitarismo*) e Robert O. Paxton (*Anatomia do fascismo*). A partir da análise conjunta de ambos os autores de referência com os demais autores estrangeiros e suas respectivas obras selecionadas, tais como Jason Stanley (*Como funciona o fascismo:* a política do "nós" e "eles"); Umberto Eco (*O Fascismo eterno*); Federico Finchelstein (*Uma breve história das mentiras fascistas*); Franz Neumann; e Madeleine Albright (*Fascismo: um alerta*); e com a obra nacional de Lilia Moritz Schwarcz (*Sobre o autoritarismo brasileiro*), esperamos construir a base teórica necessária para o cumprimento do objetivo deste capítulo.

No terceiro capítulo e à luz do que fora abordado no capítulo anterior, será necessário confrontar as principais características do autoritarismo, do fascismo e do totalitarismo com as características do bolsonarismo. Em um primeiro momento, analisando aqueles que consideramos seus demais *elementos constitutivos intrínsecos* ou *fundamentos* – para além da *violência redentora,* já analisado no capítulo 1: a combinação entre *militarismo, fanatismo religioso e extremismo político,* materializada na aliança *entre as Forças Armadas, o neopentecostalismo e o bolsonarismo*, que abordaremos no tópico 3.1; a presença e o apreço por um *obscurantismo* peculiar, formado a partir da combinação entre *revisionismo histórico, negacionismo científico* e *armamentismo* como estratégia de consecução de uma *necropolítica*, o que analisaremos no tópico 3.2. E, em um segundo momento, analisando as características que classificamos como *elementos constitutivos extrínsecos* ou *táticas e práticas* do

bolsonarismo, a começar pela entabulação de uma verdadeira *guerra cultural*, de adesão ao *diversionismo como estratégia política*, por intermédio do emprego de uma *retórica do medo* e dos *discursos de ódio* como formas concretas de *violência, real e simbólica*, o que analisaremos no tópico 3.3; e, encerrando o terceiro capítulo, a *desconstrução de políticas públicas de Estado* como ferramenta de reafirmação ideológica, visando à manutenção do poder, o que será feito no tópico 3.4.

Para tanto, partiremos, neste capítulo, das formulações constantes nas respectivas obras de Leonardo Avritzer, individual (*Política e antipolítica:* a crise no governo Bolsonaro) e coletiva, dele com seus colegas organizadores Fábio Kerche e Marjorie Marona, com participação de dezenas de outros colaboradores (*Governo Bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política); de João Cezar de Castro Rocha (*Bolsonarismo:* da guerra cultural ao terrorismo doméstico. Dissonância cognitiva coletiva e midiosfera extremista); da dupla de cientistas políticos Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (*Populismo reacionário*); do filósofo camaronês Achille Mbembe (*Necropolítica:* biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte); e de Pierre Bourdieu (*O poder simbólico*).

No quarto capítulo, analisaremos determinados fatores (econômicos, sociais, culturais, jurídicos e políticos) e categorias (históricas, sociológicas e antropológicas) que aqui denominamos de *variáveis determinantes* (catalisadoras do bolsonarismo e aglutinadoras de bolsonaristas) e que exerceram influência decisiva na ascensão do bolsonarismo e na escalada do autoritarismo, bem como procuraremos demonstrar o nexo de causalidade entre uns e outros e o contexto em que tais condições se combinaram com os elementos constitutivos anteriormente descritos, tais como o *racismo*, com destaque para as obras de Dora Bertúlio (*Direito e Relações Raciais:* uma introdução crítica ao racismo), Silvio Almeida (*Racismo estrutural*) e Jessé Souza (*Como o racismo criou o Brasil*), o que faremos no tópico 4.1; a *nostalgia do exclusivismo*, com destaque para a releitura procedida por Svetlana Boym (*Mal-estar na nostalgia*) sobre o clássico de Sigmund Freud (*Luto e Melancolia*), o que será realizado no tópico 4.2; a *normalização da mediocridade*, para o que consideraremos um mosaico conceitual teórico que vai das formulações de Bourdieu sobre *habitus* ao conceito de Foucault sobre *normalização*, até as formulações da Escola de Frankfurt sobre o papel dos *mass media* e da indústria cultural na difusão da cultura de massa e manipulação da opinião pública, seguindo-se das contribuições de Eliane Brum (2019) e de Araújo e Maringoni (2019), respectivamente, sobre o *homem mediano* (o *brasileiro médio*) e o *lúmpen*, o que será feito no tópico 4.3; o *sequestro das pautas dos movimentos sociais* por movimentos protofascistas, para o que

utilizaremos as formulações da Teoria Geral dos Movimentos Sociais, com destaque para a obra de Manuel Castells (2013) e Maria da Glória Gohn (2014), além das contribuições de Leonardo Lani de Abreu e Marcus Vinícius Silva de Araújo (2023), no tópico 4.4; os fenômenos da *judicialização da política e da politização da justiça*, para o que nos amparamos nas formulações de Leonardo Avritzer sobre *antipolítica*, no tópico 4.5; o estabelecimento do chamado *ecossistema de desinformação*, com o uso da internet, das redes sociais e da inteligência artificial na produção e disseminação de desinformação (*fake news* e teorias da conspiração) e discursos de ódio, contribuindo para a criação de realidades paralelas a serviço do pensamento de extrema direita, com destaque para as obras de Giuliano Da Empoli (*Os Engenharia do Caos*), Irineu Barreto (*Fake news:* anatomia da desinformação, discurso de ódio e erosão da democracia), Patrícia Campos Mello (*A máquina do ódio*) e Cathy O'Neil (*Algoritmos de destruição em massa*), além de reportagens e matérias jornalísticas recentes sobre o tema, o que será procedido no tópico 4.6.

Por fim, no quinto e último capítulo, também será necessário proceder com uma análise dos fatos ocorridos pós-eleições de 2022, o que será realizado à luz da literatura mundial e nacional mais recente em ciência política sobre o tema da erosão da democracia e dos retrocessos democráticos, tais como as obras de Manuel Castells (*Ruptura:* a crise da democracia liberal), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (*Como as democracias morrem*), David Runciman (*Como a democracia chega ao fim*), Yascha Mounk (*O povo contra a democracia*), Roger Eatwell e Matthew Goodwin (*Nacional-populismo:* a revolta contra a democracia liberal) e Adam Przeworski (*Crises da democracia*); além de de Marcus André Melo e Carlos Pereira (*Por que a Democracia Brasileira não morreu?*) e Felipe Recondo e Luiz Weber (*O Tribunal:* como o Supremo se uniu ante a ameaça autoritária).

Se, por um lado, procuraremos perquirir, identificar, analisar e classificar os elementos constitutivos (intrínsecos e extrínsecos) do bolsonarismo, as condições ou variáveis (fatores e categorias) com influência no processo de sua ascensão e o contexto onde e como isso se deu, por outro lado, ao menos três perguntas ficarão sem resposta.

A primeira delas: compreendendo que o bolsonarismo é um fenômeno de massas que se espraia por diversos segmentos da sociedade, não haverá, no presente trabalho, a pretensão de identificar, de forma analítica, quem são os atores sociais que, nos distintos estratos da sociedade, constituem-se em adeptos do bolsonarismo e em eleitores de Bolsonaro enquanto representação matizada e que dá nome ao movimento: os autointitulados "cidadãos de bem".

A segunda delas: também não haverá pretensão de responder à pergunta sobre por que, a despeito das centenas de aleivosias cometidas durante o seu governo, milhões de adeptos do bolsonarismo permaneceram na condição de seus fiéis seguidores e eleitores de Bolsonaro. Afinal de contas, apesar da derrota em sua tentativa de reeleição, Bolsonaro obteve 49,10% dos votos válidos, o equivalente a 58.206.354 votos, apenas 2.148.545 votos a menos que o vencedor das eleições presidenciais de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, que obteve 50,90% dos votos válidos, o equivalente a 60.354.999 votos, demonstrando, assim, uma situação de disputa acirrada e de resiliência do pensamento radical de direita no Brasil.

A terceira delas: por que, a despeito de tal resiliência, Bolsonaro não foi capaz de reunir forças suficientes para sagrar-se vitorioso em sua tentativa de reeleição no pleito presidencial de 2022, sendo o primeiro presidente após a reabertura democrática e desde o advento do instituto da reeleição a não consegui-la. A resposta a essa pergunta encontra-se para além do suposto envolvimento, seu e de sua família, em casos de corrupção; de sua má-condução na gestão da crise de emergência sanitária decorrente da pandemia de covid-19; ou de seus constantes ataques às instituições democráticas e do enfrentamento com os demais poderes da República daí advindos, fatores estes que, obviamente, contribuíram para o resultado eleitoral daquele ano, mas que, sozinhos ou mesmo agrupados, não esgotam a explicação.

Em outras palavras, e de modo mais direto e simples, estamos a responder a uma pergunta básica: por quais razões milhões de pessoas se tornaram eleitores de Bolsonaro e/ou adeptos do bolsonarismo? Mas, não estamos a responder quem são essas pessoas; por que motivos tais adeptos permaneceram fiéis a seu “mito”, ainda que diante do insucesso de sua gestão governamental; e por que, mesmo assim, seu governo não logrou êxito em permanecer no poder.

Apontamos, portanto e desde já, para a necessidade de estudos posteriores, incluindo os de natureza quantitativa (com metodologia de pesquisa estatística do tipo *survey*), etnográfica, linguística e de psicologia social, para se perscrutar sobre quem são aqueles que, ao longo do tempo, vão constituindo a categoria denominada de bolsonaristas; e por que, na condição de sujeitos desse processo, permaneceram com sua fé inabalável no movimento e em sua liderança maior.

Nesses termos, espera-se formar um mosaico teórico suficientemente satisfatório para, ao final da análise de todas as variáveis acima mencionadas, bem como do conjunto de fatos históricos relevantes, ocorridos ao longo da última década, com o uso da técnica do confronto discursivo, caracterizar o bolsonarismo como movimento de massas de novo tipo e, nessa

condição, como uma manifestação genuína do autoritarismo, bem como para compreender o processo histórico-social que levou à sua ascensão enquanto reflexo da escalada do autoritarismo no Brasil na segunda década dos anos 2000.

De igual forma, restará também compreendido tratar-se o fenômeno objeto de estudo e que dá título à tese de parte de um contexto que se observa em diversas nações do mundo contemporâneo e que representam indícios de erosão da democracia liberal-burguesa moderna, como se convencionou conhecê-la, bem como a ascensão de líderes demagogos e populistas, de perfil autoritário e autocrático, nas últimas décadas, compatível, pois, com uma onda mundial nos termos em que nos descrevem os autores analisados.

1 PRECEDENTES DA ASSUNÇÃO DE BOLSONARO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Bolsonaro começa a se viabilizar politicamente, do ponto de vista nacional, não apenas em razão de determinados fatos (a projeção obtida a partir da caricatural declaração de voto por ele dada durante o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff; a facada; ou sua adesão aos discursos anticorrupção/antissistema/antipolítica e à pauta de costumes) e contextos (crises econômicas e vinculação de seus adversários a casos de corrupção), sinalizados como marcos iniciais de sua trajetória política nacional (MELO; PEREIRA, 2024), conforme já elencado na introdução. Por certo, tais elementos são importantes, porém, há outras questões relevantes e que serão analisadas na presente tese. Nesse sentido, sustentamos que a defesa da chamada *violência saneadora, restauradora ou redentora* – para tomar emprestada a expressão utilizada por Paes Manso (2020) – como solução para os problemas de segurança pública situa-se no princípio de tudo: é a ela a quem reputamos a condição de cartão de embarque, de passaporte que permitiu a projeção nacional (em princípio, por seu caráter excêntrico e caricatural e, após, por devoção mesmo) ao político até então paroquiano.

Para isso, será necessário compreender que, no debate a respeito do combate à criminalidade, a ineficiência do Estado (e a sensação de insegurança e de impunidade que dela decorrem) serviram de mote, de pano de fundo para justificar ora a adoção de soluções imediatistas[12], ora a defesa de soluções à margem da legalidade – ou *ab legibus solutus*, para utilizar uma expressão empregada por Mbembe (2018) – para o problema da segurança pública, dentre o que situa-se a atuação de milícias e de grupos de extermínio e paramilitares; e sobre como tal discurso ao estilo "bandido bom é bandido morto" serviu de combustível e fator primeiro para a consolidação de um "populismo truculento" e para a "guinada autoritária", característicos do bolsonarismo. Em síntese e em outras palavras: sobre como a insegurança pública, a incapacidade do Estado em resolvê-la e a demanda popular por segurança serviram de argumento a justificar a adoção de soluções à margem da lei e sobre como isso serviu de elemento impulsionador primeiro para o bolsonarismo.[13]

---

[12] "[...] apesar de a violência e a demanda por segurança pública terem se definido como os temas que mais impactaram as eleições de 2018, e revelaram reclamos legítimos por parte da população, a saída para o problema encontra-se distante das receitas mais imediatas, como apenas recrudescer o policiamento e armar a população. [...] A tolerância da brutalidade policial, a redução da maioridade penal e o incentivo ao armamento dos cidadãos representam grandes doses de um xarope sem prescrição médica e que atende pelo nome de autoengano". (SCHWARCZ, 2019, p. 174)

[13] "A criminalidade, em geral, e os homicídios, em especial, são problemas de suma importância no Brasil contemporâneo. O medo de ser vítima de crime é bastante elevado no país e parece ter sido um dos definidores da eleição de Bolsonaro. A população sente aquilo que os especialistas denominam de 'tragédia da segurança pública'

1.1 Violência Redentora, Mandatos e Milícias: A Relação do Clã Bolsonaro com o Crime Organizado do Rio de Janeiro e o seu Passaporte para a Política Nacional

Trata-se de demonstrar, neste primeiro tópico, as relações da família Bolsonaro com práticas criminosas e com o crime organizado do Rio de Janeiro; sua adesão ao discurso de violência redentora como solução aos problemas constitutivos das crises na segurança pública; e sobre como tais fatores influenciaram, o primeiro, no incremento exponencial do patrimônio do clã ao longo dos anos; e, o segundo, para conferir projeção nacional à sua trajetória política até então paroquial.

Porém, para que possamos proceder com a análise deste e dos demais *elementos constitutivos* do bolsonarismo, das *condições* propícias à sua ascensão e do *contexto* em que esta ocorreu – e que se desenrola desde antes dos quatro anos do mandato presidencial de 2019 a 2022 – e que, por sua vez, caracterizam-no como um movimento de massas de novo tipo e uma manifestação típica do autoritarismo é necessário regredir um pouco no tempo. Embora não seja objetivo da presente tese reproduzir uma história analítica ou uma biografia de Jair Bolsonaro, é preciso revisitar alguns fatos históricos relevantes à compreensão das características do bolsonarismo. Assim, faz-se necessário, ainda que de maneira breve, analisar o início de sua trajetória política, suas relações estratégicas de poder e sua caminhada até a presidência da República.

É fato público e notório que, enquanto oficial do Exército Brasileiro (EB), ele se envolveu em episódios disciplinarmente polêmicos, em virtude das quais fora reformado e, na condição de militar da reserva remunerada, deu início a sua carreira política, tendo exercido 1 (um) mandato de vereador pela cidade do Rio de Janeiro e 7 (sete) mandatos de deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Além disso, seus recorrentes discursos e entrevistas, enquanto deputado, em apologia à tortura e a torturadores, à ditadura e aos seus ditadores; de sua defesa do combate à criminalidade a partir da esterilização da população mais pobre, bem como a partir da atuação de "justiceiros"; de sua atuação parlamentar medíocre (apenas 2 projetos de lei de sua autoria aprovados em 28 anos de mandato de deputado federal); ou de suas orientações de voto, tais como o seu voto contrário à PEC que garantiu o direito ao FGTS e INSS às empregadas domésticas; o seu voto a favor da PEC que congelou o incremento – proporcional ao crescimento orçamentário – de investimentos na Educação por 20 anos (PEC do Teto de

(SOARES 2019), num país marcado por altos índices de violência (CERQUEIRA et al., 2019), pela excessiva letalidade policial (FBSP, 2020), pela incapacidade do sistema de justiça criminal de responder a delitos graves (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2020) e pelo excesso de presos que, muitas vezes submetidos a condições degradantes, retornam para a sociedade pior do que entraram nas cadeias". (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2021, p. 363)

Gastos); e o seu voto a favor da PEC da Reforma Trabalhista, que retirou direitos da classe trabalhadora, dentre outros posicionamentos, indicam em que lugar da régua do espectro político ele sempre se encontrou.

Todos estes se configuram como elementos integrantes ora da personalidade, ora da trajetória desta figura pública, cuja análise é essencial para que conheçamos melhor o seu pensamento e atuação política e que não podem ser desprezados. Reputamos, contudo que, para efeito do presente trabalho, é a sua relação com as milícias fluminenses e cariocas, de um modo geral, mais do que com a Caserna ou do que sua atuação enquanto congressista do chamado "Baixo Clero", que nos chama e requer nossa atenção. E, de modo particular, sua relação com uma figura emblemática chamada Fabrício José Carlos de Queiroz.

Ainda no final do ano de 2018, no dia 6 de dezembro, na primeira de uma série de reportagens do jornalista Fábio Serapião, publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*, foi divulgada a existência de um relatório do à época denominado Conselho de Administração Financeira (Coaf) em que se descrevia um conjunto de movimentações bancárias atípicas (eufemismo para transações bancárias suspeitas) as quais, por sua vez, apontavam para a existência de um suposto esquema de lavagem de dinheiro envolvendo um ex-assessor do então deputado estadual e, à época, senador eleito, Flávio Bolsonaro: o policial militar da reserva do Estado do Rio de Janeiro, Fabrício Queiroz. Ele teria movimentado R$ 1,2 milhões em uma conta bancária, no período de um ano, incluindo um cheque de R$ 24 mil destinado à então futura primeira-dama do Brasil, Michelle Bolsonaro. Sobre Fabrício Queiroz, por sua vez, na condição de policial militar reformado, repousavam suspeitas de fazer parte da milícia carioca de Rio das Pedras-RJ. Retornaremos a esse ponto mais adiante.[14]

Segundo as mencionadas reportagens, a esposa, duas filhas do ex-assessor e mais cinco colegas, todos também assessores ligados ao gabinete parlamentar de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) teriam realizado vultosas transferências bancárias para a conta de Fabrício, que atuava como motorista, segurança e "faz tudo" do então deputado Flávio. Uma das duas filhas de Fabrício, Nathalia Melo de Queiroz, também foi nomeada no gabinete do então deputado federal – e, à época, já eleito presidente da República –, Jair Bolsonaro, um dia depois de ser exonerada do gabinete de Flávio Bolsonaro.

[14] "Pouco depois da eleição, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma reportagem de Fabio Serapião revelando a existência de um relatório que mostrava uma movimentação bancária atípica de 1,2 milhão de reais na conta de Fabrício Queiroz" (DAL PIVA, 2022, p. 15). As reportagens de Serapião no *Estadão* se desdobraram em outras, de distintos veículos de imprensa, tais como a *Folha de São Paulo* e o *Jornal Nacional.*

Coube aos futuros ministros, à época recém-indicados, Onyx Lorenzoni e Sérgio Moro, as primeiras explicações sobre o caso. Segundo a versão oficial pronunciada pelos futuros ministros do presidente então eleito, o cheque em nome de Michelle Bolsonaro teria sido dado em pagamento de dívida de um empréstimo dado por Jair Bolsonaro a Fabrício Queiroz, que além de motorista/segurança do filho do presidente eleito, seria também seu amigo pessoal. O futuro presidente não teria recebido o pagamento, diretamente, em sua conta, porque, segundo ele, não teria "tempo de ir ao banco" e, por isso, o pagamento houvera sido feito em nome de sua esposa.

As explicações e as contas não batiam. Fabrício Queiroz tinha dois vínculos empregatícios, em tese acumuláveis por lei: em um, recebia algo em torno de R$ 8,5 mil, como assessor nomeado no gabinete parlamentar de Flávio Bolsonaro, na Alerj; em outro, cerca de R$ 12,6 mil, como militar da reserva da PMERJ. Isso correspondia a uma receita anual bruta aproximada de R$ 281,4 mil – uma renda quase 5 (cinco) vezes menor do que a quantia que ele movimentou, em um ano, em sua conta bancária. Tal montante teria ingressado na conta de Fabrício por meio de volumosas e frequentes transferências ou depósitos bancários de, ao menos, 8 (oito) colegas assessores parlamentares do mesmo gabinete (o de Flávio Bolsonaro), incluindo sua própria esposa, duas filhas, a ex-mulher e o esposo da ex-mulher. Nathalia Melo de Queiroz, a já citada filha de Fabrício Queiroz, chegou a transferir o valor equivalente a quase 99% de sua receita anual líquida para seu genitor. Um mesmo assessor teria realizado 176 (cento e setenta e seis) saques em um único ano, que sempre ocorriam após transferências ou depósitos feitos pelos colegas assessores em valor similar e em espécie, geralmente na véspera dos saques. As datas das transferências ou depósitos, por sua vez, coincidiam com as datas do pagamento da Alerj.

Com todo esse lastro de movimentação bancária – e que, ainda assim, o havia impelido a contrair um empréstimo de R$ 40.000,00 – ele poderia ter solicitado tal empréstimo ao próprio banco ou a qualquer outra instituição financeira. Porém, solicitou ao pai de seu patrão – o então deputado federal Jair Bolsonaro – que, sendo seu amigo pessoal desde o ano de 1984, quando se conheceram nas fileiras do EB, prontamente, lhe atendeu. Fabrício resolveu honrar com o empréstimo que lhe fora supostamente concedido por Jair Bolsonaro e o teria feito em 10 (dez) cheques de R$ 4.000,00. Mas, como Fabrício Queiroz talvez fosse uma pessoa esquecida – ou mesmo desorganizada – pagou novamente a dívida dando um cheque de R$ 24.000,00 a Michele Bolsonaro, esposa de Jair Bolsonaro e, à época, ainda futura Primeira-Dama do Brasil.

Menos de dois anos depois das primeiras reportagens sobre o tema, descobriu-se que tais valores eram ainda maiores. Segundo Dal Piva (2022):

> Em agosto de 2020, o repórter Fabio Serapião tinha conseguido cópia da quebra de sigilo bancário de Fabrício Queiroz e Márcia Aguiar. Ali, o jornalista verificou que das contas do casal saíram 27 cheques no total de 89 mil reais para a primeira-dama Michelle Bolsonaro. Os novos dados colocavam sob suspeita a versão de Jair para um dito empréstimo dele para Queiroz. Em dezembro de 2018, para tentar acalmar o escândalo, Bolsonaro justificara o primeiro conjunto de cheques como o pagamento de uma dívida de 40 mil reais. Agora, sabia-se que esses depósitos ocorreram por anos, de 2011 a 2016. Se Queiroz pegou esse valor emprestado, por que iria devolver mais do que o dobro? (DAL PIVA, 2022, p. 229)

No mesmo relatório em que o antigo Coaf apontou as ditas movimentações atípicas de Fabrício, foi apontado também que Wellinton Sérvulo, um de seus colegas assessores que teriam transferido dinheiro para sua conta, passou mais de 400 (quatrocentos) dias, em 3 anos, fora do Brasil – em Portugal – no período em que deveria estar trabalhando na Alerj; e que Nathalia, sua filha, também exercia os empregos de recepcionista em uma academia de ginástica e de *personal trainer* de famosos, concomitantemente com as suas atribuições de assessora parlamentar.

O empréstimo de Jair Bolsonaro e as altas somas de transferências ou depósitos dos colegas assessores talvez expliquem o montante movimentado na conta de Fabrício. Porém, o valor, a frequência e as datas das transferências e depósitos, assim como a inassiduidade habitual de alguns desses assessores demonstram uma prática comum nos parlamentos. Trata-se do emprego de assessores "fantasmas", que procedem com a "devolução" de parte de seus salários (ou mesmo do salário integral) enquanto membros do gabinete do parlamentar que lhes concedera o cargo, à pessoa de um assessor, o famoso "laranja" ou "coletor do pedágio", que o faz em espécie (precedida de saques) ou por meio de transferências ou depósitos em uma "conta de passagem", onde o verdadeiro destinatário do dinheiro não é o titular da conta e sim o próprio parlamentar. Tal prática, conhecida como "cachorro", "gafanhoto", "caixinha", coleta da "xixica", do "jabaculê", da "lambidela", da "bola", do "faz-me-rir", do "mensalinho", ou, simplesmente, "rachadinha", configura o crime de peculato, previsto no art. 312, do Código Penal.

Em *O negócio do Jair:* a história proibida do clã Bolsonaro, Juliana Dal Piva relata que as relações de Jair Bolsonaro e Fabrício Queiroz datam da década de 1980, quando ambos atuavam no 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista do EB, no Rio de Janeiro. Após dar baixa do EB, Queiroz foi aprovado em concurso público para a PMERJ, em 1987, lotado

no 18º Batalhão de Polícia Militar em Jacarepaguá, com atuação na Cidade de Deus. Após anos de atuação truculenta robustamente comprovada e uma sequência de episódios que resultaram na morte de civis – sendo um deles um garoto de 19 anos cujo alegado envolvimento com o tráfico não fora comprovado – , no ano de 2003 "Flávio Bolsonaro solicitou à PM que Queiroz fosse designado para seu serviço na Alerj" (DAL PIVA, 2022, pp. 81-89):

> Queiroz levou para o convívio dos Bolsonaro o tenente Adriano da Nóbrega, que tinha sido transferido para o 16º BPM, em Olaria, havia pouco tempo. Nessa época o tenente Nóbrega tinha deixado o Batalhão de Operações Especiais (Bope), os chamados "caveiras", e era o comandante de um Grupamento de Ações Táticas (GAT). Na boca do povo, Nóbrega e o grupo eram conhecidos como a "guarnição do mal". [...] A aproximação com os Bolsonaro rendeu a Nóbrega e a Queiroz uma série de homenagens de Carlos, na Câmara Municipal, e de Flávio, na Alerj. Em novembro de 2003, ambos ganharam, junto com toda a "guarnição do mal", moções de louvor das duas casas legislativas. [...] Nos anos seguintes, Queiroz seria o principal responsável pelo trânsito dos Bolsonaro entre os batalhões e ainda em algumas comunidades. [...] A proximidade e o convívio entre os Bolsonaro e os Queiroz não eram segredo. Carlos até interagia com os filhos do policial nas redes sociais. Por anos eles viveram bem sob a proteção do clã, com vagas em diferentes gabinetes. Chegaram a ter oito familiares nomeados. (DAL PIVA, 2022, pp. 90-93 e 138)

Ao longo de sua obra, Dal Piva (2022) segue descrevendo o conjunto de atividades supostamente ilícitas que, em tese, contribuíram para acumulação de patrimônio e de poder por parte dos membros da família Bolsonaro, com destaque para a prática onde tudo começou, as famosas "rachadinhas":

> Naquela tarde de 20 de outubro [de 2020], a ira presidencial se dirigia aos promotores que haviam entrado com uma denúncia criminal contra Flávio e até com um pedido de cassação do mandato do primogênito de Bolsonaro. [...] Flávio era acusado de um desvio de 6,1 milhões de reais dos cofres públicos do estado. A denúncia foi apresentada em sigilo, mas, não se sabe como, o presidente teve acesso a ela. [...] Flávio Bolsonaro foi apontado como líder de uma quadrilha que exigia cerca de 90% dos salários de seus funcionários de gabinete. [...] Com dinheiro vivo, o primogênito do presidente pagava despesas pessoais, comprava imóveis e injetava esses recursos no caixa de uma loja de chocolates de sua propriedade em um shopping da Zona Oeste do Rio, para fazer a lavagem do dinheiro. [...] Em meio à papelada sobre o senador, surgiram dados que conectavam o esquema aos três casamentos do presidente, a quatro filhos, a dezenas de parentes, a alguns ministros e à formação do patrimônio dos Bolsonaro, que ultrapassa 20 milhões de reais. E também apontavam para a proximidade da família com o ex-capitão do Bope Adriano da Nóbrega, líder de uma milícia em Rio das Pedras, acusado de uma série de assassinatos. Todas as pessoas mais próximas de Jair Bolsonaro estavam de um jeito ou de outro associadas a um esquema que tinha até nome próprio. Por muitos anos, quem emprestava o nome e o número do CPF para figurar como assessor parlamentar de algum Bolsonaro aderia automaticamente ao sistema que os participantes chamavam de o "Negócio do Jair". (DAL PIVA, 2022, pp. 8-11)

Dal Piva (2022) nos recorda que, muito embora Bolsonaro tenha sido eleito para o seu primeiro mandato parlamentar (o de vereador) sob um discurso moralista e anticorrupção, tanto neste quanto no mandato de vereadora de sua primeira esposa, Rogéria Nantes Braga Bolsonaro, ambos teriam cometido a prática moralmente controversa de nepotismo, o que se tornou mais evidente já em seu segundo mandato parlamentar – o primeiro como deputado federal – em que teria nomeado o próprio sogro, João Garcia Braga, como seu assessor.

A prática de nomear parentes, pessoas de confiança e parentes das pessoas de confiança, mesmo ilícita, teria escalado para uma outra: a de serem coletadas frações de até 90% (noventa por cento) de seus salários (que passavam a incorporar a renda/patrimônio de Bolsonaro e de sua família), tornando-se ostensiva a partir da separação de Rogéria e do casamento com sua segunda esposa, Ana Cristina Siqueira Valle. Iniciando o ciclo com sua cunhada, Andréia Siqueira, a quantidade de parentes e agregados da família Siqueira Valle nomeadas no gabinete de Jair em seu primeiro mandato de deputado federal chegou a mais de 15 (quinze) (DAL PIVA, 2022, p. 38 e ss.).

Ainda segundo Dal Piva, foi o casamento com Ana Cristina que permitiu a formação do verdadeiro Clã Bolsonaro, com ambos administrando não apenas o gabinete de Jair, mas o ingresso dos filhos Carlos e Flávio – do primeiro casamento de Jair com Rogéria – na política e a ampliação do esquema de peculato para os mandatos e gabinetes destes. Cristina se tornaria a grande "coordenadora" do gabinete de Carlos Bolsonaro, o primeiro dos filhos de Jair a ingressar na política, sendo responsável também, anos depois, pela indicação de sua amiga Mariana Mota para a função de chefe de gabinete de seu enteado Flávio Bolsonaro (DAL PIVA, 2022, p. 59 e ss.).

> No "acordo de trabalho", Cristina explicou que Jair só queria duas coisas: a entrega de grande parte do salário (em alguns casos 90%) todos os meses e uma mãozinha na época da campanha eleitoral. [...] A partir de 2003, Bolsonaro coordenava três gabinetes e tinha à disposição, entre o dele e os dos filhos, mais de sessenta nomeações. Eduardo, o "03", ainda era adolescente, mas seguiria o caminho anos depois, em 2015. [...] No Negócio do Jair, existiam algumas regras. Se no princípio era preciso devolver o percentual combinado, com o tempo Cristina sugeriu que também os benefícios deveriam ser restituídos – assim, além do salário, era preciso entregar a maior parte do vale-alimentação e do auxílio-educação. E até da restituição do imposto de renda, pois, afinal, era parte do salário que retornava. (DAL PIVA, 2022, pp. 59-67)

O dinheiro, sacado, transferido ou depositado de modo fracionado das contas bancárias dos assessores para as "contas de passagem"; ou coletado, em espécie, por pessoas de confiança

teria, dentre outros destinos, a compra de imóveis, o que caracterizaria outra conduta delituosa, qual seja, a prática de lavagem de dinheiro ou branqueamento de capitais:

> E aquele tanto de dinheiro foi se transformando em imóveis: a partir de 2000, Cristina e Jair compraram catorze, entre apartamentos, casas e terrenos. Desses, cinco foram pagos em dinheiro vivo. O casal também adquiriu um pequeno barco, ações e carros. A prática foi adotada pela família. O estudante Carlos Bolsonaro resolveu pagar, em espécie, 150 mil reais, em 2003, por um apartamento na Tijuca. Carluxo e Cristina também alugaram cofres em bancos para guardar joias e dinheiro vivo. (DAL PIVA, 2022, p. 68)

Apesar da conflituosa relação seguida de tumultuada separação e a celebração de novo matrimônio, desta vez com Michelle Bolsonaro, o negócio do Jair permaneceu envolvendo familiares de Ana Cristina:

> Mesmo com todas as brigas do casal, os parentes dela não deixaram de frequentar as listas de funcionários dos gabinetes dos Bolsonaro, situação que perdurou por anos. [...] O casamento de Jair e Cristina terminou, mas o Negócio do Jair seguiu, inclusive com os familiares dela que permaneciam como funcionários-fantasmas nos gabinetes. (DAL PIVA, 2022, pp. 75-80)

Em síntese, o famoso "Caso Queiroz", que evidenciou o esquema de peculato e seus desdobramentos, revelou que Bolsonaro e seus filhos eram, em tese, adeptos de tal prática criminosa que, por sua vez, demanda a prática de lavagem de dinheiro. Ocorre que Fabrício Queiroz não era apenas um dos "operadores" de tal esquema, em favor do clã Bolsonaro. Refiro-me, doravante, à relação direta desta figura controversa com as milícias cariocas, em especial, a de Rio das Pedras, que contava com membros do grupo de matadores de aluguel denominado de "Escritório do Crime" e que, por sua vez, figuravam entre os suspeitos de envolvimento no assassinato da vereadora pela cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista Anderson Gomes, conduzindo-nos à constatação da existência de relações promíscuas dos membros da família Bolsonaro com figuras emblemáticas do crime organizado do Rio de Janeiro.

Em sua obra intitulada *A república das milícias:* dos esquadrões da morte à era Bolsonaro, Bruno Paes Manso (2020) consegue descrever o que são, onde, como e em que contexto surgiram e se consolidaram as chamadas milícias fluminenses.

Segundo salienta o autor, sabe-se que a existência de grupos de "justiceiros" ou "vigilantes" não era uma novidade no Brasil dos anos 2000, destacando-se o período das décadas de 1950 e 1960 quando, em decorrência do processo de industrialização tardia e a consequente expansão populacional desordenada dos núcleos urbanos de cidades como o Rio

de Janeiro, ampliam-se as desigualdades sociais, o esgarçamento das relações e os conflitos entre a parcela da população já contemplada com a modernidade urbana e a mal incorporada população rural recém chegada às cidades, desaguando na expansão da criminalidade e, via de consequência, no surgimento de soluções "extraoficiais" para se combater esse problema:

> O medo abriria espaço para o surgimento de esquadrões da morte, grupos de extermínio e justiceiros, que começaram a se articular para eliminar os suspeitos e, assim, trazerem de volta a tranquilidade perdida [...] A ideia de matar bandidos como uma solução saneadora, contudo, nunca perdeu o apelo e se espalharia, com a criação de diversas modalidades de esquadrões da morte [...] A proximidade entre os policiais matadores e os porões do Exército [no período da Ditadura Militar] trouxe a reboque a influência dos bicheiros – que já era forte em ambas as instituições – para o coração do poder do Estado. A mistura de violência policial e militar com a contravenção formou a base da rede clandestina de violência paramilitar que está na origem dos modelos milicianos. (MANSO, 2020, pp. 139, 144 e 147)

Porém, as milícias do Rio de Janeiro se tratavam de organizações distintas dos antigos "esquadrões da morte" ou "grupos de extermínio". E se diferenciavam da chamada "máfia das contravenções" (ligada aos antigos bicheiros e à exploração de máquinas caça-níqueis) e das facções do tráfico de drogas, embora, em dado momento, suas empreitadas criminosas se encontrem, conforme veremos.

Milícias são grupos paramilitares, compostos por policiais da ativa, ex-policiais e cidadãos civis (geralmente ligados à área de segurança privada), recrutados pelos primeiros e com eles associados, cujo objetivo inicial era o de prestar serviços extraoficiais e por eles cobrar a chamada "taxa de segurança" em comunidades vizinhas àquelas já ocupadas e amedrontadas por facções do tráfico de drogas, tendo expandido posteriormente o "cardápio" de serviços a serem prestados, incluindo o fornecimento de bens de primeira necessidade, com exclusividade e mediante cobrança compulsória, no formato de extorsão, por meio da intimidação mediante demonstração de forte poderio armado – ou, como no dizer de Paes Manso (2020), por meio de "monopólios de mercado impostos à força" – a comerciantes, cidadãos civis e comunidades inteiras com quem passam a manter uma relação de domínio-refém.[15]

Paes Manso (2020) nos explica que, nos territórios dominados por milícias, de um lado, além do fornecimento de serviços de segurança mediante a cobrança da respectiva taxa (em

[15] Segundo Schwarcz (2019, p. 202), as milícias "nasceram como grupos de autodefesa das comunidades e no contexto do controle das favelas pelo crime organizado. Logo evoluíram, porém, para o formato de bandos criminosos paramilitares que, sob a alegação de combater a criminalidade e o narcotráfico, exploram todo tipo de serviço ilegal sem deixar de manter laços estreitos com a polícia. São formadas em geral por policiais, vigilantes, agentes penitenciários, bombeiros e militares na ativa ou fora de serviço e que, normalmente, moram nas próprias comunidades. Manipular o medo e a falta de segurança dos habitantes locais faz parte das suas estratégias, e o conseguem, por exemplo, extorquindo-lhes dinheiro em troca de proteção". (SCHWARCZ, 2019, p. 202)

virtude do que tais grupos assumem o papel de estado “leiloado” neste tema) tem-se a venda de gás, instalações clandestinas de eletricidade, água, sinal de TV a cabo (“gatonet”) e de internet, aluguel de barracas e cobrança sobre a prestação de serviços de mototáxi e transportes clandestinos, gerando uma grande fonte de renda para estes; e, de outro lado e ao mesmo tempo, a assunção ou “terceirização” de serviços públicos a “associações de moradores”, “centros sociais” ou “cooperativas”, configurando tais grupos e seus líderes como espécies de “subprefeituras e subprefeitos informais”; além da prestação “voluntária” e “gratuita” de assistência social (tais como o fornecimento de cestas básicas e brindes para as festas de dia das crianças, dia das mães etc.), angariando a simpatia dos moradores e consolidando uma forma de controle alternativo sobre territórios, distinta daquela exercida por facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas.

As milícias surgiram e se consolidaram no Rio de Janeiro a partir da primeira década dos anos 2000, o que se deu nos municípios da Baixada Fluminense, zona oeste do estado; e, em se tratando da Capital, na região de Jacarepaguá, no entorno da Barra da Tijuca, a partir de dois núcleos distintos:

> Um deles, em Jacarepaguá, se consolidou com o domínio exercido por policiais na associação de bairro da comunidade de Rio das Pedras. Outro núcleo, na região de Campo Grande e Santa Cruz, cresceu com a presença de policiais no setor de transporte clandestino de vans, dando origem ao grupo conhecido como Liga da Justiça. A grande novidade desses modelos de negócios na cena criminal do Rio é que os policiais se organizaram em milícias, passaram a disputar territórios e mercados com facções do tráfico, que antes se relacionavam com policiais pagando propinas e comprando armas e munições. (MANSO, 2020, p. 26)

O contexto de seu surgimento é o das disputas envolvendo facções criminosas rivais ligadas ao tráfico de drogas que, por sua vez, culminaram, àquela época, em distintos episódios de violência que se configuraram como verdadeiras tragédias, diversos deles relatados na obra de Paes Manso (2020) em comento, tais como arrastões, conflitos armados e assassinatos em massa em operações policiais nos morros, assassinatos de figuras célebres (como o do jornalista Tim Lopes, ocorrido em 2002), incêndios de veículos de transporte coletivo (como os ocorridos em dezembro de 2006), dentre outros.

A sensação de insegurança generalizada, surgida nesse contexto e retratada por obras literárias, televisivas e cinematográficas – como na novela “Duas Caras” (2007) da Rede Globo de Televisão e nos filmes “Cidade de Deus” (2002) e “Tropa de Elite” (2007) –, ligada ao já mencionado estabelecimento de parcerias com o Poder Público, que transferia a responsabilidade de determinados serviços para "associações de moradores", "centros sociais"

ou "cooperativas" – muitas vezes utilizados como fachada para o controle exercido por grupos milicianos –, foram fatores que alimentaram, no imaginário coletivo, a percepção das milícias como protetoras das comunidades, em contraponto às facções do tráfico de drogas. Essa percepção contribuiu para que o banditismo de farda ganhasse, aos poucos, ares de legitimidade, permitindo às milícias constituírem "currais eleitorais" nas áreas sob seu domínio e, como consequência, ocupar espaços de poder.

> Sempre houve, contudo, quem olhasse a crise na segurança de outra maneira – com olhos de empreendedor a identificar oportunidades para lucrar com o medo e a sensação de insegurança da população. Fortalecer os ganhos num mercado vigoroso vendendo sensação de proteção e ordem. Para complicar o quadro, tais empreendedores estavam dentro da própria polícia do Rio de Janeiro. Muitos já aproveitavam havia décadas essas brechas para faturar ilegalmente, mas novas modalidades de negócio podiam emergir. As milícias lançariam mão de um modelo mais sofisticado, que passaria a dominar territórios, promovendo um tipo de tirania alternativa à das facções e que levaria muitos de seus representantes aos quadros mais elevados do poder. [...] Nessa época de entusiasmo e parceria com as instituições cariocas, os milicianos pareciam achar que não havia limite para suas ações. Pacificação local, controle dos traficantes num período em que as facções aterrorizavam o Rio de Janeiro, assistencialismo via centro social, tudo isso permitiu que eles dessem início a planos mais ambiciosos de poder, concorrendo a vagas no Parlamento, apoiando políticos, estreitando relações até mesmo com secretários de Segurança, seduzindo candidatos que apoiassem seus negócios com votos de seus currais eleitorais. (MANSO, 2020, pp. 56-91)

A partir do surgimento das milícias, os grupos originários do crime, tais como as facções criminosas Comando Vermelho (CV) – surgido da antiga Falange Vermelha, fundada no presídio de Ilha Grande –, Terceiro Comando (TC) e, posteriormente, suas dissidências: Amigos dos Amigos (ADA), Terceiro Comando dos Amigos (TCA) e Terceiro Comando Puro (TCP), que até então dominavam e disputavam entre si o controle dos territórios do tráfico de drogas, passaram também a enfrentar a concorrência dos grupos paramilitares. Estes, por sua vez, evoluíram das práticas mais corriqueiras de corrupção policial – como a “mineração”, o “arrego” e o “espólio de guerra”[16] – para a prática sistematizada de extorsão de todos os membros das comunidades sob seu domínio, impondo o controle exclusivo sobre o comércio de bens e serviços. Essa nova configuração tornou a empreitada miliciana um “negócio” ainda mais lucrativo do que o próprio varejo do tráfico:

[16] “’Mineiro’, do verbo minerar, garimpar, é a gíria usada para definir o policial que consegue identificar um criminoso endinheirado ou procurado a fim de extorqui-lo. [...] Pagar o arrego significa comprar a trégua com o batalhão ou o distrito local, que então passa a tolerar o movimento de vendas no território. [...] O espólio de guerra [...] consiste no direito que o policial tem aos bens dos traficantes mortos ou presos depois de uma operação policial: fuzis, armas e drogas que garantam lucros com a revenda no mercado ilegal. (MANSO, 2020, pp. 39-40 e 126).

> Na CPI das Milícias, em 2008, um representante do sindicato das empresas distribuidoras de gás estimou que uma das empresas de Rio das Pedras chegava a vender cerca de 3 mil botijões por dia, o que representava um faturamento mensal de 600 mil reais. Cobrava-se também pela instalação de sinais clandestinos de TV a cabo (de cinquenta a sessenta reais), internet (de dez a 35 reais), segurança de comércio (de trinta a trezentos reais) e de moradores (de quinze a setenta reais). (MANSO, 2020, p. 89)

O autor nos relembra, ainda, do trágico saldo das incursões e operações policiais nos morros (a que ele denomina de "teatro de guerra" contra comunidades pobres, sobretudo nos Complexos do Alemão, da Maré e na Rocinha) e da falência da política de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), durante a primeira década dos anos 2000; e sobre como as ondas de violência e disputas por territórios – decorrentes dos crescentes confrontos de facções do tráfico entre si e entre estas e as forças de segurança – favoreceram a empreitada miliciana:

> A partir dos anos 2000, os donos dos morros, armados com fuzis e munições de grosso calibre, distribuídos entre facções, viveram competição acirrada com a chegada das milícias, mais uma facção a disputar terreno [...] Era esse o cenário do crime no Rio de Janeiro dos anos 2000, quando o modelo das milícias avançava pelos territórios. Facções de drogas se destruindo com armamentos pesados e disputas por mercado e poder; contravenção forte e lucrativa; corporações militares e civis fornecendo armas e munições para o tráfico, minerando criminosos, cobrando arregos, extorquindo e posando de heróis para a opinião pública – e ainda ofereciam serviços especializados de assassinato por encomenda. Ou seja, um ambiente favorável para que o novo modelo de negócios [das milícias] desabrochasse. Entre 2002 e 2007, os paramilitares avançaram. Em vez de ganharem dinheiro com os criminosos, os milicianos criaram uma forma diferente de governar as comunidades e favelas, prometendo ordem em troca de dinheiro, tornaram-se personagens poderosos da acirrada disputa pelo trono nos morros. Os novos tiranos dos bairros pobres, contudo, em vez de bermudas, chinelos e camisetas, vestem fardas. (MANSO, 2020, pp. 243 e 180-181)

É no contexto de suas investigações sobre o papel do 18º Batalhão da PMERJ (com atuação em Rio das Pedras, Cidade de Deus e adjacências) e do 16º Batalhão (com atuação em Olaria) no surgimento e consolidação dos núcleos milicianos na zona oeste do RJ, na região de Jacarepaguá, nos anos 2000, que Paes Manso (2020) esbarra nas ligações de Fabrício Queiroz e Adriano da Nóbrega, dois destacados policiais militares envolvidos com a empreitada miliciana, com a família Bolsonaro:

> Queiroz e Adriano da Nóbrega se conheceram em 2003 no 18º Batalhão. Anos depois, em 2007, Queiroz se tornou o faz-tudo do gabinete do deputado Flávio Bolsonaro. Já Adriano da Nóbrega foi protegido pela família Bolsonaro durante anos, com parentes empregados no gabinete de Flávio, mesmo durante o período em que mergulharia no crime do Rio para se tornar um dos criminosos mais violentos da cena local. (MANSO, 2020, p. 32)

As demonstrações de envolvimento da família Bolsonaro com milicianos são reforçadas por diversos fatos, entre os quais se destaca a nomeação, pelo então deputado estadual Flávio Bolsonaro, de Raimunda Veras Magalhães (mãe) e Danielle da Nóbrega (esposa) de Adriano da Nóbrega – à época já acusado e condenado por sequestro, tortura e extorsão – para cargos em seu gabinete na Alerj, a pedido de Fabrício Queiroz:

> A ligação do clã Bolsonaro com a rede de paramilitares e milicianos que se formava na zona oeste se estreitou em 2002 com a eleição de Flávio Bolsonaro para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O deputado de apenas 22 anos, neófito no Parlamento, pretendia se vender como o representante político e ideológico dos "guerreiros fardados" que lutavam por espaço e poder nos territórios do Rio. Ao longo dos anos, coube a Fabrício Queiroz o papel de principal articulador dessa rede de apoio no mandato do deputado primogênito. Queiroz seria fundamental para ajudar a fortalecer a base de votos do clã Bolsonaro nos batalhões policiais, para onde levou Flávio, em sua primeira campanha, para pedir votos. (MANSO, 2020, p. 43)

Ainda segundo Paes Manso (2020), da mesma forma como procedia com efusiva defesa das milícias, Flávio Bolsonaro homenageou esses mesmos milicianos, dentre outros, reiteradas vezes, durante seu mandato de deputado estadual, na Alerj. No caso do polêmico e desenvolto Adriano da Nóbrega, além de menções de louvor e congratulações, ele chegara a receber, mesmo depois de condenado e preso, a mais alta comenda daquele parlamento, a Medalha Tiradentes:

> Flávio se movimentava com tranquilidade na zona de conforto da família Bolsonaro, entremeando sua pauta anti direitos humanos com projetos de lei em defesa da polícia e com homenagens a seus integrantes. Por sugestão do pai, Flávio entregou inúmeras medalhas a policiais, mesmo àqueles flagrados em ações suspeitas. Durante seus quatro mandatos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Flávio Bolsonaro aprovou 495 moções e concedeu 32 medalhas a policiais militares, policiais civis, bombeiros, guardas municipais e membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. As homenagens, que naqueles anos não passavam de agrado à sua base eleitoral, acabaram deixando um rastro das afinidades da família Bolsonaro com os milicianos mais perigosos do Rio. A insistência em condecorar os maiores vilões da corporação deixou cristalizada a ideologia de guerra que Jair Bolsonaro sempre sustentou. [...] Na Assembleia Legislativa do Rio, Flávio Bolsonaro, que homenageava policiais suspeitos de assassinatos, foi explícito na defesa política das milícias, no momento em que o grupo ganhava força e se expandia pela zona oeste da cidade, elegendo parlamentares e compartilhando o apoio de políticos locais. (MANSO, 2020, pp. 44-45 e 58)

O autor ressalta que a CPI das Milícias, proposta pelo então deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ) e realizada no ano de 2008 na Alerj – a qual resultou na prisão de dezenas de milicianos – teria permitido não a desarticulação do modelo, mas sim o seu aperfeiçoamento: segundo ele, os líderes presos eram substituídos por outros, que procuravam (como forma de

proteção, fortalecimentos e expansão dos negócios já lucrativos), aproximar as milícias das demais empreitadas criminosas do Rio de Janeiro, proporcionando a fusão entre estas e a máfia das contravenções, os grupos de assassinatos por encomenda e com o próprio tráfico de drogas.

Dez anos após a realização da CPI das Milícias, já no ano de 2018, no dia 16 de fevereiro daquele ano, ocorreria a decretação de intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Paes Manso assinala que foi, justamente, às vésperas do aniversário de um mês da intervenção federal, mais precisamente no dia 14 de março de 2018 que ocorreu o assassinato, com características de execução, da vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e de seu motorista Anderson Gomes:

> O assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes colocou em xeque a credibilidade do Exército e das forças de segurança do estado. Marielle era uma das vozes mais críticas à intervenção federal. Com seu assassinato, era como se os milicianos dessem um recado claro: não importa a presença do Exército, os olhares da imprensa nacional e estrangeira, o interesse dos políticos e das instituições democráticas – quem manda no Rio são as milícias. A eleição de Jair Bolsonaro se deu nesse turbilhão. Com ele, foram eleitos políticos que desdenharam do assassinato de Marielle e que a difamaram depois de sua morte. O interventor do Rio, o general Walter Braga Netto, desafiado e humilhado pelos milicianos, assumiu em 2020 o cargo político mais importante do governo Jair Bolsonaro, a chefia da Casa Civil. Braga Netto passou a liderar o governo de um político que sempre defendeu a ação, e até mesmo a legalização, dos grupos paramilitares e que havia feito pouco caso do assassinato de Marielle. (MANSO, 2020, p. 34)

Ainda segundo Paes Manso, em 2019, a essas alturas já condenado, amplamente homenageado, protegido e reiteradamente defendido pelo clã Bolsonaro, Adriano da Nóbrega é apontado, em denúncia apresentada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ) – como desdobramento da *Operação Intocáveis*, de janeiro daquele ano – como o cabeça de uma das milícias cariocas mais conhecidas do Estado: a de Rio das Pedras. Tendo sucedido a diversos líderes anteriores, assassinados ou presos – e, neste momento, sob o comando de Adriano da Nóbrega – a milícia de Rio das Pedras vinha expandindo ainda mais o seu plantel de negócios, tais como a agiotagem e a grilagem de terrenos para exploração imobiliária irregular (construção, compra/venda e locação de imóveis). Dessa forma, se descobriu que Adriano da Nóbrega foi, aos poucos e em escalada, se aproximando da chamada "Máfia das Contravenções", responsável, dentre outros crimes, pelo antigo jogo do bicho e pelas máquinas caça níqueis em diversas regiões do Estado do RJ:

> O capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, tido como um injustiçado pelos Bolsonaro, foi acusado de ser o cabeça da milícia – o "patrãozão", de acordo com as escutas

> captadas pelos promotores. O segundo na hierarquia, conforme a denúncia, era o major Ronald Paulo Alves Pereira, a quem Flávio homenageara depois da acusação de tortura e mortes em São João de Meriti. Não havia como desvincular a ligação entre eles e o presidente. (MANSO, 2020, p. 64)

Nesse sentido, de simples adepto das práticas de corrupção conhecidas como "mineração", "arrego" e "espólio de guerra" a chefe de milícia, Adriano passou também a ser identificado como aquele que recrutou, formou e liderou o assim denominado "Escritório do Crime". Nascido da combinação entre os distintos "modelos" de organizações do crime do Rio de Janeiro (milícias, máfia das contravenções, facções de tráfico de drogas) o "Escritório do Crime" tratava-se de um grupo de matadores de aluguel responsável por dezenas de homicídios, execuções e assassinatos sob encomenda no Estado, cuja ordem partia de distintos chefes da máfia das contravenções.

Faziam parte desse grupo Élcio Queiroz, condutor do veículo, e Ronnie Lessa, autor dos disparos que ceifaram as vidas de Marielle Franco e Anderson Gomes. Curiosamente, Lessa era vizinho de Jair Bolsonaro no condomínio Vivendas da Barra. O grupo, por sua vez, foi estruturado por Adriano da Nóbrega, chefe da milícia de Rio das Pedras e compadre de Fabrício Queiroz – também miliciano, operador do esquema de peculato e faz-tudo do gabinete de Flávio Bolsonaro na Alerj. Foi, inclusive, a pedido de Queiroz que o então deputado estadual Flávio Bolsonaro empregou a mãe e a esposa de Adriano da Nóbrega em seu gabinete parlamentar. Além disso, Flávio concedeu diversas homenagens a Adriano e seus comparsas e realizou, na tribuna da Alerj, inúmeros discursos em defesa dos milicianos e da atuação das milícias.

No dia 23 de março de 2024, poucos dias após completar 6 (seis) anos do assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes – e véspera do cumprimento dos mandados de prisão de Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Conta do RJ; de seu irmão Chiquinho Brazão, deputado federal pelo União Brasil (UB); e de Rivaldo Barbosa, ex-Chefe da Polícia Civil do RJ, os dois primeiros apontados, em delação de Ronnie Lessa homologada pelo STF dias antes, como mandantes e o terceiro como aquele que causou obstáculos às investigações –, o jornalista João Filho (2024) assinalava, em artigo intitulado *Famílias Bolsonaro e Brazão têm muito em comum:* ligação com a milícia e terrenos na zona oeste do Rio, disponível no portal The Intercept Brasil, o que segue:

> Apesar do burburinho nas ruas e redes sociais, não há qualquer indício que ligue diretamente a família Bolsonaro ao assassinato de Marielle. Qualquer insinuação nesse sentido seria uma leviandade. Mas nunca é demais reforçar a natureza da formação política da família Bolsonaro, os caminhos que a fizeram alcançar a Presidência da República e suas conexões obscuras com o crime organizado. As

> ligações políticas, financeiras e pessoais dos Bolsonaros com Lessa e os integrantes da família Brazão são fortes e indiscutíveis. Apontar a proximidade do Bolsonaro com os mandantes e o executor do homicídio da vereadora não é uma ilação, mas a mera constatação dos fatos. (FILHO, 2024, n.p.)

Adriano da Nóbrega – foragido da polícia em virtude das mencionadas investigações que culminaram na realização da *Operação Intocáveis* e oferecimento da respectiva denúncia por parte do Gaeco do MP/RJ, datadas do ano de 2019 –, foi morto em 9 de fevereiro de 2020, em operação policial realizada no Estado da Bahia.

Embora as provas coletadas pelas investigações do caso das "rachadinhas", levadas a efeito pelo Grupo de Atuação Especial de Combate a Corrupção (Gaecc) do MP/RJ, tenham sido parcialmente anuladas, por sucessivas decisões do STJ e do STF – que ocorreram em virtude de questões processuais relativas ao foro privilegiado aplicável ao então senador Flávio Bolsonaro – eram firmes os achados das investigações do MP/RJ que davam conta de que o dinheiro oriundo de tal prática, ocorrida nos gabinetes parlamentares da família Bolsonaro era destinado e "lavado" em aquisição de bens de capital, sobretudo joias e imóveis para usufruto de seus membros, além da famosa loja de chocolates de Flávio Bolsonaro em um badalado *shopping-center* carioca. Não se pode afirmar, contudo, se há indícios de que tais recursos estariam sendo destinados à compra de terrenos grilados pela máfia das contravenções e destinados à construção e comercialização de imóveis pelas milícias. No entanto, a movimentação financeira oriunda das "rachadinhas" e o emprego destas em atividades de "branqueamento de capitais", aliadas à participação de membros das milícias como "operadores" de tal esquema aproximam, ainda mais, a família das demais práticas ilícitas relacionadas às milícias e/ou máfia das contravenções.

O fato é que tal empreitada alavancou o clã Bolsonaro a amealhar e acumular uma fortuna de milhões de reais ao longo de 30 anos de mandatos parlamentares, grande parte dela em imóveis. É o que foi revelado, anos depois, no mês de agosto de 2022, em reportagem de Thiago Herdy e Juliana Dal Piva, publicada no portal de notícias UOL: 51 (cinquenta e um) de um total de 107 (cento e sete) imóveis adquiridos pela família Bolsonaro, cujas transações iniciaram no início da década de 1990, foram pagos em dinheiro vivo e que o montante equivaleria, em valores corrigidos pela inflação à época da publicação da reportagem, a quase R$ 26 milhões (UOL, 2022). Um dos mais valiosos de todos foi adquirido por Flávio em meio ao turbilhão das investigações em virtude das quais fora denunciado:

> Em 23 de novembro de 2020, ele pagou um sinal de 200 mil reais para adquirir uma mansão com valor total de 5,7 milhões de reais no Lago Sul, em Brasília. Um imóvel

> de 1,1 mil metros quadrados de área construída, num terreno com mais do que o dobro desse espaço. Quatro suítes, closet, salas de estar e de jantar com pé-direito duplo, escritório, home theater, espaço gourmet com ampla varanda, brinquedoteca, piscina e tudo mais que o primogênito achou que tinha direito. Coincidência ou não, o valor da aquisição era quase igual ao que o MP exigia que o novo proprietário devolvesse aos cofres públicos e próximo do total desviado por ele da Alerj. (DAL PIVA, 2022, pp. 236 e 237)

Foi, portanto, de um lado, a narrativa em defesa da *violência redentora*; e, de outro lado, o seu discurso antissistema, antipolítica ou contra a corrupção que projetaram Bolsonaro de um falso *outsider* (em verdade, um político paroquiano) para o cenário político nacional. Paradoxalmente, foi sob os auspícios de suspeitas e acusações como as acima descritas, que se desdobraram em diversas outras ao longo de sua gestão (tais como os casos dos gastos com despesas pessoais no cartão corporativo e pagamento de contas pessoais do presidente e de sua esposa, em dinheiro vivo, assim como o caso da venda das joias árabes e demais presentes oficias, pela ajudância de ordens da presidência da República) que o então recém-eleito presidente tomou posse na presidência da República do Brasil, para desempenhar um dos mandatos mais polêmicos, controvertidos, turbulentos e conturbados da história de nosso país.

2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO AUTORITARISMO, DO FASCISMO E DO TOTALITARISMO

Como já mencionado na introdução, as ideologias autoritárias se fundamentam, em princípio, nos sentimentos negativos de frustração, ressentimento, medo, ódio e suas variantes. Tais sentimentos negativos, por sua vez, podem "surgir de" ou "repousar sobre" diversas questões, sobretudo em contextos de crises econômicas, em ambientes de acirrados dilemas culturais ou de disputas políticas com polarizações exacerbadas. Uma delas, analisada no capítulo anterior, diz respeito às crises na segurança pública e a respectiva sensação de insegurança presente nas sociedades contemporâneas, sobretudo nas periferias dos centros urbanos dos países de industrialização tardia, como ocorrido no Brasil no início dos anos 2000. No extremo da incapacidade do Estado em efetivar soluções para o combate à violência e à criminalidade, tal sensação acaba levando a sociedade a acreditar em soluções à margem da legalidade (a já mencionada violência redentora), como no exemplo das milícias. Esse é, sem dúvida, o primeiro, se não um dos mais importantes fundamentos do bolsonarismo – não por outro motivo abordado logo no início deste trabalho.

Mas esta não é a única, porque únicas não são as características que levam uma determinada visão de mundo, movimento ou regime político a serem classificados como autoritários. É possível, pois, identificar características comuns aos regimes autoritários, já amplamente analisadas na vasta literatura disponível sobre o tema, bem como também analisar elementos específicos em cada experiência histórica concreta que já foi classificada como tal. Para tanto, iniciaremos por analisar as formulações de Hannah Arendt sobre o papel do imperialismo e do antissemitismo como fundamentos do totalitarismo, bem como suas contribuições sobre as características que distinguem o totalitarismo de outras formas de autoritarismo – como o despotismo, as autocracias ou ditaduras unipartidárias convencionais. A seguir, analisaremos às formulações de Robert Paxton e sua teoria do "ciclo de cinco estágios" do fascismo; as contribuições de Jason Stanley e seu elenco dos "dez princípios ou características fundamentais do fascismo"; as formulações de Umberto Eco sobre os "arquétipos do fascismo eterno"; as proposições de Federico Finchelstein sobre o "funcionamento das mentiras fascistas"; a análise de Franz Neumann e suas formulações sobre o "não-estado de não-direito" típico do nazismo; as contribuições de Madeleine Albright e seu alerta contra "o fascismo em pleno século XXI" e, por fim, chegaremos às contribuições de Lilia Moritz Schwarcz sobre o "autoritarismo brasileiro". Nesta trajetória, procuraremos trazer

à lume um mosaico das principais características do autoritarismo, do fascismo e do totalitarismo em suas distintas experiências e formas de manifestação históricas.

Para efeito do presente trabalho e a partir da revisão referencial realizada, confrontaremos tais características com aqueles que consideramos, em primeiro lugar, os (1) *elementos constitutivos* do bolsonarismo, classificando-os em: (1.1) *elementos constitutivos intrínsecos* ou *fundamentos;* e (1.2) *elementos constitutivos extrínsecos* ou *táticas e práticas* adotadas por seus líderes e/ou seguidores; e, em segundo lugar, com aquelas que consideramos ser as *condições* para o seu surgimento, desenvolvimento e enraizamento social, categorizando-as sob a denominação de (2) *variáveis determinantes* (fatores econômicos, sociais, culturais, jurídicos e políticos; e categorias históricas, sociológicas e antropológicas, todas elas catalisadoras do bolsonarismo enquanto sistema de ideias e aglutinadoras de bolsonaristas enquanto seus adeptos); sem nos olvidarmos, por oportuno, do *contexto* em que se operou a combinação entre tais elementos e suas condicionantes, combinação esta que, por sua vez, deu azo à essa experiência autoritária específica, objeto de estudo da presente tese e que nos permitem categorizá-la como tal.

Analisemos, pois, como distintos autores vêm abordando a temática do autoritarismo, do fascismo e do totalitarismo ao longo dos últimos anos e como cada um vem contribuindo para a sua categorização.

2.1 Antissemitismo, Imperialismo e os Elementos Centrais do Totalitarismo em Hannah Arendt

Em sua clássica obra *Origens do totalitarismo*, Hannah Arendt (2013[1951]) consegue dissecar as características dos dois únicos regimes que ela considera tipicamente totalitários da Era Contemporânea (a Alemanha nazista, sob Hitler; e a Rússia bolchevique, sob Stálin) ao analisar os fatores que ela entendia estarem diretamente relacionados às suas origens: o crescimento do *antissemitismo* na Europa Central e Ocidental e o advento do *imperialismo colonial* europeu, apontando-os como os seus respectivos fundamentos.

Na primeira parte de sua obra, Arendt (2013) situa o *antissemitismo* enquanto elemento crucial para a origem do totalitarismo, analisando-o não apenas como mera reação natural do nacionalismo e de sua xenofobia, tampouco restringindo-se à chamada "teoria do bode expiatório", segundo a qual a culpa por dadas mazelas sociais nacionais recairiam sempre sobre os ombros deste grupo social apátrida (e, portanto, vulnerável), mas sim, a partir do contexto da influência dos judeus em termos econômicos e perante as classes sociais politicamente

dominantes nos países europeus, onde ocorrera a sua assimilação. Para Arendt, houve também uma reação à perda de poder sem a consequente perda das respectivas riquezas e/ou privilégios por parte das comunidades judaicas. Segundo a autora, tolera-se a tirania e a exploração, desde que exercidas por quem detém o poder. Para ela, porém, continuar a deter riquezas mesmo que diante da ausência de poder passa a ser, aos olhos dos outros, algo insuportável: "o ódio organizado contra os judeus só pode ter surgido como reação contra sua importância e o seu poderio" (ARENDT, 2013, p. 22).

Antes da autora – e antes mesmo de que se houvesse cunhado a expressão antissemitismo – em sua obra intitulada *Sobre a questão judaica*, de 1843, Karl Marx também intentara explicar a origem do ódio aos judeus (*judenhass*) sob os cânones do materialismo histórico-dialético, a partir do papel historicamente desempenhado por estes após as duas grandes diásporas do povo hebreu (a de 586 a.C, quando o Império Babilônico arrasou o Reino de Judá; e a de 70 d.C, quando o Império Romano destruiu Jerusalém e o Reino de Israel) nas sociedades para onde se destinaram e nas quais iam sendo assimilados, até que, após dado momento, se estabeleceu uma disputa entre estes e a burguesia nacional autóctone que se consolidava nos Estados-nação a partir do surgimento do capitalismo:

> Os judeus, portanto, paulatinamente se constituíam na classe de mercadores e usurários. Nessa condição, cumpriam funções vitais: abasteciam o luxo das elites agrícolas, emprestavam a juros para produtores em crise, financiavam governo e exército, patrocinavam artes e espetáculos. Desde o Império Romano até o final da Idade Média, em 1453, quando Constantinopla cai sob controle dos otomanos, os judeus enriqueceriam fortemente e garantiriam vários privilégios associados a essa riqueza e ao seu papel nas sociedades anteriores à modernidade. (ALTMAN, 2023, p. 80)

Este sentimento perduraria mesmo após a perda de protagonismo dos judeus nos setores mercantil e financista e do consequente enfraquecimento do conceito de povo-classe, ultrapassando os séculos até desaguar no episódio mais brutal da história do antissemitismo: a "solução final", o Holocausto perpetrado pelo regime nazista da Alemanha Hitlerista.

Dos *pogroms* ao Holocausto, Arendt aprofunda a análise, iniciando com a tentativa de distinguir o "antissemitismo como ódio religioso aos judeus" do "antissemitismo como ideologia leiga", fenômeno que ela considera, além de mais grave, historicamente posterior ao primeiro e que se situa no tempo a partir da década de 1870.[17] Sua obra analisa o antissemitismo

[17] "Os acontecimentos políticos do século XX atiraram o povo judeu no centro do turbilhão de eventos; a questão judaica e o antissemitismo, fenômenos relativamente sem importância em termos de política mundial, transformaram-se em agente catalisador, incialmente, da ascensão do movimento nazista e do estabelecimento da estrutura organizacional do Terceiro Reich, no qual todo cidadão tinha de provar que *não* era judeu ou descendente

enquanto elemento crucial para a origem do totalitarismo, sem pretensão de apresentar uma "história analítica do antissemitismo", mas sim, para evitar "confundir o totalitarismo com os seus elementos e com as suas origens":

> A política totalitária – longe de ser simplesmente antissemita, ou racista, ou imperialista, ou comunista – usa e abusa de seus próprios elementos ideológicos, até que se dilua quase que completamente com a sua base, inicialmente elaborada partindo da realidade e dos fatos – realidade da luta de classes, por exemplo, ou dos conflitos de interesse entre os judeus e os seus vizinhos, que fornecia aos ideólogos a força dos valores propagandísticos. (ARENDT, 2013, pp. 15-16)

O "domínio pelo terror" e a "arbitrariedade com que as vítimas podem ser escolhidas", como o foi na questão judaica, dependeu, em boa medida, daquilo que se encontrou como pretexto ou justificativa para além da "teoria do bode expiatório"; da insurgência contra uma posição de poder ou de posses; ou da "tese do antissemitismo eterno", que justificaria toda a sorte de atrocidades cometidas contra os judeus ao longo de toda a sua história. Tal pretexto se exemplifica na história dos "Protocolos dos sábios do Sião": mentira disseminada pelos nazistas sobre o "suposto domínio global a ser exercido com métodos esotéricos pelos membros de uma sociedade secreta".[18]

Para Arendt, o antissemitismo naquele período também decorria do fato de que, ao fim do século XVIII e no decurso do século XIX, com os Estados-nação constituídos na forma como era conhecida até então, na qual a nacionalidade vinha sendo defendida como um dos pré-requisitos da cidadania, essa mesma nacionalidade foi sendo concedida aos judeus – povo sem território e sem governo próprios – na maioria dos Estados-nação da Europa até então reconhecidos. A nova ordem jurídico-política que surgia para suplantar os ainda presentes resquícios do feudalismo, das monarquias absolutistas e de seus déspotas esclarecidos, buscava uma nova estrutura de classes sociais – em substituição à sociedade estamental feudal – que pressupunha igualdade perante a lei, ainda que ante a desigualdade de condições próprias do sistema de classes (cuja distinção também acaba se dando por critérios econômicos). De forma

---

de judeus; e, em seguida, de uma guerra mundial de ferocidade nunca vista, que culminou, finalmente, com o surgimento do genocídio, crime até então desconhecido em meio à civilização ocidental". (ARENDT, 2013, pp. 14-15)

[18] "O estabelecimento de um regime totalitário requer a apresentação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido. [...]. Se o número de pessoas que acreditam na veracidade de uma fraude tão evidente como os 'Protocolos dos sábios do Sião' é bastante elevado para dar a essa fraude o foro do dogma de todo um movimento político, a tarefa do historiador já não consiste em descobrir a fraude, pois o fato de tantos acreditarem nela é mais importante do que a circunstância (historicamente secundária) de se tratar de uma fraude". (ARENDT, 2013, pp. 17-24)

paradoxal, essa mesma ordem era a que, ao mesmo tempo, mantinha os judeus como um grupo à parte, uma "exceção a essa regra geral: não formavam uma classe nem pertenciam a qualquer das classes nos países em que viviam" (ARENDT, 2013, p. 32).

Desse modo, a *emancipação política*[19] dos judeus perante os Estados-nação europeus representava, de forma dicotômica, de um lado, a igualdade política e legal destes em relação ao gentio; mas, de outro lado, a gradual extensão de seus privilégios enquanto grupo distinto, emancipado, porém, não-assimilado:

> Assim, quando a partir do fim do século XVII a expansão econômica estatal aumenta a necessidade de créditos e o alargamento da esfera de influência econômica do Estado, era natural que se recorresse ao auxílio dos judeus, velhos e experimentados emprestadores de dinheiro, com ligações com a nobreza europeia, à qual deviam muitas vezes proteção local e cujas finanças costumavam administrar, enquanto nenhum outro grupo entre as populações da Europa estava disposto a conceder crédito ao Estado, ou a participar ativamente da evolução dos negócios estatais. [...] a emancipação significava, ao mesmo tempo, igualdade e privilégios: a destruição da antiga autonomia comunitária judaica e a consciente preservação dos judeus como grupo separado na sociedade; a abolição de restrições e direitos especiais e a extensão desses direitos a um grupo cada vez maior de indivíduos. (ARENDT, 2013, pp. 30-31)

Os judeus estiveram no cerne do desenvolvimento dos contornos do Estado-nação europeu como grupo social específico e distinto (emancipado, porém, não-assimilado), uma vez que, diferentemente da burguesia, tornaram-se os únicos com disposição para oferecer crédito e financiar a "empresa estatal" (que se via em franco processo de expansão e consolidação), o que justifica a concessão, pelo Estado, de privilégios não gozados por outros grupos ou classes sociais.[20]

O surgimento do imperialismo, nos fins do século XIX, representou, ao mesmo tempo, a expansão dos negócios em uma escala global – que já não podia se realizar sem a interveniência do Estado – e a ruína do próprio conceito de Estado-nação, como até então se conhecia (fenômeno analisado pela autora na segunda parte de seu livro). Sendo assim, dos influentes "judeus da corte", dos séculos XVII e XVIII, passando pelos "banqueiros judeus" até a sua emancipação política nos Estados-nação europeus pós-Revolução Francesa, "como grupo,

---

[19] "[...] quando, no século XX, a emancipação tornou-se, pela primeira vez, um fato consumado para as massas judaicas, o poder dos judeus privilegiados havia desaparecido. Estabeleceu-se assim uma perfeita harmonia de interesses entre os judeus poderosos e o Estado". (ARENDT, 2013, p. 57)

[20] "O crescimento dos negócios estatais foi causado pelo conflito entre o Estado e as forças financeiramente poderosas da burguesia, que preferiu dedicar-se ao investimento privado, evitando a intervenção do Estado e recusando-se a participar de maneira ativa no que lhe parecia ser empresa 'improdutiva'. Foram assim os judeus a única parte da população disposta a financiar os primórdios do Estado e a ligar seu destino ao desenvolvimento estatal". (ARENDT, 2013, p. 37)

o povo judeu do Ocidente europeu desintegrou-se juntamente com o Estado-nação nas décadas que precederam a deflagração da Primeira Guerra Mundial" (ARENDT, 2013, p. 35):

> Mas, na era imperialista, a riqueza dos judeus havia se tornado insignificante; para a Europa, desprovida de equilíbrio de poder entre as nações que a compunha e carente de noções de solidariedade intereuropeia, o elemento judeu, intereuropeu e não nacional, tornou-se objeto de ódio, devido à sua riqueza inútil, e de desprezo, devido à sua falta de poder. (ARENDT, 2013, p. 35)

Fosse nos estertores do feudalismo, com a figura do "judeu da corte", fosse nos Estados-nação, com a figura do "banqueiro judeu", as relações entre os judeus e a aristocracia, – estabelecidas por intermédio da concessão de créditos de cunho pessoal ou para o financiamento de empreitadas estatais diversas (sobretudo guerras) –, conferia-lhes maior ou menor importância, a se nivelar pelo grau de comprometimento das provisões colocadas à disposição de seus credores. Tais relações resultavam em prestígio e em posição de destaque econômico mas, ao mesmo tempo, os deixavam alheios às questões políticas de fundo. Além disso, sua condição de "povo sem território ou sem governo próprios", lhes permitia se colocar em posição de eterna neutralidade:

> Comprar provisões, vestir e alimentar um exército, emprestar dinheiro para o recrutamento de mercenários refletia apenas o interesse pelo bem-estar de um sócio comercial, fosse ele quem fosse. O tipo de relação entre os judeus e aristocracia impediu que o grupo judeu se ligasse a outra camada da sociedade. [...] Os judeus eram fornecedores em tempo de guerra, mas, embora servos do rei, jamais participavam dos conflitos; nem se esperava que o fizessem. Quando os conflitos cresceram e se tornaram guerras nacionais, eles continuaram mantendo a característica de grupo internacional, cuja importância e utilidade decorriam precisamente do ato de nunca se terem ligado a qualquer causa nacional. (ARENDT, 2013, pp. 39- 40)

Essa posição de neutralidade, decorrente de sua característica de "elemento intereuropeu e não nacional num mundo estruturado nacionalmente" é o que persistiu mesmo após a perda de sua importância enquanto financiadores da Europa que, como dito, coincide com o colapso dos Estados-nação. "Que esse papel foi mais duradouro e mais essencial do que sua função como banqueiros estatais é uma das razões que engendraram o novo tipo, moderno, de produtividade judaica nas artes e nas ciências" (ARENDT, 2013, p. 43).

A naturalização da percepção – oriunda de tempos imemoriais e que atravessou épocas – de que suas históricas relações privilegiadas com aqueles que detém o poder nas diferentes sociedades (seja ela romana, feudal, despótico-absolutista ou estatal-nacional) sempre lhes garantiu proteção e segurança, foi a mesma que acabou por fazê-los ignorar a igualmente enraizada naturalização dos preconceitos nutridos pelos gentios contra eles. Dessa forma e, ao

mesmo tempo, essa posição paneuropeia (sem estado próprio) fez com que o povo judeu não percebesse a crescente tensão entre a sociedade e seus respectivos Estados-nação: "cada classe social que entrava em conflito com o Estado virava antissemita, porque o único grupo que parecia representar o Estado, identificando-se com ele, eram os judeus" (ARENDT, 2013, p. 46).

A posição de grandes financiadores dos Estados-nação europeus se evidenciou, sobretudo, com a fundação da Casa dos Rothschild. Banqueiros estabelecidos nas 5 (cinco) principais capitais financeiras europeias (Frankfurt, Paris, Londres, Nápoles e Viena) com laços estabelecidos junto ao poder destas distintas nações (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália e Áustria), detentores do monopólio na emissão de empréstimos governamentais e símbolos do internacionalismo judaico, contribuíram para consolidar o estereótipo de grandes controladores do mundo e de que, para além da religiosidade, era no seio da família que o judaísmo mantinha os seu laços mais fortes.[21]

Ademais, a identificação judaica com a aristocracia das monarquias absolutistas não se dava apenas em virtude das relações de dependência decorrentes de empréstimos, agiotagem e financiamento:

> Nas famílias judias, como nas famílias nobres, o indivíduo era olhado antes de mais nada como membro da família; seus deveres eram, em primeiro lugar, determinados pela família, que transcendia os anseios e a importância do próprio indivíduo. Tanto judeus como nobres eram anacionais e intereuropeus, e um compreendia o modo de vida do outro, no qual a afiliação nacional era menos importante que a lealdade a uma família. (ARENDT, 2013, p. 55)

Porém, "nem os laços econômicos nem a intimidade social continuavam válidos no momento em que a aristocracia decidiu opor-se ao Estado-nação igualitário. Socialmente, o ataque contra o Estado identificava os judeus com o governo". Concomitantemente, passou a acontecer o que a autora denomina de "divisão bem distinta entre aqueles judeus que eram necessários e desejados e os que não o eram"; ou ainda, entre "judeus individuais, 'nossos irmãos' e o povo judeu como grupo" (ARENDT, 2013, p. 55-58):

> Sob o pretexto do caráter cristão do Estado – embora esta ideia fosse alheia aos déspotas esclarecidos –, a crescente *intelligentsia* judia podia agora sofrer aberta descriminação, sem que fosse causado dano aos negócios de banqueiros e comerciantes. (ARENDT, 2013, p. 56)

[21] "Assim, devido à sua relação íntima com as fontes de poder do Estado, os judeus eram invariavelmente identificados com o próprio poder e, devido ao seu desligamento da sociedade e à sua concentração no fechado círculo familiar, eram suspeitos de maquinar – mancomunados com o poder, mas separados da sociedade – a destruição desta sociedade e de suas estruturas". (ARENDT, 2013, p. 51)

A consolidação da ideia de que os judeus, por deter o poder financeiro, manterem relações privilegiadas com as classes mais abastadas e ampliarem progressivamente sua presença nas demais profissões disponíveis, estariam "em vias de tomar o poder político" favoreceu o surgimento dos primeiros partidos antissemitas, com organização supranacional. Estes, por sua vez, representaram mais uma passo em direção à consolidação do antissemitismo generalizado, tanto de direita quanto de esquerda, presente tanto na aristocracia quanto na classe média e camadas inferiores da estrutura de divisão social em vigor. Com eles, o antissemitismo já presente, porém disperso, de diferentes formas, nas sociedades dos Estados-nação europeus, vai ganhando contornos de unanimidade:

> Não é difícil compreender por que um homem que usa o seu dinheiro única e exclusivamente para gerar mais dinheiro pode ser odiado com mais intensidade que o que obtém seu lucro através de um longo e complicado processo de produção. [...] Muitos desses banqueiros eram judeus [...] a pequena burguesia acreditava que esses judeus tão odiados estavam em vias de adquirir poder político. Não eram eles conhecidos por sua relação com o governo em outros assuntos? Por outro lado, o ódio social e econômico reforçava o argumento político com a violência impulsiva, até então desconhecida. [...] Os antissemitas estavam convencidos de que a sua pretensão de tomar o poder absoluto não era outra coisa senão aquilo que os judeus já haviam conseguido, e que o seu antissemitismo era justificado pela necessidade de eliminar os reais ocupantes dos postos de mando: os judeus. (ARENDT, 2013, pp. 61-65)

Arendt reitera a tese segundo a qual tanto o *antissemitismo político* quanto a *discriminação social* decorriam, ambos, do fenômeno da *emancipação política* dos judeus. O primeiro porque, embora emancipados, constituíam um grupo social à parte; o segundo porque, embora diferentes, galgaram crescente igualdade em relação aos demais grupos, pois "quanto mais tendem as condições para a igualdade, mais difícil se torna explicar as diferenças que realmente existem entre as pessoas":

> Essa alteração do sentido da igualdade, que do conceito político passou ao conceito social, é ainda mais perigosa quando uma sociedade deixa pouca margem de atuação para grupos e indivíduos especiais, pois então suas diferenças com relação à maioria se tornam ainda mais conspícuas. O grande desafio do período moderno – e seu perigo peculiar – está nisto: pela primeira vez o homem se confrontou com seu semelhante sem a proteção das condições pessoais que ostentava como diferenciadoras. Foi esse novo conceito de igualdade que tornou difíceis as relações raciais, pois nesse campo lidamos com diferenças naturais, que nenhuma mudança política pode modificar. É pelo fato de a igualdade exigir que eu reconheça que todo e qualquer indivíduo é igual a mim que os conflitos entre grupos diferentes, que por motivos próprios relutam em reconhecer no outro essa igualdade básica, assumem formas tão terrivelmente cruéis. [...] A formação do estereótipo do judeu foi devida a ambos esses fatos: à especial discriminação e ao especial favorecimento. (ARENDT, 2013, pp. 85-86)

A ideia da emancipação política dos judeus foi precedida, por sua vez, da chamada *assimilação*, entendida enquanto "o seu ajustamento à sociedade como condição preliminar da emancipação judaica, vendo nela a consequência automática da aceitação dos judeus pela sociedade". A esta, por sua vez, interessava apenas a assimilação dos judeus "tolerantes, educados e cultos", excluindo-se a grande maioria da massa judaica.[22] Ou seja:

> A visão idealizada para com o judeu a ser assimilado, estado prévio à emancipação, levava-os a cumprir uma dupla exigência: além de aculturados ("exceções com relação ao seu próprio povo"), exigia-se que fossem "espécimes excepcionais da humanidade", de quem não se esperava mais do que um comportamento ou atuação brilhantes. O "judeu excepcional" se distinguia do "judeu comum", em termos de aceitação e os primeiros passavam a negar os segundos (a ampla maioria) como forma de destacarem-se ("que mais, então, podiam fazer esses judeus senão tentar desesperadamente não desapontar ninguém") (ARENDT, 2013, p. 90).

Ocorre que a emancipação plena incorporou a todos, cultos e incultos, excepcionais e comuns, o que foi sentido notadamente a partir de 1808, após a derrota prussiana de 1806 em que "aos judeus foram outorgados completos direitos civis, embora não políticos". Judeus protegidos, na Prússia, configuravam exceção, o que os tornava parte do grupo aqui chamado de "judeus excepcionais". Nada pior, para estes, do que ser igualados a todos os demais de seu próprio povo[23], pois tanto judeus ricos quanto judeus intelectuais gozavam de status diferenciado em relação aos demais judeus perante o gentio. Porém, a relação destes para com seu próprio povo era diferente:

> Mas, enquanto os judeus ricos tentavam dominar o povo judeu e, portanto, não tinham vontade alguma de abandoná-lo, o que caracterizava os judeus intelectuais era o contrário: eles queriam deixar o seu povo, para serem aceitos na sociedade; ambos tinham noção de que constituíam exceções na sociedade circundante, e essa noção estava em perfeita harmonia com o julgamento dos que os rodeavam. Os "judeus-exceção" endinheirados sentiam-se como exceções que conseguiram apartar-se do povo judeu e eram reconhecidos pelo governo pela sua utilidade excepcional; os "judeus-exceção" cultos sentiam-se como exceções que conseguiram destacar-se da imagem estereotipada do povo judeu e eram reconhecidos pela sociedade como seres humanos excepcionais. (ARENDT, 2013, pp. 96-97)

[22] "[...] a elite não judaica – tolerante, educada e culta – preocupava-se socialmente só pelos judeus igualmente educados e cultos. Os demais judeus – a maioria – estavam fora do interesse 'humanístico' da elite não judaica, isto é, fora da alça da emancipação". (ARENDT, 2013, p. 88)

[23] "Foi a discriminação social, e não o antissemitismo político, que descobriu o fantasma do judeu. [...] Junto com o anterior idílio da sociedade amalgamada, desapareceu algo que jamais seria recuperado, em qualquer país e em qualquer outra época. Nunca mais qualquer grupo social aceitou os judeus com a mente e o coração abertos". (ARENDT, 2013, p. 94)

Arendt finaliza sua análise da escalada do antissemitismo na Europa ocidental com o famoso Caso Dreyfus, em que um oficial judeu do Estado-Maior francês, Alfred Dreyfus, é injustamente acusado e condenado de espionagem em favor da Alemanha, em um julgamento realizado às portas fechadas e, ao final, deportado para a Ilha do Diabo, em 1894, desembocando em uma série de protestos antissemitas por toda a França nos anos que se seguem. Para a autora, "não é o processo Dreyfus com seus julgamentos, mas o Caso Dreyfus em suas implicações, que traça a antevisão do século XX":

> Tanto a influência política dos judeus como a sua condição social resultavam do fato de que eles constituíam um grupo fechado, que trabalhava diretamente para o Estado, sendo protegidos por ele em virtude de serviços especiais que prestavam. A ligação íntima e imediata com a máquina do governo só era possível enquanto o Estado permanecesse distanciado do povo e enquanto as classes dirigentes continuassem indiferentes a administrar o Estado. Em tais circunstâncias os judeus eram, do ponto de vista do Estado, o elemento mais digno de confiança na sociedade, exatamente porque não pertenciam realmente a ela. O sistema parlamentar permitiu à burguesia liberal ganhar o controle da máquina estatal. Contudo, os judeus nunca haviam pertencido a essa burguesia e, portanto, olhavam-na com suspeita não de todo injustificada. O regime já não precisava dos judeus tanto quanto antes, pois agora era possível atingir, através do Parlamento, uma expansão financeira além dos mais ousados sonhos dos antigos monarcas mais ou menos absolutos ou mesmo constitucionais. Assim, as principais casas judias desapareceram do cenário da política financeira, e transferiram-se para os salões antissemitas da aristocracia, onde julgaram poder financiar movimentos reacionários, destinados a restaurar os velhos bons tempos. [...] Até hoje não se esclareceu completamente se a prisão e condenação de Dreyfus foram simplesmente um erro judicial que, por acaso, deu lugar a uma conflagração política, ou se o Estado-Maior deliberadamente forjou o bordereau e usou-o como embuste para o fim expresso de finalmente estigmatizar um judeu como traidor. (ARENDT, 2013, pp. 134-146)

Na segunda parte de sua obra, após analisar o fenômeno do *antissemitismo*, Arendt passa a analisar o papel do *imperialismo colonial europeu* no surgimento das experiências totalitárias. Para ela, é esse imperialismo colonial – que iniciou nas últimas décadas dos anos 1800 e "terminou com a liquidação do domínio britânico na Índia" (e francês na Argélia) para dar lugar a um imperialismo de novo tipo (o das duas superpotências do pós-guerra) – que está no cerne do esfacelamento do conceito de Estado-nação como até então era entendido.

Àquelas alturas, ao se atingir os limites de produção e consumo naturalmente impostos pelas barreiras – populacionais, territoriais, de seus sistemas sociais etc. – dos Estado-nação, superá-los passou a ser um imperativo da burguesia já "emancipada politicamente", mas, sem "aspirações de poder", ao menos até então.[24]

[24] "Antes da era imperialista não existia o fenômeno de política mundial, e sem ele a pretensão totalitária de governo global não teria sentido. [...] Só quando ficou patente que o Estado-nação não se prestava como estrutura para maior crescimento da economia capitalista, a luta latente entre o Estado e a burguesia se transformou em luta

Para a autora, o "excesso de poupança" ocasionado pelas excessivas má-distribuição e acumulação de riquezas levou a uma guinada de um "sistema de produção para um sistema de especulação financeira, substituindo os lucros da produção por lucros de comissão" o que, por sua vez, resultou no surgimento do "dinheiro supérfluo", um excedente cujo reinvestimento já não cabia dentro das fronteiras nacionais, demandando a empreitada da "expansão", que Arendt distingue da "conquista": a primeira se configura como a "ideia central do imperialismo" e a segunda, como "mecanismo político" de concretização da primeira. O motor de tal empreitada expansionista e conquistadora era a denominada "exportação do capital" constitutivo da "riqueza supérflua":

> A expansão como objetivo permanente e supremo da política é a ideia central do imperialismo. [...] a expansão visa ao permanente crescimento da produção industrial e das transações comerciais, alvos supremos do século XIX. [...] a expansão significava o aumento da produção de bens a serem consumidos. [...] A inerente contradição entre o corpo político da nação e a conquista como mecanismo político tornou-se óbvia desde o fracasso do sonho napoleônico [...] a conquista foi desde então condenada como método de ação do Estado-nação [...] a conquista leva o povo conquistado ao despertar da sua consciência nacional e à consequente rebelião contra o conquistador ou à tirania deste. (ARENDT, 2013, pp. 178-187)

Ocorre que tal empreitada, apesar de figurar como consequência lógica dos intentos expansionistas da burguesia, parecia incompatível com os limites lógico-racionais dos "corpos políticos" dos Estados-nação, circunscritos ao seu território e seu povo ("inerente contradição entre o corpo político da nação e a conquista como mecanismo político"). Somente o empreendimento de "exportação da força" do Estado, quando em contato com os corpos políticos dos territórios dominados – sem, necessariamente, implementar um outro corpo político à imagem e semelhança ou na integralidade do seu equivalente existente no país conquistador, salvo as instituições responsáveis pelo exercício do monopólio da violência estatal – era capaz de reduzir os riscos e assegurar o sucesso da empreitada imperialista:

> Contrariamente à estrutura econômica, a estrutura política não pode expandir-se infinitamente, porque não se baseia na produtividade do homem, que é de certo modo ilimitada, pelo menos teoricamente. De todas as formas de governo e organização de povos, o Estado-nação é a que menos se presta ao crescimento ilimitado, porque a sua base, que é o consentimento genuíno da nação, não pode ser distendida além do próprio grupo nacional, dificilmente conseguindo o apoio dos povos conquistados. [...] O conceito de expansão ilimitada como único meio de realizar a esperança de

aberta pelo poder. [...] O imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica. [...] A burguesia, que durante tanto tempo fora excluída do governo pelo Estado-nação e, por sua própria falta de interesse, das coisas públicas, emancipou-se politicamente através do imperialismo. O imperialismo deve ser considerado o primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo" (ARENDT, 2013, pp. 173-191).

> acúmulo ilimitado de capital, que traz um despropositado acúmulo de força, torna quase impossível a fundação de novos corpos políticos – que até a era do imperialismo sempre resultavam da conquista. [...] A força tornou-se a essência da ação política e o centro do pensamento político quando se separou da comunidade política à qual devia servir. (ARENDT, 2013, pp. 179-190)

Em outras palavras, constatou-se que, em face da crescente capacidade produtiva da burguesia, a empreitada expansionista-imperialista não era um empreendimento capaz de ser realizado apenas pelos "financistas judeus" ou da "burguesia autóctone", sendo necessário que a exportação do capital fosse acompanhada da "exportação da força do governo":

> Só a expansão dos instrumentos nacionais de violência poderia racionalizar o movimento de investimentos no estrangeiro e reintegrar na economia da nação as desenfreadas especulações com o capital supérfluo, desviado para um jogo que tornava arriscadas as poupanças. O Estado expandiu o seu poder porque, dada a escolha entre as perdas (maiores do que poderia aguentar a estrutura econômica de qualquer país) e os lucros (maiores do que qualquer povo sonharia obter), só podia escolher estes últimos. A primeira consequência da exportação do poder foi esta: os instrumentos de violência do Estado, a polícia e o Exército – que na estrutura da nação, existindo ao lado das demais instituições nacionais, eram controlados por elas –, foram delas separados e promovidos à posição de representantes nacionais em países fracos ou não civilizados. Aqui, em regiões atrasadas, sem indústria e sem organização política, onde a violência campeava mais livre que em qualquer país europeu, as chamadas leis do capitalismo tinham permissão de criar novas realidades. (ARENDT, 2013, p. 189)

Ademais da "expansão" (como ideia central do imperialismo), da "conquista" (como mecanismo político da expansão), da "exportação do capital" e do "dinheiro supérfluo" (como motores da empreitada expansionista), da "exportação da força" (como garantia estatal para minimizar os riscos e perdas e como substitutivo para implantação de novos corpos políticos nos territórios subjugados), conjugou-se um outro elemento para a concretização da "panaceia da expansão": a exportação das "pessoas supérfluas", a ralé, o chamado "lixo humano" traduzido no excedente de mão de obra excluído da sociedade produtiva (2013, pp. 204-207).

Essa "aliança entre a ralé e o capital", que perverte o conceito de luta de classes, continha ares de "apelo à unidade" e "aparência de possível interesse comum da nação como um todo", dando a entender que a expansão imperialista era do interesse de todos. Essa ralé, que não se confundia com a classe trabalhadora ou mesmo com o povo como um todo – posto que constituída do "refugo de todas as classes" e, ao mesmo tempo, caracterizada como um "subproduto da classe burguesa" – e que era vilipendiada em solo nacional, ganha importância

estratégica para os intentos expansionista-imperialistas. Esse "apelo à unidade" era ainda robustecido pela confusão entre o nacionalismo e o imperialismo.[25]

A tais elementos da expansão/conquista imperialista, a autora adiciona o elemento do racismo. Arendt situa a origem do pensamento racista, da ideologia racial, das doutrinas raciais, das teorias da raça ao conde Arthur de Gobineau, em sua obra *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853), para quem "a queda das civilizações se deve a degenerescência da raça, e de que esta, ao conduzir ao declínio é causada pela mistura de sangue", o que leva à conclusão de que "qualquer que seja a mistura, é a raça inferior que acaba prosperando", postulado que, por sua vez, contrasta com as máximas evolucionistas da "luta pela existência" e da "sobrevivência dos mais aptos" (GOBINEAU apud ARENDT, 2013, pp. 234-242).

O racismo e a constituição de sociedades raciais seria, assim, um fenômeno posterior ao colonialismo clássico do século XVI que, embora se utilizasse da figura do escravo negro e a despeito da brutalidade das relações estabelecidas entre os senhores e estes, não o distinguia como não-humano, da mesma forma como não havia, ao menos ainda, uma teoria sobre a superioridade racial do branco europeu em relação ao negro africano. O racismo de que trata a autora é o que teria a sua origem na França "forjada como arma para a guerra civil e para a divisão do país", apresentando características distintas na Alemanha (resultado "do esforço de unir o povo contra o domínio estrangeiro") e também na Inglaterra, por meio da "parametrização da ideologia racial inglesa com as teorias de hereditariedade, o eugenismo, o poligenismo e o darwinismo", encontrando no premier Benjamin Disraeli o "primeiro estadista inglês a acentuar repetidamente a sua crença nas raças e na superioridade racial como fator determinante na história e na política" (ARENDT, 2013, p. 246).

Esse racismo constituiu-se no pano de fundo do imperialismo, chegando a se confundir, paradoxalmente, com o próprio nacionalismo, de quem o imperialismo era antagonista, de sorte que as teorias da raça serviram ora ao imperialismo, para justificar o jugo dos povos que habitavam as possessões;[26] ora ao nacionalismo, na forma do argumento de "unidade racial

[25] "Teoricamente existe um abismo entre o nacionalismo e o imperialismo; na prática, esse abismo já foi transposto pelo nacionalismo tribal e pelo racismo desenfreado, pois desde o início os imperialistas de toda parte diziam-se 'acima de todos os partidos' e ufanam-se disso, julgando-se os únicos que podiam falar em nome da nação como um todo. Isso foi especialmente verdadeiro nos países da Europa oriental e central, que tinham poucas possessões – ou nenhuma – no além -mar; a aliança entre a ralé e o capital, nesses países, ocorreu dentro de casa, revelou seu ressentimento com maior amargura e atacou com maior violência as instituições nacionais e todos os partidos nacionais". (ARENDT, 2013, p. 209).

[26] A "dominação de povos estrangeiros em países distantes" era desafiadora até mesmo para os funcionários públicos do Estado dominante (a força exportada), que de simples xeleléus da classe proprietária passavam a se enxergar como "heroicos servidores a nação" a lidar com as "raças dominadas". Nem idioma, nem história e nem demais traços culturais, mas sim o "parentesco de sangue" como elemento nacional primeiro, fundamenta o racismo. (ARENDT, 2018, pp. 215-220).

como substituto da emancipação política" ou da "importância da origem étnico-racial comum" (2013, pp. 211-226):

> A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, o racismo reforçou a ideologia da política imperialista. [...] Embora seja óbvio que o racismo é a principal arma ideológica da política imperialista, ainda se crê na antiga e errada noção de que o racismo é uma espécie de exagerado nacionalismo. (ARENDT, 2013, pp. 217-219)

Nesse sentido, *raça* ("como princípio da estrutura política") e *burocracia* ("como princípio do domínio no exterior") se constituíam, portanto, como "dois novos mecanismos" a viabilizar a empreitada imperialista, para cuja ilustração a autora cita distintos exemplos, dentre os quais o da gestão inglesa ante a coexistência dos *bôeres* holandeses e os nativos no Cabo da Boa Esperança, na África do Sul; o massacre promovido pelo *kaiser* Guilherme II contra a insurreição dos *boxers* (1899-1901); e de Leopoldo II, da Bélgica, em relação ao extermínio da população nativa do Congo, nos anos 1890:

> A raça foi uma tentativa de explicar a existência de seres humanos que ficavam à margem da compreensão dos europeus, e cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilharam os homens brancos, imigrantes ou conquistadores, que eles não desejavam mais pertencer à mesma comum espécie humana. [...] Dessa ideia resultaram os mais terríveis massacres da história: o extermínio das tribos hotentotes pelos bôeres, as selvagens matanças de Carl Peters no Sudeste Africano Alemão, a dizimação da pacata população do Congo reduzida de uns 20 milhões para 8 milhões; e, o que é pior, a adoção desses métodos da "pacificação" pela política externa europeia comum e respeitável. [...] A raça, quer sob a forma de conceito ideológico gerado na Europa, ou como explicação de emergência para experiências chocantes e sangrentas, sempre atraiu os piores elementos da civilização ocidental. Já a burocracia foi descoberta pelas mais elevadas e, por vezes, as mais esclarecidas camadas da *intelligentsia* europeia, às quais atraía a princípio. [...] Foi a burocracia a base organizacional do grande jogo da expansão, no qual cada zona era considerada um degrau para envolvimentos futuros, e cada povo era um instrumento para futuras conquistas. [...] O racismo como instrumento de domínio foi usado nessa sociedade de brancos e negros antes que o imperialismo o explorasse como ideia política [...] para os brancos foi mais fácil negar que os pretos fossem seres humanos. (ARENDT, 2018, pp. 249-261)

Nessa combinação entre raça e burocracia, que forneceu as condições para a empreitada imperialista e que, por sua vez e como já visto, pressupõe a "expansão", a "conquista", a "exportação do capital", o "dinheiro supérfluo", a "exportação da força", as "pessoas supérfluas" e a "aliança entre a ralé e o capital", a figura do financista judeu tornou-se um elemento central para a viabilidade dessa jornada, sobretudo em decorrência das corridas do ouro e do diamante:

> É fora de dúvida que os financistas, embora não constituíssem o fator decisivo do imperialismo, foram no início os seus notáveis representantes. [...] A principal característica econômica do financista está em que ele não recebe o seu lucro nem da produção nem da exploração, nem da troca de mercadorias nem da operação bancária comum, mas apenas da comissão. [...] É significativo, também, que foi precisamente o elemento mais baixo do povo judeu que virou financista. É verdade que a descoberta do ouro na África do Sul coincidira com os primeiros *pogroms* na Rússia, de modo que algumas levas de judeus começaram a emigrar da Rússia para a África do Sul. [...] Os financistas judeus vieram de quase todos os países da Europa, onde eram, em termos de classe, tão supérfluos quanto os outros imigrantes sul-africanos. [...] Em outras palavras, os financistas judeus haviam se tornado tão supérfluos na atividade bancária judaica normal quanto a riqueza que representavam era supérflua no empreendimento industrial legítimo, e como eram supérfluos os caçadores de fortuna no mundo da mão de obra legítima. [...] Na África do Sul embora em nenhum outro país, eles foram o terceiro fator da aliança inicial entre o capital e a ralé; em grande parte, foram responsáveis pela dinamização dessa aliança, dirigiram o influxo de capital e o seu investimento em minas de ouro e diamante, e logo se tornaram mais conspícuos do que todos os outros. (ARENDT, 2013, pp. 267-269)

É fato que, como salienta a autora, a um determinado ponto da empreitada imperialista na África do Sul, os financistas judeus foram "desapossados" de seu papel na economia aurífera e diamantífera, tendo o seu lugar ocupado por "cavalheiros" como Cecil Rhodes, da estirpe dos Rothschild. E estes, por sua vez, intensificaram no negócio do ouro e do diamante as características típicas da empresa imperialista, que contrastavam com o desenvolvimento natural do capitalismo, colaborando para manter as características de uma típica "sociedade racial" entre *bôeres* e nativos – e, paradoxalmente, reforçando o antissemitismo para com os financistas que, desapossados de suas funções originais e para desprezo ainda maior dos bôeres, acabaram se adaptando à sociedade racial africana em outras funções distintas da atividade do ouro e do diamante, como na indústria secundária, ocupando lugares antes exclusivos dos descendentes de holandeses:

> [Rhodes] introduziu no próprio Cabo aquela política econômica tipicamente imperialista de desprezo a qualquer empreendimento industrial que não pertencesse a acionistas ausentes [...] desprezar toda a empresa industrial autêntica era a mais forte garantia de evitar a normal evolução capitalista e, portanto, a morte natural de uma sociedade racista. Os bôeres levaram várias décadas para entender que não precisavam temer o imperialismo, porquanto este nem desenvolveria o país, como a Austrália e o Canadá haviam sido desenvolvidos, nem tiraria proveito do país como um todo, contentando-se apenas com um alto rodízio de investimentos num campo específico. (..) a África do Sul tornou-se o primeiro exemplo do fenômeno que ocorre quando a ralé passa a ser o fator dominante na aliança que mantém com o capital. [...] Em contraste com os nazistas, para os quais o racismo e o antissemitismo foram armas políticas importantes para a destruição da civilização e para o estabelecimento de uma nova estrutura, o racismo e o antissemitismo da África do Sul são consequências naturais do *status quo*. Não precisaram do nazismo para nascer, e só indiretamente influenciaram o nazismo. (ARENDT, 2013, pp. 270-273)

Se por um lado as medidas adotadas por Cecil Rhodes foram fundamentais para a "descoberta" e "aplicação" prática do conceito de raça, sendo estes essenciais para o sucesso na experiência imperialista na África do Sul, por outro lado, deve-se à lorde Cromer, cônsul-geral britânico no Egito de 1883 a 1907, o emprego prático do conceito de burocracia (um "governo de peritos" de uma "minoria experiente") na experiência imperialista no Egito, ao adotar o que denominava de "forma híbrida de governo", distinta da "anexação" ou da "colonização" clássica, marcada pelo "alheamento" em relação aos súditos e sujeita apenas à "lei da expansão". Ambos os conceitos, de raça e de burocracia, estavam legitimados pelas lendas fundadoras dos "matadores de dragões", dos aventureiros ingleses, de seu "cavalheirismo, nobreza e bravura", como nas histórias de Rudyard Kipling, que incentivaram os jovens ingleses a se engajar no serviço colonial (2013, pp. 275-283).[27]

A autora identifica, ainda, a relação existente entre os objetivos totalitários do nazismo e do bolchevismo com os movimentos nacionalistas de unificação, anteriores ao imperialismo colonial ultramarino, que tomaram pé em países multiétnicos, de "população mista" e remanescentes das monarquias de até antes da Primeira Guerra, como na Alemanha de Bismarck, na Rússia Czarista e na Monarquia Dual da Áustria-Hungria dos Habsburgo, respectivamente denominados de pangermanismo e pan-eslavismo.

Com o advento do imperialismo colonial, esses movimentos foram reforçados pelo sentimento de que nações continentais que não podiam se lançar à empreitada imperialista ultramarina poderiam engendrar empreitadas geopolíticas semelhantes dentro do próprio continente, a partir de um preceito de unificação étnica. E se, de um lado, havia ressentimento de Estados-nações ante a impossibilidade de se lançar à empreitada imperialista ultramar, os ressentimentos eram ainda maiores dentre aqueles países que sequer haviam conseguido alçar a condição de Estado-nação.

Assim, o imperialismo continental com fundo de unificação étnica também contribuiu para o surgimento de um "novo tipo de nacionalismo tribal" (baseado na "origem comum", no conceito de "nação" e não de Estado, do qual o próprio judaísmo já era um exemplo anterior), diferente do nacionalismo do Estado-nação (baseado na nacionalidade – quer seja por "direito de origem" ou por "fato de nascimento" – e na soberania estatal). Esse nacionalismo tribal ou, simplesmente, tribalismo, era ainda mais racista que o imperialismo ultramar e o chauvinismo.

[27] "Dos dois principais mecanismo políticos do domínio imperialista, a raça foi descoberta na África do Sul e a burocracia na Argélia, Egito e Índia; a primeira foi inicialmente a reação quase inconsciente diante de tribos cuja humanidade atemorizava e envergonhava o homem europeu, enquanto a segunda resultou da aplicação de princípios administrativos através dos quais os europeus haviam tentado dominar povos estrangeiros considerados inferiores e carentes de sua proteção especial". (ARENDT, 2013, p. 275)

Para a autora aliás, "a chave do súbito aparecimento do antissemitismo como centro de todo um conceito de vida e de mundo [...] está na natureza do tribalismo e não em fatos e circunstâncias políticas [...] O que tornou o antissemitismo dos movimentos de unificação étnica tão eficaz [...] foi a sua fusão com o nacionalismo tribal da Europa oriental" (2013, p. 301-314).

E se o próprio judaísmo era um exemplo de nacionalismo tribal, é necessário explicar o porquê de os judeus terem sido arrastados para o centro do antissemitismo como expressão peculiar do racismo:

> Mas o que arrastou os judeus para o centro dessas ideologias racistas, mais que qualquer outro fato, foi a pretensão judaica de ser um povo eleito – único obstáculo sério à igual pretensão que emanava dos movimentos de unificação étnica. [...] O fato de que o fanatismo dos movimentos de unificação étnica tenha escolhido os judeus para seu centro ideológico, que foi o começo do fim das comunidades judaicas europeias, constitui uma das mais lógicas e mais amargas vinganças de toda a história. [...] O ódio dos racistas aos judeus advinha da supersticiosa apreensão de que Deus poderia ter realmente escolhido os judeus e não a eles, de que a divina providência realmente houvesse concedido o sucesso aos judeus. (ARENDT, 2013, pp. 315-318)

A autora aduz, ainda, a ideia da "justificação ideológica da ilegalidade" (2013, p. 318), característica do governo da burocracia[28], e de um regime de governo por decretos[29], uma prática viabilizada nos países multiétnicos em razão de suas reminiscências despótico-monárquicas e perfeitamente adequado e compatível com o chamado imperialismo continental e ao nacionalismo tribal,[30] havendo, contudo, embora semelhantes, uma distinção entre o "antigo governo pela burocracia" e o "moderno governo totalitário", assim como entre os objetivos totalitários do nazismo e do bolchevismo e aqueles perseguidos pelos movimentos nacionalistas de unificação, pangermanismo e pan-eslavismo:

> É facilmente perceptível uma das diferenças mais berrantes entre o antigo governo pela burocracia e o moderno governo totalitário: os governantes russos e austríacos de antes da Primeira Guerra Mundial contentavam-se com a ociosa irradiação de poder e, satisfeitos em controlar seus destinos exteriores, deixavam intacta toda a vida espiritual interior. A burocracia totalitária, conhecendo melhor o significado do poder absoluto, interfere com igual brutalidade com o indivíduo e com a sua vida interior. Como resultado dessa radical eficiência, extinguiu-se a espontaneidade dos povos sob

[28] Não se está aqui a empregar o termo burocracia em seu sentido contemporâneo corrente ou em seu sentido weberiano, como parte das engrenagens integrantes da administração pública, independente do regime político (democrático, autocrático/tirânico ou oligárquico/plutocrático) e sim no sentido de forma de governo mesmo (monárquico, republicano ou burocrático).

[29] "Legalmente, governar por meio de burocracia é governar por decreto, o que significa que a força, que no governo constitucional apenas faz cumprir a lei, se torna a fonte direta de toda legislação". (ARENDT, 2013, p. 319)

[30] "Era amplamente vantajoso o regime de decretos no domínio de territórios extensos com populações heterogêneas e na política de opressão. [...] É muito útil na implantação de uma administração centralizada porque suprime automaticamente toda a autonomia local". (ARENDT, 2013, p. 320)

> o domínio totalitário juntamente com as atividades sociais e políticas, de sorte que a simples esterilidade política, que existia nas burocracias mais antigas, foi seguida de esterilidade total sob o regime totalitário. A era em que nasceram os movimentos de unificação tinha, porém, a felicidade de ignorar essa esterilização total. (ARENDT, 2013, p. 322)

Arendt nos fala ainda sobre a "hostilidade dos movimentos de unificação étnica contra o sistema partidário", nascido a partir de 1848 (2013, p. 338). Segundo ela, o apelo suprapartidário dos movimentos nacionalistas de unificação (que se autoconsideravam "partidos acima de partidos") contribuiu para a queda de credibilidade do sistema partidário de representação política nos Estados-nação[31]. Em que pese haver diferenças entre o "sistema bipartidário anglo-saxônico e o sistema multipartidário da Europa continental", com menor ou maior fragmentação e, portanto, maior ou menor necessidade de apelo ao nacionalismo; menor ou maior proximidade dos cidadãos para com os partidos; menor ou maior acesso dos partidos ao governo ou alternância destes no poder; menor ou maior identificação/proximidade dos partidos com o Estado e menor ou maior probabilidade de ascensão de regimes de partidos únicos,[32] foram tais movimentos, em contraste com o sistema partidário representativo[33] que abriram as portas para os movimentos totalitários do comunismo bolchevique e do nazismo hitlerista.

Nesse sentido, bolchevismo e nazismo podem ser interpretados como exacerbações do pan-eslavismo e do pangermanismo; e estes podem ser vistos como a antessala daqueles. Enquanto movimentos de unificação étnica atacavam o Estado, mas ainda viam nele a última fronteira do poder a ser respeitada, desejando dele se apossar para instalar ditaduras autoritárias (que se operam por meio de instituições conservadoras tradicionais, tais como a igreja, os militares e setores empresariais) os movimentos totalitários queriam acabar com o Estado,

---

[31] "Na verdade, a real desintegração do sistema partidário europeu não foi provocada pelos movimentos de unificação, mas pelos movimentos totalitários". (ARENDT, 2013, p. 328)

[32] "[...] a principal diferença entre o partido anglo-saxônico e o partido continental é que o primeiro é uma organização política de cidadãos que precisam agir em conjunto para poderem agir com eficácia, enquanto o segundo é a organização de indivíduos privados que querem proteger os seus interesses contra a interferência dos negócios públicos. [...] Assim, quanto mais o sistema pluripartidário refletia os interesses de classe, mais a nação necessitava do nacionalismo, de algum apoio por parte do povo aos interesses nacionais, apoio do qual a Inglaterra, com seu governo direto baseado em partido e oposição, nunca precisou muito. Quando consideramos a diferença entre o sistema multipartidário do Continente e o sistema bipartidário britânico no que tange à predisposição para a criação de movimentos, parece mais fácil a uma ditadura unipartidária assenhorear-se da máquina estatal em países onde o Estado está acima dos partidos [sistema multipartidário], e, portanto, acima dos cidadãos, do que em países onde os cidadãos, por agirem "em conjunto", isto é, através da organização de um partido, podem galgar legalmente o poder e se sentem como donos do Estado, seja o de hoje, seja de amanhã [sistema bipartidário]". (ARENDT, 2013, p. 331-332)

[33] [...] o verdadeiro objetivo de todo "partido acima dos partidos" era promover um interesse particular até subjugar todos os outros, e fazer com que um grupo particular se apossasse da máquina do Estado". (ARENDT, 2013, p. 333).

substituindo-o por uma nova ordem, uma ditadura unipartidária sem qualquer vínculo com a ordem multipartidário anterior.

Assim, o jovem sistema partidário europeu teria sucumbido antes mesmo da eclosão da Segunda Guerra:

> [...] o Estado e os partidos, juntos, defendiam o *status quo* sem se aperceberem de que nessa mesma aliança já estava o embrião da mudança do *status quo.* O colapso do sistema partidário europeu ocorreu de modo espetacular com a subida de Hitler ao poder. Hoje, muitas vezes esquece-se de que, quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países europeus já havia adotado alguma forma de ditadura e se afastado do sistema partidário, e que essa revolucionária mudança de governo ocorrera na maioria dos países sem qualquer agitação revolucionária. (ARENDT, 2013, p. 341)

A combinação entre imperialismo colonial ultramarino, imperialismo continental, movimentos de unificação étnica, racismo e rejeição ao sistema partidário desaguam na Primeira Grande Guerra. A partir daí, Arendt passa a analisar a temática sob a perspectiva do "declínio do Estado-nação e o fim dos direitos dos homens". Para ela:

> Antes que a política totalitária conscientemente atacasse e destruísse a própria estrutura da civilização europeia, a explosão de 1914 e suas graves consequências de instabilidade [inflação, desemprego, guerras civis, migrações] haviam destruído a fachada do sistema político – o bastante para deixar à mostra o seu esqueleto. (ARENDT, 2013, p. 347)

A partir dos resultados da Primeira Grande Guerra, entre elas a "liquidação da Monarquia Dual e do império Czarista", ou seja, dos "dois estados multinacionais europeus de antes da guerra", foi adotada a solução de "aglutinar vários povos num só Estado", os chamados "Estados sucessores dos impérios desmembrados". Daí surgem distintas consequências. A primeira, que um determinado "ódio universal" passou a dar o tom às relações políticas europeias da década de 20.[34] A segunda é que tal solução constante nos Tratados de Paz e das Minorias[35] da Liga das Nações produziu, como parte integrante do espólio da Guerra, dois

[34] "O ódio [...] começou a desempenhar um papel central nos negócios públicos de todos os países, de modo que o cenário político, nos anos enganadoramente calmos da década de 20, assumiu uma atmosfera sórdida e estranha de briga em família à Strindberg. [...] Os últimos restos de solidariedade entre as nacionalidades não emancipadas do "cinturão de populações mistas" evaporaram-se com o desaparecimento de uma despótica burocracia central, que também havia servido para centralizar e desviar uns dos outros os ódios difusos e as reivindicações nacionais em conflito". (ARENDT, 2013, p. 348)

[35] "Os Tratados aglutinaram vários povos num só Estado, outorgaram a alguns o status de "povos estatais" e lhes confiaram o governo, supuseram silenciosamente que os outros povos nacionalmente compactos (como os eslovacos na Tchecoslováquia ou os croatas e eslovenos na Iugoslávia) chegassem a ser parceiros no governo, o que naturalmente não aconteceu, e, com igual arbitrariedade, criaram com os povos que sobraram um terceiro grupo de nacionalidades chamadas minorias, acrescentando assim aos muitos encargos dos novos Estados o

"grandes grupos de vítimas" distintas de todos os demais: *apátridas* e *minorias* os quais, além de sofrer as já mencionadas consequências drásticas do conflito, sofridas por todos, "não dispunham de governos que os representasse e protegessem", perdendo, além de seus "direitos nacionais", também os seus "direitos humanos" (2013, p. 349).

Tal solução, de criar Estados-nação multiétnicos (o que em si contrasta com o próprio conceito de Estado Nacional, que pressupõe "homogeneidade da população" e "fixação ao solo") e que acabou por distinguir suas respectivas populações entre "povos estatais" e "povos sem estado" foi considerada como um "jogo arbitrário que dava poder a uns, colocando em servidão os outros", negando às distintas minorias étnicas do chamado "cinturão de populações mistas" o direito de "liberdade", de "autodeterminação", de "emancipação" e de "soberania", legando-os à condição de "povos sem história": "nacionalmente frustrados" e "privados de seu próprio governo nacional" (2013, pp. 351-353).[36]

Nem mesmo a assimilação destas minorias era possível, dada a superioridade numérica do somatório destas ante a minoria que constituía o "povo estatal" de cada um dos estados sucessores, gerando assim um contingente considerável de refugiados e apátridas (2013, pp. 358-362). Nesse sentido, os Direitos do Homem, proclamados pelas revoluções francesa e americana, em tese inalienáveis, supostamente aplicáveis independentemente de cidadania e nacionalidade, foram desafiados por uma situação em que milhares de "povos sem pátria" (apátridas, refugiados e minorias) já não tinham assegurado direito algum, nem em seu próprio Estado-nação – os direitos nacionais civis –, nem nos Estados-nações para onde migraram – como os direitos de asilo ou as regras anteriores de assimilação e de emancipação. Os Estados de destino destes povos preferiram se encastelar na defesa de seus próprios direitos nacionais e civis do que nos direitos humanos (universais, independente e, ao mesmo tempo, necessários às questões de fundo étnico, religioso ou linguístico), reforçando ainda mais as teses e ao sentimento de que tais minorias eram indesejáveis e, como tal, a elas se precisava dar algum destino. A partir do fim do século XIX e início do século XX, em todos os lugares para onde os migrantes se dirigiam havia severas restrições (2013, p. 375). Além da "perda dos lares", estes padeciam com a "perda da proteção do governo" (2013, pp. 371-388).

---

problema de observar regulamentos especiais, impostos de fora, para uma parte de sua população". (ARENDT. 2013, p. 351)

[36] "Os Tratados das Minorias diziam em linguagem clara aquilo que até então era apenas implícito no sistema operante dos Estados-nações, isto é, que somente os 'nacionais' podiam ser cidadãos, somente as pessoas da mesma origem nacional podiam gozar de toda a proteção das instituições legais, que os indivíduos de nacionalidade diferente precisavam de alguma lei de exceção até que, ou a não ser que, estivessem completamente assimilados e divorciados de sua origem". (ARENDT, 2013, p. 356)

No extremo, a situação de minorias, apátridas e refugiados passou a ser a de negação de todos os direitos, de não ter direito a titularizar direito algum, ou seja, uma "completa privação de direitos antes que o [próprio] direito à vida fosse ameaçado", não mais importando sequer o debate sobre a teoria que fundamenta as suas origens (se direitos racionalmente ou divinamente naturais), esse era o drama e a encruzilhada em que se encontravam os direitos humanos no final do século XIX e início do século XX:

> A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los. Só no último estágio de um longo processo o seu direito à vida é ameaçado; só se permanecerem absolutamente "supérfluos", se não se puder encontrar ninguém para "reclamá-los", as suas vidas podem correr perigo. [...] Assim, a calamidade que se vem abatendo sobre um número cada vez maior de pessoas não é a perda de direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos. O homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade. (ARENDT 2013, pp. 378-380)

É justamente a combinação entre estes distintos elementos – antissemitismo, imperialismo colonial ultramarino, imperialismo continental, movimentos de unificação étnica, racismo, desemprego, inflação, situação de minorias étnicas nacionais, refugiados e apátridas destituídos de suas nacionalidades e territórios, bem como a desintegração do Estado-nação – como "espólio" da Primeira Guerra que está na base do que viria a seguir: a constituição de movimentos e governos totalitários fundamentados nas teorias raciais – supremacistas e eugenistas – como a teoria do darwinismo social.

Na terceira parte de sua obra, após analisar suas origens, Arendt passa a dissertar, de forma mais específica, sobre a outra parte daquilo de que ela afirma tratar-se o livro: o totalitarismo e seus elementos. E o faz a partir da análise dos dois regimes por ela considerados como totalitários por excelência: o bolchevismo russo e o nazismo alemão, diferenciando-os de "outros tipos de governos ditatoriais, despóticos ou tirânicos" (2013, p. 528), tais como as ditaduras unipartidárias:

> O que é importante em nosso contexto é que o governo totalitário é diferente das tiranias e das ditaduras; a distinção entre eles não é de modo algum uma questão acadêmica que possa ser deixada, sem riscos, aos cuidados dos "teóricos", porque o domínio total é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir. Assim, temos todos os motivos para usar a palavra "totalitarismo" com cautela [...] também é

> verdade que a mais horrível forma de governo, cujos elementos e origens históricas me propus analisar, terminou na Rússia com a morte de Stálin, da mesma forma como o totalitarismo terminou na Alemanha com a morte de Hitler. (ARENDT, 2013 pp. 395 e 404)

Arendt aborda um dos aspectos tanto dos movimentos quanto dos regimes totalitários e que ela denominou de *uma sociedade sem classes*, abordando o *papel das massas* e da *aliança temporária entre a ralé e a elite* na ascensão tanto dos movimentos quanto dos governos totalitários. Ela denomina de "impermanência", ou seja, a "facilidade com que [os líderes totalitários] são substituídos", que decorre, por sua vez, da "volubilidade das massas" que estaria na "essência dos movimentos totalitários" como uma de suas características. Aliás, foi o "apoio das massas" o elemento essencial para a ascensão dos dois líderes totalitários analisados (Stálin e Hitler),[37] que ocorreram de modo "legal [por] dentro do sistema majoritário". A "indiscutível popularidade" destes estaria relacionada tanto com a propaganda ("tão franca quanto mentirosa"), quanto com a "atração que o mal e o crime exercem sobre a mentalidade da ralé", demonstrando, ao mesmo tempo, "o valor propagandístico do mal e o desprezo geral pelos padrões morais" (2013, pp. 408-409).

Agregado a isso estariam a "incondicional lealdade" das massas aos movimentos totalitários; e o "apoio popular" aos regimes totalitários, duplo fanatismo capaz de fazer com que as convicções de seus adeptos fossem inabaláveis, mesmo quando diante de sua própria vitimização, por meio da "perda radical do interesse do indivíduo em si mesmo".[38] Aliás, o "domínio total" só é possível quando se subtrai as características, prerrogativas e direitos individuais das pessoas para considerá-las apenas como unidades integrantes da "massa". A "superfluidade do homem" – em contraste aos valores dos direitos humanos, do individualismo, do liberalismo – decorrentes do desemprego e do crescimento populacional – propicia o "desprezo pela vida humana". Logo, as experiências totalitárias se tornaram viáveis em países onde havia grandes contingentes populacionais ("massas supérfluas") disponíveis ao sacrifício da renúncia de direitos e da própria vida em nome de uma causa que lhes apaixonasse:

---

[37] Ela distingue a ditadura unipartidária de Mussolini do totalitarismo nazista de Hitler e do totalitarismo bolchevique de Stálin, salientando que até mesmo a Alemanha "somente se tivesse vencido a guerra [...] teria conhecido um governo totalitário completo", para o qual já havia planos que afetavam a própria população alemã (ARENDT, 2013, p. 411).

[38] "Nem a Sociedade do 10 de dezembro (que ajudou a colocar Luís Napoleão no poder), nem as brigadas de açougueiros (que atuaram no Caso Dreyfus), nem as Centenas Negras (que organizavam os pogroms na Rússia), nem os movimentos étnicos de unificação envolveram os seus membros ao ponto de fazê-los perder completamente suas reivindicações e ambições individuais". (ARENDT, 2013, pp. 415-416)

> Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas – e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos, como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. [...] Depois da Primeira Guerra Mundial, uma onda antidemocrática e pró-ditatorial de movimentos totalitários e semitotalitários varreu a Europa: da Itália disseminaram-se movimentos fascistas para quase todos os países da Europa central e oriental (os tchecos – mas não os eslovacos – foram uma das raras exceções); contudo, nem mesmo Mussolini, embora useiro da expressão "Estado totalitário", tentou estabelecer um regime inteiramente totalitário, contentando-se com a ditadura unipartidária. Ditaduras não totalitárias semelhantes surgiram, antes da Segunda Guerra Mundial, na Romênia, Polônia, nos Estados bálticos (Lituânia e Letônia), na Hungria, em Portugal e, mais tarde, na Espanha. [...] Em todos esses países menores da Europa, movimentos totalitários precederam ditaduras não totalitárias, como se o totalitarismo fosse um objetivo demasiadamente ambicioso, e como se o tamanho do país forçasse os candidatos a governantes totalitários a enveredar pelo caminho mais familiar da ditadura de classe ou de partido. [...] Sem muita possibilidade de conquistar territórios, os ditadores desses pequenos países eram obrigados à moderação, sem a qual corriam o risco de perder os poucos súditos de que dispunham. [...] De qualquer modo, foi só durante a guerra, depois que as conquistas do Leste forneceram grandes massas e tornaram possíveis os campos de extermínio, que a Alemanha pôde estabelecer um regime verdadeiramente totalitário. [...] Somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário, diferente do movimento totalitário. (ARENDT, 2013, pp. 410-412)

O "sucesso dos movimentos totalitários entre as massas", distintas, por sua vez, da ralé[39], se explica também a partir da desconfiança e da incredulidade destas no sistema parlamentar e na própria concepção de Estado-nação, na sedução que a violência destes lhes causavam, no "colapso do sistema de classes como estratificação social e política dos Estados-nações europeus" e do "colapso do sistema partidário"[40], sendo fundamental a sua adesão para levar representantes de tais movimentos ao parlamento permitindo, depois, a tomada do poder, convertendo-se de "movimentos totalitários" para "governos totalitários":

> Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. [...] as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto. Em sua ascensão, tanto o movimento nazista da Alemanha quanto os movimentos comunistas da Europa depois de 1930 recrutaram os seus membros dentre essa massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas [...] que nunca antes haviam participado da política. [...] Assim, quando os movimentos totalitários invadiram o Parlamento com o seu desprezo pelo governo parlamentar, pareceram simplesmente contraditórios; mas, na verdade, conseguiram convencer o povo em geral de que as maiorias parlamentares eram espúrias e não correspondiam

[39] "A ralé, enquanto força motriz das massas, já não era o agente da burguesia nem de ninguém, a não ser das próprias massas". (ARENDT, 2013, p. 420)

[40] "O colapso do sistema de classes significou automaticamente o colapso do sistema partidário, porque os partidos cuja função era representar interesses, não mais podiam representá-los, uma vez que a sua fonte e origem eram as classes". (ARENDT, 2013, p. 417)

> necessariamente à realidade do país, solapando com isso a dignidade e a confiança dos governos na soberania da maioria. (ARENDT, 2013, pp. 412-414)

A autora salienta que a "relação entre a sociedade de classes dominada pela burguesia e as massas que emergiram do seu colapso" é distinta da relação entre "a burguesia e a ralé, que era um subproduto da produção capitalista": para ela, "a indiferença em relação aos negócios públicos" e "a neutralidade em questões de política", comportamentos que demarcavam uma postura inicial das burguesias autóctones nas origens do capitalismo foram, aos poucos, cedendo espaço a uma "hostilidade em relação às instituições nacionais" (vistas como entraves, empecilhos ou obstáculos à expansão dos seus negócios), onde a "apatia" deu lugar a "nova exigência de direção monopolista" da burguesia em relação aos assuntos do Estado.

Na Alemanha, os já mencionados efeitos deletérios da derrota na Primeira Guerra, notadamente a inflação e o desemprego, aguçaram ainda mais o ressentimento e as insatisfações, tanto do "trabalhador desempregado", quando do "proprietário desapossado" ou dos "antigos membros das classes média e superior", contribuindo para formar a "atmosfera de colapso na sociedade de classes" em que teria se desenvolvido "a psicologia do homem de massa da Europa". O "homem de massa", a "era das massas", a "conduta da massa" e a "psicologia da massa", de que são precedentes a "atomização social" e a "individualização extrema" (2013, pp. 415-419) teriam tomado o lugar tanto do individualismo capitalista quanto da lógica socialista de organização política dos indivíduos conforme o seu interesse de classes:

> As massas, contrariamente ao que foi previsto, não resultaram da crescente igualdade de condição e da expansão educacional, com a sua consequente perda de qualidade e popularização de conteúdo, pois até os indivíduos altamente cultos se sentiam particularmente atraídos pelos movimentos de massa. Nem o mais sofisticado individualismo evitava aquele autoabandono em direção à massa que os movimentos de massa propiciavam. (ARENDT, 2013, p. 419)

Já na Rússia pós-Revolução de Outubro, camponeses, operários e classe média compunham uma estrutura de classes de uma sociedade anteriormente carente de uma divisão em estratos mais claros, onde as reminiscências do feudalismo czarista ainda se confundiam com um princípio de capitalismo bastante primitivo. Apenas uma re-atomização, promovida por Stálin, seria capaz de transformar os membros das classes sociais recém estabelecidas e o conjunto das minorias étnicas de distintas nacionalidades em membros constituintes de uma "massa atomizada e amorfa", conduzindo a "ditadura unipartidária" de Lênin ao "totalitarismo" (2013, p. 421).

Tal dissolução de classes, que durou por toda a década de 1930, teria iniciado pelos *camponeses*, com a "fome artificial", a "deportação", a "expropriação dos *kulaks*" e a "coletivização"; seguiu-se pela classe operária urbana, por meio da "transformação de toda a *classe operária* russa num gigantesco corpo de trabalhadores forçados"; e se concluiu com substituição da "*aristocracia* administrativa e militar da sociedade soviética" que exercia domínio sobre as "repartições públicas, fábricas, entidades econômicas e culturais e agências governamentais, partidárias e militares" que, sob Stálin, "passaram a novas mãos", constituindo assim um dos *expurgos*[41] em massa do regime bolchevique stalinista que, ademais de seu objetivo de eliminar ou mesmo impedir o surgimento de inimigos, acabaram se constituindo em verdadeiras "políticas populacionais de eliminação regular do excesso de pessoas" (2013, p. 549).

Também contribuiu para tal desiderato de formação de uma sociedade "atomizada e individualizada" a bolchevização do modelo de "instituições comunais" (os *Sovietes*), cuja quase totalidade dos membros, sobretudo os que eram escolhidos para compor o Comitê Central (e, naturalmente, também o *Politburo*) passou a ser, a partir de 1930, de integrantes do Partido, assim como o denuncismo, a espionagem e a prática da delação entre amigos e o afastamento do programa partidário, substituído pelo objetivo de mera "tomada do poder e instalação da 'elite' fascista no governo" (2013, pp. 422-428).

Após analisar o papel das massas e referindo-se à "indiscutível atração que esses movimentos exercem sobre a elite e não apenas sobre os elementos da ralé da sociedade" (2013, p. 430), Arendt retorna a um tópico já abordado quando de sua análise sobre o imperialismo: a aliança entra a ralé e a elite.

> Essa atração da elite é um indício tão importante para a compreensão dos movimentos totalitários (embora não se possa dizer o mesmo dos regimes totalitários) quanto a sua ligação com a ralé. Denota a atmosfera específica, o clima geral que propicia o surgimento do totalitarismo. [...] Os atuais governantes totalitários e os líderes dos

[41] Segundo a autora, os expurgos foram "[...] tão desastrosos para o bem-estar econômico e social do país como foi eficaz para fortalecer o governante totalitário" (2013, p. 339). Eles foram a forma encontrada para se obter a desejada dissolução das classes e respectiva atomização social, necessárias à implantação do totalitarismo: "A atomização da massa na sociedade soviética foi conseguida pelo habilidoso uso de repetidos expurgos que invariavelmente precediam o verdadeiro extermínio de um grupo" (ARENDT, 2013, p. 426). Mais adiante, a autora salienta que os expurgos abriam "o caminho para a nova geração, recém-formada e com fome de empregos. [...] Esse rodízio regular e violento de toda a gigantesca máquina administrativa embora evite que a competência se desenvolva, tem muitas vantagens: assegura a relativa juventude dos oficiais e impede uma estabilização de condições que, pelo menos em tempo de paz, é cheia de perigos para o governo totalitário. Eliminando a antiguidade e o mérito, o governo impede que nasçam as lealdades que geralmente ligam os membros mais jovens da equipe aos mais antigos, de cuja opinião e boa vontade depende o seu progresso; elimina de uma vez por todas os perigos do desemprego e assegura a todos uma ocupação compatível com a sua educação". (2013, pp. 541-542)

> movimentos totalitários têm ainda os traços característicos da ralé, cuja psicologia e filosofia política são bastante conhecidas. (ARENDT, 2013, p. 430)

Para ela, os "sobreviventes das trincheiras" constitutivos da "geração de vanguarda" da Primeira Guerra Mundial "não se tornaram pacifistas", mas sim, "recordavam a guerra como o grande prelúdio do colapso das classes e da sua transformação em massa". A guerra era, para estes, "a ação coletiva mais poderosa de todas, que obliterava as diferenças individuais" mas também os diferentes sentimentos nacionais – ao que se somavam também os sentimentos e o *status* de miséria, perplexidade, hipocrisia, humildade, frustração, ressentimento e impossibilidade de se lançarem à jornadas heroicas (como nos tempos do imperialismo ultramarino) como suas características psicológicas – de modo que também fez parte do já mencionado conjunto de consequências constitutivas do espólio da Primeira Guerra Mundial a formação de uma verdadeira "comunidade de destino", marcada pela "velha paixão do anonimato e da perda de si mesmos" e conformadora de um ambiente propício ao "peculiar desprendimento do homem de massa" e a "uma tensão constante e um desejo de violência" (2013, pp. 433-435). O "pronunciado ativismo dos movimentos totalitários" era o que atraía esses "veteranos de guerra", dispostos a "fazer algo, fosse heroico ou criminosos, que nenhuma outra pessoa pudesse prever ou determinar" (ARENDT, 2013, p. 436).

A destituição das classes e a transformação da ralé em massa são, assim, pré-requisitos para a constituição dos *movimentos totalitários*, para o que se observa também as nuances da *propaganda totalitária*. Arendt distingue a propaganda da doutrinação: a primeira, destinada ao público externo e aos não convertidos; a segunda, destinada ao público interno, aos adeptos e seguidores já "iniciados no movimento". A propaganda totalitária – que traz consigo alguns elementos próprios da publicidade, mas dela se distingue – é marcada por demagogia, terror, banditismo, ameaças, "uso de insinuações indiretas" e pelo "cientificismo" (que, por sua vez, tem ligação direta com o próprio surgimento das massas), como formas de dissuasão; já a doutrinação também se acompanha da violência, porém, não mais como ameaça ou meio de convencimento, mas sim com o intuito de concretização, ou seja, para "dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias":

> Em outras palavras, a propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não totalitário; o terror, ao contrário, é a própria essência da sua forma de governo. Sua existência não depende do número de pessoas que a infringem. [...] o que caracteriza a propaganda totalitária melhor do que as ameaças diretas e os crimes contra indivíduos é o uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não derem ouvidos aos seus ensinamentos,

> seguidas de assassinato em massa perpetrado igualmente contra "culpados" e "inocentes". (ARENDT, 2013, pp. 449-450)

Uma característica do estado de espírito propício aos efeitos da propaganda nas massas é a profunda renúncia destas aos seus próprios interesses (2013, p. 453) a que se somam outras: além da "falta de egoísmo interesseiro do indivíduo" (2013, p. 454), também se observam a falsa capacidade de "predição", a "infinita infalibilidade" e o respectivo hábito de "anunciar suas intenções políticas sob a forma de profecias" (2013, p. 455) dos líderes totalitários, todos se configurando como elementos a influenciar no poder de convencimento da propaganda totalitária. A combinação entre predição e infalibilidade servia, assim, de justificativa e de fundamento para toda a sorte de atrocidades, cometidas ou que ainda viessem a ocorrer: "o que sucedeu foi apenas o que havia sido predito" (2013, p. 455).

A lógica coerente das conspirações alimenta uma pré-disposição para nelas acreditar, assim como no "mistério" e em "sociedades secretas", passando estas a condição de elementos constitutivos da propaganda de massa totalitária (2013 p. 457) que contava ainda com o antissemitismo como elemento central, por meio do mito de uma "conspiração mundial judaica". Além disso, também figuraram o uso abusivo de slogans como forma de sintetizar a "mistura de doutrinas políticas supostamente antagônicas", o desprezo pelo papel do Estado[42] (2013, pp. 461 e ss.).

O uso dos Protocolo do Sábio de Sião passou a ganhar outra conotação, não apenas como documento síntese do antissemitismo, mas também como "modelo para a futura organização das massas alemãs num 'império mundial'" (2013, p. 465). À essa massa, que era diferente da ralé e que havia substituído as classes, alvo principal tanto da propaganda quanto da doutrinação totalitária, os nazistas davam o nome de *Volksgemeinschaft*, uma comunidade nacional sem classes, baseada na pureza racial e não na igualdade de direitos, mas sim na igual predisposição em aderir e crer no nazismo. Essa mesma massa, inicialmente necessária, foi objeto de desprezo dos nazistas após a tomada de poder: além de eliminar judeus e demais minoria étnicas, também povoava os planos nazistas de desfazer dos próprios alemães não arianos, substituindo-os por descendentes arianos de outras nacionalidades. (2013, pp. 467 e ss.).

Se, de um lado, o conteúdo da propaganda dos movimentos totalitários, destinadas às massas não era propriamente uma novidade, por outro lado, as "formas da organização

[42] "[...] o Estado, segundo Hitler, era apenas um 'meio' para a preservação da raça, do mesmo modo como, segundo a propaganda bolchevista, o Estado é apenas um instrumento na luta de classes" (ARENDT, 2013, p. 465).

totalitária" assim o eram, sendo a *organização* – e não o terror – a contraface da moeda da propaganda. As organizações totalitárias eram marcadas pelo "princípio da liderança" (baseado, unicamente, na intuição infalível do líder, no "desejo do *führer* como lei suprema"), que se difere dos princípios de "hierarquia e disciplina", típicos das corporações militares e de outras formas mais amenas de autoritarismo, porém, também úteis ao totalitarismo. Arregimentar e condensar "simpatizantes em grupos de vanguarda" (que outros autores mais adiante analisados chamarão de "apoio a grupos violentos") é, pois, a principal característica de organização dos movimentos totalitários (2013, pp. 470-498).

Tais organizações do movimento, por sua vez, são marcadas por diferentes esferas e instâncias com distintos graus de envolvimento, compromisso e devoção que vão do simples (i) *simpatizante*, passando pelos (ii) *membros do partido*, pelas (iii) *formações de elite* até chegar no (iv) *círculo íntimo que rodeia o Líder*, permitindo a existência de "zonas de amortecimento e de transição" entre o mero participante de um grupo de vanguarda do militante efetivo do partido, cujo fanatismo e devoção devem ser totais:

> Essa noção de uma minoria de membros do partido cercada por uma maioria de simpatizantes aproxima-se do que vieram a ser as organizações de vanguarda – termo que realmente exprime muito bem a sua função ulterior, e indica a relação entre membros e simpatizantes dentro do próprio movimento. [...] As organizações de simpatizantes dão aos movimentos totalitários uma aparência de normalidade e respeitabilidade que engana os seus membros quanto à verdadeira natureza do mundo exterior, da mesma forma que engana o mundo exterior quanto ao verdadeiro caráter do movimento. As organizações de vanguarda funcionam nas duas direções: como fachada do movimento totalitário para o mundo não totalitário, e como fachada deste mundo para a hierarquia interna do movimento. (ARENDT, 2013, pp. 473-474)

São exemplos de organizações de vanguarda do movimento totalitário e suas respectivas formações de elite (que, ao mesmo tempo, delas emanavam e delas diferiam) formadas antes mesmo da tomada do poder e de sua conversão em governo totalitário, para além do próprio Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* – NSDAP) ou, simplesmente Partido Nazista, a maioria delas com características paramilitares: a *Sturmabteilung - SA*, ou Tropas de Assalto, de Ernst Röhm, criada em 1922; a *Schutzstaffel - SS*, ou Tropas de Proteção (com suas distintas subdivisões, tais como as Tropas de Choque, as unidades da Caveira, a ss-Armada, o Serviço de Segurança e o Centro para Questões de Raça e Colonização), de Heinrich Himmler, criada em 1926; e a *Hitlerjugend* (Juventude Hitlerista), organização cujo engajamento dos jovens era obrigatório:

> Nenhuma das organizações fascistas, caracterizadas pela cor da camisa, foi fundada para fins específicos de defesa ou de agressão, embora a defesa dos líderes ou dos membros comuns do partido fosse citada como pretexto. A natureza paramilitar dos grupos de elite nazistas e fascistas resultou do fato de terem sido fundadas como "instrumentos para a luta ideológica do movimento" contra o pacifismo corrente na Europa depois da Primeira Guerra Mundial. Para fins totalitários, era muito mais importante criar, como "expressão de uma atitude agressiva", um exército de imitação que se assemelhasse o mais possível ao falso exército dos pacifistas (os quais, incapazes de compreender a função constitucional do Exército dentro da estrutura política, denunciavam todas as instituições militares como bandos de assassinos voluntários) do que ter uma tropa de soldados bem treinados. (ARENDT, 2013, p. 477)

Na tomada do poder e consequente conversão do movimento totalitário em governo totalitário, há uma tendência de colonização das instituições de estado por suas contrapartes duplicadas do movimento. Assim, gradativamente, membros de elite do NSDAP e da SS puderam migrar e desempenhar papéis de comando no *Wermarcht*, na *Krigsmarine*, na *Luftwafe* e na *Geheime Staatspolizei – Gestapo* (polícia secreta oficial da Alemanha nazista), instituída por Herman Gorring, em 1933.

Para o exercício de uma liderança compatível com o formato de tais organizações, o líder nos movimentos totalitários, a propósito, reúne determinadas características – tais como a "preponderância inatingível", a "responsabilidade total por tudo o que o movimento faz" e a "identificação total com cada um dos funcionários":

> No centro do movimento, como o motor que o aciona, senta-se o Líder. Separa-o da formação de elite um círculo interno de iniciados que o envolvem numa aura de impenetrável mistério correspondente à sua "preponderância inatingível" [...] Deve a liderança mais à sua extrema capacidade de manobrar as lutas intestinas do partido pelo poder do que a qualidades demagógicas ou burocrático-organizacionais. [...] O Líder representa o movimento de um modo totalmente diferente de todos os líderes de partidos comuns, já que proclama a sua responsabilidade pessoal por todos os atos, proezas e crimes cometidos por qualquer membro ou funcionário em sua qualidade oficial. Essa responsabilidade total é o aspecto organizacional mais importante do chamado princípio de liderança, segundo o qual cada funcionário não é apenas designado pelo Líder, mas é a sua própria encarnação viva, e toda ordem emana supostamente dessa única fonte onipresente. (ARENDT, 2013, pp. 481-482)

Essa forma adotada pelas organizações de vanguarda e suas subdivisões de elite, em camadas hierarquizadas de proximidade com o Líder é semelhante à forma de organização das

sociedades secretas e sua "valorização do ritual" e da "idolatria"[43], diferenciando-se destas, porém, "por jamais manter em segredo o seu próprio objetivo".[44]

Organizações de vanguarda, suas elites, sua forma de organização compatível com a das sociedades secretas ("sociedades secretas à luz do dia") e sua relação com o líder totalitário ("princípio da liderança") penderam ora para a emulação da estrutura militar (como nos citados grupos paramilitares alemães), ora para a preponderância do papel de polícia secreta (como na Rússia stalinista).[45] A autora retoma a análise do papel da polícia secreta no Estado totalitário mais adiante.

A reação das massas diante da propaganda adotada pelo Líder dos movimentos totalitários e suas organizações de vanguarda era, por sua vez, marcada por uma mistura de credulidade (diante das absurdas mentiras) e cinismo (perante o desmentido delas):

> Seriam inoperantes as mentiras do Líder sem a divisão organizacional do movimento em formações de elite, membros e simpatizantes. A graduação do cinismo traduzida na hierarquia do desdém é, pelo menos, tão necessária ante a constante refutação quanto a simples credulidade. (ARENDT, 2013, pp. 490-492)

Analisando, doravante, a experiência totalitária no poder, ou seja, após a ascensão do movimento totalitário e sua convolação em governo totalitário, Arendt assinala que tanto a Alemanha nazista quanto a Rússia bolchevique adotaram conceitos de gestão necessários à continuidade do Estado totalitário: o de "revolução permanente", na Rússia bolchevique; e a de "seleção racial que não pode parar" na Alemanha nazista (2013, p. 500):

> O totalitarismo no poder usa a administração do Estado para o seu objetivo a longo prazo de conquista mundial e para dirigir as subsidiárias do movimento; instala a polícia secreta na posição de executante e guardiã da experiência doméstica de

[43] "As sociedades secretas formam também hierarquias de acordo com o grau de 'iniciação', regulam a vida dos seus membros segundo um pressuposto secreto e fictício que faz com que cada coisa pareça ser outra coisa diferente; adotam uma estratégia de mentiras coerentes para iludir as massas de fora, não iniciadas; exigem obediência irrestrita dos seus membros, que são mantidos coesos pela fidelidade a um líder frequentemente desconhecido e sempre misterioso, rodeado, ou supostamente rodeado, por um pequeno círculo de iniciados; e estes, por sua vez, são rodeados por semi-iniciados que constituem uma espécie de 'amortecedor' contra o mundo profano e hostil. [...] Os partidos e as sociedades abertas, geralmente, só consideram inimigos aqueles que se lhes opõem expressamente, enquanto o princípio das sociedades secretas sempre foi que 'aquele que não estiver expressamente incluído, está excluído'". (ARENDT, 2013, p. 484)

[44] "[...] os movimentos totalitários imitam todos os acessórios das sociedades secretas, mas esvaziam-nas do único elemento que poderia justificar os seus métodos: a necessidade de manter segredo". (ARENDT, 2013, p. 485)

[45] "[...] os nazistas, em virtude da tradição e preconceitos militaristas, moldaram inicialmente suas formações de elite segundo o padrão do Exército, enquanto os bolchevistas desde o início outorgaram à polícia secreta o direito de exercer o poder supremo. [...] É devido à afinidade fundamental entre o funcionamento de uma sociedade secreta de conspiradores e a polícia secreta organizada para combatê-la que os regimes totalitários, baseados na ficção de uma conspiração global e visando ao domínio global, passam a concentrar todo o poder nas mãos da polícia". (ARENDT, 2013, pp. 487-488)

> transformar constantemente a ficção em realidade; e, finalmente, erige campos de concentração como laboratórios especiais para o teste do domínio total. (ARENDT, 2013, p. 502)

Constituições provisórias, leis secretas ou mesmo leis emanadas do próprio regime totalitário e ignoradas por eles mesmos eram características desta institucionalidade, afinal, se a vontade do líder é a lei suprema e ela é infalível, para que mesmo leis?[46]

Na Alemanha, partido e Estado não só se confundiam: coabitavam ora em situações de completa substituição de instituições estatais por suas correspondentes paralelas do partido (a já mencionada "duplicação de órgãos"), que engrupiam as suas correspondentes estatais e relegava-as a "existências fantasmas", com a gestão pública sendo operacionalizada pelo partido. Os líderes partidários não se subordinavam e mantinham ascendência sobre os líderes de instituições de Estado, mesmo quando o partido já havia tomado e se instalado completamente no poder e mesmo a despeito do fato de que era no partido que se escolhiam os líderes partidários para ocupar posições de líderes na estrutura de Estado:

> O que mais chama a atenção de quem observa o Estado totalitário não é, por certo, a sua estrutura monolítica. Pelo contrário, todos os estudantes sérios do assunto concordam pelo menos quanto à coexistência (ou conflito) de uma dupla autoridade, o partido e o Estado. [...] A relação entre as duas fontes da autoridade, entre o Estado e o Partido, é a relação entre uma autoridade aparente e outra real, de modo que muitos descrevem a máquina governamental do regime totalitário como fachada importante, a esconder e disfarçar o verdadeiro poder do partido. Todos os níveis da máquina administrativa do Terceiro Reich eram submetidos a uma curiosa duplicação de órgãos. (ARENDT, 2013, pp. 504-505)

Havia superposição de órgãos e funções até mesmo no interior da estrutura partidária, umas servindo de fachada para outras e escamoteando o verdadeiro centro do poder de decisão sobre cada assunto. A intenção desta estratégia de "informidade planejada" era promover constantes deslocamentos de poder, dentro do Estado e do próprio partido, de modo a que o poder jamais se concentrasse em demasia ou em contraste com o poder do Líder supremo. O resultado era um governo "amorfo" do ponto de vista institucional (2013, p. 508).

Na Rússia, confusão semelhante se dava entre o "governo verdadeiro" e o "governo ostensivo", entre "o aparelho soviético ou estatal, o aparelho do partido e o aparelho da NKVD", diferenciando-se da Alemanha não pela constante rotação do eixo de poder entre os distintos órgãos multiplicados, mas sim, pelos recorrentes e periódicos expurgos (2013, p. 511).

[46] [...] "o direito é aquilo que é bom para o movimento" (ARENDT, 2013, p. 520).

A "duplicação de órgãos" (ou mesmo a multiplicidade destes) com a mesma função, distintas divisões territoriais e administrativas conflitantes umas com as outras, "poder real" e "poder aparente", "governo verdadeiro" e "governo ostensivo", ascendência das estruturas paramilitares – ou mesmo militares – e da política secreta sobre os demais órgãos da administração foram características dos governos totalitários, demonstrando a "natureza antiutilitária da estrutura estatal do totalitarismo" (2013, pp. 512- 520).[47]

O princípio da liderança no governo totalitário não comporta relações de hierarquia piramidal multinível, que envolva líderes intermediários. A relação hierárquica é única, vertical, devocional e incontestável, de cada subordinado diretamente para com o Líder. Depois do Líder, é o chefe de polícia a autoridade mais importante (Hitler e Himmler; Stalin e Beria). A "ausência de revoluções palacianas" (2013, p. 511) também é outro aspecto lembrado por Arendt, assim como a dificuldade na sucessão do Líder totalitário, por "ausência de um grupo governante" (2013, p. p. 516).

A desconsideração pelas questões essenciais relativas à economia[48] e pela viabilidade técnica e produtiva das demais ações nos distintos campos do governo se notaram com maior vigor após a deflagração da Segunda Guerra, dando lugar, cada vez mais, ao "fanatismo eugenista", na Alemanha; e à "grandiloquência das exortações econômicas", na Rússia (2013, p. 520). A propósito, o eugenismo racial do nazismo levado a efeito no governo totalitário era contrário às parcelas do próprio povo alemão, uma vez que propunha um *reich* mundial baseado em uma raça, e não em uma nacionalidade específica. Essa raça não se tratava da raça alemã e sim da raça ariana. Havia planos de extermínio dos próprios alemães não arianos, como no projeto de *Lei Geral da Saúde Alemã*, que se operaria após a guerra e após o aniquilamento das minorias já perseguidas desde o início do movimento totalitário.[49]

Tanto a fórmula alemã do nacionalismo exacerbado, quanto a formulação russa do "socialismo num só pais" escamoteavam os verdadeiros intentos de cada um de ambos os regimes: instalar um regime totalitário de fundo racial por meio de um império nazista global,

---

[47] "A multiplicação de cargos, a duplicação de funções e a adaptação do relacionamento do simpatizante a essas novas condições significam simplesmente a conservação da estrutura peculiar do movimento, no qual cada camada é a vanguarda da próxima formação mais militante" (ARENDT, 2013, p. 520).

[48] Praticavam a chamada "economia de sistemática espoliação", por meio das expropriações e pilhagens das riquezas dos países adversários, própria dos tempos de guerra. (ARENDT, 2013, p. 525)

[49] "[...] o movimento totalitário toma o poder no mesmo sentido em que um conquistador estrangeiro ocupa um país que passa a governar em benefício de terceiros. Os nazistas agiram como conquistadores estrangeiros na Alemanha quando, contra todos os interesses nacionais, tentaram e quase conseguiram transformar a sua derrota numa catástrofe final para todo o povo alemão; e também quando, em caso de vitória, pretendiam estender a sua política de extermínio aos escalões de alemães "'racialmente inadequados'". (ARENDT, 2013, p. 525)

a partir da Alemanha; e implantar o socialismo revolucionário internacional em todo o planeta, a partir da Rússia e do *Comintern.*[50]

O movimento transformado em Estado, a crença do líder na "onipotência da organização", em suas diferentes camadas e a respectiva fé inabalável dos liderados neste, o sacrifício de todas as demais questões da administração em torno da concretização do objetivo final (um *reich* mundial de mil anos ou a implantação do socialismo internacional), por meio da máquina de guerra e de um Estado policial são, enfim e segundo Arendt, as grandes características do Estado totalitário.

Como já assinalado, no Estado totalitário a relação imbrincada entre Estado e partido que é própria das ditaduras unipartidárias assume feições ainda mais radicais. Nas ditaduras unipartidárias, os líderes do partido ocupam a totalidade das posições de Estado. Há uma espécie de fusão, de modo que um se confunde com outro. No totalitarismo, faz-se questão de se manter a diferença entre o partido, o Estado, suas lideranças e funções, de modo que o partido paira sobre o Estado. Não se trata apenas de um aparelhamento do Estado e sim de uma colonização dele. O partido e suas organizações de vanguarda, estruturadas segundo o princípio da liderança e as teorias raciais, se mantêm independentes do Estado e superiores a este. Os principais líderes são designados e as principais funções são desempenhadas dentro das estruturas do partido e das organizações dele derivadas. Apenas as lideranças secundárias, subordinadas às lideranças partidárias, assumem postos nas instituições do Estado, que passam a ter papel secundário ou mesmo relegadas à já citada existência fantasma.

Nessa lógica de ocupação e estruturação destaca-se o papel da polícia secreta,[51] essencial na organização do Estado totalitário. Elas também estavam sujeitas aos fenômenos da duplicação, dos deslocamentos de poder decisório e de expurgos, característicos das demais organizações tanto do movimento quanto do Estado totalitário. Na Rússia, esse papel era desempenhado pela GPU, serviço de inteligência e polícia secreta, criado em 1922 a partir de sua antecessora, a *Cheka*, primeira organização de segurança do estado soviético que, por sua vez, havia substituído a *Okhrana*, a polícia secreta do regime czarista, criada em 1881; e, depois, pela NKVD, polícia secreta soviética criada em 1934, precursora da KGB, criada em 1954; e, na Alemanha pelas já citadas SS e suas subdivisões, em especial a *Gestapo*. Nos Estados

[50] "As literaturas nazista e bolchevista provam repetidamente que os governos totalitários visam conquistar o globo e trazer todos os países para debaixo do seu jugo". (ARENDT, 2013, p. 523)

[51] "A importância da polícia como único órgão do poder e o desprezo em relação ao poder do Exército, que caracterizam os regimes totalitários, podem ainda ser parcialmente explicados pela aspiração totalitária de domínio mundial e pela consciente abolição da diferença entre um país estrangeiro e o país de origem, entre assuntos externos e assuntos domésticos". (ARENDT, 2013, p. 529)

totalitários, são as polícias secretas as instituições que detém o "monopólio de certas informações vitais", "depositária dos maiores segredos do Estado" (2013, p. 536). Elas desenvolviam mecanismos de autofinanciamento (tais como subornos e chantagens) e acabavam conformando um "Estado dentro do Estado", livre de quaisquer amarras ou restrições hierárquicas, a não ser a completa submissão ao Líder supremo (2013, pp. 536-538):

> Nem dúbia nem supérflua é a função política da polícia secreta, o "mais bem organizado e mais eficiente" dos departamentos do governo, no sistema de poder do regime totalitário. É ela o verdadeiro ramo executivo do governo, através do qual todas as ordens são transmitidas. [...] Nesse sentido, os agentes da polícia secreta são a classe francamente governante nos países totalitários, e as suas normas e escala de valores permeiam toda a textura da sociedade totalitária. (ARENDT, 2013, p. 539-540)

A distinção entre inimigo "suspeito" e inimigo "objetivo" é essencial para o sucesso do papel da polícia secreta nos regimes totalitários. Os primeiros seriam aqueles que, hostis ao regime, podem oferecer algum tipo de ameaça (como algum membro de algum grupo de resistência interna). Os segundos são assim definidos aprioristicamente, independente da prática de qualquer tipo de conduta ou suspeita destas, como os judeus e outras minorias (2013, pp. 533-535). Aos conceitos de inimigo "suspeito" e inimigo "objetivo" correspondem, respectivamente, às noções de "ofensa presumível" e "crime possível". No último estágio do Estado totalitário, as noções de inimigo "objetivo" e "crime possível" desaparecem: todos são inimigos "suspeitos" aptos a prática da "ofensa presumível", ainda que nada tenham praticado ou sequer pensado em praticar, ou seja, "nas condições do regime totalitário, a categoria dos suspeitos compreende toda a população" (2013, pp. 540-543).

Além de um "sistema de espionagem ubíqua" (2013, p. 541) e de vigilância constante e permanente, o desaparecimento[52] imotivado ou por motivos irracionais dos que são considerados inimigos é a prática corriqueira, por excelência, da polícia secreta, quer seja por assassinato ou por meio dos grandes expurgos. Como no dizer da autora, "a sociedade secreta dos regimes totalitários é a polícia secreta" (ARENDT, 2013, p. 546).

Há, ademais, um elemento da incredulidade ante o terror e a monstruosidade praticadas pela política secreta totalitária, que mascara a realidade cruel mesmo diante da predisposição

[52] "Verifica-se a importância desse completo desaparecimento das vítimas para o mecanismo do domínio total naqueles casos em que, por um motivo ou outro, o regime se defrontou com a memória dos sobreviventes. [...] Nos países totalitários, todos os locais de detenção administrados pela polícia constituem verdadeiros poços de esquecimento onde as pessoas caem por acidente, sem deixar atrás de si os vestígios tão naturais de uma existência anterior como um cadáver ou uma sepultura". (ARENDT, 2013, pp. 545-546)

das massas, por meio da propaganda, a acreditar somente naquilo que eles mesmo projetam e desejam:

> [...] a conspiração totalitária contra o mundo não totalitário – a pretensão do domínio mundial – permanece tão aberta e franca nas condições do governo totalitário como nos movimentos totalitários. [...] O verdadeiro segredo – os campos de concentração, esses laboratórios onde se experimenta o domínio total – os regimes totalitários ocultam dos olhos do seu próprio povo e de todos os outros povos. [...] O motivo pelo qual os regimes totalitários podem ir tão longe na realização de um mundo invertido e fictício é que o mundo exterior não totalitário também só acredita naquilo que quer e foge à realidade ante a verdadeira loucura, tanto quanto as massas diante do mundo normal. (ARENDT, 2013, pp. 548-549)

O ponto ápice das práticas do Estado totalitário e sua política de domínio total, por meio de sua polícia secreta, foram os *campos de concentração*. Consideradas "fábricas da morte" e "poços do esquecimento" (2013, p. 576), os campos são a materialização máxima do terror, da obliteração da realidade e da verdade, "do isolamento do mundo fictício criado pelo movimento em relação ao mundo exterior". Segundo a autora, "os campos são a verdadeira instituição central do poder organizacional totalitário", onde o terror ali praticado era tão absurda e propositadamente extremo a ponto de permitir que "os assassinos que proclamam a sua inocência com toda sorte de mentiras [fossem] mais facilmente acreditados do que as vítimas que dizem a verdade" (2013, pp. 550-551):

> Da mesma forma como a estabilidade do regime totalitário depende do isolamento do mundo fictício criado pelo movimento em relação ao mundo exterior, também a experiência do domínio total nos campos de concentração depende de seu fechamento ao mundo de todos os homens, ao mundo dos vivos em geral, até mesmo ao mundo do próprio país que vive sob o domínio totalitário. [...] Se é verdade que os campos de concentração são a instituição que caracteriza mais especificamente o governo totalitário, então deter-se nos horrores que eles representam é indispensável para compreender o totalitarismo. (ARENDT, 2013, pp. 551-554)

Não havia necessidade de que os indivíduos segregados nos campos de concentração houvessem cometido algum crime (embora para lá também fossem enviados criminosos, refugiados, apátridas, além de outras minorias), sendo a detenção de inimigos e sua destinação entendida como "custódia protetora" ou "medida policial preventiva" (2013, p. 566). Sendo assim, a destinação a um campo materializava a negação da legalidade; e o horror extremo ali praticado contra os internos, inteiramente sujeitos ao arbítrio, representava a negação da

condição humana, da "pessoa jurídico-política" do homem, sendo-lhes negada até mesmo o direito à memória.[53]

E se, no ápice do Estado totalitário, já havia sido aniquilada toda a oposição interna organizada ao regime; e os inimigos subjetivos já tinham todos se convertido em inimigos objetivos, os tratamentos degradantes (desde o transporte, passando pelas vestimentas, até a alimentação e as habitações), somados às práticas de tortura conferidas a estes eram ainda piores do que o conferido aos criminosos, sendo submetidos a participar até mesmo das ações de extermínio de seus próprios pares. O intento deste *modus operandi* era "destruir a pessoa humana tão inexoravelmente como certas doenças mentais de origem orgânica", no que a autora definiu como a "morte da pessoa moral" (2013, pp. 568-569):

> Não há paralelos para comparar com algo a vida nos campos de concentração. O seu horror não pode ser inteiramente alcançado pela imaginação justamente por situar-se fora da vida e da morte. Jamais pode ser inteiramente narrado, justamente porque o sobrevivente retorna ao mundo dos vivos, o que lhe torna impossível acreditar completamente em suas próprias experiências passadas (ARENDT, 2013, p. 557).

Havia até mesmo uma espécie de "classificação" dos campos (de concentração, de extermínio) conforme o grau do tratamento conferido aos internos:

> Os campos de concentração podem ser classificados em três tipos correspondentes às três concepções ocidentais básicas de uma vida após a morte: o Limbo, o Purgatório e o Inferno. Ao Limbo correspondem aquelas formas relativamente benignas, que já foram populares mesmo em países não totalitários, destinadas a afastar da sociedade todo tipo de elementos indesejáveis – os refugiados, os apátridas, os marginais e os desempregados –; os campos de pessoas deslocadas, por exemplo, que continuaram a existir mesmo depois da guerra, nada mais são do que campos para os que se tornaram supérfluos e importunos. O Purgatório é representado pelos campos de trabalho da União Soviética, onde o abandono alia-se ao trabalho forçado e desordenado. O Inferno, no sentido mais literal, é representado por aquele tipo de campo que os nazistas aperfeiçoaram e onde toda a vida era organizada, completa e sistematicamente, de modo a causar o maior tormento possível. Os três tipos têm uma coisa em comum: as massas humanas que eles detêm são tratadas como se já não existissem, como se o que sucedesse com elas não pudesse interessar a ninguém, como se já estivessem mortas e algum espírito mau, tomado de alguma loucura, brincasse de suspendê-las por certo tempo entre a vida e a morte, antes de admiti-las na paz eterna. (ARENDT, 2013, p. 559)

[53] "Mesmo em seus períodos mais negros, o mundo ocidental deu sempre ao inimigo morto o direito de ser lembrado, num reconhecimento evidente de que todos somos homens (e apenas homens). [...] Os campos de concentração, tornando anônima a própria morte e tornando impossível saber se um prisioneiro está vivo ou morto, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada. Em certo sentido, roubaram a própria morte do indivíduo, provando que, doravante, nada – nem a morte – lhe pertencia e que ele não pertencia a ninguém. A morte apenas selava o fato de que ele jamais havia existido". (AREDNT, 2013, p. 567)

A tortura praticada nos campos era destituída do objetivo da tortura praticada em regimes autoritários não totalitários, que visa que o torturado fale ou revele alguma coisa. Pareciam mais uma "concessão do regime aos seus partidários criminosos e anormais, dessa forma recompensados pelos serviços prestados" (2013, p. 569). A "bestialidade espontânea" dos meros atos de sadismo individual foi escalando para dar lugar a "destruição absolutamente fria de corpos humanos", cujo intuito e consequência foi além da "morte da pessoa moral" e da "aniquilação da pessoa jurídico-política" do homem, mas também a de "matar a individualidade do homem, de destruir a sua singularidade" (2013, p. 570). Sendo assim, a prática nos campos demonstra que "o totalitarismo não procura o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos" (2013, p. 572) e, assim, possam ser descartados, sendo necessário, para isso, retirar-lhes a espontaneidade, uma vez que "a espontaneidade em si, com a sua imprevisibilidade, é o maior de todos os obstáculos para o domínio total do homem" (2013, p. 572):

> Morta a individualidade, nada resta senão horríveis marionetes com rostos de homem, todas com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte. [...] a sociedade dos que estão prestes a morrer, criada nos campos, é a única forma de sociedade em que é possível dominar o homem completamente. (..) O cão de Pavlov, o espécime humano reduzido às reações mais elementares, o feixe de reações que sempre pode ser liquidado e substituído por outros feixes de reações de comportamento exatamente igual, é o "cidadão" modelo do Estado totalitário; e esse cidadão não pode ser produzido de maneira perfeita a não ser nos campos de concentração. [...] Enquanto todos os homens não se tornam igualmente supérfluos – e isso só se consegue nos campos de concentração –, o ideal do domínio totalitário não é atingido. Os Estados totalitários procuram constantemente, embora nunca com pleno sucesso demonstrar a superfluidade do homem – pela arbitrária escolha de vários grupos para os campos de concentração, pelos constantes expurgos do aparelho do governo, pelas liquidações em massa. (ARENDT, 2013, pp. 570-573)

A prática dos campos de concentração, em que "o castigo nada tem a ver com o crime, em que a exploração é praticada sem lucro, e em que o trabalho é realizado sem proveito" é indicativa de uma certa lógica distópica totalitária que visaria não uma "transformação do mundo exterior ou a transmutação revolucionária da sociedade, mas a transformação da própria natureza humana" (2013, p. 575). Nesse sentido, ao promover a morte moral e o aniquilamento da pessoa jurídica do homem; após liquidar com a individualidade, a singularidade e a espontaneidade do ser humano confinado, marcando-o com a chaga da superfluidade, os campos também acabavam se destinando, assim como os expurgos, a fins de controle demográfico, vistos como "a solução mais rápida do problema de excesso de população" (2013, p. 576).

Arendt finaliza a sua obra seminal indagando se a combinação entre *ideologia e terror*, própria dos regimes e Estados totalitários foram apenas exacerbações de outras "formas de opressão política [...] como o despotismo, a tirania e a ditadura" devendo "a sua existência apenas ao fracasso [...] das racionais forças políticas – liberais ou conservadoras, nacionais ou socialistas, republicanas ou monarquistas, autoritárias ou democráticas" ou se constituem uma nova forma, com fundamentos ou natureza próprios, de regimes políticos, de formas de governo ou de Estado (2013, pp. 579-581).

Segundo Arendt, seja na "crença nazista em leis raciais como expressão da lei da natureza" (Darwin), seja na "crença bolchevista numa luta de classes como expressão da lei da história" (Marx), "na interpretação do totalitarismo, todas as leis se tornam leis de movimento" independente da sua origem (se leis da natureza ou leis da história) e de seu fundamento (se leis naturais – *ius naturale* – ou divinas). Sendo assim, em ambos os casos, "o conceito de evolução" desempenha papel decisivo, pois permite a interpretação segundo a qual aquilo que é ou está se trata de mera etapa do que ainda está por vir ("simples estágio de algum desenvolvimento ulterior"), quer seja em razão da natureza, quer seja em razão da história. Dito em outras palavras, no governo/Estado totalitário, não são as leis positivas (naturais ou divinas) mas sim o terror que dita a marcha dos acontecimentos, quer sejam eles regidos pelas leis da natureza ou pelas leis da história (2013, p. 581-584):

> A essa altura, torna-se clara a diferença fundamental entre o conceito totalitário de lei e de todos os outros conceitos. A política totalitária não substitui um conjunto de leis por outro, não estabelece o seu próprio *consensus iuris*, não cria, através de uma revolução, uma nova forma de legalidade. O seu desafio a todas as leis positivas, inclusive às que ela mesma formula, implica a crença de que pode dispensar qualquer *consensus iuris* e ainda assim não resvalar para o estado tirânico da ilegalidade, da arbitrariedade e do medo. Pode dispensar o *consensus iuris* porque promete libertar o cumprimento da lei de todo ato ou desejo humano; e promete a justiça na terra porque afirma tornar a humanidade a encarnação da lei. (ARENDT, 2013, pp. 581-582)

Sob o terror fundado na ideologia totalitária, os conceitos de culpa ou inocência, típicos da legalidade e de sua estabilidade em um governo legal ou constitucional sob a égide do Estado de Direito não fazem sentido ante a ideia de inimigo "suspeito" e inimigo "objetivo", "ofensa presumível" e "crime possível", conceitos que são prévia e arbitrariamente aplicados a quem assim se deseja designar, sob a pecha de "raças inferiores", "indignos de viver" ou "classes agonizantes e povos decadentes" (2013, p. 584). Ademais da morte moral, da aniquilação da pessoa jurídica do homem, da extirpação da individualidade, da singularidade e da

espontaneidade, o terror totalitário também promove o aniquilamento da pluralidade, reduzindo o ser humano ao conceito de "Um-Homem-Só" (2013, pp. 586-588).

As práticas e tendências reducionistas do totalitarismo estariam, por sua vez, relacionadas à crença na sua ideologia e nos três elementos totalitários que toda ideologia possui: "a pretensão de explicação total", reduzindo as questões históricas como questões da natureza (elemento do movimento); a "libertação de toda a experiência da qual não possa aprender nada de novo, mesmo que se trate de algo que acaba de acontecer" (elemento da emancipação da realidade); e a "libertação do pensamento da experiência por meio de certos métodos de demonstração" (elemento da emancipação da experiência), explicando tudo somente a partir da lógica ou da dialética, reduzindo todo o raciocínio à aceitação de uma "premissa aceita axiomaticamente". Sendo assim, a "autocompulsão do pensamento ideológico" torna-se a explicação lógica para a prática do terror totalitário (2013, pp. 592-598):

> As ideologias pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica. [...] As Weltanschauungen e ideologias do século XIX não constituem por si mesmas o totalitarismo. Embora o racismo e o comunismo tenham se tornado as ideologias decisivas do século XX, não eram, em princípio, "mais totalitárias" do que as outras; [...] Nesse sentido, a vitória ideológica do racismo e do comunismo sobre todos os outros ismos já estava definida antes que os movimentos totalitários se apoderassem precisamente dessas ideologias. Por outro lado, todas as ideologias contêm elementos totalitários, mas estes só se manifestam inteiramente através de movimentos totalitários – o que nos dá a falsa impressão de que somente o racismo e o comunismo são de caráter totalitário. (ARENDT, 2013, pp. 592-593)

Por fim, a autora conclui que não apenas "o medo, a impotência e os princípios antipolíticos", assim como a "dedução do pior por meio da lógica ideológica", mas também o isolamento, o desarraigamento e a solidão são condições preliminares para a superfluidade, a base do totalitarismo (2013, pp. 600-505):

> O que prepara os homens para o domínio totalitário no mundo não totalitário é o fato de que a solidão, que já foi uma experiência fronteiriça, sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século, a experiência diária de massas cada vez maiores. (ARENDT, 2013, p. 603)

Interessante que já no prefácio à 1ª edição de sua obra ora em análise, escrito no verão de 1950 (à quente, portanto, sobre boa parte dos acontecimentos sobre os quais se debruça), Hannah Arendt já assinalava que "nos estágios finais do totalitarismo, surge um mal absoluto (absoluto porque já não pode ser atribuído a motivos humanamente compreensíveis)":

> O antissemitismo (não apenas o ódio aos judeus), o imperialismo (não apenas a conquista) e o totalitarismo (não apenas a ditadura) – um após o outro, um mais brutalmente que o outro – demonstraram que a dignidade humana precisa de nova garantia, somente encontrável em novos princípios políticos e em uma nova lei na terra, cuja vigência desta vez alcance toda a humanidade, mas cujo poder deve permanecer estritamente limitado, estabelecido e controlado por entidades territoriais novamente definidas. (ARENDT, 2013, pp. 8-9)

É provável que, ao escrever este seu vaticínio, apenas poucos anos após o final da Segunda Guerra Mundial, em que se vivenciou toda a sorte de atrocidades contra a humanidade, no tom do que ela mesma definiu como a combinação entre o "otimismo temerário" e o "desespero temerário", ao que se sucedeu uma série de avanços no tocante à criação dos diferentes mecanismos multilaterais de solução de conflitos e de proteção e promoção dos direitos humanos, notadamente no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas dezenas de tratados e acordos de cooperação internacional, jamais a autora imaginaria que haveria, menos de um século depois, um retrocesso em dezenas de nações do mundo na direção do recrudescimento de valores autoritários, tão semelhantes aos valores das experiências históricas que ela descrevera.

2.2 O Ciclo de Cinco Estágios do Fascismo Segundo Robert Paxton

Ao se referir, logo de início, à abundância de obras que abordam aspectos específicos das experiências do fascismo histórico (na Itália de 1922, sob Mussolini; e na Alemanha de 1933, sob Hitler), Robert Paxton (2023) justifica a elaboração de sua *Anatomia do Fascismo* a partir da necessidade de "trazer a literatura monográfica para mais perto das discussões sobre o fascismo em geral" (2023, p. 12).

Segundo o autor, as "imagens do fascismo" mais recorrentes acabam por embotar o pensamento, enviesando a compreensão do fascismo em linhas mais gerais, escamoteando os "círculos mais amplos de aquiescência individual e institucional" ao regime fascista, ao ignorar o apoio das "pessoas comuns", das "elites tradicionais" e dos "membros do establishment" (2023, pp. 30-32). Por exemplo, a "imagem do ditador todo-poderoso [que] personifica o fascismo [...] oferece um álibi às nações que aprovaram ou toleraram os líderes fascistas, desviando a atenção das pessoas, dos grupos e das instituições que lhes prestaram auxílio". Tais imagens acabam se tornando equivocadamente mais relevantes, por exemplo, do que a dupla motivação do fascismo: "anticapitalista e antiburguesa", posturas interpretadas, porém, como mero oportunismo (2023, pp. 23-25).

Segundo o autor, fascistas se diziam, ao mesmo tempo, contra a direita e contra a esquerda[54], assim como também aludiam a uma suposta oposição entre as virtudes do meio rural contra a perversão urbana,[55] ora na trincheira de um suposto "antimodernismo", ora como uma "ditadura da modernização"[56], o que o autor identifica como uma "combinação fascista de uma aparência *high-tech* com ataques à sociedade moderna", uma "expressão enlouquecida da modernidade alternativa fascista" ou ainda uma "complexa relação entre o fascismo e a modernidade" (2023, pp. 27-29).

Para Paxton, o fascismo se contrapunha, simultaneamente, às 3 (três) "grandes correntes da cultura política do ocidente moderno" ou "grandes paradigmas novecentistas" (2023, p. 90): (i) o conservadorismo, (ii) o liberalismo e (iii) o socialismo, tornando-se assim a "grande novidade" dentre os regimes políticos do séc. XX, ou um "quarto princípio de ordem mundial" (2023, p. 70). No entanto, as distintas formas de fascismo seriam mais "díspares" que suas doutrinas políticas concorrentes (conservadorismo, liberalismo e socialismo) porque "rejeitam qualquer valor universal que não o êxito dos povos eleitos em sua luta darwiniana por primazia" (2023, p. 39).

Embora contrários, ao mesmo tempo, à esquerda e à direita, ao liberalismo, ao conservadorismo e ao socialismo, fascistas teriam contado com o apoio, aparentemente dissonante, tanto de liberais (em seu sentido original clássico), quanto de conservadores (amparados na força e na tradição "da propriedade, da igreja, dos exércitos e da influência social herdada") em sua cruzada anti-esquerda. Para liberais e conservadores valia a pena transigir com o autoritarismo fascista, desde que fosse contra a esquerda em ascensão e o comunismo (2023, pp. 42-44).

Após aludir à origem etimológico-histórica[57] do termo, Paxton aborda a questão taxonômica do emprego indiscriminado do termo fascismo, rejeitando o nominalismo dos que

---

[54] "O ápice da reação fascista ao mapa político definido em relação à esquerda e direita foi alegar que eles o haviam tornado obsoleto, não sendo "nem de esquerda, nem de direita", transcendendo essas divisões arcaicas e unindo a nação". (PAXTON, 2023, p. 27)

[55] "Os fascistas muitas vezes vituperavam contra as cidades sem rosto e contra o secularismo materialista, exaltando uma utopia agrária livre do desenraizamento, dos conflitos e da imoralidade da vida urbana". (PAXTON, 2023, p. 27)

[56] "A melhor solução não é estabelecer opostos binários, mas sim acompanhar a relação entre a modernidade e o fascismo ao longo de sua complexa trajetória histórica". (PAXTON, 2023, p. 28)

[57] "A palavra fascismo tem origem no fascio italiano, literalmente, um feixe ou maço. Em termos mais remotos, a palavra remetia aos fasces latinos, um conjunto de feixes de varas que formavam um machado e eram levados diante dos magistrados, nas procissões públicas romanas, para significar a autoridade e a unidade do Estado. [...] Ao fim da Primeira Guerra Mundial, Mussolini cunhou o termo fascismo para descrever o estado de ânimo do pequeno bando de ex-soldados nacionalistas e de revolucionários sindicalistas pró-guerra que reunia a seu redor. [...] Oficialmente, o fascismo nasceu em Milão, em um domingo, 23 de março de 1919. Naquela manhã, pouco mais de cem pessoas, entre elas, veteranos de guerra, sindicalistas que haviam apoiado a guerra e intelectuais

propõem restringir seu uso à experiência italiana de Mussolini, por entenderem que suas peculiaridades e particularidades não permitiriam estender seu emprego a outras experiências autoritárias, ao mesmo tempo em que também é crítico da abordagem de "lista enciclopédica" para as diferentes experiências fascistas, assim como da abordagem que privilegia a elaboração de um "tipo-ideal" (weberiano) de fascismo em sua essência, dificilmente verificável nas experiências concretas (2023, pp. 40-41). Para ele, todas as três abordagens permitem, no máximo, uma "visão estática", isolada do fascismo, preferindo "examiná-lo em ação" (2023, pp. 39-40).

Nesse sentido, para o autor, "o termo fascismo deve ser resgatado do uso malfeito que vem tendo, e não jogado fora em razão desse uso. [...] A grande diversidade de fascismos que já observamos não é razão para abandonarmos o termo". Sendo assim e ante a "grande variedade de fascismos e a dificuldade de definir o "mínimo fascista'", seu esforço se concentrou mais em responder à pergunta sobre por que "movimentos de inspiração semelhante chegaram a resultados tão diferentes em diferentes sociedades" e menos em "encontrar semelhanças a fim de determinar se um regime específico se enquadra na definição de algum tipo de essência fascista" (2023, p. 40).

Se afirmando mais preocupado com o que os fascistas *fizeram* do que com o que eles *disseram,* o autor resiste à tentação de partir de uma definição estática do fascismo, em prol de uma abordagem que ele reputa mais estratégica e que privilegia "processos que se desenrolam ao longo do tempo, e não como expressões de uma essência fixa" (2023, p. 32). Tal estratégia, por sua vez, compreende a análise do fenômeno fascista a partir do que ele denominou de "ciclo de cinco estágios":

> [1] a criação dos movimentos; [2] seu enraizamento no sistema político; [3] a tomada do poder; [4] o exercício do poder; e, por fim, [5] o longo período de tempo durante o qual o regime faz a opção pela radicalização ou pela entropia. [...] Embora a maioria das sociedades modernas tenha gerado movimentos fascistas durante o século XX, poucas delas chegaram a ter regimes fascistas. Apenas na Alemanha nazista o regime fascista se aproximou do horizonte extremo da radicalização. [...] o fascismo, longe de ser estático, era uma sucessão de processos e de escolhas: a busca de seguidores, a formação de alianças, a disputa pelo poder e seu exercício. (PAXTON, 2023, p. 44)

---

futuristas, além de alguns repórteres e um certo número de meros curiosos, encontraram-se na sala de reuniões da Aliança Industrial e Comercial de Milão, cujas janelas se abriam para a Piazza San Sepolcro, para "declarar guerra ao socialismo […] em razão de este ter-se oposto ao nacionalismo". [...] Movimentos semelhantes vinham surgindo na Europa do pós-guerra, independentes do fascismo de Mussolini, mas expressando a mesma mistura de nacionalismo, anticapitalismo, voluntarismo e violência ativa contra seus inimigos, tanto burgueses quanto socialistas". (PAXTON, 2023, pp. 15-19)

Assim, ao analisar o que ele denominou de *primeiro estágio* do fascismo, qual seja, a *criação do movimento fascista*; e de modo semelhante à forma como Arendt (2023, pp 62-67) relacionou o pangermanismo e o pan-eslavismo como antecedentes do totalitarismo, Paxton situa as origens do fascismo europeu na Itália, na Áustria-Hungria, na Alemanha e naquele país que viria a abrigar o regime ideológico antagonista do fascismo, porém, irmão siamês autoritário: a Rússia e o comunismo bolchevique. À exceção da Itália, tanto a metade húngara da monarquia-dual dos Habsburgo como a Alemanha haviam sofrido as severas perdas territoriais decorrentes da derrota na Primeira Grande Guerra, permitindo o desabrochar de uma combinação de diversos elementos que vão desde o "nacionalismo da classe trabalhadora", passando por "movimentos antissocialistas de base popular", com "antissemitismo, combate à corrupção, defesa dos artesãos e dos pequenos lojistas", até "ataques a lojas de departamentos e ao capital internacional". A Rússia, por sua vez, "mergulhara no caos" e acabou se polarizando à esquerda (2023, pp. 62-67).

É a Primeira Guerra Mundial e seus quatro "anos de destruição maciça" que fizera abrir "vastas oportunidades culturais, sociais e políticas" para o fascismo, tais como a "raiva", o "desapontamento" e as "tensões econômicas e sociais":

> A experiência da Primeira Grande Guerra foi a mais decisiva das precondições imediatas do fascismo. [...] Na verdade, na opinião de alguns autores, a Primeira Grande Guerra, em si, basta para explicar tanto o fascismo quanto o bolchevismo. Quatro anos de extermínio em escala industrial fizeram restar pouco do legado europeu, e nada de suas certezas quanto ao futuro (PAXTON, 2023, pp. 65-66).

O autor lembra ainda da tensão entre conservadores, liberais e socialistas na disputa pelo exercício de influência política no pós-Primeira Guerra, situando tal tensão em uma Europa "dilacerada entre um wilsonismo distorcido e um leninismo frustrado" e que "após 1919, fervilhava de conflitos não resolvidos, tanto territoriais quanto de classe" (2023, p. 70), ambiente propício à ascensão do fascismo:

> Em vez de um mundo ou de nacionalidades satisfeitas ou de poderes dominantes, os tratados de paz criaram um mundo dividido entre, de um lado, as potências vitoriosas e seus Estados-clientes, artificialmente inchados de modo a incluir outras minorias nacionais (Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Romênia) e, de outro, os Estados derrotados e vingativos (os Estados perdedores: Alemanha, Áustria e Hungria, e a Itália insatisfeita). [...] Os fascistas não tinham qualquer intenção de manter a paz. Eles esperavam que as inevitáveis guerras permitiriam que as raças superiores prevalecessem sobre as demais, enquanto as raças divididas e "mestiçadas", os povos irresolutos, tornar-se-iam seus servos. (PAXTON, 2023, p. 71)

Se o "contexto imediato" propício ao surgimento do fascismo se encontra no antes, no durante e no período inicial do entreguerras, as "raízes intelectuais, culturais e emocionais" podem ser encontradas um pouco mais remotamente, na influência que determinados teóricos exerceram sobre os líderes fascistas. Em conjunto com o darwinismo social ("a luta biológica como chave da história humana"), das teorias eugenistas do primo de Darwin, Francis Galton (o poder supostamente conferido à humanidade de "aperfeiçoar a raça", base para o conceito de hierarquia entre raças, superiores e inferiores) e do pensamento de Nietzsche, o autor cita a contribuição de diversos teóricos que exerceram influência direta sobre líderes fascistas[58].

De igual forma, Paxton menciona a contribuição de diversos outros autores esparsos, desde o poeta anglo-indiano Rudyard Kipling[59] (também mencionado por Arendt), passando pelo "polemista vitoriano" Thomas Carlyle (a quem os nazistas reivindicavam como sendo um dos seus "predecessores"), o poeta Stefan George, o teórico austríaco do corporativismo Othmar Spann, o sociólogo alemão Ferdinand Tönies, o professor alemão Oswald Spengler, além dos sociólogos italianos Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca (este também senador italiano) e Roberto Michels: todos teriam ou contribuído diretamente ou, mesmo não se admitindo ou até negando se tratarem de fascistas (rejeitando-os ou sendo rejeitados por eles posteriormente), tiveram parte de suas formulações apropriados por aquelas para a formação do pensamento fascista (2023, pp. 75-78)[60]. Obtempera, contudo, que não há "uma genealogia linear, que leva diretamente dos pensadores pioneiros ao fascismo em sua forma acabada" (2023, pp. 71-81).

De modo análogo ao que Arendt utiliza para situar o papel da teoria do "bode expiatório" como um dos elementos centrais do totalitarismo, Paxton salienta também o papel do "inimigo" para o fascismo. E o inimigo está conectado com a questão da hierarquia social entre as raças.

---

[58] Paxton identifica, em Mussolini, a influência de Gustave Le Bon (teórico antidemocrático), Georges Sorel (teórico social amador e anti-humanitário) e Vilfredo Pareto (teórico social da Université de Lausanne); e em Hitler, a influência de Georg von Schönerer (líder do pangermanismo), de Houston Stuart Chamberlain (britânico, adepto das teorias raciais) e das ações do prefeito Lueger, de Viena. E, apesar de não identificar Bergson e Freud como autores fascistas – o que, de fato, não o eram, ao contrário disso, suas descobertas foram brutalmente combatidas por estes, a ponto da psicanálise ser considerada uma inimiga do fascismo, conforme assinalado por Finchelstein (2020) – Paxton consegue relacionar algumas descobertas da psicanálise como desmistificadora de determinadas convicções do liberalismo, o que acabara ajudando, ainda que indiretamente, à construção do pensamento fascista (PAXTON, 2023, pp. 72-74).

[59] Seu poema intitulado *O fardo do homem branco*, escrito em 1899, é ilustrativo de suas ideias supremacistas e racistas, aplicadas ao contexto do neocolonialismo ou imperialismo europeu de fins do séc. XIX e início do séc. XX.

[60] "A preparação intelectual e cultural pode ter tornado possível imaginar o fascismo, mas ela não o causou [...] Foi por meio de escolhas e atos que os regimes fascistas foram incorporados às sociedades. Na verdade, os teóricos intelectuais e culturais que algumas vezes são citados como criadores do fascismo explicam melhor o espaço que foi aberto para ele do que o fascismo em si. Esclarecem de forma direta as fraquezas dos rivais do fascismo – o liberalismo burguês antes em ascensão e o poderoso socialismo reformista da Europa anterior a 1940. Escolhas e atos concretos foram necessários para que essa doutrina pudesse ganhar vida, explorar essas fraquezas e ocupar esses espaços". (PAXTON, 2023, p. 82)

Embora em intensidades diferentes, a "moda norte-europeia e americana de purificação biológica" (menos intensa na Itália do que na Alemanha) se fundamentava em uma associação desconexa entre a "descoberta dos mecanismos de hereditariedade", por Mendel, o distorcido darwinismo social e as teorias raciais eugenistas. Assim, conforme salienta o autor, a concepção hierarquizada de "*Das Blut* (o sangue) ou *La Razza* (a raça)" passa a ser fator determinante das políticas fascistas:

> Os inimigos eram um componente central das angústias que contribuíram para inflamar a imaginação fascista. Os fascistas viam inimigos tanto dentro quanto fora da nação. Os Estados estrangeiros eram inimigos já conhecidos, embora o perigo representado por eles parecesse se intensificar com o avanço do bolchevismo, com a exacerbação dos conflitos de fronteiras, e também com a frustração das reivindicações nacionais que se seguiram à Primeira Grande Guerra. [...] Os fascistas necessitam de um inimigo demonizado contra o qual mobilizar seus seguidores, mas, é claro, o inimigo não tem necessariamente que ser judeu. Cada cultura especifica seu próprio inimigo nacional. Embora, na Alemanha, os estrangeiros, os impuros, os contagiosos e os subversivos muitas vezes se mesclassem na imagem demonizada do judeu, os ciganos e os eslavos também eram alvos de ataque. Os fascistas estadunidenses demonizaram os negros e, algumas vezes, os católicos, além dos judeus. Os fascistas italianos demonizaram seus vizinhos Eslavos do Sul, especialmente os eslovenos, como também os socialistas que repudiavam a guerra de renascimento nacional. Mais tarde, foi fácil a eles acrescentarem à sua lista os etíopes e os líbios que eles tentaram conquistar na África. (PAXTON, 2023, pp. 77-79)

A despeito da contribuição de seus teóricos (ou da apropriação distorcida de suas teorias pelos fascistas) e rememorando o que já havia sinalizado George Mosse (de que o fascismo seria "mais do que uma ideia ou uma doutrina", mas sim, "um estado de ânimo") Paxton chama a atenção para algo além das formulações teóricas supostamente fundamentadoras do fascismo: "as paixões e emoções subterrâneas" (o que, ao final de sua obra, ele vai denominar de "paixões mobilizadoras"), tais como o "nacionalismo apaixonado" e a "visão conspiratória e maniqueísta da história como uma batalha entre os campos do bem e do mal, entre os puros e os corruptos, da qual a própria comunidade ou nação é sempre vítima":

> Nessa narrativa darwiniana, o povo eleito foi enfraquecido pelos partidos políticos, pelas classes sociais, pelas minorias inassimiláveis, pelos grupos que vivem de renda, debilitados por uma vida excessivamente fácil, e pelos pensadores racionalistas, a quem faltava o necessário senso de comunidade. (PAXTON, 2023, p. 85)

Além do contexto da Primeira Guerra, dos fundamentos teórico-intelectuais, do papel do inimigo e das "paixões subterrâneas", Paxton também abordou as "pré-condições de longo prazo" para a empreitada fascista, relembrando que o avançar do bolchevismo, em seu apelo sobre as massas como reação à ineficácia do liberalismo e do conservadorismo as convulsões

da época e, ao mesmo tempo, a desilusão com as concessões que estes passaram a fazer quando participando de coalizões parlamentares (o chamado "socialismo parlamentar") serviram de estímulo ao fascismo, igualmente reativo ao liberalismo e ao conservadorismo, mas também ao bolchevismo:

> As transformações de longo prazo nas estruturas políticas, sociais e econômicas fundamentais também contribuíram para abrir caminho para o fascismo. [...] Uma dessas precondições necessárias foi a política de massas. Como um movimento de massas dirigido contra a esquerda, o fascismo não poderia ter existido antes de os cidadãos comuns terem passado a participar da política. [...] Diferentemente dos conservadores e dos liberais mais cautos, os fascistas nunca pretenderam deixar as massas fora da política. Queriam atraí-las, discipliná-las e energizá-las. [...] O fascismo, portanto, seria inconcebível na ausência de uma esquerda socialista madura e em expansão. Na verdade, os fascistas só conseguem encontrar seu espaço quando o socialismo se torna poderoso o bastante para ter tido algum tipo de participação no governo, tendo assim desiludido parte de sua clientela de classe trabalhadora e de intelectuais. (PAXTON, 2023, pp. 86-89)

O autor se refere ainda a "alguns dos acontecimentos da década de 1880" que podem ser classificados como "a primeira crise da globalização" e que se constituem em fatos "precursores" do fascismo ou "indícios premonitórios" de seu surgimento posterior, dentre elas, a profissionalização dos políticos, decorrente da ampliação do eleitorado e da consequente abertura para ingresso de representantes de novas camadas sociais – que não apenas os notáveis – nos parlamentos, o que os fazia buscar novas estratégias de captação de eleitores, como por meio de "clubes sociais de classe média" ou por meio da manipulação das massas por intermédio do "poder de atração do antissemitismo e do nacionalismo", utilizados "para mobilizar hostilidade entre diferentes segmentos da classe trabalhadora, e mais ainda após a Primeira Guerra" (2023, p. 92).

Como exemplo dessa "intensificação do nacionalismo", Paxton cita o movimento do *boulangismo,* do general Boulanger, a partir de 1886, na França, como sendo a "primeira vez na Europa, [em que] haviam sido reunidos os ingredientes de um movimento de massas populista e de índole nacionalista, formado em torno de uma figura carismática" (2023, p. 94).[61]

> É plausível afirmar que o primeiro exemplo concreto do "nacional-socialismo", na prática, foi o Cercle Proudhon, na França de 1911, um grupo de estudos que tinha como objetivo "unir os nacionalistas e os antidemocratas de esquerda" em torno de

[61] Paxton (2023) também relaciona o famoso Caso Dreyfus, ocorrido uma década depois, em 1896, na França, já explorado em detalhes por Arendt (2013). Ele também faz referência a influência do pangermanismo de Georg von Schoroner (também referenciado por Arendt) na Áustria-Hungria; a mistura de "socialismo municipal" com a influência da forma de governar de Karl Luger, prefeito de Viena de 1897 a 1910; e de Adolf Stöcker e seu *Christlich-Soziale Partei* (Partido Social Cristão), na Alemanha. Na Itália, como já visto, o grande mobilizador era George Sorel (PAXTON, 2023, pp. 93-96).

> uma ofensiva contra o "capitalismo judeu". [...] O termo nacional-socialismo, ao que parece, foi inventado pelo autor nacionalista francês Maurice Barrès, que, em 1896, descreveu o marquês de Morès, um aventureiro aristocrático, como "o primeiro nacional-socialista". Morès, após fracassar como criador de gado na Dakota do Norte, voltou a Paris em inícios da década de 1880 e organizou um bando de desordeiros antissemitas que atacavam lojas e escritórios de propriedade de judeus. (PAXTON, 2023, pp. 95-96)

Para Paxton, "o projeto de reconquistar a clientela socialista para nação" constituiu-se de uma das "pedras fundamentais" para o "edifício a ser construída pelos fascistas", "por meio de um heroico 'nacional-sindicalismo' antissocialista" (2023, p. 97): "afinal, o que unia a todos eram valores mais que um perfil social: desprezo pela cansada política burguesa, hostilidade com relação à esquerda, nacionalismo fervoroso e tolerância à violência, quando necessário" (PAXTON, 2023, p. 102).

Dessa forma, o legado e o espólio da Primeira Grande Guerra, a Revolução Bolchevique, o trabalho dos precursores intelectuais, a definição de um inimigo comum, as paixões subterrâneas mobilizadoras, a ineficácia do liberalismo e do conservadorismo, o medo do socialismo, o surgimento da democracia de massas e a inabilidade das forças políticas convencionais em lidar com ela são elementos que figuram, todos eles, na condição de características do primeiro estágio do fascismo: o de nascimento dos movimentos fascistas.

Em seguida, Paxton se debruça a analisar o *segundo estágio* de implementação do fascismo, que ele denominou de *enraizamento* das experiências fascistas e suas "expressões abertas de nacionalismo extremos, de ataques à esquerda e de racismo" (2023, p. 119). Para melhor compreender tal processo, Paxton reputou ser de grande relevância a análise da "retórica e da clientela" fascistas a partir do sucesso localizado (regional) nos países onde o fascismo prosperou, incluindo a adesão popular aferida pelo desempenho eleitoral dos partidos e ligas fascistas em tais localidades, tais como no vale do pó, na Itália, em 1920-1922; e no Schleswig-Holsteins, na Alemanha, em 1928-1933, identificando, dente outro elementos, a forte aliança celebrada entre os *squadristi* fascista e das tropas de assalto nazistas com as populações rurais de tais localidades. De modo inverso, também reputou relevante analisar a situação onde o fascismo não prosperou, como no caso francês, de 1924-1940.

Ademais, também se identifica a "falsidade da retórica antiburguesa" (2023, p. 120) a partir do momento em que os partidos fascistas começaram a alçar o poder. Se a reunião de San Sepolcro é apontada como a origem; e a Marcha sobre Roma é considerada o apogeu do primeiro ciclo, Paxton aponta como "o primeiro passo em direção ao poder nacional" a aliança feita em 1921 com o então primeiro-ministro Giolitti, que assegurou 35 cadeiras no parlamento

para o *Partido Nacionale Fascista* (PNF), como tentativa de impedir o crescimento dos socialistas e do partido católico *Popolare*, que haviam obtido, cada um deles, o equivalente a um terço das vagas no parlamento nas eleições de 1919.

O bom êxito fascista nas eleições de 1921 se deveu, além da aliança com o então primeiro-ministro Giolitti, ao crescimento dos *squadristi* no vale do Pó.[62] O apoio aos trabalhadores rurais do vale do Pó, em contraposição a mal-sucedida ofensiva socialista foi um marco no progressivo afastamento do fascismo de seu público e de suas propostas originais constantes no chamado programa de San Sepolcro, de março de 1919, o que ocorreu ao longo de seus primeiros anos de existência.

Essa negação de um programa ou afastamento das diretrizes programáticas originais (2023, pp. 130-133) é, a propósito, uma característica comum tanto do nazismo alemão quanto do fascismo italiano e também, embora mais difícil de executar, do bolchevismo russo sob Stálin.

Já na contraparte oposta, dentre as experiências de fascismo que não deram certo, mereceu análise de Paxton o caso francês (2023, p. 149-147). Paxton cita também, nesse eito, as experiências ocorridas em outros países, no mesmo período (década de 1930) em que um relativo sucesso eleitoral dos partidos fascistas, o que lhes garantia cadeiras nos parlamentos, não deteve o condão de fazer com que o movimento prosperasse a ponto de se converter em uma experiência ou regime de governo ou de Estado. Cita, nesse sentido, o exemplo do Partido da Cruz Flechada, de Ferenc Szálase, na Hungria; da Legião do Arcando Miguel (*Legiunea Arhanghelul Mihail*), de Corneliu Codreanu, na Romênia; e do movimento Rexista, de Léon Degrelle, na Bélgica (2023, pp. 147-148). Outras experiências menos bem sucedidas do ponto de vista eleitoral também são mencionadas, tais como o Movimento Nacional-Socialista dos Países Baixos (*Dutch Nationaal Socialistische Beweging – NSB*), o Partido da União Nacional (*Nasjonal Samling*), de Vidkun Quislig, na Noruega; e a União Britânica Fascista (British Union of Fascists – BUF), de sir Oswald Mosley, na Inglaterra.

> Muitas dessas tênues imitações demonstraram que não bastava vestir uma camisa colorida, marchar pelas cidades e espancar alguma minoria local para atingir o sucesso de um Hitler ou de um Mussolini. Era necessário haver também uma crise de dimensões comparáveis, a abertura de um espaço político semelhante, a mesma habilidade na construção de alianças e um grau comparável de cooperação por parte das elites existentes. Essas imitações nunca foram além do estágio inicial e, portanto,

[62] "O êxito dos Camisas Negras no vale do Pó não se baseou apenas na força. Os fascistas, além disso, davam a alguns camponeses o que estes mais queriam: trabalho e terra. Virando a mesa socialista, estabeleceram seu próprio monopólio sobre o mercado de trabalho agrícola". (PAXTON, 2023, p. 128)

> nunca passaram pelas transformações dos movimentos bem-sucedidos. Permaneceram "puras" – e insignificantes. (PAXTON, 2023, p. 151)

Para Paxton, comparar os êxitos e fracassos das diferentes experiências fascistas é necessário para compreender mais as diferenças de contexto do que propriamente a semelhança de características dos movimentos fascistas em cada um dos países em que eles tomaram pé. Para ele, tanto a França, pioneira no antissemitismo com o caso Dreyfus, em Paris, e com o assassinato de judeus na Argélia; quanto os EUA, com seu antissemitismo igualmente presente; e a Polônia e a Rússia, com seus expurgos realizados com os *pogroms*, eram países mais propícios (com muito mais "pré-disposições" intelectuais) ao pleno desenvolvimento do fascismo do que propriamente a Itália e a Alemanha. No entanto, foram países nos quais os efeitos das crises do período (espólio da Primeira Guerra, Depressão de 1929) foram mais amenos do que na Alemanha.

Mais uma vez, o autor aduz não só ao papel dos intelectuais na formação das ideias fascistas (2023, p. 153), mas também na intenção "das antigas elites que estavam dispostas a colaborar com o fascismo", sobretudo em razão do fracasso dos governos liberais naquele período (2023, p. 154). Um dos fatores desse fracasso, que pode ser enxergado a partir de diferentes prismas (2023, pp. 155-158), seria a carência de domínio, pelos políticos da época, das ferramentas necessárias à mobilização e ao convencimento nas novíssimas democracias de massa, com sufrágio universal, o que favorecia em demasia os fascistas que, rapidamente, se apropriaram e aprenderam a se utilizar dos mecanismos de mobilização e fidelização das massas:

> Enquanto os dinossauros notáveis desprezavam a política de massas, os fascistas mostravam como fazer uso dela em prol do nacionalismo e do antiesquerdismo. Ganharam acesso às massas por meio de excitantes espetáculos políticos e de técnicas de publicidade espertas, criaram maneiras de disciplinar essas multidões pela organização paramilitar e pela liderança carismática, e prometeram a substituição das eleições incertas por plebiscitos do tipo "sim" ou "não". Enquanto os cidadãos de uma democracia parlamentar votavam para escolher uns poucos concidadãos seus para representá-los, os fascistas expressavam sua cidadania de forma direta, participando de cerimônias de assentimento de massa. A manipulação da opinião pública por meio da propaganda substituiu o debate sobre questões complexas por um pequeno grupo de legisladores que (segundo os ideais liberais) eram supostamente mais bem informados que o grosso dos cidadãos. É possível que o fascismo de fato oferecesse aos oponentes da esquerda novas e eficazes técnicas para controlar, gerenciar e canalizar a "nacionalização das massas", num momento em que a esquerda ameaçava reunir a maioria da população em torno de dois polos não nacionais: a classe e o pacifismo internacionalista. (PAXTON, 2023, p. 156)

Sendo assim, o êxito eleitoral em regiões localizadas, a falsa retórica antiburguesa, a disposição das elites para colaborar com o fascismo, assim como a necessidade destes de costurar composições e fazer concessões com o *establishment* e as forças conservadoras (monarquia, exército, igreja, setor empresarial privado organizado), estão no cerne deste segundo estágio do fascismo denominado de enraizamento.

Após analisar o processo de seu enraizamento (com foco nas "configurações gerais" da empreitada fascista), Paxton passa a descrever o *terceiro estágio* do fascismo que é a *chegada ao poder*, em que enfoca nas condições mais específicas daquelas experiências que obtiveram sucesso no estágio anterior. Paxton inicia por descaracterizar a Marcha sobre Roma como "tomada do poder", na forma como correntemente se sinaliza, mas como um evento marcante que, aliado a hesitação do rei Vittorio Emanuel III (temendo um banho de sangue; ou a não adesão do Exército à ordem de dissipar os *squadristi* que se dirigiam a Roma com emprego da força; ou mesmo um golpe de seu próprio primo, o Duque de Aosta); a fragilidade do primeiro-ministro Luigi Facta; as disputas inconciliáveis entre o terço socialista e o terço católico do parlamento; a negativa dos fascistas de compor um governo de coalizão com estes, nos termos propostos pelo antecessor de Facta, o ex-primeiro-ministro Giolitti são fatores que, somados, fizeram com que Mussolini acabasse sendo convidado para assumir o posto de chefe de governo:

> Não foi o poderio fascista que solucionou a questão, mas sim a relutância dos conservadores de testar o próprio poderio contra o dos fascistas. A Marcha sobre Roma foi um blefe gigantesco que acabou funcionando, e que ainda funciona na ideia que o grande público faz da "tomada do poder" pelos fascistas. (PAXTON, 2022, pp. 183)

No caso alemão, o insucesso do malfadado Golpe da Cervejaria (*Beer Hall Putsch* – ou *Putsch* de Munique), de 8 de novembro de 1923, fez com que Hitler decidisse "nunca mais tentar chegar ao poder pela força. Isso significava permanecer, ao menos superficialmente, dentro da constitucionalidade legal" (2023 pp. 184-185). A insatisfação decorrente do espólio de guerra e os efeitos da Grande Depressão de 1929, aliados a dificuldade de conciliar as visões conflitantes[63] entre os cinco partidos formadores da Grande Coalizão heterogênea que compunha o governo alemão da época (dos chanceleres Hermann Müller e, depois, de Heinrich Brüning; e, após, sob os dois últimos chanceleres da República de Weimer, Franz von Papen e Kurt von Schleicher, todos os quatro sob a presidência de Paul von Hindenburg) forneceriam

[63] "A esquerda queria aumentar os impostos para manter o pagamento dos salários-desemprego; os moderados e conservadores queriam diminuir os gastos sociais para reduzir impostos. (..) após março de 1930, não havia maioria parlamentar que conseguisse ser construída na Alemanha" (PAXTON. 2023, p. 187).

as condições materiais objetivas para a adesão de milhares de pessoas (o "assentimento das massas") para as propostas fascistas.

Foi esse ambiente de insatisfação e crise que fez o Partido Nazista saltar das 12 cadeiras, obtidas nas eleições de maio de 1928 para 107 assentos, conquistados nas eleições de setembro de 1930, transformando-se no segundo maior partido do país e, fazendo com que sua presença ou dos socialistas fossem necessárias para compor um governo de coalização (2023, p. 188). O Partido Nazista atingiria um número ainda maior de cadeiras nas eleições de julho de 1932 e, mesmo sem conseguir atingir maioria sozinho e reduzindo a quantidade de votos nas eleições de novembro de 1932, tornou-se o maior partido alemão da época, fator crucial para Hitler ter aceitado uma composição com Von Papen (a esta altura já substituído no posto de chanceler por Schleicher), tento Hitler na condição de chanceler e Von Papen na condição de vice.

Semelhante cenário se repetiu (maior partido, porém, ainda sem maioria no parlamento) nas eleições de 5 de março de 1933, desta vez com Hitler já no posto de chanceler, ocorrida após o episódio do incêndio no *Reichstag* (de 28 de fevereiro de 1933), ocasião que levou o ainda presidente Hindenburg a assinar, com base no art. 48 da Constituição de Weimer, o "Decreto para a Proteção do Povo e do Estado", que suprimia uma série de liberdades e garantias individuais. A ela se seguiu a "Lei para Aliviar o Sofrimento do Povo e do Reich" que "permitia a Hitler governar por decretos por um período de quatro anos". A Lei foi aprovada em 24 de março de 1933, graças à prisão de deputados comunistas, sob a justificativa de que os comunistas teriam sido os responsáveis pelo incêndio do *Reichstag*; e a adesão de outros partidos, sobretudo o *Zentrum* (católico). A retribuição foi, já nas semanas seguintes, a extinção dos partidos políticos e a instalação de uma ditadura de partido único, em direção posterior ao totalitarismo (2023, pp. 208-219).

Na Itália, o ponto de não retornou da radicalização teria sido o assassinato se Giacomo Matteoti, secretário da ala reformista do Partido Socialista Italiano, por ter realizado denúncias de corrupção contra os fascistas. Tanto o rei Vittorio Emanuel III quanto o *establishment* conservador mais uma vez, hesitaram em tomar providências em face de Mussolini, "temendo que, assim agindo, estariam abrindo caminho para o recrudescimento do caos ou para um governo de esquerda" (2023, p. 2014). Mussolini se aproveitou da ocasião e da pressão dos *ras* e dos *squadristi* para recrudescer ainda mais o regime, aprovando as Leis Fascistíssimas.[64]

[64] "[...] Mussolini, aprovou uma série de leis para a defesa do estado, as Leis Fascistíssimas que fortaleciam o poder da administração, substituíam prefeitos eleitos por funcionários nomeados para o cargo (podestà), submetiam a imprensa e o rádio à censura, reinstituíam a pena de morte, davam aos sindicatos fascistas o monopólio da representação trabalhista e dissolviam todos os partidos, com exceção do PNF". (PAXTON, 2023, p. 214)

Essa sim teria sido a verdadeira "tomada do poder" e não a chegada a ele. Isso porque Paxton salienta que nem Mussolini e nem Hitler tomaram o poder pela força: usaram dela para desestabilizar as instituições e facilitar a chegada ao poder; e seguiram dela se utilizando, após chegar ao poder, para nele permanecer. Mas, lá chegaram pelas vias democráticas:

> [...] nem Mussolini nem Hitler chegaram ao poder por um golpe de Estado. Nenhum deles tomou o poder pela força, mesmo que ambos tenham usado de força antes de tomar o poder, com o fim de desestabilizar o regime existente, e ambos viriam novamente a usar de força, já no poder, para transformar seus governos em ditaduras (como veremos logo a seguir). Até mesmo os autores mais escrupulosos falam de sua "tomada do poder", mas essa expressão descreve melhor o que os dois líderes fascistas fizeram após chegar ao poder do que a forma pela qual eles lá chegaram. Tanto Mussolini quanto Hitler foram convidados a assumir o cargo de chefe de governo por um chefe de Estado no exercício legítimo de suas funções oficiais, e após consultas a autoridades civis e militares. Ambos, portanto, tornaram-se chefes de governo em meio a situações que, pelo menos na superfície, pareciam representar o exercício da autoridade constitucional, pelo rei Vittorio Emanuele III e pelo presidente Hindenburg. (PAXTON, 2023, pp. 192-193)

Dessa maneira, o autor salienta a importância de se estudar a *formação de alianças* e o papel dos "aliados e cúmplices" tanto quanto o papel desempenhado pelos líderes fascistas em si. Nesse sentido, destacam-se a atuação dos líderes conservadores que, diante da ampliação das bancadas e da força política dos fascistas italianos e dos nazistas alemães, com eles se viram obrigados a transigir:

> Especificamente os líderes conservadores tiveram que decidir se deveriam tentar cooptar o fascismo ou empurrá-lo de volta à marginalidade. [...] Os líderes conservadores de ambos os países concluíram que aquilo que os fascistas tinham a oferecer superava em muito as desvantagens de permitir que esses rufiões se apossassem do espaço público da esquerda usando de violência. (PAXTON, 2023, pp. 196-197)

A perspectiva de chegada ao poder levou tanto os conservadores a decidir transigir com os fascistas quanto os fascistas a amenizar suas propostas mais radicais originais. O autor defende, no entanto, que apesar da força da combinação entre as distintas variáveis a contribuir com a ascensão do fascismo na Itália e na Alemanha, "nada houve de inevitável na chegada ao poder de Mussolini ou de Hitler". A aquiescência dos conservadores teria sido primordial, ou melhor, condição *sine qua non* para a ascensão fascista (2023, p. 201). Isso porque, para o autor, os fascistas tinham algo a oferecer ao *establishment*, ao contrário dos socialistas ou comunistas de esquerda, que representavam ameaças a estes:

> Os fascistas podiam oferecer uma base de massas grande o suficiente para permitir que os conservadores formassem maiorias parlamentares capazes de decisões vigorosas, sem ter que recorrer aos inaceitáveis parceiros de esquerda. [...] Como detentor do maior partido, Hitler permitiu aos formadores de alianças conservadores escaparem

> dos poderes de emergência presidenciais que eles já vinham suportando há três anos e formar maioria parlamentar que excluísse a esquerda. [...] Mesmo que para chegar a um acordo fosse necessário admitir esses arrivistas grosseiros ao primeiro escalão do governo, os conservadores estavam convencidos de que manteriam o controle do Estado. [...] Em suma, os fascistas ofereciam uma nova receita de governo, contando com o apoio popular, sem implicar uma divisão do poder com a esquerda, e sem representar qualquer ameaça aos privilégios sociais e econômicos e ao domínio político dos conservadores. Os conservadores, de sua parte, tinham em mãos as chaves das portas do poder. (PAXTON, 2023, pp. 202-205)

A exceção da Itália e da Alemanha, nos demais países onde o fascismo floresceu, ditaduras unipartidárias tiveram o condão de não permitirem, a despeito de seu surgimento (primeiro estágio) e de seu enraizamento (segundo estágio), a chegada e, muito menos, a verdadeira tomada do poder pelos fascistas (2023, p. 216). O autor também aduz aos "fascismos da ocupação", durante a empreitada expansionista alemã da Segunda Guerra, ocorridos na Holanda, na Dinamarca, na França, na Bélgica, na Eslováquia, na Hungria, na Croácia e na Iugoslávia (2023, pp. 217-220):

> Os fascismos da ocupação sem dúvida são interessantes – a derrota e a colaboração trouxeram para o primeiro plano todos os perdedores do sistema anterior e deixaram à mostra todas as linhas de falha e todos os antagonismos da comunidade política ocupada – mas é discutível que possamos chamá-los de fascismos autênticos, pela simples razão de eles não terem sido livres para perseguir ideais de grandeza nacional e de expansionismo. [...] Aqui, as comparações nos permitem perceber reais diferenças na natureza do ambiente político e nas possibilidades de alianças que distinguem dos demais os países onde o fascismo deu certo. [...] As comparações sugerem que o êxito dos fascistas na sua ascensão ao poder depende menos do brilhantismo dos intelectuais e das qualidades dos chefes fascistas que da profundidade da crise e do desespero dos aliados potenciais. (PAXTON, 2023, pp. 319-221)

O fato é que o "colapso da legitimidade democrática e da paralisação dos regimes parlamentaristas", aliado a adesão das forças conservadoras e do establishment, receosos com o avanço da esquerda, dos socialistas e dos comunistas em toda a Europa, ou seja, as "crises de impasse constitucional, de avanço da esquerda e das angústias dos conservadores" foram fatores decisivos não só ao surgimento e o enraizamento do fascismo, mas também para a chegada ao poder pelos fascistas. No entanto, a maioria dos países da Europa, à época, preferiu aderir à solução de "esmagar a esquerda usando de força armada e instalar uma autocracia, eliminando assim o espaço aberto às promessas fascistas de atrair parte da esquerda e intimidar o restante dela" (2023, p. 221). Itália e Alemanha, no entanto, seguiram em outra direção:

> Os conservadores alemães e italianos queriam tirar vantagem e usar a seu próprio favor o poder que os fascistas tinham sobre a opinião pública, nas ruas e nos setores nacionalistas e antissocialistas da classe média e da classe trabalhadora. Ao que tudo indica, acreditavam que era tarde demais para a desmobilização política da população,

> que teria que ser conquistada para a causa nacionalista e antissocialista, uma vez que já era então impossível reduzi-la novamente à posição de deferência típica do século XIX. O fato de Hitler e Mussolini terem chegado ao poder em aliança com as influentes elites tradicionais não pode ser visto como uma peculiaridade da história alemã ou italiana. É difícil acreditar que os partidos fascistas teriam assumido o poder de outra forma. (PAXTON, 2023, pp. 222-223)

Além da ampliação gradativa dos êxitos eleitorais, da intensificação das crises no entreguerras, da formação de alianças e do papel dos aliados e cúmplices, segundo Paxton, para que uma experiência fascista seja bem-sucedida, não é necessária a reprodução fiel do contexto e das condições observadas na Itália de 1922 e na Alemanha de 1933. É necessária, no entanto, a observância de algumas destas características, quais sejam, "polarização, impasse, mobilização de massas contra inimigos internos e externos e cumplicidade por parte das elites existentes" (2023, p. 223):

> Num exame mais cuidadoso, é claro, vemos que o êxito eleitoral não era a precondição mais importante para a chegada do fascismo ao poder. A paralisação ou o colapso de um Estado liberal existente era de maior relevância. É essencial lembrar que tanto na Alemanha quanto na Itália o Estado constitucional havia deixado de funcionar normalmente muito antes de os fascistas chegarem ao poder. Ele não foi derrubado pelo Partido Fascista, apesar de este ter contribuído para levá-lo ao impasse. O Estado constitucional deixou de funcionar porque fora incapaz de lidar com os problemas em pauta naquele momento – que incluíam, sem dúvida alguma, o fato de haver uma oposição fascista agressiva. O colapso do Estado liberal foi, em certa medida, uma questão independente da ascensão do fascismo. Este explora a brecha, apesar de não tê-la causado. No estágio de obtenção do poder, quando as elites se decidiram por cooptar o fascismo, as funções do fascismo maduro se tornaram ainda mais claras: em termos imediatos, seu papel era o de romper o bloqueio da política nacional por meio de uma solução que excluísse os socialistas. Num prazo mais longo, deveria angariar o apoio das massas para a defesa da sociedade nacional, visando unificar, regenerar, rejuvenescer, "moralizar" e purificar a nação que muitos viam como fraca, decadente e suja. [...] As crises do sistema político e econômico abriram espaço para o fascismo, mas foram as infelizes escolhas de uns poucos dirigentes poderosos que de fato instalaram os fascistas nesse espaço. (PAXTON, 2023, pp. 224-226)

Seguindo em sua profunda e arguta análise, Paxton passa a descrever o *quarto estágio* do fascismo: o *exercício do poder*. Apesar das práticas com pretensões ou pendores totalitários, os regimes fascistas também seriam marcados por conflitos e tensões, dada a necessidade de concessões e recompensas às elites do *establishment* conservador que lhes abriu as portas e lhes apoiaram em sua escalada em direção ao poder:

> Os conflitos que já observamos no estágio do enraizamento se acirraram quando chegou o momento de distribuir o espólio dos cargos e optar entre diferentes cursos de ação. O jogo fica mais pesado à medida que a adoção de determinadas políticas passa a se traduzir em ganhos e perdas tangíveis. Os conservadores tendem a se retrair a um autoritarismo mais tradicional e cauteloso, respeitador da propriedade e da hierarquia social, enquanto os fascistas pressionam adiante em direção a uma ditadura populista,

> dinâmica e niveladora, pronta a subordinar todos os interesses privados aos imperativos do engrandecimento e da purificação nacionais. As elites tradicionais tentam manter os cargos estratégicos; os partidos querem preenchê-los com novos homens, ou contornar as bases do poder conservador com "estruturas paralelas"; e os líderes têm que resistir aos desafios lançados pela elite e pelos fanáticos do partido. [...] Com o passar do tempo, o Estado prerrogativo nazista usurpou as funções do Estado normativo e contaminou seu trabalho [...] A luta pelo domínio nas ditaduras fascistas, entretanto, implica mais do que Estado e partido, ou Estado normativo e prerrogativo. A imagem de Estado dual de Fraenkel é incompleta. Nos regimes fascistas, elementos externos ao Estado também participam dessa queda de braço pelo poder. (PAXTON, 2023, p. 236-239)

Tal estratégia conduziu, como assinalado nas formulações de Ernst Fraenkel, a um "Estado Dual" fascista[65], composto por uma combinação esdrúxula entre um "Estado normativo" e um "Estado prerrogativo" (2023, pp. 238-239), com a "duplicação" de "cada nível da autoridade pública com uma agência do partido", ora para exercer pressão (como na Itália), ora para obliterá-las, usurpar suas funções ou mesmo substituí-las por completo (como na Alemanha):

> A duplicação dos centros de poder tradicionais pelas organizações paralelas do partido foi uma das principais razões da "informidade" já mencionada antes e das caóticas linhas de autoridade que caracterizaram o governo fascista e as distinguiram das ditaduras militares e dos governos autoritários. (PAXTON, 2023, p. 243)

Para ilustrar tais tensões, o autor recorre ao conceito de *ilhas de separatismo,* de Carl Friederich e Zbigniew Brzezinski. (2023, pp. 241) e relembra da tensão existente entre o Líder e o próprio partido, muito embora a imagem corrente que se faça é de que "o líder e o partido se fundem numa manifestação única da vontade nacional" (2023, p. 252). De igual forma, o autor também salienta o papel da polícia (2023, pp. 255-256) bem como a aquiescência do povo com "acomodação, entusiasmo e terror" (2023, pp. 259-268).

Para o autor, diferentemente de uma das imagens correntes de que o apoio popular e a manutenção da adesão das massas aos regimes totalitários se davam sob coação da violência exercida, o "terror era seletivo e o consenso era alto [...] A divulgação da violência nazista, contudo, não significa que o apoio ao regime ocorresse sob coação. [...] os alemães, com

[65] Ainda no capítulo 3, ao analisar o estágio do enraizamento, assim como Arendt já havia salientado, Paxton também chama a atenção para a estratégia de duplicação de instituições, promovida pelos partidos, no sentido de buscar substituir e esvaziar as instituições análogas do próprio Estado, antecipando sua exposição sobre o "Estado Dual": "Um artifício usado pelos partidos fascistas, mas também pelos revolucionários marxistas que haviam pensado seriamente na conquista do poder, eram as estruturas paralelas. Um partido externo à situação que aspire ao poder monta uma organização que copia as agências governamentais. [...] Após chegar ao poder, o partido podia substituir as estruturas do Estado pelas suas estruturas paralelas. Vamos reencontrar as estruturas paralelas em nossa observação dos processos de ascensão ao poder e de exercício deste. Esse tipo de estrutura é uma das características definidoras do fascismo". (PAXTON, 2023, pp. 166-167)

frequência, sentiam-se mais contentes do que ameaçados por ela" (2023, pp. 259-260). Para que se operasse tal aquiescência, os regimes fascistas lançavam mão de, segundo Tim Mason, 4 (quatro) maneiras de conter os trabalhadores:

> Não basta estudar as maneiras pelas quais um regime fascista exercia autoridade de cima para baixo; temos que examinar também como ele interagia com seu público. [...] Segundo Tim Mason, a maior autoridade em assuntos relativos aos trabalhadores alemães na época do nazismo, o Terceiro Reich "continha" os trabalhadores alemães de quatro maneiras: terror, divisão, algumas concessões e mecanismos de integração, tais como a famosa organização de lazer Força pela Alegria *(Kraft Durch Freude*). Que não haja dúvida de que o terror esperava pelos trabalhadores que opusessem resistência direta. (PAXTON, 2023, pp. 259-261)

Ademais, as revoluções fascistas (2023, pp. 268-278) não teriam sido, propriamente, revoluções, pois não alteraram a "distribuição da propriedade e a hierarquia econômica e social [...] Uma vez que os movimentos fascistas passaram dos protestos e da manipulação dos mais diversos ressentimentos para a conquista do poder, com inevitáveis alianças e conciliações, suas prioridades mudaram na mesma medida que suas funções. [...] jamais pensaram em abolir a propriedade ou a hierarquia social" (2023, p. 269).

Os fascistas no poder "dissolveram os sindicatos e partidos socialistas" em nome da um unificação da comunidade ao ponto de as organizações do governo fascista dominarem até mesmo as atividades esportivas, de recreação e de lazer:

> Uma vez no mundo, os cidadãos de um Estado fascista descobriam que o regime controlava até mesmo suas atividades de lazer, como no *Dopolavoro* italiano e na *Kraft durch Freude* alemã. Na verdade, esses regimes tentavam redesenhar de forma tão radical as fronteiras entre o privado e o público que a esfera privada praticamente desapareceu. [...] Segundo alguns observadores, essa tentativa de fazer com que a esfera pública engolisse a esfera privada por completo consiste, de fato, na própria essência do fascismo. (PAXTON, 2023, p. 273)

Apesar disso, o campo das concessões atingia a preocupação com a "degenerescência cultural" e no domínio econômico, com o chamado "regime de autarquia" voltado a suprir as necessidades do esforço de guerra (2023, p. 274). No fascismo, "a política sobrepujou a economia. [...] as políticas econômicas estavam sujeitas a prioridades políticas, e não a razões de economia" (2023, p. 275):

> Para a maioria dos empresários, o fascismo não seria a primeira escolha, mas a maior parte deles o preferia às alternativas que pareciam prováveis nas condições excepcionais de 1922 e 1933 – o socialismo ou um sistema de mercado de mau funcionamento. [...] O fascismo foi revolucionário em suas concepções radicalmente novas da cidadania e das formas de participação individual na vida comunitária. Foi

> contrarrevolucionário, contudo, com respeito aos projetos tradicionais da esquerda, tais como as liberdades individuais, os direitos humanos, o devido processo legal e a paz internacional. (PAXTON, 2023, p. 275-278)

Conflitos e tensões, composições, renúncias e esquecimentos, estado dual e a colonização da esfera privada pela esfera pública são características marcantes da quarto e penúltimo estágio do fascismo, o do exercício propriamente dito do poder.

Após a análise da criação dos movimentos, de seu enraizamento, da chegada ao poder e de seu exercício, Paxton passa a analisar o *quinto e último estágio* do fascismo: o processo de sua *radicalização*. Falando sobre o paradoxo entre a radicalização ou a entropia dos regimes fascistas, com a necessidade da chamada "revolução permanente" e suas "promessas espetaculares" de soluções cataclísmicas, Paxton relembra que nem sempre "os regimes fascistas ou parcialmente fascistas [...] conseguem manter esse ímpeto", o que acaba lançando-os ao "amortecimento" (quando acabam se aproximando mais de outras espécies de regimes autoritários, tais como as ditaduras unipartidárias) ou mesmo ao "paroxismo final de autodestruição". Demonstrou, por exemplo, como levantes e líderes autoritários preferiram ou controlar ou mesmo eliminar a concorrência fascista em seus países, adotando métodos autoritários mais tradicionais, como no caso da ditadura sanguinária de Francisco Franco, na Espanha, com seus episódios mais violentos ocorridos entre 1936-1939; e a ditadura de Salazar, em Portugal, que aboliu, em 1934, a organização dos camisas-azuis nacional-populistas de Rolão Preto. Nem mesmo a Itália sob Mussolini que, ao longo do período em que se manteve no poder, apresentou forte "tendência à normalização"[66], mas somente a Alemanha nazista teria sido, de fato e segundo o autor, o único exemplo de fascismo que teria passado pela "racialização plena"[67] (2023, pp. 294-297).

Para o autor, o "motor da radicalização" não pode ser reputado de modo exclusivo nem o "intencionalismo" do líder que a tudo dirigiria e controlaria, de forma isolada; e nem ao "estruturalismo" que atribui a autoria dos "impulsos à radicalização" aos que estão na base, ou seja, aqueles que, convencidos da aquiescência, do acobertamento, pelo líder, dos excessos por eles praticados e da impunidade, situam-se no andar de baixo da hierarquia autoritária, mas sim a ambos (2023, pp. 301-302). Também ganha destaque a já mencionada dualidade existente

---

[66] "A extrema radicalização permanece latente em todos os fascismos, mas as circunstâncias da guerra, e particularmente as das guerras de conquista vitoriosas, forneceram-lhe os meios para sua expressão total. [...] Mussolini havia então recuado muito em direção a um regime autoritário tradicional, no qual a monarquia, o setor privado organizado, o exército e a Igreja Católica tinham amplas esferas de responsabilidade autônoma, independentes tanto do Partido Fascista quanto do Estado italiano". (PAXTON, 2023, pp. 297-301)

[67] "A Alemanha nazista em seu paroxismo final é, até agora, o único exemplo autêntico do estado máximo da radicalização fascista". (PAXTON, 2023, p. 319)

entre o "estado prerrogativo" e o "estado normativo" e a constante tensão para ampliar o poder e o alcance do primeiro, reduzindo ou suplantando o segundo – que era muito maior em Hitler do que em Mussolini (2023, p. 303) também figura como elemento desta radicalização.

Contudo, foi a guerra quem "forneceu ao fascismo seu mais claro impulso radicalizador"[68] (2023, p. 304). A chamada "guerra de conquista" era, ao mesmo tempo, necessária para conquistar o "espaço vital"[69] – *lebensraum; spazio vitale* – pré-requisito para a estratégia do expansionismo racial, assim como também pelo aspecto motivacional, de permanência do engajamento das gerações já iniciadas nos movimentos fascistas, mas também para o encantamento das novas gerações que sentiam e percebiam, na já analisada tendência à normalização e nas concessões ao establishment, razões suficientes para desacreditar na "revolução permanente" dos regimes fascistas (2023, p. 308). Assim foi o papel da Guerra da Itália contra a Etiópia em 1935; e, naturalmente, as campanhas italiana e alemã durante a Segunda Guerra (2023, pp. 320-321).

Nesse ponto, o autor se contrapõe a Arendt que, como vimos, reputou ser de grande importância a "fragmentação" e a "atomização" da sociedade para o sucesso da empreitada totalitária. Para Paxton, tais elementos "não bastam para explicar o enraizamento e a chegada ao poder do fascismo [mas], a fragmentação e a atomização do governo de fato caracterizam a última fase desta, a do processo de radicalização" (2023, p. 309).

Segundo Paxton, "o ápice da radicalização fascista foi o assassinato dos judeus pelos nazistas" (2023, p. 309). Contaminada pelo antissemitismo de ponta a ponta, trata-se de um longo percurso que vai das distintas formas de segregação [ações violentas de rua como o apedrejamento de lojas (1933), as Leis de Nuremberg (1935), o episódio da *Kristallnacht* ou Noite dos Cristais (1938), a prática de "marcar" a população judaica (1941), a criação dos guetos e dos campos de concentração, a política de expulsão (e os grandes "movimentos populacionais cruzados" de reassentamento e de trabalho forçado daí decorrentes)] até chegar à "política total de extermínio", com a "solução final" (2023, pp. 309-312).

---

[68] "Os primeiros movimentos se fundamentavam numa exaltação da violência, que foi agudizada pela Primeira Grande Guerra, e a luta mostrou ser de importância essencial para a coesão, a disciplina e a energia explosiva dos regimes fascistas. Uma vez iniciada, a guerra gerou tanto a necessidade de medidas ainda mais extremas quanto a aceitação popular dessas medidas. Parece ser uma regra geral que a guerra seja indispensável à manutenção do tônus muscular do fascismo (e, nos casos que conhecemos, a causa de seu fim). Parece claro que tanto Hitler quanto Mussolini optaram deliberadamente pela guerra por vê-la como um passo necessário para a realização do pleno potencial de seus regimes". (PAXTON, 2023, pp. 304-305)

[69] O conceito de *espaço vital* pode ser atribuído ao geógrafo alemão determinista Friedrich Ratzel. Embora não mencionado na obra de Paxton (2023) como um dos teóricos influentes do fascismo, resta evidente que a corrente de pensamento da Geografia denominada de determinismo foi fundamental para o embasamento do intento expansionista da empreitada nazista. Os interessados podem consultar RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, Antônio Carlos Robert (Org.), *Ratzel.* São Paulo: Ática, 1990.

Nesse sentido, o autor adere à tese corrente de que as "políticas nazistas antijudaicas" teriam se "desenvolvido por etapas" em uma espécie de "radicalização cumulativa" que escalou na forma de "ensaios gerais" psicologicamente preparatórios do extermínio total, sendo eles as primeiras experiências de "eutanásia dos doentes", o trabalho persecutório dos *Einsatzgruppen* (Tropas de Assalto) e a "morte proposital de milhões de prisioneiros soviéticos. Tais "ensaios gerais", somados aos "bloqueios, as emergências e as crises que fizeram com que os judeus se tornassem o que parecia ser uma carga insuportável para os administradores dos territórios conquistados" fez a violência contra eles escalar até chegar ao ápice da "disposição para matar todos os judeus" (2023, pp. 312-315).

Para a finalidade do extermínio, foram testadas diversas alternativas: fuzilamento, vagões de gás, câmaras de gás permanentes nos campos de extermínio (que funcionavam tanto com monóxido de carbono quanto com o pesticida Zyklon-B). Os campos de extermínio se situavam, a maioria deles, em territórios conquistados, como na Polônia, onde a força do "estado prerrogativo" já havia sublimado o "Estado normativo" e este já não mais atuava (2023, p. 326). Enfim, para Paxton, o estágio da radicalização é aquele que permite demonstrar "o fascismo em sua formação mais característica":

> Nesse ponto, as comparações deixam de ser possíveis, uma vez que apenas um único regime fascista o atingiu. Um candidato tentador a um enfoque comparativo seria a radicalização da ditadura soviética de Stalin. Os casos nazista e soviético compartilhavam a mesma rejeição do Estado de direito e do devido processo legal, e ambos os subordinavam aos imperativos da história. Em outros aspectos, contudo, a radicalização fascista não foi idêntica à stalinista. O fascismo idealizava a violência de forma característica, como uma virtude inerente à raça superior. E, embora os agentes dos expurgos de Stalin soubessem que seriam acobertados pelo ditador, faltava ao sistema soviético a acirrada competição pelos favores do líder que opunha as organizações paralelas do partido e as elites estabelecidas. [...] Nesse estágio final, temos que resistir à tentação de reverter a um enfoque altamente personalizado do exercício do poder nos regimes fascistas, com suas ideias desacreditadas sobre meliantes sequestrando o Estado. O regime nazista foi capaz de lutar a guerra com intensidade cada vez maior porque contou com a constante cumplicidade dos serviços estatais e de grande parte dos segmentos poderosos da sociedade. (PAXTON, 2023, pp. 326-329)

O aprofundamento do Estado dual, as guerras expansionistas de conquista territorial, as concessões e composições com o *establishment* (nobreza, igreja, industriais, conservadores) e a cumplicidade das elites e das massas foram responsáveis pela escalada da violência em direção à disposição para destruição total, ou seja, uma radicalização extrema que podia conduzir a autodestruição entrópica ou, paradoxalmente, ao amortecimento em direção a

normalização. Todos estes são elementos desse quinto e último estágio do fascismo, o da radicalização.

Finalizado o diagnóstico de seus cinco estágios do fascismo, Paxton se debruça sobre os prognósticos: "o fascismo ainda é possível? [...] teria acabado? Haverá a possibilidade de um quarto Reich ou algo equivalente à vista?" (2023, p. 339):

> [...] o fascismo havia sido produto de uma crise única e particular, nascida do pessimismo cultural da década de 1890, do tumulto da primeira "nacionalização das massas", das dificuldades da Primeira Grande Guerra e da incapacidade dos regimes democráticos de lidar com as consequências dessa guerra e, particularmente, com a disseminação da Revolução Bolchevique. [...] O autor [Ernst Nolte] que de maneira mais categórica anunciou a morte do fascismo em 1945 argumenta que seus elementos definidores – uma ilimitada soberania particular, o gosto pela guerra e uma sociedade baseada em exclusão violenta – simplesmente não têm lugar no complexo e interdependente mundo do pós-guerra. [...] De qualquer forma, um fascismo do futuro – uma reação de emergência a alguma crise ainda não imaginada – não teria que ser uma cópia perfeita do fascismo clássico, em termos de seus signos e símbolos externos. [...] Por exemplo, um novo fascismo teria que, necessariamente, demonizar algum inimigo interno ou externo, mas esse inimigo não teria que ser o povo judeu. Um fascismo estadunidense autenticamente popular seria religioso, antinegros e, a partir do 11 de setembro, também anti-islâmico. (PAXTON, 2022, pp. 339-342)

Respondendo ao seu próprio questionamento, para o autor é improvável que, nos tempos atuais, haja uma reprodução fiel das condições e do contexto favorável às experiências do fascismo italiano, do nazismo alemão e do bolchevismo russo a cumprir com os cinco estágios por ele descritos. Contudo, para ele, "no instável mundo novo criado pelo fim do comunismo soviético, abundam movimentos que soam muito como o fascismo. Se entendermos o renascimento de um fascismo atualizado como o surgimento de algum tipo de equivalente funcional e não de uma repetição exata, essa recorrência é de fato possível" (p. 2023, p. 344).

Nas décadas mais recentes (1970-2000), o autor identifica, não apenas na Itália e na Alemanha, mas também em outros países europeus, a marcante atuação de forças, grupos e partidos políticos de extrema-direita radical os quais, ainda que relutantes em adotar os símbolos e indumentárias fascistas/nazistas, defendem, aberta ou disfarçadamente, os valores dos movimentos e governos fascistas de 1922-1945, com significativo êxito eleitoral:

> Seria de se esperar que os fascismos saudosistas diminuíssem à medida que a geração de Hitler e Mussolini, a maior parte dela nascida na década de 1880, e a geração seguinte, na maior parte nascida na década de 1900, fossem morrendo. Inesperadamente, entretanto, movimentos e partidos de direita entraram em um período de crescimento nos anos de 1980 e 1990. Embora alguns filhos tenham levado adiante a mesma causa de seus pais, novos recrutas, dando voz a novas queixas, trouxeram novo ímpeto à direita radical europeia. Algo que se assemelhava ao fascismo nem de longe estava morto na entrada do século XXI. (PAXTON, 2023, p. 350)

A recessão iniciada na década de 1970, com as duas grandes crises do petróleo (1973 e 1979), após um longo período de prosperidade do pós-Guerra (os chamados "30 Gloriosos") desencadearam novos cenários de desemprego não antes observados desde a recessão da década de 1930, fazendo reacenderam antigos ressentimentos, tais como a rejeição aos imigrantes e o nacionalismo:

> O colapso da solidariedade e da segurança para grande parte da classe trabalhadora da Europa Ocidental, que teve início na década de 1970, foi agravado pela chegada de levas de imigrantes do Terceiro Mundo a essa região ao longo de todo o pós-guerra. Em tempos de fartura, os imigrantes eram bem-vindos, porque vinham assumir o trabalho sujo recusado pela força de trabalho nacional. Mas quando, pela primeira vez desde a Grande Depressão, os europeus passaram a enfrentar o desemprego estrutural, os imigrantes deixaram de ter boa acolhida. (PAXTON, 2023, p. 351)

Ante essa nova onda de recessão e desemprego, o bem-sucedido Estado de bem-estar social, o *Welfare State* keynesiano e seu relativamente longo período de prosperidade do pós-Guerra passou a ser visto como um vilão inflacionário, ante o qual emerge a pergunta motivadora do surgimento de uma "nova geração de movimentos de extrema-direita":

> E será que o Estado do bem-estar social deveria cuidar também dos estrangeiros? Um conjunto interconectado de novos inimigos vinha surgindo: a globalização, os estrangeiros, o multiculturalismo, as regulamentações ambientais, os altos impostos e os políticos incompetentes que não sabiam lidar com essas ameaças. [...] Quando, após o colapso da União Soviética, a esquerda marxista perdeu credibilidade como veículo de protesto plausível, a direita radical deixou de ter rivais sérios em seu papel de porta-voz dos "perdedores" irados da nova Europa pós-industrial, globalizada e multiétnica. (PAXTON, 2/23, pp. 353-354)

Esses novos movimentos e partidos políticos fascistas da segunda metade do séc. XX negam o título de fascistas, mas, defendem abertamente as suas ideias, valores e práticas, para o que Paxton usou o termo "criptofascistas":

> Hoje em dia, na Europa Ocidental, existe uma relação inversa entre uma aparência abertamente fascista e o sucesso nas urnas. Por essa razão, os líderes dos movimentos e dos partidos de extrema direita que alcançaram algum grau de sucesso se esforçam ao máximo para se distanciar da linguagem e da imagem do fascismo. [...] Nos programas e nas declarações desses partidos se ouvem ecos dos temas fascistas clássicos: o medo da decadência e do declínio; a afirmação da identidade nacional e cultural; a ameaça à identidade nacional e à ordem social representada pelos estrangeiros inassimiláveis; e a necessidade de uma autoridade mais forte para lidar com esses problemas. (PAXTON, 2023, p. 358-360)

No sentido oposto, Paxton também identifica os elementos fascistas que não se fazem presentes nesses novos movimentos autoritários e radicais com pendores extremistas:

> O elemento cuja ausência é mais notada é o clássico ataque fascista à liberdade de mercado e ao individualismo econômico, a ser sanado pelo corporativismo e pela regulamentação dos mercados. [...] Outra faceta dos programas do fascismo clássico ausente na direita radical da Europa do pós-guerra é o ataque fundamental às constituições democráticas e ao estado de direito. [...] Atualmente, nenhum movimento ou partido de direita radical da Europa Ocidental chega a propor guerras de expansão nacional [...] Um novo espaço se abriu para a direita radical europeia a partir da década de 1970: a revolta dos contribuintes contra o Estado do bem-estar social. [...] Em suma, ainda que a Europa Ocidental, a partir de 1945, tenha tido "fascismos-herdeiros", e ainda que, a partir da década de 1980, uma nova geração de partidos de extrema direita, normalizados, apesar de racistas, tenha conseguido até mesmo ingressar em governos locais e nacionais na qualidade de parceiros minoritários, as circunstâncias, hoje em dia, são tão diferentes da Europa do entreguerras que não há abertura significativa para partidos abertamente filiados ao fascismo clássico. (PAXTON, 2023, pp. 361-364)

Identifica, também, que foi nos "estados multiétnicos sucessores do leste europeu" sobretudo na Rússia pós-soviética e, principalmente, na Iugoslávia pós-Tito, que se observou o ressurgimento mais consistente do "nacionalismo comunitário, anti-individualista, antiocidental e antiliberal" mais próximo do e mais propício a um *déjà-vu* fascista, embora bastante distinto em elementos e características. O exemplo iugoslavo se ilustra com o nacionalismo expansionista sérvio, motor da crise separatista entre sérvios, croatas, albaneses e eslovenos incitada pelo então presidente sérvio Slobodan Milosevic, cujo ápice foram os conflitos armados na Bósnia e no Kosovo, no final da década de 1980 e início da década de 1990.[70]

Já discorrendo sobre o fascismo fora da Europa, Paxton alerta que nem toda ditadura, por mais violenta e sanguinária que seja, pode ser classificada como fascismo. Cita o exemplo da África do Sul, onde o modelo de colonialismo europeu ultramarino aliado às questões étnicas dos anglo-bôeres e, posteriormente, à introdução do regime de *apartheid* (a partir de 1948) seriam, em tese, mais propícios a implantação de alguma derivação do fascismo de ocupação da época da Segunda Guerra, o que não ocorreu no pós-guerra.[71]

Ao chegar à América Latina, Paxton confere especial destaque à AIB, de Plínio Salgado, como o movimento mais próximo do fascismo Europeu fora da Europa, mas que, no entanto, não alcançou o terceiro estágio, não chegando ao poder e, ao contrário, sendo extinto por

[70] "Nessas bases improvisadas, a Sérvia de Milosevic pôde apresentar ao mundo um espetáculo que não era visto na Europa desde 1945: uma ditadura de fato, que contava com fervoroso apoio das massas, lançando-se a matar homens, mulheres e crianças para se vingar de supostas humilhações nacionais históricas e criar um Estado-nação ampliado e etnicamente puro". (PAXTON, 2023, p. 368)

[71] Paxton assevera que os regimes autoritários, tanto na África quanto na América Latina, já foram designados de "fascismos clientes", "fascismos substitutos" ou "fascismos coloniais", tais como o Chile de Pinochet (1975-1990) ou o Congo de Seko-Seso Mobutu (1965–1997), tratando-se mais de "tiranias ou ditaduras tradicionais com apoio externo" (2023, p. 385). Ele também dedica uma explicação especial ao caso do Japão imperial do período de 1932-1945 (2023, pp. 379-384).

Getúlio Vargas que, embora ditador, não governou por meio de um partido fascista, como também ocorrera em Portugal sob a ditadura de Salazar. Em suas próprias palavras:

> A coisa mais próxima a um partido de massas fascista nativo da América Latina foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada pelo escritor Plínio Salgado, depois de retornar de uma viagem à Europa onde, ao encontrar Mussolini, "um fogo sagrado ingressou em sua existência". Os integralistas se implantaram na sociedade brasileira de maneira muito mais sólida que os clubes nazistas e fascistas que se disseminaram entre os imigrantes alemães e italianos que viviam no país, e Salgado conseguiu mesclar imagens históricas brasileiras (inclusive as da cultura indígena tupi-guarani) com os aspectos mais abertamente fascistas de seu programa, tais como ditadura, nacionalismo, protecionismo, corporativismo, antissemitismo, passo de ganso, a proposta de uma Secretaria de Educação Moral e Cívica, camisas verdes e braçadeiras pretas com a letra grega sigma (o símbolo do integralismo), para formar um movimento de explícito caráter fascista e genuinamente nacional. (PAXTON, 2023, p. 371-372)

Paxton também lançou considerações importantes sobre a ditadura peronista na Argentina que, embora semelhante, guardava mais peculiaridades locais (suas "raízes endógenas") do que semelhanças com as referências europeias:

> Perón chegou ao poder de maneira bem diferente de Mussolini ou de Hitler, não na liderança de um partido militante que tentava mostrar que a democracia não funcionava (embora a democracia já tivesse sido sufocada), mas pela pressão das manifestações de massa de seus seguidores operários. [...] A base popular de Perón sempre foi mais explicitamente proletária que a de Mussolini ou de Hitler, e sua hostilidade contra as antigas famílias da Argentina sempre foi mais patente. [...] A ditadura de Perón foi o regime externo à Europa que com mais frequência foi chamado de fascista, principalmente nos Estados Unidos. [...] Em tempos mais recentes, contudo, os estudiosos vêm preferindo dar ênfase às raízes endógenas do peronismo [...] Semelhanças superficiais à parte, a ditadura de Perón funcionou de modo muito diferente das de Hitler e de Mussolini. [...] Perón chegou ao poder se contrapondo a uma oligarquia conservadora de base militar, para então ampliar o direito de voto (as mulheres passaram a votar após 1947) e aumentar a participação dos cidadãos. [...] Embora a ditadura de Perón usasse de intimidação policial e de controle sobre a imprensa, ela não tinha o inimigo interno/externo demonizado – judeus ou quaisquer outros –, que parece ser um ingrediente essencial do fascismo. Além disso, nunca manifestou interesse em guerras expansionistas. (PAXTON, 2023, pp. 374-376)

A respeito de tais análises comparativas, de semelhanças e diferenças de ditaduras latino-americanas com o fascismo europeu, Paxton faz um primoroso alerta: para ele "um fascismo pleno e autêntico jamais existiu nem mesmo nos países mais avançados da América Latina [Brasil e Argentina] das décadas de 1930 a 1950" (2013, p. 379):

> A avaliação das ditaduras latino-americanas pela ótica do fascismo é uma empreitada intelectual perigosa. Na pior das hipóteses, pode se converter num exercício de rotulação vazia. Na melhor, pode tornar mais nítida nossa imagem do fascismo clássico. Para que a comparação seja correta, temos que distinguir entre os diversos níveis de similaridades e de diferenças. As similaridades são encontradas nos

> mecanismos de poder, nas técnicas de propaganda e na manipulação de imagens e, ocasionalmente, em políticas específicas tomadas de empréstimo ao fascismo, tais como a organização corporativista da economia. As diferenças se tornam mais aparentes quando examinamos os ambientes sociais e políticos e a relação desses regimes com a sociedade. O bisturi pode ter sido o mesmo, mas, na América Latina, ele operava em corpos diferentes dos corpos europeus. Tanto Vargas como Perón tomaram o poder de oligarquias, e não de democracias falidas, e ambos ampliaram a participação política. Governavam nações que ainda não se haviam formado por completo, e tentaram integrar num Estado nacional unificado suas populações díspares e seus chefes políticos locais, bem como as facções comandadas por estes. Os ditadores do fascismo clássico, ao contrário, governavam sobre Estados-nações já estabelecidos e obcecados com as ameaças a sua unidade, energia e posição. A visão de Hitler de uma Alemanha perfeita, maculada por comunistas e judeus (que em sua mente eram idênticos), teve paralelos nos integralistas brasileiros e nos nacionalistas argentinos, que, entretanto, foram marginalizados por Vargas e Perón, cujo populismo os alarmava. Nem Vargas, nem Perón se sentiram obrigados a exterminar um grupo específico. Sua polícia, embora brutal e incontrolada, punia inimigos individualmente identificados, não tendo como meta a eliminação de categorias inteiras, como fez a SS de Hitler. Um paralelo mais próximo seria as não tão sangrentas tentativas de Mussolini no sentido de criar italianos modernos dignos da romanità, embora ele fosse tão obcecado quanto Hitler pelas guerras expansionistas, projeto esse que estava completamente ausente nos casos de Vargas e Perón. Em suma, as similaridades parecem se referir aos métodos e instrumentos tomados de empréstimo à época do apogeu do fascismo, enquanto as diferenças apontam para questões mais fundamentais de estrutura, função e relação com a sociedade. **As ditaduras latino-americanas se encaixam melhor na definição de ditaduras desenvolvimentistas nacional-populistas que usavam emblemas fascistas,** talvez distantemente assemelhadas à de Mussolini, mas de modo algum à de Hitler (apesar de sua simpatia pelo Eixo durante a guerra). (PAXTON, 2023, pp. 377-379) (Destaquei)

Paxton também não deixa de mencionar os regimes religiosos que podem guardar alguma equivalência com o fascismo, tais como o "Irã sob o Aiatolá Khomeini [...] o fundamentalismo hindu na Índia, a Al-Qaeda entre os muçulmanos fundamentalistas e o Talibã no Afeganistão", sem se olvidar dos Estados Unidos e, até mesmo, de Israel[72].

O autor conclui essa etapa de sua análise respondendo à pergunta inicial do capítulo: "a existência do fascismo ainda é possível?". A resposta é sim e a presença das "alianças maduras entre fascistas e conservadores" seriam um dos principais indícios de sua observância:

> A existência do fascismo ainda é possível? É claro que movimentos ainda no Estágio 1 podem ser encontrados em todas as grandes democracias. E, o que é ainda mais importante: esses movimentos seriam capazes de atingir o Estágio 2, tornando-se enraizados e influentes? Não temos que procurar por réplicas exatas, com veteranos fascistas tirando o pó de suas suásticas. Os colecionadores de parafernália nazista e os neonazistas linha-dura são capazes de provocar violência destrutiva e polarização. Enquanto eles permanecerem excluídos das alianças com o establishment, necessárias para que ingressem na corrente central da vida política ou dividam o poder com outros

[72] "Se os fascismos religiosos forem possíveis, temos que tratar da potencial existência – ironia suprema – do fascismo em Israel. [...] O povo eleito começa a soar como uma raça superior que afirmava ter "uma missão única" em todo o mundo, que exigia seu "espaço vital", que demonizava o inimigo que obstruía a realização do destino do povo e que aceitava a necessidade do uso da força para que esses objetivos fossem atingidos". (PAXTON, 2023, p. 390)

> partidos, continuarão sendo mais um problema policial do que uma ameaça política. São os movimentos de extrema direita que aprenderam a moderar sua linguagem, a abandonar o simbolismo do fascismo clássico e a parecer "normais" que têm uma probabilidade muito maior de virem a exercer influência. É entendendo de que forma o fascismo do passado funcionava, e não checando as cores de suas camisas, ou procurando por ecos da retórica dos nacional-sindicalistas dissidentes de inícios do século XX, que nos tornaremos capazes de reconhecê-lo. Os bem conhecidos sinais de advertência – a propaganda de nacionalismo extremado e os crimes de ódio – são importantes, mas não bastam. Sabendo o que sabemos hoje sobre o ciclo fascista, poderemos encontrar sinais de advertência ainda mais funestos em situações de impasse político diante de uma crise, em que os conservadores ameaçados procuram por aliados brutais, dispostos a abrir mão do devido processo legal e do Estado de direito, tentando angariar o apoio das massas por meio de demagogia nacionalista e racista. Os fascistas se aproximam do poder quando os conservadores começam a tomar emprestado suas técnicas, apelar a "paixões mobilizadoras" e a tentar cooptar suas hostes. (PAXTON, 2023, pp. 390-392)

Ao final da obra, o autor retorna ao esforço de conceituação que, ante a dificuldade de delimitar um "mínimo fascista", evitou fazer logo no início do livro, tentando escapar do que ele denominou de "nominalismo do 'bestiário'", mas sem, no entanto, incorrer "em outro nominalismo, o dos estágios e processos" (2023, p. 402):

> Uma definição que faça total justiça ao fenômeno do fascismo deve levar em conta os estágios finais, tanto quanto os iniciais. Ao examinar esses estágios mais tardios, temos que dar aos ambientes e aos aliados do fascismo a mesma atenção dada aos próprios. [...] O fascismo no poder consiste num composto, um amálgama poderoso dos ingredientes distintos, mas combináveis, do conservadorismo, do nacional-socialismo e da direita radical, unidos por inimigos em comum e pela mesma paixão pela regeneração, energização e purificação da nação, qualquer que seja o preço a ser pago em termos das instituições livres e do Estado de direito. As proporções exatas dessa mistura resultam de processos tais como escolhas, alianças, compromissos e rivalidades. O fascismo em ação se assemelha muito mais a uma rede de relações que a uma essência fixa. (PAXTON, 2023, p. 403)

Paxton ressalva que o fascismo não pode ser entendido isoladamente a partir de cada uma de suas distintas interpretações conflitantes, senão a partir das múltiplas possibilidades de combinação entre os seus igualmente múltiplas variáveis, dentre as quais suas próprias "raízes autônomas", bem como a "autenticidade do fascínio que ele exercia sobre as multidões", a dar ensejo, de um lado, às "relações de acomodação e de vantagens mútuas" com as elites conservadoras e, de outro lado, ao apoio das massas, traduzido, como no dizer do autor, no "jogo entre conflito e acomodação" (2023, p. 404).

A iniciar pela abordagem que o considera como mero instrumento do capitalismo ou, no campo oposto, a que considera a classe empresarial e o povo como vítimas de um sequestro; seguido pela imagem que remete os líderes a um estágio de loucura, que demandaria análises psicanalíticas; assim como a abordagem sobre a lascívia sexual ou a "brutalidade como espetáculo", Paxton considera que tais imagens ou abordagens parecem querer, de forma

tentadora, conferir explicações totalizantes ao fenômeno. Segundo o autor, embora representem pontos de vista que não podem ser ignorados, como tal (explicações totalizantes) elas devem ser refutadas, importando mais a predisposição e o efetivo apoio do público do que verdadeiramente, a necessidade de se analisar a sanidade das faculdades de seus fundadores.

Paxton lembra também das diferentes abordagens sociológicas sobre o tema, como a perspectiva de Talcott Parsons que salienta a relevância da interpretação que confere importância às "tensões provocadas por um desenvolvimento econômico e social desigual [...] nos países que se industrializaram de maneira rápida e tardia, como a Alemanha e a Itália", além da teoria da não contemporaneidade, de Ernst Bloch; e da abordagem da atomização, de Hannah Arendt (2023, p. 406).

De igual forma é de fácil refutação a perspectiva que vê o fascismo como "ditadura desenvolvimentista com o propósito de acelerar o crescimento industrial pela poupança forçada e pela arregimentação da força de trabalho", já que a prática demonstrou que tanto Hitler quanto Mussolini estavam mais interessados em subverter a ordem econômica para submetê-la a política (diga-se, aos intentos expansionistas e supremacistas da economia de guerra) do que atingir um objetivo de desenvolvimento econômico nacional (2023, p. 408). Tal perspectiva traria consigo a confusão de classificar ditaduras desenvolvimentistas (sobretudo na América Latina) como fascismo.

O autor também refuta a interpretação do sociólogo Seymour Martin Lipset, que identifica o fascismo, unicamente como a "expressão dos ressentimentos da classe média baixa", comprovando-se atualmente, por meio de distintos levantamentos empíricos, que o recrutamento e a adesão aos movimentos e partidos fascistas ocorriam em distintas classes sociais (2023, p. 409). Ele também menciona os que classificam o fascismo como espécie do totalitarismo (2023, pp. 409-411), a partir de sua "aspiração para o controle total", assim como também destaca os estudos culturais (antropológicos e etnográficos) sobre o fascismo (2023, p. 414-415). Para ele, é fundamental traçar "fronteiras claras entre [o fascismo] e outras formas superficialmente assemelhadas" (2023, p. 417). Paxton, no entanto, vai na contramão dos que igualam o nazismo alemão e o bolchevismo russo como experiências autoritárias análogas:

> O hitlerismo e o stalinismo também diferiam profundamente em termos de seus objetivos últimos declarados – para um, a supremacia da raça-mestra; para o outro, a igualdade universal, embora as notórias e bárbaras perversões de Stalin tendessem a fazer com que seu regime convergisse com o de Hitler, em termos dos instrumentos homicidas utilizados por ele. [...] Ver tanto a Hitler quanto a Stalin como totalitários e tratá-los da mesma forma leva a um exercício de julgamento moral comparativo: qual dos dois monstros foi mais monstruoso? [...] Este livro reconhece que ambas as formas de terror são repugnantes, mas condena com maior vigor o extermínio biologicamente

> racista do nazismo, porque este não admitia possibilidade de salvação, nem mesmo para mulheres e crianças. (PAXTON, 2023, pp. 412-413)

Ainda que resistindo a metodologia de apresentar elementos como característicos de um "tipo-ideal" de fascismo, preferindo, como já dito, a análise de seus "ciclo de estágios", o autor apresenta, ao final, uma relação das denominadas "paixões mobilizadoras" do fascismo, as quais ele já havia aludido nos capítulos iniciais e que ele reputa como características comuns às experiência fascistas, sendo elas as seguintes:

> [...] a) um senso de crise catastrófica, além do alcance das soluções tradicionais; b) primazia do grupo, perante o qual todos têm deveres superiores a qualquer direito, sejam eles individuais ou universais, e a subordinação do indivíduo a esses deveres; c) A crença de que o próprio grupo é vítima, sentimento esse que justifica qualquer ação, sem limites jurídicos ou morais, contra seus inimigos, tanto internos quanto externos; d) O pavor à decadência do grupo sob a influência corrosiva do liberalismo individualista, dos conflitos de classe e das influências estrangeiras; e) A necessidade de uma integração mais estreita no interior de uma comunidade mais pura, por consentimento, se possível, ou pela violência excludente, se necessário; f) A necessidade da autoridade de chefes naturais (sempre de sexo masculino), culminando num comandante nacional, o único capaz de encarnar o destino histórico do grupo; g) A superioridade dos instintos do líder sobre a razão abstrata e universal; h) A beleza da violência e a eficácia da vontade, sempre que voltadas para o êxito do grupo; i) O direito do povo eleito de dominar os demais, sem restrições provenientes de qualquer tipo de lei humana ou divina, direito esse que é decidido por meio do critério único das proezas do grupo no interior de uma luta darwiniana. (PAXTON, 2023, pp. 422-424) (a separação por alíneas é nossa)

Desse modo, da mesma maneira como não podemos classificar como fascista todo e qualquer movimento ou regime autoritário (como as ditaduras militares ou unipartidárias) seria possível, na esteira do entendimento do autor, identificar elementos do fascismo presentes em praticamente todas as democracias contemporâneas, ainda que apenas em seu Estágio 1 (o do surgimento), podendo avançar para o Estágio 2 (do enraizamento), mas, com maiores dificuldades para se atingir o Estágio 3 (a de tomada do poder) e, via de consequência, os dois últimos estágios seguintes: o Estágio 4, de exercício do poder; e o Estágio 5, o de radicalização (2023, pp. 417-421).

Enfim, ao final, o autor entrega uma sucinta, porém brilhante, definição para o fascismo, nos seguintes termos:

> O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz, com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e

> expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza. (PAXTON, 2023, p. 421)

2.3 As Características ou Princípios Fundamentais do Fascismo, Segundo Jason Stanley

Em *Como funciona o fascismo:* a política do "nós" e "eles", Jason Stanley (2018) revisita exemplos de países que foram, recentemente, "acometidos de uma espécie de nacionalismo de extrema-direita" (Rússia, Hungria, Polônia, Índia, Turquia e Estados Unidos, dentre outros) para demonstrar o que ele considera as *10 (dez) características* ou *princípios fundamentais* do fascismo. Segundo o autor, ele teria "escolhido o rótulo 'fascismo' para qualquer tipo de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário que fala em seu nome (STANLEY, 2018, p. 6).

Stanley enumera e analisa tais características ou princípios fundamentais, um-a-um, em cada um dos capítulos de sua obra, deixando claro, já desde o início de seu trabalho, quais são, do que se trata e como eles vão se entrelaçando para constituir a lógica da política fascista:

> A política fascista inclui muitas estratégias diferentes: [1] o passado mítico, [2] propaganda, [3] anti-intelectualismo, [4] irrealidade, [5] hierarquia, [6] vitimização, [7] lei e ordem, [8] ansiedade sexual, [9] apelos à noção de pátria e [10] desarticulação da união e do bem-estar público. [...] Os políticos fascistas justificam suas ideias ao aniquilar um senso comum de história, criando um passado mítico para respaldar sua visão do presente. Eles reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a linguagem da idealização por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias. Depois de um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado. (STANLEY, 2018, pp. 6-8) (Numeração nossa)

Alertando para os perigos das políticas fascistas para a humanidade, Stanley nos relembra que, nas experiências fascistas históricas, uma das principais consequências é que a prática de "desumanização" de segmentos da população descamba para a falta de empatia e de solidariedade, o que pode resultar em uma "distinção punitiva" entre indivíduos ou grupos (étnicos, religiosos, culturais) distintos e, em último caso, para o extermínio sem culpa de tais indivíduos e grupos previamente objetificados, coisificados e bestializados:

> Os perigos da política fascista vêm da maneira específica como ela desumaniza segmentos da população. Ao excluir esses grupos, **limita a capacidade de empatia entre outros cidadãos, levando à justificação do tratamento desumano, da repressão da liberdade, da prisão em massa e da expulsão, até, em casos extremos, o extermínio generalizado.** Genocídios e campanhas de limpeza étnica são geralmente precedidos pelos tipos de táticas políticas descritas neste livro. Nos casos da Alemanha nazista, de Ruanda e da Mianmar de hoje, as vítimas de limpeza

> étnica foram submetidas a ataques retóricos cruéis por líderes e pela imprensa por meses ou anos antes de o regime se tornar genocida. Com esses precedentes, deveria preocupar a todos os americanos que, como candidato e como presidente, Donald Trump tenha insultado, pública e explicitamente, grupos de imigrantes. **A política fascista pode desumanizar grupos minoritários mesmo quando não há o surgimento de um Estado explicitamente fascista**. Em alguns aspectos, Mianmar está em transição para uma democracia. Mas cinco anos de brutal retórica dirigida à população muçulmana rohingya resultaram, no entanto, num dos piores casos de limpeza étnica desde a Segunda Guerra Mundial. (STANLEY, 2018, pp. 6-7) (Grifo nosso)

Para Stanley, é a *valorização de um passado mítico*[73] a primeira das características ou dos princípios fundamentais do fascismo. Esse passado supostamente glorioso, em tese recheado de grandiosos feitos e conquistas nacionais – portanto, melhor do que o tempo presente – é gerador de um sentimento de nostalgia, de desejo de a ele retornar. Ele também estaria associado a uma ideia – mais próxima do desejo do que da realidade histórica – de *pureza* e de *uniformidade*, seja ela de cunho linguístico, religioso, geográfico ou étnico – apta a conferir certa superioridade a determinado povo de um determinado lugar em uma determinada época.

A projeção dessa nostalgia e respectiva transposição dela ao tempo presente, por sua vez, residiria em uma "versão extrema da família patriarcal"[74], sobretudo em virtude das questões de propriedade e herança, onde a função da mulher seria, tão somente, procriar e cuidar de sua prole, demarcando a desigualdade entre os sexos de maneira tão profunda quanto às desigualdades raciais presentes nas teorias supremacistas, de eugenia racial e do darwinismo social típicas do fascismo.[75] Essa valorização da família patriarcal tradicional carrega consigo

---

[73] "[...] o passado mítico era um tempo de glória da nação, com guerras de conquista lideradas por generais patriotas, com exércitos repletos de guerreiros leais, seus compatriotas, fisicamente aptos e cujas esposas ficavam em casa cuidando da próxima geração. No presente, esses mitos se tornam a base da identidade da nação submetida à política fascista. Na retórica de nacionalistas extremos, esse passado glorioso foi perdido pela humilhação provocada pelo globalismo, pelo cosmopolitismo liberal e pelo respeito por 'valores universais', como a igualdade. Esses valores, supostamente, enfraqueceram a nação diante de desafios reais e ameaçadores para sua existência. [...] A função do passado mítico, na política fascista, é aproveitar a emoção da nostalgia para princípios centrais da ideologia fascista: autoritarismo, hierarquia, pureza e luta. Com a criação de um passado mítico, a política fascista cria um vínculo entre a nostalgia e a realização dos ideais fascistas". (STANLEY, 2018, pp. 11-12)

[74] "A família patriarcal é representada sempre como uma parte central das tradições da nação, diminuída, mesmo recentemente, pelo advento do liberalismo e do cosmopolitismo. Mas por que o patriarcado é tão central, do ponto de vista estratégico, para a política fascista? Numa sociedade fascista, o líder da nação é análogo ao pai da família patriarcal tradicional. O líder é o pai da nação, e sua força e poder são a fonte de sua autoridade legal, assim como a força e o poder do pai da família no patriarcado supostamente são a fonte de sua suprema autoridade moral sobre seus filhos e esposa. O líder provê a nação, assim como na família tradicional o pai é o provedor. A autoridade do pai patriarcal deriva de sua força, e a força é o principal valor autoritário". (STANLEY, 2018, p. 13)

[75] Citando o exemplo da proposta de lei do Partido da Lei e da Justiça da Polônia (o PiS) de retirar, dentre as hipóteses excludentes de ilicitude do aborto, os casos de gravidez decorrente de estupro ou de incesto (mantendo como exceções legais apenas os casos de danos severos e irreversíveis aos fetos ou de risco de morte para a mãe), verifica-se que a agenda da extrema-direita fascista é muito semelhante no mundo inteiro.

tanto uma reafirmação da desigualdade entre gênero e raças, mas também a homofobia e o sentimento anti-imigração.[76]

Passado mítico, glorioso e patriarcal vem servir de embasamento para outras das características fundamentais das política fascistas, notadamente o 5° e o 6° princípios elencados por Stanley ainda na introdução de sua obra, quais sejam, a noção de *hierarquia*[77] e de *vitimização*.[78] Essa mitificação do passado, entendida como estratégia, não passa, porém, de um engodo, uma quimera. Ou, como no dizer do próprio autor, de uma "fetichização": "a invenção de um passado glorioso inclui o apagamento de realidades inconvenientes. Enquanto a política fascista fetichiza o passado, nunca é o passado real que é fetichizado"[79] (STANLEY, 2018, p. 19).

Esse apelo ao passado mítico, glorioso, nostálgico, patriarcal, hierarquizado e fetichizado está associado ao que denominamos de uma das variáveis ensejadores do fascismo e que Albright (2018) descreve como *nacionalismo exacerbado*: uma mistura de forte sentimento de orgulho nacional, com xenofobia e agenda anti-imigração. No presente trabalho, aplicando o mesmo raciocínio para a realidade brasileira presentemente analisada, abordaremos este elemento como uma verdadeira categoria sociológica, no item 4.2, denominando-a de *nostalgia do exclusivismo*.

Para Stanley, a *propaganda*, enquanto segunda característica fundamental das políticas fascistas é uma forma não só de divulgação, mas, sobretudo de escamotear objetivos ocultos questionáveis[80] e convencer as pessoas sobre os mesmos. Logo, ela se presta, ao mesmo tempo,

---

[76] "Na política fascista, mitos de um passado patriarcal, ameaçados pela invasão de ideais liberais e tudo o que eles significam, atuam para criar uma sensação de pânico frente à perda do status hierárquico, tanto para homens quanto para a capacidade do grupo dominante de proteger sua pureza e status da invasão estrangeira". (STANLEY, 2018, p. 17)

[77] "Num passado glorioso, membros da comunidade nacional ou étnica escolhida ocuparam seu lugar de direito no topo, estabelecendo a pauta cultural e econômica para todos. Isso é estrategicamente vital. Podemos pensar na política fascista como uma política de hierarquia (por exemplo, nos Estados Unidos, a supremacia branca exige e pressupõe uma hierarquia perpétua), e para concretizar essa hierarquia, podemos pensar no deslocamento da realidade pelo poder. Se alguém consegue convencer uma população de que ela é legitimamente excepcional, que foi destinada, por natureza ou destino divino, a governar outras populações, essa população já foi convencida de uma mentira monstruosa". (STANLEY, 2018, p. 18)

[78] "Assim como os políticos do Partido Republicano dos EUA procuram aproveitar o ressentimento branco (e os votos) denunciando cuidadosa erudição histórica sobre a brutalidade da escravidão como uma forma de "vitimizar" os brancos americanos, especialmente do Sul, o AfD [sigla do partido de extrema-direita *Alternativ für Deutschland*, da Alemanha] procura angariar votos reapresentando a detalhada história do passado nazista da Alemanha como uma forma de vitimização do povo alemão". (STANLEY, 2018, p. 21)

[79] "Líderes fascistas apelam à história para substituir o verdadeiro registro histórico por uma gloriosa substituição mítica que, em suas especificidades, pode servir a fins políticos e ao objetivo final de substituir os fatos pelo poder". (STANLEY, 2018, p. 23)

[80] "O papel da propaganda política é ocultar os objetivos claramente problemáticos de políticos ou de movimentos políticos, mascarando-os com ideais amplamente aceitos. [...] A propaganda política usa a linguagem dos ideais virtuosos para unir pessoas por trás de objetivos que, de outra forma, seriam questionáveis". (STANLEY, 2018, p. 27)

tanto à publicidade quanto à tática de formação das famosas "cortinas de fumaça" que, no presente trabalho, analisamos no tópico 3.4 *(Guerra cultural e diversionismo a partir da retórica do medo e dos discursos de ódio*), onde ganha destaque, como forma de diversionismo, o discurso anticorrupção e as acusações sobre corrupção de seus adversários:

> Divulgar falsas acusações de corrupção enquanto se envolve em práticas corruptas é típico da política fascista, e as campanhas anticorrupção estão frequentemente no centro dos movimentos políticos fascistas. Políticos fascistas geralmente condenam a corrupção no Estado que querem assumir, o que é bizarro, uma vez que os próprios políticos fascistas são invariavelmente muito mais corruptos do que aqueles que eles procuram suplantar ou derrotar. [...] Corrupção, para o político fascista, consiste na corrupção da pureza, e não da lei. Oficialmente, as denúncias de corrupção do político fascista soam como uma denúncia de corrupção política. Mas essa conversa pretende evocar a corrupção no sentido da usurpação da ordem tradicional. [...] Mascarar a corrupção sob o disfarce de anticorrupção é uma estratégia marcante da propaganda fascista. [...] Em nome de erradicar a corrupção e a suposta parcialidade, os políticos fascistas atacam e diminuem as instituições que, de outro modo, poderiam cercear seu poder. (STANLEY, 2018, pp. 27-29).

É comum que nacionalistas de extrema-direita mergulhem em apelos e protestos em defesa das liberdades quando, em verdade, o seu desejo e sua prática históricas são exatamente contrárias ao que defendem: invisibilizar, silenciar ou até mesmo exterminar quem deles discordem. Assim, ancorando-se em argumentos falaciosos, tais como, por exemplo, a defesa da liberdade de expressão absoluta e sem limites (por serem eles, supostamente, censurados, perseguidos ou desestimulados a participar de debates), a propaganda como estratégia das políticas fascistas se utiliza de uma falsa defesa dos valores liberais democráticos para atentar contra eles próprios ou, como nas palavras do autor, "usar das liberdades da democracia contra ela mesma" (STANLEY, 2018, p. 32).[81]

Já ao discorrer sobre a sua terceira característica, o *anti intelectualismo*, Stanley afirma que "a política fascista procura minar o discurso público atacando e desvalorizando a educação, a especialização e a linguagem" as quais, quando solapadas, têm o seu espaço tomado para o "poder" e para a "identidade tribal". Sob o ponto de vista das políticas fascistas, "cultura

[81] "Historicamente, os líderes fascistas muitas vezes chegaram ao poder através de eleições democráticas. Mas o compromisso com a liberdade, como por exemplo a liberdade inerente que há no direito de voto, tende a terminar com essa vitória. [...] No uso feito pela Confederação do conceito de liberdade para defender a prática da escravidão, no apelo dos estados do Sul por 'direitos dos estados' para defender a escravidão e na apresentação de Hitler do governo ditatorial como democracia, ideais liberais democráticos são usados como uma máscara para minar a si mesmos. [...] Os fascistas sempre estiveram familiarizados com essa receita de usar as liberdades da democracia contra ela mesma". (STANLEY, 2018, pp. 31-32)

dominante" e "passado mítico" passam a ser as únicas variáveis que importam ao conhecimento científico.[82]

O uso da retórica da "liberdade de expressão" e os ataques ao "politicamente correto" fazem parte de uma tática de "atacar e deslegitimar universidades como bastiões do liberalismo", que passam a ser acusadas de perversão, de "desrespeito às tradições da nação", de "doutrinação marxista" ("o bicho papão clássico da política fascista") ou de "marxismo cultural". Os ataques são direcionados, sobretudo, à defesa dos direitos homossexuais, contra o direito ao aborto, contra estudos raciais e de gênero e contra as pautas feministas.[83]

O elemento do anti-intelectualismo também comporta uma dimensão linguística, de "empobrecimento" proposital do discurso. A simplificação exacerbada leva a redução dos dissensos e, portanto, a exaltação de um discurso unívoco, sobre o qual não caibam contestações.[84]

Anti-intelectualismo e propaganda, de que nos fala Stanley enquanto características fundamentais das políticas fascistas, se relacionam diretamente com a afinidade pelo espetáculo e forte conteúdo discursivo e linguístico de sedução ao público e, ao mesmo tempo, de intimidação, de que também trata Albright (2018). Na presente tese, ambos serão considerados no tópico 3.4 (*Guerra cultura e diversionismo a partir da retórica do medo e dos discursos de ódio*), de que também faz parte o deslocamento da chamada pauta dos costumes da esfera privada para a esfera pública.

A *irrealidade* apresentada como a quarta característica fundamental das políticas fascistas é tida como uma consequência direta da propaganda e do anti-intelectualismo. Segundo o autor, medo e raiva substituem o debate cientificamente fundamentado, dando lugar a pós-verdade: bom e correto é aquilo em que eu quero acreditar e, desde que seja compatível com minhas crenças e convicções, será tido por mim como verdadeiro, independente dos fatos e das evidências. Ou, como no dizer do autor: "a política fascista destrói o espaço da informação

---

[82] "Onde o discurso é um direito, os propagandistas não podem atacar a dissidência de frente. Em vez disso, eles precisam representá-la com algo violento e opressivo (um protesto, portanto, vira 'baderna')". (STANLEY, 2018, p. 36)

[83] "A política fascista busca solapar a credibilidade das instituições que abrigam vozes independentes de dissensão até que elas possam ser substituídas pela mídia e por universidades que rejeitam essas vozes. [...] No clássico estilo da propaganda demagógica, a tática de atacar instituições que defendem a razão pública e o debate aberto ocorre sob o manto desses mesmos ideais. [...] A perspectiva dominante é muitas vezes deturpada, sendo apresentada como a verdade, a 'história real', e qualquer tentativa de permitir um espaço para perspectivas alternativas é ridicularizada como 'marxismo cultural'". (STANLEY, 2018, pp. 37-41)

[84] "Numa democracia liberal saudável, uma linguagem pública com um vocabulário rico e variado para fazer distinções é uma instituição democrática vital. Sem isso, o discurso público saudável é impossível. A política fascista procura degradar e rebaixar a linguagem da política; a política fascista procura, assim, mascarar a realidade". (STANLEY, 2018, pp. 48-49)

[...] nos torna incapazes de avaliar argumentos com base num padrão comum" (STANLEY, 2018, p. 51).

Para isso, faz-se uso das teorias conspiratórias: dos falsos *Protocolos dos Sábio de Sião*, utilizado como combustível para reforçar o antissemitismo nazista até chegar as mentiras difundidas pela campanha de Donald Trump, em 2016, sobre tráfico sexual de crianças implicando a sua adversária Hillary Clinton; ou sobre a falsa nacionalidade queniana do ex-presidente Obama; ou, como em outro exemplo, sobre a queda supostamente proposital do avião que transportava o presidente polonês Lech Kaczynski e sua comitiva, o que ajudou a elevar a popularidade de políticos do partido conservador PiS, na Polônia; ou sobre as acusações que o presidente Viktor Orban, da Hungria, faz ao seu compatriota George Soros, as teorias das conspiração tem objetivos claros.[85]

Assim como no elemento do anti-intelectualismo (que comporta uma dimensão linguística, de "empobrecimento" proposital do discurso), em análise do elemento da irrealidade, a linguagem também ganha lugar de destaque assim como também a questão da hipocrisia e do comportamento demagógico como sinônimos de "autenticidade": políticos que "falam o que pensam" ou que "digam a verdade nua e crua", por mais preconceituosa que seja, acabam galgando popularidade (STANLEY, 2018, pp. 60-67).

Esse fenômeno da criação de realidades paralelas ou alternativas, a partir do uso sistemático da desinformação (*fake news* e teorias da conspiração) e de discursos de ódio como estratégia política será analisado no tópico 4.6 da presente tese (*O tecnopopulismo e o ecossistema de desinformação política).*

Segundo Stanley, a noção de *hierarquia* é a quinta característica das políticas fascistas. Citando como exemplo o famoso "Discurso da Pedra Angular" (*Cornerstone Speech*), de Alexander H. Stephens, vice-presidente da Confederação Americana, que serviu de sustentação à ideia de que "os princípios de liberdade e igualdade consagrados na Constituição dos EUA são denunciados como violações das leis da natureza" (2018, p. 68), Stanley salienta que fascistas creem que existe uma "diferença hierárquica [natural] entre, por exemplo, gêneros, ou grupos raciais ou étnicos" (2018, p. 71) e que, em virtude de tal noção os "princípios

[85] "As teorias da conspiração funcionam para denegrir e deslegitimar seus alvos [...] Sua função é, antes, levantar suspeitas gerais sobre a credibilidade e a decência de seus alvos. [...] são um mecanismo fundamental utilizado para deslegitimar a grande mídia, que os políticos fascistas acusam de parcialidade por não cobrir falsas conspirações. [...] A função das teorias da conspiração é impugnar e difamar seus alvos, mas não necessariamente convencendo o público de que elas são verdadeiras. [...] As teorias da conspiração são ferramentas para atacar aqueles que ignoram sua existência; por não cobri-las, a mídia fica parecendo tendenciosa e, em última análise, parte da própria conspiração que se recusa a cobrir". (STANLEY 2018, pp. 52-54)

democráticos liberais [sobretudo o de igualdade formal perante a lei] estão em conflito com a natureza e devem, portanto, ser abandonados" (2018, p. 68).[86]

Stanley denuncia que, por exemplo, em pleno século XXI, haveria um retorno às "teorias da raça" (sobre as quais falaremos no tópico 4.1 desta tese) que conferiram, durante décadas, sustentação pseudocientífica a decisões políticas de cunho inegavelmente racista, sendo o "medo do reconhecimento igualitário para grupos minoritários odiados" (2018, p. 74) o seu fundamento. Para o autor, o retorno às já superadas teses de eugenia racial e de darwinismo social se relacionam com o receio da perda de hierarquia, comum nos momentos de colapso dos impérios (STANLEY, 2018, pp. 74-76).

Para Stanley, a *vitimização* seria a sexta característica fundamental das políticas fascistas. Ele salienta que estudos mais recentes de psicologia social têm demonstrado "o sentimento de angústia que acompanha a perda do *status* dominante" e a "vitimização de grupos dominantes frente à perspectiva de terem que dividir igualmente o poder com membros de grupos minoritários" (2018, p. 81). Isso representaria uma verdadeira inversão entre a verdadeira desigualdade e discriminação em face da angústia, do ressentimento e da vitimização decorrentes de uma alegada opressão supostamente sofridas por uma elite privilegiada:

> Há uma longa história de pesquisas de psicologia social sobre o fato de que a crescente representação de membros de grupos tradicionais minoritários é vivenciada por grupos dominantes como uma ameaça em vários sentidos. Mais recentemente, um conjunto crescente de evidências da psicologia social respalda o fenômeno dos sentimentos de vitimização de grupos dominantes frente à perspectiva de terem que dividir igualmente o poder com membros de grupos minoritários. (STANLEY, 2018, p. 77)

O autor cita a diferença entre o "nacionalismo em prol da dominação" (como o imperialismo, naturalmente fascista) do "nacionalismo motivado pela opressão" (anticolonialista e que tem, portanto, caráter libertário), como o nacionalismo *mau-mau* no Quênia, que tentava afirmar a necessidade de respeito à religiosidade *gikuyo* frente ao imperialismo cristão britânico; ou o movimento *Black Lives Matter*, que ao contrário de defender uma superioridade das vidas negras, pretende um tratamento igualitário a estas ("nos

[86] "De acordo com a ideologia fascista, em contrapartida, a natureza impõe hierarquias de poder e dominância que contrariam categoricamente a igualdade de respeito pressuposta pela teoria democrática liberal. [...] A ideologia fascista, então, aproveita a tendência humana de organizar a sociedade hierarquicamente, e os políticos fascistas representam os mitos que legitimam suas hierarquias como fatos imutáveis. [...] A preocupação com esse tipo de escrita é que ela apresenta aqueles que buscam uma fonte natural para a desigualdade como corajosos buscadores da verdade, motivados pela razão a rejeitar o pedido de igualdade feito pelo coração". (STANLEY, 2018, pp, 67-70)

Estados Unidos, o nacionalismo negro surgiu como uma resposta ao racismo tóxico") (STANLEY, 2018, pp. 79-80).

Para o autor, a "retificação de injustas desigualdades sempre trará sofrimento àqueles que se beneficiaram de tais injustiças" (2018, p. 80). Sendo assim, a política fascista se aproveita da angústia e do ressentimento decorrentes da perda de privilégios (ou da necessidade de compartilhamento de espaços de poder) como vitimização, para insuflar os membros de tais grupos contra aqueles que batalham por tratamento mais igualitário ou por compensações em razão de desigualdades estruturais históricas (STANLEY, 2018, pp. 82-86).

Essa trinca entre angústia, ressentimento e vitimização pela perda de privilégios ou de poder deu azo ao surgimento de dezenas de movimentos pelos "direitos dos homens" nos EUA, a que Stanley denominou de "novas legiões de homens brancos raivosos", relacionado ao desejo nostálgico pela "perpetuação de um mítico passado hierárquico e patriarcal" (2018, pp. 82- 83), reforçando veículos de mídia alternativa, teses e discursos em favor do patriarcado, da misoginia e de uma colérica agenda anti-imigração.

Para Stanley, segundo a ótica das políticas fascistas, a expressão *lei e ordem (law and order)*, a sétima de suas características, serve para justificar o que aqui já mencionamos, no capítulo I, como violência saneadora que inclui, dentre outras práticas, a de justiçamento, ou seja, a justiça à margem da legalidade típica do estado liberal e democrático de direito. O que Stanley chama de política da lei e ordem, que resulta da desumanização e, no extremo, no extermínio dos diferentes, é uma consequência de outras características, dentre elas, a noção de nacionalismo exacerbado, de um povo escolhido, de um "destino fatal", de uma "comunidade de destino" ou de um "destino manifesto", da disseminação de medo e ódio para com grupos minoritários, como ameaças a lei e a ordem:

> A retórica fascista de lei e ordem é explicitamente destinada a dividir os cidadãos em duas classes: aqueles que fazem parte da nação escolhida, que são seguidores de leis por natureza, e aqueles que não fazem parte da nação escolhida, que são inerentemente sem lei. Na política fascista, mulheres que não se encaixam em papéis de gênero tradicionais, indivíduos não brancos, homossexuais, imigrantes, "cosmopolitas decadentes", aqueles que não defendem a religião dominante, são, pelo simples fato de existirem, violações da lei e da ordem. (STANLEY, 2018, pp. 89-90)

Citando estudos de psicologia social sobre o denominado "viés linguístico intergrupal" (segundo o qual "tendemos a descrever ações daqueles que consideramos como um de 'nós' de forma bem diferente da que usamos para descrever as ações daqueles que consideramos como

'eles'")[87], Stanley explica a estratégia utilizada pela extrema-direita fascista de generalizar, de modo pejorativo, a condição de criminoso em potencial a todos os indivíduos de um determinado grupo não-dominante, mesmo os que não cometeram crime algum ou que tenham cometido, em caráter apenas eventual, algum tipo de infração de menor potencial ofensivo; bem como de usar, de modo pejorativo, o "termo 'tumulto' para descrever protestos políticos" e sobre como ambos os exemplos levam ao acirramento dos preconceitos, das discriminações e, atualmente, do superencarceramento de determinados grupos populacionais, no caso, os negros norte-americanos:

> Descrever alguém como "criminoso" é marcar essa pessoa com um traço de caráter permanente aterrorizante e, ao mesmo tempo, expulsar a pessoa do círculo "nós". Eles são criminosos. Nós cometemos erros. Políticos que descrevem categorias inteiras de pessoas como "criminosos" impõem a elas traços permanentes de caráter que são assustadores para a maioria das pessoas, ao mesmo tempo em que se posicionam como nossos protetores. [...] Discussões que usam termos como "criminoso" para abranger tanto aqueles que cometem diversos homicídios por prazer quanto aqueles que cometem infrações de trânsito, ou "tumulto" para descrever um protesto político, mudam atitudes e moldam a política. Um bom exemplo do que pode acontecer quando a linguagem que criminaliza um grupo inteiro de pessoas distorce o debate e leva a resultados irracionais é o encarceramento em massa de cidadãos americanos de ascendência africana. (STANLEY, 2018, pp. 93-94)

A política de lei e ordem também guarda correlação com as teorias da raça, que abordaremos no tópico 4.1 desta tese, dentre as quais a "teoria dos superpredadores". Os argumentos pseudocientíficos das teorias raciais (de atribuir crime à raça), escorados em linguagem demagógica e em estatísticas óbvias (há mais negros encarcerados do que brancos, por exemplo) defendiam que diferenças comportamentais ocorriam em razão de diferenças raciais. Tais premissas falsas serviram para "forjar um elo na consciência americana entre a criminalidade e os americanos descendentes de africanos criminalizados" e para enraizar "uma cultura pública na qual os jovens negros são vistos como significativamente mais culpados do que os jovens brancos". Segundo o autor, citando um grande conjunto de pesquisas de caráter estatístico e de psicologia social:

> [...] o encarceramento em massa de afro-americanos tem suas raízes na propaganda racista dos tempos da escravidão, que considera os membros desse grupo criminosos irremediáveis. O resultado foi uma sobrerrepresentação massiva, em escala histórica, desse grupo na população carcerária dos EUA. (STANLEY, 2018, pp. 98-99 e 100-101)

[87] Para abordagens linguísticas sobre a dicotomia "nós vs. eles", ver a seguintes obras: DIJK, Teun A. Van. *Discurso e poder.* São Paulo: Contexto, 2012. BARTHES, Roland. *Mitologia.* Coimbra: Ediões 70, 2007.

Segundo Stanley, como “a política fascista tem em sua base a família patriarcal”, então “qualquer ameaça à masculinidade patriarcal e à família tradicional enfraquece a visão fascista de força”. Sendo assim, a *ansiedade sexual* seria um dos princípios das políticas fascistas (a sua oitava característica fundamental), constituído pela acusação de que os membros de grupos contra-hegemônicos, em disputa com as elites hegemônicas praticariam os crimes de estupro e agressão sexual, assim como também lhes seriam característicos os “desvios sexuais” (comportamentos distintos do padrão heteronormativo). Tais acusações partem da crença e do medo de que seria a partir do desvio sexual, da agressão e do estupro que tais grupos contramajoritários (minorias culturais, raciais, étnicas ou religiosas, negros ou imigrantes) iriam corromper a pureza racial do grupo social hegemônico (o povo escolhido da nação escolhida) pervertendo assim o seu nacionalismo xenófobo e anti-imigracionista:

> A ameaça básica que a propaganda fascista usa para aumentar o medo é que os membros do grupo-alvo estuprarão os membros da nação escolhida, poluindo assim seu “sangue”. A ameaça de estupro em massa é, ao mesmo tempo, uma ameaça às normas patriarcais do Estado fascista, à “masculinidade” da nação. O crime de estupro é um elemento básico da política fascista porque aumenta a ansiedade sexual e a necessidade de proteção da masculinidade da nação pela autoridade fascista. (STANLEY, 2018, p. 101)

Lembrando-nos dos ensinamentos da ativista Angela Davis, para quem “na história dos Estados Unidos, a falsa acusação de estupro se destaca como um dos mais formidáveis artifícios inventados pelo racismo” (2018, p. 103), para ilustrar sua construção teórica sobre a ansiedade sexual, Stanley nos relembra que “a prática de linchar homens negros nos Estados Unidos justificava-se alegando a necessidade de defender a pureza das mulheres americanas brancas”. O autor também relata a prática de produzir e disseminar notícias falsas, relatando supostos estupros inexistentes, que teriam sido perpetrados por imigrantes a crianças, para espalhar o “pânico moral sobre o perigo sexual que os refugiados representam para as meninas brancas americanas” (2018, p. 106), o que também sinaliza (embora não seja o objetivo do trabalho) para o objeto de estudo de outros autores aqui abordados: que o uso de *fake news* como estratégia política engloba um amplo espectro e “é uma consequência da revolução moderna nas mídias sociais” (STANLEY, 2018, p. 107).

Essa ansiedade masculina, típica da sociedade patriarcal, não é sentida apenas em razão da iminente perda de espaços de poder e de privilégios decorrentes das disputas com grupos

contra-hegemônicos. Ela também tem origem dentro da própria classe social ou grupo hegemônico e é sentida, pelos homens, em relação ao protagonismo crescente das mulheres:

> Em tempos de extrema ansiedade econômica, os homens, já preocupados com a percepção de perda de *status* resultante do aumento da igualdade de gênero, podem facilmente entrar em pânico por conta de demagogia dirigida contra as minorias sexuais. Aqui a política fascista intencionalmente distorce a fonte de ansiedade (um político fascista não tem intenção de abordar as causas básicas das dificuldades econômicas). A política fascista distorce a ansiedade masculina, acentuada pela ansiedade econômica, transformando-a em temor de que sua família esteja sob ameaça existencial por parte daqueles que rejeitam sua estrutura e suas tradições. Aqui, novamente, a arma usada na política fascista é uma suposta ameaça potencial de agressão sexual. (STANLEY, 2018, p. 107)

Trata-se, pois, da "importância da hierarquia de gênero para a política fascista" (2018, p. 108), em que pessoas não cisgêneros passam a ser discriminadas ainda com maior intensidade e violência, pois são vistas como ameaças à hegemonia masculina patriarcal:

> Lembre-se da importância da família patriarcal para o fascismo: o líder fascista é análogo ao pai patriarcal, o "CEO" da família tradicional. O papel do pai na família patriarcal é proteger a mãe e os filhos. Atacar mulheres trans e apresentar o temido outro como uma ameaça à masculinidade da nação são maneiras de colocar a própria ideia de masculinidade no centro da atenção política, introduzindo gradualmente ideais fascistas de hierarquia e dominação pelo poder físico na esfera pública. (STANLEY, 2018, p. 109)

A ansiedade sexual enfraquece os direitos de liberdade e de igualdade: os primeiros, na medida em que procuram impor um padrão comportamental hierarquizado (masculino, heteronormativo, cisgênero), criminalizando ou deturpando, como ameaças, os comportamentos distintos e que fazem parte da esfera de decisões da vida privada de cada um; e os segundos, na medida em que resiste à política de igualdade entre homens e mulheres, no que "a política da ansiedade sexual é uma forma poderosa de apresentar a liberdade e a igualdade como ameaças fundamentais, sem aparentar explicitamente rejeitá-las. Uma presença marcante de uma política de ansiedade sexual talvez seja o sinal mais evidente da erosão da democracia liberal" (STANLEY, 2018, p. 110).

No capítulo em que descreve a nona das características fundamentais do fascismo – *o apelo à noção de pátria*, com a valorização idílica do campo em detrimento das cidades[88] –,

[88] Essa dissonância "cidade vs. campo" tem se feito presentes em disputas eleitorais recentes e está associada à ascensão do nacional-populismo e de políticos demagogos e autocratas, sobretudo quando se relaciona a temas caros para a extrema-direita, como na agenda anti-imigração. Os dados estratificados de votação de Marine Le Pen, candidata da extrema-direita francesa derrotada por Emanuela Macron em 2017, assim como os dados da votação de Donald Trump, nas eleições de 2016, são ilustrativos de tal divergência: tanto Le Pen quanto Trump

Stanley rememora os escritos de Hitler sobre Viena, a capital da Áustria, para onde fora quando saíra de sua cidade natal, em sua juventude. Segundo o autor, "Hitler desprezava Viena por seu cosmopolitismo, sua mistura de diferentes grupos culturais e raciais". Segundo Stanley, a tradição da literatura e da cultura alemã "considerava as cidades como causa dos males sociais e o campo como elemento purificador [...] os valores alemães puros eram valores rurais, próprios da vida camponesa; as cidades, ao contrário, eram locais de corrupção racial" (STANLEY, 2018, p. 112).

> Enquanto as cidades, para o imaginário fascista, são a fonte da cultura corrompida, geralmente ocasionada por judeus e imigrantes, o campo é puro. [...] A política fascista dirige sua mensagem à população fora das grandes cidades, para quem é mais lisonjeira, ressoando melhor em tempos de globalização, quando o poder econômico passa para as grandes áreas urbanas enquanto centros de uma economia global emergente, como ocorreu na década de 1930, na Europa. [...] A política fascista alimenta o mito insultuoso de que os trabalhadores rurais pagam para ajudar os moradores urbanos preguiçosos, de modo que não é de se espantar que a base de seu sucesso se encontre nas áreas rurais de um país. [...] A ideologia fascista rejeita o pluralismo e a tolerância. Na política fascista, todos na nação escolhida compartilham uma religião e um modo de vida, um conjunto de costumes. A diversidade dos grandes centros urbanos, com sua concomitante tolerância em relação à diferença é, portanto, uma ameaça à ideologia fascista. (STANLEY, 2028, pp. 113-119)

Ainda segundo o autor, "no fascismo, o Estado é um inimigo; ele deve ser substituído pela nação, que consiste em indivíduos autossuficientes que, coletivamente, optam por se sacrificar por um objetivo comum de glorificação étnica ou religiosa" (STANLEY, 2018, p. 120).

O autor conclui sua brilhante obra com a análise da décima e última característica ou princípio fundamental do fascismo, a *desarticulação da união e do bem-estar público*, que se opera por meio de diversas medidas, dentre elas, a exaltação do individualismo e da meritocracia (com hierarquização social mesmo dentre as "massas uniformes"), do estímulo proposital a divisões sociais (tais como reprimir sindicatos ou acusar certos grupos sociais de preguiça ou imputar-lhes a condição de criminosos *a priori*), por meio de escolhas com vieses raciais, de classe social e de gênero, em que o Estado faz acepção de pessoas para evitar que se opere a redistribuição da riqueza, "dos cidadãos trabalhadores para minorias que não merecem".[89]

---

foram mais bem votados em cidade pequenas, do interior e de preponderância rural (STANLEY, 2018, pp. 112-121).

[89] "Na ideologia fascista, em tempo de crise e necessidade, o Estado reserva apoio para os membros da nação escolhida, para 'nós' e não para 'eles' [...] A solução era desarticular o Estado e substituí-lo pela nação. [...] O Estado representava a redistribuição de riqueza dos cidadãos trabalhadores para minorias que 'não merecem'. [...]

Segundo tal concepção, há todo um cabedal de "políticas que alimentam estereótipos e os fazem parecer reais" , perpetuando-os em razão de condutas excludentes do próprio Estado, tais como o "encarceramento racializado em massa", a "clara ligação do encarceramento e a incapacidade de conseguir emprego" depois da passagem pela prisão, e as demais políticas de lei e ordem, que tomam o lugar das políticas de justiça social e a partir das quais se observa "hostilidade em relação a certos grupos odiados", considerando que "pobres e negros são preguiçosos" e, mais do que isso, criminosos a priori.[90]

Uma das medidas constitutivas das políticas fascistas de desarticulação da união e do bem-estar público é minar o financiamento, a confiança e a credibilidade dos sindicatos, responsáveis pela "unidade e empatia intraclasses". Relembrando as formulações de Hannah Arendt, em *Origens do totalitarismo* (1951), o autor salienta que "o fascismo exige que os indivíduos em uma sociedade sejam 'atomizados'" e, na contramão disso, "os sindicatos criam laços mútuos ao longo de linhas de classe e não de raça ou de religião", dificultando tal atomização.[91]

Nesse campo, a cosmovisão fascista passa pela adoção dos ideais de (i) *vida privada*, com desestímulo às formas de organização coletiva; (ii) *autossuficiência*, sem a necessidade da rede assistencial do Estado; e (iii) *trabalho duro*, desprovido de direitos e garantias trabalhistas, valores típicos do darwinismo social, de competição pelo poder e de medição do valor dos indivíduos pela sua produtividade: "na ideologia nazista, aqueles que dependiam do Estado para sua sobrevivência não tinham valor algum" (STANLEY, 2018, p. 138).

Stanley nos lembra que, enquanto nas democracias liberais existe um conflito permanente entre as normas democráticas e as econômicas – e a consciência de que o equilíbrio dessa tensão requer esforço constante e permanente[92], na experiência nazista alemã, a esfera política democrática era simplesmente considerada incompatível com a esfera econômica autoritária, adotando, como solução para tal incompatibilidade, a supressão das diferenças, em

---

A dicotomia 'trabalho duro' versus 'preguiça' está, como 'cumpridores da lei' versus 'criminoso', no cerne da divisão fascista entre 'nós' e 'eles'". (STANLEY, 2018, pp. 123-125)

[90] "Os mecanismos subjacentes ao encarceramento racializado em massa de americanos negros fazem parte de uma longa tradição de justificar o estereótipo dessa população como preguiçosa – isto é, incapazes de conseguir emprego simplesmente por falta de força de vontade. [...] Mas ninguém discorda que a combinação de políticas de crime duras e punitivas para as comunidades negras americanas, juntamente com cortes drásticos nos programas de bem-estar social e de treinamento profissional, causou trágicas consequências e um padrão autossustentado de repetidos estereótipos e políticas". (STANLEY, 2018, pp. 130-131)

[91] "O sindicato é o principal mecanismo que as sociedades descobriram para vincular pessoas que diferem em vários outros aspectos. […] Os sindicatos são uma arma poderosa contra o desenvolvimento de uma esfera econômica desigual". (STANLEY, 2018, pp. 133-135)

[92] "O democrata liberal não coloca 'produtores' contra 'tomadores' numa competição por valor. Um generoso sistema de bem-estar social une uma comunidade em laços mútuos de cuidado, em vez de dividi-la em facções que os demagogos podem explorar". (STANLEY, 2018, p. 141)

que os governos também deveriam seguir o "princípio do líder" e da hierarquia típicos da esfera privada: os fortes devem governar os fracos e, assim como os funcionários obedecem o chefe na iniciativa privada, quando o líder dá ordens, o povo deve obedecer: "o pai, na ideologia fascista, é o líder da família; o CEO é o líder da empresa; o líder autoritário é o pai, ou o CEO, do Estado" (STANLEY, 2018, p. 140-142).

Por fim, o autor nos faz um alerta: reconhecendo que suas proposições e exemplos podem ser consideradas exageros, sobretudo quando os exemplos autoritários atuais são comparados com os crimes dos regimes fascistas e totalitários históricos, ele nos lembra que há uma "tendência das populações de normalizar o que antes era inconcebível". Entendendo a normalização como a "negação da gravidade da situação"; ou a transformação do "que é moralmente extraordinário em ordinário"; ou ainda o fato de que a "invasão de condições ideologicamente extremas não é reconhecida como tal porque elas parecem normais", tal raciocínio nos remete à velha máxima de que o fascismo não se instala da noite para o dia: vai aos poucos colonizando as distintas esferas da vida até se enraizar por completo (STANLEY, 2018, pp. 145-150).

2.4 O Fascismo Eterno de Umberto Eco, as Mentiras Fascistas Segundo Federico Finchelstein e o Não-Estado de Não-Direito em Franz Neumann

Em uma conferência proferida para alunos universitários norte-americanos em 1995, posteriormente publicada sob o título *O Fascismo eterno*, no ano de 1997, Umberto Eco (2018) cunhou a expressão *Ur-fascismo* (ou fascismo eterno) como o termo que, segunda ele, servia para açambarcar diversas experiências históricas de cunho autoritário. Para o autor, nazismo ou stalinismo teriam sido experiências históricas únicas, não servindo, os respectivos termos, a denominar outras experiências autoritárias. Já com o termo fascismo se observa que serve tanto a designar o regime italiano sob Mussolini como uma plêiade de outras experiências históricas autoritárias:

> O nazismo tinha uma teoria do racismo e do arianismo, uma noção precisa da *"entartete Kunst*, a "arte degenerada", uma filosofia da vontade de potência e do *Ubermensch*. O nazismo era decididamente anticristão e neopagão, da mesma maneira que o *Diamat* (versão oficial do marxismo soviético) de Stálin era claramente materialista e ateu. Se entendermos como totalitarista um regime que subordina qualquer ato individual ao Estado e sua ideologia, então o nazismo e o stalinismo eram regimes totalitários [...] Pode-se dizer que o fascismo italiano foi a primeira ditadura de direita que dominou um país europeu e que, em seguida, todos os movimentos análogos encontraram uma espécie de arquétipo comum no regime de Mussolini. [...] O fascismo não tinha bases filosóficas, mas do ponto de vista emocional era firmemente articulado a alguns arquétipos. [...] Existiu apenas um nazismo, e não podemos chamar de "nazismo" o falangismo hipercatólico de Franco, pois o nazismo

> é fundamentalmente pagão, politeísta e anticristão, ou não é nazismo. Com o fascismo, ao contrário, é possível jogar de muitas maneiras sem que mude o nome do jogo. [...] O termo "fascismo" adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista. (ECO, 2018, pp. 21, 24, 32-34)

Destacando o regime fascista de Mussolini[93] do fascismo eterno, Eco indica e descreve o que ele considera como sendo as características (ou arquétipos) do *Ur-Fascismo* as quais, segundo ele, não podem ser reunidas em um único sistema incontroverso, pois muitas se contradizem e/ou são típicas de outras formas de despotismo ou fanatismo, sendo elas: 1) o culto à tradição (sincrética, com alusão a diferentes mitologias); 2) a recusa da modernidade; 3) o culto da ação pela ação[94] (ou agir irrefletido ou, simplesmente, irracionalidade); 4) o desacordo entendido como traição (nenhuma forma de sincretismo de cunho tradicionalista pode admitir críticas); 5) o medo da diferença (dentre as quais, o racismo); 6) o apelo às classes médias frustradas (desvalorizadas por alguma crise econômica ou humilhação política e assustadas pela pressão dos grupos sociais subalternos); 7) o nacionalismo, a obsessão pela conspiração e a xenofobia; 8) a compreensão de que os inimigos são, ao mesmo tempo, fortes demais e fracos demais; 9) a noção de que a vida é uma guerra permanente e o pacifismo é conluio com o inimigo; 10) o elitismo popular[95] (com desprezo pelos fracos); 11) o culto do heroísmo (cada um é educado para tornar-se um herói); 12) o machismo (que implica desdém pelas mulheres e uma condenação intolerante de hábitos sexuais não conformistas, da castidade à homossexualidade); 13) o populismo qualitativo[96] 14) o uso de uma novilíngua (léxico pobre e sintaxe elementar, com o fim de limitar os instrumentos para um raciocínio complexo e crítico.

Em *Uma breve história das mentiras fascistas*, utilizando-se da expressão *pós-fascismo* para distinguir as experiências fascistas históricas do entre guerras (havidas no mundo entre as

---

[93] Para ele, "o fascismo de Mussolini tinha como base [1] a ideia de um chefe carismático, [2] o corporativismo, [3] a utopia do "destino fatal de Roma", [4] a vontade imperialista de conquistar novas terras, [5] em um nacionalismo exacerbado, [6] o ideal de uma nação inteira uniformizada pelas camisas negras, [7] a recusa da democracia parlamentar, [8] o antissemitismo [...]". (ECO, 2018, p. 20) (Numeração nossa)

[94] "Pensar é uma forma de castração. Por isso, a cultura é suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas. Da declaração atribuída a Goebbels ("Quando ouço falar em cultura, pego logo a pistola") ao uso frequente de expressões como "porcos intelectuais", "cabeças-ocas", "esnobes radicais", "as universidades são um ninho de comunistas", a suspeita em relação ao mundo intelectual sempre foi um sintoma de Ur-Fascismo". (ECO, 2018, pp. 38-39)

[95] "Todos os cidadãos pertencem ao melhor povo do mundo, os membros do partido são os melhores cidadãos, todo cidadão pode (ou deve) tornar-se membro do partido. Mas, não podem existir patrícios sem plebeus". (ECO, 2018, p. 41)

[96] "Para o Ur-Fascismo, os indivíduos não têm direitos, e "o povo" é concebido como uma qualidade, uma entidade monolítica que exprime "a vontade comum". Como nenhuma quantidade de seres humanos pode ter uma vontade comum, o líder se apresenta como seu intérprete. Tendo perdido seu poder de delegar, os cidadãos não agem, são chamados apenas *pars pro toto*, para assumir o papel de povo. O povo é, assim, apenas uma ficção teatral". (ECO, 2018, p. 42)

décadas de 1930-1950) das experiências populistas com pendores fascistas contemporâneas[97], Federico Finchelstein (2020), historiador argentino e professor de História na *New School for Social Research* e na *Eugene Lang College*, em Nova York inicia o prefácio à edição brasileira de um de seus muitos livros sobre o tema ilustrando-nos com as posturas pós-fascistas de líderes contemporâneos como Donald Trump (EUA), Jair Bolsonaro (Brasil), Viktor Orbán (Hungria), Narendra Modi (Índia) e Matteo Salvini (Itália), de culpar imigrantes e minorias pela propagação do coronavírus, discorrendo, logo de início, sobre como a combinação de "ideologia, magia e má-ciência" não é um exemplo a ser seguido para o combate à pandemia. Para ele, diversas "formas autoritárias", que substituem a verdade e o conhecimento científico pela "vontade" e a "crença no mundo ideológico dos líderes" correspondem a "mistura fascista" que combina "ideologias políticas, racismo e perseguição do outro" e que leva à periferização, exclusão, invisibilização e, no extremo, ao extermínio dos diferentes.[98]

Se para Jason Stanley (2018) a valorização do passado mítico é a primeira das características fundamentais das políticas fascistas, para Finchelstein (2020), são "as mentiras racistas que conduziram a uma violência política extrema" (2020, p. 10). Para o autor "o poder político fascista derivou significativamente da cooptação da verdade e da ampla propagação de mentiras",[99] tratando-se de uma "verdade mítica que substituiu a verdade factual", em contextos nacionais distintos e em que vigoram variações da combinação entre a "ideologia racista de supremacia branca" e a "fusão operada pelos terroristas das mentiras e a morte" (2020, p. 11-14).

O autor preocupou-se em diferenciar populismo e fascismo, atrelando o segundo ao racismo e suas distintas variantes, como o antissemitismo. Para ele, a "história das mentiras" fascistas está diretamente relacionada com "a violência, o racismo e o genocídio políticos modernos", por sua vez relacionados tanto ao fascismo histórico quanto ao pós-fascismo atual:

---

[97] "Atualmente, testemunhamos uma onda emergente de líderes populistas de direita em todo o mundo. E, bem semelhante aos líderes fascistas do passado, uma grande parte do seu poder político é erigida questionando a realidade; endossando mito, ódio e paranoia; e prometendo mentiras". (FINCHELSTEIN, 2020, p. 11)

[98] "No Holocausto, primeiro as vítimas foram acusadas de propagação de doenças, e então os nazistas criaram condições artificiais insalubres nos guetos e nos campos de concentração e extermínio para que a ideologia pudesse se impor à realidade. [...] Um elemento central da mentira fascista é a projeção. Os fascistas sempre negam o que são e atribuem suas próprias características, sua responsabilidade e sua própria política totalitária a seus inimigos". (FINCHELSTEIN, 2020, p. 6)

[99] Na história mais recente, estudar os mentirosos fascistas não deveria significar deixar liberais, conservadores e comunistas fora do grupo. [...] [Mas] a mentira é uma característica do fascismo de um modo que não ocorre em outras tradições políticas. [...] Os fascistas consideram que suas mentiras estão a serviço de verdades simples e absolutas, que são de fato mentiras ainda maiores. Assim, as mentiras destes na política justificam uma história à parte. (FINCHELSTEIN, 2020, p. 12)

> Diferentemente do fascismo, o populismo é uma interpretação autoritária da democracia que remodelou o legado do fascismo após 1945 de modo a combiná-lo com procedimentos democráticos distintos. Depois da derrota do fascismo, o populismo emergiu como uma forma de pós-fascismo, que reformula o fascismo para os tempos democráticos. Outra maneira de dizê-lo seria: o populismo é o fascismo adaptado à democracia. [...] Não foram somente as pessoas que apoiavam as políticas racistas de Hitler que levaram o fascismo alemão à vitória, mas também as pessoas que simplesmente não se importam que um elemento definidor do nacional-socialismo fosse o racismo. [...] Atualmente, as mentiras parecem novamente substituir cada vez mais a verdade empírica. À medida que os fatos são apresentados como "*fake news*", e as ideias originárias daqueles que negam os fatos se tornam políticas governamentais, devemos lembrar que o debate atual sobre a "pós-verdade" tem uma estirpe política e intelectual: a história das mentiras fascistas. (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 15-16)

Estabelecendo um paralelo entre as mentiras fascistas de Trump e seu coirmão Bolsonaro, o autor assinala que:

> O fascismo começa a agir por baixo, mas é legitimado a partir de cima. Quando o presidente brasileiro Jair Bolsonaro menospreza abertamente os brasileiros de descendência africana ou quando o presidente americano Donald J. Trump trata os mexicanos como estupradores que estão "invadindo" a América em "caravanas", eles estão legitimando um raciocínio fascista para alguns de seus seguidores políticos. [...] No Brasil, Bolsonaro, chamado de o "Trump dos Trópicos", tem igualmente demonizado jornalistas, glorificado as políticas ditatoriais do país e abonado mentiras desprezíveis sobre o meio-ambiente. (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 14-16)

Segundo o autor, as mentiras fascistas constituem "realidades paralelas" nas quais os próprios perpetradores acreditam:

> Para fascistas como Goebbels, o conhecimento era uma questão de fé, e especialmente uma fé profunda no mito do líder fascista. A manipulação ou a invenção de fatos era uma dimensão importante do fascismo, mas também o era a crença numa verdade que transcendia os fatos. Os fascistas não viam contradição entre verdade e propaganda. [...] Os fascistas sonhavam com uma nova realidade, e então transformaram a que era real. Dessa forma, eles redesenharam as fronteiras entre mito e realidade. [...] Se as mentiras antissemitas afirmavam que os judeus eram inerentemente imundos e contagiosos, devendo assim ser mortos, os nazistas criaram condições nos guetos e nos campos de concentração para que a imundice e a difusão de doenças contagiosas se tornassem realidade. Esfomeados, torturados e radicalmente desumanizados, os prisioneiros judeus se tornaram aquilo que os nazistas tinham planejado para eles, sendo consequentemente assassinados. (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 19-21)

Para ele, "a distorção da verdade em nome da promoção de uma realidade alternativa é um fenômeno comum na história do fascismo" (2020, p. 23). Tal realidade paralela ou alternativa, por sua vez, estava submetida aos "mitos como formas extremas de verdade" (2020, p. 22), ou seja, uma "forma de verdade que transcenderia o senso comum democrático porque ela seria transcendental" (2020, p. 21). Nesse sentido, Finchelstein nos lembra das contribuições

de Hannah Arendt sobre o tema, para quem "fascistas deliberadamente transformaram mentiras em realidade". Essa perversão (ou, como ele prefere, *obliteração*) da realidade, em que a versão contada passa a tornar-se mais verdadeira do que a realidade dos fatos, constituindo uma realidade alternativa ou paralela, corresponde ao conceito do que hoje se denomina de pós-verdade. Segundo o autor, ainda citando Arendt, essa obliteração pressupunha "uma crença naquilo que os fascistas entendiam como uma verdade mais transcendental, e não uma simples mentira":

> Assim como ela [Arendt], muitos antifascistas contemporâneos queriam entender por que tantas pessoas foram persuadidas de que a ideologia fascista representava uma única verdade. Certamente, alguns fascistas proeminentes eram hipócritas e mentirosos que concebiam a ideologia como uma ferramenta de propaganda. Mas, se assim foi, por que e como seus líderes mais importantes e muitos de seus partidários frequentemente seguiram essas mentiras e propagandas até o fim, a ponto de morrerem pela causa? Quem é capaz de morrer por uma mentira? O fascismo não foi apenas uma mentira hipócrita, mas uma experiência vivida e acreditada tanto a partir de cima como a partir de baixo. A criação de uma identidade fascista através da internalização de temas fascistas teve vários significados, alguns oficiais e outros que foram instâncias espontâneas da percepção fascista. Houve muitos adeptos. No fascismo, a ficção deslocou a realidade e se tornou uma realidade. (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 27-28)

Ao discorrer sobre esse processo de "obliteração da verdade" e consequente constituição de "realidades alternativas", Finchelstein acaba por relacioná-lo com outras características também observadas nos demais autores já analisados e defendidas pelo fascismo, tais como:

> [...] a forma divina, messiânica e carismática de liderança, que concebia o líder como organicamente ligado ao povo e à nação. Ele considerava a soberania popular totalmente conferida ao ditador, que agia em nome da comunidade de indivíduos e sabia melhor do que eles o que eles realmente queriam. (FINCHELSTEIN, 2020, p. 29)

Finchelstein esclarece que, a despeito do termo fascismo se referir a um regime político específico, o da Itália sob Mussolini a partir de 1922, a política que ele representava surgiu de modo simultâneo no mundo todo e se adaptava, conforme o lugar, a partir de diferentes "ideias sobre o divino, a raça, o povo, o império e o passado mítico", desenvolvendo uma "forma radical de subjetividade política":

> Em termos históricos, o fascismo pode ser definido como uma ideologia global com movimentos e regimes nacionais. O fascismo foi um fenômeno transnacional tanto dentro quanto fora da Europa. Uma formação contrarrevolucionária moderna, ele era ultranacionalista, antiliberal e antimarxista. Resumindo, o fascismo não era uma mera posição reacionária. Seu alvo principal era destruir a democracia a partir de seu interior, de maneira a criar uma ditadura moderna a partir de cima. [...] O fascismo foi

> oficialmente fundado na Itália em 1919, mas a política que ele representava surgiu simultaneamente em todo o mundo. Do Japão ao Brasil e à Alemanha, e da Argentina até a Índia e a França, a revolução racista, violenta e antidemocrática da direita que o fascismo representava foi adotada em outros países com nomes diferentes: nazismo na Alemanha, nacionalismo na Argentina, integralismo no Brasil, e assim por diante. [...] Na Índia e no Oriente Médio, essas ideias serviram ao propósito de repensar uma variante autoritária do pós-colonialismo, ao passo que no Japão foram usadas para repensar a modernidade do império. Na América Latina republicana pós-colonial, o fascismo se apresentou com frequência como uma continuidade do império espanhol pré-republicano, mas também como o principal caminho para fazer avançar uma forma autoritária de anti-imperialismo. (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 28-30)

Segundo a "ideia moderna de soberania popular" fascista, em que o "poder era delegado inteiramente ao ditador", a obliteração da verdade e a criação de realidades paralelas tem pano de fundo mitológico, na confluência entre "realidade e fantasia", pois "o fascismo identifica a verdade com um mito transcendental, enraizado no inconsciente coletivo e depois efetivado por e através da consciência do líder": "no fascismo, a forma máxima da verdade não exigia corroboração com evidência empírica: antes, ela emanava de uma afirmação intuitiva de noções que eram supostamente expressões dos mitos trans-históricos. O líder incorporava tais mitos" (FINCHELSTEIN, 2020, p. 30-34).

Assim, no fascismo, o líder é a encarnação da vontade popular, da própria soberania. Nas palavras do autor, "encarnação" assume sentido oposto ao da "representação", da mesma forma em que a "dimensão mítica" se opõe à "razão". É a "sagrada encarnação do líder e da nação no corpo do líder" que dá a exata noção do papel deste na ideologia fascista:

> O fascismo era uma fantasia recorrente que, modificando a realidade, tornou-se realidade. Nesse sentido específico, tratou-se de uma revolução intelectual. [...] O reconhecimento do líder como uma figura transcendental espelhava a elevação da obediência a uma comunidade nacional de vontades unificadas. [...] A visão fascista da História frequentemente considerou o histórico como um terreno de discórdia, um adversário maleável a ser derrotado e, então, corrigido. (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 38-40)

Aduzindo a "ideia nazista de ação como consequência prática das vontades de Deus", de "verdade que subsistia no sagrado [...] que não necessitava de corroboração empírica e se sobrepunha a uma ideia de justiça divina", Finchelstein nos relembra do chamado "fascismo clerical" presente nas ideias do ideólogo mexicano José Vasconcelos e dos frades argentinos Virgilio Fillipo e Julio Meinvielle, que "evocavam Deus para justificar suas fantasias e paranoias antissemitas" (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 40-41 e 45).

> [...] embora as explicações dos fascistas para suas ações se baseassem em mentiras, eles não mentiam sobre suas promessas de extermínio. Era isso o que pretendiam.

> Como alegavam os fascistas argentinos, os judeus eram os inimigos do povo. O destino deles devia ser a eliminação total [...] os fascistas precisaram criar inimigos e defini-los como as representações vivas da inverdade. (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 43-44)

Segundo o autor, esse combo constituído por "violência lícita" e "morte" (que não podem sequer ser interrompidas por "formalidades jurídicas", constituindo-se em uma forma de "justiça sumária"), atreladas a uma ideia de "renovação radical do 'eu'" ("redenção através da violência, sacrifício e morte"; "o renascimento da consciência e a destruição do outro"; a "renovação das almas") e ao racismo ("o inimigo que, se colocando contra a verdade, precisava ser reprimido e, por fim, eliminado"), ancoradas, por sua vez, na suposta vontade de Deus ("concepção religiosa messiânica") e de uma "verdade eterna" se fez característica nas experiências fascistas mundo afora, sendo o nazismo "o resultado mais radical no núcleo do fascismo: a superposição de violência, mito e a fantasia de uma verdade eterna" (2020, pp. 44-46), ou seja, a forma mais extremada de sua manifestação:

> Se na Alemanha os fascistas eram obcecados com os judeus como sendo seus principais inimigos, nos Andes, os Camisas Pretas peruanos apontavam sua animosidade contra os asiáticos, especialmente os japoneses, imigrantes. Na região que finalmente se tornaria a Índia e o Paquistão, o fascismo adotou conotações hindus ou muçulmanas. Na Argentina, os fascistas desenvolveram o "fascismo cristianizado" como a prova máxima da verdade sagrada de seu movimento. Mussolini e os fascistas argentinos, japoneses, brasileiros, colombianos, peruanos e romanos consideravam seus inimigos definindo suas características. Judeus e outros inimigos eram o que os fascistas não eram, e definiam, em contraste, o que eles de fato eram. (FINCHELSTEIN, 2020, p. 44)

Remetendo-nos aos ensinamentos de Freud[100], o autor nos lembra também que o "mito do herói" e de sua respectiva "infalibilidade" ("o líder era o dono da verdade"), assim como o "mito do sangue e do solo" são algumas das concepções que integram o cerne das mentiras e do pensamento político fascista.

> No fascismo, a crença estava intimamente ligada a um ato de fé no guia. O fascismo apresentava seus líderes como mitos vivos. [...] Os fascistas eram obcecados com a infalibilidade de seus líderes porque, para ele, a ausência de erros refletia as verdades

[100] "[...] Freud era intensamente crítico da veneração ao herói, pois o via no contexto contemporâneo de políticas de massa. Para ele, os 'heróis' modernos serviam e promoviam as necessidades do povo de uma autoridade vertical. Freud estava preocupado com o que considerava como um retorno do pai primal autoritário na forma de mitos políticos modernos. Esses heróis modernos exigiam total submissão a seus desejos agressivos, resultando em completa dominação. [...] Para Freud, o fascismo habitava um mundo de fantasia, no qual mitos e líderes governavam sobre o princípio da realidade. Para ambos [Freud e Borges], o problema do fascismo era que ele aplicava uma mentira – e uma ideologia violenta bárbara – à verdade estrutural do mundo mítico clássico. Ele representava não apenas o retorno dos deuses reprimidos, o regresso destes para o mundo vencido pela razão, mas também sua adoção política totalitária". (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 47 e 61)

> divinas fundamentais da ideologia mítica que havia encarnado no guia heroico dos homens. [...] Os líderes personificavam uma fé, uma crença na verdade que devia ser aceita sem discussão. [...] consideravam toda teoria como verdadeira quando ela se anexava ao sagrado, o que em países como Argentina, Itália, Brasil e Espanha eles associavam aos mitos clássicos ou cristãos, ao passo que na Alemanha ela estava centralmente relacionada a uma lenda da raça ariana. (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 47-51)

Para Finchelstein, essa "integração da intuição e da percepção mítica", a fusão entre "mitos e observações empíricas", a "definição da verdade [a partir da] ideologia do líder", a substituição das "formas empíricas de verificação" pela combinação entre "mito e afeto", entre "imagens e emoções" ou seja, o entendimento de que o fascismo era "a revelação de um novo mundo" e que a "verdadeira forma de 'explicação' foi a da revelação", da "verdade como uma fusão de uma versão mítica da História, a ideia da política como o veículo para o sagrado, a equação da beleza e de política corretas, e a noção de que a justiça estava totalmente subordinada ao poder" eram premissas integrantes de uma epistemologia fascista anti-iluminista (uma "ficção dos sentimentos reais") constitutiva de verdadeira empreitada contra o liberalismo, a democracia e o racionalismo, presentes nas formulações teóricas de diversos de seus ideólogos, do alemão Alfred Rosenberg, passando pelo romeno Corneliu Codreanu, pelo mexicano José Vasconcelos, pelo argentino Leopoldo Lugones, pelo espanhol Ramiro Maetzu e pelo brasileiro Gustavo Barroso, dentre outros, ao que se contrapunham pensadores que podem ser considerados antifascistas, tais como Hannah Arendt, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Sigmund Freud, Alexander Koyré, José Carlos Mariátegui, Ernest Cassirer e Jorge Luis Borges (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 56-64).

Aliado a esta epistemologia da irracionalidade estava a noção de um "inconsciente fascista", fundado na "ideia de que a alma tinha noção interna autêntica do mundo" e que a "vontade predominante fascista" opera uma verdadeira "renovação interna e geral" do ser (a "teoria do 'eu' interior baseada no papel político do inconsciente"), sendo papel do líder carismático "afinar essa alma coletiva". A alma seria a "fonte de legitimidade política" do fascismo e o líder seria a "expressão das ideias fascistas de soberania" (aliás, uma concepção *sui generis* de soberania)[101], a "representação ideal dos desejos soberanos", a "única pessoa que de fato importava [e] era similar a uma forma de renovação religiosa", "encarnação do povo inteiro". (2020, pp. 70-71):

[101] "A legitimidade do fascismo era baseada em sua noção singular de que a legitimidade política deriva do inconsciente. Segundo esta definição, a soberania popular não poderia ser a expressão eleitoral de uma maioria popular, mas sua dupla realização ditatorial no Estado fascista e no seu líder. [...] o poder do povo era permanentemente delegado ao líder. [...] O líder encarnava a soberania do povo [...] que governava pela força, não pelo consenso". (FINCHELSTEIN, 2020, p. 71-72)

> [...] o fascismo acreditava ser ele próprio a personificação do desejo puro, mas, ao mesmo tempo, reprimia todo desejo sem relação com os pontos principais do fascismo ideológico: guerra total, plena violência e a destruição do inimigo. (FINCHELSTEIN, 2020, p. 74)

Essa imbricada mistura de concepções peculiares sobre mentiras, verdades absolutas e realidade paralelas; mitos, obliteração factual e revelação; heroificação, encarnação divina e infalibilidade do líder; formas radicais de violência total reificada e morte; renovação do "eu" interior por meio do inconsciente e da alma coletiva, todas elas formadoras de uma epistemologia irracional, torna a psicanálise e suas teorias sobre o inconsciente, sobre normalidade, desejo, patologia, sublimação da libido, dentre outras questões uma das principais inimigas do fascismo:

> As ideias fascistas sobre o "eu" místico, violento e hierárquico estão em flagrante contraste com a teoria psicanalítica. [...] Em resumo, as teorias freudianas aparentemente ameaçavam as verdades transcendentais sobre o "eu" e o sagrado. [...] A intenção de Freud de questionar a imutabilidade das almas e as verdades que elas engendravam e substituí-las pelas suas próprias verdades sagradas era intolerável para os fascistas. [...] Os fascistas viam a psicanálise como uma ameaça importante, pois, para eles, não havia tensão entre sua rejeição democrática de uma ordem eterna da verdade, conforme ditada pela igreja ou um líder autoritário, e sua afirmação da alienação da ordem burguesa. [...] Para muitos fascistas, a psicanálise questionava os pressupostos básicos da revolução fascista, propondo teorias alternativas da história, da verdade e do mito. (..) No entanto, se para Freud os mitos funcionam alegoricamente como metáforas para os mecanismos do inconsciente, os fascistas literalizavam os mitos como expressões ideias dos mecanismos da alma. (FINCHELSTEIN, 2020. pp. 77-85)

Falseando o próprio conceito de ditadura, para quem esta seria "a forma mais verdadeira de democracia", fascistas no mundo acreditavam e defendiam a "centralidade do corporativismo" junto à sua ideologia. Para eles, "sinônimo de formas de governo ditatoriais antiliberais e anticomunistas", uma "síntese que supera o socialismo e o liberalismo", o *corporativismo* poderia substituir a democracia liberal-representativa e, sendo assim, reputavam que "antes de ser uma peculiaridade italiana", o "fascismo representava um padrão universal de 'democracias militares'" ou uma "ditadura fascista militarizada". [102]

> Para os fascistas, o corporativismo, como ferramenta legitimadora, podia efetivamente conciliar a contradição entre ditadura e representação. [...] os fascistas acreditavam que o corporativismo fornecia legitimidade substancial a uma forma

[102] "[os fascistas] acreditavam que a representação eleitoral não exprimia verdadeiramente a vontade do povo. [...] rejeitavam a democracia liberal e a substituíram pela ditadura. [...] era ontologicamente oposto à vida democrática existente. [...] afirmavam que uma democracia real nunca existira". (FINCHELSTEIN, 2020, pp 87-90)

> ditatorial de representação enraizada na soberania, senão eleitoral, popular. [...] O corporativismo era uma dimensão fundamental da reação global à democracia liberal no período entre as duas grandes guerras. [...] os fascistas vieram associar o corporativismo às versões absolutas de sua ideologia. [...] Para os regimes fascistas, o corporativismo representava uma forma de legitimidade soberana. [...] Em teoria, o corporativismo funcionava ideologicamente para a legitimação do ditador. (FINCHELSTEIN, 2020, p. 91-93)

Remetendo-nos mais uma vez aos ensinamentos de Freud, de Gramsci, de Adorno e outros sobre o "instinto humano de agressão e destruição" e a "importância política da destruição" para o fascismo, Finchelstein assinala que:

> Freud descreveu o nazismo como uma "ignomínia alemã". De modo mais abrangente, ele comparava o fascismo a uma "educação brutal". O fascismo representava um "retrocesso à barbárie pré-histórica, e nada mais". [...] Antonio Gramsci, provavelmente pensando sobre o fascismo, situava dentro do reino das fantasias políticas sobre o "eu" e seu papel subordinado no coletivo: a centralidade do misticismo e do sagrado no contexto da política. [...] Adorno distinguia, nesse ponto, os líderes dos seguidores. Enquanto os primeiros frequentemente falsificavam sua religiosidade e crenças, afirmava ele, os últimos se permitiam ser enganados por mentiras. (FINCHELSTEIN, 2020, p. 99 e 100).

Finchelstein retoma, ao final, o que já antecipara no início: as semelhanças e diferenças entre o fascismo de entreguerras e o populismo contemporâneo, ilustrando-as com as posturas de Trump e Bolsonaro, rememorando, no caso brasileiro, as distintas vezes em que que o presidente cantou loas à Ditadura Militar, negando a sua natureza autoritária e os crimes nela ocorridos:

> Tanto o fascismo quanto o populismo apelam para a trindade política – líder, nação e povo –, como sua principal fonte de legitimação. [...] No fascismo, porém, essa personificação não exigia qualquer mediação tradicional ou processual, tal como a representação eleitoral. Em contraste, no populismo, as eleições são importantes na conformação da verdade da supremacia divina do líder, e espalhar mentiras sobre elas é uma parte fundamental para a manutenção da ideia do líder sobre o seu lugar na história. [...] Se o populismo moderno, quando conquistou o poder depois de 1945, reformulou o fascismo num registro democrático, os novos populistas da direita contemporânea estão se aproximando do sonho fascista da destruição da história e de sua substituição pelo mito do líder infalível. [...] Por que os líderes populistas querem perdoar, distorcer ou desviar a história real do nazismo e do fascismo? Porque, como esses líderes bebem na fonte da ideologia, retórica e táticas fascistas, eles precisam neutralizar a história do fascismo, a fim de normalizar suas políticas. [...] No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro está fazendo isso não só com os nazistas, mas também com a história de seu próprio país. [...] A normalização por parte de Bolsonaro, e mesmo sua celebração de um regime assassino, não se limitou apenas à sua interpretação da história brasileira. Ele elogiou fartamente diversos ditadores [...] ao declarar que esses ditadores eram os salvadores desses países, líderes como Bolsonaro e Trump substituem a história pelo mito. [...] Mas é sua manipulação da história que revela verdadeiramente como o bolsonarismo liga o populismo ao fascismo. [...] Evidentemente, populistas como Bolsonaro, Orban, Trump e Matteo Salvini, na Itália, executam políticas de discriminação, violência e desigualdade crescentes. Mas, até agora, eles têm feito isso sem fraturar inteiramente a democracia. Suas atitudes mais antidemocráticas são simbólicas. Os ataques aos inimigos políticos – por ora – não

> vão além de palavras. E aí se encontra uma diferença entre fascismo e populismo. [...] Será Bolsonaro esse tipo de leão pacífico, que ruge mas não devora? E será este também o caso de Trump? Ou são eles verdadeiros leões do fascismo? [...] Sem dúvida, Bolsonaro se situa na fronteira entre a ditadura fascista e a forma democrática do populismo. (FINCHELSTEIN, 2020, p. 109-116)

Para finalizar, o autor chama a atenção para o equívoco de tratar os arroubos autoritários dos líderes populistas atuais como demência, o que ele classifica como uma "concepção errônea dos líderes fascistas como doentes mentais":

> A ideia de denunciar a tais líderes como loucos tampouco é nova. Líderes populistas e fascistas têm, com frequência, sido chamados de malucos. [...] Essa tendência de usar enfermidades mentais ou distúrbios psiquiátricos como uma explicação para as mentira e ações de tais líderes aumenta a incompreensão geral sobre os motivos que os tornam bem-sucedidos: um impulso narcísico que os converte em figuras geniais veneradas, vozes absolutas do povo que conhecem melhor que o próprio povo o que ele, o povo, realmente quer. [...] O desprezo e as explicações simples sobre a estupidez dos fraudadores autoritários e seus ingênuos seguidores, na verdade, não esclarecem grandes coisas. Ao contrário, isso é sintomático de uma recusa a entender aquilo de que podemos não gostar: a encarnação mítica da verdade que conduz a sua dizimação. [...] Ele [Trump] não mente por ser um louco trapaceiro; ele mente por pertencer a uma tradição política que propõe uma noção alternativa da verdade que emana de uma sagrada infalibilidade do líder. (FINCHELSTEIN, 2020, pp. 116-118)

Já Rodriguez e Prol (2019), ao analisarem as formulações de Franz Neumann, nos chamam a atenção sobre dois aspectos importantes presentes na obra do autor alemão. O primeiro deles diz respeito aos impactos causados no direito a partir do ingresso da classe operária nos parlamentos. Segundo ele, esse fenômeno é diretamente responsável pelo advento dos direitos trabalhistas e por modificações no estatuto da propriedade privada. O contrato de trabalho deixa de ser mero instrumento de reprodução da lógica de dominação, como na abordagem marxista, e passa a ser também um mecanismo de luta e conquista de direitos e, portanto, de avanço no sentido da emancipação, assim como a propriedade privada passa a ser considerada também em sua função social:

> O contrato de trabalho, que era apenas meio para ocultar a exploração, torna-se instrumento de luta contra a exploração. A propriedade privada, que era um direito sacrossanto e eminentemente individualista, ganha sentido social e limites ao seu exercício, em nome do respeito ao trabalhador, ao meio ambiente, ao consumidor etc. (RODRIGUEZ; PROL, 2019, p. 116)

O segundo aspecto diz respeito ao advento do nazismo. Os autores salientam que, na concepção de Neumann, o nazismo era um "não estado de não direito", comprovando que o capitalismo poderia sobreviver mesmo na ausência do estado e do direito liberal burgueses, a despeito da relação siamesa entre estes, amoldando-se ao autoritarismo (e às justificativas não-

racionais do poder) com a mesma desenvoltura com que defendeu o império da lei contra os privilégios da monarquia e da aristocracia:

> [...] fica bastante claro, após a análise do regime nazista feita por Neumann, que nem o direito nem o estado liberais são, necessariamente, instituições burguesas. Ambos têm origem na revolução burguesa e serviram para destruir os privilégios da aristocracia e proteger a propriedade privada e os contratos. No entanto, o prosseguimento dos conflitos sociais conferiu a estas instituições novas inflexões. A entrada da classe operária no Parlamento e a reivindicação de novos direitos transformaram por dentro o estado e o direito liberais, conferindo a eles características completamente distintas. A movimentação política desta classe fez com que o direito liberal se tornasse contraditório, ou seja, tornasse-se, ao mesmo tempo, meio de manutenção e de transformação da sociedade. (RODRIGUEZ; PROL, 2019, p. 113)

Para que o Direito possa exercer, simultaneamente, sua função da "faca de dois gumes" (de legitimação/manutenção do *status quo*, mas também de transformação da sociedade), Neumann, segundo Rodriguez e Prol (2019), acreditava na permanente tensão entre o Estado e a Sociedade Civil. A supressão desta tensão seria uma das causas e consequências dos regimes autoritários e totalitários, como ocorrera com o nazismo:

> O sonho do poder arbitrário é suprimir a sociedade ou qualquer outro entrave que impeça seu livre exercício. O direito, ao menos em sua manifestação ocidental, impõe aos poderosos o dever de se justificarem perante a sociedade. Por isso mesmo, a supressão da tensão entre sociedade e estado destrói o direito e, consequentemente, a própria liberdade [...] nenhum poder, seja ele político, econômico ou social, deve suprimir a tensão entre uma esfera soberana e uma esfera de liberdade independente desta: em sua encarnação mais conhecida, a diferença entre sociedade civil e estado. [...] A manutenção da tensão entre esses dois polos, sociedade e estado soberano, torna-se essencial à emancipação humana. Neumann percebe que é a liberdade da sociedade diante do estado que permite às classes oprimidas formularem suas demandas de transformação e utilizarem o direito para fazer avançar a emancipação humana. O direito passa a ser não mais um mero instrumento de luta, mas parte constitutiva da sociedade emancipada. (RODRIGUEZ; PROL, 2019, pp. 112-117)

Tais formulações nos ajudarão a compreender, mais adiante, o porquê da adesão de determinados segmentos da sociedade brasileira – dos mais aos menos privilegiados – ao bolsonarismo (o que faremos de forma mais detalhada nos tópicos 4.2, que trata da *nostalgia do exclusivismo*; e no tópico 4.3, que trata do *homem mediano* e a *normalização da mediocridade*) a despeito de suas investidas em desfavor da participação popular na gestão, como no exemplo do esvaziamento na composição e das atribuições dos Conselhos de Estado (ou mesmo a dissolução de alguns deles); ou mesmo em suas investidas contra as instituições do Estado Democrático de Direito, como no exemplo dos reiterados ataques públicos ao STF.

2.5 Os Alertas Para o Fascismo Contemporâneo de Madeleine Albright

Em *Fascismo: um alerta*, procedendo com uma análise a partir da posição de liderança internacional global dos EUA, Madeleine Albright (2018), ex-secretária de Estado norte-americana inicia sua obra se perguntando como, em pouco mais de um quarto de século após o fim da Guerra Fria que, por sua vez, sucedeu à *debacle* do fascismo e do nazismo históricos; e, concomitantemente, de um intenso processo de democratização global que vai desde regiões inteiras sob a tutela da antiga União Soviética e dos países integrantes da antiga Cortina de Ferro (como nos países das regiões do Cáucaso, do Báltico e da Ásia Central, em especial na antiga Tchecoslováquia e na Ucrânia), passando pelo Oriente (com a Coréia do Sul, as Filipinas e a Indonésia) e pelo Ocidente (com o fim das ditaduras militares nos países da América Latina) até chegar na África (com a libertação de Mandela e o fim do *apartheid*) foi possível retroceder em relação à defesa da democracia e voltar-se a falar em fascismo:

> Por que tanta gente em posições de poder vem tentando minar a confiança popular nas eleições, nos tribunais, na mídia e – questão fundamental do futuro da Terra – na ciência? Por que teria se deixado abrir fissuras tão profundas entre ricos e pobres, cidade e campo, detentores de educação superior e os que não a possuem? Por que teriam os Estados Unidos – ao menos temporariamente – abdicado de sua liderança mundial nas questões mundiais? E por que, a esta altura do século XXI, voltamos a falar de fascismo? (ALBRIGHT, 2018, p. 12)

Demonstrando certa preocupação, de um lado, com a banalização do termo e, de outro, com uma certa confusão deste com conceitos semelhantes (tais como populismo, totalitarismo, ditadura, despotismo, tirania ou autocracia), ao analisar experiências autoritárias concretas, Albright procura, da mesma maneira como os demais autores citados neste capítulo, categorizar elementos que caracterizem o fascismo. Assim, ela inicia identificando o *medo* e a *frustração* como seus pecados originais, aliados à necessidade da figura do *líder carismático* e do *controle da informação*:

> O medo é a razão de o alcance emocional do fascismo se estender a todos os níveis da sociedade. Não existe movimento político que floresça sem apoio popular, mas o fascismo depende tanto dos ricos e poderosos como do homem e da mulher da esquina – dos que têm muito a perder e dos que não têm nada. Essa colocação nos fez pensar que talvez o fascismo deva ser visto menos como ideologia política e mais como forma de se tomar e controlar o poder. [...] Enquanto uma monarquia ou uma ditadura militar são impostas à sociedade de cima para baixo, a energia do fascismo é alimentada por homens e mulheres abalados por uma guerra perdida, um emprego perdido, uma lembrança de humilhação ou a sensação de que seu país vai de mal a pior. Quanto mais dolorosa for a origem da mágoa, mais fácil é para um líder fascista ganhar seguidores ao oferecer a expectativa de renovação ou prometer restituir-lhes o que perderam. [...] A internet deveria ser uma aliada da liberdade e uma porta de entrada

> para o conhecimento; há momentos em que não é nenhuma das duas. (ALBRIGHT, 2018, pp. 17-18)

Sua definição de fascismo e de fascistas, dada logo ao final do primeiro capítulo, em que expõe outras duas características fundamentais (o *nacionalismo fanático* e a *reversão do contrato social*) é bastante elucidativa ao esforço da presente tese:

> O fascismo [...] é uma forma extrema de regime autoritário. Exige-se dos cidadãos que façam exatamente o que dizem seus líderes, nada mais, nada menos. A doutrina é vinculada a um **nacionalismo fanático**. Uma outra característica é a **reversão do contrato social.** Em vez de cidadãos darem poder ao Estado em troca da proteção de seus direitos, o poder emana do líder e as pessoas não têm direitos. Sob o fascismo, a missão dos cidadãos é servir; o trabalho dos governantes, ditar as regras. [...] A meu ver, um fascista é alguém com profunda identificação com um determinado grupo ou nação em cujo nome se predispõe a falar, que não dá a mínima para os direitos de outros e está disposto a usar os meios que forem necessários – inclusive a violência – para atingir suas metas. [...] Enquanto reis tentam acalmar seu povo, fascistas o instigam a ter suas tropas de infantaria dispostas a atacar primeiro e com poder de fogo assim que a luta começa. (ALBRIGHT, 2018, pp 20-22) (Grifo nosso)

A autora dá prosseguimento à sua análise, nos capítulos seguintes de sua obra, salientando as origens do fascismo italiano de Benito Mussolini, com destaque à *insatisfação generalizada* do povo Itália, a partir dos seguintes dizeres:

> O fascismo cresceu porque milhões de italianos odiavam o que viam em seu país e tinham medo do que o mundo testemunhava na Rússia bolchevique. De discurso em discurso, Mussolini oferecia alternativas. Instigava compatriotas que queriam explorá-los, os socialistas determinados a causar transtornos em suas vidas e os políticos desonestos e covardes que só falavam e falavam enquanto sua amada terra natal mergulhava cada vez mais no abismo. Em vez de jogar uma classe contra a outra, propunha a união dos italianos – trabalhadores, estudantes, soldados e empresários – na formação de uma frente unida contra o mundo. [...] Assim teve início o fascismo do século XX: com um líder sedutor que explorava a insatisfação generalizada fazendo todo tipo de promessas. (ALBRIGHT, 2018, p. 29)[103]

De modo semelhante, ao revisitar os primórdios do nazismo alemão, dissertando sobre a abdicação do *kaiser* Guilherme II; as dificuldades de implantação de uma democracia pluripartidária com a República de Weimar; as agruras decorrentes da rendição alemã na Primeira Guerra Mundial; o pesado fardo, para a Alemanha, do Tratado de Versalhes (aceitação da culpa pela guerra, o desarmamento, a entrega de territórios e o pagamento de compensações);

[103] Segundo Albright, por ocasião de seu primeiro discurso no Legislativo duas semanas após assumir o posto de primeiro-ministro, a convite do rei Victor Emanuel (feito sob a pressão e contingência dos fatos), Mussolini teria dito: "Podia ter transformado este salão acinzentado e monótono em acampamento para meus camisas-pretas e fechado o parlamento. Tinha as condições para fazê-lo, mas não era a minha vontade – ao menos não ainda". Para a autora, "com esse aviso, Mussolini exigia e lhe era concedida autoridade para fazer o que bem entendesse; contudo e, surpreendentemente, sua prioridade inicial foi governar bem". (ALBRIGHT, 2018, p. 33)

as consequências da Grande Depressão para a economia germânica, dentre outros fatores, Albright situa a trajetória pessoal de Hitler (desde sua adolescência, passando pela assunção ao cargo de Chanceler e, depois, pelas manobras e conspirações para conseguir acumular as funções de Chefe de Governo, Chefe de Estado e de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas) nesse exato contexto de profundas crises e insatisfações da Alemanha:

> Homem raivoso para uma era de raiva, o futuro Führer enfim encontra seu público. A Alemanha estava de joelhos novamente, e Hitler se apresentava como megafone de sua desgraça. [...] Para Hitler, seus compatriotas buscavam um homem que falasse à raiva deles, entendesse seus medos e os instigasse a participar de uma causa premente e justa. (ALBRIGHT, 2018. pp. 46 e 51)

Albright consegue identificar características comuns, tanto ao fascismo italiano quanto ao nazismo alemão:

> Mussolini chamou atenção de Hitler por ambos serem adeptos da mesma retórica machista centrada em ousadia, nacionalismo, anticomunismo e guerra. [...] Muitas das táticas empregadas por Hitler para tomar e consolidar o poder já haviam sido adotadas antes por Mussolini: o apoio de gangues violentas, a intimidação do parlamento, o fortalecimento e subsequente abuso de autoridade, a subjugação dos servidores públicos, a afinidade pelo espetáculo e a insistência na infalibilidade do líder, fosse Der Führer fosse Il Duce. (ALBRIGHT, 2018, p. 56)

Ampliando sua análise para a trajetória do fascismo, de suas agremiações e líderes nos demais países europeus, após o desmantelamento do Império Austro-Húngaro e, sobretudo, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, com a ascensão do nacionalismo, Albright consegue identificar diversas outras características, para além das "dificuldades econômicas, ambição e preconceito", tais como o "misticismo, a crença em fadas, às provas de resistência em mastros de bandeira, a eugenia e as teorias raciais", presentes no ideário da Cruz Flechada húngara; ou o "programa de obras públicas, o anticomunismo, o protecionismo e a libertação da Grã-Bretanha de estrangeiros", como no ideário do BUF inglês (ALBRIGHT, 2018, pp. 67-69):

> Olhando para trás, é tentador descartar cada fascista dessa época como alguém completamente mau ou louco, mas seria fácil demais e, por induzir à complacência, perigoso. O fascismo não é a ausência de humanidade, mas sim parte dela. Até pessoas que se envolveram com tais movimentos por ambição, cobiça ou ódio provavelmente não tinham noção dos reais motivos ou negavam-nos para si mesmas. Relatos orais do período atestam a esperança e o entusiasmo gerados pelo fascismo. **Homens e mulheres descrentes de mudanças políticas de repente sentiam-se ligados às respostas que buscavam**. Dispunham-se a viajar longas distâncias para estar presentes em comícios fascistas, nos quais descobriam almas afins, ávidas por restaurar a grandeza da nação, os valores tradicionais da comunidade e o otimismo em relação ao futuro. Naquela cruzada, ouviam explicações que faziam sentido para elas quanto às correntes poderosas em ação no mundo. Ali encontravam as oportunidades

> que vinham buscando de participar de grupos de jovens, organizações atléticas, instituições de caridade e treinamentos profissionais. Ali estavam os contatos de que precisavam para dar a partida a um novo negócio ou contrair um empréstimo. [...] O fascismo ganhou força pois muita gente na Europa e em outros lugares via esse movimento político como uma onda poderosa a transformar a história, que a eles pertencia e não poderia ser contida. (ALBRIGHT, 2018, pp. 76-77) (Grifo nosso)

Ao analisar os acontecimentos que levam ao declínio e queda de ambos os regimes (fascismo italiano e nazismo alemão), Albright assinala que:

> Tal generosidade de espírito – importar-se com os outros e com a proposição de que todos nascemos iguais – é, em si, o antídoto mais efetivo ao torpor moral autocentrado que alimenta o crescimento do fascismo. [...] Mussolini e Hitler foram as personificações do fascismo, mas nenhum dos dois conseguiu erguer um Estado inteiramente totalitário. Sempre havia algo a separar a teoria da realidade, as ordens vindas de cima de sua implementação prática. Seus governos jamais foram tão eficientes quanto aparentavam. (ALBRIGHT, 2018, pp. 78-86)

Já ao analisar os desdobramentos do fascismo no pós-Segunda Guerra, Albright relata os acontecimentos na Tchecoslováquia e na Iugoslávia, a partir das experiências comunistas. De igual forma, ao nos remeter a alguns dos principais acontecimentos da Crise dos Balcãs, com a dissolução da Iugoslávia sob Slobodan Milosevic, a guerra entre sérvios e croatas contra muçulmanos bósnios na Bósnia-Herzegovina e o conflito no Kosovo, Albright nos chama a atenção para a percepção de que tal crise "é inseparável do histórico que a precede" (ALBRIGHT, 2018, pp. 94-125).

Albright nos lembra que, apesar da repulsa que experiências autoritárias históricas tenham causado na humanidade, a ameaça do fascismo e seu espectro nos rondam de modo constante e permanente, sobretudo na pós-modernidade, onde a tecnologia que, de um lado, representa importantes inovações, também é causadora de desemprego e, portanto, desalento, desencanto, angústia e ressentimentos, individuais e coletivos. Essa mesma tecnologia, causadora do desemprego, quando aplicada às comunicações, acabam por intensificar o processo de descredibilização de governos, da imprensa tradicional e a permitir a projeção das insatisfações individuais e coletivas em soluções autoritárias:

> Não há erro mais comum do que presumir que o vencedor de uma eleição tenha o direito de fazer o que bem entender. Numa verdadeira democracia, os líderes respeitam a vontade da maioria e também os direitos da minoria – não adianta olhar só para um lado. [...] A inovação é o principal fator a gerar empregos, mas também a dar cabo deles. [...] O competidor mais ferrenho que qualquer trabalhador pode ter é uma máquina capaz de fazer o mesmo trabalho de graça. [...] Em média, uma em quatro pessoas vê com bons olhos um sistema em que um líder forte governe sem interferência do parlamento ou dos tribunais. Uma em cinco sente-se atraída pelo conceito de governo militar. Como seria de esperar, o apoio a opções não

> democráticas, à direita ou à esquerda, é mais evidente entre aqueles sem educação superior e insatisfeitos com as circunstâncias econômicas – exatamente os grupos mais atingidos pelas transformações do mercado de trabalho. [...] Acordamos todas as manhãs e percebemos mundo afora o que nos soa como os primeiros espasmos do fascismo: o descrédito dos políticos tradicionais, o surgimento de líderes que procuram dividir em vez de unir, a busca da vitória política a qualquer custo e a invocação da grandeza nacional por parte de pessoas cuja visão do que constitua grandeza é das mais distorcidas. Frequentemente, os sinais que deveriam nos alertar se apresentam de forma disfarçada: Constituições alteradas a título de reforma, os ataques à imprensa livre justificados pela segurança, a desumanização de outros mascarada como defesa da virtude ou o esvaziamento de um sistema democrático até que só reste o rótulo. (ALBRIGHT, 2018, pp. 127-138)

Já ao analisar as experiências autoritárias na América Latina (citando o peronismo, na Argentina; o governo de Omar Torrijos, no Panamá; e de Juan Velasco Alvarado, no Peru), Albright destaca a situação da Venezuela, analisando o contexto sociopolítico que permitiu a ascensão de Hugo Chávez, a partir do início dos anos 2000, após sua fracassada tentativa de golpe, perpetrada no ano de 1992:

> Sob o solo da Venezuela estava uma porção significativa das reservas de petróleo do mundo, e no entanto o abismo entre seus cidadãos mais ricos e a maioria empobrecida vinha aumentando. [...] O ano de 1998 era o momento ideal para um novato concorrer à presidência. Os eleitores exigiam mudanças, e era precisamente o que prometia Chávez, o outsider carismático. Ele, contudo, não se definia como socialista – e só passaria a fazê-lo anos depois. Concorria como um patriota que se importava com os trabalhadores, as donas de casa, os camponeses e os cozinheiros cujas vozes ninguém escutava havia tantos anos. A estratégia foi vencedora: o político estreante recebeu 56% dos votos. [...] A presidência de Hugo Chávez foi tanto uma expressão autêntica da democracia como um perigo para ela. [...] Chávez tentava sustentar suas muitas palavras com uma quantidade igual de ações. Era um homem combativo, não cínico ou desonesto [...] Tão importante quanto tudo isso foi o fato de que **Chávez fez com que venezuelanos humildes se sentissem uma parte fundamental do país.** Falava diretamente para eles, nomeava-os para conselhos de ação comunitária, conferia-lhes poder de decisão em cooperativas agrícolas e fábricas, implorava por seus votos, respondia suas solicitações, perguntava a eles como estavam seus filhos e ouvia suas histórias. [...] Nos tempos de bonança, Chávez distribuía dinheiro aos pobres de seu país, e também para comprar influência e recompensar amigos em Cuba, Argentina, Nicarágua, Equador, Bolívia e até mesmo no South Bronx, onde deu milhões de dólares a programas de ação social e passou uma manhã dançando salsa com as crianças de Nova York, chapéu de palha na cabeça. Essa história teria um final mais feliz se uma boa administração consistisse em nada mais que distribuição de bens. [...] A dependência da receita do petróleo para sustentar toda a economia de um país satisfará a muitos contanto que os preços continuem em alta, mas quando essa receita despenca e não há um colchão financeiro para amortecer a queda, o resultado pode ser o desastre. Como podem atestar os fãs de Evita, há uma grande diferença entre o dinheiro que "entra aos borbotões" e o que "sai aos borbotões". Ninguém pode negar que Chávez trouxe grandes mudanças à Venezuela, mas também não se pode concluir que tenha feito tudo o que prometeu. A experiência venezuelana mostra que, quando as condições econômicas e sociais se deterioram e políticos democráticos fracassam em suas obrigações como líderes, pode ser difícil resistir ao apelo de um encantador habilidoso. Hugo Chávez foi mais que um showman: representava um eleitorado que sentia-se excluído de sua própria democracia. Membros desse eleitorado o conduziram à presidência, sustentaram-no paramentados com camisetas vermelhas e bonés de beisebol e regozijaram-se na vitória assim forjada. Mas os desafios de

> administrar um país no século XXI são singulares, mais do que Chávez previra originalmente. Ao enfrentar obstáculos, achou que a solução seria se afastar mais dos costumes democráticos e usar o poder que acumulara para abrir um fosso ainda maior entre seus apoiadores e as forças organizadas contra ele. Não foi uma abordagem das mais inteligentes, mas lhe pareceu a mais fácil e adequada à ideia que criara de seu lugar na história. Chávez sonhava com um lugar ao lado de Bolívar no panteão de seu país e de sua região. Esse desejo grandioso o levou às raias do fascismo. (ALBRIGHT, 2018, pp. 139-155) (Grifo nosso)

Discorrendo sobre a Turquia sob Recep Tayyip Erdogan, Albright identifica características e contextos semelhantes aos já analisados em experiências autoritárias ocorridas em outros países. Assim como em Mussolini, Hitler e Hugo Chávez, a ascensão de Erdogan foi precedida de uma tentativa frustrada de golpe, por ele perpetrada, seguida de uma prisão e de uma soltura em um ambiente de profunda crise (terremoto, crise econômica, dívidas do tesouro, inflação galopante, moeda fraca, baixo investimento estrangeiro).

Fundou um partido político, o AKP que, aos poucos, a partir de 2002, vai se tornando hegemônico, seguindo um caminho de ruptura com o princípio do Estado laico consolidado por Mustafa Kemel (o *Atatürk,* ou "pai dos turcos) nas primeiras décadas dos anos 1900, atraindo, para suas fileiras, a população do interior, mais pobre, de maioria islâmica e ressentida de não participar das agremiações políticas laicas. Debelando a crise, como bom administrador e apresentando bons resultados de gestão, Erdogan foi responsável por período de grande progresso econômico e social:

> Prudente, o líder iniciante passava ao largo de questões que pudessem causar faíscas religiosas e concentrava-se em fomentar a prosperidade. [...] Dentro de um ano, a inflação havia caído de 47% para 22%, e logo se estabilizaria na casa de um dígito. Esse foi o estopim de uma explosão de investimentos estrangeiros, que Erdogan avidamente perseguia com base em sua experiência como prefeito. Fez jorrar dinheiro em pontes, estradas e aeroportos, atraindo ainda mais capital. Construiu hospitais e instituiu reformas em programas de saúde e bem-estar social que baixaram à metade a mortalidade infantil e aumentaram a expectativa de vida em mais de cinco anos. Sob seu comando, os turcos conectaram-se mais uns aos outros, pois a companhia aérea nacional passou a voar para uma série de cidades adicionais. O governo instituiu um sistema de financiamento através do qual centenas de milhares de famílias compraram sua primeira casa. Favelas espalhadas pelos subúrbios transformaram-se em quarteirões com belos prédios de apartamentos ladeados por cafés lotados e lojas bem abastecidas. [...] A Turquia avançou em sua meta de admissão na União Europeia, que fora o ponto central da campanha de Erdogan em 2002. [...] Para animar suas perspectivas, a Turquia aboliu a pena de morte e, sob o olhar de Erdogan, aumentou o controle civil sobre as forças armadas e estabeleceu novas proteções ao direito de livre discurso, das minorias e das mulheres. Esses passos bastaram para sublinhar o avanço, e as negociações formais tiveram início. (ALBRIGHT, 2018, pp. 164-165)

Contudo, tal espiral de avanços econômicos e civilizatórios têm a sua trajetória interrompida a partir da acusação, no ano de 2008, julgada improcedente, de que o partido AKP

estaria a violar a separação entre religião e Estado; dos protestos da Primavera Árabe, em 2013, no parque Gezi, nas cercanias da praça Taksim; e após a tentativa de golpe sofrida por Erdogan em 15 de julho de 2016. As reações, desde 2008, foram crescendo, em escalada, em direção ao autoritarismo:

> [...] começou com uma operação de prisão e julgamento de centenas de militares da reserva e da ativa por conspiração golpista, corrupção e outras infrações, reais em alguns casos, claramente inventadas em outros. Aumentou o controle do AKP sobre a imprensa por meio de leis que davam ao governo o poder de confiscar e transferir a propriedade de canais de notícias hostis. Propôs uma legislação que ampliasse os tribunais e, portanto, sua habilidade de nomear juízes com cuja lealdade pudesse contar. Erdogan passou ainda a expor com mais clareza sua visão da identidade turca. Sob seu comando, mais de 9 mil novas mesquitas abriram as portas. [...] Cancelou paradas de orgulho gay e condenou o ativismo LGBTI como "contrário aos valores de nossa nação". [...] Pouco a pouco, o Erdogan que um dia foi unificador torna-se polarizador com seus insultos constantes a secularistas e liberais. (ALBRIGHT, 2018, pp. 166-167)

Após o golpe, Erdogan convoca, em 2017, um plebiscito em que conseguiu abolir o cargo de primeiro-ministro, transferindo para si, presidente eleito em 2014, a sua autoridade, concluído assim sua transição de um líder conservador moderado e com grandes avanços nas questões econômicas e administrativas para um ditador:

> O golpe estava fadado ao fracasso. Informações a seu respeito haviam vazado, forçando os conspiradores a agir antes que todas as peças estivessem posicionadas. Se os artífices tinham uma razão convincente para seus atos, não conseguiram expô-la ao público. Sua incapacidade de liquidar Erdogan deu-lhe a oportunidade de aparecer perante a mídia e arrebanhar apoio de sua enorme rede de seções do partido e mesquitas. Seus partidários não o deixaram na mão. [...] Pela manhã, a insurreição estava liquidada, mas não sem a morte de cerca de trezentas pessoas, a maioria delas civis. [...] A ideia da tentativa de golpe era destruir Erdogan, mas – como sua prisão em 1997 – só o fortaleceu. [...] Com o passar dos meses, mais de 140 mil funcionários públicos foram suspensos ou demitidos, 16 mil militares e policiais exonerados, 6.300 professores expurgados, 2.500 jornalistas despedidos, mil empresas confiscadas, 180 veículos de mídia e quinze universidades fechadas, e um em cada cinco juízes forçados a se aposentar. Certamente alguns dos presos eram culpados e mereciam ser punidos. Contudo, o alcance da resposta governamental foi bem além do puro e simples cumprimento da lei. (ALBRIGHT, 2018, pp. 168-171)

O décimo segundo capítulo da obra de Albright é todo ele dedicado a analisar os aspectos autoritário da Rússia sob Vladmir Putin, ao que pedimos licença para uma transcrição mais longa do que o habitual:

> Durante a Grande Depressão, a produção econômica dos Estados Unidos caiu um terço. A da Rússia nos anos 1990 encolheu mais da metade. A receita fiscal secou e, com ela, o investimento estrangeiro. Compradores famintos esvaziaram as prateleiras dos supermercados e a maior parte da economia teve de funcionar em regime de

> escambo. O russo médio passou a trabalhar menos, ficar doente com mais frequência e morrer mais rapidamente. Ao fim da década, sete em cada dez cidadãos viviam na linha da pobreza ou abaixo dela. Enquanto isso, privilegiados bem-relacionados abocanhavam estatais por uma pequena fração do seu valor, transformavam os ativos em dinheiro vivo e depositavam o lucro em contas no exterior. Bem-intencionados no Ocidente pediam perseverança e atribuíam a crise à falta de tradição democrática. Mas em 1º de janeiro de 2000 chegou ao Kremlin um novo líder, que punha no Ocidente a culpa por todos os problemas e buscava revitalizar uma tradição diferente – e russa. Como tantos outros homens de que este livro trata, Vladimir Putin herdou o poder na esteira do suposto fracasso de seus predecessores. Como eles, não se esperava que durasse muito. Poucos na comunidade internacional sabiam de quem se tratava, e mesmo na Rússia não era muito conhecido. Quem era, e por que Yeltsin havia recorrido a ele? Em viagem a Moscou naquele mesmo janeiro, estava decidida a encontrar respostas. [...] Como Chávez na Venezuela, Putin teve um início impulsionado pelo alto preço do petróleo e, de forma semelhante a Erdogan, beneficiou-se de reformas impopulares – mas necessárias –, conduzidas pelo predecessor. Em seus primeiros anos de presidência, o crescimento econômico anual chegou a 7% – um patamar de Tigres Asiáticos. Isso permitiu ao governo restabelecer salários e pensões de funcionários públicos. O rublo se valorizou, facilitando a chegada às prateleiras dos mercados de safras e bens de produção local. As reservas internacionais dobraram e redobraram, e a classe média só crescia. Depois da via-crúcis dos anos 1990, os russos estavam felizes de ter carteiras recheadas o bastante para comprar carros, assumir hipotecas, frequentar restaurantes e até mesmo tirar férias na Europa ou na Crimeia. Nossa embaixada em Moscou a tudo observava e reportou: "O compasso nacional tem um novo gingado". [...] Putin é mestre em dizer ao povo o que ele deseja ouvir, em parte por ter genuíno orgulho de ser russo. [...] Reinstaurou a religião no centro da vida nacional, [...] evoca ainda a história militar. [...] é exibido. Difícil imaginar qualquer outro líder russo (Yeltsin? Brejnev? Lênin?) precipitando-se em frente às câmeras para demonstrar golpes de judô, posando sem camisa ao lado de um peixe que se contorce no anzol, atirando de arco e flecha, posando ao lado de um urso-polar, esfregando o nariz no focinho de um golfinho ou dando um tiro de tranquilizante num tigre desgarrado. [...] Putin só não é um fascista completo porque nunca sentiu a necessidade de sê-lo. Como primeiro-ministro e presidente, sempre preferiu folhear o caderno de estratégias totalitárias de Stálin e sublinhar trechos importantes para usar como referência quando conveniente. Ao longo de seus mandatos, tirou poder das mãos dos governadores de províncias, do Legislativo, dos tribunais, do setor privado e da imprensa, concentrando-o em si. Uma quantidade suspeita de gente que o confrontou acabou presa sob acusações duvidosas ou assassinada em circunstâncias nunca explicadas. No "estado vertical" de Putin, a autoridade – incluindo a direção das companhias estatais de petróleo e gás – é concentrada nas mãos de ex-membros da KGB e outros antigos agentes de segurança e inteligência. Uma rede de corporações e bancos estatais, muitos com conexões obscuras no exterior, escoa financiamento para projetos de estimação e amigos privilegiados. Em vez de seguir o mesmo caminho da diversificação da China, o Estado, desde 2005, mais que dobrou sua participação na economia nacional. [...] No fim de 2016, o serviço de inteligência americano noticiou que Moscou havia usado ferramentas on-line para influenciar o processo eleitoral americano e ajudar o candidato preferido de Putin, Donald Trump, a ganhar acesso ao Salão Oval. [...] O uso pioneiro de redes sociais como arma por parte da Rússia não é o reflexo de qualquer aptidão cultural fora do comum para hackear, mas sim da experiência de Putin na KGB, onde espalhar a desinformação era tanto um modo de vida como uma arte. [...] Na política internacional, esse tipo de guerra cibernética é a nova ferramenta do poder, e países mundo afora fazem duas perguntas: como podemos nos defender? E como podemos desenvolver a mesma capacidade deles? (ALBRIGHT, 2018, pp. 179-187)

Para a autora, um dos elementos de ressurgimento do autoritarismo europeu e do "nacionalismo antidemocrático e xenófobo com uma cruel agenda antirrefugiados" (2018, p.

196), como na Turquia de Recep Erdogan; na Hungria de Viktor Orban; na Polônia de Jaroslaw Kaczynski; ou na República Tcheca de Miols Zeman decorre do arrefecimento da empolgação de boa parte da população do continente para com os preceitos de integração regional, defendidos por Jean Monnet como fundamento para a constituição da União Europeia.

Tal arrefecimento, por sua vez, reside no fato de que as promessas de "uma Europa unida", de "solidariedade intraeuropeia", de uma União Europeia como "geradora de prosperidade, meios de unir mercados, reduzir custos empresariais e impedir batalhas destrutivas entre vizinhos por vantagens competitivas" (2018, p. 204) fracassou, sendo substituída por uma percepção dos cidadão de que as decisões de Bruxelas são "de cima para baixo"; que são excessivamente burocráticas; que interferem demais em muitos aspectos de suas vidas privadas; além do "pavor de que a imigração, legal ou ilegal, tome países de assalto, afunde-os economicamente e dilua ainda mais o sentido de identidade das pessoas" (ALBRIGHT, 2018, p. 206).

É a intensa migração de não-europeus, sobretudo oriundos de países de tradição islâmica, para os países da UE, em busca das promessas de prosperidade, pleno emprego e respeito aos direitos humanos um dos fatores mais graves a minar a crença do cidadão europeu na UE:

> Nos anos 1960, quando o conceito de unidade regional começava a ganhar corpo, o desemprego na Europa Ocidental era bem menor e era rotina requisitar imigrantes para trabalhos nos campos, em linhas de montagem de fábricas e em lojas. A partir dos anos 1970, quando a escassez de mão de obra transformou-se em excesso, o vagão de boas-vindas quebrou. O fato de muitos dos imigrantes mais recentes serem visivelmente "não europeus" em raça e credo não ajudou. Desde 1975, a população muçulmana na Europa mais que triplicou; só na França há quase 6 milhões – 9% da população – e, por anos, os críticos à direita bateram na tecla de que os muçulmanos não são capazes de "tornarem-se franceses". Enquanto isso, a taxa de natalidade da população natural da Europa continua estagnada e os férteis recém-chegados se multiplicam. Com o tempo, a má vontade com eles aumentou, assim como as queixas sobre criminalidade, conflito de valores, custos de previdência social e competição por empregos. Hoje, quase dois terços dos cidadãos de países da União Europeia creem que o impacto da imigração sobre suas sociedades é nocivo. O cosmopolitismo, outrora considerado virtude, está menos em voga hoje em dia que o bairrismo. Em 2015, a imigração tornou-se a questão política primordial da Europa devido ao vertiginoso aumento do número de refugiados da Síria e do norte da África. (ALBRIGHT, 2018, pp. 206-207)

A autora também dedica um capítulo à Coréia do Norte, sob a dinastia familiar cujo poder passou pelas mãos do "Grande Líder" Kim Il-sung, da década de 1950 até o ano de 1994; depois, para seu filho, o "Querido Líder" Kim Jong-il; e, finalmente, para o seu neto Kim Jong-un, que vem conduzindo um regime ditatorial belicista, de partido único, com economia

centralizada, fechado à influências externas para quem "o mundo lá fora era um lugar de depravação, e eles [coreanos] tinham a sorte de ter um protetor para estabelecer padrões morais elevados e mantê-los a salvo" (ALBRIGHT, 2018, p. 219).[104]

Já ao analisar os EUA sob Donald Trump, Albright não deixa de reconhecer a relação entre o racismo norte-americano e o nazismo alemão, o primeiro inspirador deste último, sobretudo no que tange às "cotas anti-imigração asiática dos EUA e as leis segregacionistas conhecidas como 'Jim Crow Laws'", assim como o apreço de Trump, manifestado por meio de elogios e apoios públicos a medidas por eles tomadas, desde antes da campanha à presidência em 2016, por líderes autocráticos da atualidade tais como Rodrigo Duterte (Filipinas), Abdel Fattah Al-Sisi (Egito), Recep Erdogan (Turquia), Kim Jong-un (Coréia do Norte) e Vladimir Putin (Rússia), ao mesmo tempo em que menoscabava das instituições democráticas de seu próprio país:

> Trump tem uma visão sombria dos Estados Unidos. Entre seus mantras favoritos estão os de que os tribunais americanos são parciais, o FBI é corrupto, a imprensa quase sempre mente e as eleições são manipuladas. O impacto doméstico dessas denúncias é a desmoralização e a divisão. Americanos nunca tinham ouvido um presidente menosprezar tanto as instituições do país. (ALBRIGHT, 2018, pp. 242-243)

Além de sua agenda extremista, defendida em campanha[105], sua fixação com as ideias recicladas de outrora, matizada em seus slogans "América em Primeiro Lugar" (*America First*) e "Faça a América Grande de Novo" (*Make America Great Again – MAGA*) trouxeram embaraços para a política externa norte-americana: "o arrogante desprezo do comandante em chefe pela forma como as suas palavras serão compreendidas deixou em certas ocasiões o mundo estupefato, incluindo aliados de longa data na Europa e na Asia" (ALBRIGHT, 2018, pp. 253-254).

Lembrando da peça intitulada *A resistível ascensão de Arturo Ui*, uma parábola de Bertolt Brecht sobre a ascensão de Hitler, Albright chama a atenção para a diferença entre fascismo e populismo:

---

[104] "Para assegurar a disciplina, meninas e meninos eram separados de suas famílias ainda muito novos para que suas cabeças pudessem ser moldadas pelos dogmas do partido, e seus corpos e mentes treinados para obedecer. Cada cidadão era instruído a ser cordial com seus vizinhos, mas também a delatá-los caso exibisse quaisquer sinais de dissenso ou pensamento independente. As crianças também eram encorajadas a delatar, ainda que isso significasse algo equivalente à sentença de morte para seus próprios pais". (ALBRIGHT, 2018, pp. 218-219)

[105] "[...] em diversas ocasiões tentou cumprir promessas de campanha que nunca deveria ter feito. É uma lista longa, que inclui renunciar ao Acordo de Paris sobre o clima; colocar em risco os benefícios do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio; falar mal do pacto nuclear com o Irã; desperdiçar recursos no projeto muro na fronteira com o México; tentar proibir a imigração de muçulmanos; e propor corte no orçamento de diplomacia, desenvolvimento e saúde ambiental". (ALBRIGHT, 2018, pp. 252-253)

> Brecht ressalta ainda outro ponto: para que o fascismo estenda seu alcance das ruas aos altos escalões do poder, precisa garantir o apoio de múltiplos setores da sociedade. Essa colocação tem valor hoje em dia devido à tendência crescente da mídia de retratar o fascismo como uma extensão lógica do populismo e atribuir ambos ao descontentamento da classe média baixa, como se atitudes antidemocráticas fossem propriedade exclusiva de uma camada econômica. Não são, e não há nada de inerentemente enviesado e intolerante em ser populista, termo que o dicionário Merriam-Webster define como "Quem acredita nos direitos, sabedoria e virtudes das pessoas comuns" [...] Se os populistas, como sugerem alguns, forem os vilões de um debate épico sobre o futuro da democracia, quem seriam os heróis? Os elitistas? Não creio. Elitistas, na verdade, são uma ameaça mais letal à liberdade que os populistas, mas nenhum desses dois termos tem precisão, e os dois já foram mal-usados a ponto de praticamente perderem o sentido. (ALBRIGHT, 2018, pp. 258-262)

Albright chama a atenção ainda para três fatores que podem levar países de tradição democrática a pendores fascistas: (i) a confiança excessiva na resiliência de suas instituições democráticas; (ii) a excessiva belicosidade, com base em outorgas genéricas ao Comandante-em-Chefe para declarar guerra independente da anuência prévia do parlamento; (iii) as insatisfações sociais e econômicas, dentre as quais "a crença de que aquela gente está sendo mais bem tratada do que merece enquanto eu não recebo o que me é devido":

> Obviamente, queixas pessoais – justas ou não – são parte da condição humana desde quando Caim decidiu fazer algo a respeito da inveja que sentia do irmão. Hoje em dia, a preocupação extra é a falta de mecanismos eficientes para amenizar a raiva. Como descrito acima, todos tendemos a viver em bolhas de mídia e informação que nos reforçam as insatisfações em vez de forçar-nos a encarar todos os ângulos de questões difíceis. Em vez de exercer pensamento crítico, procuramos gente que compartilhe de nossas opiniões e nos instigue a ridicularizar as ideias daqueles cujas convicções e perspectivas se chocam com as nossas. Em diversos níveis, o desprezo virou característica-chave da política americana, e nos fez resistentes para ouvir o que os outros dizem – resistentes, em certos casos, até a deixá-los falar. Assim interrompe-se por completo o processo de aprendizado e cria-se uma plateia pronta para demagogos capazes de reunir diversos grupos de insatisfeitos e instigá-los moralmente contra todo o restante das pessoas. [...] Fomos testemunhas da primeira guerra televisionada, do primeiro pouso na Lua, da primeira renúncia de um presidente. Discordávamos frequentemente, mas pelo menos partíamos da mesma base geral de informação. Já não é mais esse o caso. Os cidadãos de hoje obtêm suas notícias de um caleidoscópio de fontes, algumas confiáveis, muitas não – e temos a certeza de que é o outro, e não nós, quem se deixa enganar por propaganda partidária e *fake news*. (ALBRIGHT, 2018, pp. 269-271)

Não somente crises, mas também a baixa expectativa sobre ganhos pessoais e qualidade de vida, em relação a gerações anteriores, também são fatores de insatisfação. Tais insatisfações e crises não podem ser reduzir apenas às dimensões individuais ou coletivas, podendo estender-se a toda a nação e em sua relação com os demais países na arena internacional:

> Bolsas de valores podem ter lá suas altas vertiginosas, mas o padrão de vida da maioria da população não melhora há muito tempo, e uma grande quantidade de jovens está convencida de que nunca ganhará tanto dinheiro quanto seus pais. [...] Se as pessoas estiverem dispostas a aceitar ganhos modestos e estáveis, e se a política fiscal e de orçamento for reformada para garantir que benefícios sejam mais bem distribuídos, as possibilidades se tornarão mais atrativas. Contudo, a espera por isso pode ser longa. (ALBRIGHT, 2018, pp. 272-273)

Ao finalizar sua obra, procedendo com um balanço geral dos elementos e características comuns das experiências do fascismo histórico com os governos com pendores e propensões fascistas atuais[106], Albright assinala que:

> Quando se trata das vidas de países, as origens da raiva não têm de ser profundamente pessoais para despertar o desejo por soluções imediatas. Mussolini e Hitler beberam da angústia de seus cidadãos após a carnificina da Primeira Guerra Mundial. Kim Il-sung fez o papel de guardião e guia num país marcado por quatro décadas de conflitos. Milosevic e Putin exploraram os poços profundos da indignação nacionalista no rescaldo da Guerra Fria. A ascensão ao poder de Chávez e Erdogan se deu em meio a crises políticas e econômicas que levavam gente da classe média a despencar financeiramente rumo à pobreza. Orbán e seus parceiros de aventura da direita europeia prometem proteger seus eleitores das demandas psicológicas geradas pela diversidade religiosa, cultural e racial. Indo bem mais para trás, os antigos israelitas, cercados por inimigos, imploraram a Samuel por um rei, de forma que "sejamos como todas as outras nações, com um rei para nos liderar, conduzir, lutar as nossas batalhas". O profeta aconselha os israelitas a pensar melhor, alertando que o monarca que eles reivindicam levará seus filhos para o combate, suas filhas para cozinhar, e seus vinhedos, campos, gado, ovelhas e servos para satisfazer as necessidades dele. Ainda assim, o povo persiste e seu desejo é atendido. Um século depois, o reino se parte em dois e caminha a passos largos para a destruição. (ALBRIGHT, 2018, pp. 276-277)

Por fim, analisando a propensão dos EUA, sob Donald Trump, ao autoritarismo, Albright afirma que:

> Preocupo-me hoje se o país não estaria, por sua própria escolha, tornando-se menos admirado e menos relevante na política internacional. Em parte por esse motivo, enxergo o fascismo e as políticas fascistas como ameaças mais violentas à liberdade, à prosperidade e à paz internacionais do que em qualquer outro momento desde a Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez, sou levada à minha definição de um fascista

[106] Para a autora, a lista é grande, para além dos casos analisados em cada capítulo de sua obra. Mas, o rol não é taxativo: "[...] pode-se adicionar muitos outros nomes a essa lista, de Daniel Ortega, da Nicarágua, a Paul Kagame, de Ruanda, passando por Ilham Aliyev, do Azerbaijão, e pelo mais longo nome de todos, Gurbanguly Berdimuhamedov, autodeclarado "protetor" do Turcomenistão. (ALBRIGHT, 2021, p. 278) Tomamos a liberdade para esboçar uma relação um pouco mais completa que inclui, à direita e à esquerda, além de Hitler e Mussolini, os seguintes líderes e seus países: Joseph Broz Tito (antiga Iugoslávia) e Slobodan Milosevic (Sérvia), Donald Trump (EUA), Vladimir Putin (Rússia), Ilham Aliyev (Azerbaijão), Gurbanguly Berdimuhamedow (Turcomenistão), Rodrigo Duterte (Filipinas), Kim Jong-un (Coreia do Norte), Hun Sen (Camboja), Viktor Orban (Hungria), Recep Erdogan (Turquia), Jaroslaw Kaczynski (Polônia), Milos Zeman (República Tcheca), Narendra Modi (Índia), Matteo Salvini e Giorgia Meloni (Itália), Robert Mugabe (Zimbábue); Yoweri Museveni (Uganda), Paul Kagame (Ruanda), Daniel Ortega (Nicarágua), Nicolás Maduro (Venezuela), Xavier Milei (Argentina) e Jair Bolsonaro (Brasil).

> como alguém que alega falar em nome de toda uma nação ou um grupo, não tem preocupação alguma com os direitos de terceiros e está disposto a lançar mão de violência e quaisquer outros meios necessários para atingir as metas que porventura tenha. Ao longo de minha vida adulta, sempre achei que poderíamos contar com os Estados Unidos para erguer obstáculos no caminho de qualquer líder, partido ou movimento com essas características. Nunca pensei que, aos 80 anos, começaria a ter dúvidas. A sombra que paira sobre estas páginas é, claro, a de Donald Trump. Ele é presidente por ter convencido um número suficiente de votantes nos estados certos de ser um contador de verdades duras, um mestre negociador e defensor efetivo dos interesses americanos. O fato de não ser nada disso já deveria nos colocar em alerta, mas há uma causa maior para ansiedade. Trump é o primeiro presidente antidemocrático na história moderna dos EUA. Demasiadas vezes, ao iniciar o dia, ostenta seu desdém pelas instituições democráticas, pelos ideais de igualdade e justiça social, pelo discurso civil, pelas virtudes cívicas e pelos Estados Unidos propriamente ditos. (ALBRIGHT, 2018, pp. 280-281)

2.6 O Autoritarismo Brasileiro Segundo Lilia Moritz Schwarcz

A autora brasileira Lilia Moritz Schwarcz (2019) introduz sua obra intitulada *Sobre o autoritarismo brasileiro* lembrando dos precedentes de um conceito que faz parte do *ethos* da sociologia e da historiografia nacional: o de "democracia racial". Expressão, segundo ela, cunhada por Artur Ramos (1903-1949), popularizada por Gilberto Freyre e desconstruída por Florestan Fernandes (foi quem a ela acrescentou o atributo de "mito"), ela encontraria o seu precedente na metáfora dos "três longos rios", elaborada pelo naturalista bávaro Karl von Martius (1794-1868)[107], constante de um ensaio por ele elaborado para o primeiro concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, instituição que foi incumbida da missão de "inventar uma nova história *do* e *para* o Brasil" pós-independência. Tal metáfora era uma referência às "três grandes raças" formadoras do Brasil colônia e que ajudou a alimentar o ideário de que, a despeito de "séculos de vigência de um sistema violento como o escravocrata", nosso país reunia as condições de "aperfeiçoamento das três raças".[108]

---

[107] Karl Friedrich Phillipp von Martius foi um naturalista e botânico bávaro que chegou ao Brasil acompanhando o pintor austríaco Thomas Ender, ambos membros da comitiva da vinda da princesa Leopoldina ao Brasil. (GOMES, 2014, pp. 118-119).

[108] "Três longos rios resumiriam a nação: um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas; e ainda outro, mais diminuto, alimentado pelos negros. Na ânsia de escrever seu projeto, o naturalista parece não ter tido tempo (ou interesse), porém, de se informar, de maneira equânime, sobre a história dos três povos que originavam a jovem nação autônoma. O item que tratava do 'rio branco' era o mais completo, alvissareiro e volumoso. Os demais pareciam quase figurativos, demonstrando visível falta de conhecimento. "Falta" esta que na verdade era "excesso", pois dava conta do que interessava para valer: contar uma história pátria – a europeia – e mostrar como ela se imporia, 'naturalmente' e sem conflitos, às demais. Ali estavam, pois, os três povos formadores do Brasil; todos juntos, mas (também) diferentes e separados. Mistura não era (e nunca foi) sinônimo de igualdade. Aliás, por meio dela confirmava-se uma hierarquia 'inquestionável' e que, nesse exemplo, e conforme revelava o artigo, apoiava-se num passado imemorial e perdido no tempo. Essa era, ainda, uma ótima maneira de 'inventar' uma história não só particular (uma monarquia tropical e mestiçada) como também muito otimista: a água que corria representava o futuro desse país constituído por um grande rio caudaloso no qual desaguavam os demais pequenos afluentes. É possível dizer que começava a ganhar força então

Tratava-se de um mito que se pretendia atemporal e, portanto, imortal e confiável, características que todo bom mito nacional deve possuir. Estas seriam, a propósito, as características impressas por Von Martius ao trabalho do IHGB durante o séc. XIX: o de produzir e divulgar uma "história grandiloquente e patriótica", compatível com alguma propaganda imperial, calcada na "lógica do senso comum", do "passado glorioso" ("engrandecimento positivo do passado") e na "retórica nacional" de uma "idílica sociedade patriarcal" que, junto à "burla da mestiçagem racial" se pretendia de "hierarquia tão enraizada quanto virtuosa" (2019, p. 15).

A autora se utiliza de tal exemplo para ilustrar, logo e ainda na introdução ao seu trabalho, "as disputas pela melhor versão do passado" que acontecem no âmbito da produção da história oficial, sobretudo em momentos de "mudança de governo" ou "crise econômica", em que a "desigualdade aumenta e a polarização política divide a população – premida por sentimento de medo, insegurança e ressentimentos [...] e propensas a acreditar que seus direitos foram vilipendiados, seus empregos, roubados e, por fim sua própria história lhes foi subtraída" (SCHWARCZ, 2019, p. 16).

Para ela, o problema e a gravidade desse tipo de método de abordagem é o seu desapego com a verdade factual e que, geralmente, partem de falsas premissas[109] do que, para ilustrar, a autora faz quatro perguntas provocativas:

> Como é possível definir o Brasil como um território pacífico se tivemos por séculos em nosso solo escravizados e escravizadas, admitindo-se, durante mais de trezentos anos, um sistema que supõe a posse de uma pessoa por outra? [...] como é possível representar o país a partir da ideia de uma suposta coesão, partilhada por todos os cidadãos, quando ainda somos campeões no quesito desigualdade social, racial e de gênero, o que é comprovado por pesquisas que mostram a existência de práticas cotidianas de discriminação contra mulheres, indígenas, negros e negras, bem como contra pessoas LGBTTQ: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queers? [...] por que, vira e mexe, sobretudo nos momentos de crise política, caímos no sonho da "concórdia" do Regime Militar, como se esse período tivesse sido encantado e carregasse consigo a solução mágica para nossos problemas mais estruturais. E por que será que destacamos sempre a falta de hierarquia de nossas relações sociais quando nosso passado e nosso presente a desmentem? (SCHWARCZ, 2019, pp. 17-18)

---

a ladainha das três raças formadoras da nação, que continuaria encontrando ampla ressonância no Brasil, pelo tempo afora". (SCHWARCZ, 2019, p. 10)

[109] "E, por aqui, a história do dia a dia costuma sustentar-se a partir de quatro pressupostos tão básicos como falaciosos. O primeiro deles leva a supor que este seja, unicamente, um país harmônico e sem conflitos. O segundo, que o brasileiro seria avesso a qualquer forma de hierarquia, respondendo às adversidades sempre com uma grande informalidade e igualdade. O terceiro, que somos uma democracia plena, na qual inexistiriam ódios raciais, de religião e de gênero. O quarto, que nossa natureza seria tão especial, que nos asseguraria viver num paraíso. Por sinal, até segunda ordem, Deus (também) é brasileiro". (SCHWARCZ, 2019, p. 17)

A autora conclui a introdução à sua obra afirmando que o mundo atual (Hungria, Polônia, Estados Unidos, Rússia, Itália, Israel, dentre outros países) tem vivenciado experiências autoritárias, incluindo o Brasil, com algumas características comuns às experiências autoritárias pretéritas e presentes (muitas das quais constatadas pelos autores analisados nos tópicos anteriores deste capítulo), para nos dizer que o objetivo de seu livro é "reconhecer algumas das raízes do autoritarismo no Brasil" (2019, p. 21).

Schwarcz (2019, pp. 24-26) inicia sua análise das características do autoritarismo brasileiro abordando as variáveis da *escravidão* e do *racismo.* E o faz renegando certa tradição teórico-acadêmica nacional sobre a assertiva de que, aqui, teríamos experimentado a existência de uma "escravidão mais branda" do que em outros países que também vivenciaram o modo de produção escravista. A autora relembra que a escravidão brasileira incluía, além da posse e propriedade sobre os corpos escravos, toda a sorte de sevícias que compreendiam, além de uma verdadeira "arqueologia de castigos", a "perversa representação da 'mulata' como uma mulher mais 'propensa' à sexualidade e à lascívia" até a "submissão forçada das mulheres à alcova dos senhores escravistas", o que contribuiu sobremaneira para a criação da "cultura do estupro" e para denotar uma "sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural" presente ainda nos dias de hoje, com "novas formas de racismo e de estratificação" e com baixíssimas perspectivas de mudança.[110]

Schwarcz (2019, p. 27-29 e 150) rememora que a abolição da escravatura no Brasil ocorreu, a propósito, na mesma época e contexto em que começavam a ganhar corpo, na Europa, alguns dos elementos trazidos ao presente trabalho por Arendt (2013), tais como o imperialismo colonial, o imperialismo continental, os movimentos nacionalistas de unificação étnica e as teorias da raça[111], que tinham como pano de fundo comum o darwinismo social (um determinismo racial de cunho eugenista) e que "procuravam justificar 'cientificamente' a desigualdade", tema a que já nos reportamos ao analisar as contribuições tanto de Arendt (2013) quanto de Paxton (2023) e ao qual voltaremos no tópico 4.1 desta tese. Assim, ao mesmo tempo

[110] "[...] sendo assim, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita. [...] Nas sociedades ocidentais, sem estudo formal não há possibilidade de mudança social, com as classes se comportando como estamentos congelados e destituídos da capacidade de romper ciclos de pobreza herdados do passado". (SCHWARCZ, 2019, pp. 24-26)

[111] "Foi exatamente nesse contexto que teorias deterministas, também denominadas 'darwinistas raciais', pretenderam classificar a humanidade em raças, atribuindo-lhes distintas capacidades físicas, intelectuais e morais. [...] E, se hoje em dia as teorias raciais saíram de voga, se o conceito biológico de raça é entendido como falacioso e totalmente equivocado em suas decorrências morais, ainda utilizamos a noção de 'raça social'; aquela que é criada pela cultura e pela sociedade no nosso cotidiano". (SCHWARCZ, 2019, pp. 27-29)

em que a trinca das lei abolicionistas (Ventre Livre, Sexagenário e Áurea) representou a "libertação" progressiva dos cativos, também os fez ainda mais miseráveis, pois "não previu nenhuma forma de integração das populações recém-libertas", fazendo com que, no Brasil, "paradoxalmente, o racismo [seja] filho da liberdade" (SCHWARCZ, 2019, p. 150):

> A escravidão nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em termos modernos. Uma sociedade acostumada com hierarquias de mando, que usa de uma determinada história mítica do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres mas dos direitos também. (SCHWARCZ, 2019, pp. 33-34)

De outra banda, a autora elenca os avanços recentes no âmbito da legislação e da implementação de política públicas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, frutos do fortalecimento do ativismo negro no final do séc. XX e início do séc. XXI, tais como o disposto nos arts. 5º, inciso XLII, 215, 216 e 68 do ADCT, todos da CF/1988; "o reconhecimento oficial de Zumbi dos Palmares como herói nacional (1997); a criação da Fundação Cultural Palmares (1988) e da SEPIR (2003); a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (2010); a implementação das primeiras ações afirmativas (2002-2003); a inclusão de "História e Cultura AfroBrasileira e Africana" como conteúdo curricular obrigatório, na LDB (2003); e o julgamento quanto à constitucionalidade das cotas raciais na UnB (2012). Mesmo assim, diante dos fatos e estatísticas perversas por ela revisitados, conclui que o Brasil ainda está longe de superar as chagas deixadas pelo binômio escravidão/racismo:

> Desde o período da redemocratização introduzimos uma agenda que reconhece e valoriza a diversidade étnico-racial existente no Brasil, e aprovamos um conjunto de medidas que visa diminuir a desigualdade racial no país. Todavia, na contramão desse movimento ascendente na busca de direitos, vivemos, hoje, momentos em que a crise política, social, cultural e econômica, anunciada pelas agitações que tomaram as ruas no ano de 2013, parece ser capaz de reverter conquistas consolidadas, a partir de agendas reacionárias e não compromissadas com a equidade. Ao contrário, mais engajadas com o retorno de modelos autoritários do exercício da política. [...] Aliás, enquanto persistir o racismo, não poderemos falar em democracia consolidada. [...] O período do pós-abolição no Brasil não construiu uma nação mais igualitária no que se refere aos diferentes povos que a formaram. A despeito de certos avanços sociais, instituições e postos de liderança continuam a ser dominados por brancos, na mesma medida em que os negros acabam sistematicamente discriminados. Simetricamente, nossas prisões e manicômios são ainda tomados por uma majoritária cor negra em seus mais diferentes tons. (SCHARCZ, 2019, pp. 37-38)

Em seguida, Schwarcz passa a analisar o *mandonismo*[112] como segunda característica do autoritarismo brasileiro. Fosse no período da cana-de-açúcar e seus senhores de engenho (sécs. XVI, XVII e XVIII), ou da cultura do café de antes da abolição, as estruturas de mando no Brasil colônia em suas "*plantations* de monocultura",[113] havidas entre proprietários/latifundiários com "pretensões de nobreza", suas "famílias estendidas" (parentes e agregados da "casa grande") e sua "escravaria" eram muito semelhantes entre si e sempre foram marcadas por relações hierarquizadas e patriarcais, baseadas no poder de mando de uns poucos e em "rituais de submissão" para muitos, em que o "uso de intimidades encobria hierarquias estáveis de poder", por sua vez compostas pela "negociação", o "apadrinhamento" e os "favores" em torno da concessão de "títulos, proteção, postos e matrimônios", assim como pelo "patrimonialismo": a mistura promíscua entre as relações públicas e privadas. (SCHWARCZ, 2019, pp. 40-45).

Tais relações hierarquizadas de "mandonismo patriarcal"[114] estariam representadas e difundidas de distintas formas, incluindo os "manuais" que procuravam compartilhar e ensinar as práticas constitutivas da "tecnologia de exercício da autoridade senhorial", tais como castigos[115], formas de distribuição das provisões, conselhos para se evitar fugas, controle da sevícia e da rebeldia, dentre outros, até os registros fotográficos da época (SCHWARCZ, 2029, pp. 46-52).

Ainda no período imperial, em fins do Segundo Reinado, as eleições eram marcadas pela violência exercida pelas forças da Guarda Nacional, que atuavam no sentido de "manter privilégios e mandonismos regionais" (2019, pp. 82-84), o que se perpetuou durante o período da Primeira República (ou República Velha), em que esse mandonismo patriarcal, símbolo dessa "estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados"

112 "O princípio dessa longa história pode ser localizado já no século XVI, quando a metrópole portuguesa, na impossibilidade de povoar tão vasto território, optou por governar seu domínio americano delegando poderes a uma série de colonos, que se transformaram em senhores de extensos domínios. Esse foi o espírito e a base da colonização do Brasil; poucos homens concentrando grandes latifúndios, em geral monocultores. [...] O modelo colonial brasileiro combinava, portanto, e majoritariamente, mão de obra escrava com a grande propriedade monocultora, o personalismo dos mandos privados e a (quase) ausência da esfera pública e do Estado". (SCHWARCZ, 2019, pp. 40-41)

113 "Tal tipo de postura de mando não se alteraria demais na época de outra aristocracia da terra, agora localizada na Região Sudeste, em pleno Império, e enriquecida com base na cultura do café que predominou no Brasil desde a segunda metade do século XIX". (SCHWARCZ, 2019, pp. 45-46)

114 "De toda forma, mesmo com o fim do Império, e o começo do declínio desse mundo rural escravocrata que acabaria por ruir junto com a monarquia, perpetuou-se a imagem dos senhores provedores, diante dos quais era preciso agir com lealdade e submissão". (SCHWARCZ, 2019, p. 54)

115 "Castigos eram considerados, pois, atos administrativos e de manutenção da ordem, mas igualmente como mais um momento de apresentação pública do poder do senhor, que nessas ocasiões confirmava seu arbítrio e mando". (SCHWARCZ, 2019, p. 48)

assumiu a feição do chamado "coronelismo",[116] com o "voto de cabresto", os "currais eleitorais" e as fraudes nas votações e nas eleições, mantendo o "perfil oligárquico da nação [...] na base de muita troca, empréstimo, favoritismos e negociações" (2019, pp. 55-57). A autora ressalta também a "desigualdade rural" (2019, pp. 57-60) e à relação direta existente entre as oligarquias locais, o clientelismo e a "inequívoca associação entre mandonismo local, a concentração de renda e os poderes políticos" (2019, pp. 60-63), além dos vínculos entre as forças de repressão policiais e certas elites locais para manutenção de hierarquias (2019, pp. 64).

Referindo-se ao advento das redes sociais, a autora salienta que o "novo tipo de líder carismático" que daí resulta, o "político populista digital, que prega o ódio e a intolerância, acusa a imprensa e os intelectuais, e se proclama novo ao se dirigir sem mediação alguma à população" não é menos autoritário do que suas versões anteriores, posto que partem do mesmo princípio do "mito do pai político": uma "linguagem que herdamos dos mandonismos do passado", mera versão digital atualizada do coronelismo, de "afetos digitais igualmente autoritários" (2019, pp. 65-66):

> [...] apesar de a linguagem digital ser uma plataforma teoricamente aberta a todos, ela continua a explorar modelos exclusivos de autoridade e a produzir dinâmicas segregacionistas, amplificando sistemas renovados de reconhecimento das hierarquias simbólicas e das formas de autoridade. (SCHWARCZ, 2019, p. 65)

O *patrimonialismo*,[117] ou seja, o "uso abusivo do estado para fins privados" seria, segundo Schwarcz, junto com a *corrupção*, um dos "dois principais inimigos" da nossa República e a terceira característica do autoritarismo brasileiro. Na mesma sociedade já marcada por relações patriarcais hierarquizadas de mando e submissão, também seriam observadas as características de "compadrio, a moeda de troca dos favores, o recurso a pistolões, o famoso hábito de furar fila, de levar vantagem" (2019, p. 67), ou seja, de clientelismo e de "personalismo político" (2019, p. 69).

---

[116] "O coronelismo passou a significar, então, um complexo sistema de negociação entre esses chefes e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República" (2019, p. 56). Ou ainda, em outra passagem mais adiante, a autora assevera que o coronelismo representou "a consolidação do modelo republicano federalista e a ascendência das oligarquias agrárias": "[...] Ele significou a expressão da coexistência das novas formas modernas de representação política (o sufrágio universal) com uma estrutura fundiária arcaica e baseada na grande propriedade rural". (SCHWARCZ, 2019, p. 113)

[117] "[...] o patrimonialismo, é resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente. Ou, dito de outra maneira, trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, 'patrimônio' de quem detém o poder". Relembrando a concepção de Max Weber sobre o termo, a autora assinala que o "patrimonialismo passou a designar, então, a utilização de interesses pessoais, destituídos de ética ou moral, por meio de mecanismos públicos". (SCHWARCZ, 2019, p. 68)

Relembrando as contribuições sobre esse tema de distintos precursores do pensamento social brasileiro, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Antônio Cândido e Roberto DaMatta, que analisaram o fenômeno sob diferentes prismas, perspectivas e em diferentes períodos de nossa história, sobretudo no período colonial,[118] no Brasil Império do Primeiro e Segundo Reinados e também na Velha República, Schwarcz nos lembra que a família patriarcal era entendida como um "prolongamento do Estado" propensa e apta a "manipular e misturar os domínios do privado e do público" característica essa ainda presente nos dias de hoje em que "o conceito continua operante no Brasil, onde a prática política é ainda muito afeita à mistura entre afetos públicos e privados" (2019, p. 71).

Esse mesmo patrimonialismo que, de um lado, permitia a promiscuidade entre o público e privado, também era causa da ineficiência da administração, posto que o compadrio acabava prevalecendo sobre os critérios da competência quando do preenchimento dos postos de trabalho na máquina administrativa[119], o que teria se ampliado de forma significativa a partir das vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808 (2019, p. 75).

Um aspecto específico deste patrimonialismo era o uso da concessão de título nobiliárquicos[120] como modo de conter a insatisfação dos que não se beneficiavam do Estado, o que contribuiu também para formar uma "'nobreza meritória', bastante diversa da nobreza de nascimento", que "privilegiava as mercês e dádivas pessoais com barganhas e indulgências públicas" (2019, pp. 77-82).

Assim como o mandonismo, o patrimonialismo se manteve presente mesmo após o advento da República[121], situação que só veio a ser amenizada após a Constituição de 1934, com a criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho (2019, p. 87) e, após, com o aprofundamento das conquistas e direitos sociais materializados na CF/1988, sob cuja égide o problema ainda persiste, o que se pode verificar cotejando-se os números apresentados sobre os graus de parentescos de deputados federais e senadores com oligarquias regionais e locais, a

---

[118] "Outro elemento que comprova a ampla dimensão patrimonial vigente no período colonial é o fato de no Brasil imperar um tipo de família patriarcal que levou o Estado a ser encarado como um prolongamento e uma extensão do ambiente doméstico". (SCHWARCZ, 2019, p. 74)

[119] "Já nos escalões mais baixos, o número de funcionários aumentava, inflando e emperrando a máquina administrativa, uma vez que muitos cargos foram sendo criados apenas para atender os recém-chegados, amigos próximos do rei, que, mais do que serem úteis ao Estado, reclamavam sua subsistência". (SCHWARCZ, 2019, p. 75)

[120] "Oficialmente, os titulares formavam o nível mais alto da nobreza imperial. Na prática, todavia, conformavam uma elite selecionada com base no mérito econômico, profissional ou cultural, mas também na projeção social, sem privilégios ou pressupostos de bens materiais ou de vínculos à terra". (SCHWARCZ, 2019, p. 81)

[121] "A concentração da riqueza, a manutenção dos velhos caciques regionais, bem como o surgimento dos 'novos coronéis' e o fortalecimento de políticos corporativos mostram como é ainda corriqueiro no Brasil lutar, primeiro, e antes de mais nada, pelo benefício privado". (SCHWARCZ, 2019, p. 93)

denominada “bancada dos parentes”, um forte indicador de que “o legado do poder privado sobrevive dentro da máquina governamental” (2019, pp. 87-89), também não passando despercebido, pela autora, como uma “franja do sistema que permite a prática do patrimonialismo” o mecanismo e a sistemática de liberação das chamadas “emendas parlamentares”.[122]

Aludindo às distintas nuances, tanto de sua definição quanto de sua prática (suborno, propina, pedágio, contrabandos, evasão de taxas, desvios diversos, ou seja, as distintas formas englobadas pelo típico “jeitinho brasileiro”, que levam alguém a auferir vantagens indevidas ou a enriquecer ilicitamente) a autora reputa à *corrupção*[123] a condição de quarta característica do autoritarismo brasileiro e, ao lado do patrimonialismo (entendido enquanto a “contaminação entre esferas públicas e privadas”), a condição de segundo maior problema de nossa sociedade. (2019, pp. 95-100).

Presente em todo período do Brasil Colônia, do Brasil Império (Primeiro e Segundo Reinados) e das distintas fases republicanas, a corrupção apresentou significados e práticas, causas e consequências diversas conforme os distintos períodos históricos. No período do Brasil colônia, a “distância da administração lusitana”, o “fato de a colônia ter sido invariavelmente entendida como uma terra de oportunidades e da promissão” e o fato de que o “Brasil financiou a existência do sistema escravocrata até apenas 130 anos atrás” eram responsáveis por “diminuir a dose de escrúpulo moral em relação ao outro e pensar muito mais no proveito próprio” e também ao entendimento de que a impunidade era um “privilégio que o rei consentiu às elites e agentes locais”[124] (2019, pp. 100-101).

Ainda durante o Segundo Reinado, após um relativamente longo período de prosperidade (1850-1870) oriundo do monopólio do café, a Guerra do Paraguai sinaliza o início da decadência do império, a partir do fortalecimento do abolicionismo e do Exército como

---

[122] “Outra franja do sistema que possibilita a prática do patrimonialismo faz parte do Orçamento Federal brasileiro, no qual se determina como será gasto o dinheiro público definido de forma conjunta pelo Palácio do Planalto e pelo Congresso Nacional. Se o governo formula a proposta, deputados e senadores a modificam e aprovam. [...] As emendas possibilitariam, portanto, a formação de currais eleitorais, relações clientelistas e patrimoniais entre o deputado e seus eleitores ou quaisquer que sejam os seus favorecidos”. (SCHWARCZ, 2019, pp. 90-91)

[123] “O certo é que a corrupção, seja lá o nome, expressão ou forma que recebesse, ou que a prática amparasse, a despeito de não ser uma exclusividade brasileira, sempre esteve presente na história nacional. [...] A corrupção não é, por certo, um problema exclusivamente nacional. Tampouco existe alguma continuidade evolutiva e predeterminada entre o passado e o presente. [...] É equivocado, porém, atribuir apenas à colonização portuguesa o pacto com a corrupção”. (SCHWARCZ, 2019, pp. 101-103)

[124] “Assim como elas [as elites locais] prestavam serviços ao soberano ao tomar parte na obra de colonização – ajudavam na abertura de estradas para o escoamento dos produtos de exportação, mantinham os portos abertos, exploravam e cultivavam os produtos agrícolas e minerais, eram responsáveis pelo funcionamento do comércio – ganhavam em troca uma sorte de direito à impunidade”. (SCHWARCZ, 2019, p. 101)

instituição autônoma, destacando-se, como um emblemático episódio de corrupção a colaborar com esse contexto o caso do roubo das joias da coroa, de 1882 (2019, pp. 106-109).

Durante a Primeira República, o já mencionado coronelismo, com suas fraudes, "voto de cabresto" e "currais eleitorais" vai conferindo novos contornos a velhas práticas de corrupção, no que se destaca a chamada "política dos governadores". Já durante o governo Vargas, o atentado da rua Tonelero contra Carlos Lacerda e as acusações de propinas pagas ao jornal *Zero Hora* para defender o governo são apontados pela autora como fatores que contribuíram para exercer a pressão que culminou com o seu suicídio; o governo de Juscelino Kubitschek sempre se viu às voltas com as acusações de superfaturamento junto às construtoras de Brasília; a ascensão de Jânio Quadros se deu, em boa medida, por ele encampar o discurso anticorrupção e por fazer acusações de corrupção ao governo anterior que, segundo o próprio, teria sido a grande responsável por elevar a inflação e o custo de vida dos brasileiros no período; a deposição de Jango restou entremeada pelo caso de "corrupção eleitoral" promovida pelo Ibad[125]; de igual forma, o argumento do combate à corrupção e ao comunismo serviu de mote para o Golpe de 1964 e para a Ditadura Militar que a ele se sucedeu, um forte indicativo de que "o golpismo continuava articulado no país" (2019, pp. 115-119).

No período da Ditadura pós-Golpe Militar, embora sob censura e repressão à liberdade de imprensa, o que "não permite a averiguação dos fatos, nem o controle e a punição da corrupção" ficaram notórios diversos casos emblemáticos, tais como o da Capemi, o da RFFSA e as "suspeita[s] de corrupção na construção da ponte Rio-Niterói e da Rodovia Transamazônica" (2019, p. 119-120). Além disso, segundo a autora, "a corrupção ganhou outras formas durante a ditadura militar": as relações promíscuas de militares do Exército com o contrabando carioca, como no emblemático caso do capitão Ailton Guimarães Jorge; com o tráfico de drogas e grupos de extermínio, tais como o Esquadrão da Morte, do famoso delegado paulista Sérgio Fernandes Paranhos Fleury; além dos inúmeros casos de corrupção envolvendo os chamados "governadores biônicos" (2019, pp. 119-123).

---

[125] "O Ibad deflagrou uma operação ilegal de grande porte, despejando uma avalanche de dinheiro para o financiamento da campanha de 250 candidatos a deputados federais e de seiscentos deputados estaduais, além daquela de oito candidatos a governadores – uma ilegalidade sem tamanho, de acordo com a lei eleitoral em vigor, que proibia o financiamento externo de campanhas. Os recursos provinham de empresas multinacionais ou associadas ao capital estrangeiro e de fontes governamentais dos Estados Unidos responsáveis por investir na conspiração contra Goulart, como, anos depois, o embaixador norte-americano no período confirmou. O objetivo do patrocínio em alta escala era estratégico: construir uma frente parlamentar oposicionista no Congresso, emperrar o governo e abrir caminho para o golpe. Tratava-se de crime chamado naquele contexto de 'corrupção eleitoral'. O Ibad foi fechado por Jango, em 1963, após uma CPI que comprovou as denúncias de ilegalidade". (SCHWARCZ, 2019, pp. 118-219)

Já na Terceira República, com o fortalecimento institucional decorrente da Constituinte de 1988, “os escândalos ganharam as manchetes dos jornais”. São emblemáticos o caso que embasou o impeachment do ex-presidente Fernando Collor (1992); o esquema de desvio de recursos nos Correios (2005), presidido, à época, por Maurício Marinho, bem como o esquema de repasse de recursos do Banco Opportunity, de Daniel Dantas para a empresa DNA Propaganda, de Marcos Valério, que foram apontados como fontes de recursos para o denominado “Mensalão”, um esquema de “pagamentos ilegais a parlamentares” em troca de votos favoráveis as matérias do governo em trâmite nas casa legislativas ou, nas palavras da autora, uma “mesada paga aos deputados que votassem a favor dos projetos do Poder Executivo”, um “esquema de desvio de dinheiro público para compra de apoio político no Congresso” (2019, pp. 123-126).

Os mais emblemáticos de todos os casos seriam, no entanto, aqueles apurados pela Operação Lava Jato. Segundo a autora:

> A investigação detonou um amplo esquema de corrupção na Petrobras, que envolvia um grupo de altos funcionários da estatal, as dezesseis maiores empreiteiras do Brasil organizadas em cartel e nossos principais partidos políticos – PMDB, PP, PSD, PSDB e, sobretudo, o PT. O esquema, que se mantivera operante durante os últimos trinta anos, era complexo e incluía várias ramificações e setores: obras, contratos, suborno para políticos, partidos e funcionários públicos, bem como doleiros, empresários, políticos e funcionários públicos. [...] de tão enraizada, a corrupção criara uma “máquina de governar” [...] Mais uma vez, mas em escala ainda maior, vários altos executivos e grandes empresários foram presos no país. A lista incluía os presidentes da Andrade Gutierrez, da Camargo Corrêa, da OAS, da Queiroz Galvão e da UTC Engenharia, além dos vice-presidentes da Engevix e da Mendes Júnior. [...] Em troca de uma “certa” tolerância e do acesso ao Estado, entregavam altas somas de dinheiro para políticos individualmente e financiavam o sistema partidário. (SCHWARCZ, 2019, pp. 127-129)

Ao mesmo tempo em que salienta a diversidade de formas e exemplos históricos da prática de corrupção, apontando para a necessidade e importância do combate às mesmas, a autora pondera sobre os excessos e a mitificação que podem repousar sobre esse combate:

> Enfim, os exemplos são muitos e variados. Não obstante, no seu conjunto, mostram como a prática é antiga e enraizada entre nós, mesmo que o termo carregue certa ambiguidade e fluidez. De toda maneira, trata-se sempre de casos de “transgressão à lei”, seja por parte da classe política, de seus representantes máximos ou de cidadãos. A propósito, no tempo que for, passado ou presente, a corrupção só pode existir se estiver disseminada na própria sociedade, a qual, de alguma forma, a acoberta ou redime. [...] Por outro lado, jogar todas as baterias contra apenas uma pessoa – e assim personalizar a questão –, ou transformar um único partido em bode expiatório de uma prática muito espraiada, e assim parecer “vacinado contra a doença”, é saída que não dá conta de um problema de ordem mais geral. [...] Julgar idoneamente atos ilegais praticados no coração do Estado brasileiro, prender corruptos e corruptores, políticos e empresários, intermediários e seus mandantes, é prova de amadurecimento da

> democracia. Já jogar para a plateia, fiar-se em discursos que prometem mais do que podem realizar, significa criar terreno fértil para que práticas ilícitas continuem a florescer. (SCHWARCZ, 2019, pp. 124-134)

Citando importantes estudos e levantamentos da Oxfam, do IBGE e do IPEA, a autora chama a atenção para o que considera a quinta característica do autoritarismo brasileiro: a *desigualdade social* que, por sua vez, é resultado das características anteriores: do racismo, da escravidão, do mandonismo, do patrimonialismo, da corrupção e, sobretudo, da concentração de riqueza (renda + patrimônio), assim como a desproporcionalidade dos tributos que incidem sobre estas duas ordens de grandeza, do que a desigualdade é consequência direta.

No dizer da autora, a desigualdade social comporta não apenas a desigualdade econômica, mas também diversas outras nuances, tais como a desigualdade de oportunidades, racial, regional, de gênero, de geração, de local de origem e que se refletem não apenas nas diferentes classes sociais, nos diferentes níveis de acesso à renda ou nos distintos graus de ônus tributário, mas também nos diferentes graus de inclusão/exclusão à serviços essenciais, tais como os níveis de acesso à educação, saúde e saneamento, distintos entre ricos e pobres, homens e mulheres (casadas ou solteiras), jovens, adultos ou idosos, da zona urbana ou rural, entre trabalhadores formais e informais, sempre mais severos para os últimos, apenas para citar algumas variáveis como exemplo.

O próprio sistema de Educação e suas seguidas reformas havidas ao longo das décadas, com suas deficiências de acesso ou mesmo em razão de sua própria organização, quer fosse ora pela proibição de que fosse frequentado por escravos, ora pela sua não obrigatoriedade ou pela baixa oferta de escolas e de vagas; ora pela organização em razão de itinerários formativos específicos a serem percorridos conforme a origem e a classe social dos jovens, tudo isso serviu, em grande medida, para perpetuar um "sistema de discriminação e de bipartição social"[126], refletida nas baixas taxas de cobertura e acesso, na resiliência da alta taxa de analfabetismo, nos elevados índices de evasão escolar e de distorção idade-série (defasagem idade-ano), no baixo índice de escolaridade média e no baixo percentual de gastos em Educação em relação proporcional com o PIB (2019, pp. 145-153).

De modo semelhante, Schwarcz (2019, pp. 168-192) procede ao analisar a *violência:* apresentando dados sobre homicídios, tráfico de drogas, roubos, furtos, acesso à armamentos, mortes e acidentes com armas de fogo, abuso infantil, ou seja, da criminalidade ("letal ou não")

[126] "[...] os componentes dos estratos médios e altos continuaram a optar pelas escolas que os classificavam socialmente, e os componentes dos estratos populares passaram a frequentar instituições que os preparavam mais rapidamente para o trabalho". (SCHWARCZ, 2019, p. 153)

como um todo, constantes em distintos levantamentos tais como o *Atlas da Violência*, do IPEA e do FBSP; os relatórios do Instituto Sou da Paz; do *Mapa da Violência*, da Faculdade Latino-Americana de Ciência Sociais; do Sinesp; do Unodc; do antigo SPI; da FUNAI; e do Cimi, a autora se ampara em farta estatística para demonstrar como a violência se apresenta como a sexta característica do autoritarismo brasileiro e como ela se entrecruza, em seus diferentes recortes e vieses (de classe, de renda, de origem, de gênero, raça e etnia, por exemplo), com as demais características anteriormente analisadas.[127]

Analisando a violência urbana, a autora trata da "epidemia de violência", causadora de "vulnerabilidade", "medo" e classificada pela OMS como "patologia específica", que acaba por transbordar a área da segurança pública e invadir o tema da saúde. Por sua vez, a violência no campo estaria refletida, sobretudo, nas disputas sobre a posse de terras, uma das principais causas de mortes no Brasil, principalmente de indígenas, o que remonta ao genocídio praticado nos tempos coloniais[128], que prosperou durante a Primeira República e segue nos dias de hoje como "uma atitude geral" que "procura tornar a presença [indígena] basicamente invisível no Brasil", destacando-se, como "questão crônica", a demarcação de terras indígenas e também a de remanescentes de quilombos (2019, pp. 180-185).

Ao discorrer sobre *raça e gênero*, a autora procede com uma leitura sobre categorias específicas que funcionam como "marcadores sociais da diferença", denotadores da desigualdade e da violência, características do autoritarismo brasileiro já por ela analisadas. Dentre tais marcadores situam-se "raça, geração, local de origem, gênero e sexo", elementos que, segundo ela, "têm a capacidade de produzir diversas formas de hierarquia e subordinação", sobretudo quando eles se "interseccionam", tais como o "racismo", o "feminicídio", a "homofobia" e a "cultura do estupro" as quais, por sua vez, denotam "práticas sociais de exclusão" bem como de sua "naturalização"[129].

---

[127] "Fatores de ordem histórica podem ajudar a explicar os índices de violência existentes no Brasil. Um disseminado sistema escravocrata como o nosso só foi sustentado a partir da manutenção de uma verdadeira maquinaria repressora, administrada pelos próprios senhores de terra e contando com a conivência do Estado". (SCHWARCZ, 2019, p. 173).

[128] "É falsa, todavia, a imagem criada pelos colonizadores europeus que representa os indígenas como passivos e fracos; entregues aos ditames daqueles. [...] Não existiu, portanto, nada de idílico no (des)encontro entre indígenas e colonos. (..) Constituíram-se, pois, imagens contrapostas, e 'excessivas': ou a passividade extrema ou a agressividade, igualmente extrema. [...] O certo é que o Império, que tanto se orgulhava de estimular o estudo das línguas nativas, não deixou de massacrar essa população, assim como criou uma espécie de hierarquia entre os 'bons' e os 'maus' indígenas. [...] com a República o apagamento seria ainda mais evidente". (SCHWARCZ, 2029, pp. 179-185)

[129] "Segundo o relatório do Ipea, os indicadores que cobrem o período de 1993 a 2007 mostram que, a despeito do aumento geral da expectativa de vida no país, a população branca continua a viver bem mais do que a negra. [...] Em resumo, os números traduzem condições muito desiguais de acesso e manutenção de direitos, e dados de violência elevados mas que mantém um alvo claro: rapazes jovens e moradores das periferias do país. [...] A

Para ilustrar "como a luta contra o racismo continua sendo um tema inadiável da nossa agenda republicana", a autora cita exemplos diversos e fartos dados estatísticos que demonstram como a "intolerância racial é [...] um dos principais fatores a explicar a desigualdade social no Brasil, além de ser causa de muita violência" e sobre "como as mortes de jovens negros são 'epidêmicas' no país, e continuam encobertas pelo véu perverso da invisibilidade social e racial". (2019, pp. 194-200). Já a violência e a desigualdade de gênero (2019, pp. 203-209), que tem como pano de fundo a misoginia, por sua vez desenvolvida em uma sociedade patriarcal que não vê como justa a luta por igualdade de direitos e de papéis sociais entre homens e mulheres, deságua, de sua parte, na cultura do estupro (2019, pp. 209-214) e no feminicídio (2019, pp. 214-219).

Pessoas LGBTQIAPN+ (2019, pp. 220-230) também são foco preferencial da violência decorrente da desigualdade de raça e gênero. No caso, ela se fundamenta em um "sentimento difuso de ojeriza a gays, lésbicas, bissexuais e transexuais" e de uma certa "histeria sexual e normativa"[130] que desemboca em dados chocantes de assassinatos de indivíduos desses grupos, constituindo uma categoria específica e peculiar denominada de "crimes por preconceito de gênero", marcados pela crueldade, tanto dos que a praticam diretamente quanto daqueles que estão legalmente imbuídos de coibi-la.[131] (2019, pp. 222-223).

Uma característica comum a todas essas formas de violência ligadas aos marcadores de raça e gênero é que, a despeito das estatísticas já alarmantes, existe uma gigantesca subnotificação[132]. As vítimas têm receio da "revitimização" que acaba sendo praticada pela imprensa, pelas autoridades policiais e até mesmo pelo seu círculo mais íntimo de convivência,

---

desigualdade se manifesta ao longo de toda a existência dessas pessoas e por meio de diversos indicadores socioeconômicos, numa combinação impiedosa de vulnerabilidade social e racismo que os acompanha pela vida inteira. [...] O resultado, tantos anos depois [da abolição da escravatura], é um país que gosta de se definir a partir da mestiçagem e da inclusão cultural – presente nos ritmos, nos esportes ou na sua culinária misturada – mas desenvolve um racismo dissimulado, cuja prática inclui o ato de delegar à polícia o papel de performar a discriminação". (SCHWARCZ, 2019, pp. 195-197)

[130] "Combater os discursos que transformam realidades de gênero em mera 'ideologia' (tomada como falsa verdade), exigir que se cumpram e mantenham direitos conquistados, é obrigação de todos nós, ainda mais nos momentos em que a regra normativa e moral tem naturalizado e tornado invisíveis práticas e comportamentos violentos contra os grupos LGBTTQ, e que atentam contra a democracia no país e o direito à diferença". (SCHWARCZ, 2019, p. 229)

[131] "Os casos vão desde a hostilização até a violência nas ruas, como empalação, mutilação de membros, tortura, apedrejamento, esfaqueamento ou aplicação de golpes com objetos contundentes. [...] A Comissão [Interamericana de Direitos Humanos - CIDH] destacou ainda os altos índices de crueldade expressos nesses crimes e nos casos de abuso policial, que incluem tortura, tratamento desumano e degradante, bem como ataques verbais e físicos". (SCHWARCZ, 2019, pp. 223-225)

[132] "Não divulgar e não mensurar é um modo de desconhecer ou desdenhar. São poucos os dados públicos, ou fontes confiáveis, tanto em âmbito nacional quanto estadual, sobre a violência homofóbica". (SCHWARCZ, 2019, p. 222)

decorrente da exposição a que as vítimas estão sujeitas ao notificar/denunciar os casos por elas sofridos.

Já ao discorrer sobre a *intolerância*[133], a oitava e última das características do autoritarismo brasileiro, Schwarcz assinala que a "negação" da violência e da própria intolerância, que vão do silenciando à invisibilização, é um elemento que acaba por mascarar toda a sorte de desigualdades por ela analisadas. Tal negação seria tão cara à sociedade brasileira a ponto de considerar as formas de desigualdades e intolerância, aqui, como "melhores", "menos perversas", "idílicas", "amistosas" ou mais "brandas do que em outros países.[134]

A "lógica da polaridade" , do "nós contra eles", a crença em "códigos binários" de conduta e a "comunicação bipartida" também são salientados pela autora, assim com as "distopias funcionais" propagadas nos meios digitais por meio de "linguagem simplificada", com "desapego à realidade"; e da "seleção de bons inimigos", elementos já abordados por outros autores e que não passam despercebidos por Schwarcz ao salientar que "os registros de crimes relacionados à intolerância atingiram um pico durante as eleições de 2018", corroborando a tese de que a "escalada da violência revela igualmente a ampliação da intolerância" (2019, pp. 236-243).

Nos últimos anos, a ampliação dessa intolerância também teria se observado, segundo a autora, no ambiente virtual, o que ela constata ao citar um conjunto de estatísticas do Comitê Gestor da Internet no Brasil e da ONG SaferNet que "avaliza como pessoas que até então se sentiam de alguma maneira tolhidas para demonstrar sua intolerância, agora parecem estar à vontade; autorizadas" (2019, p. 244). Nesse sentido, citando análise do diretor-presidente do FBSP, a autora salienta que o Brasil "atinge atualmente um índice de 8,1 na tendência a endossar posições mais autoritárias".[135]

---

[133] A autora conceitua "intolerância social [...] como uma atitude definida pela falta de habilidade, ou mesmo de vontade de reconhecer e respeitar diferenças de opiniões, crenças, valores ou opções sexuais [...] uma conduta que busca apagar ou que simplesmente não aceita pontos de vista diferentes daqueles do próprio indivíduo". (SCHWARCZ, 2019, p. 239)

[134] "[...] a negação da violência e da intolerância com o 'outro', aquele que é diverso, a partir de um 'verniz' que justifica a dominação, e até a elogia, ao mesmo tempo que a encobre e minimiza. [...] Trata-se de uma tentativa de definir o país a partir de suas ambiguidades, retirando delas ou suavizando toda a carga violenta". (SCHWARCZ, 2019, p. 234)

[135] "De acordo com Renato Sérgio de Lima, diretor presidente do FBSP, estamos diante de uma maioria que advoga o uso da violência como forma de governo e, paradoxalmente, julga que essa seria a melhor maneira de 'pacificar a sociedade, em uma espécie de vendeta moral e política'. Segundo o mesmo estudo, ainda, quanto menor o índice de escolaridade, maior a aposta em soluções autoritárias e pouco afeitas ao diálogo". (SCHWARCZ, 2019, p. 245)

Para Schwarcz (2019, pp. 248-249), a nostalgia em torno de; e o desejo de retorno a um "tempo de antes", um passado mítico[136], "elevado e glorioso, que nunca existiu" é sempre idealizado em "governos de tendências autoritárias". No caso brasileiro, trata-se do passado de uma sociedade patriarcal, baseada no latifúndio e na autoridade do latifundiário como o *pater familiae* de uma família estendida: "um léxico familiar de afetos, que une a figura do pai governante aos irmãos, filhos e amigos, numa comunidade de justos autoeleitos". Esse "tempo de antes", segundo a autora, é mais um "tempo da memória" do que propriamente o "tempo da história": ele é repleto de "seleções e lacunas, realces e invisibilidades, persistências e esquecimentos" e de rejeição das "contradições, violências e sofrimentos". É, portanto, mais mito do que verdade.

Essa nostalgia dos "velhos bons tempos" (que na presente tese analisamos sob a denominação de *nostalgia do exclusivismo*, no tópico 4.2) está na base do "nacionalismo religioso, cultural e étnico" que tem fundamentado as experiências contemporâneas de "populismo autoritário", da atual "emergência [...] de governos conservadores" que se, de um lado, não podem ser confundidas com o nazismo e o fascismo históricos, do início do século XX, por sua vez, esgarçam os limites das regras democráticas ao enxertar nelas elementos típicos de tais experiências autoritárias, sobretudo ao se aproveitar de características tais como o ressentimento, o ceticismo, o conflito, a divisão e as respectivas polarizações, que acabam por fortalecer um "processo de radicalização social" e a formação de um "ambiente generalizado de desconfiança"; e estes fatores, por sua vez, contribuem para a ascensão de "pretensos outsiders, políticos autoritários, oportunistas e populistas, que se dizem acima e além dos demais dirigentes, apesar de compartilharem do mesmo jogo político e viverem dele" (2019, pp. 251-257):

> Esses novos governos têm, igualmente, recorrido a uma profusão de estratégias comuns: a seleção de um passado mítico e glorioso; a criação de um anti-intelectualismo e um antijornalismo de base; um retorno à sociedade patriarcal de maneira a elevar conceitos como hierarquia e ordem; o uso da polícia do Estado ou, se necessário, de milícias para reprimir bandidos mas também desafetos políticos; uma verdadeira histeria sexual que acusa mulheres, gays, travestis e outras minorias de serem responsáveis pela degeneração moral de suas nações; um apelo à própria vitimização (a sua e de seus aliados), conclamando a população a reagir aos supostos algozes de outrora; o incentivo à polarização que divide a população entre "eles" e "nós", estabelecendo que "nós" somos os realizadores e "eles" os usurpadores; o uso extensivo da propaganda política que não preza a realidade pois prefere inventá-la; a

[136] "O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira". (SCHWARCZ, 2019, p. 248)

> naturalização de certos grupos nacionais e a consequente ojeriza aos imigrantes, logo transformados em estrangeiros; a manipulação do Estado, de suas instituições e leis, visando perpetuar o controle da máquina e garantir um retorno nostálgico aos valores da terra, da família e das tradições, como se esses fossem sentimentos puros, imutáveis e resguardados. [...] Os populismos de agora abusam das novas formas de comunicação virtual com a justificativa de que não precisam de intermediários para se dirigirem ao povo; não têm nenhum escrúpulo em manipular e explorar *fake news* como se fossem verdades comprovadas; vendem para si uma imagem de lisura e correção na gestão do governo, tratando de obliterar seus próprios maus exemplos; acusam os demais de corrupção, não estando eles distantes dessa prática; se autodenominam como "novos" quando estão faz tempo na política e vivem dela; abusam de mensagens moralistas apoiando-se fortemente em conceitos como religião, família e nação. (2019, pp. 250-253)

*****

Pois bem. Se a pretensão da presente tese fosse escrever um quadro sinótico dos principais *fundamentos* do autoritarismo, não poderíamos deixar de mencionar o (1) culto à personalidade de um líder carismático e a insistência na infalibilidade deste; a existência de um (2) bode expiatório ou inimigo, interno ou externo, a quem culpar e sobre quem projetar repulsa e discriminação pelos problemas e agruras vivenciadas pela sociedade em questão; a (3) relação simbiótica entre militarismo, fanatismo religioso e a ralé ou as massas, por sua vez fundamentada em um (4) sincretismo mítico e místico; (5) a afinidade pelo espetáculo, com forte conteúdo discursivo e simplificação linguística, visando a sedução do público e, ao mesmo tempo, sua intimidação; a (6) perversão do conceito de soberania popular e do contrato social, onde o *povo*, de quem emana o poder, passa a ser visto apenas como *público* (passivo, que a tudo assiste, sem de nada participar).

De igual forma poderíamos proceder com as *táticas e práticas* adotadas por líderes autoritários e seus seguidores, elencando, dentre outras: (1) a ausência de democracia, dando lugar a simulacros ou fraudes eleitorais, englobando (1.1) a proibição de partidos de oposição; (1.2) a subjugação dos servidores públicos; (1.3) a descredibilização e intimidação das instituições, sobretudo do parlamento e dos tribunais; (1.4) a censura e o controle sobre a imprensa e a mídia; (1.5) a vigilância em massa, com restrições quanto à oposição individual ao Estado e elevado controle sobre as esferas da vida pública e privada dos cidadãos; (2) a repressão a opositores políticos, englobando o linchamento moral e a execração pública de adversários; (3) o apoio à gangues violentas ou a constituição de forças paramilitares[137]; (4) o controle da economia; e (5) o uso do terrorismo de Estado, dentre outras.

[137] Como os "camisas-pretas" italianos; os "camisas-pardas" da *Sturmabteilung - SA*, de Ernst Röhm; ou os "caveiras" da *Schutzstaffel - SS*, de Heinrich Himmler; e de polícias políticas, como a Gestapo (*Geheime Staatspolizei*); ou, como no caso brasileiro, das milícias digitais albergadas sob a alcunha de "Gabinete do Ódio".

De outra banda, se nossa pretensão fosse, a partir de nossa revisão bibliográfica, delinear um roteiro que conduziu nações às suas respectivas experiências autoritárias, fascistas ou totalitárias, poderíamos consignar as seguintes *variáveis determinantes*: os (1) sentimentos negativos coletivos (frustração, ressentimento, medo, raiva, ódio etc.) que se fortalecem em contextos de (2) crises socioeconômicas e se somam a um (3) forte sentimento de orgulho nacional, xenofobia e nacionalismo exacerbado[138] seriam as três principais condições básicas que dariam azo à ou contextualizariam o nascimento de uma experiência autoritária.

Porém, esse não é, necessariamente, o objetivo do presente trabalho. Isso porque qualquer elenco de *elementos constitutivos* (*intrínsecos*, como os seus *fundamentos*; ou *extrínsecos*, como as *táticas e práticas* adotadas por seus líderes e seguidores) ou de *condições* (suas *variáveis determinantes*) não pode ser taxativo. De igual modo, não pode ser peremptória a descrição do *contexto* em que, combinadas e em concatenamento lógico-sequencial ao melhor estilo de "passo-a-passo", tais elementos e condições conduziriam e dariam sustentação a uma experiência, movimento ou regime autoritário. E, conforme salientado por todos os autores presentemente analisados, a observância simultânea de todas essas características também não se demonstra obrigatória. Para efeito do presente estudo, muito mais do que estabelecer um elenco de tais características, nos interessa proceder com o cotejo, mediante aplicação da técnica do confronto discursivo, de tais elementos, condições e contextos, distintos porém semelhantes na experiências autoritárias históricas, com os elementos, condições e contextos em que se operou a ascensão do bolsonarismo no Brasil.

O que estamos a afirmar, pois, é que tanto o fascismo italiano de Mussolini, quanto o nazismo alemão de Hitler, o comunismo bolchevique de Stálin ou as experiências do pós-fascismo (como na expressão de Finchelstein); ou do Ur-facismo ou fascismo eterno (como na expressão de Umberto Eco), dentre os quais o bolsonarismo, foram ou são experiências autoritárias que apresentam, em maior ou menor quantidade, medida e intensidade, características bastante semelhantes. Conforme vimos, de Hannah Arendt a Robert Paxton,

---

[138] O "nacionalismo exacerbado" está relacionado à "crença de que uma nação teria mais atributos e direitos que todas as outras", como, por exemplo, na utopia do "destino fatal de Roma" ou mesmo na doutrina do "destino manifesto" dos EUA. Porém, em experiências autoritárias, o elemento crucial do "nacionalismo exacerbado", como observado no "Japão militarista de Tojo", na "Nova Roma de Mussolini" e no "Reich de mil anos de Hitler" pode ser substituído por sua contraparte oposta, à doutrina do internacionalismo comunista, como no "bolchevismo russo" sob Stálin. Ou, como nas próprias palavras de Albright: "Na teologia comunista, a preocupação com identidade nacional é pecado mortal, uma obsessão planejada pelos ricos para distrair o proletariado e impedi-lo e fazer valer seus próprios interesses. [...] A identificação que sentimos com lugares onde vivemos ou nascemos pode nos dotar de um porto seguro num mundo caótico e fortalecer nossos laços com a família, a comunidade e as gerações que nos precederam ou nos sucederão. [...] Existe, porém, um ponto crítico a partir do qual a lealdade à própria tribo azeda e se transforma em mágoa, ódio e finalmente agressão a outras tribos". (ALBRIGHT, 2018, pp. 112-113)

passando por Jason Stanley, Umberto Eco, Federico Finchelstein, Franz Neumann, Madeleine Albright e Lilia Schwartz, observa-se a presença de diversas destas características acima elencadas: todas elas foram centrais na escalada de experiências autoritárias concretas.

Senão vejamos: é na figura do "mito", alcunha que se atribuía a Bolsonaro, junto ao atributo de "imbrochável" que se identifica, no caso brasileiro ora em análise, o (1) culto à personalidade e a insistência na infalibilidade do líder carismático; os (2) bodes expiatórios a quem culpar e sobre quem projetar repulsa e discriminação pelos problemas e agruras vivenciadas pela sociedade brasileira não são outros senão os pobres, mestiços e desvalidos das periferias que, na ótica das elites, são apenas preguiçosos a consumir parte significativa do orçamento público constituído por tributos que eles pagariam, o que analisaremos no tópico 4.1 (*O racismo à brasileira*); já o inimigo interno pode ser projetado na figura dos adversários dos "conservadores nos costumes e liberais na economia", quais sejam, os membros do chamado campo progressista de esquerda que, sob a ótica bolsonarista, além de perverter a sociedade com a chamada "pauta de costumes", desperdiçam o orçamento público ao destinar parcela deste aos programas sociais, o que analisaremos no tópico 4.2 (*A nostalgia do exclusivismo*); a (3) relação simbiótica entre militarismo, fanatismo religioso, as massas e o extremismo político, observada em outras experiências autoritárias contemporâneas é identificada, no seio do bolsonarismo, na relação entre as FFAA brasileiras e as religiões neopentecostais do país, o que será analisado no tópico 3.1 (*Militarismo, fanatismo religioso e extremismo político: a aliança entre as Forças Armadas, o neopentecostalismo e o bolsonarismo*); assim como o (4) sincretismo mítico e místico, com forte apelo às teorias obscurantistas será analisado, para efeito do bolsonarismo, no tópico 3.2 (*Obscurantismo à brasileira: a combinação entre revisionismo histórico, negacionismo científico e armamentismo para consecução de uma necropolítica)*; já a (5) afinidade pelo espetáculo, com forte conteúdo discursivo e simplificação linguística, visando a sedução ao público e, ao mesmo tempo, a sua intimidação se observa, no bolsonarismo, como conteúdo e continente de uma guerra cultural, que será analisada no tópico 3.3 deste capítulo (*Guerra cultural e diversionismo a partir da retórica do medo e do discurso de ódio*); e a (6) perversão do conceito de soberania popular e do contrato social, onde o *povo*, de quem emana o poder, passa a ser visto apenas como *público* (passivo, que a tudo assiste, sem de nada participar) por intermédio da *desconstrução de políticas públicas* de estado a partir das interferências ideológicas, de que faz parte certo intuito de silenciamento, desconhecimento, apagamento da memória e reconstrução da história, fatores que serão analisada no tópico 3.4 (*A desconstrução de políticas públicas de Estado*).

Sobre as *táticas e práticas*, podemos encontrar correspondência ou equivalência, ao menos parcial, entre (1) a ausência de democracia e a adesão a simulacros ou fraudes eleitorais, nos sucessivos ataques de Bolsonaro ao STF, ao sistema eleitoral e às urnas eletrônicas. Não se identificou, no período do governo Bolsonaro, a (1.1) proibição de partidos de oposição, mas se pôde observar a (1.2) subjugação dos servidores públicos, nas distintas tentativas de interferência política nos órgãos de Estado, como no episódio da troca da direção da PF com intuito de obter informações privilegiadas ou brecar investigações em desfavor dos filhos do então presidente da República; a (1.3) descredibilização e intimidação das instituições, sobretudo do parlamento e dos tribunais, também se observa na sucessão de ataques e de atos públicos que tinham como alvo o Congresso Nacional e o STF; assim como a (1.4) censura e controle sobre a imprensa e a mídia, nas ocasiões diárias em que o presidente atacava, do famoso "cercadinho do Alvorada", jornalistas e seus veículos de imprensa; a (1.5) vigilância em massa, com restrições quanto à oposição individual ao Estado e elevado controle sobre as esferas da vida pública e privada dos cidadãos pode ser ilustrada com os episódios de tentativa de aparelhamento de órgãos de inteligência, como a Abin e também com o uso político da PRF para dificultar o deslocamento de eleitores adversários durante o pleito de 2022; já a (2) repressão a opositores políticos, linchamento moral e execração pública de adversários, assim como (3) o apoio à gangues violentas ou a criação de forças paramilitares se ilustra na ação do denominado *Gabinete do Ódio*, a ser abordada no tópico 4.6 da presente tese; o (4) controle da economia não se demonstrou de forma tão evidente, senão por um certo desprezo pela pauta econômica, mais preocupada com privatizações e com o enxugamento da máquina pública para atender aos interesses do mercado financeiro do que, propriamente, com um projeto de desenvolvimento nacional; assim como também não restou evidente o (5) uso do terrorismo de Estado, salvo pela agenda de desconstrução de políticas públicas, sobretudo para os segmentos mais vulneráveis da população.

Já sobre as *variáveis determinantes* a concorrer para o advento de experiências autoritárias e que constituem aspectos que podemos denominar de sentimentais ou subjetivos, quais sejam, os (1) sentimentos negativos coletivos (frustração, ressentimento, medo, ódio etc.) que se fortalecem em contextos de (2) crises socioeconômicas e se somam a um (3) forte sentimento de orgulho nacional, xenofobia e nacionalismo exacerbado, serão analisados, respectivamente, nos tópicos 4.1 (*O racismo à brasileira*), 4.2 (*A nostalgia do exclusivismo*) 4.3 (*O homem mediano e a normalização da mediocridade*).

Mas, não é só. Para além de todas as características mencionadas, as quais rondam os distintos aspectos das experiências autoritárias é importante assinalar que o autoritarismo – e o arbítrio que lhe é característico – escala não somente em contextos de insatisfação, crise e de desesperança (polarização e/ou ceticismo em relação à política), em que o Poder Público se mostra ineficaz, dentro dos cânones do Estado de Direito, na apresentação de soluções e entrega de resultados efetivos para os problemas concretos da sociedade. Mas, a recíproca também é verdadeira: o autoritarismo também escala quando, por meio de políticas públicas, se reduz a margem de privilégios de parcelas mais favorecidas da população, na medida em que cresce a margem de direito das parcelas menos favorecidas, o que Albright tratou de diferenciar como "insatisfação generalizada" e "insatisfação setorizada" (de grupos privilegiados ante o receio de perda de seus privilégios), fenômeno também abordado por Stanley (2018) sob a denominação de *vitimização* (a angústia ou ressentimento que acompanha o medo da perda do *status* dominante, da dominação decorrente da hierarquia; receio que grupos majoritários têm de dividir o poder com grupos minoritários; medo da perda de privilégios). É o velho dilema entre privilégios contra direitos, entre o exclusivismo dos endinheirados contra a inclusão dos necessitados.

Conforme já mencionada na introdução, um dos elementos que distinguem o autoritarismo do totalitarismo é o grau de interferência/colonização da esfera da vida privada,[139] assim como a pretensão de domínio total, interno ou mundial. E isso se verifica muito mais nas *táticas e práticas* adotadas pelos adeptos e lideranças dos regimes totalitários do que propriamente em face de uma conceituação teórica. Sendo assim, e considerando as demais características das experiências totalitárias concretas, analisadas no tópico 2.1 do presente capítulo ao revisitarmos a obra de Arendt – a atomização decorrente da destituição das classes sociais e transformação de seus membros e da ralé em massa; a propaganda cientificista totalitária a ela destinada; a doutrinação ideológica das formações de elite; a forma de estruturação (fragmentada, multinível) das organizações de vanguarda do movimento totalitário, próprias das sociedades secretas; sua posterior conversão em governo e Estado totalitário, com a superposição de órgãos, funções ou mesmo a obliteração do Estado pelo

[139] "Os movimentos totalitários [e, via de consequência, também os governos totalitários] são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos [e também das ditaduras unipartidárias e das ditaduras militares] pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. [...] a lealdade total é a base psicológica do domínio total. Não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais – de família, amizade, camaradagem – só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencem ao partido". (ARENDT, 2013, pp. 426-427)

partido; e, por fim, o papel da polícia secreta suplantando as forças militares e sendo a responsável pelos assuntos de Estado e pela implantação do terror absoluto nos campos de concentração – verificamos que se tratam de características, observáveis em ambas as experiências totalitárias históricas, que não podem ser atribuídas, na íntegra, ao bolsonarismo do ponto de vista do que foi concretamente vivenciado – e não do que fora apenas desejado ou supostamente planejado.

Se, de um lado, durante o período de governo sob a presidência de Jair Bolsonaro, não teria havido intensa colonização da vida privada, pode-se observar, de outro lado, a tentativa de propagar uma cosmovisão totalizante e una, por intermédio de um dualismo (a luta do "bem" contra o "mal", do "certo" contra o "errado", do "nós" contra "eles") redutor do pluralismo; se não houve destituição de classes e sua transformação em massa, houve propaganda de massa; se não houve a constituição pública de organizações de vanguarda, com sua estruturação fragmentada próxima a de sociedades secretas, a dar suporte ao partido do presidente, houve um *Gabinete do Ódio*, responsável pela "propaganda de massa" nos meios digitais (e sobre o qual trataremos em tópico específico desta tese); se não houve a criação de uma polícia secreta, houve fortes interferências políticas na condução e tentativas de aparelhamento das corporações policiais do Estado (PF e PRF), no sentido de tentar transformá-las em polícias políticas, a serviço dos interesses particulares do governante da ocasião. E se, por fim, não houve o horror extremado e explícito dos campos de concentração, a aniquilar a individualidade, a singularidade e a espontaneidade do ser humano, houve uma completa negligência na condução da crise de emergência sanitária decorrente da pandemia de covid-19, fundada em uma certa convicção sobre a superfluidade da vida de determinados grupos sociais, que constituiu uma prática deliberada de necropolítica semelhante àquela praticada nos campos de extermínio alemão e nos expurgos soviéticos.

Sendo assim, ainda que lhe careça a presença de uma conjunto mais robusto de elementos concretos que permitam a caracterização do bolsonarismo com o totalitarismo é perfeitamente plausível – e dúvidas não podem pairar sobre isso – identificar o período de Bolsonaro na presidência da República como uma experiência concreta do autoritarismo brasileiro, próximas do fascismo eterno[140] ou do pós-fascismo, o que demonstraremos no capítulo seguinte.

[140] "O Ur-Fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém surgisse na boca de cena do mundo para dizer: 'Quero reabrir Auschwitz, quero que os camisas-negras desfilem outra vez pelas praças italianas!' Infelizmente, a vida não é fácil assim! O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes

3 CONFRONTANDO AS CARACTERÍSTICAS DO AUTORITARISMO, DO FASCISMO E DO TOTALITARISMO COM OS FUNDAMENTOS E COM AS TÁTICAS E PRÁTICAS DO BOLSONARISMO

Vistos os precedentes da assunção de Bolsonaro à presidência da República, assim como as principais características do autoritarismo, do fascismo e do totalitarismo – o que realizamos, respectivamente, em ambos os capítulos anteriores – antes de adentrarmos na análise dos elementos constitutivos, intrínsecos e extrínsecos (respectivamente, fundamentos e táticas e práticas), das condições (variáveis determinantes) e do contexto (aspectos estruturais e conjunturais) favoráveis à ascensão do bolsonarismo é preciso tratar de uma de nossas premissas, objetivo geral do presente trabalho: a de que o bolsonarismo constitui um *movimento de massas de novo tipo*, compreendendo um *sistema ordenado e estruturado de ideias*, com alguma *intencionalidade*, determinada *racionalidade* e certo grau de *autonomia*, configurando-se, assim, como uma manifestação autêntica do autoritarismo.

Fato é que, seja ele entendido e analisado enquanto discurso, enquanto fenômeno sociológico, enquanto fenômeno de opinião pública, enquanto ideologia política[141] ou, como pretendemos, enquanto *manifestação estruturada do autoritarismo*, não se trata, pois, de um fenômeno aleatório ou de uma reação espontânea, consequência natural da decepção, da frustração ou do ressentimento das pessoas em razão da carência de credibilidade dos políticos e da política decorrentes, por sua vez, de crises econômicas ou de casos de corrupção a eles atribuídos, como à primeira vista pode parecer.

João Cezar de Castro Rocha[142] (2023) contrapõe-se a visão de que o bolsonarismo não seria um movimento ou ideologia estruturados;[143] e que ele acaba sendo assim equivocadamente interpretado em razão de sua dimensão *excêntrica* e *caricatural*.[144] Para ele, de cuja visão compartilhamos, o bolsonarismo é um *fenômeno de massa enraizado em diversos setores da sociedade* e estruturado da seguinte forma: possui uma *visão de mundo* (bélica), uma *estrutura*

---

mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo" (ECO, 2018, p. 46).

[141] Para as múltiplas possibilidades de abordagens interpretativas quanto ao fenômeno estudado, distintas, porém, complementares à adotada na presente tese, ver os diferentes ensaios da obra: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. *Brasil em transe:* nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019

[142] Professor titular de Literatura Comparada da UERJ, doutor em Letras pela mesma instituição e em Literatura Comparada pela *Stanford University*, nos EUA.

[143] "Negar ao bolsonarismo racionalidade desmobiliza nossa capacidade de reagir ao irracionalismo metódico de seus propósitos". (ROCHA, 2023, p. 44)

[144] "[...] precisamos passar da caricatura do personagem Bolsonaro à caracterização do bolsonarismo". (ROCHA, 2023, pp. 82 e 122)

de pensamento (conspiratória)[145], uma *linguagem* (a retórica do ódio) e um *sistema de crenças* (assentado no pensamento do ideólogo Olavo de Carvalho)[146] próprios e que, unidos, atendem a um *propósito* bem definido: dar ensejo a uma *arquitetura da destruição* de instituições que – segundo a *realidade paralela*[147] em que seus adeptos acreditam, interagem e se agrupam – estariam supostamente aparelhadas pelo "esquerdismo", pelo "perigo vermelho", pelo "marxismo cultural" e pelo "globalismo", constituindo, estes, os "inimigos" (internos e externos) que precisam ser identificados e eliminados – se não fisicamente, como na época da Ditadura Militar, ao menos simbolicamente, pelas "milícias digitais". Feito o expurgo e efetivada a destruição, em seu lugar, implantar-se-ia um *estado totalitário fundamentalista religioso* (ROCHA, 2023, pp. 43-51, 81-105 e 124).

Para o autor, tal *sistema de crenças* que embasa essa "realidade paralela" ou "mundo alternativo" em que seus adeptos acreditam, interagem e se agrupam, por sua vez, tem formulações bastante similares aquelas integrantes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e teria sido resgatada, no final da década de 1980, pelo chamado relatório ou "livro secreto" do EB, organizado pelo ministro do Exército do governo José Sarney, o general Leônidas Pires Gonçalves, para se contrapor à obra *Brasil: nunca mais*, lançada no ano de 1985 e que expunha os crimes de tortura, assassinato e desaparecimentos praticados pelos agentes da Ditadura Militar. Em tal relatório secreto (que, a propósito, se chama *Orvil:* livro ao contrário) foram compilados documentos sobre os supostos crimes praticados pelos membros da luta armada (ROCHA, 2023, pp. 81-88).

À atitude de refutar dados e fontes históricas e/ou científicas que se contrapõem às suas crenças e/ou comportamentos para, cada vez mais, procurar apenas fontes de informação que corroborem com elas[148], notadamente no mencionado ideário e sua respectiva realidade paralela, o autor denominou de *dissonância cognitiva coletiva* (parafraseando a expressão cunhada por Leon Festinger, empregada em sua obra de 1957, intitulada *Uma teoria da dissonância cognitiva*) e que Barreto (2022) denomina de *viés de reforço*. O estabelecimento e difusão de tal dissonância que, por sua vez, se dá por intermédio de verdadeira *guerra cultural*,

---

[145] "A mentalidade bolsonarista projeta para o presente a eterna ameaça comunista, fantasia que formou a geração do capitão reformado-para-não-ser-expulso Bolsonaro e dos generais Augusto Heleno e Hamilton Mourão". (ROCHA, 2023, p. 47)

[146] "O *bolsolavismo* é um poderoso sistema de crenças dotado de coerência interna paranoica, o que o torna praticamente imune ao princípio da realidade". (ROCHA, 2023, p. 50)

[147] "O Brasil é um laboratório mundial de criação metódica de realidade paralela". (ROCHA, 2023, p. 125)

[148] No extremo, constituíram exemplos concretos de manifestação de tal dissonância rezar para pneus, evocar seres alienígenas com a lanterna dos telefones celulares ligadas e apostas acima da cabeça ou mesmo aguardar pelas fatídicas 72 horas após as quais haveria uma intervenção militar: "Ou você recusa uma informação que contraria a sua crença, ou você busca uma informação que reforça o que você já pensava". (ROCHA, 2023, p. 126)

teria sido favorecido pelo advento e pela onipresença das redes sociais, da inteligência artificial e do emprego das novas TICs como estratégia política de produção e difusão de desinformação, revisionismo e pós-verdade, constituindo outra categoria que ele denomina de *ecossistema de desinformação* ou *midiosfera extremista*[149], à serviço do propósito de *despolitização do debate público* ou, simplesmente, de *despolitizar a pólis*.[150] (ROCHA, 2023, pp. 67-73 e 124-134). Ainda no dizer do autor:

> Trata-se [o bolsonarismo] de um movimento político de massas, com incomum capacidade de instrumentalizar o ressentimento coletivo e a pulsão antissistêmica, mantendo seus apoiadores em estado de mobilização permanente por meio da retórica do ódio e da invenção de inimigos em série. É um movimento não somente autoritário, como também fundamentalista, já que não admite a presença da alteridade, pois todo aquele que não seja espelho das convicções do líder torna-se um inimigo interno a ser imediatamente eliminado. (ROCHA, 2023, p. 122).

Em sentido semelhante, ao analisar as "premissas contidas no bolsonarismo sobre o tema da raça" (questão a que retornaremos nos tópicos 3.4 e 4.1 desta tese), Luiz Augusto Campos (2021) delimita, no que ele chama de "esclarecimento conceitual", a fronteira do que ele julga ser o bolsonarismo:

> A discussão bibliográfica sobre os modos de definição do chamado "bolsonarismo" é proporcional às discordâncias sobre seus elementos fundamentais. [...] Enquanto princípio das ações políticas de um determinado ente coletivo, ideologias são constituídas de modo mais ou menos explícito, mais ou menos coerente, mais ou menos racional. [...] Enquanto articulação política conservadora e reacionária, o bolsonarismo se caracteriza pela oposição às forças partidárias que se alternaram na Nova República, mormente aquelas com pendores liberais de centro-direita e vieses socialdemocratas de centro-esquerda, ambas classificadas como ameaças "globalistas" e "comunistas" à soberania e cultura nacionais (Lynch, 2020). Contra essas forças políticas, o bolsonarismo propõe um retorno às bases fundamentais judaico-cristãs da cultura nacional, calcada nos autoritarismos familista (a família patriarcal como célula básica da sociedade), militarista (as forças armadas como síntese e guardiãs do espírito nacional) e neoliberal (o livre mercado como princípio de organização espontânea do social) (Lacerda, 2019; Lynch, 2020). Porém, enquanto ideologia conservadora que reage a ameaças contextuais, o bolsonarismo pode modificar e adaptar, num futuro próximo, suas premissas básicas. Além disso, a adesão a elas não é uniforme e homogênea entre seus correligionários. Ainda assim, já é possível identificar hoje esses traços fundamentais. (CAMPOS, 2021, pp. 399-400)

[149] "[...] usina de desinformação [...] máquina tóxica de produção de conteúdo com base em fake news e teorias conspiratórias [...]". (ROCHA, 2023, p. 127)

[150] "A fim de despolitizar a pólis, esteio de seu projeto político autoritário, o bolsolavismo tornou o Brasil um laboratório mundial de criação metódica de realidade paralela". (ROCHA, 2023, p. 73)

Também nos será de grande valia compreender em que posição da régua que mede o espectro político-ideológico (de um extremo ao outro; da esquerda à direita; do progressimo ao conservadorismo; do revolucionarismo ao reacionarismo) podemos situar o bolsonarismo. Segundo Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2022), o bolsonarismo pode ser identificado como "populismo radical de direita" ou "populismo reacionário":

> As novas manifestações contra os valores da democracia liberal estão ancoradas na ideia de que a representação política tradicional não consegue expressar a vontade popular. [...] Essa forma de representação que recusa as instituições e os atores que se interpõem entre o povo e o representante é aquilo que chamamos de *populismo.* [...] Por "populismo" designaremos *um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática, que reivindica a representação de uma maioria contra o restante da sociedade.* [...] Os populistas se apresentam como intérpretes privilegiados dessa vontade, boa e infalível do povo, que viria, entretanto, sendo negligenciada ou impedida na democracia liberal por uma minoria ou elite, que à sua revelia ou contra a sua vontade, monopolizaria os recursos políticos, sociais e econômicos de poder. [...] Trata-se, para o populista, de fabricar uma imagem do povo representado como um corpo homogêneo e com uma vontade única, que só pode existir por meio de um único representante que sintetize seus valores. [...] Como estilo de fazer política, *o populismo está baseado em três características: o apelo "ao povo" contra "a elite", o "politicamente incorreto" e a percepção de que existiria no mundo uma crise, um risco de ruptura ou uma ameaça iminente.* [...] *Do ponto de vista ideológico o populismo é de esquerda ou de direita.* O populismo é *de esquerda* quando, orientado pelo imperativo de redução das desigualdades, descreve o "povo" como o conjunto de trabalhadores explorados por uma minoria de capitalistas, que dirigiriam o Estado conforme seus interesses exclusivos. [...] O populismo é *de direita*, por sua vez, quando, orientado pelo imperativo de preservação da ordem pelo recurso à autoridade, descreve o "povo" com um conjunto de empresários e famílias ameaçados em sua moral tradicional por uma minoria de subversivos que ataca a propriedade privada e atenta conta os bons costumes. [...] Mas *o populismo também pode ser moderado ou radical.* [...] Na *modalidade moderada*, [...] apostava na ampliação da cidadania, e não na ruptura com o Estado de Direito. [...] Já a *modalidade radical* [...] desafia o Estado de Direito em nome de uma possível democracia iliberal, apresentada como encarnada exclusivamente na figura do líder carismático. [...] O *populista radical* se apresenta assim como um herói antissistema. Por isso, ele está menos preocupado em governar o país forjando consensos em torno de projetos institucionais do que em explorar, por via da polarização, o mal-estar gerado por aqueles problemas que tornaram possível sua projeção na cena política. [...] Sua incompetência gerencial emerge como garantia de autenticidade, revelando a proximidade do líder com o eleitor simples, também inexperto das coisas políticas. Para obter engajamento digital, as mentiras – referidas geralmente pelo eufemismo de *fake news* – são propositadamente produzidas e emitidas em linguagem chula, sempre sob a marca da urgência, do deboche e da violência. [...] Em síntese, o populista radical não é um médico que quer curar a doença de que a democracia padece. É um parasita que se aproveita da doença para explorá-la, multiplicando o mal-estar coletivo para apresentar-se como seu salvador, e sustentar no poder seu grupo político – composto geralmente de arrivistas e oportunistas tais como ele próprio, prontos a explorar o "sistema" que dizem combater. (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, pp. 10-16)

Já para Leonardo Avritzer[151], o bolsonarismo assume feições tanto de *movimento* quanto de *forma de governo*. No que diz respeito ao segundo aspecto, ele seria marcado por 3 (três) características essenciais: (i) a "preocupação zero com a governabilidade"; (ii) a "relação de oposição e cooptação com o sistema político"; (iii) a "ampla base ratificadora de suas posições nas redes sociais (AVRITZER, 2021, p. 7):

> O bolsonarismo é tanto um movimento quanto uma forma de governo, e as estruturas de direita que o apoiaram como governo tendem a sobreviver à sua derrocada. Algumas delas estão fortemente enraizadas na sociedade, como é o caso das Forças Armadas. Já o neopentecostalismo não tem uma presença tão estrutural na sociedade, mas chegou para ficar. Por fim, os grupos da antipolítica tentarão se opor ao novo governo desde o primeiro momento. (AVRITZER, 2022, n.p.)

É fundamental, para uma compreensão mais ampla do que seja o bolsonarismo (ao nosso ver, um *movimento de massas de novo tipo*, detentor de um *sistema ordenado e estruturado de ideias*, nos termos em que descrito à p. 165, dotado de intencionalidade, racionalidade e autonomia e, nesta condição, uma manifestação genuína do *autoritarismo*), a assimilação de outro conceito que se relaciona com todos os elementos que serão abordados no presente capítulo, aquilo que Avritzer denominou, em ao menos três oportunidades distintas[152], de *antipolítica*: a recusa de submeter-se às regras do jogo a partir da aposta no "aprofundamento do processo de degradação institucional", o que se dá de diferentes formas, como estratégia e objetivo de sua manutenção no poder:

> A antipolítica possui dois elementos principais: o primeiro deles é a ideia de que o Estado e as políticas públicas não são relevantes. Essa concepção apareceu em um cenário político dominado por discussões em torno da corrupção e dos privilégios corporativos. Um segundo elemento que decorre da antipolítica é uma reação à ideia de que instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no país, transferindo-os para o campo da justiça ou da opinião pública. A antipolítica constitui uma negação de atributos como a negociação ou a coalizão. Ela se estabeleceu no Brasil a partir da suposta luta anticorrupção na qual a ética da autenticidade foi instituída como um dos valores máximos da política.

[151] Professor titular de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para ele, "o que mais preocupa no bolsonarismo é que ele não opera com um padrão de bom governo. Pelo contrário, defende a ideia anti-iluminista e antirrepublicana de que o papel da política não está na melhora do governo ou no exercício virtuoso do poder, e sim em sua utilização para a manutenção de um *status quo* conservador. [...] Assim, as instituições políticas cumprem dois papéis no bolsonarismo: deixar o presidente aplicar seu programa político a despeito dos pesos e contrapesos do sistema político brasileiro e ser o lugar da distorção dos objetivos do sistema de justiça." (AVRITZER, 2020a, n.p.)

[152] O conceito de antipolítica e seus desdobramento pode ser encontrado em, pelo menos, três obras distintas do autor: em artigo publicado na edição de número 159, de outubro de 2020, do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, intitulado *Democracia e degradação institucional* (2020); no livro de autoria individual intitulado *Política e antipolítica: a crise no governo Bolsonaro* (2020); e, por fim, na coletânea de artigos organizada por ele, em conjunto com Fabio Kerche e Marjorie Marona, intitulada *Governo Bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política (2021), todas adequadamente referenciadas ao final desta tese.

> Ninguém é contra a luta anticorrupção, e uma sociedade sem corrupção continua fazendo parte de um horizonte utópico e desejável no Brasil. Porém, existe um fio da navalha entre a construção de um horizonte utópico e a transformação de grupos políticos, partidos e cidadãos em párias a serem perseguidos nas ruas, aeroportos e redes sociais e na transformação de indivíduos com ideias completamente banais em mitos em razão de sua autenticidade. (AVRITZER, 2022, n.p.)

Além de embasar as posturas antissistema e favorecer a ascensão de *outsiders*, como veremos mais adiante, o discurso da antipolítica é responsável, em última instância, pelo desgaste e degradação das instituições democráticas:

> O bolsonarismo degrada as instituições a partir de uma rede impressionante de geração de *fake news.* Por meio dela, consegue atacar o sistema político, o STF e até mesmo o carnaval do Rio de Janeiro. Esses ataques reduzem a legitimidade das instituições políticas – que já era baixa desde 2014 e tornou-se baixíssima em 2018. [...] Ao reforçar o ataque a essas instituições, Bolsonaro cria um caldo de cultura para pressioná-las. Manifestações de rua defendem o fechamento do Congresso e isso aumenta a capacidade do presidente de constranger instituições e políticos para a implementação da sua agenda. O segundo elemento da estratégia do presidente em relação às instituições políticas é o que a cultura popular chama de "morde e sopra", algo que Bolsonaro realiza muito bem com o Centrão. [...] Dessa forma, Bolsonaro desgasta as instituições políticas, ao desprezá-las, ao mesmo tempo que as coopta, utilizando aquilo que elas têm de pior, o clientelismo de plantão, sempre aberto a uma nomeação de segundo escalão. [...] Por fim, o bolsonarismo constitui um tipo raro de associação entre governo não virtuoso e conservadorismo. [...] O bolsonarismo representa uma nova forma de conservadorismo: ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda. [...] Bolsonaro é um excelente destruidor de políticas, de políticos e de instituições, mas, exatamente porque seu foco não é a construção, ele tem dificuldades para organizar o governo. [...] O bolsonarismo é, ao mesmo tempo, um projeto situado fora dos parâmetros não só do liberalismo, mas também do conservadorismo na modernidade. Seu principal elemento é a negação da ideia de qualquer forma de governo – não apenas do bom governo. (AVRITZER, 2021, pp. 12-15)

Adotamos, portanto, o entendimento segundo o qual o bolsonarismo é um movimento de massas de novo tipo, que compreende um sistema ordenado e estruturado de ideias, dotado de boa dose de intencionalidade, certa racionalidade e alguma autonomia – e não uma mobilização episódica, ocasional, pontual, meramente caricatural e de causa e motivos únicos e singulares[153] – como pressuposto para a compreensão das características que doravante analisaremos como seus elementos constitutivos, suas condições e o contexto em que ambas (elementos e condições) se combinaram. A análise fará prova de tal assertiva que, a propósito, constitui uma das hipóteses centrais desta tese: a de que, como movimento de massas de novo

[153] "As pessoas tendem a reduzir movimentos altamente complexos a 'um [único] tipo' de eleitor ou 'uma [única] causa' porque querem explicações simples e diretas [...] a ideia de que os movimentos nacional-populistas podem ser reduzidos a estereótipos simplistas é ridícula". (EATWELL; GOODWIN, 2020, p. 33)

tipo, dotado de um sistema ordenado e estruturado de ideias, o bolsonarismo é manifestação típica e genuína do autoritarismo.

3.1 Militarismo, Fanatismo Religioso e Extremismo Político: A Aliança Entre as Forças Armadas, o Neopentecostalismo e o Bolsonarismo

Trata, o presente tópico, de demonstrar a adesão das Forças Armadas, das corporações policiais e do neopentecostalismo ao bolsonarismo, bem como sobre a condição destes enquanto um de seus fundamentos, em perfeita simetria ou paralelismo a histórica relação siamesa existente entre o fundamentalismo religioso, o militarismo e as ideologias políticas extremistas.

A militarização de governos é um dos elementos presentes nas experiências autoritárias históricas, em maior ou menor direção ao fascismo e ao totalitarismo. Os princípios de hierarquia e disciplina, informadores das organizações castrenses, são deveras úteis aos líderes autocráticos, que recorrem a suas distintas simbologias e místicas – incluindo o apelo ao uso dos uniformes, como mencionado ainda na introdução – como meio de arregimentar e manter as massas sob "ordem unida".[154]

No caso particular em análise, a identificação da ala militar do eleitorado com Bolsonaro não se deu apenas em virtude de seu vínculo funcional com as FFAA. Bolsonaro era, para além de um oficial reformado do EB, o que se convencionou chamar de uma "viúva da ditadura": um árduo e saudosista defensor do Regime Militar de 1964. Paes Manso (2020) já nos lembrava de sua identificação ideológica e de sua relação pessoal com integrantes da chamada "linha dura" da Ditadura Militar, dentre eles, o general Newton Cruz e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Newton Cruz, Chefe da Agência Central do SNI durante o governo de João Batista Figueiredo é apontado como um dos mentores intelectuais da onda de atentados ocorridos no final dos anos 1970 e início da década de 1980, consistentes em dezenas de explosões de bombas em locais públicos de distintas cidades do país, como estratégia para provocar o medo e a desordem e, assim, brecar, retardar ou ao menos turbar o processo de abertura político-democrática então em curso:

[154] "Da mesma forma que o perigo de uma ditadura militar surge quando o Exército já não quer servir mas dominar o corpo político, também o perigo do totalitarismo surge quando o setor conspirativo do partido revolucionário se emancipa do controle do partido e aspira à liderança". (ARENDT, 2013, pp. 486-487)

> Entre 1979 e 1981, pelo menos quarenta bombas explodiram no Rio de Janeiro e em outros estados do Brasil: no andar de um hotel onde Brizola se hospedava, no Rio; no aeroporto de Guararapes, em Recife; na redação do jornal Em Tempo, em Belo Horizonte; no Tuca, em São Paulo; no Colégio Social da Bahia, em Salvador. Sem contar as explosões ocorridas em quase uma centena de bancas de jornal que vendia publicação da imprensa alternativa. A maioria eram apenas "espoletas", não haviam vítimas, mas uma pessoa morreu e seis ficaram feridas em um atentado no Rio de Janeiro contra a sede da OAB e Câmara dos Vereadores. A onda de atentados culminou na explosão da bomba no Rio Centro, na Barra da Tijuca, na noite de 30 de abril de 1981, durante um show de MPB em celebração ao Dia do Trabalho. (MANSO, 2020, p. 279)

Bolsonaro que, anos depois, em 1987, responderia a processo perante o STM que levaria à sua reforma (ida para a reserva remunerada) do EB, justamente, por ter planejado explodir bombas em unidades miliares no Rio de Janeiro, como forma de protestar e manifestar sua insatisfação contra os baixos salários auferidos por oficiais do Exército, mantinha vínculo de amizade pessoal com o general Newton Cruz:

> Em 1987, Bolsonaro e Cruz se encontraram três vezes, uma delas em Brasília, em outubro, pouco antes de o plano do capitão de explodir bombas ser revelado pela Veja. Bolsonaro e outros oficiais foram jantar com o general em sua casa, e o Correio Braziliense publicou uma nota maldosa sobre o encontro: "Não está nascendo grama na entrada da casa do general Newton Cruz". Também naquela época já despontava a raiva de Bolsonaro contra a imprensa, sempre disposta a "constranger todos os militares". (MANSO, 2020, pp. 281-282).

Já Brilhante Ustra foi o chefe do DOI-Codi do II Exército em São Paulo entre 1970 e 1974, responsável por prender, interrogar e torturar dezenas de militantes do campo político progressista de esquerda, contrários à Ditadura Militar e defensores da democracia. Anos depois, mesmo após seu desligamento do Exército, Brilhante Ustra mantinha forte ativismo em prol da defesa da Ditadura Militar, envolvendo membros da comunidade de informação, ex-militares e empresários adeptos das ideologias de extrema-direita:

> Ustra se tornou, para militares que atuavam na área de informação, um símbolo da vitória da ditadura sobre os grupos armados de esquerda que lutaram naquele período. Na visão desses militares, Ustra era um valoroso representante dos oficiais que sujaram a mão na guerra, enquanto militares burocratas articulavam, em seus gabinetes com ar-condicionado, a entrega do poder aos comunistas. No período em que Ustra esteve à frente do DOI paulista, pelo menos 45 pessoas morreram ou sumiram depois de passar pelas dependências do órgão. Dos 876 casos de tortura catalogados no livro Brasil nunca mais, cerca de quatrocentos ocorriam no centro comandado por Ustra. (MANSO, 2020, pp. 282-283)

Dal Piva (2022), por sua vez, também nos lembra da identificação ideológica e das relações pessoais de Jair Bolsonaro com outros dois integrantes da chamada “linha dura” da Ditadura Militar, os generais Nilton Cerqueira e José Nogueira Belham:

> [...] o general Nilton Cerqueira, implicado no atentado do Rio Centro, em 1981, quando era comandante-geral da PM do Rio e teria mandado suspender o policiamento na área do centro de convenções quando um grupo de militares pretendia plantar bombas no local. [...] José Nogueira Belham, acusado do assassinato e ocultação do cadáver do deputado federal Rubens Paiva em janeiro de 1971. Jair Bolsonaro tem a ver com os dois militares. Cerqueira foi um de seus principais apoiadores durante a campanha para vereador em 1988. Depois, foi secretário de Segurança do Rio quando Bolsonaro sofreu um assalto em 1995, e comandou operações contra o tráfico na Zona Norte em função do crime. Quanto a Belham, sua mulher constou como assessora de Bolsonaro durante o ano de 2003. (DAL PIVA, 2022, pp. 208-209)

Além da identificação pessoal, histórica e corporativista, em decorrência da trajetória profissional e da defesa da Ditadura Militar, a fidelização desse público para com Bolsonaro também se deu em razão de ao menos dois outros fatores. O primeiro deles, de ordem mais estrutural, diz respeito a “politização da corporação militar” e às “formas de tutela do sistema político estabelecidas pela corporação fardada”, aspectos salientados por Leonardo Avritzer (2020b) e que são constitutivos do histórico intervencionista da Forças Armadas brasileiras, desde a Proclamação da República até os dias atuais:

> A doutrina de intervenção dos militares na política se constitui ainda ao final do império, passa pelo movimento tenentista nos anos 1920 e se intensifica no governo Vargas. [...] É depois da Guerra do Paraguai, quando o debate sobre a república se intensifica, que a discussão sobre o papel do Exército surge no país. E ainda mais surpreendente: foram os republicanos e os abolicionistas que trouxeram para a agenda a ideia de intervenção militar. (AVRITZER, 2020b, p. 27).

O segundo destes fatores, de ordem menos estrutural e mais ocasional, repousa sobre a forma das muitas benesses concedidas por ocasião da passagem de Bolsonaro na presidência da República. Não foram poucos (e nem pequenos) os afagos do presidente para com este público. Iniciando pelo tratamento diferenciado que lhes foi dispensado quando da Reforma da Previdência, seguindo-se da grande quantidade de cargos civis que os mesmos passaram a ocupar no governo: um estudo do IPEA, do ano de 2022, apontou que a quantidade de militares

ocupando cargos civis subiu vertiginosamente, considerando o período de 2013 a 2021, fenômeno também observado por Avritzer.[155] Segundo tal pesquisa:

> [...] em 2018, o número total de militares na administração federal era de 2.372 funcionários e foi para 3.041, em 2021 – crescimento de 28%. Em cargos civis, foi de 638 para 1.085. Ao mesmo tempo, o governo editou oito decretos que ampliam a possibilidade de militares integrarem a estrutura burocrática da União. Quando se levam em consideração os cargos de Direção e Assessoramento Superiores, conhecidos como DAS, e as Funções Comissionadas do Poder Executivo, as FCPEs, percebe-se uma mudança significativa no perfil do funcionalismo. O número de militares ocupantes desses cargos aumentou mais de 60% em relação a 2018. (FERRAZ, 2022, n.p.)

Além disso, desde o primeiro ano de mandato, houve diversas ocasiões em que o apoio aos militares foi explicitamente manifestado, por intermédio de declarações saudosistas do período da Ditadura Militar. A recomendação presidencial, externada pelo então porta voz Otávio Rêgo Barros, ainda no ano de 2019, para que os quartéis "comemorassem" o Golpe Militar de 1964 naquele domingo, dia 31 de março, sofreu duro rechaço da imprensa, da sociedade civil organizada, de vítimas da ditadura e do MPF, que recomendou em, ao menos, 18 estados brasileiros, que às FFAA se abstivessem de adotar qualquer ato comemorativo, sob pena de grave violação à CF/1988 e a tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Em caso de descumprimento, o MPF alertou que as responsabilidades seriam apuradas e as devidas sanções disciplinares, aplicadas. A reação contrária foi tamanha que, na ocasião, obrigou o presidente a recuar: dias depois, ele afirmou que não se tratava de "comemorar" e sim de "rememorar".

As medidas econômicas adotadas pelo governo, a exemplo da Reforma da Previdência, levada a efeito logo no início do mandato, sempre tiveram o condão de dialogar e contemplar os interesses dessa camada determinada da população que, não por outro motivo, se manteve fiel ao bolsonarismo desde o início: militares, servidores públicos de alto escalão, banqueiros, rentistas, financistas, grandes conglomerados da indústria, do comércio, da agricultura, dos transportes e do setor imobiliário, a grande mídia familiar, tradicional e conservadora do país, todos ávidos por, de um lado, a manutenção de seus privilégios; e, de outro, pelas desonerações que a reforma da previdência, por exemplo, lhes permitiu, às custas da precarização de direitos e do sacrifício de seus empregados.

---

[155] "O governo Bolsonaro se inicia com uma representação desproporcional de militares no governo, em especial nos ministérios que influenciam de forma mais cotidiana o comportamento do presidente". (AVRITZER, 2020b, p. 30)

Além da relação íntima do bolsonarismo com o militarismo, há que se destacar a relação destes com o fundamentalismo religioso, representado pelas múltiplas denominações religiosas englobadas pelo que se denomina de neopentecostalismo.

O Brasil já havia experimentado, décadas antes, a progressiva perda de terreno do catolicismo para o protestantismo, materializado na proliferação, pelo Brasil profundo, de múltiplas denominações de igrejas evangélicas, não necessariamente aquelas decorrentes da Reforma Protestante (denominações de origem calvinista, luterana, metodista ou episcopal, tais como a Igreja Presbiteriana ou a Igreja Batista Regular), mas sim as denominações caracterizadas como pentecostais – baseadas na passagem bíblica que descreve a ação dos dons do Espírito Santo sobre os homens. Um dos fatores de tal guinada, segundo João Cezar de Castro Rocha, teria sido a difusão do televangelismo, bastante presente no cotidiano norte-americano, implementado no Brasil como forma de oferecer contraponto à teologia da libertação, da Igreja Católica (EXPRESSO COM MANÚ, 2024, n.p.).

Se, por um lado, a visão de mundo defendida pelas doutrinas evangélicas protestantes e pentecostais tradicionais foram fundamentais para dar sustentação metafísica aos preceitos do liberalismo político e econômico e também do capitalismo, dentre eles a meritocracia, segundo a qual o seu sucesso individual e familiar só depende de você e de seu esforço, associando assim a fé ao sucesso financeiro e pessoal; por outro lado, a cosmovisão e a forma de organização (celular) das denominações evangélicas neopentecostais foram cruciais para dar a necessária sustentação metafísica e transcendental aos valores e às premissas teóricas do novo estágio do hipercapitalismo tecnoglobal desregulamentado e o seu ultraliberalismo (fase superior do neoliberalismo).

Tais premissas eram comodamente chanceladas pelos valores propagados pela *teologia da prosperidade*, uma releitura bastante pragmática (e porque não dizer, distorcida) da *ética protestante e do espírito do capitalismo*, de Weber. No entanto, no lugar da ascese intramundana de Weber, que combinaria o caminho da contrição e da meritocracia à salvação, está a "entrega nas mãos de Deus" (o que inclui o dízimo) dos destinos de seu sucesso. Assim, o catolicismo, a teologia da libertação e as Comunidades Eclesiais de Base foram cedendo lugar, progressiva e paulatinamente, às igrejas evangélicas, à teologia da prosperidade e a sua "visão celular".

Em tempos de um estágio ainda mais avançado do capitalismo, caracterizado pelo seu estágio financeiro tecnoglobal e pela pós-verdade, o ultraliberalismo toma o lugar do neoliberalismo, passando a dar sustentação e a ser sustentado pelas ideologias de extrema-

direita: com o ultraliberalismo, temos uma precarização ainda maior do mundo do trabalho e dos direitos trabalhistas, o denominado fenômeno da *uberização* da força de trabalho. Já não basta se esforçar, nos cânones da meritocracia liberal tradicional: você precisa empreender e ser patrão de si mesmo.

O correspondente metafísico, do ponto de vista espiritual a tais doutrinas é uma mistura entre a *teologia da prosperidade* – da ascensão econômica por intermédio da fé, em que o sucesso pessoal e financeiro é benção divina e o pensamento positivo e as doações à igreja são pré-requisitos atitudinais para atingi-los; com a *teologia do domínio* – que advoga pelo domínio dos homens sobre todos os seres da terra, incluindo a vida pública e o poder político secular, que deve submeter-se aos ditames religioso dos cristãos conforme as interpretações peculiares das sagradas escrituras que lhe são próprias.

Segundo Leonardo Boff, "a teologia do domínio ou o dominionismo nasceu nos EUA por volta dos anos 1970 num contexto do reconstrucionismo cristão calvinista. [...] O dominionismo agrupa várias tendências cristãs fundamentalistas, inclusive integralistas católicos que postulam uma política exclusivamente religiosa, de base bíblica, a ser aplicada em toda a humanidade com a exclusão de qualquer outra expressão, tida como falsa e por isso sem direito de existir. É a ideologia totalizadora central para a direita cristã no campo da política e dos costumes" (BOFF, 2024, n.p.).

Ainda segundo Boff, a teologia do domínio está ancorada em uma interpretação literal de determinadas passagens bíblicas do Gênesis: "Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou" (Gênesis 1,27); "E Deus os abençoou e disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo animal que rastejam sobre a terra" (Gênesis 1,28). Segundo tal interpretação literalista, aqueles que são escolhidos por Deus, portanto, devem ter o domínio sobre todas as coisas da Terra, incluindo o domínio sobre a gestão/administração da coisa pública, sobre a pólis.[156] Ocorre que, ainda segundo Boff, tal interpretação literalista[157]

[156] Segundo João Cezar de Castro Rocha, a teologia do domínio e o nacionalismo cristão andam de mãos dadas e esta interpretação literalista repousa sobre a expressão constante da tradução mais relevante da Bíblia para a língua inglesa (a "*The King James Bible*") onde, ao invés de *rule over* (governar) prevalece o sentido de *have dominion* (ter domínio). (EXPRESSO COM MANÚ, 2024, n.p.)

[157] "[...] ele foi lido de forma fundamentalista e literalista, sem tomar em conta que entre nós hoje e o relato bíblico distam pelo menos 3-4 mil anos. O sentido das palavras muda. Esses grupos não consideram o que elas significavam na época em que foram escritas há milhares de anos. Desvendamos seu significado em hebraico. Veremos que o texto, interpretado hermeneuticamente como deve ser, mostra a falácia da teologia do domínio. Ela representa um delírio paranoico, irrealizável na fase do mundo plural e globalizado no qual nos encontramos. O texto deve ser interpretado na ótica da afirmação do ser humano criado "à imagem e semelhança de Deus". Com essa expressão, não se quer em hebraico definir o que é o ser humano (sua natureza); ao contrário, se quer determinar o que ele, operativamente, deve fazer. Assim como Deus extraiu tudo do nada, deve o ser humano,

estaria deslocada do verdadeiro sentido do original hebraico em sua melhor hermenêutica e do próprio texto bíblico constante na sequência (Gênesis 2,4-25), onde o sentido atribuído a "subjugar e dominar" é mais próximo do sentido de "cuidar e cultivar", já que "dominar" se aproxima mais do conceito de "governar", não havendo, nas escrituras, nenhum traço de "violência e dominação", mas sim "laços de profunda irmandade e de convivência harmoniosa entre todos" (BOFF, 2024, n.p.).

A seguir a interpretação literal que fundamenta tal teologia, não basta "entregar nas mãos de Deus" as chaves do destino de seu sucesso (cuja não concretização se deve à insuficiência de seu esforço, já que Deus sempre faz a parte dele): é necessário aceitar e empreender a lógica da luta cotidiana e constante do bem contra o mal; da conquista, do domínio e da submissão do gentio; do castigo e da punição como nos tempos do Velho Testamento. Nesse sentido, ao povo escolhido é dado lutar contra o mal, conquistar, dominar e eventualmente eliminar o gentio, além de submeter-se, resignado, aos castigos divinos por suas eventuais desobediências, deslealdades e falta de fé, bem como submeter os demais a esta mesma lógica. E a Deus é dado castigar, mas também perdoar – sobretudo os ungidos – mediante o sacrifício.

A soma do esforço individual (meritocracia) com a fé (prosperidade), próprias da teologia da prosperidade, dá lugar a uma combinação entre o entendimento de que, em sendo parte do povo escolhido, me é permitido impor a minha visão de mundo aos demais que, conquanto não se resignem, podem ser eliminados; assim como aceitar a submissão a um castigo, desde que diante de um líder (político), ungido por um sacerdote (religioso). Nesse formato, não importa se o líder também peca, posto que pode ter seus pecados perdoados pelo sacerdote (como Davi, perdoado por suas dezenas de pecados, posto que ungido), mediante a antiga lógica da oferenda e do sacrifício para a purificação – e não porque, humilde e sinceramente, se arrependeu, corrigiu sua conduta e procurou praticar, dali em diante, uma conduta melhor, em uma releitura distorcida das leis mosaicas, constantes nos primeiros livros do Velho Testamento que constituem o Pentateuco e que equivalem a Torá judaica, contra cuja interpretação literal e anacrônica Jesus Cristo já havia se insurgido, há mais de 2.000 anos atrás.

E, se o líder, que também peca, pode ser perdoado (mediante o sacrifício e não necessariamente, mediante o arrependimento e à mudança de conduta), o que dirá os fiéis. Nasce assim a figura do *cristão-judaico-brasileiro*, compatível com o *sionismo cristão*: aquele

---

criado criador, levar avante o que Deus criou com benevolência: "Deus viu que tudo era bom" (Gênesis1,25). O significado original em hebraico de "imagem e semelhança" (*selem* e *demût*) faz com que o ser humano seja o representante e o lugar tenente do Criador". (BOFF, 2024, n.p.)

que empunha a bandeira de Israel em passeatas e defende, ao mesmo tempo, tanto o nacionalismo cristão quanto a doutrina colonialista, xenofóbica e chauvinista do sionismo, praticada pelo governo de extrema-direita de Benjamim Netanyahu, em face de civis palestinos na faixa de Gaza, a despeito do judaísmo não ser uma religião cristã; adepto de um "cristianismo sem cristo", mais apegado ao Velho do que ao Novo Testamento.

A partir da teologia do domínio, como o poder temporal deve ser submetido ao poder espiritual, a política deve ser colonizada pelo imaginário, pela lógica, pela poética e pela estética neopentecostais. Sob a ótica do bolsonarismo, a luta do bem contra o mal é encampada por Bolsonaro (o "Messias") contra todos os inimigos internos, reais ou imaginários: a "ameaça comunista", o "vírus vermelho" os "petralhas", "esquerdistas" e "gayzistas" em geral; e os pretos, pobres e de periferia, a quem eles reputam, de modo genérico, a condição de bandidos e marginais a ameaçar o seu patrimônio e seu exclusivismo.

É disso que se trata quando, por exemplo, durante a manifestação de rua ocorrida em 25 de fevereiro de 2024, em São Paulo/SP, convocadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e organizadas pelo pastor Silas Malafaia, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro exorta todos os adeptos do bolsonarismo, em comício, para "enfrentar o mal"[158], postura similar que se observa na tribuna das casas legislativas ou nos púlpitos de suas respectivas igrejas, nos discursos, pronunciamentos e pregações de parlamentares como Nikolas Ferreira[159], Magno Malta, Damares Alves, Marco Feliciano, para não falar das lideranças religiosas neopentecostais, como Silas Malafaia, Edir Macedo, dentre outros.

De um modo geral, o casamento do sagrado com o profano não é novidade. E, obviamente, não estamos a nos referir à história antiga, em que não vigia o princípio do Estado laico, não havendo a separação entre Estado e religião. Estamos a nos referir à ausência de ineditismo mesmo na era contemporânea, quando, volta e meia, o paradigma do Estado laico parece sofrer retrocesso, dando lugar a uma *démarche* no sentido da mistura entre o poder religioso e o poder secular. Nesse sentido, o professor da USP Eugênio Bucci assinala, em matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de 26/02/2024, relembrando-nos de tal premissa: "Essa aproximação da força com o sagrado, da batina com a farda e do quartel com

[158] Na ocasião, Michelle Bolsonaro proferiu as seguintes palavras: "Por um bom tempo nós fomos negligentes sim ao ponto de falarmos que não poderíamos misturar política com religião e o mal tomou, o mal ocupou o espaço. Chegou o momento agora da libertação, porque eu creio no Deus vivo, um Deus todo poderoso que é capaz de restaurar, de curar a nossa nação". (CAFÉ DA MANHÃ, 2024, n.p.)

[159] Nikolas Ferreira, a propósito, já alimentando suas ambições políticas futuras, compara Bolsonaro a Moisés: aquele que conduziu o povo na travessia do deserto, mas, não ingressou na terra prometida, o que foi realizado por seu sucessor, Josué. A pergunta é: será Nicolas o "Josué" do "Moisés" Bolsonaro?

a igreja não é nada nova, é uma fantasia infantil e retrógrada". E, ao final, arremata: "o que se expressa nesse 'desejo coletivo' é a ideia de um povo que quer receber ordens ou 'uma massa sedenta de servidão'" (FERREIRA, 2024, n.p.).

Há, nesse sentido, uma simetria quase que perfeita entre os ditames da teologia do domínio e do nacionalismo cristão com o ideário bolsonarista. E é exatamente isso que caracteriza a relação siamesa entre o bolsonarismo, o militarismo e o fanatismo religioso, um dos fundamentos do fascismo eterno destes trópicos.

3.2 Obscurantismo à Brasileira: A Combinação Entre Revisionismo Histórico, Negacionismo Científico e Armamentismo Para a Consecução de Uma Necropolítica

Trata-se, no presente tópico, de se considerar outro fundamento característico do bolsonarismo e seus respectivos componentes: um *obscurantismo* peculiar, fruto da combinação entre *revisionismo histórico*, *negacionismo científico* e *armamentismo* destinados a dar fundamento e promover a consecução de uma *necropolítica*. Negar que a Ditadura Militar fora um regime de exceção e sim uma revolução (exemplo de conteúdo do componente revisionista); questionar a eficácia das vacinas contra covid-19 e combater o seu uso, defendendo a imunidade de rebanho após o contágio das massas e promover a prescrição de tratamento precoce ou de remédios comprovadamente ineficazes contra a doença (conteúdo do componente negacionista); promover a facilitação para compra, posse e porte de armas e munições de acesso e uso restrito (componente armamentista); para, ao final, decidir quem é e quem não é digno de viver sob a proteção do Estado ou, do contrário, ser legado a própria sorte e deixado para morrer (componente necropolítico) são todas facetas concretas do obscurantismo analisado neste subtópico.

Tal *obscurantismo peculiar* está refletido na adesão às formulações de teóricos obscurantistas ou pseudocientistas para embasar posicionamentos políticos controvertidos. Essa é uma marca registrada do bolsonarismo, cuja maior representação teórica é o ideólogo Olavo de Carvalho. Envolve desde a adoção de ideias cientificamente controvertidas até a adesão e adoção da desinformação (*fake news* e teorias da conspiração) e discursos de ódio, o que será mais bem analisado no tópico 4.6. São facetas desse *obscurantismo* peculiar e de sua *necropolítica bolsonarista*:

1) O *revisionismo histórico*: consistente em dar significado ou sentido diverso às interpretações consensual e academicamente aceitas a fatos históricos consagrados, conferindo-lhes a roupagem da pós-verdade. O revisionismo tem impacto em outra variável a ser analisada

no tópico 3.4, denominada de *desconstrução de políticas públicas*. Para dar efeito à desconstrução é preciso "embasar" ou "justificar" as medidas de desmonte ou desmanche. Exemplo concreto de medida revisionista adotada para embasar as práticas de desmanche foi o boicote realizado junto ao Censo Demográfico de 2020, quando, por asfixia orçamentária ao IBGE, o governo Bolsonaro prejudicou a realização do levantamento que, além de revelar realidades incômodas, serve para balizar a adoção de políticas públicas que visam revertê-las.

2) O *negacionismo científico*: segundo João Cézar de Castro Rocha (2023), "o negacionismo é o sal da terra para a extrema direita porque fornece o ponto de partida para as mais diversas e excêntricas teorias conspiratórias, essa bricolagem perversa, urdida pela reunião muito bem pensada de falsidade e desinformação" (ROCHA, 2023, p. 17). Esse negacionismo teria ganhado proporções máximas e consequências drásticas durante a pandemia de covid-19: sob o governo de Jair Bolsonaro, o Brasil registrou mais de 700 mil mortes em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). O país, que detém cerca de 2,7% da população mundial, acabou sendo responsável por 27% (quase um terço) do total de mortes em todo o mundo.[160]

Nesse quadrante, chamava a atenção a conduta do presidente da República, bem como de toda a equipe de governo, na condução das medidas de combate a esta chaga que assolou o planeta: boicote ao uso de máscaras, aos chamados *lockdowns* e demais medidas de isolamento social (tais como a proibição quanto à promoção de aglomerações); charlatanismo, curandeirismo e exercício ilegal da medicina (com a prescrição de tratamento precoce com o chamado "kit-covid", composto por remédios tais como cloroquina e ivermectina, comprovadamente ineficazes contra a doença em questão); e a demora e indícios de corrupção no processo de aquisição das vacinas foram algumas das posturas e medidas negacionistas que caracterizaram o que podemos denominar de "necropolítica": a aposta de que a morte é a solução para problemas de administração e gestão, como a grande massa de idosos aposentados ou beneficiários do INSS.

Oscilando entre a inação, a disfuncionalidade e o negacionismo, divergindo das orientações de seu próprio ministério da Saúde (sob a gestão do então ministro Luiz Henrique Mandetta, por isso demitido e substituído pelo médico Nelson Teich, depois pelo general Eduardo Pazuello e, por fim, pelo médico Marcelo Queiroga), Bolsonaro optou por entrar em

[160] "No Brasil, uma ideologia com propagandas golpistas, muito próxima do fascismo, tem se intercalado com o nacionalismo e o messianismo mais extremo a fim de ignorar a pandemia e o bem-estar da população. O pior de tudo é que, em vez de se antecipar à tormenta, o presidente brasileiro dedicou-se a promovê-la". (FINCHELSTEIN, 2020, p. 8).

rota de colisão com os governadores e prefeitos que, diante do comportamento vacilante do Governo Federal, resolveram adotar medidas protetivas por sua conta e risco.[161]

Coube ao STF, no julgamento de diversas ADIs, exercer o papel de mitigador do negacionismo e da letargia governamental:

> Governadores de vários estados ampliavam as restrições de circulação para conter o avanço da doença: exigência do uso de máscaras de proteção, paralisação de atividades econômicas e fechamento de escolas. [...] o Supremo tinha uma nova missão para além de resguardar a Constituição: o tribunal precisava fazer de tudo para que o combate à pandemia não fosse sabotado pelo governo. [...] [Na ADI movida pelo PDT, julgada em 15 de abril de 2020] o tribunal, por unanimidade, reconheceu que estados e municípios também podiam determinar medidas restritivas, como fechamento de comércio, suspensão de aulas ou obrigatoriedade do uso de máscaras. (RECONDO; WEBER, 2023, pp. 125-129)

Nem mesmo a pandemia teria ficado de fora do uso da desinformação como estratégia política e sua tática de produção intencional e difusão em massa de *fake news*, teorias da conspiração e discursos de ódio. No dizer de Barreto (2022):

> As agências de checagem identificaram que políticos brasileiros "produziram, endossaram e compartilharam dados errados sobre vacinação, distanciamento social e a origem do novo coronavírus" e usaram dados defasados e enviesados no seu mister de mitigar os efeitos do patógeno. (BARRETO, 2022, p. 60)

3) O *armamentismo*: a começar pelos decretos de facilitação para aquisição de armas, a dar ensejo a uma promessa de campanha, o debate sobre armamentismo é muito mais profundo do que posicionar-se contra ou a favor de que cidadãos comuns possam deter o porte ou a posse de uma arma de fogo, para sua defesa pessoal ou de sua família. Mas, a banalização do acesso a armas e munições de uso restrito e o excesso de armas e munições de uso permitido, nas mãos de civis serviram para que, nesse período, houvesse uma ampliação do número de acidentes fatais, sobretudo com crianças e para desviar armas compradas legalmente para o crime.

Segundo estudo do Instituto Sou da Paz (RIBEIRO, 2022, n.p.), a participação dos fuzis entre as armas apreendidas saltou 50% em São Paulo e 16% no Rio de Janeiro, entre os anos de 2017 e 2022. A proporção de pistolas, também autorizada para civis, aumentou 31% em São Paulo e 32% no Rio. A partir da flexibilização, iniciada em 2019, do total de armas apreendidas

[161] "O governo insistia na disputa com os estados e não porque quisesse pôr em prática um plano nacional e controle da pandemia – que nunca apresentou –, mas porque buscava repassar para outros agentes a culpa pelas consequência negativas e inevitáveis da crise (econômicas e sociais). Um sinal disso foi a insistência do Governo Federal em tentar reverter todas as decisões dos Estados quanto à suspensão de atividades econômicas, em prol do isolamento social. [...] Bolsonaro abriu mão de decidir e fomentou críticas e ataques a quem por ele assumiu a responsabilidade". (RECONDO; WEBER, 2023, p. 132 e 134)

nas mãos de bandidos, uma grande parte passou a ser de armas adquiridas legalmente e depois roubadas de CACs; ou, principalmente, compradas por laranjas ou falsos CACs e repassadas a facções e organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas. Para o pesquisador Bruno Langeani, do mencionado instituto, a flexibilização resultou não só em uma facilitação de acesso, para civis, a armas antes restritas e de uso controlado, mas em uma mudança rápida do perfil do arsenal nas mãos desses criminosos.[162]

Em levantamento de dados anterior ao advento dos decretos de facilitação do acesso ao porte/posse de armas de fogo e munições, Ribeiro e Oliveira (2021), citando estudos de Cerqueira e Melo relembram dados da redução da taxa de homicídios nos anos posteriores ao advento da Lei nº 10.826/2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento:

> Cerqueira *et al.* (2019, p. 81) indicaram que, nos quatorze anos anteriores a essa lei (1989 a 2003), o crescimento médio anual da taxa de homicídios por arma de fogo foi de 5,44%. Já nos 14 anos subsequentes (2003 a 2017), essa mesma taxa tinha sido de 0,85%, ou seja, seis vezes menor. (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2021, pp. 366)

Significa que, com a flexibilização, o poder de fogo do arsenal do crime foi severamente ampliado, tornando-se mais moderno e mais potente. Não foi à toa que, dentre as primeiras medidas adotadas pelo governo eleito em 2022, já no primeiro dia de mandato, foi a assinatura do Decreto n° 11.366/2023, que visava corrigir distorções na política de flexibilização do acesso a armas de fogo no Brasil. O novo decreto não dificultava, em essência, o acesso do cidadão comum a armas de uso permitido: apenas reduziu a quantidade de armas e munições que, a partir daquele momento, se podia adquirir. Porém, o novo decreto dificultou o acesso a armas de uso restrito, tais como fuzis, metralhadoras e submetralhadoras, por exemplo. E assim o fez na medida em que apenas suspendeu (e não cancelou) o registro de aquisição e transferência desse tipo de armamento, bem como o registro de novos clubes ou escolas de tiro e de novos CACs, até que uma nova regulamentação fosse editada pelo Ministério da Justiça.

As razões para isso são muito simples: se, em face da ineficiência das forças de segurança pública, a grande reivindicação das pessoas – motivo e razão da flexibilização do acesso a armas de fogo – era poder possuir uma arma para sua autodefesa, ter a posse de 3 armas e munições equivalentes está de bom tamanho, não? Isso está assegurado pelo novo decreto.

---

[162] Para um apanhado mais completo de autores e seus respectivos estudos, pesquisas, levantamentos e estatísticas que comprovam a relação diretamente proporcional entre a quantidade de armas e munições disponíveis em porte e/ou posse da sociedade civil e a elevação das taxas de mortes e hospitalizações decorrentes de incidentes com armas de fogo, ver: RIBEIRO; OLIVEIRA, 2021, pp. 363-380.

Já em se tratando de CACs, não é saudável se permitir que civis detenham um verdadeiro arsenal de guerra em casa, com armas de uso exclusivo das FFAA e policiais, correndo-se o risco de que elas sirvam para reforçar o arsenal de facções, milícias ou caiam nas mãos de desvairados dispostos a explodir bombas em aeroportos, planejar golpes de Estado ou, por que não dizer, pedir intervenção militar e o fim da democracia em atos antidemocráticos na porta de quarteis Brasil afora.

Os atos criminosos, atentatórios contra a democracia, recheados de práticas de vandalismo, arruaça e baderna, que ocorreram em Brasília no domingo, 08/01/2023 (a quem dedicamos um capítulo específico na presente tese), a nos lembrar o episódio golpista do Capitólio no EUA, são uma prova de que o armamentismo era parte de uma estratégia, urdida com antecedência, de manutenção do bolsonarismo no poder independente do resultado eleitoral nas urnas.

Além disso, o armamentismo também pode ser interpretado como uma variante de uma política de higienismo social: os que têm condições de adquirir armas e praticar a autotutela (justiça pelas próprias mãos), no melhor estilo da Lei de Talião (do olho por olho e dente por dente), notadamente aqueles que detém posses e bens a defender, recebem a chancela do estado para o fazer em face dos despossuídos que, contra o patrimônio daqueles, venham a atentar. Nesse sentido, o armamentismo se caracteriza como uma vertente ou elemento constitutivo da *necropolítica*: da morte, oficialmente desejada, encarada como solução para determinados problemas sociais.

O termo *necropolítica* foi cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, em ensaio homônimo publicado pela primeira vez, no Brasil, na edição de número 32 da revista "Arte & Ensaios", do PPGAV da Escola de Belas Artes da UFRJ. Mbembe explora a relação existente entre o conceito de *biopoder* ("aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle"), de Michel Foucault, com as noções de *soberania* e de *estado de exceção*, definindo soberania para além do conteúdo presente em seu conceito clássico, próprio da Teoria Geral do Estado[163], que a considera como uma das quatro características essenciais do Estado Moderno[164] (MBEMBE, 2018, p. 4).

---

[163] "A política, portanto, é definida duplamente: um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento. […] Nesse paradigma, a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública. [...] Soberania é, portanto, definida como um duplo processo de "auto instituição" e "autolimitação" (fixando em si os próprios limites para si mesmo). O exercício da soberania, por sua vez, consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginária". (MBEMBE, 2028, p. 5).

[164] Segundo conceito clássico da Teoria Geral do Estado, povo, território, soberania e finalidade seriam as 4 características essenciais do Estado Moderno. Soberania, por sua vez, seria a representação do poder de império

Afirmando-se mais preocupado "com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas 'a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações'", Mbembe resgata as formulações de dois autores que consideram, além do "exercício da razão na esfera pública", a vida e a morte como categorias essenciais para a definição de política e de soberania: de Hegel, para quem a política é "a morte que vive uma vida humana"; e a soberania é "arriscar a totalidade de uma vida"; e também de Bataille, que considera a política como "a diferença colocada em jogo pela violação de um tabu" e a soberania como "a violação de proibições" (MBEMBE, 2018, pp. 6-9).

Para melhor correlacionar sua abordagem sobre *biopoder* e *soberania*, ele adota uma compreensão de *estado de exceção* que se aproxima daquela definida tanto por Hannah Arendt, quanto por Giorgio Agamben, ao se referirem aos campos de concentração: "o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito. De acordo com Agamben, ele adquire um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei" (MBEMBE, 2018, p. 5).

Esse mesmo estado de coisas que se observa em relação aos prisioneiros de um campo de concentração também se observa em relação aos escravos[165] em uma *plantation* ou nas *colônias*[166] africanas do período do imperialismo colonial. A condição seria um exemplo concreto da combinação entre *estado de exceção* e *estado de sítio*, não atingível pelos princípios próprios do *jus publicum*[167], tornando-se, pois, ambiente propício onde se concretizava a "tripla

---

do Estado, entendida como o poder jurídico-político no qual estão investidas as suas autoridades, perante os seus nacionais; e do próprio Estado, enquanto entidade de direito público externo, perante os demais Estados-nação, na arena internacional, pressupondo supremacia, na ordem interna; e independência, na ordem externa. (PINHO, 2020).

[165] "Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho responde a uma necessidade e é utilizado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em "estado de injúria", em um mundo espectral de horrores. O curso violento da vida de escravo se manifesta pela disposição de seu capataz em se comportar de forma cruel e descontrolada ou no espetáculo de sofrimento imposto ao corpo do escravo. Violência, aqui, torna-se um componente da etiqueta, como dar chicotadas ou tirar a vida do escravo: um capricho ou um ato de pura destruição visando incutir o terror. A vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte-em-vida". (MBEMBE, 2018, p. 14)

[166] "[...] no pensamento filosófico moderno assim como na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a 'paz' tende a assumir o rosto de uma 'guerra sem fim' [...] as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por 'selvagens' [...] são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da 'civilização' [...] o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. [...] Todas as manifestações de guerra e hostilidade marginalizadas pelo imaginário legal europeu encontraram a ocasião para reemergir nas colônias". (MBEMBE, 2018, pp. 16-17)

[167] Tais princípios são a "igualdade jurídica entre todos os estados", onde "matar ou negociar a paz eram funções proeminentes de qualquer estado" em que "nenhum Estado deveria exercer qualquer poder para além de suas fronteiras" e nem "reconheceria nenhuma autoridade superior à sua dentro de suas fronteiras"; e de "territorialização do Estado soberano", ou seja, de "determinação de suas fronteiras no contexto de uma ordem

perda" do escravo ("perda de um lar, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político") que caracteriza a condição de "dominação absoluta" sobre ele e também à sua "animalização" ou "bestialização" (e portanto à completa ausência de empatia para consigo) e consequente "coisificação", retirando-lhe qualquer traço de humanidade e reduzindo-o à condição de objeto, a ponto de levar a uma profunda contradição entre a "liberdade de propriedade e a liberdade da pessoa". A raça é o elemento definidor desta segregação decorrente da "concatenação entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio" (MBEMBE, 2028, pp. 9-18).

O autor também não descuida de avaliar, para além dos exemplos mais remotos (campos de concentração, *plantations*, colônias) os exemplos próprios do exercício do necropoder (a combinação entre poder disciplinar, biopolítica e necropolítica) nas "ocupações coloniais contemporâneas", onde o exemplo da Palestina[168] ressalta sobre os demais, em que o "controle físico e geográfico" estabelece "um novo conjunto de relações sociais e espaciais" onde a "violência e a soberania reivindicam um fundamento divino", relacionando aspectos aparentemente díspares, porém, complementares, tais como identidade étnico-religiosa, topografia, fragmentação territorial, vigilância, guerra tecnológica e infraestrutural, táticas de sítio medieval, violência colonial e terror sagrado (MBEMBE, 2018, pp. 18-23).

O autor também procedeu com sua análise sob o prisma das guerras contemporâneas. Baseando-se nos estudos de Carl von Clausewitz e Zygmunt Bauman sobre a guerra e citando como exemplos recentes a Guerra do Golfo, a campanha de Kosovo e o genocídio *tutsi* pelos *hutus* em Ruanda, para ele as "guerras da era da globalização não incluem em seus objetivos conquista, aquisição e gerência de um território [...] são mais uma reminiscência das estratégias de guerra dos nômades do que das guerras territoriais de 'conquista-anexação' das nações sedentárias da modernidade". Tais conflitos são marcados pela "revolução militar-tecnológica" (que combina guerra aérea com armas de alta tecnologia, sensores eletrônicos, mísseis guiados, bombas de fragmentação, tecnologias *stealth* etc.), pela "guerra infraestrutural" (que leva à "falência do sistema de sobrevivência do inimigo") e pelas "máquinas de guerra"[169]. Neles, "as

---

global recentemente imposta", não aplicável, contudo, às nações/territórios não organizados na forma de Estados-nação, sujeitos, portanto, à apropriação e dominação imperial-colonial. (MBEMBE, 2018, pp. 16-17)

[168] Tais relações "deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior do mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo". Nesse sentido, para o autor, a "forma mais bem-sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina. Aqui, o Estado colonial tira sua pretensão de soberania e legitimidade da autoridade de seu próprio relato da história e da identidade". (MBEMBE, 2028, p. 19)

[169] Máquinas de guerra podem ser constituídas por corpos bélicos distintos dos exércitos regulares, destinados não apenas aos conflitos em si, mas também, por vezes, à exploração predatória de recursos naturais, sobretudo

operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem o monopólio exclusivo dos Estados, e o 'exército regular' já não é o único meio de executar essas funções (MBEMBE, 2018, pp. 23-29). Para ele:

> Se o poder ainda depende de um controle estreito sobre os corpos (ou de sua concentração em campos), as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com a inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo 'massacre'" (MBEMBE, 2028, p. 28)

A partir dessa meticulosa costura intelectual[170], para Mbembe, a "soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder". Corresponderia, em outras palavras, tanto ao "direito de matar" como à "capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é (MBEMBE, 2018, pp. 5, 9 e 20).

Nesse sentido, a *normalização disciplinar* (o exercício do poder na forma de controle dos corpos nas instituições disciplinares, tais como prisões, hospitais, manicômios, fábricas, exército) e a *normalização biopolítica* (a apropriação da vida biológica pela esfera política), enquanto *imagens do Direito* já abordadas por Foucault, combinados com o conceito de *estado de exceção* (conforme definido por Agamben) e *estado de sítio* ganham o seu grau máximo de expressão com a *necropolítica* e seu respectivo conceito de *soberania*: quando a decisão sobre quem pode e quem não pode morrer passa a ser identificada como objeto constitutivo de práticas de governo e de gestão:

> [...] as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. [...] a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. [...] o necropoder embaralha as fronteiras entre

minerais, em regiões de conflito: "[...] são constituídas por segmentos de homens armados que se dividem ou se mesclam, dependendo da tarefa e das circunstâncias. Organizações difusas e polimorfas, as máquinas de guerra se caracterizam por sua capacidade de metamorfose". (p. 26). São exemplos de tais máquinas de guerra as "[...] milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado [que] proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar.[...] A extração e o saque de recursos naturais pelas máquinas de guerra caminham de mãos dadas com tentativas brutais para imobilizar e fixar espacialmente categorias inteiras de pessoas ou, paradoxalmente, para soltá-las, forçando-as a se disseminar por grandes áreas que excedem as fronteiras de um Estado territorial". (MBEMBE, 2018, pp. 25-27)

[170] Antes de finalizar o seu ensaio seminal, Mbembe ainda analisa a questão do necropoder sob a "'lógica do martírio' e a sob a 'lógica da sobrevivência' [...] sobre os dois problemas gêmeos da morte e terror, por um lado, do terror e da liberdade, por outro [...] caracterizada pela figura do 'homem-bomba' [...] Como conclusão, explorar a relação entre terror, liberdade e sacrifício". (MBEMBE, 2018, pp. 29-33)

> resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade. (MBEMBE, 2018, p. 38)

No Brasil de ontem e de hoje, podemos observar tais práticas, talvez não com a mesma crueza explícita com que ocorreram e ainda ocorrem nos campos de concentração, nas *plantations*, nas antigas colônias do período imperialista, nas ocupações coloniais contemporâneas, nas guerras da atualidade ou na postura dos mártires "homens-bomba" – mas, nem por isso, mais sutis. É nos grotões do Brasil profundo (por invisibilização ou esquecimento) e nas favelas e periferias das cidades brasileiras (por negação ou repulsa) onde as distintas variantes do racismo (racial, de classe, de gênero e de origem) se evidencia nas práticas de racismo institucional (como veremos no tópico 4.1), sobretudo no âmbito da segurança pública.

No governo Bolsonaro, tais práticas se revestiram de uma constância e de uma presença institucional ainda maior. Qualquer semelhança dos conceitos de necropolítica, necropoder e de soberania como a capacidade de decidir "quem vive e quem morre, quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é" com as posturas revisionistas (tentando reescrever a história, para negar seus horrores), negacionistas (tais como os discursos antivacina), armamentista (ao facilitar, por decretos, o acesso da população às armas e munições, para promover justiça com as próprias mãos), com a demora na concessão de benefícios da seguridade social administrados pelo INSS para idosos e deficientes físicos (afetando a dignidade da pessoa humana de parcelas vulneráveis da população) e, sobretudo, com a crise nos Yanomamis no estado de Roraima (legando à própria sorte populações inteiras, territorial e etnicamente marginalizadas, largadas para morrer), ou mesmo as centenas de exemplos diários de ação truculenta das forças policiais em face da população pobre e negra nas favelas e periferias das cidades brasileiras não é mera coincidência: trata-se da necropolítica levada à efeito de uma forma tão cruel quanto às formas relatadas por Mbembe.

3.3 Guerra Cultural e Diversionismo a Partir da Retórica do Medo e dos Discursos de Ódio

Trata-se de demonstrar, no presente tópico, sobre como se constitui o primeiro dos conjuntos de táticas e práticas do bolsonarismo: a retórica por detrás de seu discurso, destacando-se a influência do olavismo e do ideário da extrema direita mundial.

Para muito além de sua simbologia, conforme já abordado na introdução; da violência redentora como seu fundamento inicial, conforme abordado no primeiro capítulo; e dos demais fundamentos, nos termos abordados nos tópicos 3.1 e 3.2; alguns outros elementos que

caracterizam o bolsonarismo como reflexo do autoritarismo também se encontram presentes em sua narrativa cotidiana: eles partem do discurso da antipolítica, já mencionado no início deste capítulo e se desdobram na *retórica do medo* e nos *discursos de ódio*, fundamentados na mentira e na intimidação (práticas que, por sua vez, se configuram ou se caracterizam como formas de violência, real e simbólica, no sentido que lhes confere Pierre Bourdieu) da qual a *guerra cultural* e o *diversionismo* são, ao mesmo tempo, conteúdo e continente.

Combinadas, elas estão sempre presentes nos discursos e narrativas bolsonaristas, seja ao ressuscitar a velha ameaça do fantasma do "comunismo"; seja na forma de manifestações de apologia à tortura e apoio à ditadura militar; seja para acusar estudantes e professores de supostas práticas de perversão ou balbúrdia nas universidades – o *anti-intelectualismo* de que nos falava Stanley (2018), abordado no capítulo 2; seja para combater artistas pelo uso supostamente indevido da "Lei Rouanet"; seja para descredibilizar a imprensa, as instituições da República, o sistema eleitoral, a vacinação e demais medidas de combate e contenção à pandemia de covid-19; dentre outras. O intuito é sempre o de causar dúvidas, incertezas, medo e despertar o ódio em seus adeptos ou ouvintes.

Tal retórica do medo e seus discursos de ódio enquanto práticas de violência simbólica, explícitas no discurso bolsonarista, estão presentes desde o início de sua trajetória pública. Paes Manso (2020) nos recorda que Bolsonaro era o vocalizador de uma *violência redentora* (restauradora, saneadora, purificadora) como forma de promover uma limpeza da sociedade e do sistema político falido. Porém, se na época da Ditadura Militar, da qual ele era tributário (como já analisado no tópico 4.2), os inimigos eram os “subversivos e comunistas”, com o advento da Nova República os inimigos passaram a ser “os negros, os pobres, os jovens, os moradores de favelas e os suspeitos de vender drogas” (MANSO, 2020, p. 290).

> Essa crença está na base da disposição homicida da rede de policiais, militares paramilitares que matam em nome de causa que consideram justificáveis. [...] Como deputado federal, Bolsonaro voltou-se com discursos, homenagens e iniciativas parlamentares para a rede de policiais, militares e paramilitares que participavam desses conflitos cotidianos. [...] Bolsonaro e sua família são representantes ideológicos de uma cultura miliciana que se fortaleceu no Rio e chegou à presidência do Brasil. Defender extermínios, seu pensamento dizia, era lutar como um patriota pela missão de livrar o Brasil do mal. Desde que enxergou essa sua verdade muitos anos atrás, libertou-se de freios morais e passou a pregar a violência abertamente. (MANSO, 2020, pp. 291-295)

Essa mesma retórica do medo e os discursos de ódio, carne e esqueleto da violência real e simbólica bolsonarista, são colocados em prática por meio do uso da desinformação como estratégia política, por intermédio das novíssimas TICs, o que abordaremos, de modo

específico, mais adiante, no tópico 4.6 *(O tecnopopulismo e o ecossistema de desinformação política)* da presente tese.[171]

A chamada retórica do ódio bolsonarista também se materializa nos ataques de Bolsonaro e dos adeptos do bolsonarismo ao que eles convencionaram chamar de "pauta de costumes"[172]: na verdade, uma visão distorcida sobre as chamadas "pautas identitárias", que inclui, para além de temas já consagrados da luta feminista e de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, temas específicos como união homoafetiva, redução da maioridade penal, legalização do aborto e descriminalização das drogas para consumo próprio, além de tópicos específicos tais como a "escola sem partido", a proibição de qualquer menção à questão de gênero nas escolas, a inexistente porém combatida distribuição de "kit gay" nas escolas, o combate à liberdade de cátedra e a liberação da posse e porte de armas, por exemplo.

A escalada da retórica do medo e dos discursos de ódio toma fôlego na campanha presidencial de 2018 e ganha força antes mesmo do início do governo. Por ocasião de seu discurso de posse – oportunidade em que, como de praxe nas democracias contemporâneas, se reafirma o compromisso de "governar para todos" –, quando se esperava que o candidato vencedor assumisse compromissos com a pacificação entre seus eleitores e os eleitores de seus adversários, Bolsonaro deu continuidade ao acirramento de ânimos: a frase "nossa bandeira jamais será vermelha" deu a tônica de seus discursos e da narrativa que constituiu em torno de si próprio para os anos seguintes.

Se, para Pierre Bourdieu, em sua *teoria dos campos* e do *espaço social*, com seu respectivo sistema de *status* e de papéis sociais (*habitus*) o *capital simbólico* é a somatória entre o capital econômico, o capital cultural e o capital social, atribuindo ao seu detentor maior ou menor *valor social*; e o *poder simbólico* pode ser determinado pelo uso da produção simbólica

---

[171] Sobre este assunto, por hora, cumpre-nos observar o que disse Rocha (2023): "No interior da midiosfera extremista [autêntico ecossistema de desinformação], a *retórica do ódio* encontra seu habitat e conduz a uma perversa *pedagogia da desumanização do outro*, sem a qual a extrema direita não seria capaz de inventar inimigos imaginários o tempo todo – daí o pensador e pedagogo Paulo Freire ser um dos alvos favoritos do bolsonarismo. A lição freiriana, se assimilada, inviabilizaria a retórica do ódio, no mínimo, impediria sua circulação irrestrita". (ROCHA, 2023, p. 25). Também é importante salientar, de antemão, o que disseram Recondo e Weber (2023), referindo-se aos ataques proferidos contra o STF, sobre o potencial incitador de violência que os discursos de ódio podem despertar nos adeptos de doutrinas ou ideologias extremistas "dispostos a cruzar a fronteira do teclado para o gatilho", demonstrando o "apagamento das fronteiras entre o ódio propagado nas redes sociais e a violência no mundo real": "Antes de chegar à superfície, o ódio é cultivado nas redes. Para aqueles juízes analógicos – embora alguns se atrevessem no Twitter –, era difícil imaginar como o discurso divisivo de Bolsonaro excitava os canais de comunicação das plataformas a ponto de coagular grupos violentos ou atos ofensivos solitários. [...] Ao longo dos últimos anos, uma dezena de atos preparatórios de violência foi detectada e informada às autoridades com base no escarafuncho das redes sociais". (RECONDO; WEBER, 2023, pp. 156-157 e 204)

[172] "[...] o triunfo eleitoral de Bolsonaro é incompreensível sem a adesão do deputado federal do baixo clero à pauta dos costumes, que ele reuniu a um anticomunismo bolorento de almanaque da Guerra Fria". (ROCHA, 2023, p. 119)

como forma de dominação, exercido na forma de reconhecimento, autoridade, prestígio ou obediência, pressupondo, ao mesmo tempo, subjugação e submissão; a *violência simbólica* pode ser definida como aquela que decorre da tentativa de imposição e legitimação da dominação de uma classe sobre outra por meio da transmissão do sistema simbólico de cultura (valores, conceitos e hierarquias constituídos ao longo do tempo e transmitidos por meio dos processos de comunicação, de educação, de transmissão formal do conhecimento). Ela é exercida sem a necessidade de coação física, de modo invisível. Não obstante, causa opressão e, no limite, sofrimento e danos morais e psicológicos (BOURDIEU, 2021, n.p.).

O conceito de violência simbólica se relaciona diretamente, pois, ao conceito de guerra cultural (como estratégia política) e contribuem para o diversionismo (como tática), por intermédio da retórica do medo e os discursos de ódio como seus veículos (práticas operacionais).

Em *Bolsonarismo:* da guerra cultural ao terrorismo doméstico, João Cezar de Castro Rocha (2023) assim define a "guerra cultural": "[...] é uma matriz de produção em série de narrativas polarizadoras cuja radicalização crescente engendra sem trégua inimigos imaginários, mantendo a militância em estado permanente de excitação [...] significava a produção industrial de *fake news* e de teorias da conspiração com a finalidade de obter ganho político imediato. [...] seriam disputas narrativas sobre a definição de valores que deveriam orientar 'família, arte, educação lei e política' [...] é a origem e a forma da arquitetura da destruição" (ROCHA, 2023, pp. 13-15, 106 e 51):

> A guerra cultural bolsonarista é uma ameaça maior à arte, à ciência e à educação do que a ditadura civil-militar. Porque a ditadura civil-militar concentrou os esforços na eliminação do inimigo interno, que era a esquerda da luta armada ou de qualquer forma de oposição ao regime. Contudo, a ditadura civil-militar, ao contrário deste governo, tinha um projeto nacionalista. A ditadura civil-militar, ao contrário do governo Bolsonaro, não vendeu nem sucateou a coisa pública. A ditadura civil-militar, continha um projeto de uma pátria grande, investiu em infraestrutura, criou estatais. Esta é uma contradição muito importante: a guerra cultural bolsonarista é mais séria porque está destruindo as instituições associadas ao meio-ambiente, à cidadania e à cultura. [...] Faço uma advertência: embora se relacione à onda internacional de ascensão da direita, ela tem traços exclusivamente nacionais. E estes são ameaçadores, pois dependem de uma posição revisionista, que nega os crimes da ditadura civil-militar e, ainda mais, busca, num cenário de democracia, atualizar a draconiana Doutrina da Segurança Nacional [DSN], cujo objetivo, como vimos nos capítulos anteriores, é a *eliminação do inimigo comum.* (ROCHA, 2023, pp. 95-96 e 107)

No artigo intitulado *A normalização do discurso autoritário e da linguagem de violência*, publicado em 1° de novembro de 2023, no periódico Le Monde Diplomatique Brasil, os professores Henry Armand Giroux e Gustavo de Oliveira Figueiredo nos chamam a atenção

para o aumento exponencial do uso – e a consequente normalização – da retórica da violência e do autoritarismo na América Latina, reveladas por meio da multiplicação de grupos neofascistas, neonazistas e neorracistas; e da ampliação de ataques violentos a lideranças indígenas, negras, do movimento LGBTQIAPN+, sobretudo o homicídio de travestis e pessoas trans, bem como o assassinato de jovens negros moradores das favelas nas últimas três décadas. Para eles, a adesão – ou mesmo a autoria – de líderes populistas à tal retórica, ao discurso da violência na política contemporânea, é um dos grandes combustíveis para a sua normalização:

> A adesão desses políticos populistas autoritários às mentiras e à violência tem produzido uma série implacável de choques e conflitos no corpo social, enfraquecendo a política e os ideais democráticos. Assim, a violência que antes era considerada inconcebível e relegada às margens da sociedade, agora passa por algo normal. À medida que a retórica violenta se acelera, aumentam os atos físicos de violência que permeiam a vida cotidiana, afetando desde jornalistas e professores até os trabalhadores e empresários. Essa linguagem agressiva é diretamente proporcional ao aumento dos indicadores de homicídios, violências e conflitos sociais. Também é desse mesmo modo, ou seja, por meio da normalização de uma retórica desumanizadora, que militares e forças de segurança se sentem autorizados a executar aqueles considerados criminosos, tratando-os como animais ferozes; negam-lhes assim a humanidade para, em decorrência disso, exterminá-los. Isso tem ocorrido nas periferias dos bairros negros dos Estados Unidos, dos bairros de imigrantes no Canadá, nas favelas do Brasil, e agora também nas guerras entre Israel e Palestina ou entre Rússia e Ucrânia. (GIROUX; FIGUEIREDO, 2023, n.p.)

Bolsonaro e sua camarilha pareciam seguir esse receituário à risca. A partir de lugares comuns, tidos como elementos de linguagem norteadores da narrativa bolsonarista, pronunciados ora por ele mesmo, em suas *lives* semanais, ora por seus ministros do chamado núcleo ideológico do governo (como Ernesto Araújo, do ministério das Relações Exteriores; Vélez Rodrigues, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro, do ministério da Educação; Ricardo Sales, do ministério do Meio Ambiente; e Damares Alves, do ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos) eles acabaram se constituindo como os amplificadores dos elementos discursivos que deram o tom da ideologia bolsonarista.

Em todas as áreas de Governo, assim como em ambos os discursos de posse do presidente proferidos, respectivamente, no Congresso Nacional e no parlatório do Palácio do Planalto, observou-se algo que orientava a ele e à maioria dos membros de sua equipe: um obstinado combate ao que eles denominavam de "viés ideológico" e de "marxismo cultural".

Sabe-se que o termo ideologia pode ter diversos significados, mas o significado que aqui se adota não é outro senão o da concepção gramsciana de "visão de mundo" ou cosmovisão (formas de compreender o mundo) e não de "falsa consciência" (sistema de crenças ilusórias), como em Raymond Willians; ou mesmo na concepção de Marx e Engels em sua obra *A*

ideologia alemã. Tomemos ideologia como conjunto estruturado e sistemático de ideias, convicções filosóficas, sociais, políticas, de visões e interpretações de mundo de um indivíduo ou grupo de indivíduos.

O próprio presidente, seu partido político, sua equipe e, via de consequência, todo o seu governo possuíam a sua própria ideologia que, consagrada vencedora nas urnas, presumia-se devesse ser colocada em prática. O que demonstra que essa investida contra o que eles chamavam de "viés ideológico" era, em verdade, o combate a ideologia de seus adversários, em um movimento que tenta imprimir um conceito de ideologia única (a deles). Não há problema que alguém pense diferente de mim. O problema é quando esse alguém começa a achar que o meu pensamento não pode existir por ser diferente do dele. Essa é uma visão – e ação – própria de regimes autoritários, sejam eles de esquerda ou de direita, algo típico de quem tem dificuldades de dialogar com os diferentes e com as diferenças.

Não só Bolsonaro, como os ministros da "primeira leva" de ocupantes do chamado 1º escalão do governo bolsonarista se dedicaram, com constância e veemência, a alimentar a guerra cultural e o diversionismo. Ernesto Araújo, o primeiro chanceler do governo bolsonarista, mantinha um blog onde compartilhava opiniões controversas e típicas das "teorias da conspiração": de que o aquecimento global e as mudanças climáticas que o mundo vinha sofrendo seriam uma "trama marxista" e a Europa, "um espaço culturalmente vazio"; que o nazismo teria sido uma "ideologia de esquerda", dentre outras excentricidades. Também foi alvo de críticas no episódio da nomeação e demissão do primeiro escolhido para ocupar o cargo de presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações – Apex; e pela divulgação de uma notícia falsa sobre um almoço supostamente inexistente entre ele e os embaixadores da Bolívia e Itália, em que estariam tratando da extradição do italiano Cesare Battisti. Detalhe: ambos os embaixadores negaram que o encontro tenha acontecido.

Ricardo Vélez Rodrigues, o primeiro dentre 4 ministros da Educação, se caracterizava por pronunciamentos que o identificavam como um suposto adepto do obscurantismo. Acreditava e defendia que o projeto de lei denominado "Escola sem Partido" constituía-se em "providência fundamental"; que o Golpe de 1964 era um "evento a ser comemorado"; e que o ENEM era um "instrumento de ideologização". Defendeu, certa vez, que escolas públicas deveriam constituir "Conselhos de Ética que zelassem pela reta educação moral dos alunos". Também se envolveu em controvérsias sobre mudanças nas regras de editais para aquisição de livros, no âmbito do PNLD; além da nomeação, seguida de instantânea exoneração, de uma

pessoa de qualificação duvidosa, designada para gerir o INEP, responsável, dentre outras políticas, pela elaboração e aplicação do ENEM.

Além de Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Velez Rodrigues (Educação), depois substituído por Abraham Weintraub, constituíam o chamado "núcleo ideológico" dos membros do governo os ministros Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Roberto Alvim (Cultura). Já durante os primeiros 30 (trinta) dias de governo, Damares foi alvo de sucessivas e diárias matérias jornalísticas desairosas sobre, ao menos, três de suas declarações inusitadas: a de que teria visto "Jesus na goiabeira"; a de que agora estaríamos a ingressar em uma "Nova Era", em que "meninos vestem azul e meninas, rosa"; e uma terceira, questionando a validade científica da teoria da evolução.

Já o secretário nacional de cultura, Roberto Alvim (depois substituído pelo ator-global-juvenil Mário Frias) foi o responsável por direcionar a "guerra cultura" no campo propriamente dito da Cultura e das Artes. Tornar os artistas inimigos para assim arrumar pretexto ou justificativa para o aniquilamento da política cultural fez parte da tônica do governo Bolsonaro. Os ataques à Lei Rouanet ou a histórica *live* de Alvim, então secretário, em que parafraseou o discurso ("A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional [..] ou então não será nada"), emulou a estética das vestimentas, do penteado, do cenário e até mesmo do fundo musical (uma ópera de Richard Wagner, a preferida de Hitler) dos pronunciamentos do ministro nazista Joseph Goebbels são dignos de nota (PRUDENCIANO, 2020, n.p.).

O fato é que a estratégia de comunicação e de relacionamento com a opinião pública adotada por Bolsonaro foi, até certo ponto e em boa medida, bastante eficiente e eficaz, apesar de, sozinha, não se prestar a satisfazer os anseios da população por mudanças concretas. Tanto Trump, nos EUA, quanto Bolsonaro no Brasil "contornaram a mídia tradicional e se comunicam diretamente com o eleitor de modo eficaz e como melhor lhes convém. [...] O presidente americano se provou um gênio da manipulação do ciclo de notícias" (CAMPOS MELLO, 2020, p. 140).

Desde antes da campanha eleitoral, prosseguindo por toda a duração de seu governo, o então presidente apostou na comunicação direta por meio de redes sociais. Para isso, usava de um linguajar leve, não raro em tom de deboche, com chavões, "memes", slogans de campanha, enfim, todo um arsenal linguístico e argumentativo necessário para atingir aquilo que as gerações "Y" e "Millenium" convencionaram chamar de "lacração". Além disso, prosseguia instigando a violência, a intolerância para com os que pensam diferente e, o mais curioso, trabalhando junto ao senso comum teórico coletivo da população na criação e manutenção de

"inimigos imaginários": comunismo, viés ideológico, marxismo cultural, no melhor estilo adolescente "*hater*" de comunidade "*gamer"* e de redes sociais.

Não apenas no aspecto comunicacional, mas em todos os demais analisados no presente capítulo, Bolsonaro parecia seguir o mesmo receituário de líderes autoritários da atualidade, quer se situassem eles no espectro político da esquerda, como Nicolás Maduro (Venezuela) e Daniel Ortega (Nicarágua); quer se situassem no espectro político da direita, tais como Recep Erdogan (Turquia), Viktor Orbán (Hungria), Rodrigo Duterte (Filipinas) e Narendra Modi (Índia), além daquele que, sem dúvida alguma, lhe serviu de espelho ou de alter ego: Donald Trump (EUA).

Tudo isso, adicionado aos anúncios de medidas mirabolantes e absurdas, sempre seguidas de desmentidos e recuos, além de demonstrar uma certa falta de preparo para o mister governamental e para o múnus público, aparentava ter uma outra finalidade: gerar as tais "cortinas de fumaça", através das quais ele conseguia, ao mesmo tempo, distrair os opositores e descredibilizar a mídia, que perdiam tempo debatendo e dando repercussão aos anúncios das medidas absurdas e mais tempo ainda repercutindo os desmentidos e recuos do presidente, enquanto os membros de sua equipe se mantinham "camuflados", "blindados" ou "protegidos" para proceder com aquilo que, para eles, de fato importava: o desmanche do Estado de bem estar social, com medidas que, como nas palavras de Rubens Requião, promovem a desnacionalização, o entreguismo e a supressão de direitos do povo, tais como a reforma da previdência que abrangeu trabalhadores comuns, mas excluiu militares, judiciário, ministério público, deputados, senadores e todos os demais privilegiados; a agenda de privatizações; os cortes no Sistema S; juros mais altos para o financiamento habitacional pela Caixa Econômica, dentre outra medidas econômicas excludentes.

Se o líder maior se comportava de tal forma, não era de se estranhar que uma parte significativa de seus ministros também o fizessem. Não somente os já citados Ernesto Araújo, Rodríguez/Weintraub, Damares Alves, Alvim/Frias, mas também Onyz Lorenzoni, pareciam não só repetir a receita em suas próprias pastas como, em certas ocasiões, fazer parte da estratégia no sentido mais amplo do governo. Tais ministros se tornaram, ao longo da gestão, os mais frequentes em anúncios bombásticos, medidas polêmicas e – sobretudo e em grande quantidade – profusão de asneiras. Onyx foi alvo de duras críticas, por parte da imprensa, por conta de seu temperamento intempestivo, além de sucessivas descobertas de casos de corrupção por ele supostamente praticados. Já nas primeiras três semanas de governo vieram à tona denúncias de caixa 2; de passagens aéreas utilizadas na campanha eleitoral, mas, pagas com

recursos de seu mandato parlamentar; e de uso de notas fiscais frias para recebimento de verbas indenizatórias da Câmara dos Deputados.

Nem mesmo o Carnaval escapou da sanha bolsonarista para alimentar a fogueira de sua guerra ideológica: já no primeiro ano de seu governo, mandado "tomar naquele lugar", em coro, por populares e brincantes do Carnaval em todo o Brasil, para tentar se contrapor à maior festa popular e comercial do mundo – que contra ele protestou, lhe restou postar um vídeo de um homem bolinando em suas partes íntimas e urinando em outro (prática conhecida da comunidade queer como *golden shower*), dando prosseguimento à sua estratégia de arengar com artistas consagrados, atacar a Lei Rouanet e prosseguir insistindo no combate ao "comunismo", ao "viés ideológico" e ao "marxismo cultural".

O fato é que Bolsonaro sempre acreditou que deveria se manter, permanentemente, em cima de um palanque eleitoral, achando que seria possível governar um país de dimensões continentais por intermédio de redes sociais, sempre insistindo em suas "cortinas de fumaça": Venezuela, Lava Jato da Educação, filmar crianças repetindo slogan político-partidário de campanha em Escolas Públicas e assim por diante.

De trapalhada em trapalhada, ao longo de seu mandato presidencial, ele foi sendo cada vez mais tolhido de dar declarações sobre temas importantes do próprio governo que deveria liderar, seguindo tutelado por mais de uma centena de militares aboletados em cargos no Governo. Para que cuidassem de sua curatela, reuniu o que havia de mais saudosista nas FFAA, boa parte egressos da missão de paz no Haiti, tais como os generais Augusto Heleno e Hamilton Mourão. Eram os pupilos do general Sylvio Frota, do almirante Henning e do brigadeiro Araripe, figuras de proa do regime militar consideradas extremistas até mesmo por um radical do naipe do general Ernesto Geisel.

No extremo, a incitação à violência, desde o "vamos metralhar a petralhada" até o "nossa bandeira jamais será vermelha" observaram-se distintos e numerosos casos de agressões físicas e até assassinatos, perpetrados por bolsonaristas contra militantes de esquerda, o que acabou se agudizando e se intensificando durante o período eleitoral do ano de 2022. O exemplo mais contundente aconteceu no dia 9 de julho de 2022: Marcelo Arruda, guarda municipal, militante político e tesoureiro do Diretório Municipal do PT de Foz do Iguaçu-PR foi assassinado durante a sua própria festa de aniversário. O crime foi cometido pelo policial penal Jorge Guaranho, bolsonarista que, sentindo-se provocado com a decoração da festa, alusiva a Lula e ao Partido dos Trabalhadores, dirigiu-se ao local, desentendeu-se com a vítima (com quem trocou tiros) e

acabou assassinando-o, sendo processado, julgado e condenado por homicídio (G1, 2025a, n.p.).

Entendido do que se trata a *guerra cultural* como estratégia política, que se opera por meio da retórica do medo e dos discursos de ódio, formas de violência real e simbólica, compreendamos como se processa o *diversionismo* como sua tática preferencial. Se fossemos utilizar, por analogia, uma nomenclatura bem própria da teoria do planejamento estratégico, diríamos que o diversionismo é a *tática* por intermédio da qual se trava a *estratégia* da guerra cultural. Ele é composto, por sua vez, por diversas *práticas*, dentre as quais algumas merecem destaque. Vejamos:

3.3.1. Prática 1: Definição do bode expiatório e do inimigo interno

Se, de um lado, a existência de um "bode expiatório" é fundamento mesmo do autoritarismo e do fascismo, a sua identificação e definição se configura no campo das táticas e práticas de seus líderes e seguidores. Assim como no antissemitismo, analisado no capítulo anterior, no presente caso, o "bode expiatório" da extrema-direita contemporânea brasileira, aqueles que seriam responsáveis por todos os problemas e mazelas de nossa sociedade seriam os pobres, mestiços e moradores da periferia, assim como os adeptos da chamada esquerda progressista. Para isso, adota-se uma concepção bem própria e distorcida de "esquerdismo", "comunismo" ou "marxismo cultural". Impingir culpa aos adeptos do pensamento e da visão de mundo identificada como "progressismo de esquerda" e atribuir a estes uma relação direta com a corrupção tornou-se palavra corrente, lugar comum no discurso bolsonarista.

3.3.2. Prática 2: Deslocamento do debate sobre costumes

Uma das práticas – bem-sucedidas, por sinal – do bolsonarismo é a substituição do debate político ou programático pelo debate de costumes, convicções e credo. Trata-se da *despolitização do debate público* (para usar, mais uma vez, uma expressão utilizada por ROCHA, 2023, p. 125). Deslocar, para a arena pública, assuntos que são próprios da esfera da vida privada gera dois efeitos deletérios à sociedade, porém, benéficos para quem promove tal inversão.

O primeiro efeito é que o fato de discutir, na esfera pública, assuntos ou temas que só deveriam importar a individualidade de cada um ou, no máximo, ao seu círculo mais íntimo de

pessoas gera dissenso, discórdia, cizânia. Porque quando falamos de costumes, religião, espiritualidade, orientação sexual ou sobre outros assuntos da vida privada não existe certo ou errado: existem apenas preferências, diferenças que, em uma sociedade verdadeiramente democrática, deveriam coexistir e ser respeitadas. Mas, em uma sociedade eminentemente conservadora, marcada pelas distintas formas de preconceito e discriminação, a realidade é outra: as pessoas gostam de julgar e condenar os diferentes por suas diferenças, ainda que o motivo para tal julgamento ou reprimenda não lhes diga respeito.

O segundo efeito é que, ao assim proceder, permite-se desviar o foco das pessoas dos assuntos que de fato interessam à arena pública: a solução para os problemas coletivos da sociedade, tais como a melhoria dos serviços públicos, a geração de empregos, a distribuição de renda, a inclusão social e a redução das desigualdades. Porque falar mal da vida alheia e julgar o próximo acaba sendo mais interessante e mais fácil do que se concentrar, pensar ou opinar sobre assuntos complexos. Esses dão mais trabalho, exigem conhecimento, engajamento e outras condições nem sempre presentes na maior parte dos cidadãos comuns. Porém, está na essência do conceito de cidadania, sem a qual não há democracia plena.

Além disso, promover a discórdia em virtude de debates infrutíferos sobre temas controversos ou falsos, que despertam o ressentimento e o ódio, acaba permitindo, aos verdadeiros donos do poder, desviar a atenção e jogar para debaixo do tapete todo e qualquer desmando sobre suas atuações políticas, tráfico de influências, sobre suas incompetências e, porque não dizer, sobre os sigilos de 100 anos em torno de seus malfeitos.

3.3.3. Prática 3: Propagação de desinformação e discursos de ódio

A propagação (produção intencional e disparo em massa) de desinformação e discursos de ódio como tática político-eleitoral ganhou destaque, no Brasil, ao final do ano de 2018, quando o jornal *Folha de São Paulo* publicou, em sua edição do dia 18/10/2018, a reportagem investigativa de autoria da jornalista Patrícia Campos Mello, que repercutiu em jornais do mundo inteiro, revelando a existência e descrevendo o funcionamento das engrenagens do denominado *Gabinete do Ódio*. Desde então, um volume considerável de literatura foi produzido sobre o tema.

À época da campanha eleitoral de 2018, tal engrenagem – que constitui verdadeira indústria de produção (intencional) e difusão (em larga escala), com impulsionamento (orgânico, artificial ou pago) de desinformação e discursos de ódio – envolveu, supostamente,

um milionário esquema de “Caixa 2” eleitoral, que financiou uma verdadeira cruzada digital de disparo em massa de notícias falsas pelo aplicativo de mensagens chamado *WhatsApp*. Esse mecanismo destinado a promover o linchamento moral e a execração pública de adversários ajudou a conferir o *upgrade* necessário à figura do então candidato, ao final eleito. De 2018 a 2022, tal máquina bolsonarista seguiu em funcionamento, se aperfeiçoou, diversificou e intensificou a produção e difusão de suas mentiras. No lugar do fantasioso *kit gay*, da inexistente *mamadeira de piroca* e do tenebroso *pacto com o demônio* (famosas *fake news* produzidas e distribuídas durante o período eleitoral de 2018), entraram em campo a velha ameaça de implantação do comunismo, o fechamento de igrejas, o ensino de ideologia de gênero nas escolas, a implantação de banheiros unissex nas universidades, a regulamentação do aborto indiscriminado e a liberação das drogas, dentre outras.

O uso de *big-data* associado à segmentação de usuários, ao micro direcionamento, ao impulsionamento pago e ao disparo em massa de conteúdos digitais é de tal relevância que será analisado com maior profundidade no tópico 4.6 desta tese. Por ora, cabe destacar que a produção e a disseminação de desinformação e de discurso de ódio se inserem no contexto da chamada pós-verdade – conceito que abordaremos mais adiante. O emprego dessa lógica da pós-verdade tem, dentre outros, dois objetivos claros: manter mobilizados e engajados os adeptos e gerar a chamada “cortina de fumaça” para distrair a atenção do público e da imprensa ante algum fato negativo em face dos candidatos e/ou governantes de plantão e que esteja na “ordem do dia” que, por sua vez, pode situar-se sobre questões diversas, a saber:

3.3.3.1 Prática 3.1: Detração de adversários políticos

Diferente da oposição saudável de ideias que se observa, naturalmente, nas democracias, no autoritarismo e no fascismo os adversários políticos se equivalem aos inimigos internos ou externos, direcionando a eles, de forma sistemática, toda a sorte de ataques que contribuam para sua desmoralização e perda de sua credibilidade, honra ou boa imagem perante à população, nem que, para isso, seja necessário se fazer valer da desinformação e da mentira.

3.3.3.2 Prática 3.2: Descredibilização da imprensa tradicional

Aliada ao uso e emprego das TICs, da internet, das redes sociais e da inteligência artificial (o que, como dito, analisaremos com mais detalhe no tópico *4.6 – O tecnopopulismo*

e o ecossistema de desinformação política), os ataques a jornalistas e as tentativas de descredibilização dos veículos da mídia tradicional foram uma constante no governo Bolsonaro. Citando episódios concretos, boa parte deles passados na cobertura jornalística diária no Palácio da Alvorada, Campos Mello (2020) assinala o seguinte:

> No Brasil, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) registrou 208 agressões físicas ou verbais a veículos de comunicação e jornalistas em 2019. Bolsonaro foi o responsável por 58% dessas agressões – 121 dos 208 ataques. Segundo o levantamento da entidade, em 2019 o país registrou um aumento de 54% desse tipo de ataque físico ou moral contra profissionais ou veículos de comunicação – em 2018, foram apontados 135 casos. [...] A retórica e as ações cada vez mais agressivas contra a imprensa, por parte do presidente, de seus filhos e alguns aliados, funcionam como um sinal verde para apoiadores passarem dos insultos às vias de fato. [...] Em intensidade e abrangência, os ataques de Bolsonaro contra a imprensa são incomparáveis, não têm nenhum paralelo na história do Brasil. A fúria dele contra a mídia só se assemelha à de outros líderes populistas hoje no poder, como Viktor Orban na Hungria, Recep Erdogan na Turquia, Narendra Modi na Índia, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Nicolas Maduro na Venezuela e Daniel Ortega na Nicarágua. (CAMPOS MELLO, 2020, pp. 150-154)

3.3.3.3 Prática 3.3: Descredibilização das instituições democráticas, em especial, do sistema eleitoral brasileiro:

A descredibilização institucional reside na tentativa de "minar a autoridade dos poderes centrais concorrentes" (ALBRIGHT, 2018, p. 268), causando desequilíbrio e desarmonia entre os poderes da República, o que fere o art. 3° da CF/1988 (independência e harmonia entre os poderes). Tal tática teve como alvo principal o STF, mas, se debruçou com maior afinco sobre o sistema eleitoral brasileiro e, mormente, sobre as urnas eletrônicas[173], como pano de fundo para os protestos pela não aceitação dos resultados eleitorais do 2º turno das eleições de 2022. No dizer de Barreto (2022, p. 68) "a disseminação de conteúdo que geram desconfiança na votação promove uma corrosão democrática que muitas vezes não é imediatamente perceptível".

Dentre tais ataques, é célebre o episódio em que o deputado federal e filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, disse que, para fechar o STF precisaria apenas de "um jipe, um cabo e um

[173] Recondo e Weber (2023) citam o convite feito pelo então presidente do TSE, ministro Luiz Roberto Barroso, para que as Forças Armadas integrassem a Comissão de Transparência das Eleições (CTE) criada em setembro de 2021, como uma cilada, uma armadilha que serviria de pretexto para que Bolsonaro instrumentalizasse ainda mais o seu discurso de descredibilização as urnas eletrônicas e do sistema eleitoral como um todo, agora, a partir de uma opinião supostamente abalizada das FFAA: "'Ao convidar as Forças Armadas para acompanhar e opinar sobre a organização eleitoral, apostando na construção de um consenso sobre a lisura das eleições, a Justiça deu a Bolsonaro a oportunidade de que carecia para se valer da credibilidade dos militares junto aos radicais para desacreditar o processo eleitoral', escreveram Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro no livro O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo". (RECONDO; WEBER, p.. 212)

soldado". Também é famosa a reunião convocada por Bolsonaro com embaixadores de nações amigas em que, às vésperas do processo eleitoral de 2022, ele levantava dúvidas levianas sobre a credibilidade do sistema eleitoral e das urnas eletrônicas para a comunidade internacional. Foi em virtude de tal reunião que se dera a condenação que o tornou inelegível, assunto ao qual voltaremos no capítulo 5 desta tese.

Em outro exemplo recente, em pleno setembro de 2023, quase um ano após as eleições de outubro de 2022, membros das alas radicais dos partidos de direita no Congresso Nacional intentaram legislar sobre questões cuja inconstitucionalidade já havia sido decidida (marco temporal de demarcação de terras indígenas, união homoafetiva, descriminalização do porte de maconha, legalização do aborto etc.) e pretendem aprovar PEC que permitiria ao Congresso sustar decisões do STF. Esse suposto "esticar de corda" não se trata de mera afronta: é mais uma incursão típica da extrema-direita, reacionária e golpista de, ao estilo "apito de cachorro", praticar o chamado diversionismo.

3.3.4. Prática 4: O patrocínio e incitação à prática de atos antidemocráticos:

Todas as táticas e práticas anteriores (a definição de um bode expiatório; o deslocamento que traz, para o debate na arena pública, assuntos que são próprios da esfera da vida privada; as campanhas de propagação de desinformação – detração de adversários, descredibilização da imprensa e das instituições da República) desaguam em uma última: a de incitação à prática de atos antidemocráticos, a quarta e última modalidade de táticas e práticas que integram a estratégia diversionista que, por sua vez, serve a um só propósito e intenção: travar uma guerra cultural que pode justificar uma ruptura com a ordem democrática e a instauração de um regime autoritário.

A *Operação Tempus Veritatis*, deflagrada em 08/02/2024, tendo como alvos militares integrantes das Forças Especiais, o grupo de elite do EB apelidado de “Kids Pretos”, no âmbito de um dos inquéritos instaurados no STF para apurar a participação de membros do governo, incluindo militares integrantes do núcleo mais próximo do ex-presidente Jair Bolsonaro; assim como a *Operação Contragolpe*, realizada em 19/11/2024, que resultou na prisão de 4 oficias do EB e 1 policial federal, sob a investigação de, além de participar da tentativa de golpe, tramar o assassinato do presidente e do vice-presidente da República então eleitos e do ministro do STF, Alexandre de Moraes são exemplos dessa tática. Voltaremos a esta questão no Capítulo 5 da presente tese.

Em termos esquemáticos, entre estratégias, táticas, práticas e seus respectivos fundamentos, teríamos:

- ESTRATÉGIA – Guerra cultural
- FUNDAMENTOS – violência redentora (restauradora, saneadora), militarismo, fanatismo religioso, extremismo político, obscurantismo, revisionismo histórico, negacionismo científico, armamentismo e necropolítica
- OBJETIVO – manter mobilizadas, coesas e engajadas a massa de adeptos da realidade paralela que lhes é própria para justificar uma agenda de desconstrução e, em última instância, uma ruptura com a ordem democrática e a instauração de um regime autoritário
- TÁTICA – Diversionismo
    - PRÁTICA 1 – Definição do bode expiatório e do inimigo interno
    - PRÁTICA 2 – Deslocamento do debate sobre costumes
    - PRÁTICA 3 – Propagação de desinformação e discursos de ódio
        - 3.1 – Detração de adversários políticos
        - 3.2 – Descredibilização da imprensa tradicional
        - 3.3 – Descredibilização das instituições democráticas, em especial, do sistema eleitoral brasileiro
    - PRÁTICA 4 – Patrocínio e incitação à prática de atos antidemocráticos

Definir um bode expiatório e um inimigo interno; promover o deslocamento da pauta sobre costumes para a esfera pública, retirando desta o debate sobre a pauta que lhe é própria; propagar desinformação e discursos de ódio; e incitar a prática de atos antidemocráticos, todas são, portanto, práticas diversionistas que, por sua vez, dão azo à guerra cultural.

O bolsonarismo vai além disso. Ele ultrapassa a fronteira do razoável nesse debate, pois, ao combinar todas as táticas e práticas acima descritas, ele consegue transformar a chamada "pauta de costumes", por exemplo, em um verdadeiro "terrorismo moral" sobre fechamento de igrejas, aborto, banheiros unissex, pactos com o demônio, liberação das drogas, abuso sexual de crianças e outras situações falsas disseminadas para chocar e causar medo, ódio e repulsa não só em seus seguidores fanáticos, mas, sobretudo, no eleitor indeciso que se deixa facilmente emocionar por esse tipo de formulação.

Tal estratégia de guerra cultural, sua tática diversionista e suas respectivas práticas assemelham-se a rotinas adaptadas do militarismo. Ao que se demonstrou, Bolsonaro parece ter tentado aplicar, em seu governo, o conjunto formado por estratégia/táticas/operações, adaptadas da matemática logarítmica, conhecida como "aproximações sucessivas", com avanços, inércias e recuos alternados. Ela serve para medir o termômetro da sociedade antes da tomada de alguma medida que se quer tomar, mas, sobre cuja adesão ou aceitação popular se tem dúvidas. Essa estratégia sempre veio acompanhada de uma outra: trata-se das denominadas *operações psicológicas* (do inglês *psychological operations* – PSYOP), parte integrante da chamada *guerra cognitiva* (do inglês *cognitive warfare* – CW), em que se procede com a desestabilização do adversário (ou a descredibilização de uma instituição) através da disseminação de mentiras que geram dúvidas, insegurança, medo e rejeição na população para com algo ou alguém. Os fatos que circundam o 7 de setembro de 2021 e os constantes questionamentos sobre a idoneidade das urnas eletrônicas e do processo eleitoral são exemplos do que se acaba de descrever.

A guerra cultural enquanto estratégia política se firma, portanto, no propósito de conquistar corações e mentes para o ideário autoritário e supremacista. O diversionismo é a tática política com a qual se trava esta guerra e que contém distintas formas – suas práticas. Guerra cultural e diversionismo são levados a efeito por meio da retórica do medo e dos discursos de ódio, formas de violência real e simbólica. Combinadas, constituem parte das características próprias do bolsonarismo, enquanto reflexo da escalada do autoritarismo no Brasil nos últimos 10 anos (2010-2020), correntemente empregadas por seus mentores/operadores para manutenção de adeptos e permanência no poder. Seu objetivo final é a ruptura com a ordem democrática e a instauração de um regime autoritário.

Para Rocha (2023), no entanto, a guerra cultural encerrava em si um verdadeiro paradoxo entre o sucesso do bolsonarismo e o fracasso do governo Bolsonaro:

> O fenômeno bolsonarista é condicionado por um paradoxo que tanto assegurou seu êxito eleitoral em 2018 quanto anuncia agora o colapso da gestão pública – ruína tornada tragédia na gestão negacionista da crise sanitária. [...] o êxito incontestável do bolsonarismo implica o fracasso incontornável do governo Bolsonaro. Quanto mais impactante for o triunfo da guerra cultural, tanto mais desastrosa será a administração da coisa pública. [...] O bolsonarismo, vale repisar, é incompatível com qualquer princípio básico de governança. (ROCHA, 2023, pp. 52-57)

É disso que trataremos no tópico seguinte.

3.4 A Desconstrução de Políticas Públicas de Estado

Se, por um lado, caracterizamos a apologia à violência redentora (capítulo 1); a aliança entre as Forças Armadas e o neopentecostalismo (3.1); e o obscurantismo, o revisionismo histórico, o negacionismo científico, o armamentismo e a necropolítica (3.2) enquanto *fundamentos* do bolsonarismo; e reputamos à guerra cultural e ao diversionismo, a partir da retórica do medo e dos discursos de ódio como formas de violência real e simbólica (3.3) a condição de *primeiro conjunto de táticas e práticas* típicas do bolsonarismo; cabe-nos agora analisar o *segundo conjunto de táticas e práticas* que lhe são característicos e que o identificam com o autoritarismo.

Está a se falar ora da ausência de um plano de governo claro, um verdadeiro "não-programa"[174], ora de medidas administrativas intencionais de *desconstrução/desmonte/desmanche de políticas públicas*, com forte carga político-ideológica, as quais Bolsonaro e sua equipe passaram a dar ensejo. Trata-se daquilo que Rocha (2023) denominou de *arquitetura da destruição* (intencional) e do *colapso na gestão pública*, efeito colateral da ausência de governança, em razão da dedicação quase exclusiva à agenda da chamada guerra cultural.[175] A consequência direta dessa agenda é a destruição do legado de políticas públicas constitutivas do frágil Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) brasileiro, edificado ao longo dos últimos 35 anos por diferentes governos de distintos partidos desde o advento da Constituição de 1988.

Contam-se às centenas os fatos, agrupados em conjuntos mais ou menos homogêneos, que fazem prova do que aqui se alega: ainda no período da transição, pós-eleições de 2018, salvo o frágil e pobre plano de governo intitulado "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", com seu slogan cabalístico "Mais Brasil, menos Brasília", não houve (ou, ao menos, não foram apresentados à sociedade) quaisquer lampejos de programas, projetos ou propostas de políticas públicas, com ações concretas, que pudessem refletir esperança de melhoria na qualidade de vida das pessoas. Salvo uma ou outra exceção, não restou demonstrado, à época, que os membros do gabinete ministerial detivessem o essencial para que o mandato que iria iniciar

[174] Em termos semelhantes aos que dissertados por Arendt (2013, p. 427) ao se referir tanto à pobreza quanto à invisibilização conferida por Hitler aos "25 Pontos" constitutivos do programa do partido nazista, redigidos por Gottfried Feder.

[175] "[...] em lugar de buscar diagnósticos precisos de problemas concretos, o governo produz mais do mesmo, numa eterna luta ideológica, independentemente da área em tela: da educação ao desmatamento, da economia à prescrição de medicamentos, a guerra cultural troca efeito por causa e turva mais do que ilumina". (ROCHA, 2023, p. 109)

fosse minimamente bem-sucedido: conhecimento técnico em sua respectiva área de atuação governamental e um bom plano de gestão.

Esse verdadeiro vazio de ideias e de conteúdo útil restou demonstrado em ambos os discursos de posse do Presidente, tanto no Congresso, quanto no parlatório do Palácio do Planalto (BRASIL, 2019, n.p.), uma verdadeira coletânea de tuítes, memes e chavões de campanha: libertar o Brasil do "socialismo", do "politicamente correto" e das "ideologias nefastas" foram algumas das frases de efeito constitutivas de uma fala dirigida muito mais aos seus seguidores do que ao conjunto do povo brasileiro ou às nações amigas. Tal vazio de ideias observado nas posturas e manifestações públicas do presidente eleito, até então, restou refletido no ideário e no "não-programa" de sua equipe.

Há, evidentemente, uma identificação da agenda de desconstrução e desmanche com políticas do receituário neoliberal, oriundas ainda dos ajustes preconizados pelo Consenso de Washington, das instituições de Bretton Woods em sua conformação mais atual (o ultraliberalismo). Sendo assim, políticas severas de austeridade ou de ajuste fiscal tais como a da Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC nº 95/2016) e as reformas trabalhista (anterior ao governo Bolsonaro) e previdenciária (ocorrida já sob a gestão de Bolsonaro), que representam passos em direção à precarização/uberização do trabalho, também guardam relação com o desmonte do Estado de Bem-Estar Social.

Porém, em se tratando de Bolsonaro e do bolsonarismo, a dimensão da desconstrução/desmanche/desmonte é bem mais profunda, posto que sequer disfarçada ou embalada em justificativas sobre como conferir competitividade à mão-de-obra ou atratividade para investimentos internacionais. Com Bolsonaro, mais do que uma política neoliberal ou ultraliberal que precariza direitos e contrasta com os interesses das camadas mais populares da sociedade[176], estamos falando de uma intencional não-política (ou antipolítica, nos termos já definidos por Avritzer), que vem acompanhada de uma outra característica que também lhe é intrínseca: a de *interferência político-ideológica em políticas públicas de estado* que, por sua vez, é ainda mais profunda do que o mero *patrimonialismo*, de que já tratava Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*. Em conjunto com a já analisada agenda constante de ataques que visavam descredibilizar as instituições democráticas, ela foi utilizada por Bolsonaro de modo igualmente constante como uma das estratégias para a sua tentativa de manutenção no poder.

[176] "O impacto mais profundo de seu governo ocorreu em políticas públicas para setores específicos, dos quais a saúde, o meio-ambiente e a educação foram aqueles em que se observaram retrocessos fundamentais". (MELO; PEREIRA, 2024, p. 192)

Para Avritzer (2021, p. 9), o que aqui denominamos de agenda de desconstrução, desmonte ou desmanche de políticas públicas corresponde ao que ele denominou de uma "concepção de antigovernabilidade e antipolítica", a partir de uma "visão regressiva da política" e de uma "lógica de destruição de políticos e de políticas".[177] Para ele, "é possível definir a antipolítica bolsonarista" a partir de "três tipos de ações conjugadas":

> [...] primeiro [...] destroem-se estruturas existentes do Estado brasileiro nas áreas de educação, meio ambiente e direitos humanos [...] segundo [...] desmantela-se a política pública de saúde durante a pandemia, que, se exitosa, corria o risco de habilitar a política e um centro político; [...] terceiro [...] intimidam-se os demais poderes de modo que a antipolítica não seja interrompida por decisões legislativas ou judiciais quando buscam impor limites à política de destruição. (AVRITZER, 2021, pp. 9-10)

Avaliemos, doravante, com o suporte de distintos autores, o reflexo do conceito de antipolítica na governança, nas distintas áreas de governo onde esta lógica se fez sentir de modo mais contundente:

Na *Economia*, as prioridades anunciadas pelo então ministro Paulo Guedes foram a reforma da previdência que, no formato proposto e depois parcialmente aprovado, colocou apenas na conta do trabalhador o ônus de conter um suposto *déficit* previdenciário, em uma clara tentativa de, ao mesmo tempo estimular a proliferação dos regimes de previdência privada, baseados na capitalização individual e de extirpar do nosso modelo contributivo/redistributivo as demais facetas da seguridade social; a agenda de privatizações que, a pretexto de livrar-se de um certo entulho estatal – o que seria, até certo ponto, positivo – procurou repassar, nos anos que se seguiram, o *filet mignon* das empresas públicas e sociedades de economia mista a conglomerados multinacionais do capital internacional; e os cortes nas contribuições do Sistema S, sucateando o pouco de ação social que as entidades patronais da indústria, comércio, transporte e demais setores produtivos ainda praticam em prol de seus trabalhadores.

Para Esther Dweck (2021), ao analisar os dois primeiros anos do governo, a plataforma econômica de Bolsonaro, sob a condução do ministro Paulo Guedes, possuía "inequívoca matriz neoliberal", caracterizada pela proposta de "orçamento base zero": agenda fiscal com promessa de "zerar o déficit fiscal", com "corte de gastos, revisão de desonerações e desestatização";

[177] "Jair Bolsonaro chega à presidência não como um líder político, e, sim, como um líder de um movimento capaz de destruir políticas e políticos. [...] A concepção de antigovernabilidade do capitão ganhou forma durante o primeiro ano de seu mandato devido à sua capacidade de destruir políticas. Foi em ministérios-chave, como os da Educação, do Meio Ambiente e da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, que a concepção de (des)governo se expressou melhor. Seus ministros foram nomeados pela capacidade de tensionar com a respectiva área de políticas públicas, ou de desfazer políticas bem estabelecidas, ou de criar tensões com burocracias e membros de comunidades de políticas públicas nessas áreas". (AVRITZER, 2021, pp. 7-9)

cumprimento do "teto de gastos", com "reforma da previdência" em "regime de capitalização" e "desvinculação de despesas e receitas do governo federal"; "novo pacto federativo", com descentralização de ações para estados e municípios; "ambiente de trabalho favorável ao empreendedorismo", com a "carteira verde e amarela"; "crescimento econômico de longo prazo", com agenda de "abertura comercial unilateral"; e "reforma tributária". Fizeram parte dessas medidas as PECs Emergencial, dos Fundos Públicos e do Pacto Federativo e mudanças significativas na orientação política de estatais estratégicas, tais como na "redução da atuação do BNDES" e na "desestatização de subsidiárias da Petrobrás". Tais políticas de "desmonte institucional", no entanto, teriam sido forçadamente interrompidas em razão da inexorável necessidade de enfrentamento à pandemia de covid-19 (DWECK, 2021, pp. 263-278).

A *reforma da previdência* (EC nº 103/2009) é um dos pontos que merece destaque na denominada "agenda do desmanche". Ela sacrificou idosos, trabalhadores rurais, pessoas com deficiência e os mais humildes, pouco ou nada mudando para se combater segmentos historicamente privilegiados, tais como oficiais militares, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público ou servidores públicos de alto escalão. Segundo Maria de Fátima Lage Guerra e Regina Coeli Moreira Camargos (2021), a reforma da previdência teve, em sua antessala, a reforma trabalhista, operada ainda antes, no governo Temer. Sua principal proposta, "a criação de um regime de capitalização individual obrigatório para novos contribuintes – [que] foi derrotada na Comissão Especial constituída na Câmara dos deputados para a sua apreciação" (GUERRA; CAMARGOS, 2021, pp. 341-343).

O primeiro ponto negativo da proposta original era a tentativa de institucionalização de um regime de capitalização (rechaçado pelo Congresso Nacional), baseado em poupança individual formada pela contribuição de cada empregado. O regime até então vigente era solidário e redistributivo, onde todos contribuíam para uma espécie de "caixa único", que se reparte para todos. Já na capitalização, utilizada nos planos de previdência complementar ou privados, os rendimentos de uma aplicação que só conta com a contribuição individual de cada um são muito pequenos para sustentar uma aposentadoria por alguns anos, diferente de um sistema onde os juros e rendimentos de aplicação de um montante unificado ganham uma escala robusta e considerável, utilizada para suprir o valor dos benefícios.

O segundo ponto referia-se aos critérios temporais: o fim da aposentadoria por tempo de serviço; a ampliação do tempo mínimo de contribuição, de 15 para 20 anos; a elevação da idade mínima, de 55 para 62 anos, para mulheres; e de 60 para 65 anos, para homens; e a

exigência do mínimo de 40 anos de trabalho para a aposentadoria integral. Significa que todos teriam que trabalhar por mais alguns anos para fazer jus ao merecido descanso.

O terceiro ponto referia-se às aposentadorias especiais: a proposta era exigir, do trabalhador rural, tempo mínimo de contribuição e não somente a comprovação do tempo de atividade laboral, que também se elevaria de 15 para 20 anos. Professores também passariam a ter idade mínima maior, de 50 anos, tanto para homens como para mulheres, bem como a exigência de 30 anos de tempo de contribuição.

O quarto ponto: a proposta retirava da CF/1988 a regra que determina reposição da inflação para os benefícios acima do salário-mínimo pagos a aposentados e pensionistas da iniciativa privada e do setor público, que então ocorria pelo INPC. O critério de atualização seria definido em lei que, em tese, seria mais fácil de modificar. Isso poderia representar a adoção de um critério de atualização menor ou, até mesmo, não haver garantia de atualização dos valores das aposentadorias e pensões.

A maior crueldade, porém, foi tentada contra idosos e pessoas com deficiência, beneficiários do BPC. Pelas regras até então vigentes, o idoso acima de 60 anos podia receber o BPC no valor equivalente a um salário-mínimo. Pela proposta, passaria a receber tal benefício somente a partir dos 70 anos. Entre 60 e 70 anos, receberia o valor de R$ 400,00. Significaria levar milhões de pessoas para uma condição de miserabilidade, no período da vida em que mais precisam de suporte.

De outra banda, no lado mais forte da relação capital-trabalho, o governo propunha a desoneração do empregador, tanto quanto ao FGTS, como quanto à não-obrigatoriedade da contribuição patronal no regime de capitalização. O único ponto positivo se resumia a questão

do progressividade da alíquota, que era igual para todos, independentemente do valor do salário. Cobrar alíquota maior de quem ganha mais aparentava ser uma medida justa.[178] [179]

É inegável que, de tempos em tempos, os sistemas de previdência social requeiram ajustes. Mas, não com o sacrifício exclusivo de trabalhadores, idosos, deficientes físicos, beneficiários do BPC e sim para reduzir privilégios, como as pensões, contribuições e aposentadorias de juízes, promotores, desembargadores, procuradores, políticos e oficiais militares de alta patente. Ao invés de sacrificar o trabalhador mais simples, seria imprescindível cobrar a dívida das megaempresas devedoras do fisco que, juntas, somam um montante maior do que aquilo que se pretendia economizar com a reforma. Também seria necessário que a própria União Federal restituísse aos cofres da previdência tudo aquilo que retirou durante décadas, para financiar obras e outros programas de governo. Reavendo valores de caloteiros, restituindo montantes indevidamente retirados e cortando privilégios de categorias específicas, que mais se assemelham a castas, seria possível reduzir o suposto déficit previdenciário. Além disso, a retomada do crescimento, com geração de empregos; e o reequilíbrio da matriz de tributação, melhor distribuindo a carga tributária entre impostos diretos e indiretos surtiria efeitos muito mais positivos na arrecadação tributária e previdenciária, reduzindo ou até extirpando o déficit.

Na agenda econômica do desmanche, também não poderia faltar espaço para as *privatizações.* Nessa seara, o então ministro Paulo Guedes agia como um verdadeiro proxeneta do mercado financeiro, disposto a vender o que houvesse de valor em *terra brasilis* por

---

[178] "Entre as mudanças paramétricas aprovadas, a maior vitória do governo foi, certamente, o fim da modalidade de aposentadoria por tempo de contribuição ao RGPS e a fixação de idades mínimas de, respectivamente, 62 e 65 anos para mulheres e para homens como norma geral do RGPS e do RPPS da União. [...] As regras paramétricas criadas também implicam maior exigência de tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria de novos contribuintes do sexo masculino, no RGPS e, em ambos os regimes previdenciários, redução do valor dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte; aumento muito expressivo do tempo para obtenção da aposentadoria com benefício integral que, na prática, vai torná-la quase peça de ficção; imposição de restrições severas ao acúmulo de benefícios; fixação de alíquotas de contribuição progressivas, com aumento expressivo sobretudo para servidores, incluindo aposentados e pensionistas; e fixação de regras de transição para os contribuintes em situação de quase aposentadoria bastante penosas (DIEESE, 2018a; DIEESE, 2019c *apud* (GUERRA e CAMARGOS, 2021, pp. 341-343). Ou seja, os segurados, para se aposentarem, terão que trabalhar mais, contribuir por mais tempo, pagar mais, receber menos e, ao falecerem, deixarão menos recursos para seus dependentes. [...] Por fim, essa combinação de fatores – critérios mais exigentes de acesso à previdência e flexibilização do mercado de trabalho – pode representar, no médio prazo, pressão adicional sobre o orçamento da Assistência Social e mais desequilíbrio nas contas de Previdência (DIEESE, 2019b; WELLE *et al.* 2018 *apud* (GUERRA e CAMARGOS, 2021, pp. 341-343), cujo enfrentamento é o principal objetivo do governo ao promover a reforma. (GUERRA e CAMARGOS, 2021, pp. 341-343)

[179] Segundo Nelson Barbosa (2019), professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016) e doutor em economia pela *New School for Social Research*, em artigo publicado na edição do dia 1º/03/2019, do jornal Folha de São Paulo, nos moldes propostos, "a 'Nova Previdência' proposta por Bolsonaro reduzirá o teto de cobertura do INSS de R$ 5.839,45 para R$ 998 por mês. Mesmo quem defende a capitalização como substituto à repartição não ousou tamanho arrocho". (BARBOSA, 2019, n.p.)

quaisquer trinta dinheiros. O que poderia ser algo positivo, com o intuito de livrar a Administração Pública de um certo entulho estatal indesejável, gerador de muitas despesas, mas de poucos resultados positivos, se transformou em uma sanha privatista do chamado *filet mignon* estatal: a entrega do que há de mais estratégico e lucrativo dentre as empresas públicas e sociedades de economia mista, tais como as distribuidoras de energia elétrica dos estados.

O conjunto das principais medidas constantes da plataforma econômica de Bolsonaro/Guedes, no entanto, não foram bastantes para surtir os resultados esperados. Mesmo antes da pandemia, os indicadores econômicos patinavam na insuficiência das medidas adotadas:

> Com a venda de ativos, Guedes conseguiu reduzir a dívida em percentual do PIB e o déficit primário, e comemorou como se fossem, em si, resultados relevantes, ao passo que o emprego apresentava resultados pífios e alarmantes. Ao final do ano, com a expectativa de crescimento do PIB em 2020 de 2,3%, uma aceleração em relação aos anos anteriores, Guedes defendeu a ideia de que o Brasil estaria decolando. Na verdade, a combinação de juros baixos e estímulos pontuais de demanda [como os saques do FGTS, do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, em volume de até 42 bilhões de reais] não foram suficientes para impulsionar a economia brasileira, que permaneceu em um quadro de estagnação, com desemprego alto e crescimento econômico em 2019 inferior aos dois anos anteriores. (DWECK, 2021, p. 272)

Nas *Relações Internacionais*, desde o início do governo, por conta das declarações polêmicas recheadas de teor ideológico, ora do próprio *chanceler*, Ernesto Araújo; ora do ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente); ora do ministro Augusto Heleno (Segurança Institucional); ora do ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil); ora dos filhos do presidente; ora do próprio presidente, o Brasil sofreu duras sanções comerciais de diferentes países: primeiro foi a soja, boicotada pelos chineses após palavras desairosas proferidas sobre a China; depois foi a vez do frango e da carne halal, uma retaliação dos países da Liga Árabe por conta da manifesta intenção do governo brasileiro de mudar a embaixada brasileira em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém.

Analisando a política externa e as relações internacionais nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, Dawisson Belém Lopes (2021) observou intensa "instrumentalização"[180] destas em prol da "guerra cultural" bolsonarista, causando verdadeira descoesão entre os princípios, meios e fins de uma "política exterior racionalmente concebida", deixando para trás características consagradas pelo Itamaraty e sua chancelaria, como a defesa dos direitos

[180] "[...] a condução internacional do país, hoje em dia, parece flutuar ao sabor das idiossincrasias e da conveniência eleitoral do atual incumbente do Palácio do Planalto". (BELÉM LOPES, 2021, p. 269)

humanos e do multilateralismo, para abraçar-se a outras tantas bastante inusitadas[181], dentre elas, (i) uma "adoração a Donald Trump", observável na adoção de medidas sem reciprocidade para com os EUA; (ii) uma "sinofobia", observável nas acusações sobre o "vírus chinês"; e (iii) em "clivagens étnicas e religiosas", como nos assuntos que envolvem os conflitos entre judeus e árabes (BELÉM LOPES, 2021, pp. 249-262).

O chanceler Ernesto Araújo chegou a fazer, antes mesmo de sua posse, declarações polêmicas sobre o conjunto dos Países Árabes, o Mercosul e a China, três dos principais parceiros comerciais do Brasil, posto que figuravam, até então, dentre os dez maiores importadores de produtos brasileiros. Tal preterição se deu sob o pretexto de estreitar laços com os EUA e Israel, por certo parceiros importantes, mas cuja participação na balança comercial não tinham, nem de longe, o mesmo peso dos demais. Além do que rezar "Ave Maria" em tupi-guarani, no ato de sua posse foi, mais do que uma demonstração desnecessária de erudição, um contrassenso: símbolo máximo do aculturamento em um governo que, em seu primeiro dia útil de trabalho, retirou da FUNAI a atribuição quanto à identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas. Como dissera, na ocasião, o jornalista Bernardo Mello Franco: é o "samba do diplomata doido" (FRANCO, 2019, n.p.).

Na primeira missão oficial do governo brasileiro aos EUA, mais uma vez se destacou o caráter excêntrico e caricatural do *modus operandi* do governo Bolsonaro em política internacional. Na ocasião, a comitiva brasileira retornou ao país com muitas concessões realizadas e nenhum retorno recebido: dispensou os americanos de obter visto em viagens ao Brasil; debateu os termos para a celebração de um acordo que previa o uso americano do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, no Maranhão; aceitou comprar trigo norte-americano com taxa zero e sem contrapartidas; e prometeu leiloar, em futuro próximo, áreas generosas do Pré-Sal. Todas elas concessões dadas sem a exigência da respectiva contrapartida, ao que se reconhece, em relações internacionais, como princípio da reciprocidade.[182]

---

[181] "A chegada de Jair Bolsonaro ao poder, em janeiro de 2019, representou um capítulo novo e crítico na história da política externa desde a redemocratização brasileira. Os primeiros dois anos de mandato sugerem a multiplicação de formuladores oficiais e semioficiais de política externa; uma cruzada retórica contra os moinhos de vento do 'globalismo' e da integração regional; o enfrentamento veemente – no campo dos valores e da moral – à desocidentalização da matriz diplomática do Itamaraty, ainda que a narrativa governamental acomode as relações ditas estratégicas com monarquias teocráticas do Golfo Pérsico; a flagrante hostilidade verbal à República Popular da China, a qual convive com o aprofundamento da dependência de Brasília das compras de *commodities* por Pequim; a ênfase no bilateralismo comercial e securitário em oposição ao multilateralismo; e as relações preferenciais com determinados parceiros – nomeadamente, os Estados Unidos, secundados por Israel, Hungria, Polônia e Índia". (BELÉM LOPES, 2021, p. 249)

[182] "Houve ainda concessões unilaterais aos Estados Unidos nos campos: comercial, com a renúncia do Brasil ao status de economia emergente na Organização Mundial de Comércio; consular, com a inexigibilidade de reciprocidade para concessão de vistos de entrada no território; e militar, com o franqueamento de acesso à base de Alcântara, no Maranhão, sem contrapartida à altura". (BELÉM LOPES, 2021, p. 252)

Ao dispensar o visto de americanos em viagem ao Brasil, o presidente renunciou a uma receita estimada em R$ 60 milhões ao ano, obtida com a expedição de vistos para australianos, canadenses, japoneses e americanos. Mas, brasileiros com destino aos EUA continuaram tendo que pagar caro para obter seus vistos. Ao mesmo tempo em que adotou este gesto de benevolência, o presidente ignorou brasileiros que emigraram para os EUA. Ao invés de lutar pelos seus compatriotas e tentar colaborar para regularizar tais situações, afirmou que a maioria dos imigrantes não têm boas intenções para com os EUA, quando, ao que se sabe, a ampla maioria deles saem de seu país de origem em busca de trabalho. Nesse sentido, o então presidente firmou um acordo para facilitar a deportação de imigrantes brasileiros em situação irregular nos EUA.

Os prejuízos de tal comportamento não foram apenas de ordem moral, simbólica ou, simplesmente, migratória. Por conta desse "realinhamento estratégico" com os interesses estadunidenses à época, o Brasil reduziu suas exportações para China (minério de ferro e soja), Países Árabes (aves, principalmente frango) e Mercosul (incluindo automóveis). A China era, naquele tempo, o maior parceiro comercial do Brasil, responsável por 26% de todas as exportações. Os EUA detinham apenas 12% de nosso comércio exterior.[183]

As polêmicas[184] no campo da política externa comprometeram a posição do Brasil na arena internacional. Outrora respeitada, caracterizada pelo pacifismo, pela mediação e pelo multilateralismo, a postura isolacionista, retrógrada e medieval da diplomacia brasileira no período só era comparável com a de países ditatoriais, autocráticos e fundamentalistas. Ou seja, o Brasil se isolou do ponto de vista de suas relações internacionais e isso trouxe prejuízos não

[183] Mas, não se podia esperar postura distinta de uma comitiva cujo ministro da Fazenda, em seu discurso perante a Câmara de Comércio Brasil-EUA, solicitou que os EUA permitissem que o Brasil ingressasse na OCDE. E ainda afirmou que o impedimento anterior se dava porque o país estava "pulando com a perna esquerda" e, agora, "pula com a perna direita". Para justificar o pedido, o ministro afirmou que ele e o então presidente "gostam muito da América: de jeans, de Coca-Cola e da Disneylândia". E para arrematar, disse: "Por favor, deixem-nos entrar na OCDE. Os EUA são a única barreira para isso. Mas se não der, tudo bem, sem problema. Vamos em frente". A propósito, a condição imposta pelo então presidente americano, Donald Trump, para que o Brasil ingressasse na OCDE era a de que o país abrisse mão de seu tratamento comercial diferenciado de país emergente perante a OMC, o que não equivalia à, parafraseando o ditado popular, "dar um anel para ficar com o dedo": tratava-se de escolher com qual dos polegares se desejava ficar. Para arrematar, o então Chefe-de-Estado brasileiro teria afirmado, em um jantar dado em homenagem ao ideólogo Olavo de Carvalho, o seguinte: "O Brasil caminhava para um socialismo. Nos livramos da ideologia nefasta de esquerda".

[184] Um exemplo concreto: em agosto de 2019, depois que Noruega e Alemanha já haviam decretado a suspensão dos repasses para o Fundo Amazônia, a Finlândia também pediu boicote à carne brasileira; França e Irlanda passaram a se opor ao acordo entre a União Europeia e o Mercosul; e a questão da Amazônia foi levada ao debate no encontro do G7 realizado naquele ano por líderes franceses e canadenses. UOL. *Finlândia sugere que UE pare de importar carne brasileira*. UOL Notícias, 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2019/08/23/finlandia-sugere-que-ue-pare-de-importar-carne-brasileira.htm#:~:text=Pa%C3%ADs%20que%20det%C3%A9m%20a%20presid%C3%AAncia%20rotativa%20da,Mercosul.O%20governo%20da%20Finl%C3%A2ndia%2C%20que%20no%20mome. Acesso em: 31dez2024.

só simbólicos, mas, sobretudo, materiais. Foram as *commodities* brasileiras – e, via de consequência, a balança comercial e o PIB – que passaram a sofrer as consequências desse cenário de ausência de credibilidade.

A *Educação* também foi severamente atingida pela agenda do desmonte. Alvo dos ataques bolsonaristas, sofreu duros revezes que podem ser comprovados pela queda nos indicadores de acesso, permanência e desempenho de alunos, da educação básica ao ensino superior, nesse período. O mesmo "anticomunismo" que orientou as relações exteriores se pronunciou como princípio norteador da agenda educacional, já que, como nas palavras do próprio presidente, havia que se "combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino".

Para Fernando Luiz Abrucio (2021), o que se destacou na gestão da política educacional nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro foi o "predomínio da desconstrução do modelo anterior", a partir de um "ideário cujo maior inimigo é a ordem política montada desde a redemocratização":

> O presidente Bolsonaro não é só um admirador da ditadura. Seu governo orienta-se, principalmente, pela busca da destruição do modelo político e social inaugurado pela Constituição de 1988. A política educacional é um exemplo paradigmático dessa lógica bolsonarista. Sua proposta para a Educação tem como objetivo destruir a agenda, o modelo institucional e a comunidade epistêmica construída nas últimas décadas. (ABRUCIO, 2021, p. 279)[185]

Os principais temas suscitados pelo primeiro de seus ministros da Educação, Vélez Rodríguez, foram: (a) a abolição de Paulo Freire das escolas (reconhecido mundialmente pela excelência de sua obra); (b) a instituição do projeto "Escola sem Partido" que, sob o pretexto de desideologizar o ensino, queria instituir uma pedagogia da ideologia unicista, do monismo e do monoculturalismo, extirpando o pluralismo pedagógico, a liberdade de cátedra e o multiculturalismo das escolas; (c) estabelecer uma espécie de censura prévia sobre questões do ENEM, de modo que não viessem a abordar temas considerados proibidos pela *intelligentsia* bolsonarista; (d) combater a por eles denominada ideologia de gênero; (e) extinguir o sistema de cotas para ingresso nas universidades; (f) voltar a segregar pessoas com deficiência (PCDs), enturmando-as em salas especiais, distintas das turmas regulares; (g) alterar conteúdo dos livros

[185] A esse modelo de políticas sociais inaugurado pela Constituição de 1988, Abrucio (2021) reputa quatro características fundamentais: (i) a busca da ampliação do acesso a direitos e serviços públicos de forma universal aos cidadãos; (ii) a criação de canais de participação da sociedade em diversas etapas das políticas públicas, seja como forma de controle, seja no processo de deliberação; (iii) a inédita e ampla descentralização com aumento da coordenação federativa; e (iv) um conjunto de mudanças presentes tanto na Constituição como em legislações e reformas posteriores que buscaram profissionalizar e melhorar a gestão pública. (ABRUCIO, 2021, pp. 280-281)

didáticos, conforme sua própria visão revisionista da história; e, por fim, (h) aprovar propostas legislativas de regulamentação da educação domiciliar, conhecida como *homeschooling*. Para eles, todas eram medidas importantes contra um suposto e ilusório "marxismo cultural" que deveria ser combatido.

Esse "predomínio da visão moralista" segundo Abrucio (2021) não foi aleatório: era intencional e constituía reflexo, nas políticas educacionais, do "modelo geral de políticas públicas adotado pelo governo Bolsonaro", reflexo este marcado pelo (i) "isolamento do MEC frente ao mundo educacional existente", (ii) a "redução do caráter público das escolas", (iii) a "visão negativa em relação aos especialistas e técnicos governamentais" da área e (iv) o "desmonte das estruturas institucionais" educacionais, sobretudo, dos "mecanismos de participação da sociedade nos diversos setores governamentais e, em especial, o arranjo federativo" (ABRUCIO, 2021, pp. 279-297).

Ainda no dizer de Abrucio (2021), as "comunidades epistêmicas estruturadas na trajetória democrática brasileira recente", no campo educacional, também foram alçadas à condição de inimigos internos os quais, segundo a lógica bolsonarista, precisam ser identificados e eliminados – quando não, ao menos isolados do processo, "pois eles poderiam colocar obstáculos à nova visão ideológica e, ademais, nunca se comportam como seguidores" (ABRUCIO, 2021, p. 291):

> [...] o chefe do Executivo [...] segue a linha dos populistas de extrema direita no mundo: faz a política das políticas públicas de forma schmittiana (SCHMITT, 1992), selecionando grupos sociais, líderes políticos e ideias inimigas, para então construir estratégias de mobilização e ataque permanente para destruí-los. O modelo schmittiano na Educação significou colocar-se contra a agenda, as instituições e os atores que, em maior ou menor medida, guiaram as políticas públicas ao longo das últimas décadas. O bolsonarismo fez questão de limitar, quando não rechaçar, o diálogo com as principais lideranças da área, de ignorar a engrenagem institucional prévia – tanto no plano federativo como junto às organizações da sociedade civil – e de deslegitimar tudo o que viera antes. Fechando a porta para os interlocutores da comunidade epistêmica da área, tentou criar de cima para baixo o que seria um modelo educativo totalmente novo. O resultado desse processo schmittiano de ordenar as políticas públicas foi o completo isolamento do MEC frente ao mundo educacional existente, a ponto de muitas vezes as redes de ensino, as universidades e as organizações sociais na área da educação simplesmente ignorarem grande parte da agenda educacional do governo Bolsonaro. (ABRUCIO, 2021, pp. 289-290)

O ministro Abraham Weintraub, sucessor de Vélez Rodríguez e antecessor de Milton Ribeiro (o do escândalo da cobrança de propina em barras de ouro e da compra de bíblias superfaturadas) demonstrava uma disposição ainda maior do que a de seu antecessor para travar a *guerra cultural*. Foi de sua autoria a afirmação de que o governo pretendia investir menos em

cursos de Sociologia e Filosofia e mais em conhecimento técnico, alegando ser, tal medida, uma forma de "respeitar o dinheiro do pagador de impostos".

É também de sua autoria toda uma coleção de expressões polêmicas: "comunista tem que levar tiro na cabeça"; "alunos têm direito de filmar professores", dentre outras, são exemplos que demonstram a disposição para travar uma verdadeira "cruzada antiesquerdista" motivada pelo ódio, pelo autoritarismo e por uma volúpia ideológica incompatíveis com o *múnus* público que ele deveria ter desempenhado no exercício do cargo de mais alta autoridade em Educação do país.

O ministro também declarou, no mês de maio de 2019, que cortaria recursos de universidades que não apresentassem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estivessem promovendo "balbúrdia" em seus campi. Na ponta do primeiro corte entraram UFBA, UFF e UnB. Ocorre que, ao contrário do que afirmou o ministro, todas as três universidades que sofreram contingenciamento em seus orçamentos encontravam-se dentre aquelas que haviam melhorado os seus indicadores de qualidade no ensino, pesquisa e extensão nos últimos anos, galgando novas posições em rankings que já as apontavam dentre as melhores do Brasil e do mundo. Não satisfeito, o ministro estendeu o corte, de forma linear, a todas as universidades e institutos federais do país, o que deflagrou a primeira grande onda de protestos e manifestações de rua contrárias ao governo Bolsonaro, desde o seu início, conhecidas como #15M.

O mês de maio de 2019 foi marcado, de um lado, pelo recrudescimento das posturas do governo Bolsonaro para com as políticas públicas em Educação, evidenciado pelo anúncio de cortes e contingenciamentos nos orçamentos das IFES e da educação básica; e, de outro, pela reação enérgica de alunos, professores e trabalhadores em Educação de um modo geral, o que constituiu a primeira grande leva de protestos contra o governo até então: discentes, docentes e trabalhadores não-docentes, tanto das IFES (universidades e institutos) como das redes públicas estaduais e municipais de educação básica aderiram, em todo o Brasil, aos atos do dia 15 de maio de 2019, agendados pelas centrais sindicais e respectivos sindicatos como parte integrante do "Calendário Unificado de Lutas do Mês de Maio do Trabalhador".[186]

De todas as declarações polêmicas do ministro, porém, a mais polêmica delas ocorreu no mesmo dia em que o presidente Jair Bolsonaro afirmou que desejava a mudança do patrono da Educação. Paulo Freire, reconhecido mundialmente pela excelência de seu trabalho

[186] Dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE comprovam que o Brasil era o último colocado, dentre 39 países avaliados, no ranking de gastos com universidades e com o ensino superior.

acadêmico e pela eficiência de seu método de alfabetização de adultos, se transformou em alvo de ataques e vilipêndios. Na lógica subjacente (no que está por trás) de tais declarações, bem como dos ataques contra as universidades, para muito além da sanha de conter o livre pensar e patrulhar o pensamento crítico, residia o desejo de sucatear as universidades, para justificar a suas privatizações e fortalecer as instituições particulares de ensino.

Essa maior disposição para travar a guerra cultural do que para lidar com a gestão governamental propriamente dita, ou seja, "a dificuldade de conciliar a agenda moral do presidente Bolsonaro com a agenda prática da política educacional" (ABRUCIO, 2021, p. 293), por sua vez, levou o MEC para além do isolamento e da renúncia de sua condição de coordenação das políticas educacionais, a um lugar de baixíssimo índice de execução orçamentária:

> O confronto entre essas duas agendas criou uma situação em que o ministro da Educação tentava ganhar força política, defendendo o ideário mais conservador do presidente, porém, tinha de responder a questões práticas que todo o sistema educacional – redes de ensino, escolas, alunos e suas famílias, profissionais da Educação e organizações da sociedade civil – colocam na mesa. Como resultado desse embate, constata-se um MEC pouco ativo nas políticas públicas, incapaz de se livrar das amarras políticas que o sustentam. [...] A baixa eficácia do MEC fica ainda mais clara quando se observa o uso do Orçamento: o ano de 2020 caracterizou-se por uma baixa execução orçamentária, sobretudo dos recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é a principal fonte federal para financiar os governos subnacionais. (ABRUCIO, 2021, pp. 293-295)

Na *Segurança Pública*, afora o anúncio de algumas medidas operacionais para os presídios, feitas pelo então ministro Sérgio Moro, a prioridade máxima do governo que se iniciava era a facilitação do acesso à posse de armas de fogo, cerne do armamentismo, analisado no tópico 3.2 do presente capítulo. Nunca houve, nem à época e nem agora, nenhum estudo sério e conclusivo que relacionasse a ampliação da posse ou porte de armas com a redução da criminalidade ou violência. Ao contrário: há incontáveis estudos (já mencionados no tópico 3.2) que apontam que a posse ou porte massivo gera o aumento de casos de morte ou de hospitalizações decorrentes de incidentes com armas de fogo, tais como acidentes domésticos, uso e emprego da arma em discussões banais (como brigas em família, de trânsito ou entre vizinhos), tiroteios em escolas por alunos que sofrem de problemas psicológicos ou *bullying* (como acontece, recorrentemente, nos Estados Unidos) e assim por diante. A medida, embora sem eficácia, dialogava com os desejos e anseios da população por mais segurança e agradava, sobretudo, as indústrias armamentistas.

Ao analisar a política de segurança pública do governo Bolsonaro, sob a lógica do armamentismo, Ludmila Ribeiro e Valéria Oliveira (2021, pp. 366-372) sinalizam que "o bolsonarismo, porém, não acredita na ciência e, muito menos, nos estudos que repetem em uníssono que menos armas significam menos crimes (CERQUEIRA *et al.*, 2019; DONOHUE; ANEJA; WEBER, 2019; UNGAR, 2020; SANJURJO, 2020; BRAGA *et al.*, 2020)". Aduzindo para os dados que apontam para o aumento exponencial da quantidade de armas e munições em circulação após a edição dos decretos presidenciais que flexibilizaram as regras do Estatuto do Desarmamento, as autoras salientam que a política armamentista atende a diversos anseios: em primeiro lugar, "podemos supor que tantas armas circulando agrade à base bolsonarista, em especial à indústria armamentista, aos policiais (militares, civis, federais, penais e municipais) e aos caçadores, atiradores e colecionadores (CACs), indispensáveis para a eleição do presidente"; de outro lado, "a política armamentista alinha-se à chamada 'bancada BBB' (sigla para referir-se às bancadas da bala, do boi e da bíblia":

> [...] [tais bancadas] estão unidas em torno da necessidade de reforço da hierarquia social e de uma sociedade "dividida em merecedores e indignos, em que as 'pessoas boas' são coletivamente protegidas das 'pessoas más', através do que a lei e o *lobby* da linha dura chamam de 'defesa social' sob o *slogan* 'o único criminoso bom é o morto', algo que não é em essência novo. (MACAULAY, 2019, p. 11 *apud* RIBEIRO; OLIVEIRA, 2021, p. 372)

Para a dupla de autoras, o armamentismo foi a principal, senão a única, "política pública do governo Bolsonaro para a área de segurança [...] e ela já mostra seus efeitos deletérios nos números de homicídios, de feminicídios e da violência policial" caracterizando assim os chamados *populismo e militarismo armados* que pervertem o monopólio do uso da violência legítima pelo Estado, ao mesmo tempo em que situam o debate da "interseção entre armas, política e polícia" no âmbito do dilema da questão racial:

> Por meio do discurso que clama pela flexibilização do acesso às armas para todos os que desejarem, o governo sinaliza que está disposto a compartilhar com uma parcela específica da população sua prerrogativa de usar a força contra quem descumpre a lei. [...] Essa lógica de divisão entre brancos e negros contribui para a visão maniqueísta de uma sociedade dividia entre cidadãos de bem (brancos) e bandidos (negros), reforçada pelos discursos do populismo e militarismo armado [...] essas representações imagéticas do populismo e militarismo armado partem de três problemas. Primeiro, instaura-se um maniqueísmo irreal entre as armas do bem – que seriam legais e adquiridas pelos brancos para se proteger, e as armas do mal – ilegais e adquiridas pelos negros para a prática de crimes [...] O segundo problema emerge porque a operacionalização simbólica de bons (brancos) contra maus (negros), em alguns contextos, visa encobrir os negócios escusos do governo, que muito lucra com o mercado ilegal de armas. [...] Em terceiro lugar, quanto maior a quantidade de armas, maiores são as taxas de violência policial [...] em conjunto, populismo e militarismo

> armado têm como consequência o apagamento das fronteiras entre o Estado e a sociedade no que diz respeito ao exercício da violência legítima. Aumentam o acesso às armas e pioram as estatísticas de violência, com especial destaque para a letalidade policial. A indústria armamentista, contudo, anda pouco preocupada com vidas quanto ela pode lucrar, pelo menos, duas vezes mais do que antes de Bolsonaro ascender ao poder. (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2021, pp. 376-379)

A *Saúde* foi uma das áreas onde a agenda do desmonte de políticas públicas foi ainda mais bem sucedida, observando-se desde a (i) *redução dos investimentos*; passando pela (ii) *desarticulação federativa*, evidenciada tanto em razão da incapacidade de coordenação do governo federal, quanto no atrito político entre este e os estados e municípios, por meio de um conflito fomentado pelo próprio presidente contra governadores e prefeitos; até desaguar no (iii) *negacionismo científico*, evidenciado na forma como o governo gerenciou a crise sanitária decorrente da pandemia de covid-19, percebida, dentre outros fatores, em razão da postura procrastinatória na aquisição de imunizantes, no fomento à prescrição de medicamentos ineficazes, além da oposição frontal às medidas sanitárias de combate à pandemia, tais como o isolamento social ou o uso de máscaras (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2021, pp. 317-334).[187]

Segundo Vanessa Elias de Oliveira e Michelle Fernandez (2021), a agenda de desmonte das políticas públicas de saúde inicia com o "encolhimento do investimento do Estado" para a área (decorrentes da Emenda do Teto dos Gastos – EC nº 95/2016), já conhecida pelo seu subfinanciamento; e prossegue com medidas específicas de "desestruturação da Atenção Básica"[188] (como o "desmantelamento do Programa Mais Médicos"), bem como também em subáreas específicas da saúde pública, tais como na prevenção e tratamento de HIV/Aids e outras ISTs, saúde indígena e saúde das mulheres.

Além disso, a sucessão de ministros (quatro, ao todo), em uma tentativa de alinhamento ideológico com o que pensava o presidente tornou-se a preocupação central, levando a governança das políticas públicas para a área à segundo plano.[189] Por fim, a tal desmonte intencional, que já vinha se operando no período pré-pandêmico; e à desarticulação federativa

---

[187] "A gestão da saúde nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro foi marcada pelo desmonte e pelo negacionismo [...] O desmonte foi paulatino, determinado por inúmeras ações de desarticulação das políticas e programas existentes, diminuição de recursos financeiros, desmantelamento de equipes técnicas de áreas específicas do Ministério da Saúde e com o aparelhamento da pasta por meio da nomeação de militares sem conhecimento em saúde pública". (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2021, p. 332)

[188] "[...] o desmonte da Atenção Básica pode ser caracterizado por uma série de ações governamentais que atuaram para fragilizar políticas e programas vinculados a esse nível de atenção. São eles: a fragilização do programa Mais Médicos; a mudança na forma de financiamento da Atenção Básica; e a desestruturação do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF)". (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2021, p. 319)

[189] "A trajetória do Ministério da Saúde mostra como o presidente recorre à politização para desarticular políticas públicas e eliminar quem se opõe a ele. Bolsonaro tratou de moldar a gestão da saúde à sua imagem e semelhança por meio de seus poderes administrativos: nomear e demitir dirigentes, realocar servidores, modificar órgãos e suas competências". (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2021, p. 327)

belicosa, se adicionou, após o início e durante a pandemia de covid-19, o negacionismo científico.[190]

Porém, foram nas chamadas áreas sensíveis do governo que se operou a verdadeira *agenda de desconstrução, desmanche e desmonte*. Se, por um lado, podemos identificar em Paulo Guedes um representante legítimo do neoliberalismo; e em Ernesto Araújo, Rodrigues/Weintraub/Ribeiro, Damares Alves e Alvim/Frias os integrantes do "núcleo ideológico" responsáveis por dar ensejo aos aspectos mais excêntricos da guerra cultural, com a perpetração de diferentes formas de manifestação de violências real e simbólica, devemos reputar a figuras como o então ministro do *Meio Ambiente*, Ricardo Salles, a responsabilidade pelo *desmanche da política ambiental* do país.[191]

A depois conhecida postura de deixar "passar a boiada", expressão utilizada pelo ministro Salles na conhecida reunião ministerial de 22 de abril de 2020 foi deveras eficaz: os propósitos de fragilização das regulamentações e da fiscalização se deu pela via do sucateamento das estruturas de fiscalização e vigilância dos órgãos ambientais federais (notadamente o IBAMA e o ICMBio) e pela prática de fazer vistas grossas, camuflar ou maquiar dados científicos sobre o desmatamento, o que se tornou uma realidade constante. A liberação irracional, ao longo de todo o governo, de mais de três centenas de substâncias agrotóxicas proibidas em outros países, o flerte para com a autorização de mineração e garimpo em terras indígenas, passando ainda pela desarticulação da estrutura de fiscalização de órgãos como IBAMA (com o corte de 50% de seu orçamento) e ICMBio, o corte de 95% do orçamento de ações destinadas a combater mudanças climáticas, dentre outros desmandos.

Segundo Kathryn Hochstetler (2021), a condução da política de meio ambiente sob Bolsonaro/Salles, de "desmantelar as regulamentações ambientais e até mesmo de retirar o Brasil dos compromissos climáticos internacionais" atendia a promessas de campanha, sobretudo para satisfazer às expectativas dos grandes proprietários de terra e representantes do agronegócio, tendo cumprido tais promessas em, ao menos, cinco áreas:

> A primeira é a retórica usada pelo presidente Bolsonaro e seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para falar do meio ambiente. [...] [em] uma segunda área de análise [...] o governo tem sistematicamente fragilizado as instituições, em especial

[190] "O negacionismo se manifestou em outras ações do governo, para além do discurso anti-isolamento e pró-cloroquina, da ausência de testagem e da camuflagem de dados. Após recomendar a cloroquina e a hidroxicloroquina no tratamento da doença, Bolsonaro defendeu publicamente o uso do antiparasitário nitazoxanida, de nome comercial Anitta. No entanto, um estudo comprovou a ineficácia do medicamento no tratamento da covid-19". (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 201, p. 329)

[191] "Na pauta ambiental, o governo suavizou regras, diminuiu a fiscalização contra o desmatamento e reduziu os gastos com a proteção do meio ambiente". (RECONDO; WEBER, 2023, p. 116)

> as agências que lidam com as mudanças climáticas [...] em terceiro lugar, as abordagens nacionais têm sido replicadas internacionalmente na participação do Brasil nas negociações globais. As duas últimas áreas envolvem ataques mais específicos e mais profundos ao conhecimento, de modo geral, e à sociedade civil, entendida amplamente como participantes da governança. (HOCHSTETLER, 2021, pp. 298-299)

Seguindo o raciocínio de Hochstetler (2021), no campo da (i) *postura retórica*, o nascedouro dos problemas remonta já ao início do governo, com o desdém/deboche do ministro Salles para com a memória de líderes ambientalistas como Chico Mendes, destacando-se a postura intencionalmente contrária às salvaguardas ambientais, contrariando uma tradição pública que acompanhou todos os ex-presidentes da República, desde José Sarney até aqui.[192] No campo da (ii) *fragilização das instituições*, tal postura vai desde o corte de financiamento de instituições ambientais e climáticas até o enfraquecimento das "ferramentas para proteção florestal" e diminuição da "ênfase na ação climática"[193] No campo da (iii) *arena internacional ambiental*, ficou caracterizada a postura de replicação da agenda ambientalmente negacionista, com o Brasil abrindo mão de seu protagonismo e rejeitando "um papel de liderança nas negociações ambientais internacionais"[194] (HOCHSTETLER, 2021, pp. 306-308).

O episódio de destaque nesse campo do negacionismo ambiental na arena internacional é o que envolve a polêmica sobre os recursos do Fundo Amazônia. Ante a suspensão de repasses por parte dos governos da Alemanha e Noruega, Bolsonaro afirmou que não precisávamos dos recursos da cooperação internacional anteriormente firmada com ambos os países. Afirma que os grandes beneficiários desses recursos eram as ONGs ambientalistas; e que estas fazem campanha contra o governo brasileiro, defendendo interesses internacionais e ferindo a soberania do nosso país.

---

[192] "[...] todos os presidentes brasileiros expressaram, pelo menos retoricamente, o compromisso com os objetivos ambientais, tanto na política nacional quanto nas negociações internacionais. [...] O desdém aberto de Jair Bolsonaro pela proteção ao meio ambiente é uma ruptura significativa de um padrão de décadas". (HOCHSTETLER, 2021, pp. 300-301)

[193] "Ele [Bolsonaro] até apresentou uma proposta para ceder todas as funções do Ministério do Meio Ambiente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) [...] Ele foi dissuadido apenas pelos próprios agricultores, os quais temiam que a medida os fizesse perder o acesso aos mercados estrangeiros. [...] O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão que há muito tempo define padrões e normas na área, sofreu cortes de 96 para 23 membros em maio de 2019. [...] Além das mudanças institucionais e em termos de profissionais, a administração Bolsonaro também buscou, e por vezes conseguiu, reverter as normas e os controles ambientais". (HOCHSTETLER, 2021, pp 302-305)

[194] "[...] o governo Bolsonaro rejeita um papel importante na liderança ambiental internacional. [...] O governo Temer, supostamente estimulado pelo governo Bolsonaro que viria em seguida, retirou a oferta do Brasil para sediar as negociações climáticas da ONU em 2009. [...] Bolsonaro seguiu o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao ameaçar abandonar o Acordo de Paris. [...] Apesar da busca de Salles por apoio financeiro internacional, o governo também atacou e suspendeu um dos programas existentes mais antigos e bem-sucedidos, o Fundo Amazônia". (HOCHSTETLER, 2021, pp. 306-307).

Sem adentrar no mérito sobre supostos interesses obscuros e subjacentes, de empresas multinacionais e nações estrangeiras, que residiriam por detrás da cooperação internacional para o financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental – fantasma que, há décadas, assombra os nacionalistas, tanto à direita, quanto à esquerda – fato é que os recursos doados por Noruega e Alemanha vinham sendo muito mais úteis para o Poder Público (governo federal e governos estaduais dos estados da Amazônia brasileira) do que propriamente para as ONGs ambientalistas. O Estado do Acre, por exemplo, utilizou tais recursos para dotar o seu Corpo de Bombeiros Militar de uma estrutura mínima (embora ainda insuficiente) para combater queimadas e incêndios florestais, dentre outros programas, projetos e ações, todas financiadas com recursos do Fundo Amazônia.[195]

Já no campo dos (iv) *ataques ao conhecimento* destacam-se distintos episódios ilustrativos de tal postura. O mais emblemático deles refere-se à contenda havida entre o presidente Bolsonaro e o então presidente do Inpe, Ricardo Galvão. Segundo dados do Inpe, entre janeiro e agosto de 2019, as queimadas aumentaram 83% em relação ao mesmo período de 2018. Ainda em 2019, Bolsonaro colocou em xeque os dados de satélite do Inpe, alegando que as informações sobre desmatamentos na Amazônia eram mentirosas. Tal episódio resultou na demissão do diretor-presidente Galvão, profissional respeitado na comunidade científica internacional. O motivo da exoneração: ter ousado discordar, publicamente, do presidente da República, ao defender a seriedade de seu trabalho e de todos os servidores públicos de carreira do órgão.[196]

Outro órgão respeitado, o Ipam, afirmou que o incremento na quantidade de queimadas estava diretamente relacionado ao aumento do desmatamento. Segundo o Ipam, com o aumento da derrubada da floresta, o número de focos de calor também se eleva, contrariando discursos de Ricardo Salles e Jair Bolsonaro. A negação da ciência e da verdade, por parte do presidente, porém, só durou até o momento em que os dados do Inpe e Ipam foram confirmados pela Nasa. Quase no mesmo instante em que "o dia virou noite" em São Paulo, em virtude do deslocamento

[195] REVISTA INCÊNDIO. *Fundo Amazônia auxilia estados e municípios no combate a incêndios*. Disponível em: https://revistaincendio.com.br/fundo-amazonia-auxilia-estados-e-municipios-no-combate-a-incendios/#:~:text=Criado%20em%202008%20por%20meio%20do%20Decreto,pontos%20do%20Brasil%20e%20em%20pa%C3%ADses%20tropicais. Acesso em: 31dez2024

[196] "Quando o Inpe divulgou seus dados mensais normais em julho de 2019, que mostraram um aumento acentuado do desmatamento, Bolsonaro questionou a credibilidade das informações e insistiu que precisava ver a provar resultados futuros antes da divulgação". (HOCHSTETLER, 2021, p. 309)

de uma massa polar que "empurrou" grande volume de fumaça, oriunda das queimadas amazônicas para a região sudeste do Brasil.[197]

Se vendo diante da impossibilidade de negar o óbvio, Bolsonaro passou a dizer que a culpa pelas queimadas era das ONGs ambientalistas que atuam na Amazônia. Detalhe: não apresentou nenhuma prova dessa grave acusação. E é assim que se adentra no campo dos (v) *ataques à sociedade civil como parte da estrutura de governança ambiental*. Ativistas, ambientalistas e organizações da sociedade que atuam na defesa do meio ambiente passaram a se tornar alvos dos ataques do presidente e sua *entourage*, como "atores da elite que trabalham contra os interesses nacionais do Brasil", promovendo, contra tais sujeitos ambientais, acusações diversas e buscando "reduzir a influência da sociedade civil e sua participação na tomada de decisões" (HOCHSTETLER, 2021, p. 310).

No que diz respeito ao *desmonte da política indigenista,* o governo Bolsonaro foi todo ele marcado por manifestações diversas de seus membros que demonstravam preconceito, violações de direitos e retrocessos quanto à política de demarcação e tentativas de institucionalizar e legalizar a grilagem de terras indígenas, que fizeram parte do calvário contemporâneo de nossos povos originários. A começar pela tentativa de deslocamento da FUNAI do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, assim como a tentativa de retirada de sua atribuição de demarcação de TIs para lugar incerto, diversas foram as investidas do governo Bolsonaro em relação aos povos indígenas e retirada seus direitos, tais como a tentativa de extinção das Unidades de Conservação e de liberação de terras indígenas para o garimpo.[198]

O Brasil possui uma vasta área de preservação ambiental materializada em Unidades de Conservação e isso inclui os territórios indígenas. Entretanto, para os amantes do progresso a qualquer custo, como é o caso dos representantes do agronegócio, os territórios protegidos são um atraso. O pacote de maldades foi vasto e nele entrou a precarização da FUNAI, as péssimas condições dos serviços de saúde pública para povos indígenas, entre tantas outras ações claras de que o agronegócio havia ganhado força e agiu contra os interesses dos povos indígenas, em busca de mitigar seus direitos a todo custo. O ápice de tal questão restou comprovado no início da gestão seguinte, com a crise dos ianomâmis (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2023, n.p.).

---

[197] VEJA. *Umidade e fumaça:* entenda como o dia virou noite em São Paulo. 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/umidade-e-fumaca-entenda-como-o-dia-virou-noite-em-sao-paulo/. Acesso em: 31dez2024.

[198] "O presidente guarda veneno especial para os próprios grupos indígenas, os quais ele parece considerar como pré-humanos que inexplicavelmente reivindicam terras que deveriam ser usadas para o desenvolvimento nacional brasileiro". (HOCHSTETLER, 2021, p. 310)

Nas políticas de *promoção e proteção dos direitos das mulheres e demais direitos humanos* preponderou o que Flávia Biroli e Débora Françolin Quintela (2021) denominaram de "moralismo compensatório" (que "atua de modo a mobilizar adesão popular para políticas antipopulares"), com destaque para a "pauta de gênero", para a "agenda da família", o "fechamento do espaço cívico" de participação da sociedade civil na governança pública e a "ampliação da participação institucional de grupos conservadores, com destaque para os religiosos".[199]

Nesse sentido, a "defesa da família, a luta contra uma suposta "doutrinação ideológica de crianças e adolescentes" e o "combate ao direito ao aborto e a atuação para convencer as mulheres a não abortar mesmo nos casos previstos como exceção à legislação que penaliza o aborto no Brasil" passaram a ser prioridades absolutas do ministério liderado por Damares Alves e suas oito secretarias nacionais temáticas, todas elas, comandadas por pessoas que se pautavam por um ideário que, por sua vez, apontava para a "convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo".[200] Contudo, tal agenda de "fortalecimento da família" e dos "vínculos familiares" guardavam uma faceta oculta cruel: a de "privatização das responsabilidades" governamentais, desonerando o governo de seu múnus, transferindo-o para a responsabilidade exclusiva das famílias (BIROLI; QUINTELA, 2021, pp. 381-386).

Com foco no estudo das "ações e discursos fragmentários do governo Bolsonaro em pautas concernentes ao debate racial", Luiz Augusto Campos (2021) analisa em que medida "a questão racial é um dos objetos de desprezo do bolsonarismo", presente em "fragmentos de discursos", na "apologia a mestiçagem brasileira sintetizada no trabalho de Gilberto Freyre e reciclada pelo imaginário do Estado Novo (1937-1946) e da Ditadura Militar (1964-1884)" (em uma concepção própria de "democracia racial") e nas "reações do movimento negro brasileiro"

---

[199] "A pauta de gênero tem sido a ponta de lança. Ela permite ativar e produzir preferências eleitorais nas quais o conservadorismo moral tem peso, inclusive em relação a outros aspectos das identidades e das adesões. Contudo, ela é também uma agenda ideológica genuína, isto é, não se trata de acenos, mas sim de políticas concretas que procuram, a partir do Executivo, restringir o acesso a direitos e produzir novos enquadramentos para políticas públicas e diretrizes de médio prazo. Certa concepção do fortalecimento da família é central a essa agenda e a essas políticas. Trata-se de reafirmar a família como o âmbito privilegiado para a proteção e para o controle. [...] Nessa organização, a agenda da família é transversal [...] ela é chave do conservadorismo de forma tradicionalista e antipluralista, nas políticas de Estado. É algo que remete a alianças que deram sustentação à candidatura e, agora, ao governo de Jair Bolsonaro, com destaque para grupos evangélicos conservadores e seus partidos. Além disso, pode remeter não somente ao apelo popular e ao tipo de moralismo evocado desde a campanha. [...] O fechamento do espaço cívico promovido por políticas de caráter autoritário, com a restrição a protestos e a criminalização da oposição, pode ser uma das faces de processos de autocratização". (BIROLI; QUINTELA, 2021, pp. 381-386).

[200] "Não há uma divisão clara entre agenda moral e agenda econômica, ainda que os diferentes aspectos do 'familismo' nem sempre encontram correspondentes diretos no neoliberalismo. O antipluralismo é evidente no recurso à família e à ideia de que as crianças estariam ameaçadas por políticas de respeito à diversidade sexual, como forma de justificar políticas heteronormativas, mas, jamais aqui". (BIROLI; QUINTELA, 2021, p. 395)

a tais posturas, bem como dos "efeitos institucionais" desta retórica racista, em especial, na interrupção do canais de comunicação do governo com as entidades de representação da luta antirracista (CAMPOS, 2021, pp. 397-411).

Conviveram, ao mesmo tempo, como aspectos discursivos do racismo institucional bolsonarista, características aparentemente antagônicas: de um lado, "declarações polêmicas" e "negação do racismo estrutural brasileiro"; de outro lado, "ênfase no caráter mestiço da população" e o "reconhecimento da raça como marcador da diferença" [201] Voltaremos ao tema do racismo, de modo específico, no tópico 4.1 desta tese.

Como visto, as reiteradas práticas de desconstrução e de interferência político-ideológica em políticas públicas de Estado, nas diferentes áreas de atuação governamental, estão direta e intimamente relacionadas tanto com *a guerra cultural* e o *diversionismo,* quanto com o obscurantismo, o revisionismo histórico, o negacionismo científico, o armamentismo e a necropolítica. O resultado é a piora dos indicadores de governança (eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas), trazendo prejuízos de ordem econômica, social e cultural.

É fato que tal agenda de desmanche não ficou impune: tanto no campo da Educação, como também do Meio Ambiente, da política indigenista e, sobretudo, no âmbito da saúde, em decorrência da situação de emergência sanitária oriunda da pandemia de Covid-19, inconformados com tamanhos retrocessos, o Congresso Nacional, o STF, governadores dos Estados subnacionais e diversos segmentos da sociedade civil – incluindo agentes importantes do agronegócio, receosos de perder mercado internacional com os ataques presidenciais ao meio ambiente – ofereceram resistência, não apenas no campo dos protestos e das notas de repúdio mas, sobretudo, sustando medidas do Poder Executivo, fosse no plenário das duas Casas Legislativas, fosse no plenário do Pretório Excelso.[202]

O que não se pode perder de vista é que seja o discurso da *antipolítica*; ou a defesa da *violência redentora*; ou o amálgama existente entre *militarismo, fanatismo religioso e extremismo político,* representado pela aliança entre as Forças Armadas, o neopentecostalismo e o bolsonarismo; assim como o *obscurantismo* decorrente da combinação entre *revisionismo histórico, negacionismo científico e armamentismo, voltados* à consecução de uma *necropolítica;* bem como a adoção da *retórica do medo* e dos *discursos de ódio* para

[201] "O aparente paradoxo entre a negação da raça e seu emprego numa retórica naturalista pode ser deslindado quanto entendemos que a premissa do nacionalismo bolsonarista opera a partir de uma visão da fraternidade racial mais do que de negação das raças". (CAMPOS, 2021, p. 410)

[202] Conforme salientam Recondo e Weber, "[...] o Supremo começou a reagir em frentes variadas à destruição que Bolsonaro imprimia em áreas como saúde, proteção a minorias, meio ambiente, educação e cultura". (RECONDO; WEBER, 2023, p. 115)

implementação de uma *guerra cultural* e do *diversionismo*, enquanto tática de produção constante de cortinas de fumaça; como também a *desconstrução* de políticas públicas; todos eles têm, como pano de fundo, a defesa de um *liberalismo autoritário* (ou um antiliberalismo) que, em última instância, intenciona a precarização de direitos (sobretudo trabalhistas) e o desmonte do já frágil e tênue Estado de Bem-Estar Social brasileiro.

Essa é a conta que Bolsonaro e aliados políticos – ao preferir contestar dados cientificamente comprovados e imputar culpa a quem não a tinha, do que adotar medidas concretas para debelar a crise sanitária ou os desmatamentos, incêndios e queimadas, por exemplo – certamente, não fizeram. Nesse sentido, em editorial de sua edição do dia 30 de novembro de 2022, ao abordar a questão da transição de governo, o jornal *O Estado de São Paulo* assinalou:

> As informações reunidas pelo gabinete de transição revelam mais do que simples cortes de verbas e necessários remanejamentos orçamentários, mas uma profunda e generalizada desestruturação do Estado em suas mais diversas dimensões – em especial das raras políticas públicas que venciam todos os obstáculos até chegar efetivamente às famílias mais carentes. [...] Em vez de proporcionar mais foco, prioridade, eficiência e qualidade no gasto público, o bolsonarismo apostou em uma sociedade quase feudal, em que cada um deve lutar pela sobrevivência literalmente com suas próprias armas. Diante dos péssimos resultados que o País colheu, cabe perguntar como Bolsonaro conquistou quase metade dos votos na disputa presidencial, bem como refletir sobre o que isso revela sobre as noções brasileiras de cidadania e coesão social. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2022b, n.p.)

Os exemplos trazidos à lume demonstram e comprovam a hipótese do presente tópico: a de que Bolsonaro deu ensejo a uma agenda intencional de desconstrução, desmonte e desmanche de políticas públicas, destacando-se, dentre outros, o caso dos bloqueios de verbas dos ministérios no período da transição em 2022; o apagão do INSS, gerador de uma fila de 5 milhões de pessoas com risco de não pagamento de aposentadorias e demais benefícios; o caso das interferências políticas no exercício da presidência, dentre as quais as interferências na PF, para evitar investigações em face dos filhos do presidente; o caso das interferências e aparelhamento da PRF, com a atuação seletiva, no dia do segundo turno das eleições de 2022, no sentido de causar obstáculos ao comparecimento de eleitores às urnas em regiões de votação mais favorável ao seu adversário; o caso da decretação dos diferentes sigilos de 100 anos; o caso do denominado "orçamento secreto"; e, por fim, o maior déficit fiscal da história da democracia (SCHIREIBER, 2022, n.p.).

Essa intensa agenda de desmanche deságua, ao final, na piora dos indicadores de governança e, via de consequência, nos indicadores socioeconômicos, sobretudo naqueles que

dizem respeito às políticas redistributivas e de combate à desigualdade social. Para Natália Sátyro (2021), "políticas redistributivas [estiveram] na contramão das políticas econômicas defendidas por esse governo [Bolsonaro]". Para a autora, "em um momento de desconstrução das políticas de proteção social [...], em um contexto pandêmico, há um agregado mortífero de desvantagens sociais, tais como racial, financeira e geográfica". Mais ainda: a EC nº 95/2016 (do Teto de Gastos), a reforma trabalhista e a reforma da Previdência inauguraram um paradigma de "desproteção social", representando o "início do fim, o desmonte do sistema de proteção social montado a partir das diretrizes da Constituição Federal de 1988":

> Foram três décadas de montagem de um sistema de proteção com vocação universal, e uma década e meia do século XXI com uma política de valorização do salário-mínimo, de serviços socioassistenciais e de transferência de renda para a população mais pobre e extremamente pobre, em que mais de 42 milhões de brasileiros saíram da pobreza. [...] Finda-se uma era caracterizada por políticas redistributivas e por promoção e proteção sociais para a cidadania. (SÁTYRO, 2021, pp. 351-352)[203]

Da análise do conjunto dos fatos que se desenrolaram ao longo dos 4 anos de seu mandato, resta claro que, durante esse período no exercício da presidência, Bolsonaro, sua família e seus aliados sempre estiveram mais preocupados em dar ensejo não só à guerra cultural, ao diversionismo, ao obscurantismo, ao revisionismo histórico, ao negacionismo científico, ao armamentismo, a necropolítica e a uma agenda de desconstrução, desmanche, desmonte e de interferências político-ideológicas em políticas públicas de estado – cujo objetivo geral era a sua manutenção no poder – do que, verdadeiramente, governar orientados para resultados.

Tais estratégias e objetivo geral foram todos eles, baseados em, ao menos, 6 objetivos específicos que, de per si, conferem as características de movimento ou ideologia autoritária ao bolsonarismo, a saber: (i) alimentar o fanatismo e o ímpeto truculento de seus seguidores; (ii) proteger os aliados, defenestrar ou intimidar adversários; (iii) tentar gerar comoção pública em seu favor; (iv) hiperbolizar feitos e produzir cortina de fumaça sobre os seus malfeitos e pacotes de maldades; (v) desacreditar as instituições; e (vi) arranjar pretexto para a não aceitação de um resultado eleitoral futuro e, eventualmente, desfavorável.

[203] Ainda segundo a Sátyro (2021), além da desconstrução do sistema de proteção social, o período do governo Bolsonaro também foi marcado pelo "baixo crescimento econômico, com deterioração da renda e aumento da desigualdade e da pobreza". (SÁTYRO, 2021, pp. 352-353)

4 VARIÁVEIS DETERMINANTES: FATORES E CATEGORIAS COM INFLUÊNCIA NO PROCESSO ASCENSÃO DO BOLSONARISMO ENQUANTO REFLEXO DA ESCALADA DO AUTORITARISMO NO BRASIL

Diversas são as variáveis constitutivas de um determinado estado de coisas, a colaborar e influir para a materialização dos fenômenos aqui analisados: a assunção de Bolsonaro à presidência da República, a ascensão do bolsonarismo e a escalada do autoritarismo no Brasil, na segunda década dos anos 2000. Repita-se que não se tratou, apenas, da combinação da recessão econômica pós-2011 – que se seguiu a um período relativamente longo de estabilidade – com a revelação, apuração e punição de envolvidos em escândalos de corrupção e toda a insatisfação popular que daí decorre e que colocou em xeque a credibilidade tanto de políticos da esquerda à direita, quanto do próprio sistema político, favorecendo a ascensão de um (suposto) *outsider*.

Também não se tratou apenas de ideias e atitudes iliberais, arroubos autoritários ou lampejos autocráticos, materializados nos constantes e reiterados ataques perpetrados por Bolsonaro e seus aliados às instituições democráticas, notadamente ao Congresso Nacional, ao STF e ao sistema eleitoral e suas urnas eletrônicas. Bolsonaro era detentor e defensor de um longo repertório de manifestações questionáveis sob o ponto de vista moral e humanitário, o que nos leva a perguntar sobre o porquê, ou melhor, por quais razões ele teria tamanha adesão popular, a despeito da crise econômica, dos casos de corrupção, de sua má-gestão à frente do governo e do infortúnio de seus adversários.

Ao longo do presente capítulo, analisaremos as distintas variáveis determinantes (fatores e categorias) que reputamos catalisadores do bolsonarismo e aglutinadores dos bolsonaristas, bem como o contexto (aspectos estruturais e conjunturais) em que se operou a combinação entre tais variáveis e os elementos constitutivos já analisados anteriormente, a contribuir com a ascensão do bolsonarismo ao poder e com a assunção de Bolsonaro à presidência da República.

4.1 O Racismo à Brasileira

Da mesma forma que o antissemitismo desempenhou um papel determinante na ascensão do totalitarismo nos Estados-nação europeus em fins do séc. XIX – revisitado, no presente trabalho, no Capítulo 2 – papel semelhante é desempenhado, no Brasil, na escalada do autoritarismo, por dois dos distintos fatores doravante analisados: o *preconceito* e as práticas sistêmicas de *discriminação racial*, ambos constitutivos do *racismo* (dos brancos ou mestiços descendentes de migrantes europeus para com os negros e mestiços descendentes de escravos

africanos ou das distintas etnias indígenas dos povos originários); e o *preconceito* e a *discriminação de classes*, perpetrado pelos membros das camadas sociais mais abastadas para com os integrantes dos estratos sociais mais pobres da sociedade.[204]

Em outras palavras se, na Europa, a teoria do "bode expiatório" (que se entende como elemento constitutivo intrínseco das experiências totalitárias) de que nos fala Arendt (2013) recaiu sobre os judeus e demais minorias étnicas; e, na América do Norte dos tempos contemporâneos, situada no contexto de um mundo pós 11/09, o "outro" é o imigrante (sobretudo islâmico), postura esta inspiradora da Doutrina Bush de guerra ao terror; aqui no Brasil ela recai sobre outros destinatários: negros, índios, mestiços e pobres. Analisemos, no presente tópico, uma destas variáveis determinantes (catalisadora do bolsonarismo e aglutinadora dos bolsonaristas) e que conduz ao apontamento do bode expiatório dos brasileiros: o racismo presente na formação do Brasil e de sua gente, ou seja, como parte de sua gênese.

O Brasil figurou e figura ainda hoje, no concerto internacional dos Estados-nação, como um país que apresenta altas taxas de manifestação de racismo, em suas mais diferentes nuances e acepções. Dados de homicídios, feminicídios e extermínio, por ação policial, da população pobre, preta e de periferia, além da óbvia exclusão socioeconômica da população negra e mestiça descendente de africanos ou de povos originários (já mencionados no tópico anterior desta tese) são ilustrativos dessa assertiva.[205]

Longe de adotar a simplificação de que isso seria o resultado provável de séculos de colonialismo e escravidão, não é demais observar que as relações de dominação, exploração, expropriação e espoliação, causas e consequências dos conflitos existentes entre os *colonizadores e colonos brancos europeus* e o *escravo negro africano* ou o *nativo/gentio indígena* também se perpetuaram no período pós-abolição, mesmo que sob a égide dos valores do liberalismo, do positivismo e do capitalismo, fundamentos do Estado liberal burguês, moderno e pós-moderno.

Como veremos a seguir, a partir da abordagem dos autores ora analisados, mesmo no período pós-abolicionista, vigoraram no Brasil, durante muito tempo, as chamadas *teorias da raça*, base do racismo científico e que serviram de fundamento para o advento da legislação e respectivas políticas públicas imigracionistas, fundamentadas, por sua vez, nas ideologias

---

[204] "Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles". (MBEMBE, 2018, p. 9)

[205] Para um apanhado de dados estatísticos sobre tal assertiva, ver SCHWARCZ, 2019, pp. 29-33.

supremacistas do embranquecimento e nas teses higienistas de eugenia social; e, mesmo durante e após o processo de derrocada teórico-acadêmica de tais teorias, o chamado *mito da democracia racial* foi responsável por dar fundamento de aceitação (legitimidade) às práticas de *invisibilização* da população negra, de *silenciamento* quanto às práticas discriminatórias e de *negação* da existência dos conflitos raciais no Brasil pós-abolição, criando, no senso comum teórico, a ideia de que não existia racismo no Brasil ou que ele era bastante ameno, ao contrário do que nos demonstram os fatos e as estatísticas.

Em prefácio à clássica obra *Casa-grande & senzala*, em que Gilberto Freyre (2019) procura descrever um "paradigma que mostra o movimento da sociedade escravocrata a iluminar o patriarcalismo vigente no Brasil pré-urbano-industrial", Fernando Henrique Cardoso afirma que o autor, em que pese não desconhecer os horrores de uma sociedade escravocrata e patriarcal – como o sadismo sexista e a crueldade dos senhores de escravos – descreveu o antagonismo existente entre escravos e senhores a partir de uma categoria que denomina de "equilíbrio dos contrários" ou equilíbrio de antagonismos (FREYRE, 2019, pp. 12-20).

A partir de tal categoria é possível localizar (dentre as diferentes paisagens descortinadas por Freyre sobre nossa sociedade patriarcal e escravocrata) o quadro segundo o qual, em virtude da miscigenação/mestiçagem decorrente do processo de colonização portuguesa e de formação da família patriarcal colonial, com a introdução do escravo africano (dando pouca ênfase aos contatos com os povos originários e com os imigrantes asiáticos e europeus), havia se criado, no Brasil, uma espécie de *amálgama étnico-racial* (expressão nossa) capaz de fazer mitigar ou amenizar os sentimentos de preconceito e as práticas de discriminação mais fortemente presentes em outras nações as quais, de igual forma, também passaram por processos de colonização e escravidão. Nasce, assim, o chamado e multicombatido conceito de *democracia racial*.[206]

Ao mesmo tempo, ao adotar um paradigma diferenciado de raça e de cultura, Freyre teria contribuído para o debate crítico sobre as teorias da raça que, por sua vez, desembocavam, invariavelmente, em um "pessimismo racial" e na legitimação teórico-acadêmica das práticas de racismo, ao defender um suposto efeito degenerativo na sociedade brasileira, decorrente de nossa miscigenação racial. Em outras palavras: se, por um lado, Freyre contribuiu para à crítica das teorias da raça, ele, um legítimo descendente da aristocracia da cana de açúcar do nordeste,

[206] "[...] o mito da democracia racial foi usado como estratégia para interditar discursos que apelassem à raça como forma de descrever nosso povo. Não haveria racismo no Brasil porque seríamos todos mestiços, logo, discriminações raciais não apenas nos seriam estranhas, como também logicamente impossíveis". (GUIMARÃES, 2006 apud CAMPOS, 2021, pp. 404-405)

também foi fortemente combatido em virtude do mito da democracia racial, segundo o qual os impactos negativos das relações coloniais e de escravidão, no campo simbólico, teriam sido atenuados pela intensa miscigenação (que ele teria demonstrado com alguma nostalgia e excessiva idealização), sendo assim acusado de ter "adocicado" a brutalidade das relações senhor-escravo (OLIVEIRA, 2015, p. 73).

A partir da obra de Florestan Fernandes, um dos teóricos que ajudou a desconstruir os conceitos de convivência pacífica das três raças e de democracia racial, com o privilégio de quem pode usufruir do trabalho acadêmico dele e de tantos outros que já analisaram tal categoria sociológico-antropológica a partir do decurso do tempo, se pode concluir que, mais do que tratar de um suposto não-racismo – ou mesmo de evitar ou combater o racismo e suas variantes – o mito da democracia racial brasileira serviu, a um só tempo, de um lado, para escamotear e, de outro, para que pessoas tivessem alguma espécie de freio moral, de receio em se admitir preconceituosas e racistas.

Essa é uma das possíveis inferências a que podemos chegar a partir do trabalho pioneiro da professora Dora Lúcia de Lima Bertúlio (1989), intitulado *Direito e Relações Raciais: uma introdução crítica ao racismo*, que colaborou para lançar as bases para análises críticas, nas últimas décadas, sobre as teorias da raça, o racismo e os conflitos raciais no Brasil. Ao abordar questões relativas às teorias e ideologias do "embranquecimento", da "democracia racial" e das "políticas eugenistas de imigração", tendo como base a obra pioneira de Abdias Nascimento (1940) e os dados dos Censos Demográficos, a autora pode demonstrar como, paradoxalmente, apesar da existência da prescrição jurídico-constitucional da igualdade e das legislações penais antirracistas, o Direito vem se prestando, de maneira sutil e sub-reptícia, no estado liberal-capitalista brasileiro constituído no pós-abolição, a uma perpetuação da lógica de reprodução das desigualdades raciais, dando respaldo jurídico as práticas de *invisibilização da população negra* (com a manipulação histórica de variáveis constantes no Censo e demais levantamentos demográficos, por exemplo); de *silenciamento quanto às manifestações de discriminação racial* (e respectiva proteção ou "normalização" da atitude de agressores); e de *negação da existência do racismo*:

> Ocorre, pois, perfeita simbiose entre o Estado, o Direito e a sociedade quanto à instância jurídica, no sentido de camuflar as diferenças raciais e legitimar, já que legalizado, nos diferentes povos, as diferenças físicas ou de cultura, hierarquizando-as com o fim de determinar privilégios não só econômicos, mas também aqueles de nossa essência humana. (BERTÚLIO, 1989, p. 8)

Para a autora, as barreiras do preconceito e da discriminação não são apenas sociais e econômicas, mas, sobretudo, raciais; e o racismo, por sua vez, não se manifesta apenas do ponto de vista dos juízos preconceituosos ou das práticas discriminatórias *individuais*, mas, principalmente, do ponto de vista *cultural* e *institucional*, posto que entranhado na sociedade, fazendo também parte das práticas de Estado e do Direito. Ou seja, o racismo brasileiro é sutil e, portanto, prioritariamente, manifesto em sua modalidade "aversiva" e não necessariamente em sua modalidade "agressiva".

Segundo Bertúlio, essa lógica de invisibilização/silenciamento/negação – que é condição para a reprodução de outras lógicas, como as de manutenção da dominação/exploração/expropriação/espoliação de privilégios brancos e de segregação racial – seria observada até mesmo perante os adeptos das Teorias Críticas do Direito, que preocupam-se em se debruçar sobre o estudo da influência da produção material sobre o universo simbólico jurídico (abordagem estrutural do materialismo histórico dialético no campo do direito), silenciando, contudo, quanto ao fato de que as relações de dominação, exploração, expropriação e espoliação passam diretamente pela questão das relações raciais, e não apenas pelas relações de classe social:

> A "sutileza" do racismo brasileiro, que encarcera a quase totalidade da população negra brasileira em submundos sociais, intelectual, político e econômico tem seu grande colaborador no discurso jurídico que, enquanto proclama a igualdade, justiça e liberdade, convive em cumplicidade e conivência com atos de racismo, quer individuais, quer institucionais. Sua estrutura reguladora, repressiva e judiciária, paradoxalmente cria mecanismos proibitivos de atos de preconceito e racismo e implementa a impunidade dos agentes e a destruição das vítimas especialmente pela ação da polícia. (BERTÚLIO, 1989, pp. 149-150)

Sendo assim, a discriminação racial e o racismo são entendidos não somente em seu fundamento de preconceito racial decorrente das diferenças fenotípicas do negro em relação ao branco; ou em seu aspecto econômico, de exclusão socioprodutiva (pobreza); mas, também em uma *dimensão institucional* (do Estado e do Direito) que colabora, decisivamente, para que as dimensões anteriores não se dissipem e, pior do que isso, se intensifiquem cada vez mais:

> O que vemos, pois é o Direito como assegurador dos privilégios dos detentores do poder político e econômico e como mantenedor dos privilégios raciais do branco em nossa sociedade. O Estado e o Direito brasileiros reproduzem o racismo da sociedade através, especialmente, de sua superestrutura política e civil de forma a generalizar e devolver os conceitos e estereótipos formados ao longo da vida do negro neste país, desde sua vinda forçada da África até os dias atuais. (BERTÚLIO, 1989, p. 10)

Passadas mais de três décadas da obra pioneira de Dora Bertúlio sobre Teoria Crítica da Raça, uma longa trajetória foi percorrida desde então, no Brasil, em termos de produção acadêmica (como no desenvolvimento do conceito de *racismo estrutural*), legislativa (como no endurecimento da legislação penal antirracista) e de políticas públicas (como na adoção das ações afirmativas, cujo maior exemplo é a política de cotas raciais para ingresso no ensino superior público). Mas, ainda são latentes as desigualdades sociais de fundo racial, demonstradas nas taxas e indicadores de exclusão socioeconômica e de encarceramento penal, normalizados pelas políticas de Estado e legitimadas pela institucionalidade do Direito. Segundo Duarte, Queiroz e Zacarias (2023), ao comentar a obra de Bertúlio:

> Disso resultou o paradoxo instalado no Brasil: de um lado, faz o país aprovar constituições que consagram a igualdade e legislações antirracistas de caráter penal, e, de outro, nega-se a existência de discriminação racial entre os brasileiros, tema que será, ao longo do texto, articulado como um dos mecanismos de perpetuação do racismo. [...] O discurso do silêncio, da ignorância e da negação dos conflitos raciais internos, segundo a autora, é processado nas esferas públicas brasileiras, com ênfase na organização de ações estatais e no Direito, em conformidade com o imaginário social racista de ser e pertencer a uma sociedade branca. (DUARTE; QUEIROZ; ZACARIAS, 2023, pp. 10-11)

Segundo Silvio Almeida (2019), "o racismo é sempre estrutural, ou seja [...] um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade". Entendido em sua dimensão estrutural, o racismo é também processo político e histórico. Para ele "as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade" (ALMEIDA, 2019, p. 17).

Almeida analisa o propósito que o conceito de raça emprestou ao colonialismo europeu, conferindo fundamento pseudocientífico para a superioridade da raça branca europeia e a respectiva *desumanização* de outras raças, o que serviu de justificativa para a submissão e destruição de populações inteiras nos continentes colonizados; e serve, até hoje, como pretexto para a adoção de práticas discriminatórias e de genocídio. Tratava-se do denominado *racismo científico*, baseado nos determinismos biológico e geográfico (os já mencionados darwinismo social e evolucionismo racial), segundo os quais "características biológicas ou condições climáticas e/ou ambientais seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças" e, portanto, a superioridade/inferioridade de umas em relação a outras (ALMEIDA, 2019, p. 22).

> Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. (ALMEIDA, 2019, p. 24)

Diferenciando os conceitos de racismo, preconceito racial e discriminação racial[207], Almeida (2019, p. 25) avança para uma tipologia tríplice do racismo: o (i) *individualista*, o (ii) *institucional* e o (iii) *estrutural*, fundamentando a sua classificação na diferença sociológica entre *instituição* e *estrutura*. Segundo o autor, sob o ângulo da *concepção individualista*, "não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo". Já sob a perspectiva da *concepção institucional*, se evidencia a racialização como forma de exercício do poder e reprodução da cultura, ou seja, "a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais":

> O racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça [...] assim, a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. [...] O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. [...] com efeito, o racismo é dominação. [...] Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. [...] No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. (ALMEIDA, 2019, pp. 30-33)

Citando a obra de Charles Hamilton e Kwane Ture, Almeida salienta a importância de ambos os autores estadunidenses para a compreensão segundo a qual, em sua versão institucional, "o racismo é um dos modos pelo qual o Estado e as demais instituições estendem o seu poder sobre toda a sociedade". E de que "as instituições atuam na formulação de regras e imposição de padrões sociais que atribuem privilégios a um determinado grupo social, no caso, os brancos" (ALMEIDA, 2019, pp. 36-37).

Já o racismo segundo uma *concepção estrutural*, defendida por Almeida – manifestado por intermédio da ideologia, da política, do direito e da economia – diz respeito a influência das

[207] Para o autor, "o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias". [...] "a discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados"; e o racismo "é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam". (ALMEIDA, 2019, p. 25)

relações raciais na formação das instituições sociais, por sua vez responsáveis pela reprodução das condições necessárias ao estabelecimento e manutenção de determinada ordem social; e sobre o condicionamento que tais instituições, por sua vez, exercem sobre estas mesmas relações. Como na concepção sociológica do Direito que o enxerga como fruto dos fatos sociais e, ao mesmo tempo, condicionador dos comportamentos sobre os quais suas normas de conduta de natureza jurídica dispõem:

> As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. [...] Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (ALMEIDA, 2019, pp. 38 e 41)

Dentre as diferentes dimensões por intermédio das quais se pode identificar o racismo em sua concepção estrutural, figura a dimensão ideológica. Almeida afirma que "o racismo como ideologia molda o inconsciente" (ALMEIDA, 2019, p. 51):

> O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. [...] é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas. (ALMEIDA, 2019, p. 52 e 54)

Da mesma forma, analisando a dimensão cultural e científica, Almeida afirma que "é por meio da cultura popular que haverá naturalização da discriminação no imaginário social. [...] De fato, tão importante quanto às narrativas da cultura popular na produção do imaginário são as teorias filosóficas e científicas" (ALMEIDA, 2019, p. 56). O autor está a se referir, claramente, ao racismo científico, às teorias da raça, dentre elas, as do determinismo biológico e geográfico.

Aqui cabe um breve esclarecimento: o conceito sociológico de *estrutura* nos remete a abordagem materialista, ao paradigma histórico-estrutural, à teoria marxista do materialismo histórico-dialético que nos brindou com os conceitos de infraestrutura e de superestrutura. *Infraestrutura*, como se sabe, diz respeito às condições da produção material (notadamente a economia) de uma sociedade, ao passo que a *superestrutura*, ao seu correspondente no campo da produção simbólica (notadamente o direito), ainda que condicionada (não necessariamente determinada) pela primeira.

Se, por um lado, o colonialismo, o imperialismo, a escravidão e a suposta inferioridade racial dos povos colonizados (pressuposto das teorias da raça) estão na origem da produção do racismo; e, por outro lado, a *invisibilização* da população negra, o *silenciamento* quanto as práticas de discriminação e a *negação* da existência do racismo figuram entre os fatores que concorrem para a sua reprodução – a despeito da existência de um legislação constitucional e penal antirracista – é como se do ponto de vista simbólico "oficial" (da superestrutura jurídica), o racismo fosse oficialmente combatido. Mas, também do ponto de vista simbólico, porém "extraoficial", é como se ele não fosse combatido e, por meio da invisibilização, do silenciamento e da negação, ele fosse, extraoficialmente, tolerado (quiçá até estimulado).

Sendo assim, ele faria parte da superestrutura da sociedade brasileira, enquanto elemento presente nas práticas de produção, reprodução (ou manutenção) e legitimação do poder e da dominação social, por indivíduos e grupos privilegiados em detrimento da maioria dominada, explorada, expropriada e espoliada; quer seja de maneira oficial (institucional), explícita ou velada; quer seja de modo extraoficial, nas práticas cotidianas dos sujeitos sociais, incluindo os operadores do direito e, sobretudo, os membros do aparato policial.

A afirmação de que o racismo é estrutural não anula e tampouco justifica a existência do racismo individual, enquanto manifestação particular de discriminação e preconceito. Ao contrário, ele reconhece que o racismo individual é, antes de tudo, reforçado e chancelado pelo racismo arraigado e entranhado na superestrutura jurídico-política de nossa sociedade, ainda que formalmente considerado conduta ilícita do ponto de vista do direito constitucional e penal. É o racismo institucional a manifestação mais cruel desse racismo estrutural. E, nesses termos, há de se concordar com o emprego do termo racismo estrutural, para além do racismo institucional: este a materialização daquele.

Jessé Souza (2021), por sua vez, nos fala em *racismo multidimensional*, do qual o *racismo racial* seria uma modalidade que se soma ao racismo científico, cultural, de classe, de gênero. Para o autor, o racismo racial "pode ser exercido das mais diversas maneiras, disfarçado, por exemplo, de 'moralismo anticorrupção' ou 'guerra contra o crime'" (SOUZA, 2021, p. 8), e é fundamental explicar que, se o racismo racial pode assumir outras máscaras, então existem, obviamente, manifestações não raciais do racismo, que produz o mesmo efeito destruidor e deletério nas pessoas (SOUZA, 2021, p. 9).

Pautando-se não só pela necessidade de comprovação da existência do racismo (o que, para ele, já o fazem as estatísticas oficiais), o autor, para quem há um "amálgama inextricável entre classe social e raça", ressalta a necessidade de perquirir sobre a sua gênese histórica e o

seu papel nas relações sociais, lançando-se ao desafio de demonstrar "sua dinâmica e sua função social na manutenção da opressão e da humilhação de indivíduos e grupos sociais", ou seja:

> [...] de que maneira, em uma sociedade como a brasileira, o racismo racial assume o comando da vida social a partir da construção de uma "ralé de novos escravos". Uma classe/raça composta em sua esmagadora maioria por negros, destinada a ser a "Geni" da sociedade brasileira, que todos podem oprimir, explorar, humilhar, cuspir e matar sem que ninguém realmente se comova. [...] No Brasil, esse amálgama constrói uma classe/raça de condenados a barbárie eterna. Uma classe/raça de "novos escravos". E qualquer tentativa de possibilitar sua inclusão social ou resgatá-la, como fizeram Vargas e Lula, irá produzir golpes de Estado que buscam mantê-la eternamente explorada, oprimida e humilhada. (SOUZA, 2021, pp. 10 e 21)

O autor faz críticas aos conceitos e respectivo emprego dos termos "lugar de fala" e "representatividade", presentes na obra de Djamila Ribeiro. Para ele, o uso de tais expressões são ciladas que, ao problematizar sobre a legitimidade de quem pode representar ou falar em nome da luta antirracista, estariam mais a serviço de um "neoliberalismo legitimador do capitalismo financeiro global [que] vai se utilizar precisamente da linguagem do antirracismo para se legitimar"; e da meritocracia enquanto legitimação de uma posição de classe social do que, propriamente, da luta antirracista:

> É como se a sociedade fosse um amontoado de indivíduos, todos com a mesma capacidade, a mesma família, a mesma educação, as mesmas chances, apenas com gênero e raça diferentes. Como a real produção da desigualdade é mantida em segredo, então as diferenças só podem se dever a gênero e raça, obviamente. Veja, caro leitor, que intepretação boa para quem explora e domina: a base da dominação, a produção de campeões de um lado e fracassados do outro, nem sequer é examinada ou percebida. Não se toca no assunto. O mundo é, portanto, bom e justo; basta superar alguns erros tópicos e localizados. Nessa visão supostamente antirracista também não existe nenhum problema com a expropriação neoliberal da imensa maioria. Desse modo, os donos do mercado não só podem continuar a explorar como ainda "tiram onda" de agentes da emancipação social e política apoiando bandeiras antirracistas. Todos os problemas e injustiças, para este mundo de resto perfeito, advêm do fato de existirem homens e mulheres e brancos e negros em situação desigual de poder. Como a única instância que poderia explicar a reprodução dessa desigualdade entre as gerações – as classes sociais e os diferentes tipos de socialização familiar e escolar – foi tornada invisível, então a desigualdade passa a ser percebida como a ocupação de distintos lugares de fala. (SOUZA, 2021, pp. 22-23)

Tal crítica se opera no contexto de uma outra, que o autor procede em relação a modificação da pauta promovida pelo advento dos chamados "novos movimentos sociais" em relação à pauta dos movimentos sociais clássicos. Para ele, sobre tal modificação, ocorrida não apenas como desdobramento natural ou passo seguinte (consequência às conquistas dos primeiros) teria se operado verdadeiro sequestro por parte das estruturas do capitalismo, visando a promoção do esvaziamento das pautas dos movimentos operários, tendo em vista que,

para os operadores do capitalismo financeiro global, é mais fácil incorporar ou incluir alguns poucos sujeitos que "representam" a voz dos que defendem os chamados "direitos culturais e identitários" das minorias do que promover inclusão socioprodutiva universal:

> O desafio aqui é legitimar a dominação social e política a partir do próprio mercado. Saem de cena os partidos que representavam correntes de opinião e visões da realidade e entram as próprias empresas vendendo "ecologia", "saúde alternativa", "inclusão de minorias", "bandeiras antirracistas", "emancipação" e "liberdade" – tudo etiquetado com códigos de barra, embalado e entregue em casa com todo o conforto pela Amazon [...] Agora todas as empresas de todos os ramos de produção disputam a contratação dos porta-vozes das bandeiras identitárias como forma de se venderem ao público como "emancipadoras". Sua imagem passa a ser associada a um estilo de vida *cool* e descolado, que se pretende antenado com as grandes questões sociais da época. [...] O novo capitalismo financeiro, que tudo privatiza, privatiza também a política e o próprio discurso da emancipação ao cooptar e comprar as lideranças mais talentosas dos grupos sociais oprimidos. [...] Pior ainda: com o barulho criado na esfera pública pela inclusão do 1% privilegiado, cria-se a impressão – e esse é o real objetivo do capitalismo financeiro – de que o tema da inclusão social e da emancipação política já foi resolvido pelo próprio mercado. [...] Para o neoliberalismo, a inclusão tem que ser individual e meritocrática, e não da maioria oprimida como um todo. Mais adiante veremos como, no caso brasileiro, a estratégia do lugar de fala se ajusta perfeitamente à ideologia do branqueamento, que pode ser apontada como a estratégia secular da elite brasileira de cooptar os membros mais aptos e talentosos dos mestiços e dos negros para incluí-los nos privilégios sociais, de outro modo restritos apenas aos brancos e ricos. [...] Passa a existir um paralelo sugestivo entre as elites financeiras, ou seja, o 1% que se apropria de toda a riqueza social, e as elites performativas do discurso identitário, ou seja, o 1% que de fato se beneficia da inclusão meritocrática ao se arvorar em representante do sofrimento alheio. (SOUZA, 2021, pp. 38-41)

De igual forma, Jessé Souza critica o emprego indiscriminado do termo "racismo estrutural". Concordando com a terminologia, bem como com as formulações teóricas de Silvio de Almeida, a partir do pressuposto de que é necessário "analisar o processo social como um todo, nas suas manifestações políticas, históricas, econômicas e jurídicas, de modo a compreender como o racismo funciona na vida cotidiana", Souza salienta a diferença entre o mero enunciado de uma "petição de princípios" que aponte para a "necessidade de compreensão estrutural do racismo" – que para ele é indubitável – da "compreensão sobre como o racismo estrutural funciona" (SOUZA, 2021, p. 49) que, para ele, é insuficiente nas obras de referência sobre o tema:

> A meu ver, o único caminho para evitar não só o óbvio oportunismo do lugar de fala, mas também a circularidade de argumentos e a prisão retórica da simples metáfora quando tratamos do racismo, é reconstruí-lo, em primeiro lugar, como forma e estratégia de distorção e ocultamento de relações morais – que são o verdadeiro motor de toda ação social, individual ou coletiva. (SOUZA, 2021, p. 51)

Para ele, é a "moralidade herdada" (invisível, esquecida, inarticulada e inconsciente), por intermédio do processo de "socialização familiar" o "fundamento da vida social e de todo o racismo" (SOUZA, 2021, p. 53):

> Grande parte do trabalho de dominação social, econômica e política consiste em lutar para que as ideias morais coletivamente compartilhadas permaneçam inarticuladas e inconscientes. Assim pode-se manipular a raiva do próprio oprimido contra ele mesmo ou contra outros oprimidos, como vimos acontecer com o discurso de Trump e de Bolsonaro. Gostaria de chamar de racismo precisamente esse processo de tornar inarticulado o mundo moral compartilhado coletivamente de modo a manipular o sofrimento social para jogar os oprimidos uns contra os outros e convencer as vítimas da própria inferioridade. [...] Portanto a moralidade não está em nossa cabeça como simples ideia consciente, mas quase sempre se encontra literalmente "incorporada", ou seja, expressa afetivamente no nosso corpo e em suas reações mais imediatas. (SOUZA, 2021, pp. 56-57)

A despeito das divergências conceituais ou taxonômicas, da contribuição dos autores ora em análise se pode inferir que:

a) a combinação entre colonialismo e escravidão deixou marcas indeléveis na sociedade brasileira – cujas consequências são sentidas até hoje – arraigando-se nos modos de agir, pensar e sentir (para tomar emprestada a expressão de Durkheim) do povo brasileiro ao longo dos últimos quatro séculos, explicitadas nas diferentes formas de manifestação do racismo;

b) o mito da democracia racial se dissipa por meio da constatação quanto à existência sistêmica do preconceito e das práticas de discriminação perpetradas por razões de raça, etnia, classe social, sexo, gênero e local de origem, constitutivas das diferentes formas de manifestação do racismo (comprovadas por meio de farta estatística de segregação social, exclusão socioprodutiva, de encarceramento penal ou de homicídios e demais formas de violência perpetrados por agentes públicos, no exercício do poder de polícia, contra negros, índios, mestiços e seus descendentes, sobretudo pobres e moradores das periferias das cidades brasileiras);

c) o racismo no Brasil é multidimensional: existe não apenas do ponto de vista individual ou institucional, mas por intermédio de múltiplas máscaras que – adicionadas ao racismo racial propriamente dito – mais do que refutar, ajudam a comprovar a tese de que o racismo é estrutural, sobretudo quando considerada a combinação indissociável entre classe/raça;

d) figuram entre os elementos de produção, reprodução e manutenção do racismo – como o racismo funciona – a invisibilização do povo negro/índio/mestiço, o silenciamento

quanto às práticas de discriminação e a negação de sua existência, constituindo verdadeira forma lacônica de tolerância para com sua ocorrência;

e) o Estado e o Direito brasileiros são braços auxiliares na manutenção/reprodução do racismo que, a despeito da legislação antirracista no campo constitucional e penal, vêm perpetuando, durante anos:

e.1) dispositivos legais racistas, no próprio texto de suas Constituições pretéritas e na legislação infraconstitucional, como no exemplo da política imigracionista oficial do Estado brasileiro pós-abolicionismo, baseada, por sua vez, nas teorias supremacistas e higienistas da raça (como o darwinismo social e o evolucionismo racial) e do embranquecimento populacional;

e.2) práticas racistas no exercício do poder de polícia enquanto modalidade da função administrativa, na ação policial cotidiana em favelas, bairros periféricos e zonas de vulnerabilidade social;

e.3) práticas racistas no exercício da função jurisdicional em julgamentos permeados por vieses cognitivos de fundo étnico-racial.

O que se pode notar é que, ao menos durante um determinado período da história brasileira recente, do marco temporal que sinaliza a criação do já desconstruído mito freyreano da democracia racial, passando pelo movimento da redemocratização, da promulgação da CF/1988, da institucionalização das políticas de ações afirmativas, do endurecimento da legislação penal antirracista até a ascensão do bolsonarismo, havia uma pressão social que levava a uma espécie de *impressão coletiva* de que as pessoas pareciam se envergonhar ou, ao menos, aparentavam ter receio de admitir que eram racistas.[208]

A formação desse inconsciente coletivo aparentemente antirracista está relacionada a tudo o que se sucedeu à barbárie do nazismo na Segunda Guerra Mundial: o advento das declarações de direitos, a criação dos organismos multilaterais e os respectivos sistemas internacionais (regionais e global) de promoção e proteção dos direitos humanos. Um processo civilizatório que, por razões aqui analisadas, parece ter sofrido profunda interrupção posto que, nos dias de hoje, o que se observa é que, em determinada fração da sociedade, as pessoas não só perderam a vergonha como têm orgulho da própria torpeza. Os esqueletos saíram do armário

[208] "Em lugar do 'ritual da tolerância', passamos a praticar o oposto; o confronto e a expressão aberta da polaridade que, como vimos mostrando, sempre existiu na nossa história mas andava silenciada. Talvez por isso, hoje em dia muitos brasileiros não se preocupem mais em se definir como pacíficos; preferem desfilar sua intolerância. [...] O certo é que, desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, destampou-se o caldeirão dos ressentimentos, que desaguou numa política deliberada de ódios e polarizações". (SCHWARCZ, 2018, pp. 235-242)

e desfilam, nas ruas e nas redes, empavonados de sua própria escrotidão. Essas pessoas sempre existiram, mas, se mantinham incubadas, sob autocensura, com vergonha de se assumir preconceituosas e de manifestar sua correspondente discriminação. A ascensão do bolsonarismo deixou essas pessoas à vontade para revelar quem elas realmente eram e são. A chegada de Bolsonaro ao poder é, ao mesmo tempo, causa e consequência desse fenômeno.

Seria correto inferir, portanto, que o bolsonarismo tem no racismo um valor por eles abertamente defendido, constitutivo de sua ideologia? Ou, em outras palavras: é correto dizer que os bolsonaristas são racistas? Entendemos que, para responder a essas indagações com a segurança que o método científico prescreve, se faz necessário lançar mão de metodologias quantitativas e estatísticas. As inúmeras manifestações públicas de concordância ou apologia a práticas de violência policial contra indivíduos ou comunidades vulneráveis, em diferentes episódios e ocasiões, expostas em distintos veículos de comunicação e redes sociais, perpetradas por personalidades públicas (políticos, artistas, influenciadores digitais etc.) identificados com o bolsonarismo, sob a justificativa de que estariam supostamente albergadas pelo manto da liberdade de exteriorização do pensamento – popularmente conhecida como liberdade de expressão – prevista no art. 5º, inciso IV, da CF/1988, em suas distintas modalidades, são comprobatórios de tal assertiva.

Lembremos do discurso do ainda candidato Jair Bolsonaro proferido em abril de 2017 na *Hebraica Rio de Janeiro*, uma das entidades civis que congregam judeus brasileiros residentes na capital carioca. Referindo-se de forma pejorativa a indígenas e quilombolas, que "chegam a pesar sete arrobas [...] e nem para procriar eles serviriam mais" (VEJA, 2017), o então candidato afirmava, na ocasião, a intenção de que, em seu governo, não iria haver "um centímetro demarcado para terra indígena ou quilombola", o que de fato se concretizou, em face da suspensão dos processos de demarcação de novas Terras Indígenas, seguida da tentativa de aprovar, no Congresso Nacional, a tese do chamado "Marco Temporal", limitando as Terras Indígenas apenas aos territórios já demarcados quando da promulgação da CF/1988.

A relação peculiar que Bolsonaro mantinha com o deputado federal Hélio Lopes (PL/RJ), negro retinto a quem ele sempre se referia como "irmão" (para afirmar que não era racista), porém, em referências sempre acompanhadas de piadas de cunho racial; assim como a postura de Sérgio Camargo, também negro retinto por ele indicado para a presidência da Fundação Palmares, cujas polêmicas declarações – como as que afrontavam a memória dos heróis negros brasileiros – iam sempre de encontro às posições do movimento negro. Ou as declarações do então vice-presidente, general Hamilton Mourão, ao se referir ao próprio neto

como produto do "branqueamento da raça" em sua família; ou à "indolência dos índios e malandragem dos negros" como traços característicos da etnologia brasileira.

Além do racismo propriamente dito, outros exemplo de preconceito e discriminação também são ilustrativos desta análise: as declarações dadas, na Câmara dos Deputados, nos anos de 2003 e 2014, ainda no exercício dos mandatos de deputado federal, de que não estupraria a também deputada federal e sua colega de parlamento, Maria do Rosário (PT/RS), *"porque ela não merecia"* (CRESCER, 2015, n.p.) declaração reiterada ao jornal gaúcho *Zero Hora*, *in verbis*: *"é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria"*. O atual ex-presidente, hoje sem foro privilegiado por prerrogativa de função, prossegue como réu em ação penal movida em virtude de tais declarações, a que responde pelo crime de incitação ao estupro.

Mais do que achar normal, o ex-presidente da República era um defensor da ideia de que mulheres, desempenhando funções idênticas às desempenhadas por homens, aufiram rendimentos menores do que estes últimos (triste realidade existente no Brasil) em virtude do simples fato de que engravidam. O ainda deputado federal chegou a afirmar, literalmente, que "mulher deve ganhar salário menor porque engravida" (EXTRA, 2014, n.p.).

Poderíamos também citar a ocasião em que o então ministro da Fazenda, Paulo Guedes, ao mencionar a situação econômica dos membros das classes menos favorecidas, referiu-se ao que ele considerava um "exagero" que o poder aquisitivo do assalariado permitisse que empregadas domésticas pudessem viajar à Disney; ou, em outra ocasião, em que revelara a intenção de promover o congelamento quanto à possíveis e futuros reajustes ao funcionalismo público federal, utilizou-se da expressão "colocar uma granada no bolso do servidor público"; ou ainda, o gesto de supremacia branca realizado por Filipe Martins, então assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, por ocasião de audiência pública ocorrida no Congresso Nacional; e, por fim, o assassinato de um civil negro, por agentes da PRF, em câmara de gás improvisada no bagageiro de uma viatura, à luz do dia, durante uma operação policial. Os exemplos de racismo (institucionalizado e estrutural; desejado e proposital), por agentes políticos, aliados, eleitores e simpatizantes do bolsonarismo proliferaram aos borbotões. E falam por si só.

4.2 A Nostalgia do Exclusivismo

Trata-se de demonstrar, no presente tópico, fatores que se prestam a explicar a adesão de segmentos específicos da sociedade – tais como os membros do setor do agronegócio, das

classes mais abastadas, de determinada faixa etária etc. – embora de classes sociais distintas, ao bolsonarismo.

Esta seria a segunda variável determinante, catalisadora do bolsonarismo e aglutinadora de bolsonaristas, elencada como causa da ascensão deste e que se relaciona, diretamente, com o conceito marxista de luta de classes. Porém, não somente sob a perspectiva clássica dos conflitos oriundos da relação capital-trabalho, entre a burguesia capitalista (donos dos meios de produção) de um lado, e o proletariado (donos apenas de sua própria mão-de-obra) de outro, dicotomia que marca o *projeto* dos movimentos sociais operários, mas, sobretudo, sob a ótica dos preconceitos existentes entre os membros de cada uma destas classes sociais.

Desta feita, a análise se procede não apenas a partir do prisma racial, como no primeiro tópico do presente capítulo; mas também não somente a partir do prisma do *poder aquisitivo* ou da *renda diferencial* que a condição econômica relativa a cada uma destas classes sociais e suas subdivisões proporciona aos indivíduos membros de cada uma delas. É sim uma análise, como no dizer de Silvio de Almeida, sob a ótica do "pertencimento de classe explicitado na capacidade de consumo e na circulação social" (ALMEIDA, 2019, p. 45), mas também, como no dizer de Jessé Souza, sob a ótica "da transmissão familiar e escolar de valores positivos ou negativos invisíveis, o que verdadeiramente define uma classe social" (SOUZA, 2021, p. 21).

Sendo assim, o conceito de *classe social* que adotamos, para efeito do presente trabalho, neste e nos tópicos seguintes, não é necessariamente aquele presente na abordagem materialista, do paradigma histórico-estrutural (materialismo histórico-dialético), mas sim o que está presente na *Teoria dos Campos*, de Pierre Bourdieu, entendido como "o conjunto de agentes que compõem posições homólogas no *espaço social"* (CHASIN, 2019, p. 128) e não apenas pela posição ocupada pelos atores no processo de produção.

Dito isso, partamos da hipótese segundo a qual ao colocar em prática programas sociais e promover a ascensão social de significativa parcela de populações excluídas, os governos brasileiros populares, progressistas e de esquerda, de 2002 a 2016, atraíram para si um sentimento de ódio, oriundo de determinada parcela da população, gerado, por sua vez, a partir de um outro sentimento: o de uma certa *nostalgia* que não se refere apenas às questões econômicas, mas, também, às questões culturais. É na construção teórica de Svetlana Boym (2017), em sua releitura da obra de Sigmund Freud, que vamos tomar emprestado as formulações sobre *nostalgia restauradora*, para chegarmos ao que aqui denominamos de *nostalgia do exclusivismo*. Analisemos, pois, como tal categoria da psicanálise se relaciona com o fenômeno do preconceito de classes.

Em sua obra *Luto e Melancolia*, em tradução para o português de Marilene Carone, ao analisar a melancolia, em contraponto ao luto, Freud (1992) assinala que este é necessário, ao passo que aquela é patológica. Segundo o autor, nós seres humanos estamos sempre construindo nossos sujeitos a partir de perdas e faltas. O "Eu" seria uma sedimentação a partir de perdas pelas quais ele passa. A formação do sujeito, sob a perspectiva freudiana, é um sedimento de perdas, sendo que a "falta" é constitutiva do sujeito. Aquilo que falta é a completude da realidade: o "Eu" se identificando com o objeto perdido e se auto recriminando pelo fato de sentir falta do objeto perdido.

> O luto, via de regra, é a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria, liberdade, ideal etc. Sob as mesmas influências em muitas pessoas se observa em lugar do luto uma melancolia, o que nos leva a suspeitar nelas de uma disposição patológica. É também digno de nota que nunca nos ocorre considerar o luto como o estado patológico nem encaminhá-lo para tratamento médico, embora ele acarrete graves desvios da conduta normal na vida. Confiamos que será superado depois de algum tempo e consideramos inadequado e até mesmo prejudicial perturbá-lo. A melancolia se caracteriza psiquicamente por um desânimo profundamente doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e um rebaixamento do sentimento de auto-estima, que se expressa em auto-recriminação e auto insultos, chegando até a expectativa delirante de punição. (FREUD, 1992, p. 131)

Ainda segundo o autor (1992, p. 134) "o quadro clínico da melancolia põe em destaque o desagrado moral com o próprio ego, acima de outros defeitos. Defeito físico, feiura, fraqueza e inferioridade social, muito mais raramente são objeto da autoavaliação; só o empobrecimento assume um lugar preferencial entre seus temores ou afirmações". Porém, no melancólico "se reconhecem as autorrecriminações como recriminações contra um objeto de amor, a partir do qual se voltaram sobre o próprio ego. [...] tudo de depreciativo que dizem de si mesmos, no fundo dizem de outrem".

Para Freud, "os motivos que ocasionam a melancolia ultrapassam na maioria das vezes o claro acontecimento da perda por morte e abrangem todas as situações de ofensa, desprezo e decepção através das quais pode penetrar na relação uma oposição de amor e ódio ou pode ser reforçada uma ambivalência já existente. [...] O auto tormento indubitavelmente deleitável da melancolia significa, como o fenômeno correspondente da neurose obsessiva, a satisfação de tendências sádicas e de tendências ao ódio relativas a um objeto, que por esta via sofreram um retorno para a própria pessoa" (FREUD, 1992, p. 136).

A compreensão acerca da luta de classes – decorrente dos conflitos e contradições existentes na relação capital-trabalho – e a correlação entre esta luta e os preconceitos existentes entre os membros de cada uma das classes em conflito exige, em um determinado recorte

espaço-temporal, a análise de uma outra categoria, próxima da melancolia: trata-se da *nostalgia*. Para a autora russo-americana Svetlana Boym (2017), "a nostalgia que me interessa aqui não é meramente uma doença individual, mas sim um sintoma de nossa época, uma emoção histórica". Em seu ensaio denominado *O mal-estar na nostalgia*, em tradução brasileira de 2017, a autora pontua o que ela denomina de "três observações cruciais" sobre tal categoria:

> Primeiro, a nostalgia não é antimoderna; ela não é necessariamente oposta à modernidade, mas sim contemporânea a ela. [...]. A nostalgia não é apenas uma expressão de saudade local, mas resultado de uma nova compreensão do tempo e do espaço que faz a divisão entre local e universal possível. Segundo, nostalgia parece ser a saudade de um lugar, mas é na realidade um anseio por um tempo diferente [...]. Terceiro, a nostalgia, a meu ver, nem sempre é retrospectiva; pode ser igualmente prospectiva. [...] Diferentemente da melancolia, que se restringe aos planos da consciência individual, a nostalgia trata das relações entre a biografia individual e a biografia de grupos ou nações, entre as memórias, pessoal e coletiva. Se as utopias futuristas podem estar fora de moda, a nostalgia tem uma dimensão utópica – que apenas não é mais dirigida ao futuro. Algumas vezes, nem sequer é diretamente dirigida ao passado, mas sim tangencialmente. O nostálgico sente-se sufocado dentro dos limites convencionais de tempo e espaço. (BOYM, 2017, p. 154)

Distinguindo nostalgia de melancolia, a autora procede ainda com o alerta de que, apesar de nem sempre nostalgia estar associada a uma carga semântica negativa, a sua mistura com política pode ser explosiva:

> A promessa de reconstruir o lar ideal repousa no cerne de muitas ideologias poderosas hoje em dia, tentando-nos a trocar o pensamento crítico por laços emocionais. O perigo da nostalgia é que ela tende a confundir o verdadeiro lar com aquele imaginado. Em casos extremos ela pode criar uma terra natal fantasma, em nome da qual alguém está pronto a morrer ou a matar. A nostalgia irrefletida pode gerar monstros. Contudo, o sentimento propriamente, a dor do deslocamento e da irreversibilidade temporal, está no cerne mesmo da condição moderna. **Ao reclamar uma pátria pura e limpa, a política da nostalgia comumente produz um híbrido "glocal" de capitalismo e fundamentalismo religioso ou de estado corporativo e patriotismo eurásico**. A mistura de nostalgia e política pode ser explosiva. (BOYM, 2017, p. 155) (Grifo nosso)

Esse sentimento que se relaciona ao patriotismo e ao espírito nacional a ponto de adoecer os patrícios afastados de sua terra natal pode aparecer não apenas no exílio ou em tempos de mudanças drásticas e rupturas históricas, como nas guerras e revoluções, mas também como elemento de construção de narrativas de valorização de um passado supostamente glorioso: o passado mítico de que já tratou Stanley (2018), cujo retorno pode se transformar em objeto do desejo nostálgico de uma parcela de uma população ou mesmo de toda uma nação:

> A nostalgia reaparece inevitavelmente como um mecanismo de defesa em um tempo de mudanças históricas drásticas e ritmos acelerados de vida. Mas esse mecanismo de

> defesa tem seus próprios efeitos colaterais. Surtos de nostalgia se seguem frequentemente às revoluções; a Revolução Francesa de 1789, a Revolução Russa e as revoluções de "Veludo" no Leste Europeu foram acompanhadas por manifestações políticas e culturais de saudade. [...] Porém, a nostalgia que analiso aqui nem sempre é pelo Antigo Regime, pela estabilidade da superpotência ou por um império derrubado, mas também pelos sonhos não realizados do passado e visões do futuro que se tornaram obsoletas. (BOYM, 2017, p. 156)

Para a autora, "a nostalgia moderna é o luto pela impossibilidade do retorno mítico, pela perda de um 'mundo encantado' com limites e valores claros. Ela pode ser uma expressão secular de um desejo espiritual pela unidade edênica do tempo e espaço antes da entrada na história. O nostálgico está em busca de um destinatário espiritual. Defrontando-se com o silêncio, ele procura por sinais memoráveis, mal interpretando-os desesperadamente" (BOYM, 2017, p. 158). Ainda segundo Boym, em nota de rodapé à p. 166, a nostalgia tende a "colonizar" a política:

> A Nostalgia tende a colonizar a política e a história. Como a imaginação conspiratória, o ponto de vista nostálgico não nos permite ver nada além da nostalgia. Reiteradamente, a nostalgia restaurativa relaciona-se de perto com a política. Na imprensa de hoje, com frequência, qualquer um encontra referências à nostalgia da Guerra Fria quando debatendo a situação da Rússia contemporânea. Paradoxalmente, é exatamente o mesmo medo de cair nas narrativas da Guerra Fria que deferiu as discussões das mudanças políticas na Rússia e da notável persistência política do antigo aparato de estado soviético em suas novas vestes. A economia de livre mercado provou não ser nenhuma panaceia para a mudança democrática; muitas instituições democráticas e canais de imprensa não estatal foram fechados na Rússia de Putin sob pretextos econômicos como o da "disputa entre parceiros de negócios". A esta altura já é óbvio que a economia capitalista consegue conviver pacificamente com o estado autoritário e sua ideologia nacionalista nostálgica. Para compreender a situação da Rússia, não se pode mais permanecer ao nível da representação cultural; precisa-se observar a política. Nostalgia restaurativa é com frequência patrocinada de cima, contudo, é populista, por mais familiar e "popular" que aparente ser.

Obviamente de que não estamos a tratar, no caso brasileiro em análise, nem do luto, de um lado; e tampouco da melancolia – cujas premissas são a perda do objeto, o conflito de ambivalência e a regressão da libido para o ego e que resulta no rebaixamento do sentimento de auto-estima e no empobrecimento do ego, de outro lado, enquanto categorias psicanalíticas de análise de patologias individuais (FREUD, 1992, pp. 132 e 140). Reportamo-nos, aqui, a uma *nostalgia restauradora do exclusivismo*, uma categoria que pode se inserir no campo da psicologia social e que se refere ao sentimento, presente em uma determinada parcela mais favorecida da população, de perda/saudade dos tempos em que determinadas benesses econômicas lhes eram exclusivas, aos membros de seu respectivo estrato social: é a saudade do tempo perdido em que se podia viajar de avião sem compartilhar os espaços dos aeroportos e das aeronaves com os mais pobres; do tempo em que seus filhos não precisavam dividir os

bancos das universidades com os filhos do porteiro ou do zelador do prédio, cotistas ou beneficiários de bolsas de estudos ou financiamentos estudantis, parciais ou integrais; ou as cadeiras e mesas das praças de alimentação de um *shopping center* com a negritude dos *rolezinhos* das periferias; do mesmo tempo em que se podia remunerar empregadas domésticas sem recolher encargos trabalhistas ou mesmo submetê-las a um regime de semiescravidão. Trata-se da versão brasileira da *valorização do passado mítico* (glorioso, nostálgico, patriarcal, hierarquizado, fetichizado) de que trata Stanley (2018), categoria já abordada nesta tese.

Mas, essa saudade não é somente desse espaço-tempo exclusivista, do ponto de vista econômico, financeiro e material. É, também, nostalgia de um espaço-tempo em que se podia fazer piadas racistas sem que se sofressem reprimendas; em que se podia ser homofóbico sem sofrer consequências jurídicas; e assim por diante. Essa nostalgia do exclusivismo é, portanto, restauradora[209] e de direita: é a saudade desse exclusivismo, usufruído pelos mais favorecidos economicamente (a fração mais rica da população) que somente períodos históricos de extrema desigualdade social e consequente concentração de renda são capazes de proporcionar, seguida do desejo de retorno a um passado racionalmente indesejado e já superado como, por exemplo, o período da Ditadura Militar. Podemos resumir este sentimento com a seguinte máxima: "O bom era aqui, antigamente! E queremos esse antigamente, aqui, de volta!"

É essa tal nostalgia que serve de base de fundamentação, sentimental e simbólica, a justificar o recrudescimento da defesa dos valores do ultraliberalismo, após um período de ampliação de direitos trabalhistas e sociais, cujo exemplo maior residiu na política de reajuste do salário-mínimo, indexado à variação da inflação somada à taxa de crescimento do PIB. Um outro exemplo concreto dessa tal nostalgia como fundamento de cunho psicológico para uma retomada da escalada neoliberal reside nos esforços retóricos em prol da justificação quanto à necessidade de aprovação da mais recente reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de junho de 2017). Assim como os fenômenos da "uberização" e da "meificação" da força de trabalho da população economicamente ativa, todos são exemplos de como a precarização dos direitos e do mundo do trabalho é um ponto fixo na igualmente permanente agenda que procura a maximização de lucros com a redução de custos, a qualquer preço.

[209] "A nostalgia restauradora não se percebe como nostalgia, mas antes como verdade e tradição. A nostalgia reflexiva reside na ambivalência do pertencimento e saudade humanos e não se desvia das contradições da modernidade. A nostalgia restauradora protege a verdade absoluta ao passo que a nostalgia reflexiva a coloca em dúvida. A nostalgia restauradora está no cerne do reavivamento nacional e religioso recentes. Ela apresenta dois enredos principais – o retorno às origens e a conspiração. [...] A nostalgia restauradora se caracteriza por duas tramas principais: a restauração das origens e a teoria da conspiração". (BOYM, 2017, pp. 159-160)

Mal se apercebem, os mais afortunados, que os 33 milhões de famintos, filhos da ampliação do desemprego e da desigualdade social causadas por governos despreocupados com a maioria de sua população são cada vez mais numerosos e estão cada vez mais próximos de si, batendo às suas portas. E não são apenas desempregados, mendigos, indígenas desaldeados, imigrantes e indigentes de toda a espécie, largados à própria sorte a esmolar nos semáforos ou nas portas dos restaurantes e supermercados de cada cidade brasileira. São também os estudantes, bolsistas, trabalhadores informais, microempreendedores individuais, trabalhadores assalariados e "uberizados" com cada vez menos condições de pagar e de arcar com os elevados custos da energia elétrica, do gás de cozinha, dos combustíveis, dos produtos da cesta básica e dos aluguéis, nos preços escorchantes em que se encontravam, em escalada que durou do impeachment de 2016 até o final do ano de 2022.

Trata-se do grande contingente de mão de obra descartável ("a ralé de novos escravos", para repetir a já citada expressão de Jessé Souza), cada vez maior em decorrência da aplicação das tecnologias a indústria e ao comércio, mesmo que integrantes da chamada força de trabalho, no interior da população economicamente ativa, está cada vez mais refém da precarização dos direitos trabalhistas, da uberização do trabalho, do falso empreendedorismo e das teologias da prosperidade e do domínio.

Essa legião de famélicos, despossuídos e desvalidos de toda a ordem estava, cada vez mais, a estorvar a quietude dos que detêm o privilégio de poder dispor de ambientes exclusivos e socialmente assépticos, vedados ao povo de verdade: pobres, pretos e de periferia que, na ausência de melhores oportunidades, são legados aos postos de motoristas de aplicativo, garçons ou serventes, porteiros ou vigias, garis ou frentistas, prostitutas ou ladrões. Sem contar os intelectuais orgânicos (para tomar emprestada a categoria gramsciana) ativistas e defensores dos direitos das minorias excluídas, que tem suas vidas ceifadas e seus corpos vilipendiados (como no notório caso do assassinato do indigenista brasileiro Bruno de Araújo Pereira e do jornalista ambiental britânico Dom Phillips, em Atalaia do Norte-AM, em julho de 2022), sob omissão do próprio Estado que os deveria proteger, mas que prefere anuir com o crime e acobertar os criminosos. Esse foi, durante os anos do governo Bolsonaro, o retrato da exclusão em um país gerido por uma mistura entre polícia e milícia, capitão e traficante, playboy e general.

4.3 O Homem Mediano e a Normalização da Mediocridade

Embora a origem das formas de agir, pensar e sentir analisadas nos tópicos anteriores, relacionadas ao *racismo* e suas variantes remonte, em nosso país, aos tempos do Brasil Colônia; e a *nostalgia restauradora* de determinados segmentos da população, relativa à perda de seu *exclusivismo*, constitua um movimento cíclico, que se nota de forma mais consistente em períodos de maior inclusão social de segmentos menos favorecidos da população, com a respectiva redução de privilégios de segmentos mais favorecidos; o *point of no return* da ascensão do bolsonarismo, enquanto reflexo da escalada do autoritarismo, se encontra na *normalização* de outros sentimentos e comportamentos: os de ode à ignorância, apologia ao grotesco e glamourização do bizarro na política. Trata-se da *normalização da mediocridade*, operada em meio a um ambiente propício à procura de um líder carismático à imagem e semelhança do *homem mediano*.

Para melhor compreensão do fenômeno que intentaremos descrever, tomaremos emprestados diversos conceitos de distintos autores os quais, combinados, nos ajudarão a formar o mosaico explicativo necessário para o entendimento do que se propõe, a saber:

Se Neumann, em análise realizada por Rodriguez e Prol (2019) consegue nos ajudar a compreender como se dá o fenômeno da adesão dos indivíduos das classes sociais mais abonadas ao autoritarismo (visto no Capítulo 2); Bertúlio (1989), Almeida (2019) e Souza (2021) conseguem colaborar com nossa compreensão sobre o *racismo*, em suas distintas vertente e nuances, como elemento integrante do bolsonarismo; Boym (2017), ao proceder com sua releitura de Freud, consegue colaborar com a compreensão do que denominamos de *nostalgia do exclusivismo*; é com Bourdieu (apud CHASIN, 2019) que compreenderemos a adesão de estratos médios da sociedade – nos quais se situa o *homem mediano* – ao bolsonarismo. Ato contínuo, quem nos ajudará nessa compreensão acerca do conceito de *homem mediano* serão Eliane Brum (2019) e Araújo e Maringoni (2019), dentre outros adequadamente citados; e, finalmente, com Foucault (apud FONSECA, 2019), iremos compreender o fenômeno da *normalização da mediocridade*.

De início, tomemos pois, emprestado, dois conceitos de distintos autores: o de *habitus*, presente na *Teoria dos Campos*, de Pierre Bourdieu, em análise de Chasin (2019); e o de *normalização*, presente nos escritos de Michel Foucault, em análise de Fonseca (2019):

> O *habitus* opera, portanto, a mediação entre agente e sociedade, a ponte entre as posições objetivas de classe e suas práticas. O *habitus* é o princípio unificador e gerador de todas as práticas. São disposições de conduta padronizadas, não necessariamente reflexivas e conscientes, incorporadas pelos agentes e que modelam suas ações e práticas. Indivíduos situados em um local homólogo do espaço social

> possuem *habitus* semelhantes, o que resulta em correspondências nos seus gostos e estilos de vida. (CHASIN, 2019, p. 128 e 129)

É o *habitus*, no conceito empregado por Bourdieu, junto com o *capital simbólico* (a somatória do capital econômico, do capital cultural e do capital social) que formam o amálgama que plasma a posição dos indivíduos em sua concepção própria de *classe social*, definida como o conjunto de agentes que ocupam posições homólogas no *espaço social* (multidimensional e relacional) e em seus respectivos *campos sociais* (divisões próprias e temáticas do espaço social) e não apenas pela posição ocupada pelos atores no processo de produção (concepção distinta, portanto, do conceito clássico de classe social próprio do materialismo histórico-dialético).

Agora vejamos o que assinala Fonseca (2019) acerca do conceito de normalização (modelo disciplinar-normatizador) enquanto "produção de comportamentos" e "constituição de subjetividades" presentes no pensamento de Michel Foucault:

> O estudo dos mecanismos disciplinares e dos dispositivos biopolíticos de segurança, abordados por Foucault em parte significativa de seus livros e cursos, constitui a analítica (ou genealogia) do poder empreendida pelo autor. Em conjunto, os trabalhos que compõem a analítica do poder propõem uma abordagem do poder a partir da perspectiva que considera os mecanismos concretos de seu exercício, cujo resultado é a normalização das condutas e a constituição de um tipo específico de sujeito, o sujeito moderno, normalizado. Assim, os dispositivos de normalização estudados por Foucault são compreendidos como formas concretas de exercício de poder que não têm por finalidade primeira a interdição e a obediência à forma geral da lei, mas antes a produção de comportamentos e a constituição de subjetividades. (FONSECA, 2019, p. 152)

A normalização a que nos referimos aqui não é exatamente a *normalização disciplinar* ("aquela que se efetiva sobre os corpos no interior dos lugares institucionais", cujo exemplo maior e um dos objetos de análise foucaultiana é a prisão), enquanto "tecnologia positiva do poder", de que trata Foucault em *Vigiar e Punir*; ou mesmo a *normalização biopolítica*, de que trata o autor em *A vontade de saber*; senão a normalização enquanto processo em virtude do qual ideias e comportamentos à margem das normas de conduta (próprias da imagem do direito como lei ou modelo de soberania, distinta da imagem do direito como normalização disciplinar ou biopolítica) podem passar a ser considerados normais (FONSECA, 2019, p. 163).

Guardemos ambos os conceitos. Retornemos, agora, à questão do *homem mediano*. Há quem defenda, como Eliane Brum, que Bolsonaro é apenas o reflexo do espelho no qual se enxerga o *homem mediano* brasileiro: de classe média baixa, com formação escolar máxima de nível médio, grosseiro, racista, homofóbico, misógino, sádico e subletrado. Vítimas de

preconceito tanto quanto aqueles contra quem eles impingem os seus próprios preconceitos, esse tipo de cidadão de segunda categoria, marginalizado tanto quanto os mais humildes, que nunca teve vez – não por sua condição sócio-econômica, mas pela sua condição de cura envergadura intelectual – passou a enxergar em Bolsonaro um igual a ele: "Jair Bolsonaro é o homem que nem pertence às elites nem fez nada de excepcional. Esse homem mediano representa uma ampla camada de brasileiros" (BRUM, 2019). Com a eleição de Bolsonaro, os homens medianos poderiam se ver livres da patrulha ideológica do politicamente correto que tanto os incomoda e os faz sentirem-se excluídos da sociedade. Trata-se de uma suposta (ou ao menos sentida) perda de privilégios (de raça, de classe e de gênero) e do júbilo por entender tê-los recuperado:

> O novo presidente representa, principalmente, o brasileiro que nos últimos anos sentiu que perdeu privilégios. Nem sempre os privilégios são bem entendidos. Não se trata apenas de poder de compra, o que é determinante numa eleição, mas daquilo que dá chão a uma experiência de existir, aquilo que faz com que aquele que caminha se sinta em terra mais ou menos firme, conheça as placas de sinalização e entenda como se mover para chegar aonde precisa. [...] Para um homem pobre, seja ele branco ou negro, tripudiar sobre gays e/ou mulheres na vida cotidiana pode ser a única prova de "superioridade" enquanto enfrenta o massacre diário de uma jornada extenuante e mal paga. [...] Excluídos das elites intelectuais, pressionados a ser "politicamente corretos" porque outros saberiam mais do que eles, ridicularizados na sua macheza fora de época, assombrados por mulheres até mesmo dentro de casa, reagem. Como se sentem fracos, reagem com força desproporcional. Esses brasileiros não querem um homem melhor do que eles na presidência. O que querem é um homem igual a eles no governo. Numa época em que até as metáforas se literalizaram, Bolsonaro lhes devolve – literalmente – aquilo que sentem que lhes foi tirado. Ao assumir o poder, Bolsonaro mostra que a ordem do mundo volta ao "normal". Com Bolsonaro, eles voltam também ao Governo de suas próprias vidas, sem serem questionados nem precisarem ser questionados sobre temas tão espinhosos como, por exemplo, a sexualidade e seu lugar na família e na sociedade (BRUM, 2019, n.p.).

Essa concepção de *homem mediano* a que se refere Eliane Brum não diz respeito, portanto, apenas a condição econômica de um sujeito, enquanto membro de uma classe social específica, conforme os padrões de uma abordagem materialista, própria do paradigma histórico-estrutural da teoria marxista do materialismo histórico-dialético. É uma concepção que também guarda correlação com os conceitos de *homem cordial*, de Sérgio Buarque de Holanda, o verdadeiro protagonista do "Brasil Profundo":

> [...] a cordialidade a que ele se refere não significa "boas maneiras" e "civilidade", como o próprio autor expressamente adverte, e só ambiguamente tem a ver com "a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam", na medida em que essas virtudes, resultantes "dos padrões de convívio humano informados no meio rural e patriarcal", são propiciadoras antes de *promiscuidade nas relações sociais* do que de regras democráticas e

> igualitárias a presidi-las. (HOLANDA, 1995, p. 146 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 79) (Grifo nosso)

Por sua vez, em sua obra *Carnavais, malandros e heróis*, em que se destaca o capítulo 4, intitulado "Você sabe com quem está falando?" Roberto DaMatta (1978) descreve a sociedade brasileira como uma "sociedade relacional", havendo uma distinção entre *indivíduo* e *pessoa*. Segundo Luciano Oliveira (2015), ambas as figuras (*indivíduo* e *pessoa*) em DaMatta guardam paralelismo com as figuras do *cidadão* e do *homem cordial* em Sérgio Buarque:

> O paralelismo entre os conceitos de Sérgio Buarque e de DaMatta reside em que, da mesma maneira que o homem cordial se comporta no espaço público como se estivesse no universo do aconchego familiar, a pessoa, neste mesmo espaço público, "merece [...] um tratamento diferencial". Resumindo, o cidadão de Sérgio Buarque estaria para o indivíduo de DaMatta assim como o homem cordial do primeiro estaria para a pessoa do segundo. (OLIVEIRA, 2015, p. 83)

Já para Artur Araújo e Gilberto Maringoni, o bolsonarismo é uma expressão concreta da ascensão do lumpesinato ao poder. Ao tentar descrever os distintos grupos de interesse que integravam o governo Bolsonaro, ambos os autores recorrem a esta importante categoria do materialismo histórico-dialético: "O lúmpen é avesso a qualquer projeto de longo prazo, não é classe, não é coletivo. Atualmente, sua principal representação é o próprio ex-presidente da República: nunca representou um setor social específico, mas surfou em ondas de insatisfação difusas. E agora quer 'descontruir' o país":

> O governo Bolsonaro resulta de uma confluência de interesses solidamente enraizados na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a representação institucional – ou expressão política – dessa coalizão parece materializar profundas alterações ocorridas desde o final da ditadura (1964-1985) na composição social do país. O período é marcado por um processo de desindustrialização, privatização e desnacionalização de empresas que se soma à desregulamentação e fragmentação do mundo do trabalho. Ramos inteiros da produção deixaram de existir, a indústria de transformação reduziu sua participação na formação do Produto Interno Bruto (PIB) e o país assistiu sua burguesia industrial vender empresas e tornar-se mera montadora, maquiadora, empacotadora e, principalmente, especuladora no mercado financeiro, beneficiando-se de uma das mais altas taxas de juros do planeta. A burguesia associada do capital externo vai se tornando uma burguesia compradora e rentista. (ARAÚJO; MARINGONI, 2019, n.p.)

Segundo os autores, "o lumpesinato, por característica inata, é avesso a qualquer projeto coletivo de longo prazo. Não é classe, não é coletivo, não forma grupos. Não há previsibilidade ou rotina possível em um conjunto de indivíduos para os quais vigoram as saídas individuais e a disputa de cada um contra todos". É a institucionalização do "salve-se quem puder": farinha pouca, meu pirão primeiro.

O conceitos de *lumpen*, por seu turno, é bastante semelhante ao conceito de ralé, de que trata Hannah Arendt (2013):

> Se o erro comum dos nossos tempos é imaginar que a propaganda pode conseguir tudo e que um homem pode ser persuadido a fazer qualquer coisa, contanto que a persuasão seja suficientemente forte e atraente, era crença comum naquela época que a "voz do povo era a voz de Deus", e que a tarefa de um líder era, como disse Clemenceau com tanto desdém, seguir essa voz com esperteza. As duas atitudes derivam do mesmo erro fundamental de considerar-se a ralé idêntica do povo, e não uma caricatura dele. A ralé é fundamentalmente um grupo no qual são representados resíduos de todas as classes. É isso que torna tão fácil confundir a ralé com o povo, o qual também compreende todas as camadas sociais. Enquanto o povo, em todas as grandes revoluções, luta por um sistema realmente representativo, a ralé brada sempre pelo "homem forte", pelo "grande líder". Porque a ralé odeia a sociedade da qual é excluída, e odeia o Parlamento onde não é representada. (ARENDT, 2013, p. 148)

Entendido do que e de quem se trata o *homem mediano,* o *brasileiro médio,* o *lúmpen,* a *ralé,* os quais integram parte significativa da sociedade adepta do bolsonarismo, analisemos como se deu tal adesão daqueles a este.

Na democracia representativa existe, geralmente, um princípio implícito segundo o qual os representados escolhem o melhor entre eles para lhes servir de representante. Como no dizer de Eliane Brum "a ideia de que aquele que é considerado o melhor deve ser o escolhido para governar atravessa a política e o conceito de democracia" (BRUM, 2019). Contudo, o "melhor" não é necessariamente o mais rico, o mais inteligente, o mais hábil, o mais capaz ou que detenha melhor escolaridade, mas o que melhor traduz o sentimento de *representatividade* que, por sua vez, se relaciona às categorias de *empatia*, *identidade* e *pertencimento*.

Quando, a partir do início dos anos 2000, a "pirâmide social" da clássica metáfora demográfica vai aos poucos se transformando em um "losango", em que a grande massa da população passa a se concentrar na metade da figura geométrica, inflando os números da chamada classe média e seus substratos sociais, passamos a conviver com um fenômeno interessante: a maior parte da população brasileira não era mais composta de miseráveis, pobres e indigentes, de tudo excluídos, como ao longo das décadas anteriores.

Ocorre que parte significativa desses estratos sociais passou por processos de inclusão econômica, mas não de inclusão educacional e cultural. Sendo assim, ao exclusivismo da parcela mais favorecida da população se somou o sentimento de superioridade ética e moral, de que nos fala Jessé Souza, em *A elite do atraso* (2018), que parte dessa classe média carrega consigo. Não tão endinheirados ou eruditos quanto a elite comercial, industrial, agrícola, dos transportes, imobiliária, financeira e do funcionalismo público de topo do país; e nem tão miseráveis e ignorantes quanto os mais pobres, o grande trunfo da classe média – situada a

meio-mastro do "losango" social – é sentir-se eticamente superior aos integrantes das pontas desse losango: é o mito da *meritocracia* que os faz sentir superiores aos mais pobres; e o da *honestidade* que os faz sentir superiores aos mais ricos.

Se a *nostalgia do exclusivismo* tem como traço característico o ressentimento das camadas mais abastadas; e a verdadeira exclusão, manifestada nas diferentes variações do *racismo estrutural*, tem como traço característico o ressentimento dos mais pobres; a combinação entre meritocracia e honestidade compõe o traço característico do ressentimento da classe média, gatilho para deflagrar outros sentimentos ainda piores (a ira, a cólera, o ódio, a frustração) justamente nos indivíduos que integram a maior camada social: a maioria da população, no centro do losango social, pressionada pelos de cima e pelos de baixo.

O jornalista italiano Giuliano Da Empoli (2019) menciona que seu colega alemão Peter Sloterdijk (2006) "reconstruiu a história política da cólera". Segundo ele, "um sentimento irresistível atravessa todas as sociedades, alimentado por aqueles que, com ou sem razão, pensam ter sido lesados, excluídos, discriminados ou insuficientemente ouvidos" (DA EMPOLI, 2019, p. 56). Tal conceituação é semelhante a que Stanley (2018) empregou ao denominar de *hierarquia* e de *vitimização*, o 5º e o 6º dos seus 10 princípios fundamentais do fascismo. Prossegue Da Empoli (2019):

> Hoje, diz Sloterdijk, ninguém gerencia mais a cólera que os homens acumulam [...] Por isso, desde o início do século XXI, a cólera passou a se expressar de maneira cada vez mais desorganizada [....]. Dez anos depois da publicação do ensaio de Sloterdijk, já está comprovado que as forças da ira se reorganizaram e expressam-se no centro da galáxia dos novos populismos que, do Leste Europeu aos Estados Unidos, passando pela Itália, a Áustria e os países escandinavos, domina cada dia um pouco mais a cena política de seus respectivos países. (DA EMPOLI, 2019, p. 58)

Em sentido análogo ao do colega jornalista italiano e de sua colega brasileira Eliane Brum, a jornalista Patrícia Campos Mello (2020) menciona que, ao aderir às práticas do *tecnopopulismo*, o bolsonarismo foi capaz de gerar e despertar empatia, identidade e sentimento de pertencimento não somente no *homem mediano*, mas também "aglutinou uma parcela significativa da população que estava se sentindo excluída e ressentida":

> Para a construção de coalizões de apoio, aos populistas basta identificar o outro. E sempre, sempre, o que une esses grupos é o ressentimento, a sensação de que são vítimas de uma injustiça, de que um outro grupo é protegido pelas elites e recebe mais do que merece. Décadas de políticas identitárias da esquerda colaboram para esse sentimento. [...] Com os grupos de WhatsApp e o Facebook, pela primeira vez eleitores antes tachados de racistas ignorantes e homofóbicos recebiam notícias com que concordavam e podiam exprimir suas opiniões, sem temer sermões politicamente corretos. Enquanto os moderados apelam para os sentimentos nobres que nos unem,

> os populistas privilegiam mensagens inflamatórias que exploram o ressentimento em relação ao estrangeiro, ao "diferente", e vilanizam grupos, religiões e ideologias políticas. (CAMPOS MELLO, 2020, p. 112)

Quando a pauta que passa a dominar o noticiário é a do combate à corrupção – que alimenta a ira, a cólera e a indignação das pessoas para com a política e os políticos – passamos a perceber que há um sentimento de identificação imediata dessa parcela da sociedade – tornada maioria graças a implementação de políticas públicas inclusivistas, de cunho social – com esse tema. E essa identificação com a pauta e respectiva problemática é seguida da projeção da solução dela ao sujeito que, do ponto de vista do discurso, melhor a incorpora.

Adicione-se a isso mais um elemento: aquele segundo o qual, aparentemente, de tempos em tempos, a paciência do povo para com certos desmandos da política se esgota. Na história recente do Brasil do séc. XX, tem demorado, mais ou menos, 30 anos até o "copo da paciência" da sociedade preencher o seu ciclo, se encher e transbordar. Isso pode resultar em insurreições, revoluções, guerras ou, até mesmo, em golpes de Estado. Ou, pior: pode resultar na busca por um salvador da pátria. A indignação das pessoas vai se tornando tamanha que, nessas ocasiões, historicamente, sagrou-se vencedor em eleições majoritárias aquele que melhor encampou o discurso antissistêmico, da antipolítica – os *outsiders*. Em 1959, Jânio Quadros, que prometia "varrer a corrupção com a vassourinha" foi quem obteve êxito eleitoral. Exatos trinta anos depois, em 1989, Fernando Collor, que se intitulava o "caçador de marajás", sagrou-se vencedor. Mais um ciclo de 30 anos e, em 2018, após uma campanha maciça de demonização da política, em que tanto a credibilidade de velhas raposas, da esquerda à direita, quanto a própria estabilidade do sistema político brasileiro restou abalada[210], aquele que melhor encampou o discurso de combate à corrupção e de uma moralidade integralista – a própria materialização da antipolítica – foi quem se saiu melhor: Jair Messias Bolsonaro.

Nesse sentido, Marcus André Melo e Carlos Pereira (2024, p. 150), mencionando o que denominam de "paradoxos dos movimentos anticorrupção" lembram que "ao expor os meandros e bastidores do suposto 'jogo sujo' da política, movimentos anticorrupção desempenham um papel central no fortalecimento da antipolítica", gerando um ambiente propício para o surgimento dos *outsiders*:

---

[210] "[...] a estabilidade do sistema político começou a ruir a partir de três grandes episódios: as amplas manifestações populares de 2013, a operação Lava Jato e o impeachment da presidente Dilma Rousseff. O resultado de todos esses fatos foi um sentimento de forte descrença nos partidos políticos e o surgimento de um discurso antipolítico como o mais atraente para os eleitores. Isso já tinha se manifestado nas eleições municipais de 2016 e teve seu ápice com a vitória de Jair Bolsonaro na disputa presidencial de 2018". (ABRUCIO, 2021, p. 287)

> Todo o sistema seria corrupto e apenas um líder messiânico, fora do sistema – ou seja, fora da "política" –, seria capaz de exercer mudanças significativas e, finalmente, higienizar a política. [...] A rejeição generalizada da política necessariamente leva à fragilização do sistema partidário vigente e ao surgimento de políticos de perfil populista e carismático. (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 150-151)

Quando isso acontece, é porque também ocorreu a perversão do princípio de escolha dos melhores: trata-se, agora, não de se escolher "o melhor dentre nós", mas sim aquele que melhor traduz o sentimento médio/mediano do momento, presente nessa maioria que, por sua vez, está contaminado por um discurso de desconstrução e pelo ressentimento, de sentir-se excluído, sub-representado ou mesmo perseguido naquilo que julgam ser os "seus direitos" ou os "seus valores". Mais uma vez, com Eliane Brum: "Em vez de votar naquele que reconhecem como detentor de qualidades superiores, que o tornariam apto a governar, quase 58 milhões de brasileiros escolheram um homem parecido com seu tio ou primo. Ou consigo mesmos" (BRUM, 2019, n.p.).

Nesses momentos em que se coincidem o sentimento de nostalgia da parcela mais favorecida da população ante a perda de seu exclusivismo; com a ascensão de uma outra parcela desta mesma população a formar uma determinada maioria e a exigir maior identificação de seu líder para consigo; com um sentimento de ira, de cólera e de repulsa ao *status quo* político (sobretudo em virtude de crises econômicas e vinculação da classe política à casos de corrupção, dentre outros fatores) estão dadas as condições e formado o ambiente propício à ascensão de líderes não somente carismáticos e populistas (como em todo e qualquer momento de crise e de ocorrência de regimes autoritários e nacional-populistas), mas que reflitam à imagem e semelhança da grande massa, *meso* incluída, *meso* ignara, da população.

Há um outro elemento decisivo, gerador dessa empatia da qual resultam os sentimentos de identidade e pertencimento. Trata-se de outro conceito importante para a compreensão do que vem a ser a *normalização da mediocridade*, que segue na esteira dos ensinamentos da Escola de Frankfurt presentes nas formulações de Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) sobre indústria cultural e dizem respeito ao papel dos meios de comunicação de massa (mcm ou *mass media*) na formação da opinião média ou mesmo na alienação dos indivíduos de uma dada sociedade. Sem desconsiderar as teses menos deterministas dos efeitos limitados dos meios de comunicação de massa – tais como a do "interesse prévio da audiência na informação veiculada" – é leitura corrente na sociologia geral e do direito que os veículos de *mass media* e a opinião pública se relacionam: o primeiro influenciando ou até mesmo condicionando o segundo (OLIVEIRA, 2015, p. 166). É o que

explica, por exemplo, o surgimento e a massificação do chamado antipetismo propagado historicamente por setores majoritários da mídia hegemônica.

Partamos desse pressuposto. Aqui, para efeito do presente tópico desta tese, estamos nos referindo, especificamente, a massificação e à banalização de produtos televisivos da indústria cultural (cultura de massa) que se baseiam na lógica da audiência a qualquer custo, fundamentando seus conteúdos ora no sensacionalismo fantasioso dos programas de auditório; ora na curiosidade mórbida dos *reality shows*; ora na violência do mundo-cão dos programas policiais; ora no humor político bizarro.

No caso do bolsonarismo, é no humor político bizarro, presente em programas televisivos como o *Custe o que Custar* (CQC) que ele encontrou o princípio de sua difusão em massa. Tendo estreado em 17 de março de 2008, exibido pela emissora de TV Bandeirantes antes do período de democratização e massificação da internet e das redes sociais (fenômeno a ser analisado em tópico específico), o jornalista Marcelo Tas e uma ampla equipe de repórteres humoristas adotavam uma linha editorial que, independente do objetivo, acabava por dar voz ao grotesco da política. E Jair Bolsonaro, então deputado federal, até então desconhecido do grande público fora de seu estado natal, era um *habitué* do programa exibido em horário nobre, nas noites de domingo. Seus discursos e ideias radicalizadas, até então restritas aos corredores do Congresso e ao seu círculo de eleitores paroquianos passaram, então, a ganhar eco em rede nacional.

A massificação dessa ode à ignorância, dessa apologia ao grotesco na política não começou, mas ganhou força ali. Antes disso, já havia surgido o programa Pânico na TV, cuja estreia ocorreu na data de 28 de setembro de 2003. Transmitido pela emissora Rede TV, tinha conteúdo dezenas de vezes mais apelativo do que seu sucessor CQC. Quando ambos foram seguidos, anos depois, por uma proliferação de *youtubers*, *podcasters* e outras espécies de digitais *influencers* – que, via de regra, sofrem de profunda indigência intelectual e profundo vazio de ideias em sua autodenominada "produção de conteúdo" – o estrago já era grande. O "orgulho de ser ignorante" já era uma realidade. De lá para cá, programas semelhantes, de qualidade duvidosa, em veículos de *mass media* sem compromisso com a verdade jornalística, de pendor fascista, proliferaram aos borbotões, colaborando ainda mais para a glamourização do bizarro.

Logo, a proliferação desse tipo de programação em veículos de comunicação de massa tem a sua parcela de "culpa no cartório" para a disseminação da cultura de adoração ao que é tosco. E ela precede a massificação da internet, das redes sociais e do desenvolvimento de

mecanismos de uso de Inteligência Artificial (IA), *deep learning, machine learning, datasets* e avançada arquitetura algorítmica que permitem, dentre outras coisas, a disseminação criminosa e em massa de desinformação e de discursos de ódio. Retomaremos a esse ponto mais adiante, em tópico específico, dada a importância e complexidade dele.

Há, por fim, um outro elemento a ser analisado. Explicada a adesão das classes dominantes (de um lado, contaminadas pelo racismo, nos termos em que por nós foi abordado a partir de Bertúlio, Almeida e Souza; e, de outro lado, acometidos pela nostalgia do exclusivismo, conforme nos ensina Freud, analisado por Boym; e Neumann, analisado por Rodriguez e Prol) e das classes médias (de um lado, afrontadas em seu sentimento meritocrático de superioridade ética e moral, própria de seu *habitus* e respectivos campos sociais, como nos ensina Bourdieu, analisado por Chasin; e, de outro lado, à procura de um líder à imagem e semelhança do homem mediano, como nos ensina Brum), como explicar a adesão dos mais pobres – os verdadeiramente excluídos, do andar de baixo do "losango" social – a pautas conservadoras que são contrárias aos seus interesses, anseios e aspirações de cunho material-estrutural, para além dos clássicos e eternos argumentos da alienação e da mentalidade pequeno burguesa do oprimido que, como no dizer de Paulo Freire, o induz ao desejo de não querer, necessariamente, se emancipar, mas sim, tornar-se o opressor?

Vejamos: se pensarmos na linha do tempo da história moderna e contemporânea, que vai da transição do feudalismo para o capitalismo (com a Revolução Industrial), do absolutismo para a república (com as revoluções burguesas e liberais), passando pelo acirramento dos conflitos decorrentes da relação capital-trabalho, pelo surgimento do socialismo e, depois, do keynesianismo e do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) como uma reação do liberalismo ao surgimento do paradigma socialista, passando depois pelas críticas ao Estado de Bem-Estar social e o surgimento das teorias neoliberais, do receituário do Consenso de Washington e das Instituições de Bretton Woods até chegarmos aos dias de hoje (do ultraliberalismo e do hiper capitalismo tecnoglobal desregulamentado), resta claro compreender o antagonismo entre direita e esquerda e a identidade de determinados estratos sociais com um ou outro campo do pensamento político. Os trabalhadores e adeptos das causas trabalhistas, bem como os defensores das pautas culturais-identitárias dos novos movimentos sociais (os ditos progressistas), por suposto, identificam-se com o campo situado à esquerda da régua que mede o espectro do pensamento político. De outra banda, grandes, médios e pequenos empresários, constituintes da burguesia em seus diferentes níveis, do patronato e do baronato

dos respectivos setores produtivos (os ditos conservadores), se identificam com o campo situado à direita da mesma régua que mede o espectro do pensamento político.

Só é possível compreender, entender e aceitar a adesão de trabalhadores e/ou de indivíduos integrantes das classes sociais menos favorecidas às teses da direita (neoliberal, conservadora ou reacionária) se analisarmos a questão sob outra perspectiva que não somente aquela que nos fornece a abordagem histórico-estrutural das teorias marxistas do materialismo histórico-dialético.

A razão para explicar esse fenômeno é bem mais subjetiva, relativa à produção simbólica, do que propriamente relativa à produção material. Passa pela perspectiva e pela percepção do lugar que o homem comum ocupa no *espaço social* da sociedade brasileira e o micropoder que ele exerce nos *campos sociais* de que faz parte, ou melhor: o *status social* de que gozam em virtude do *papel social* que desempenham no microcosmos das relações sociais travadas no seio das instituições e grupos sociais de que ele faz parte. Não apenas a família, a escola, a igreja e o seu ambiente de trabalho (instituições sociais tradicionais, transmissoras da herança cultural) mas, também o boteco, a pelada de futebol, o grupo de amigos do *WhatsApp*, dentre outras.

Para além da questão econômica, as chamadas pautas culturais identitárias dos denominados "novos movimentos sociais" (tais como o combate ao machismo, ao racismo, a misoginia, a homofobia e ao preconceito ou discriminação de outras naturezas), relativas aos costumes (união homoafetiva, descriminalização do porte de drogas para consumo próprio, regulamentação do aborto etc.) empunhadas historicamente por movimentos sociais, lideranças e partidos políticos mais identificados com o campo ideológico da chamada esquerda progressista, colocaram em cheque a posição de *macho-alfa* do homem, mediano ou comum: a de chefe-de-família que, volta e meia se arvora no direito de agredir a própria esposa, destrata os homossexuais do grupo de colegas da escola ou faz piada racista de "negão" no jogo de futebol.

Esse *status* de suposta superioridade do homem – branco, heterossexual, subletrado e de renda mediana ou baixa – em determinados microcosmos de instituições e grupos sociais presentes na sociedade brasileira (por sua vez decorrente da formação histórica, econômica e social, do Brasil e do brasileiro) faz com esses mesmos indivíduos, ainda que de *classes sociais* ou de *campos sociais* distintos, se identifiquem como membros de uma mesma categoria aqui não necessariamente enquadrável como classe ou campo de um mesmo espaço social. Assim, rejeitam os partidos e instituições que, ao mesmo tempo, defendem as causas que lhe são

próprias do ponto de vista econômico, mas contrariam o seu *status* e papel sociais do ponto de vista dos comportamentos e dos costumes, permitindo a adesão destes (pessoas simples, trabalhadores assalariados) a ideologias próprias da direita neoliberal, mais identificadas com os interesses das classes sociais superiores.

Aqui não se ignora que é próprio do capitalismo financeiro, em seu estágio tecnoglobal atual, de suas estruturas e agentes, operarem segundo a lógica da racionalidade sistêmico-instrumental (com seus respectivos mitos da meritocracia, da isenção, da imparcialidade, da competência – eficiência, eficácia e efetividade – e da honestidade) que coloniza e coopta todas os demais sujeitos e racionalidades, a pensar, agir e sentir conforme seus próprios ditames e vicissitudes.

Mas, a adesão de trabalhadores ou de pessoas simples a um conservadorismo elitista de direita (quando o explorado, expropriado, espoliado ou dominado defende os interesses do explorador, expropriador, espoliador ou dominador) só se justifica quando analisamos tal situação sob o prisma da abordagem culturalista, dos costumes, da produção simbólica e não somente sob a ótica da produção material. Daí a necessidade de analisar tais sentimentos de empatia, identidade e pertencimento à luz da *teoria dos campos*, de Bourdieu, e os respectivos conceitos de espaço social, campo social, capital simbólico, *habitus*, dentre outros.

Assim, o que permite a adesão das massas (membros de distintas classes sociais, obliteradas e transformados em massa, cf. ARENDT, 2013, p. 415-420) ao ideário da elite e das classes dominantes, renegando a si próprios e ao ideário dos grupos sociais que defendem seus direitos e interesses não é só a ausência de consciência de classe e a falsa ideia de que não fazem parte da ralé, mas, sobretudo, o desejo e a vã expectativa de que, calcados no mito da meritocracia, um dia, possam vir a fazer parte dessa mesma elite que os explora, expropria e domina. O verdadeiro desejo não é de emancipação, mas, tão somente, de que o "chicote mude de mão".

Também poderíamos optar por tentar situar e analisar tal realidade à luz da *teoria crítica do reconhecimento e dos conflitos sociais*, na luta por reconhecimento e estima social (autoconfiança, autorrespeito e autoestima) em face dos diferentes tipos de desrespeito, como em Axel Honneth. Seria perfeitamente cabível. Ou compreender também como, além da adesão e a despeito de sua derrota eleitoral, se dá a permanência do apoio da grande massa ao bolsonarismo, mesmo após o insucesso de sua gestão governamental, esforço para o qual teríamos de nos recorrer a outros ensinamentos freudianos a respeito de categorias específicas

da psicanálise e da psicologia social (erro e ilusão) não abordadas na presente tese.[211] Sendo assim, fica o indicativo de projetar, para um trabalho que envolva pesquisa quantitativa, etnográfico, linguística e de psicologia social, quem são os bolsonaristas[212] e os eleitores de Jair Bolsonaro e porque eles permanecem radicalizados e fiéis mesmo com o insucesso governamental de seu líder.

Por hora, nos é suficiente compreender que a identidade de ações, práticas e comportamentos, ainda que inconsciente e irrefletida, embutidas no conceito de *habitus* a que nos referimos e que entendemos geradora de um sentimento de empatia, identidade e de pertencimento; em conjunto com os mecanismos de normalização, dentre os quais os meios de comunicação de massa são, combinados, os responsáveis pela produção e reprodução do fenômeno de *normalização da mediocridade* e de adesão de extratos menos favorecidos (médios e baixos) da população à teses que lhe são, do ponto de vista das relações materiais de vida, antagônicas à sua busca por autonomia.

Ainda que sob diferentes pontos de vista, marcos teóricos ou teorias de base, a ode à ignorância, a apologia ao grotesco e a glamourização do bizarro na política podem ser consideradas variações da categoria que aqui denominamos de *normalização da mediocridade*,[213] presente na camada da população identificada como "mediana", sejam os seus indivíduos integrantes da mesma classe social ou mesmo de classes sociais distintas; sejam constitutivos de distintos campos sociais no mesmo espaço social – na conceituação que tomamos emprestada de Bourdieu; guardando, porém, semelhanças simbólicas suficientes a lhes unir em *habitus:* ideias, práticas e comportamentos. A normalização da mediocridade nada

---

[211] Tal esforço foi empreendido por Diogo Bogéa, doutor em Filosofia e professor de Filosofia e de Psicanálise da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a partir das lições de Freud e MD Magno, na obra intitulada *Psicologia do Bolsonarismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?* Rio de Janeiro: Oficina de Filosofia, 2021.

[212] "O bolsonarismo deriva sua força de alguns grupos: o primeiro deles é um grupo de classe média, que ao lado de setores da mídia navegou nas águas do antipetismo. O segundo grupo é formado por diferentes setores do "tenentismo togado". Aqui está parte dos procuradores, juízes e advogados. Ambos os setores foram se afastando do bolsonarismo ao longo de 2019 e praticamente já não o apoiam desde o início da pandemia. O terceiro é um grupo marcado pelo conservadorismo moral e ideológico. Esse é o grupo com o qual o capitão e os filhos realmente se alinham e no qual perderam pouco apoio ao longo de 2020. Faz parte desse segmento o "olavismo", um movimento tipicamente tupiniquim que questiona a ciência e acredita em fantasma comunista. O seu chefe mora no estado da Virgínia cercado de cães e armas, e dali exala um anticomunismo ilusório na tentativa de implementar uma ditadura real. Associa-se a esse grupo um neopentecostalismo televisivo baseado na teologia da prosperidade e em uma ideia de demonização da política. Esse agrupamento apoia o bolsonarismo a qualquer custo, desde que ele garanta privilégios tributários e televisivos para as igrejas". (AVRITZER, 2020b, pp. 40-41)

[213] A exclamação cunhada e proferida pelo então candidato de extrema-direita à presidência da República Argentina, Javier Milei, durante a campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2023 é ilustrativa do debate travado no presente tópico: "Viva la imbecilidad, carajo!"

mais é do que a celebração da ignorância como virtude: tristes de nós, habitantes destes tristes trópicos.

4.4 O Sequestro das Pautas dos Movimentos Sociais

Outra variável determinante que se faz necessária analisar, a influir no processo de ascensão do bolsonarismo enquanto reflexo da escalada do autoritarismo no Brasil é o que denominamos de *sequestro* das pautas de determinados movimentos sociais por movimentos e/ou entidades que aqui classificamos como *protofascistas*. Para efeito deste trabalho, estamos a nos referir, especificamente, às denominadas *Jornadas de Junho de 2013*.

Do ponto de vista da teoria geral dos movimentos sociais, sabe-se que, independentemente da geração ou dimensão da qual fazem parte, estes se identificam pela existência de determinadas características que se enquadram em elementos constitutivos, a saber: a) o *projeto* (significa a proposta de um movimento, de mudança ou de conservação das relações sociais); b) a *ideologia* (se entendida como "conjunto de ideias" a formar uma "visão de mundo", estará a servir como instrumento de luta de movimentos sociais; se entendida enquanto conjunto de ideias a formar "falsa consciência", serve ao mascaramento das reais condições de opressão); e c) a *organização* (todo movimento pressupõe certa organização hierárquica, seja ela mais horizontal, seja ela mais vertical). (SILVEIRA apud TOMAZI, 2001, pp. 229-232). O que se afirma, no presente tópico, é que os movimentos que aqui analisamos tem *projeto*, *ideologia* e *organização* com pendores fascistas e operaram o sequestro das pautas de outros movimentos sociais com fins meramente instrumentais.

A hipótese defendida neste tópico da presente tese é a de que, naquela quadra histórica, o que teria sido um grande levante popular contra desmandos ou má-prestação de serviços por parte do Poder Público, motivados por sentimentos antipolítica e antissistema e originados na forma de protestos contra os preços das passagens de ônibus em São Paulo (2013), pelo Movimento Passe Livre (MPL); sucedidos, nos anos seguintes, por protestos contra denúncias de corrupção envolvendo a organização/realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Brasil, a comparar-se com fenômenos semelhantes que eclodiram no mundo a partir do ano de 2010, tais como a *Primavera Árabe* (Tunísia, Egito e demais países do Oriente Médio e África), o movimento *Indignados* (Espanha) e o *Occupy* (EUA), acabou se tornando também, como *efeito colateral*, o berço de movimentos protofascistas, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua.

Em outras palavras: a tese defendida no presente tópico é a de que tais movimentos protofascistas operaram um verdadeiro *sequestro* das pautas dos movimentos sociais que eram os seus verdadeiros detentores – e defensores, colocando em prática uma emulação de movimento: mero simulacro realizado para tentar legitimar suas ações de rua, como comícios, atos e protestos. O engodo utilizado para legitimar suas ações com pautas alheias e estranhas às suas realidades – de jovens escolarizados de camadas médias, conectados por e em redes digitais – colaborou para, anos mais tarde, concretizar as verdadeiras intenções dos que se arvoraram em se autointitular "lideranças" de tais movimentos: elevá-los a posições de destaque na sociedade, dentre elas, a cargos eletivos. Tais movimentos constituíram a base social de apoio à Operação Lava Jato, ao Impeachment da presidente Dilma Rousseff e à eleição de Jair Bolsonaro.

Organizados horizontalmente, criados com apoio da internet e das redes sociais (CASTELLS, 2012; GONH, 2014) da mesma forma como os seus equivalentes no globo terrestre, tanto a origem quanto os desdobramentos das *Jornadas* brasileiras guardam, porém, natureza distintas de seus movimentos coirmãos. Diferente de movimentos sociais clássicos (operários) ou mesmo dos denominados "novos movimentos sociais (NMSs)", os movimentos originados ou derivados das *Praças dos Indignados* tinham motivações distintas, mas, em comum, guardavam relações com o que se pode chamar de *déficit democrático*: lacunas nos mecanismos de participação popular no modelo de democracia participativo-deliberativa, em contraponto à lógica predominante da democracia representativa, modelo produzido e reproduzido nos Estados modernos e pós-modernos no mundo contemporâneo.

No Brasil, especificamente, a mobilização em torno das *Jornadas* não teria se dado a partir de uma crise econômica daquele período (cujos efeitos mais explícitos só apareceriam um ano mais tarde); do reflexo das Praças dos Indignados; ou de críticas ao sistema político em si. Eles teriam se originado, ao menos em princípio, de duas demandas: (i) uma pauta anticorrupção; e (ii) reivindicações por melhoria na prestação de serviços públicos, notadamente por *passe livre* nos transportes públicos das grandes metrópoles, como forma de assegurar o exercício da liberdade de ir e vir.[214]

Para Marcus André Melo e Carlos Pereira (2024, p. 53), as *Jornadas* teriam tido origem não nas inconsistências presentes no exercício de nossa democracia, mas nas expectativas

[214] Segundo Melo e Pereira (2024), os três fatores (economia, efeito de difusão de uma onda internacional e as falhas ou disfuncionalidades no desenho institucional do presidencialismo multipartidário) devem ser descartados como motivos ensejadores das Jornadas de Junho de 2013: "os protestos tinham como foco o desempenho do governo, não a reforma das instituições políticas" (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 52-54).

frustradas de prosseguimento do pleno emprego e da melhoria do padrão de consumo que sobretudo a "nova classe média" teria experimentado nos anos anteriores, a partir do expressivo crescimento econômico gerado pelo boom das *commodities* e da descoberta do pré-sal. Tal expectativa frustrada, aliada a ausência de qualidade em serviços públicos (contrastando com os vultuosos investimentos anunciados para a realização Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016), a uma elevada carga tributária que igualmente contrastava com o subfinanciamento de políticas públicas e a uma percepção generalizada de corrupção na política teria elevado a temperatura do caldeirão de insatisfações que acabou transbordando nas *Jornadas*:

> Com a estabilidade econômica e a inflação sob controle, o crédito ficou fácil e barato. As pessoas experienciaram uma melhora gigantesca da qualidade de vida. E esse boom de crédito pessoal levou a uma escalada sem precedentes da taxa de inadimplência, que aumentou 72% no período. Entretanto, a melhora nas condições de vida das pessoas, que em muitos casos representou ascensão social, não foi acompanhada de melhorias significativas no espaço público. A população emergente, que viveu uma intensa mobilidade social e começou a ter acesso a uma série de benefícios, como universidade e internet, teve de ajustar suas expectativas, o que gerou muita frustração. Esse período apresentou forte inclusão econômica, com diminuição da pobreza e da desigualdade, porém, várias políticas públicas se deterioraram. [...] Por outro lado, os protestos criaram condições políticas para que várias reformas pontuais importantes fossem implementadas, algumas delas ainda no governo Dilma Rousseff. Destacam-se, entre outras, a Lei Anticorrupção, a lei que define organização criminosa, a que especifica regras para delação premiada e acordos de leniência, o financiamento público de campanha, a cláusula de desempenho, o fim das coligações proporcionais e a criação das federações partidárias. Os protestos de 2013 surgiram, portanto, como resposta ao baixo desempenho geral do governo na provisão de serviços públicos de qualidade, à reversão das expectativas econômicas e à sensação de corrupção generalizada dos cidadãos. (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 53-55)

Outra característica é que eram formados, prioritariamente, por jovens de classe média alta, sem nenhum histórico prévio de lutas, como demonstram as estatísticas trazidas por Maria da Glória Gohn (2014) em sua obra *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*, ao citar a *Pesquisa Manifestantes*, de 20/06/2013, do IBOPE:

> A idade predominante na pesquisa Ibope foi de 14 a 24 anos (43%). Entre 14 e 29 anos de idade a soma sobe para 63% do total. O grau de escolaridade revela-nos que a grande maioria que saiu às ruas foi de camadas médias para cima. 43% tinha curso superior; 49%, ensino básico completo e superior incompleto. Apenas 8% tinham só o ensino básico incompleto. Em relação ao trabalho, 76% trabalhavam e 52% estudavam. [...] Quanto à renda familiar dos participantes, 23% era de indivíduos com mais de 10 Salários-Mínimos (SM), entre 5 a 10 SM abrangia 26%. Somando-se estes dois últimos dados têm-se 49% com mais de 5SM. Até 2SM, apenas 15%. Isso leva-nos a afirmar: os mais pobres, a periferia, não estiveram presentes nas manifestações de junho. Não estavam ausentes, mas o caráter de movimento de massa não foi dado por eles. (GOHN, 2014, p. 40)

Para Manuel Castells (2013), em sua obra *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, os movimentos por ele analisados (*Primavera Árabe*, *Indignados*, *Occupy Wall Street*) constituíram-se em "espaços de autonomia" para a troca de informações e para a partilha de sentimentos coletivos de indignação e esperança, possibilitando um novo modelo de participação cidadã, dentre os quais ele inclui as *Jornadas* ocorridas no Brasil, em posfácio escrito para a edição brasileira, de 2013:

> Como em todo o mundo, diziam os manifestantes, a democracia tem sido sequestrada por profissionais da política que, em sua diversidade, estão quase todos de acordo em que a política é coisa dos políticos, não dos cidadãos. A democracia foi reduzida a um mercado de votos em eleições realizadas de tempos em tempos, mercado dominado pelo dinheiro, pelo clientelismo e pela manipulação midiática. E essa incapacidade cidadã de controlar seu dinheiro e seus votos têm consequências em todos os âmbitos da vida. [...] Nesse clima de fraternidade encontrado nas redes e percebido nas ruas se difunde a defesa dos direitos dos mais indefesos, dos povos indígenas massacrados pela indiferença pública numa Amazônia espoliada. Esse movimento sem nome, porque do Passe Livre se passou ao clamor pela Liberdade em todas as suas dimensões, surgiu das entranhas de um país perturbado por um modelo de crescimento que ignora a dimensão humana e ecológica do desenvolvimento. (CASTELLS, 2013, p. 179)

Fazendo uso de expressões como "virtualidade real" e "realidade multimodal"; e de assertivas tais como "a autocomunicação de massas é a plataforma tecnológica da cultura da autonomia", o autor não disfarça o seu otimismo para com a realidade analisada, deixando revelar uma visão romantizada – diria quase inocente até – a partir da aparente aplicação de uma lógica de subsunção segundo a qual o que estava acontecendo, no Brasil, em 2013, era uma espécie de *reflexo tardio* do que havia ocorrido nas *Praças dos Indignados* ao redor do mundo, em 2010, embora reconhecesse que, no momento em que escrevia o seu posfácio, tratava-se ainda, o caso brasileiro, de uma "questão em aberto": "[...] o que é irreversível no Brasil como no mundo é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo o que sabemos do futuro é que eles o farão. Mobilizados" (CASTELLS, 2013, p. 182).

Se, de um lado, podemos compreender tais movimentos, dentre eles as *Jornadas* brasileiras, sob uma perspectiva inovadora no tocante às novas possibilidades de exercício horizontalizado (sem líderes, partidos políticos ou sindicatos envolvidos em sua organização) da cidadania participativa; proporcionadas, por sua vez, pela interação entre as redes da internet, redes sociais e o espaço público; e por novas modelagens de mobilização mediadas pelos meios digitais, nos termos abordados por autores como Castells (2013) e Gohn (2014), por outro lado, podemos também compreender tais movimentos no contexto da escalada do autoritarismo que

se faz, dentre outros fatores, com o apoio do chamado *tecnopopulismo*, a ser descrito no tópico seguinte.

É para essa direção que apontam Leonardo Lani de Abreu e Marcos Vinícius Silva de Araújo (2023) em artigo intitulado *O Brasil míope: as jornadas de junho e a crise da racionalidade*. Aduzindo ao que eles denominam de "miopia institucional à brasileira" os autores reconhecem as boas intenções iniciais do movimento – formado por "atores políticos multifacetados" e "vozes polifônicas" – porém, conseguem identificar o processo de "tomada do movimento por direitistas extremados" e a "instrumentalização, pela extrema direita, das manifestações" bem como, em virtude disso, uma relação de causa e efeito entre as *Jornadas* e a escalada do autoritarismo no Brasil que eclodiu anos depois:

> [...] muitos dos que saíram às ruas em 2013, conquanto tivessem boas intenções, estavam acometidos dessa miopia e colaboraram, involuntariamente ou não, para a erosão da institucionalidade brasileira, da qual os ataques terroristas perpetrados em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023 são o exemplo mais flagrante [...] Existe um *continuum* entre junho de 2013 e janeiro de 2023, em relação ao sentimento antissistêmico, à desconfiança nas instituições e a descrença na democracia (MORAES; JOURDAN; FERREIRA, 2015). Porém, o que diferencia ambos os circuitos de tempo é que, se há uma década era possível identificar, em meio à cacofonia do momento, certo clamor por mais democracia e direitos, expresso na célebre frase "Não é só por 20 centavos", hoje os autointitulados patriotas não hesitam em exigir uma intervenção militar "nos moldes constitucionais", mesmo que tal medida careça de qualquer amparo jurídico. (ABREU; ARAÚJO, 2023, pp. 42-44)

Sendo assim, mais do que "um grito de indignação"; de um "projeto de esperança de uma vida melhor"; de um protesto por "passe livre" como reivindicação à mobilidade entendida enquanto um direito universal; ou de colaborar para o surgimento de novos "espaços de autonomia" (ou espaços públicos de novo tipo), para usar expressões utilizadas por Castells (2013), no caso específico do Brasil, tais mobilizações podem ter contribuído para a escalada do autoritarismo e para o surgimento de entidades que, a pretexto de contribuir para dar voz à indignação, fizeram ecoar o ressentimento de que tratamos no tópicos 4.2 e 4.3, ao abordarmos o tema da nostalgia do exclusivismo, do homem mediano e da normalização da mediocridade.

Citemos, a título de exemplo, as diversas ocasiões em que membros proeminentes de tais movimentos, surgidos a partir das Jornadas brasileiras, manifestaram-se, de forma desavisada, de modo a expor suas convicções políticas, valores e cosmovisões. E, todas as vezes em que suas entranhas e vísceras foram desavisadamente expostas, apenas demonstraram suas verdadeiras essências. Assim ocorreu em fevereiro de 2022 com Kim Kataguiri, deputado federal pelo PODEMOS-SP e um dos principais líderes do MBL, ao protagonizar triste episódio em que expôs ideias abjetas sobre o nazismo, em uma entrevista ao famoso *podcaster* chamado

Bruno Aiub (o Monark). De igual forma ocorreu com Arthur do Val (o Mamãe Falei), então deputado estadual pelo PODEMOS-SP, em março de 2022, também líder do MBL, ao ver tornados públicos arquivos privados de áudio em que se referia, de forma sexista, às mulheres refugiadas da guerra na Ucrânia contra a Rússia, durante visita que, a pretexto humanitário, se demonstrou verdadeira aventura de turismo sexual.

Podemos observar diversos outros exemplos de tais revelações, que ocorrem todas as vezes em que tais pessoas se encontram entre os seus, livres de autopoliciamento ou qualquer espécie de filtro ou patrulha moral. Membros do MBL e do partido NOVO, assim como Sérgio Moro ou Jair Bolsonaro guardam uma enorme semelhança entre si: quando relaxados, cometem seus "atos falhos", seus "erros brutais" e suas "gafes verbais". Acabam, assim, revelando suas verdadeiras essências e se incriminando. Cínicos, pedem "escusas" e seguem enganando os incautos.

Sejam as declarações nazifascistas de um, ou os áudios sexualmente pervertidos de outro, o fato a se destacar é que o movimento de onde se originaram é fruto de um engodo político, de um simulacro de movimento social, que se apoderou da luta alheia para se legitimar. Em condições normais de temperatura e pressão, poucos seriam capazes de dar crédito a esse tipo de gente. Mas, o problema é justamente esse: milhões de brasileiros deram esse crédito.

Durante os primeiros protestos perpetrados contra o governo Bolsonaro, em maio de 2019 (classificados, na linguagem das redes sociais, com a marca #15M, já presentemente mencionados), ainda se observava um grau elevado de hostilidade para com a política partidária, mesmo para com políticos favoráveis ao movimento e contrários às pautas então defendidas pelo Governo Federal, rechaçadas pelos estudantes e trabalhadores: uma clara demonstração da reverberação tardia dos efeitos das denominadas *Jornadas de junho de 2013*, capturadas pela extrema direita a partir da demonização da política, dos políticos e dos partidos. Foi nesse ambiente de criminalização da política que o neofascismo foi gestado no Brasil, sendo Bolsonaro seu filho mais dileto. Mais uma vez, com Lani de Abreu e Araújo (2023):

> Com o tempo, o movimento perdeu força, mas as suas repercussões negativas foram sentidas em crescente intensidade nos anos seguintes, desde a onda do lava-jatismo até a eleição atribulada de Dilma Rousseff, a frustração dos derrotados com o resultado eleitoral, as dificuldades enfrentadas pela presidenta eleita no Congresso, a abertura do processo de impeachment, o golpe jurídico-parlamentar de 2016, o governo Temer, a prisão de Lula e, finalmente, a ascensão da extrema direita ao poder com a chancela do voto popular. [...] É sabido que em política não existem coincidências, de modo que o Oito de Janeiro de 2023 é, em grande medida, uma continuação do ocorrido em junho de 2013. Desacoplar os dois eventos é recair na atitude fragmentária típica da consciência pós-moderna, particularizada sobretudo pela recusa obstinada à noção de totalidade (NETTO, 2010). [...] Os fatos de junho de

> 2013 já estão bastante recuados no tempo para que se possa chegar a um veredito mais preciso sobre eles. As conclusões que se impõem é que as ruas foram palco da luta de classes e que a direita soube tirar melhor proveito da situação, ainda que tenha tido de rasgar a fantasia da isenção. Tanto isso é verdade que o juiz Sérgio Moro, ídolo maior da Operação Lava Jato, surgida na esteira das manifestações, abandonou a magistratura para tornar-se ministro da Justiça de Jair Bolsonaro e, após desentender-se com o ex-presidente, acabou sendo eleito senador, com uma plataforma de oposição às pautas progressistas. (ABREU; ARAÚJO, pp. 45-50)

4.5 A Judicialização da Política e a Politização da Justiça

A hipótese central do presente tópico é sobre como os fenômenos da judicialização da política e da politização da justiça contribuíram para o fortalecimento do discurso da antipolítica que, por sua vez, é combustível para a concretização da realidade sob análise, de ascensão do bolsonarismo e escalada do autoritarismo. Trata-se, pois, de demonstrar como a Operação Lava Jato contaminou o debate público sob a égide de um discurso de combate a corrupção, conferindo uma aura de heroísmo aos seus membros e pervertendo o campo discursivo e decisório da política. Vejamos:

Desde a Proclamação da República, em 1889, até a intervenção militar de 1964, em distintos episódios históricos, havia um sentimento aparentemente natural que pendia às FFAA como fonte e destino de soluções para turbulências políticas e querelas institucionais. Na ausência da figura do Monarca por elas deposto, exerciam elas, ainda que informalmente ou à margem da Constituição, o papel de Poder Moderador. O prestígio da caserna chegou a um tal ponto que os permitiu se arvorarem de redentores da pátria, com o Golpe de 1964. De lá para cá, a história, todos conhecem.

Do ponto de vista da Teoria Constitucional, aplicável à Constituição dos Estados-nação na pós-modernidade, o Poder Moderador foi devidamente substituído pelo sistema de freios e contrapesos *(check and balance)*. Não se pode afirmar, contudo (e sobretudo a partir do ponto de vista do imaginário público) que a balança do sistema de freios e contrapesos seja absolutamente equilibrada, estável e livre de controvérsias. Sendo assim, a partir da reabertura democrática, esse papel de poder moderador "informal", ou de preponderância do Poder Judiciário no sistema de freios e contrapesos, vem sendo, gradativa e paulatinamente exercido por este, com auxílio de todo o aparato das instituições essenciais à administração da justiça (Ministério Público, Polícias etc.). Dessa confiança e prestígio que gozavam perante a sociedade, do protagonismo dos tribunais, dentre outros fatores, nasceu o fenômeno denominado de "judicialização da política", em que são confiadas ao Poder Judiciário decisões

e providências que deveriam ser tomadas ou adotadas pelos demais poderes, cujos membros são eleitos pelo povo.

A judicialização da política, acompanhada do ativismo judicial, leva a um outro fenômeno, um efeito colateral que, assim como os dois anteriores, pode ser prejudicial à sociedade: trata-se da "politização da justiça", cujos maiores sintomas são a criminalização da política, dos políticos e dos partidos; a espetacularização do processo judicial; o abuso de autoridade; a parcialidade; a ausência de isenção; os pré-julgamentos, linchamentos morais e execrações públicas a que são submetidos investigados, indiciados e réus; dentre outras violações legais. Tudo isso, com apoio de parcelas significativas da população, fortemente influenciada pelo conteúdo (a depender do contexto, parcial e propositalmente direcionado) que lhes é ostensivamente transmitido, todos os dias, pelos veículos de comunicação de massa.

A "meritocracia judicial" se transformou, pois, em um argumento de autoridade, no chamado "discurso competente" de que nos fala Marilena Chauí e Luiz Alberto Warat: tudo que parte de policiais, promotores, procuradores ou juízes é tido como certo, bonito e justo. De outra banda, tudo que parte de políticos é errado, feio e injusto. Um verdadeiro maniqueísmo institucionalizado e abalizado pelos veículos de *mass media*. É essa meritocracia judicial, acompanhada da pressuposta isenção e imparcialidade dos agentes da lei, enquanto argumentos de autoridade, que conferem a suposta legitimidade a um determinado tipo de prática, dos que se apropriam do aparato legal do Estado para promover o aniquilamento moral de seus adversários políticos, com fundamentos jurídicos iníquos, a que se dá o nome de *lawfare*. Isso é grave e pode nos conduzir a um protagonismo excessivo dos órgãos de controle, cujas consequências não são tão difíceis de prever.

Quer dizer, em outras palavras que, com o tempo, calcados nos mitos da meritocracia e da imparcialidade, na letargia institucional do legislativo e nas idiossincrasias e falhas de gerenciamento do modelo de presidencialismo de coalizão (antes mesmo do advento de sua faceta mais recente e mais perversa, denominada de parlamentarismo orçamentário), dentre outros fatores, os membros da Magistratura (de pé e sentada) passaram, de protagonistas, a acreditar, piamente, que são capazes de refundar a República, fenômeno que Lynch e Cassimrio (2022, p. 30) denominam de "tenentismo togado"[215]. É nesse contexto que surgiu, dentre outras, a Operação Lava Jato.

[215] "Esse 'judiciarismo' de índole liberal e retórica republicana (o 'lavajatismo') se legitimou como uma forma 'democrática' de regenerar a República pela aplicação destemida da lei por um grupo de patrióticos operadores jurídicos. Materializada pela Operação Lava Jato, a ideologia judiciarista – versão jurídica do liberalismo político –, deslocou definitivamente as expectativas políticas para a direita. O resultado foi a mudança da situação política

Para além do legítimo e necessário combate à corrupção, a Operação Lava Jato atuou, de forma deliberada, para incutir no imaginário coletivo da população o sentimento de criminalização da política, criando, em contraponto, uma aura de heroísmo em torno de seus membros. Para esse intento, se escorou em forte estrutura de propaganda, com suporte de veículos da grande mídia, obtendo apoio da massa à sua causa (em princípio, justa) ainda que, para isso, fizesse uso de toda a sorte de violações de direitos, garantias fundamentais e prerrogativas processuais de seus investigados, indiciados e réus. A criminalização da política foi atingida, portanto, pela via oblíqua da judicialização da política e da politização da justiça.

Citando exemplos de casos concretos, relacionados à Operação Lava Jato e ao STF, Leonardo Avritzer (2020) assim se manifesta:

> Todos esses elementos sugerem que o Judiciário brasileiro é parte de um itinerário de ascensão do poder das instituições contramajoritárias acima do sistema político. Trata-se de um *detour* jurídico por meio do qual os membros do Poder Judiciário têm a capacidade não apenas de se expressar para além das regras do estado de direito, como também de se associar a outros atores que o fazem abertamente. Essa postura de enfraquecimento do estado de direito foi aproveitada por Jair Bolsonaro, tornando ambos – a democracia e o estado de direito – ainda mais vulneráveis em nosso país. (AVRITZER, 2020, n.p.)

Conforme já sinalizado no início do presente capítulo, tais fenômenos colaboraram, sobremaneira, para permitir a proliferação de discursos falaciosos em torno dos chamados *outsiders* da política: pessoas que, mesmo fazendo parte do sistema, se apresentavam ao debate público como representantes do discurso *antipolítico* e *antissistema* (contra a "velha política" e contra "tudo o que está aí"). Bolsonaro, deputado federal por 28 anos, parte intrínseca e indissociável deste sistema que dizia combater, foi o candidato que melhor personificou essa postura. Esse traje que, na realidade, não lhe cabia, acabou lhe servindo como uma luva, por força do sentimento de ressentimento, frustração e decepção das pessoas com a política então vigente (em boa medida incutido na população em virtude dos achados da Operação Lava Jato, reforçados pela estrutura de propaganda que lhe dava sustentação), ainda que o próprio Bolsonaro dela também fizesse parte:

> Assim, a antipolítica no Brasil se constituiu a partir de dois elementos em primeiro lugar, o punitivismo jurídico. [...] O segundo elemento dessa concepção antipolítica é a substituição do governo por uma concepção moral de política judicialmente sancionada. [...] Não houve no governo Bolsonaro política institucional contra a corrupção. O que houve foi uma personalização da agenda anticorrupção na aliança

---

de social-democrata para liberal conservadora, operada a fórceps pelo impeachment de Dilma Roussef em 2016." (LYNCH, CASSIMIRO, 2022, p. 29).

> entre Sérgio Moro e a Lava Jato, que envolvia trocas em moedas diferentes das utilizadas pelo presidencialismo de coalização. (AVRITZER, 2020b, pp. 21-22)

Não se está aqui a advogar a tese de que o fortalecimento dos órgãos de controle responsáveis pelo *accountability* institucional e sua ação no combate à corrupção e outros ilícitos cometidos por agentes públicos são a causa da crise de credibilidade no sistema político, quando é o contrário. Isso seria uma inversão injusta da lógica. Porém, não se pode desconsiderar que a espetacularização dos inquéritos policiais e dos processos judiciais[216], assim como a heroificação da imagem de agentes da lei (delegados, agentes policiais, juízes, desembargadores, promotores e/ou procuradores de justiça etc.) são fenômenos que ganharam proporções enormes com a Operação Lava Jato e que colaboram para o crescimento das animosidades públicas em relação à política e aos políticos.

Fatos relevantes e, portanto, ilustrativos desse fenômeno são aqueles que se tornaram de conhecimento público por intermédio de uma série de reportagens do jornal investigativo *The Intercept Brasil*, iniciada em junho de 2019 e denominada de *As mensagens secretas da Lava Jato* (THE INTERCEPT BRASIL, 2023, n.p.). Liderados pelo jornalista que revelou Edward Snowden ao mundo, Glenn Greenwald – vencedor do Prêmio Pulitzer de jornalismo – uma equipe de jornalistas investigativos revelou os bastidores de *chats* de mensagens do aplicativo de telefonia denominado *Telegram* que davam conta de uma suposta trama envolvendo procuradores da República, com atuação na Operação Lava Jato e o então juiz federal e, à época, ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

As trocas de mensagens reveladas pelas reportagens davam conta de que o então juiz responsável por julgar os processos que tramitavam perante a 13ª Vara da Seção Judiciária da Justiça Federal do Paraná, em Curitiba, responsável pelos casos da Operação Lava Jato atuava em regime de colusão (conluio) com os procuradores da República responsáveis pelas investigações e respectivas acusações, trazendo à tona fortes indícios sobre a já alegada – mas até então apenas suposta – parcialidade do então juiz responsável pelos julgamentos dos casos da operação.

Em uma das reportagens desta série, publicada simultaneamente pelos jornais *Folha de São Paulo* e *The Intercept Brasil* em um domingo, 14/07/2019, os repórteres investigativos Amanda Audi e Leandro Demori (2019) revelaram que os procuradores da República Deltan Dallagnol e Roberson Pozzobon cogitaram utilizar as esposas como "laranjas" em uma empresa

[216] Eles também se relacionam com a sensação de "falsa publicidade" e "falsa transparência" que as transmissões televisivas de julgamentos permitiram. O julgamento judicial como espetáculo televisivo abre folgada margem para a vaidade dos julgadores, que passam a "jogar para a plateia".

que visava auferir lucros com palestras remuneradas. A participação das esposas serviria para evitar que ambos fossem alvos de questionamentos. Os dois procuradores chegaram a debater a elaboração de um plano de negócios para a empresa, que atuaria na esteira da fama e dos contatos conseguidos durante a Operação Lava Jato. A principal finalidade da empresa seria ampliar as receitas obtidas com palestras, que Dallagnol já realizava, como pessoa física, desde o início da operação.

Há diversos outros fatos pitorescos revelados pelo conjunto das demais mensagens do escândalo que passou a ser denominado de *Vaza Jato*, com destaque para um outro que veio à tona no mês de março de 2020: a notícia de que a Força Tarefa da indigitada Operação seria agraciada com uma doação de R$ 2,5 bilhões, oriundos do acordo de leniência celebrado entre esta, a Petrobrás e o Departamento de Justiça dos EUA, que deveriam ser geridos por uma fundação de direito privado, a ser constituída para, supostamente, executar projetos de combate à corrupção e de avaliações periódicas de *compliance* de empresas. Dentre as ações concretas desses projetos estariam palestras e cursos pagos a e ministrados por, justamente, membros da Força Tarefa da Operação Lava Jato (FISHMAN; VIANA; SALEH, 2020, n.p.).

Observe-se que uma fundação privada só é constituída a partir de um patrimônio privado. As fundações públicas, por sua vez, são constituídas a partir da afetação de determinado acervo, por iniciativa do Poder Executivo, com aprovação de lei específica (criadora ou autorizativa da criação) pelo Poder Legislativo. A "Fundação Lava Jato" seria constituída à margem destes marcos legais: uma excrescência, verdadeira aberração jurídica que apontava para indícios de prática institucionalizada de corrupção e lavagem de dinheiro, livres de qualquer investigação ou controle externo. Ilicitude às escâncaras, nas barbas de tudo e de todos.

A suposta empresa das esposas de Dallagnol e Pozzobon teria a finalidade de agenciar a participação deles nesse mercado milionário, pago com recursos da tal fundação, mercado este constituído, em muitos casos, como forma de lavar dinheiro oriundo de atividades ilícitas ou beneficiar autoridades que, em virtude de suas atuações como servidores públicos, passam o gozar de prestígio e, em função dele, auferir renda na iniciativa privada. É ilegal, imoral e antiético.

Pagamentos a procuradores da República por palestra proferida a empresa investigada pela própria Operação Lava Jato; palestra secreta (e remunerada) ministrada para bancos, organizada pela *XP Investimentos* (com o lema *A Lava Jato e as Eleições 2018*); vazamento de informações para veículos da imprensa por eles considerados aliados, como forma de intimidar

suspeitos, manipular delações e influenciar a opinião pública de modo favorável às suas ações; o suposto sumiço de valores de multas judiciais pagas nas delações premiadas e acordos de leniência no âmbito da operação; a condução de negociações secretas, com autoridades suíças e americanas, para dividir os recursos oriundos de multas e penalidades que seriam aplicadas à Petrobras, com o intuito de destinar tais valores ao mencionado fundo bilionário, gerido pela mencionada fundação privada, para contratar serviços de *compliance* a serem prestados, dentre outras, pela empresa das esposas dos procuradores; acordos secretos de delação premiada, mantidos sob sigilo por mais de 20 anos, no âmbito da 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, em que se comprovaria a tentativa do então juiz Sergio Moro de grampear ou investigar, ilegalmente, juízes, desembargadores federais e ministros do STJ (LIMA, 2023, n.p.); estes são apenas alguns exemplos de revelações obtidas a partir da Operação Spoofing/Vaza Jato, cujos desdobramentos, no momento em que a presente tese era escrita, ainda não haviam sido desvelados por completo.

Ao afirmar terem sido vítimas de ataques de *hackers*, demonstrou-se também certo cinismo e ironia dos membros da Operação Lava Jato em face das revelações da *Vaza Jato*: quem sempre se utilizou de vazamentos seletivos padecendo da mesma prática. Com a sutil diferença de que uma coisa é uma autoridade vazar um conteúdo sigiloso para a imprensa, prática de que a Lava Jato se utilizava com contumácia. Outra coisa é um veículo de imprensa ou jornalista repercutir um conteúdo vazado. Entre uma conduta e outra, existe uma diferença: a primeira é criminosa, delito grave. A segunda, não: está fundamentada na liberdade de imprensa e no sigilo da fonte.

Tais condutas, atribuídas a Deltan Dallagnol, Sérgio Moro (posteriormente eleitos deputado federal e senador, respectivamente) e demais membros de tal operação, reveladas na série de reportagens em questão, uma vez comprovadas a materialidade e a autoria, além de comprovar a hipótese do presente tópico, configurariam a prática de ilícitos diversos, pois fariam prova de que, no exercício de seus cargos, funções e atribuições jurisdicionais, teriam agido segundo motivações político-partidárias e ideológicas. Tais ilegalidades teriam sido praticadas para perseguir políticos com os quais não simpatizavam, forjando provas, combinando ações entre acusador e julgador, dentre outros crimes. São práticas de colusão, que se traduzem no conluio ou conchavo entre uma das partes (no caso, a parte acusadora) e quem julga. Se comprovadas, claro estará que o então magistrado e procurador feriram os princípios da independência, da isenção e da imparcialidade do juiz, da igualdade entre as partes e da paridade de armas, dentre outras perversões ao Estado Democrático de Direito.

O combate à corrupção, importante e necessário, quando transformado em bandeira de cruzados; realizado passando-se por cima de direitos e garantias fundamentais de investigados, indiciados e réus; fazendo-se tábula rasa das prerrogativas dos advogados, dentre outras violações legais que vilipendiam a CF/1988, passa a se prestar a objetivos outros que não aos seus nobres fins. No caso da Operação Lava Jato, não se tratou apenas de *lawfare*: a politização da justiça materializada no esbulho e na apropriação do aparato judicial para, com processos e julgamentos iníquos, aniquilar adversários. A promiscuidade na conduta de tais agentes da lei foi utilizada, propositalmente, como atalho para uma ascensão política artificial, sem trajetória prévia que lhe emprestasse lastro, o que em si já seria suficiente para colocar os seus praticantes sob suspeita. Estamos falando do suposto desvio de valores de multas judiciais; do suposto crime de alta traição, com negociações sigilosas envolvendo recursos financeiros e autoridades estrangeiras; da manutenção, sob sigilo, de acordo de delação premiada que impunham ao delator obrigações ilícitas, tais como grampear juízes e desembargadores; dentre outras obscenidades. Questões mais afeitas a gângsteres do que a agentes da lei, alçados, posteriormente, à condição de políticos com mandatos.

Para Antonio Carlos de Almeida Castro (2024), o Kakay, os desmandos da Força Tarefa e da 13ª Vara Federal de Curitiba desaguaram em triste fim, com a eleição e posterior cassação do mandato de deputado federal do ex-procurador da República, Deltan Dallagnol; e com a eleição e quase cassação do mandato de senador do ex-juiz federal Sérgio Moro:

> Desde o início da operação Lava Jato, em 2014, para quem acompanhou de perto a postura de instrumentalização do Poder Judiciário pelo então juiz, que coordenava seus procuradores adestrados, começou a ficar evidente que o objetivo do grupo era político. A sede de poder foi aumentando de acordo com o forte apoio midiático. A turma era bem fraquinha em conhecimento específico de direito, mas tinha uma excelente estrutura de marketing. Como são indigentes intelectuais e desprovidos de qualquer senso crítico, acreditavam que realmente eram super-heróis. Passaram a viver os personagens que foram sendo construídos pela grande mídia. E, cada vez mais, expunham-se ao ridículo, em atitudes messiânicas e pretensiosas. Entretanto, em um Brasil ávido por líderes, ainda que com pés de barro, eles ocuparam o imaginário popular. Dezenas de horas nos telejornais, rádios, capas de revistas, prêmios no exterior, primeiras páginas dos veículos de informação, enfim, toda a estrutura montada para assumirem o poder. Como o projeto era verdadeiramente de assumirem o poder, a qualquer custo, não hesitaram em destruir parte das grandes empresas nacionais, em uma ousada estratégia entreguista. Foram responsáveis por milhões de desempregados e pela quebra de companhias que dominavam setores estratégicos da economia brasileira. (CASTRO, 2024, n.p.)

Parece-nos que o causídico tinha toda a razão.

4.6 O Tecnopopulismo e o Ecossistema de Desinformação Política

Trata-se de demonstrar, no presente tópico, como o uso intencional e articulado da *internet*, das redes sociais, de inteligência artificial e das mais modernas TICs, enquanto estratégia política – situado em uma espécie de zona cinzenta carente de regulamentação jurídica mais sólida – constituiu um verdadeiro *ecossistema de desinformação*, destinado a produção e difusão em larga escala de *fake news*, *teorias da conspiração* e *discursos de ódio*, a ponto de consolidar uma realidade paralela baseada no uso de mentiras em escala industrial a serviço da extrema-direita no Brasil.

Para melhor compreendermos essa formulação, analisemos, primeiro, o seu pano de fundo: os efeitos colaterais da combinação entre os avanços mais recentes no uso de inteligência artificial, algoritmos e *big data* com a democratização e massificação da internet e das redes sociais nas últimas duas décadas.

Em sua obra *Algoritmos de destruição em massa*, Cathy O'Neil (2020) nos alerta para os perigos da combinação entre a matemática, a estatística e a tecnologia no tratamento de dados, cunhando a expressão *Armas de Destruição Matemáticas – ADMs*. Valendo-se de exemplos que vão desde a chamada *economia de dados* empregada no mercado financeiro, passando por *modelos matemáticos de predição* aplicados em jogos de beisebol, por avaliações de desempenho profissional de professores em Washington-DC (realizadas por meio de sistemas de pontuação conhecidos como "modelagem de valor agregado"), até sistemas que procuram calcular a probabilidade de reincidência de réus ou condenados por crimes, O'Neil dá enfoque nas distorções presentes em tais modelos algorítmicos, seja em virtude de fenômenos como os da *opacidade* e dos *vieses cognitivos* ou até mesmo a possibilidade da adulteração de dados que constituem os *datasets* sobre os quais os algoritmos processam e geram informações:

> As aplicações matemáticas fomentando a economia dos dados eram baseadas em escolhas feitas por seres humanos falíveis. Algumas dessas escolhas sem dúvida eram feitas com as melhores das intenções. Mesmo assim, muitos desses modelos programavam preconceitos, equívocos e vieses humanos nos sistemas de *software* que cada vez mais geriam nossas vidas. Como deuses, esses modelos matemáticos eram opacos, seus mecanismos invisíveis a todos exceto os altos sacerdotes de seus domínios: os matemáticos e cientistas da computação. Suas decisões, mesmo quando erradas ou danosas, estavam para além de qualquer contestação. (O'NEIL, 2020, p. 6)

A autora nos chama a atenção para os danos que podem ser causados por tais ADMs, ao se utilizar de indicadores aproximados (*proxies*) para proceder com correlações estatísticas que

podem conduzir sistemas informatizados a conclusões discriminatórias, racistas e, por vezes, ilegais, representando o que ela denomina de "lado sombrio da *Big Data*":

> Um algoritmo processa um pântano de números e gera uma probabilidade que uma certa pessoa pode ser uma má contratação, um devedor de risco, um terrorista, ou um professor péssimo. [...] Modelos matemáticos mal concebidos agora microgerenciam a economia, de publicidade a penitenciárias. Essas ADMs possuem muitas das mesmas características do modelo de valor agregado [...]. São obscuras, incontestáveis e irresponsabilizáveis, e operam em larga escala para ordenar, atingir ou "otimizar" milhões de pessoas. Ao confundir seus resultados com a realidade pé-no-chão, a maioria delas cria ciclos destrutivos de *feedback*. [...] Aqui vemos que os modelos, apesar de sua reputação de imparcialidade, refletem objetivos e ideologias. [...] Nossos próprios valores e desejos influenciam nossas escolhas, dos dados que optamos por coletar às perguntas que fazemos. Modelos são opiniões embutidas em matemática. (O'NEIL, 2020, pp. 14-16 e 23-24)

Além de tal compreensão, para efeito do presente tópico, é necessário entender no que consiste o chamado *tecnopopulismo* – ou *populismo digital extremista*, para utilizar o termo empregado pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, em discurso preferido por ocasião do ato *Democracia Inabalada*, em alusão ao aniversário de 1 ano dos episódios ocorridos em 8 de janeiro de 2023. Trata-se de como esse descrito estágio mais contemporâneo e avançado das TICs, com a combinação de IA, algoritmos e *big data*, aliado a massificação da internet, foi apropriado e empregado como estratégia política, em práticas questionáveis, sob o ponto de vista das normas de conduta, a influenciar não apenas eleições, mas todo o ambiente de debate político de nações inteiras. Vejamos:

Para muito além de seus benefícios, a democratização e a massificação da internet e das redes sociais gerou também diversos efeitos colaterais, dentre eles, a proliferação da figura do *idiota da aldeia*. Como na célebre passagem de Umberto Eco, por ocasião da solenidade em que recebeu o título de doutor *honoris causa* em Comunicação e Cultura, na Universidade de Turim (Itália), no ano de 2015:

> As redes sociais deram direito de fala a legiões de imbecis que, anteriormente, falavam só no bar, depois de uma taça de vinho, sem causar dano à coletividade. Diziam imediatamente a eles para calar a boca, enquanto agora eles têm o mesmo direito à fala que um ganhador do Prêmio Nobel. O drama da internet é que ela promoveu o 'idiota da aldeia' à portador da verdade. (ECO, Humberto, *apud* SILVESTRE, Paulo, 2020)

Além de colaborar com a proliferação da idiotia e da estupidez humana em escala global, outro dos efeitos colaterais negativos da democratização e massificação da internet na era digital é a produção intencional e deliberada, seguida da difusão em massa de *desinformação*. Se passou bastante tempo da era do simples boato, que corria no boca-a-boca, às correntes de

e-mails até o advento da produção e difusão sistemática de *notícias falsas, teorias da conspiração e discursos de ódio,* dentre outros conteúdos intencionalmente enviesados, com o uso de IA, de algoritmos e de *big-data*, a partir do emprego de *hardware*, *software* e *datasets* modernos e robustos, a ponto de gerar influência, em escala regional, nacional ou global, a perverter a vontade manifesta em processos decisórios, tais como em uma eleição por sufrágio universal.

Em sua obra *Fake news:* anatomia da desinformação, discurso de ódio e erosão da democracia, Irineu Barreto (2022) afirma realizar "uma anatomia das *Fake News*, conceituando-as e diferenciando-as de meras mentiras", discutindo em pormenores como se dá o fenômeno de apropriação das TICs por "grupos políticos que adotam *Fake News* como tática" e sobre "como essa tática foi implementada nas eleições brasileiras de 2018 e em ataques recentes ao STF, às Urnas Eletrônicas e aos esforços implementados no país contra a pandemia da Covid-19" (BARRETO, 2022, pp. 12 e 73). Nesse sentido, o autor nos traz uma definição mais ampla sobre o conceito de *fake news* enquanto *desinformação* e o uso da profusão desta enquanto tática política:

> *Fake News* não são meras mentiras, mas sim uma sofisticada estratégia de comunicação política, que extrapola o marco temporal dos períodos eleitorais e instaura um ambiente de guerra permanente, que satura a agenda política e provoca efeitos deletérios na qualidade do debate público. [...] É mais adequado, portanto, considerar as *Fake News* relacionadas à política como **desinformação**, ou seja, conteúdo criado com o propósito deliberado de enganar ou confundir os destinatários e é, ainda, comumente disseminado e reforçado nas redes. (BARRETO, 2022, p. 9 e 21) (Grifo nosso)

Ao se referir à *desinformação adversarial coordenada*[217] (ou Desinformação Adversarial, Táticas e Técnicas de Influência – DATTI), termo utilizado para denominar a ação planejada, coordenada e estratégica de produção intencional e difusão em massa de *fake news*, com o propósito deliberado de esconder a verdade, enganar, confundir ou criar controvérsia onde não existia, visando, em última instância, enviesar a decisão de eleitores e cidadãos, o autor afirma que estas se prestam aos objetivos de: a) destruir a reputação de adversários (ou das causas por eles defendidas); b) capturar e moldar a agenda pública; c) promover a falsificação da realidade (com manchetes e notícias inverídicas, dúbias, distorcidas, fraudulentas, enviesadas, sensacionalistas ou, de alguma outra forma, manipuladas

[217] "Mais adequado denominar essa estratégia como *desinformação adversarial coordenada*, pautada em técnicas implementadas por verdadeiras redes de produção e disseminação de conteúdo deliberadamente falso, distorcido ou calunioso, com o intuito de atacar adversários políticos, capturar a agenda pública, manter seguidores engajados e influenciar objetivamente no resultado das eleições". (BARRETO, 2022, p. 12)

politicamente); d) assegurar o engajamento de seguidores políticos; e) fidelizar audiência, anunciantes e eleitores mesmo em períodos distantes das votações (BARRETO, 2022, pp. 7-12):

> As táticas de desinformação, na realidade, devem ser compreendidas como sofisticadas estratégias de comunicação política e eleitoral – indissociáveis do contexto das décadas recentes pautado pela disseminação da Internet, redes sociais, aplicações de comunicação em tempo real (*WhatsApp* e *Telegram*) e plataformas de vídeos – táticas pautadas na disseminação de notícias deliberadamente falsas, distorcidas, fraudulentas, mistificadoras da realidade e possuidoras de enorme potencial para poluir o ambiente democrático. As *Fake News* inauguram uma nova era de manipulação política em decorrência das funcionalidades desenvolvidas pelas Tecnologias de Comunicação e Informação [TICs], da hiperconectividade inaugurada com a invenção dos *smartphones* e dos novos padrões de sociabilidade propiciados pela Internet. (BARRETO, 2022, p. 11)

O autor elenca ainda aqueles que considera os componentes das *fake news*: a) a *intencionalidade* quanto à falsidade, deturpação e distorção da realidade factual; b) a *difusão de desinformação*, na forma de mentiras, fraudes e teorias da conspiração; c) o *impulsionamento*, que pode ser orgânico ou artificial, mediante o uso de ferramentas tais como robôs – *bots* – ciborgues, algoritmos e seres-humanos ativistas em série, de modo a atingir um público cada vez maior de usuários de redes sociais (*Facebook, Twitter, Instagram*), repositórios de conteúdo tais como *sites* e plataformas de armazenamento de vídeos (*YouTube*), motores de busca (*Google*) e grupos de aplicativos de troca de mensagens (*WhatsApp* e *Telegram*); d) a *manipulação* para que a desinformação, mesmo inverossímil, desperte emoções e crenças ou mantenham alguma aderência ao mundo real, de modo que pareçam verdadeiras (BARRETO, 2022, pp. 21-30). Nesse sentido, a produção e difusão de desinformação estaria situada – e é mais bem compreendida – no contexto mais amplo da denominada *pós-verdade*:

> A opacidade da *fronteira entre verdade e mentira demarcada no ambiente virtual* pode ser mais bem compreendida na perspectiva da *Pós-Verdade*, modelagem conceitual que dialoga com a Sociedade da Informação na qual, conforme Faustino (2019, p. 123), "a pós Verdade é o conceito que sustenta a possibilidade do surgimento das *Fake News*, já que esse momento evidencia que não é mais importante a verdade como ela é concebida, mas, sim, o interesse que está por trás da informação ou da notícia, dessa forma legitimando um discurso que possibilita a publicação ou divulgação de notícia falsa. (BARRETO, 2022, p. 24)

As *fake news* de hoje, armazenadas em repositórios de conteúdos tais como *sites* e plataformas de armazenamento de vídeos; disponíveis nos bancos de dados de motores de busca; disparadas em redes sociais; ou difundidas em grupos de aplicativos digitais de troca de mensagens equivalem às correntes de *e-mail* de ontem ou aos velhos boatos de anteontem,

elevados à enésima potência. O que diferencia as últimas dos primeiros é, justamente, a escala, ou seja, o alcance e o poder deletério que elas têm atualmente e, via de consequência, seus efeitos maléficos para a democracia. Afinal, na época dos boatos, a escala era individual (do boca-a-boca). Na era do e-mail, era necessário ter um *desktop*, *laptop* ou *notebook* para acessá-los. Também era caro ter acesso frequente à rede mundial de computadores (*Internet*), quer fosse em casa ou em uma *lan house*. Hoje, é crescente o percentual da população que possui um *smartphone* com pacote de uso gratuito de dados, a partir de uma conexão de *internet* banda larga.

A estratégia de produção deliberada e intencional seguida da difusão em massa de *fake news* guarda sutilezas. Uma notícia falsa nem sempre é algo tão escancarado. Por vezes, pode ser a hiperbolização de um feito positivo de quem se queira defender ou impulsionar. Ou, de igual modo, a hiperbolização de algo negativo de seus opositores. Ainda segundo Barreto (2022, pp. 14-20), além dos elementos que integram o *modus operandi* da produção e difusão de *fake news* (que ele denomina de "anatomia da desinformação", marcada por uma "cadeia invisível" e pela "descentralização de comandos", tais como a tática do chamado "apito de cachorro"), há componentes que procuram conferir *verossimilhança* e o chamado *viés de reforço*:

> [...] a desinformação pode *não ser verdadeira*, mas *necessita parecer verdadeira*. Há várias maneiras de fazê-lo, tal como associar uma notícia falsa a um contexto verdadeiro, mentir que as informações foram pesquisadas, usar molduras falsas de veículos midiáticos com credibilidade, fazer insinuações que incutem dúvidas no receptor da mensagem. [...] Além da verossimilhança, outro componente indissolúvel da desinformação é o chamado *viés de reforço*. Em suma, os agentes propulsores da desinformação não estão interessados, evidentemente, em informar seus destinatários, mas sim em *reiterar suas teses*. Demonstrar que estão certos. É o que ocorre nas bolhas digitais, confinamentos informáticos nos quais os interlocutores interagem apenas com outros que compartilham suas crenças e visões de mundo. O confinamento digital causa vieses de conformação, os usuários das TICs apenas interagem e disseminam mensagens que confirmam suas crenças, convicções religiosas, culturais ou ideológicas. Ocorre que a desinformação *deliberadamente* fura a bolha, em decorrência da *disseminação* orgânica desses teores enviesados ou a serviço de projetos econômicos, políticos ou eleitorais. (BARRETO, 2022, pp. 18-19)

O autor também nos lembra que, na arquitetura algorítmica desenvolvida para segmentar usuários em grupos de afinidades e interesses, direcionar-lhes conteúdos compatíveis com suas convicções e crenças (táticas conhecidas como *micro direcionamento* ou *segmentação* de anúncios/conteúdos, conforme veremos a seguir) para, assim, ampliar o tempo de permanência destes na rede mundial de computadores, constatou-se que "o ódio exerce maior poder de engajamento do que sentimentos positivos e amenidades" (2022, p. 39). Assim, nos

brinda com a distinção e, ao mesmo tempo, a correlação indissociável entre *desinformação* e *discurso de ódio*:

> O Discurso de ódio, segundo Winfried Brugger (*apud* Santos) "consiste na manifestação de ideias que incitem à discriminação étnico-racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, na maioria das vezes as minorias. A instigação do ódio é o componente mais importante para disseminação da *Fake News*. O discurso que mais adere e se propaga é aquele que elege inimigos – ideológicos, políticos, morais, identitários, de classe social – servindo simultaneamente como conteúdo e força de propulsão do Discurso de ódio. E há nessa tática um nefasto efeito derivado pois, para Moura, "combinadas essas duas faces (*insulto* e *instigação*, *destaque nosso*), tem-se que esse discurso, além de expressar ódio, procura aumentar a discriminação, conduzindo a uma realidade onde opera a intolerância. [...] Desinformação e discurso de ódio engajam e retém a atenção. Dissimulados como piadas, "tretas", arrojo político ou vários outros nomes, a desinformação e o discurso de ódio ajudam a manter a monetização de diversos produtores de conteúdo on-line. (BARRETO, 2022, pp. 38-39 e 75)

Em sentido análogo é a análise do jornalista franco-italiano Giuliano Da Empoli (2019), em sua obra *Os Engenheiros do Caos*, sobre como as *fake news*, às teorias da conspiração, os discursos de ódio e os algoritmos das redes sociais e demais plataformas digitais compuseram uma engenharia que permitiu a eleição de nomes como Donald Trump. Segundo o autor:

> Se o algoritmo das redes sociais é programado para oferecer ao usuário qualquer conteúdo capaz de atraí-lo com maior frequência e por mais tempo à plataforma, o algoritmo dos engenheiros do caos os força a sustentar não importa que posição, razoável ou absurda, realista ou intergaláctica, desde que ela intercepte as aspirações e os medos – principalmente os medos – dos eleitores. [...] No caso do Brexit, assim como nos casos de Trump e da Itália, o sucesso dos nacional-populistas se mede pela capacidade de fazer explodir a cisão esquerda/direita para captar os votos de todos os revoltados e furiosos, e não apenas dos fascistas. Naturalmente, como as redes sociais, a nova propaganda se alimenta sobretudo de emoções negativas, pois são essas que garantem a maior participação, daí o sucesso das *fake news* e das teorias da conspiração. (DA EMPOLI, 2019, pp. 14-15)

Lançando o seu olhar jornalístico sobre tal fenômeno, quando ocorrido a partir da segunda metade da primeira década dos anos 2000 na Itália, Da Empoli (2019), ao se referir ao Movimento 5 Estrelas (M5S – Movimento 5 Stelle, na sigla em italiano), um partido-algoritmo empresa, de inspiração internacional-nacionalista, gestado e nascido digitalmente a partir do uso de IA; e sobre como este ajudou a canalizar a indignação das pessoas, tornando-se responsável pela ascensão política de Giuseppe Conte, a quem o autor denominou de "primeiro avatar de carne e osso" escolhido para chefiar uma nação (conceito que englobaria também a sua dupla de ministros, Luigi Di Maio e Matteo Salvini) assinalou:

> Para sua base de militantes, internet é sinônimo de participação. É o instrumento de uma revolução democrática destinada a arrancar o poder das mãos de uma casta de

> profissionais da política e entregá-lo ao homem comum. Mas, para a elite do próprio Movimento, encarnada pela 'diarquia' [Gianroberto] Casaleggio / [Beppe] Grillo, as coisas são diferentes: internet é, antes de tudo, um instrumento de controle. É o vetor de uma revolução a partir do topo, que capta uma quantidade enorme de dados a fim de utilizá-los para fins comerciais e, sobretudo, políticos. (DA EMPOLI, 2019, p. 41)

As investigações a respeito da ação supostamente criminosa da empresa *Cambridge Analytica*, de Steve Bannon, consistente no "impulsionamento de conteúdo direcionado a perfis formulados a partir de dados pessoais indevidamente subtraídos de redes sociais, especialmente o Facebook" (BARRETO, 2022, p. 52), em processos eleitorais ao redor do mundo, sobretudo nas eleições de Donald Trump, nos EUA; e no plebiscito do Brexit, na Inglaterra, são um forte indício de que a tentativa de manipulação do inconsciente coletivo – que pode levar a escolhas ilegítimas, irracionais, irrefletidas ou enviesadas por meio da disseminação de mentiras em escala global – é o pior dos efeitos colaterais à democracia, decorrente do amplo acesso à tecnologia dissociado de uma educação sólida.

A mistura entre, de um lado, sentimentos negativos (nostalgia, ressentimento, ira, cólera, raiva, frustração, indignação) e a ignorância das pessoas; e, de outro lado, os boatos, as *fake news*, as teorias da conspiração, os discursos de ódio, o acesso à tecnologia e a má-fé de quem a domina e a utiliza para ludibriar os primeiros é bombástica. Como no dizer de Da Empoli, "os complôs funcionam nas redes sociais porque provocam fortes emoções, polêmicas, indignação e raiva. E essas emoções geram cliques e mantêm os usuários colados ao monitor" (DA EMPOLI, 2019, p. 62).

Uma das primeiras pessoas a escrever, aqui no Brasil, sobre essa temática aplicada às disputas político-eleitorais foi a jornalista investigativa Patrícia Campos Mello. No dia 18 de outubro de 2018, em reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, ela escrevera sobre o emprego de *disparo em massa* de mensagens por *Whatsapp* contra o então candidato à presidência da República, Fernando Haddad (PT), nos seguintes termos:

> A matéria revelava que empresas se preparavam para comprar, de agências de marketing digital, pacotes de disparos em massa no WhatsApp de mensagens contra o PT e planejavam uma grande operação na semana anterior ao segundo turno. Prática ilegal tanto por se tratar de doação de campanha por empresas quanto por não ter sido declarada ao TSE, conforme exige a legislação. (CAMPO MELLO, 2020, p. 30)

Em dezembro do mesmo ano, a jornalista escrevera sobre o papel das mídias sociais nas eleições, retornando diversas vezes ao tema em outras reportagens nos meses que se sucederam. Campos Mello (2020) descreve os detalhes destes e de outros episódios em sua obra *A máquina do ódio:* notas de uma repórter sobre fake news e violência digital, na qual compila o esforço

investigativo do conjunto de reportagens por intermédio das quais revelou que empresas privadas ligadas a candidatura de Jair Bolsonaro teriam financiado disparos em massa de *fake news*, difamatórias de seus adversários políticos, para mais de 40 mil grupos do aplicativo de mensagens digitais *WhatsApp*, a um custo de R$ 12 milhões cada contrato, em um total de 156 contratos distintos, totalizando, em estimativa, R$ 1,872 bilhões em operações ilegais.

Em mencionada obra, Campos Mello (2020) socializa conceitos e termos utilizados para descrever práticas como *firehosing*[218], *astroturfing*[219] *e micro direcionamento*[220], que nos ajudam a compreender melhor o emprego das diversas técnicas (tais como automação de envio e disparo em massa de mensagens, impulsionamento pago de conteúdos, monetização de postagens, hiperatividade de usuários etc.) que podem configurar uso espúrio das TICs para manipular informações, engajar simpatizantes e, assim, angariar votos.

A autora relata, também, a campanha difamatória que contra si foi praticada nas redes sociais e as ameaças que passou a receber após a publicação de tais matérias jornalísticas. A partir da experiência pessoal da qual foi vítima, ela descreve o que ela chama de "nova modalidade de perseguição: o linchamento virtual, a jornalistas, mulheres" (2020, p. 70) que constitui "estratégia de intimidação on-line de reputações que integra o manual de vários populistas". Tais modalidades de "linchamentos virtuais" que, para ela, "funcionam como uma censura informal" (2020, p. 75) constituem, em verdade, o *modus operandi* do que hoje já se convencionou denominar de *milícias digitais*:

> Na versão moderna do autoritarismo – em que governantes não rasgam a Constituição nem dão golpes de Estado clássicos, mas corroem as instituições por dentro –, não é necessário censurar a internet. Nas "democracias iliberais", segundo o vernáculo do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, basta inundar as redes sociais e os grupos de WhatsApp com a versão dos fatos que se quer emplacar, para que ela se torne verdade – e abafe as outras narrativas, inclusive e sobretudo as reais. (CAMPOS MELLO, 2020, p. 15)

---

[218] *Firehosing:* "disseminação de uma informação, que pode ser mentirosa, em um fluxo constante, repetitivo, rápido e em larga escala. As pessoas são bombardeadas de todos os lados por uma notícia – sites de notícias, grupos de WhatsApp, Facebook, Instagram – e essa repetição lhes confere a sensação de familiaridade com determinada mensagem. A familiaridade, por sua vez, leva o sujeito a aceitar certos conteúdos como verdadeiros". (CAMPOS MELLO, 2020, pp. 16-17)

[219] *Astroturfing*: "disseminação de conteúdos recorrendo-se a terceiros – robôs, números de telefones estrangeiros, sites políticos, entidades ou pessoas sem relação direta com as campanhas políticas –, assim, camuflando os verdadeiros autores". (CAMPOS MELLO, 2020, p. 19)

[220] *Microtargeting (micro direcionamento)*: possibilidade de utilizar os dados (pessoais e de navegação) de indivíduos, mediante a aplicação de filtros diversos, agrupando-os por semelhanças, com o intuito de segmentar mensagens e atingir grupos determinados. Em outras palavras, é o tratamento de dados de perfis e de recorrência de navegação de usuários de redes sociais, com algoritmos, visando sua segmentação em grupos de interesses e o direcionamento ou propagação seletiva de conteúdos virtuais, compatíveis com suas preferências. (Conceito Nosso).

Campos Mello nos chama a atenção também para o seguinte aspecto: o de que em se tratando desse tipo de prática (disparo em massa de conteúdos em plataformas digitais/virtuais, combinada ou não com o mecanismo de impulsionamento pago de conteúdos), em tempos de eleição, encerra em si diversas condutas ilícitas, nos termos da Lei nº 13.488/2017: a) a proibição de contratar pessoas ou mecanismos para enviar, pela internet, mensagens que ofendam a honra ou prejudiquem a imagem de um candidato ou partido; b) a prática do crime de doações não-declaradas ou de caixa-dois indireto que, no caso, consistia no pagamento dos disparos em massa e dos impulsionamentos de conteúdos eleitorais por pessoas jurídicas dissociadas da campanha eleitoral, o que é vedado; c) o impulsionamento de conteúdos eleitorais em redes sociais por empresas e estabelecimentos não sediadas ou com representantes no Brasil, o que também é proibido. Isso sem contar as condutas reprováveis, ainda que não tipificadas como ilícitas, como a tentativa de manipulação em massa de opinião pública.[221]

Os relatos de Campos Mello dão robustez à tese central do presente tópico desta tese. A de que os sentimentos de nostalgia e ressentimento (frustração, ira, cólera, indignação, ódio, raiva) para com o *status quo* político, mencionado nos tópicos anteriores; assim como o direcionamento, de um lado, desta frustração a endereço certo e propositalmente escolhido; e, de outro, da projeção da esperança em uma figura artificialmente escolhida, encontrou potencialidade na constituição e ação de uma *milícia digital bolsonarista.*

Trata-se de uma suposta rede digital de milicianos virtuais representada e coordenada por uma engrenagem que veio a ficar conhecida pela denominação de *Gabinete do Ódio* e que pode ser entendida como uma organização supostamente criminosa formada por pessoas que se utilizam de seus seguidores, de *trolls* e *bots (sockpuppets)*, perfis *fakes* e *haters* em geral – financiada, ilicitamente, com recursos públicos e privados, para caluniar, injuriar, difamar e tentar intimidar – em síntese, para destruir a reputação – de pessoas consideradas adversários políticos; bem como membros de poderes e instituições cujas decisões venham a contrariar os interesses do grupo político que então comandava o Poder Executivo da República. São atribuídas ao chamado *Gabinete do Ódio* a produção e difusão de notícias falsas notórias, tais como a que tratava da distribuição de "kit gay" e de "mamadeira de piroca" nas escolas públicas; assim como as teorias da conspiração sobre "ideologia de gênero" e "implantação do

[221] A autora menciona ainda diversas medidas, como as de retirar a publicidade governamental paga; pressionar anunciantes privados a retirar suas publicidades de veículos de imprensa críticos, não alinhados com o governo; bem como a compra de veículos dantes considerados independentes por empresários amigos/aliados do governo as quais, sozinhas ou combinadas, constituem verdadeira estratégia de líderes adeptos do *tecnopopulismo*, como Recep Erdogan, na Turquia; Viktor Orbán, na Hungria; Narendra Modi, na Índia; Rodrigo Duterte, nas Filipinas; Donald Trump, nos EUA; e Jair Bolsonaro, no Brasil. (CAMPOS MELLO, 2020, pp. 127-132 e 155-175)

comunismo" no Brasil, dentre tantas outras que tiveram e seguem tendo influência no incremento da rejeição aos partidos e políticos do campo progressista de esquerda, desde as eleições de 2018 em diante.

Além de ser prestar a produzir, disseminar, propagar e dar escala a *fake news*, teorias da conspiração e discursos de ódio, tal estrutura e seus respectivos instrumentos e ferramentas também se prestavam para direcionar a decepção das pessoas para com a política a tudo que se relacionasse, ainda que indiretamente, com o campo do pensamento mais progressista e de esquerda. Era para esse intento, de direcionar a criminalização da política para representantes do campo ideológico da esquerda progressista e colher dividendos eleitorais com isso, que a milícia digital bolsonarista, se aproveitando dos sentimentos descritos nos tópicos anteriores, faziam uso das táticas de *disparo em massa* ou de *impulsionamento pago de conteúdos*, segundo a lógica do *micro direcionamento* e do *efeito bolha*[222], permitindo que os conteúdos propagados atingissem milhões de usuários previamente identificados como suscetíveis a nelas acreditar.

Embora reconheça que não existam estudos empíricos que comprovem "a capacidade real do *micro direcionamento* ou uso de dados para convencer uma pessoa a votar em determinado candidato", Campos Mello (2020, p. 108), citando pesquisa da *Ipsos Moris*, nos relembra sobre a predisposição das pessoas em acreditar em notícias que lhes chegam por intermédio de amigos e familiares mais do que de veículos de imprensa:

> Além de predispostas a acreditar nas mensagens que recebiam, 73% das pessoas achavam que já haviam visto reportagens em que veículos de mídia disseram deliberadamente uma inverdade. Ou seja, as pessoas acham que a mídia tradicional mente e tendem a acreditar em conteúdo enviado por *WhatsApp* pela família e por amigos desde que tais conteúdos confirmem suas crenças. (CAMPOS MELLO, 2020, p. 29)

De modo semelhante, Barreto (2022, p. 51) corrobora com a dificuldade de comprovação empírica do poder de influência do produção intencional e disparo em massa de desinformação na definição do voto, mas, reconhece a correlação direta entre o período de disparo de *fake news* e as oscilações nas taxas de rejeição de candidatos, durante campanha

[222] *Bolha:* confinamentos informáticos formados ou reforçados a partir da técnica de micro direcionamento. Nas bolhas digitais os interlocutores interagem apenas com outros que compartilham de suas crenças e visões de mundo. O confinamento virtual é conduzido pelos algoritmos de programação informática que definem o conteúdo que será exposto de forma orgânica aos usuários de aplicações de internet, de modo que os usuários das tecnologias recebam apenas informações similares àquelas com as quais já coadunam, passando a ser cercadas de pessoas que pensam e se manifestam de forma muito parecida, seja no campo da política, ideológico, comportamental, religioso ou outro tipo de crença. (BARRETO, 2022, pp. 19, 25 e 30)

eleitoral, dados estes aferidos por levantamentos do tipo *survey*, levados a efeito por dois dos institutos de pesquisa mais respeitados de nosso país:

> [...] é bastante difícil apontar uma evidência única que possa explicar processos eleitorais complexos como a eleição presidencial brasileira de 2018, uma vez que fenômenos dessa monta são bastante multifacetados e devem ser analisados por diferentes perspectivas. Ainda mais desafiador é demonstrar de forma inequívoca a probabilidade de correlação entre a estratégia de disseminação de *Fake News* e os resultados do pleito. Porém é bastante plausível estabelecer hipóteses de que essa influência havia ocorrido, perante a sofisticada estratégia comunicacional adotada na campanha eleitoral vencedora, apresentada ao longo desse artigo, além do demonstrado potencial de influência tóxica, que pode ser exercido pelas *Fake News*. Segundo dados das pesquisas eleitorais dos institutos Datafolha e Ibope, os *surveys* de intenção de voto não sinalizaram alterações abruptas na liderança da corrida eleitoral. Contudo, significativas oscilações foram identificadas nas taxas de rejeição, importante preditor do teto de votos dos candidatos. Os números do Datafolha e Ibope sustentam a evidência de que as taxas de rejeição, ao longo do período escrutinado pelos institutos, oscilaram concomitante ao disparo em massa de mensagens por WhatsApp. (BARRETO, 2022, p. 51)

Ainda que diante de tal ressalva, Barreto comprovou suas formulações teóricas com pesquisa empírica por ele realizada entre 10 de outubro e 10 de dezembro de 2019, quando analisou 56.558 mensagens distribuídas em grupos de *WhatsApp*, que continham, em seu conteúdo, tema específico por ele previamente selecionado: ataques ao STF e aos seus ministros. Utilizando-se de método qualitativo (em contraposição ao método quantitativo estatístico-determinístico tradicional), ele pôde constatar:

> As mensagens observadas na pesquisa foram moldadas por *discurso de ódio e eivadas de Fake News*. Há prováveis ganhos nessa tática, como, por exemplo, a manutenção de canais de distribuição de mensagens disponíveis para uso imediato ou preservá-los para disseminação de propaganda eleitoral. A estratégia possibilita a propagação de conteúdo sob liderança coordenada e articulada, prescinde de grande investimento e mantém seguidores engajados, mobilizados e coesos. Um espírito de *guerra permanente*, pois, afinal, a pesquisa não foi realizada em período eleitoral. (BARRETO, 2022, p. 56)

Ainda no dizer de Barreto (2022), as táticas de produção e difusão de desinformação e discurso de ódio como parte integrante de uma estratégia diversionista da extrema-direita, ou seja, como modo de manter os seus seguidores, adeptos e eleitores mobilizados e engajados não se circunscreveu apenas ao debate político e ao período eleitoral propriamente ditos, extrapolando o emprego deste método a outros atores e sujeitos políticos (como no exemplo empiricamente pesquisado por ele, relativo aos ataques ao STF; ou no caso das tentativas de descredibilização das urnas eletrônicas), mas também em outros temas, o que ocorreu ao desaguar no debate de Saúde Pública ante à crise de emergência sanitária decorrente da

pandemia de covid-19: ao tentar circunscrever a questão pandêmica ao debate ideológico, recheando-o de *fake news* sobre o vírus, vacina, quarentena, *lock down* etc, restou clara a tentativa de desviar a atenção quanto à inépcia do Governo Federal em conter a disseminação do vírus e promover a vacinação em escala adequada. A questão da pandemia está mais bem ilustrada, na presente tese, no tópico 3.2.

Para dar sequência ao intento de produzir e difundir *fake news*, teorias da conspiração e discursos de ódio em larga escala, com apoio da internet, das redes sociais e dos algoritmos de inteligência artificial, a estratégia da milícia digital bolsonarista demonstrou-se bastante complexa. Trata-se, no dizer de Barreto (2022, p. 33), de verdadeiro *ecossistema de desinformação política*, com atores, papéis, lógica e funcionamento bem definidos, no sentido de criar uma *realidade paralela* a envolver os adeptos do bolsonarismo e potenciais eleitores:

> Após as eleições de 2018, a tática de disseminação de desinformação adentrou de forma endêmica no debate público brasileiro – se transformando em tática de guerra permanente – e foi estabelecido, no país, um inédito *Ecossistema de Desinformação Política*, cujas ramificações conectam gabinetes anexos ao poder executivo, parlamentares, redes sociais, influenciadores digitais, plataformas de vídeo e, algo exclusivo do ecossistema brasileiro frente aos seus congêneres mundiais, uma rede com profunda capilaridade social pautada na disseminação de *Fake News* por grupos de WhatsApp e canais no *Telegram*. O *Ecossistema de Desinformação Política* funciona de maneira ininterrupta e é pautado por estratégias que envolvem múltiplos agentes (autoridades com mandato executivo, parlamentares, assessores alocados em gabinetes e no parlamento, influenciadores digitais, produtores de conteúdo de texto, vídeo e imagem) envolvidos com a produção e disseminação em redes sociais (Facebook e Twitter), plataformas de vídeos (Youtube), portais simulacros de páginas noticiosas, mas que na realidade disseminam desinformação, e aplicativos de mensagens (WhatsApp e *Telegram*), voltadas à propagação de conteúdos deliberadamente falso, distorcido, enviesado ou descontextualizado. [...] O ecossistema de desinformação visivelmente serve como estratégia complementar de comunicação política para governos, parlamentares e aspirantes a candidaturas futuras. (BARRETO, 2022, pp. 33 e 78)

Rocha (2023) também descrevera o *ecossistema de desinformação* – a que ele denomina de *midiosfera extremista* – como instrumento da construção de realidades paralelas ou mundos alternativos que possibilitam o comportamento/atitude/estado de coisas que ele denominou de *dissonância cognitiva coletiva*:

> Trata-se [a midiosfera extremista] de uma poderosa máquina de produção de narrativas polarizadoras, com base em *fake news* e teorias da conspiração. Combustível da retórica do ódio, compõe-se de **cinco elementos:** quatro internos e um externo. Complexo sistema integrado que gera conteúdo radicalizador ininterruptamente. Nele se encontram as malfadadas [1] correntes de WhatsApp; as indefectíveis [2] redes sociais; uma rede altamente tóxica de [3] canais de Youtube; e, por fim, [4] aplicativos como TV Bolsonaro e Mano. No interior dessa teia, circula sem cessar uma produção audiovisual que difunde o sistema de crenças bolsolavistas,

> com exortação incessante a golpes de Estado e à eliminação física dos adversários. Ainda mais importante, os membros da seita firmaram um pacto que atemoriza o próprio Mefistófeles: ignorar toda informação que não provenha da midiosfera extremista. O elemento externo é muito grave: a [5] "mídia amiga" da radicalização monetizadora que, ao dar voz para fantasias mais lunáticas desestabiliza seriamente a democracia e estimula, no limite do crime, o projeto autoritário do bolsonarismo. (ROCHA, 2023, pp. 24-27, 71-72 e 131) (Grifo e numeração nossos)[223]

Antes de Barreto (2022) e Rocha (2023), a expressão *ecossistema de desinformação* também havia sido utilizada pelos pesquisadores Fernanda Sarkis e Marcus Nogueira, conforme divulgado em reportagem de Breno Pires (2022), publicada na edição de número 195, da Revista Piauí, de dezembro de 2022. Nela, Pires descreve como os pesquisadores Sarkis e Nogueira conseguiram elaborar o chamado "mapa da desinformação da milícia digital de extrema direita", a partir da identificação do seu *modus operandi*, ou seja, sobre como "agiam na eleição de modo articulado, disseminando mentiras, com o propósito de interferir no processo eleitoral". Conforme descrito por Pires, Sarkis e Nogueira, ao trabalhar de modo semelhante nas eleições portuguesas do início do ano de 2022, adotaram o conceito de "cartografia da controvérsia", com base na *Teoria Ator-Rede*, do pensador francês Bruno Latour:

> Na pesquisa em Portugal, o casal incorporou a ideia de que, para compreender bem um ator, é preciso analisar seu comportamento em rede. A partir dessa premissa, construíram extensos mapas de interação de atores da extrema direita portuguesa, decodificando como, por meio das redes, eles amplificavam seu discurso e suas mensagens. Em termos mais técnicos, investigaram como uma rede transnacional, sob uma coordenação central, opera na ocupação do espaço digital, de modo a trazer muito mais do que disseminar *fake news*: construir toda uma realidade paralela. Nesse mundo à parte, as premissas são falsas e a desinformação se multiplica em diversas camadas. Não se trata, apenas, de inventar uma mentira e martelá-la diante de uma plateia politicamente disponível. São desinformações baseadas em interpretações subjetivas, manipuladas de modo que pareçam objetivas. (PIRES, 2022, n.p.)

A descrição desse *modus operandi* incluiu a definição dos atores e de seus respectivos papéis: os "produtores de conteúdo" (responsáveis por produzir e publicar – enquadrar – notícias e manchetes falsas, o que inclui empresas produtoras e *sites* alinhados com o pensamento bolsonarista); os "promotores de conteúdo" (responsáveis por replicar, em primeira mão, os conteúdos falsos); e os "*spin doctors*", usuários de redes com milhões de seguidores, que são, no dizer de Pires (2022), "perfis com alta credibilidade no tal ecossistema, capazes de agendar o debate com grande velocidade e, como têm milhões de seguidores, enquadram um

[223] Enquanto ROCHA elencou 5 elementos da midiosfera extremista, AVRITZER destaca 3 grupos da base bolsonarista na internet: 1) o "gabinete do ódio"; 2) uma vasta rede de sites e perfis de direita; 3) um conjunto de pessoas com destaque nas redes sociais (AVRITZER, 2020b, p. 6).

acontecimento à feição bolsonarista com facilidade": "a sequência é didática sobre o funcionamento do 'ecossistema da desinformação': perfis anônimos lançam a *fake news*, que é amplificada por influenciadores e endossada pela família Bolsonaro" (PIRES, 2022, n.p.).

Segundo tal mapeamento, vislumbrou-se papel destacado em tal ecossistema de desinformação de determinados perfis em redes sociais, de personalidades ligadas ao pensamento de extrema-direita; sítios eletrônicos que, travestidos de portais de notícias, procuram conferir a chamada verossimilhança às notícias falsas; plataformas de streaming, dentre outros. São exemplos identificados no mapeamento em questão os seguintes: Jornal da Cidade On-Line e Terra Brasil Notícias (sites de notícias), Brasil sem Medo – BSM (blog noticioso), Brasil Paralelo (serviço de *streaming* e produtora de conteúdo audiovisual)[224], Revista Oeste (periódico eletrônico), TopTube Famosos, Família Direita Brasil, Demagogia do Oprimido, Folha Política, Foco do Brasil (canais do YouTube), dentre centenas de outros notoriamente identificados com o pensamento de extrema-direita e cujos conteúdos já foram, reiteradas vezes, desmentidos por agências de verificação ou checagem de fatos (PIRES, 2022, n.p.).

Ainda segundo a mencionada reportagem, o mapeamento de tal ecossistema de desinformação permitiu ao setor jurídico da coligação "Brasil da Esperança", do então candidato posteriormente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, "abrir uma trincheira jurídica contra a milícia digital bolsonarista", permitindo-lhes ajuizar dezenas de ações solicitando a remoção de conteúdos comprovadamente falsos, conseguindo êxito em decisões judiciais determinando a remoção de postagens, por desinformação. Ao final das eleições, o trabalho de Sarkis e Nogueira, em conjunto com a equipe jurídica da coligação, permitiu o ajuizamento de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije), em que solicitam a condenação dos membros do "ecossistema da desinformação" por crime eleitoral, abuso de poder econômico, abuso dos meios de comunicação e abuso de poder político:

> Neste último caso [abuso de poder político], a ação foca na conduta dos investigados que, com mandato eletivo, atuam para "plantar uma ruptura de poderes, numa escalada autocrata de eliminação do instrumento mais essencial do estado democrático de direito: o sistema eleitoral e o voto direto". Neste ponto, o alvo é Bolsonaro. Se condenado, ficará inelegível por oito anos. [...] No caso do abuso de poder econômico, a ação pede que o TSE investigue o financiamento das produções audiovisuais e o impulsionamento dos conteúdos da rede bolsonarista. O alvo, aqui, são onze pessoas, entre elas os donos da Brasil Paralelo e dos canais Folha Política (Ernani Fernandes e

[224] "A produtora Brasil Paralelo representa, no plano do audiovisual, a difusão da teoria conspiratória do *Orvil*". (ROCHA, 2023, pp. 92-93). Exemplo concreto seria o documentário *1964: o Brasil entre armas e livros*, de autoria de referida produtora, que apresenta uma versão em audiovisual da teoria conspiratória constante no mencionado relatório do Exército Brasileiro.

> Thais Raposo do Amaral) e Foco do Brasil (Anderson Rossi), além dos youtubers do esquema (como Kim Paim e Gustavo Gayer) e dos empresários Otávio Oscar Fakhoury, um bolsonarista já investigado no Supremo Tribunal Federal (STF) por financiar milícias digitais, e José Pinheiro Tolentino Filho, dono do *Jornal da Cidade OnLine*, um site de opinião e notícias pró-Bolsonaro. O julgamento da Aije não tem data para acontecer. Pode levar seis meses ou três anos, mas, enquanto não for julgada, ficará pairando como uma ameaça sobre a cabeça dos envolvidos, incluindo Bolsonaro. (PIRES, 2022, n.p.)

Um outro exemplo de uso pervertido da internet e das redes sociais para fins políticos enviesados são os *imageboards* – fóruns virtuais de debates baseados em imagens e hospedados em endereços com a denominação *chan* (55chan, BRchan, 1500chan, dentre outros) – como *comunidades de ódio* formadas por internautas anônimos. Esse tipo de fórum, virtual e anônimo, se converteu em ambiente fértil para produção de *fake news*, teorias da conspiração e discursos de ódio, depois difundidas em grupos de *WhatsApp*, *Telegram*, em posts das demais redes sociais e até mesmo em programas de TV aberta, além de ameaças violentas aqueles que ousam desvelar ao público os bastidores do que se debate em anonimato:

> O *imageboard*, também chamado pelos usuários de *chan*, é um fórum anônimo em que internautas se comunicam sem qualquer tipo de identificação, não havendo distinção entre eles. Ataques a movimentos sociais, propaganda de extrema-direita, divulgação de conteúdo declaradamente racista e antissemita, bem como teorias de conspiração ocupam o topo das abas políticas desses sites. (CONGRESSO EM FOCO, 2022, n.p.)

Também é nesse tipo de ambiente virtual, sombrio e pantanoso, verdadeiro esgoto da *deep web*, em que bolsonaristas vinham – e ainda vêm – se acoitando há anos para elaborar suas narrativas antivacina, contra a regularidade do processo eleitoral, contra a confiabilidade das urnas eletrônicas, além de ataque aos ministros do STF e do TSE, bem como para planejar e executar atos como os acampamentos ilícitos em frente aos quartéis; o vandalismo e a baderna ocorridos no dia 12/12/2022, na Capital Federal; a tentativa de atentado terrorista ao Aeroporto de Brasília, em 24/12/2022; os atos do dia 08/01/2023; os atentados contra as Escolas Públicas ocorridos no primeiro semestre de 2023 e tantos outros crimes.

A dimensão da potencialidade ou poder deletério de tal indústria do ódio pode ser medida segundo levantamento do jornalista Rogério Tomaz Jr., compartilhado no dia 21/09/2023 em seu perfil pessoal na rede social de mensagens curtas denominada de *X* (antigo *Twitter*):

> Dos 20 maiores anunciantes da Meta (Facebook e Instagram) no Brasil, com dados dos últimos 90 dias, 3 são páginas da extrema-direita. Somadas (R$ 1.962.641), as três superam todo o volume investido pelo Governo Federal (R$ 1.941.308), maior

> anunciante individual. Só que a rede fascista é composta por centenas de páginas e TODAS elas investem forte em tráfego pago (na Meta e ainda mais no Google/YouTube). (TOMAZ Jr, 2023, n.p.)

O fato acima narrado, de que apenas 3 (três) sítios eletrônicos de extrema-direita, juntos, gastaram mais com anúncios de tráfego pago (impulsionamento com micro direcionamento) nas redes de propriedade da *big tech* Meta (proprietária das redes sociais *Facebook* e *Instagram*), no terceiro trimestre de 2023, do que todo o volume investido pelo Governo Federal em despesas análogas é um indicativo de que o *ecossistema de desinformação política*, que ganhou escala gigantesca com a ação do *Gabinete do Ódio*, segue operando a plenos pulmões em seu desiderato de produzir e promover a difusão diária e em massa de *fake news*, mesmo depois das eleições de 2022. Não por coincidência, os três anunciantes também figuram entre os apontados na mencionada reportagem de Breno Pires (2022) sobre o ecossistema de desinformação: Brasil Paralelo, Revista Oeste e Marina Gonzalez.

As ações do *Gabinete do Ódio* resultaram, em 14 de março de 2019, na instauração do denominado *Inquérito das Fake News* (INQ nº 4.781) no âmbito do STF. Ele foi aberto por determinação do então presidente do STF, ministro Dias Toffoli. Foi designado, como seu relator na Corte, o ministro Alexandre de Moraes. Tal inquérito, o primeiro com tal objetivo, investigava a prática de produção e difusão de desinformação, além de ofensas, agressões, ataques e ameaças aos ministros do Tribunal, dentre outras autoridades e instituições, perpetradas por meio da internet. Além de empresários (Luciano Hang, dono das lojas Havan; e Edgard Corona, dono da rede de academias Smart Fit), digitais influencers (o blogueiro Allan dos Santos, do site bolsonarista Terça Livre); investidores do mercado financeiro (Otávio Oscar Fakhoury); e congressistas (os deputados federais Bia Kicis e Filipe Barros), tal inquérito apontava suas investigações para a atuação do então vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), um dos filhos do então presidente da República, suposto coordenador da indigitada Orcrim.

Além desse, foi instaurado também o *Inquérito dos Atos Antidemocráticos* (INQ nº 4.879), em maio de 2020 e arquivado em 1º/07/2021. No despacho de arquivamento do INQ nº 4.879, Moraes consignou que "a presença de fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhante àqueles identificados no INQ nº 4.781, com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito". Tais inquéritos desaguariam, todos eles, nas investigações alusivas aos atos praticados no 8 de janeiro de 2023, no chamado *Inquérito do Golpe* (INQ nº 4.874), também

conhecido, antes do 8/01, como *Inquérito das Milícias Digitais*, cujo objeto de investigação era semelhante, porém, mais abrangente do que os inquéritos anteriores.

Aqui cabem algumas digressões sobre os limites da liberdade de expressão. Há um exemplo clássico, utilizado na literatura jurídica norte-americana, presente em distintos julgados da Suprema Corte[225] para ilustrar os seus limites: o de que a ninguém é permitido gritar "fogo" em um teatro lotado, sem que ele esteja verdadeiramente em chamas e depois alegar que estava no exercício de tal liberdade. Concretamente, o pânico e os possíveis danos à vida e à integridade física das pessoas envolvidas no tumulto daí decorrentes são os limites que se impõem à liberdade de expressão.

O tratamento constitucional da liberdade de expressão no Brasil é distinto dos termos como albergada pela Constituição Norte Americana. Aqui no Brasil, não estamos sob a égide da "1ª Emenda", como nos EUA, que assegura liberdade de expressão em termos mais abrangentes. Senão vejamos:

A liberdade de pensamento é direito fundamental assegurado na CF/1988, em seu art. 5°, IV. Ela abrange duas dimensões: a liberdade de consciência (o pensamento em si) e a liberdade de exteriorização do pensamento (o ato de torná-lo público). A 1ª dimensão abrange a liberdade de crença (para temas religiosos, espirituais ou transcendentais) e a liberdade de consciência em sentido estrito (para assuntos não religiosos). Já a 2ª dimensão compreende as liberdades de culto (CF, art. 5º, VI); de cátedra (art. 206, II); de informação jornalística (art. 220 e §§); e científica e artística (art. 5º, IX), que abrange também a atividade intelectual e de comunicação, independente de censura ou licença (CF, art. 5º, V e IX).

É a essa liberdade de exteriorização do pensamento que se dá o nome de liberdade de expressão, que pode ser individual e coletiva (CF, art. 5º, XVI, XVII e XXI). Esta última abrange ainda o direito de reunião e o direito de associação. O direito de reunião compreende a reunião em local fechado, em espaço aberto ou em formato de passeata, ato, manifesto ou protesto pacífico. Estes últimos devem, obrigatoriamente, ser exercidos sem armas e pressupõem fins lícitos e aviso prévio às autoridades competentes.

A 1ª dimensão (a do pensamento em si) tem caráter indevassável e absoluto: o pensamento que ainda não foi manifestado não está sujeito a nenhum tipo de regra, freio ou limite jurídico. Já a 2ª dimensão, por sua vez, não é absoluta. Tanto é que a própria CF/1988,

[225] Tal parábola é atribuída ao então juiz da Suprema Corte norte-americana, Oliver Wendell Holmes, Jr., que a teria utilizado no caso *Schenck Vs. EUA*, de 1919, posteriormente, reinterpretada no caso Brandenburg Vs. Ohio, de 1969: "se alguém grita – de forma mentirosa –, no meio de um teatro lotado, a palavra "fogo", por certo não estará exercendo sua liberdade de expressão".

quando trata do direito à privacidade e tutela da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem (CF, art. 5º, X) prevê a possibilidade de responsabilização para aqueles que extrapolarem os limites de sua liberdade de expressão. Nesses casos, é assegurado o direito à indenização aos prejudicados pelo dano material ou moral decorrente de excessos cometidos por terceiros. Por essas mesmas razões que a CF/1988 garante a liberdade de pensamento, mas, veda o anonimato: para que as pessoas, devidamente identificadas, possam ser responsabilizadas por eventuais excessos cometidos no exercício de tal liberdade.

Portanto, a liberdade de expressão, individual ou coletiva não é absoluta e nem ilimitada. Sendo assim, a livre manifestação do pensamento não pode albergar o direito de produzir (de modo intencional) e de difundir (em escala industrial) desinformação (*fake news* e teorias da conspiração) e discursos de ódio, muito menos de caluniar, injuriar, difamar, ameaçar e, menos ainda, de atentar contra a democracia ou contra o Estado de Direito. Nesse sentido, quem suscita a defesa da democracia e da liberdade para pervertê-las não está a exercê-las, e sim, a infringir o próprio princípio em que se fundamenta tal liberdade.

Como diferenciar, no entanto, tais limites à liberdade de expressão da mera censura? E como evitar o arbítrio nessa diferenciação? É a regulamentação jurídica que permite isso. Assim sendo, para que o combate à desinformação e aos discursos de ódio propagados pelas vias da internet não se torne uma censura, sujeita apenas ao arbítrio do Poder Judiciário, é necessário avançar na regulamentação desta "zona cinzenta" que é o exercício de tal liberdade nos meios digitais. Observa-se, portanto que, para além do *Marco Civil da Internet* e da *Lei Geral de Proteção de Dados*, há a necessidade de preencher o vazio jurídico existente, essa ausência de regulamentação a impor limites e cobro às práticas de difusão de desinformação e discursos de ódio.

Nesse sentido, no mês de maio de 2023, ganhou enorme proporção perante à opinião pública o debate em torno da tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei (PL) nº 2.630, que ficou conhecido como o *PL das Fake News.* As resistências à aprovação do PL nº 2.630, contudo, advieram de forças políticas expressivas e de grupos econômicos poderosos. O *lobby*, tanto de grupos que utilizam a desinformação e o discurso de ódio como estratégia/tática política, quanto das empresas que atuam na economia de dados (as chamadas *big techs*) para a sustação da tramitação de tal projeto foi intenso.

Os motivos são bastante óbvios: como a desinformação e os discursos de ódio são os conteúdos que mais geram engajamento nas redes, restringi-los ou lhes colocar cobro seria uma dura medida para as *big techs* do capitalismo financeiro tecnoglobal que têm, nesse contexto,

uma fonte quase inesgotável de seus lucros, além de uma dura medida contra políticos que se alimentam de tais extremismos para engajar seguidores e, via de consequência, conquistar eleitores. Não se trata, portanto, do alegado receio de censura. O real motivo para a oferta de resistência à aprovação do PL nº 2.630 é que, sem a desinformação como produto na prateleira do mercado digital da pós-verdade, as *big techs* vão perder muito dinheiro.[226] E os bolsonaristas perderão curtidas, seguidores e eleitores.

Se, de um lado, as *big techs* e suas diferentes plataformas (motores de busca, repositórios de conteúdos e redes sociais) romperam com o monopólio dos *mass media* (ponto positivo), por outro lado, ganham muito dinheiro com o comércio da desinformação. E a internet não pode ser território sem lei ou terra de ninguém. Impedir a propagação sistemática e proposital de mentiras que causam danos à sociedade é, mais do que uma necessidade jurídica, um dever cívico.

Em síntese, o uso da tecnologia e da inteligência artificial como instrumentos da disputa eleitoral, a permitir a ascensão de forças antidemocráticas ao poder pela via da própria democracia (ainda que manipulada pela trapaça) torna válida a assertiva segundo a qual, quando a mentira se torna método e a mera opinião se converte em verdade, há uma perversão da razão comunicativa, através do uso e do emprego antiético da lógica comunicacional própria da teoria discursiva, do que resulta a pós-verdade.

Dito de outra forma: a pós-verdade resultaria, portanto, do uso pervertido da razão comunicativa, quando esta pode se transmutar de "uso da linguagem orientado para o entendimento" ou "busca por consensos não-coagidos" para "uso da linguagem orientado para a enganação", fundamentando processos argumentativo-discursivos em falsas premissas, estabelecidas ao bel-prazer de quem as produz. Logo, esses simulacros de verdade (pós-verdade), decorrentes do uso sistemático da mentira como argumento válido; de teorias conspiratórias, da ignorância, da truculência e da intimidação como qualidades dos emissores e receptores dos processos comunicativos – com ou sem o apoio da tecnologia, que lhes confere escala nacional ou global –, constituem uma perversão dos conceitos habermasianos de "esfera pública" e de "razão comunicativa". E é isso que aconteceu com a vitória eleitoral de Bolsonaro, que continuou acontecendo no exercício de seu mandato e segue acontecendo mesmo após sua derrota eleitoral, em sua tentativa de reeleição.

[226] Trata-se, como no dizer de Rocha (2023), da tríade "lacre-*like*-lucro" (ROCHA, 2023, p. 77).

5 O 8 DE JANEIRO DE 2023 E A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO

5.1 Os Rompantes Autocráticos Bolsonaristas à Luz da Literatura Mundial sobre Retrocessos Democráticos

Ao analisar o contexto contemporâneo, o sociólogo espanhol Manuel Castells (2018) nos remete a um cenário de crises de distintas naturezas nas democracias liberais: (i) a *estagnação da economia* global, que tem gerado desemprego e precarização das relações de trabalho; (ii) o *enfraquecimento do Estado-nação*, em face de projetos regionais ou globais, como o da União Europeia; (iii) os questionamentos sobre a *corrupção política sistêmica* e o *apelo midiático aos escândalos*, dentre outros, seriam elementos a ocorrer em diferentes partes do mundo nas primeiras duas décadas dos anos 2000.

Tais crises estariam nos conduzindo à ruptura das relações entre governantes e governados[227] e ao esgarçamento do paradigma liberal-democrático e representativo, colocando em xeque a capacidade de se apresentar soluções em seu próprio seio e, via de consequência, abalando a crença nele próprio como modelo adequado de organização humana e de constituição de relações de sociabilidade. Como consequência, isso estaria permitindo a ascensão de líderes conservadores, anti-establishment, nacionalistas (contrapondo-se ao cosmopolitismo e ao globalismo) e xenofóbicos, cujos projetos de poder são fortemente marcados pelo ultraliberalismo econômico, pela contraposição às questões de natureza identitária e por políticas anti-imigracionistas e excludentes, reacendendo polarizações discriminatórias e colocando a democracia moderna, como a conhecemos, em estado de colapso.

Articulando a crise de legitimidade do modelo liberal democrático com o terrorismo global, Castells aprofunda a sua análise para considerar outras variáveis, para além das crises econômicas e dos discursos de deslegitimação da democracia e da política (em virtude dos escândalos de corrupção, por exemplo). Trata-se da instituição de uma *política do medo*, a partir da identificação de um inimigo oculto (a permanente ameaça terrorista) que acaba por permitir

[227] "Existe, porém, uma crise ainda mais profunda, que tem consequências devastadoras sobre a (in)capacidade de lidar com as múltiplas crises que envenenam nossas vidas: a ruptura da relação entre governantes e governados. [...] Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que se havia consolidado nos dois últimos séculos, à custa de lágrimas, suor e sangue, contra os Estados autoritários e o arbítrio institucional. [...] Dessa rejeição, em outros países, surgem lideranças políticas que, na prática, negam as formas partidárias existentes e alteram de forma profunda a ordem política nacional e mundial. Trump, Brexit, Le Pen, Macron (coveiro dos partidos) são expressões significativas de uma ordem (ou de um caos) pós-liberal. [...] Na raiz desse novo panorama político europeu e mundial, está a distância crescente entre a classe política e o conjunto dos cidadãos". (CASTELLS, 2018, pp. 5-7)

a mitigação de liberdades democráticas em nome do combate ao terror, enfraquecendo assim a democracia, o que acirra ainda mais a sua crise de legitimidade e pode levar, dentre outros fatores, ao que ele denomina de rebelião das massas, que acabam devotando a sua credibilidade aqueles que negam o sistema político, os chamados *outsiders*.

Já Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) salientam que as democracias contemporâneas têm se enfraquecido não necessariamente em virtude de rupturas golpistas ou revolucionárias, com o uso das forças armadas, mas sim no interior delas mesmas, quando líderes autocratas e demagogos ascendem ao poder pelo voto popular e, a partir daí, passam a perverter as regras do jogo democrático para subverter a própria democracia "por dentro", com tentativas de alterações na legislação, supostamente regulares (do ponto de vista de sua legalidade formal), mas, ilegítimas em virtude dos motivos, fins e objetivos: perpetuar-se no poder.[228]

A dupla de professores da Universidade de Harvard se indaga, contudo, antes disso, como tais líderes (demagogos e extremistas, com tendências autoritárias) contemporâneos chegam ao poder. A resposta não é tão diferente de como líderes autocratas do início do século obtiveram suas ascensões políticas: geralmente, diante de contextos de crise, permeados por ressentimentos, frustrações, insatisfações, medo e ódio, encetando um discurso nacionalista, antipolítico, antissistema, anticorrupção, pró-segurança nacional e se portando como *outsiders*.[229]

No caso de Donald Trump, nos EUA, os autores remetem ainda a outros fatores, dentre eles, a mudança, ocorrida a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, com a introdução do sistema de prévias (ou primárias) para escolha dos candidatos dos partidos à presidência da República, retirando dos líderes partidários ("guardiões da democracia") a

[228] "[...] A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. [...] Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. [...] A via eleitoral para o colapso é perigosamente enganosa. [...] Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem a sua essência. [...] O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la". (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, pp. 16-19)

[229] "Os políticos norte-americanos agora tratam os seus rivais como inimigos, intimidam a imprensa livre e ameaçam rejeitar o resultado de eleições. Eles tentam enfraquecer as salvaguardas institucionais de nossa democracia, incluindo tribunais, serviços de inteligência, escritórios e comissões de ética. Os estados norte-americanos, outrora louvados pelo grande jurista Louis Brandeis como "laboratórios de democracia", correm o risco de se tornar laboratórios de autoritarismo, à medida que os que estão no poder reescrevem regras eleitorais, redesenham distritos eleitorais e até mesmo rescindem direitos eleitorais para garantir que não perderão. E em 2016, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, um homem sem nenhuma experiência em cargos públicos, com aparente pouco compromisso no que diz respeito a direitos constitucionais e dono de claras tendências autoritárias foi eleito presidente". (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 14)

primazia nesta indicação, o que corresponde, no dizer deles, a uma retirada das "grades de proteção" dos "portões da democracia" (os partidos políticos), o que facilitaria a incursão de *outsiders* e demagogos na política (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, pp. 136-162).

Para eles, 4 (quatro) são os conjuntos de práticas que identificam um líder com tendências autoritárias e antidemocráticas, sendo eles (i) a rejeição às regras do jogo democrático (tais como mudanças ilegítimas nas regras de composição de instituições, a captura ou neutralização de instituições de controle ou a deslegitimação do processo e dos resultados eleitorais, sob alegação de fraudes diversas), (ii) a alegação de ilegitimidade dos opositores políticos (por meio de acusações diversas), (iii) a tolerância e o encorajamento da violência (como o apoio a gangues, milícias e/ou guerrilhas), e (iv) a propensão de restringir liberdades civis por meio de medidas autoritárias (sobretudo em face da liberdade de imprensa) (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, pp. 76-99).

Ainda segundo Levitsky e Ziblatt (2018), em uma democracia, há dois fatores tão importantes quanto às normas legais e arranjos institucionais que definem um determinado regime político e seus respectivos sistemas de freios e contrapesos (*check and balance*): são elas a "tolerância mútua", ou seja, a boa convivência entre os lados opostos; e a "reserva institucional" (*forbearance*), ou seja, os consensos estabelecidos informalmente que desencorajam o uso dos poderes institucionais no seu limite, o chamado "jogo duro constitucional" (*constitucional hardball*), em que se reduzem as possibilidades de recuos, concessões e consensos, acirrando as disputas políticas ao extremo das rupturas. Tolerância e comedimento, ambos pressupõem a obediência à regras informais não escritas que acabam por conferir equilíbrio à democracia, evitando os efeitos deletérios das polarizações excessivas e, via de consequência, a sua própria corrosão/erosão (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, pp. 117-141).

Ainda segundo a dupla de autores, a "tolerância mútua", a "reserva institucional" e as "grades de proteção" (2018, pp. 136-162) do sistema democrático norte-americano mantiveram o seu equilíbrio contra a mencionada polarização extremada fundada em uma polarização moderada entre democratas e republicanos a partir da exclusão racial (sobretudo no Compromisso de 1877 e nas leis Jim Crow). A tentativa de superar os contrastes e exclusões frutos ainda das reminiscências das antigas teorias da raça, materializadas na legislação que conferia legalidade à segregação racial (formalmente removida, mas, ainda materialmente presente na sociedade norte-americana) seria o motivo por causar desequilíbrio, gerado pelo

receio da perda de posições de privilégios e de poder pela maioria branca em face da minoria negra reivindicando tratamento igualitário.[230]

Para ambos, subestimar o discurso autoritário e antidemocrático, crendo na capacidade de domesticar ou de domar o líder carismático, normalizando ou naturalizando suas tendências autoritárias seria o principal erro dos que acreditam poder conter os *outsiders*, autocratas e demagogos, erro de avaliação este presente sobretudo dentre os membros das elites políticas interessados em instrumentalizá-los para os seu próprios interesses e, em assim sendo, o principal fator de corrosão das democracias contemporâneas.

Na mesma esteira, David Runciman (2018) trata de temática semelhante: aduzindo a uma "crise de meia idade" da democracia moderna, ele analisa os problemas dos sistemas de representação contemporâneos, as ameaças e os efeitos pernósticos que a ascensão de governos populistas tem causado ao modelo democrático-liberal, a que se pode denominar de recessão democrática. Runciman, professor de política da Universidade de Cambridge, se preocupa com os limites que as democracias representativas e seus elementos caracterizadores (eleições regulares, corpos legislativos democráticos, tribunais independentes e imprensa livre) podem suportar, a partir dos distintos "solavancos" por elas sofridos.[231]

Desvelando as nuances das distintas formas que podem solapar regimes democráticos atualmente, distintos do que ocorrera nos anos 1930 e 1970, o autor centra sua análise em três categorias: *o golpe de estado* (incluindo formas de violência política mais sutis e distintas de um golpe clássico); *a catástrofe* (impacto que a ameaça de calamidades exercem sobre o imaginário das pessoas, como o uso de armas de destruição em massa ou de colapso ambiental); e a *revolução tecnológica* (por meio do triunfo da tecnologia da informação e da apropriação das modernas tecnologias digitais como estratégia política) (RUNCIMAN, 2018, pp. 26-154).

Runciman estabelece uma relação direta do enfraquecimento democrático com o PIB nacional: para ele, nenhum Estado-nação com PIB *per-capta* superior a US$ 8 mil teria

---

[230] "O enfraquecimento de nossas normas democráticas está enraizado na polarização sectária extrema – uma polarização que se estende além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura. Os esforços dos Estados Unidos para alcançar a igualdade racial enquanto a sociedade norte-americana se torna cada vez mais diversa alimentaram uma reação insidiosa e a intensificação da polarização. E, se uma coisa é clara ao estudarmos colapsos ao longo da história, é que a polarização extrema é capaz de matar democracias". (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 20)

[231] "A ciência política contemporânea tem pouco a dizer sobre as novas maneiras como a democracia pode falhar porque está preocupada com outra questão: entender como a democracia continua a funcionar, para começo de conversa. [...] Um dos enigmas centrais da ciência política é explicar a persistência da democracia, que é fundamentalmente uma questão de confiança: aqueles que correm o risco de perdas com o resultado de uma eleição precisam confiar que vale a pena a perseverança até a próxima disputa eleitoral. Os ricos precisam confiar que os pobres não irão tomar seu dinheiro. Os militares precisam confiar que os civis não irão tomar suas armas. Muitas vezes, essa confiança acaba. E é então que a democracia desmorona". (RUNCIMAN, 2018, pp. 5-6)

sucumbido às mãos de regimes militares ou outras espécies de regimes autoritários (RUNCIMAN, 2018, p. 30). Ele também analisa modelos alternativos à democracia liberal-burguesa moderna, como o *autoritarismo pragmático*, próximo do atual modelo chinês (2018, p. 162-164); a *epistocracia*, um governo dos sábios (2018, pp. 167-193); e a *tecnologia liberada*, por meio da governança pessoal, mesmo na ausência de governos (2018, p. 193).

Para o autor, a democracia persiste mais em razão de suas "potencialidades negativas" (o que ela consegue conter) do que por suas potencialidades positivas (o que ela deveria entregar):

> [...] um motivo que a democracia tem para persistir é o fato de conservar suas potencialidades negativas. [...] As democracias continuam a ser eficazes em evitar a hora mais difícil. [...] O problema da democracia no século XXI é que suas virtudes positivas estão se esgotando. Evitar o desastre, por si só, não basta. Para a democracia florescer, ela precisa preservar sua capacidade de combinar resultados benéficos com reconhecimento pessoal, o que não está mais acontecendo. (RUNCIMAN, 2018, pp. 200-201)

Por seu turno, o autor germano-americano Yascha Mounk (2019) também analisa a ascensão ao poder, ao longo dos últimos anos e em diferentes partes do mundo, de líderes autoritários e do populismo[232], a partir do conflito entre democracia e liberalismo. Segundo Mounk, que é cientista político e professor na Universidade Johns Hopkins, em Washington, D.C, vivencia-se a ascensão de uma "democracia iliberal" (ou "democracia sem direitos") e de um "liberalismo antidemocrático" (ou "direitos sem democracia").

Para ele, 3 (três) fatores têm papel crucial para esse estado de coisas de degradação democrática, tais como: (i) a mudança nos meios de comunicação, sobretudo com o advento da internet e a captura e uso de tais tecnologias para a propagação de ideias extremistas sem os freios e limites dos meios convencionais de comunicação; (ii) a estagnação econômica, que frustra as expectativas da maioria das populações quanto às suas possibilidades de ascensão social; e (iii) a questão identitária (racial, feminista, dentre outras), notadamente aquelas relacionadas aos fluxos de imigração, que gera disputas de poder e representatividade, acirrando os ânimos entre grupos sociais.

Restauração da fé-cívica, criação de um novo modelo de estado de bem-estar social e a "domesticação do nacionalismo", visando a construção de um "patriotismo inclusivo" além de apontar para a necessidade de "união dos opositores" e de "falar a língua de gente comum e se

---

[232] Segundo o autor, "o que define o populismo é essa reivindicação de representação exclusiva do povo – e é essa relutância em tolerar a oposição ou respeitar a necessidade de instituições independentes que com tamanha frequência põe os populistas em rota de colisão direta com a democracia liberal". (MOUNK, 2019, p. 10)

conectar com as preocupações dos eleitores" estariam, para Mounk (2019), entre as soluções para as três ordens de fatores causadores da erosão democrática atual.

Já os autores Roger Eatwell e Matthew Goodwin (2020), professores de Política, respectivamente, das Universidades de Bath e de Kent, aduzem que a expressão nacional-populismo (que dá título à sua obra) não designa, necessariamente, uma realidade autocrática, podendo se caracterizar como uma ideologia mais próxima da cultura e dos interesses nacionais de um determinado país, bem como dos interesses e anseios populares, sobretudo daqueles que não se sentem adequadamente representados pela classe política, revoltando-se, pois, contra "a política e os valores liberais convencionais".[233]

No entanto, reconhecem que, assim como ocorria sob os auspícios da concepção tradicional de populismo, o termo por eles cunhado também serve para identificar novas formas de manifestação do autoritarismo ao redor do mundo e o avanço mundial de políticos de extrema-direita pelo voto.[234] Porém, embora a maioria dos adeptos do nacional-populismo se identifique com valores conservadores e com líderes de extrema-direita com pendores autocráticos, não se pode negar, a priori, a legitimidade de seus questionamentos:

> O nacional-populismo também suscita questões democráticas legítimas que milhões de pessoas querem discutir. Os nacional-populistas questionam a maneira pela qual as elites se tornaram cada vez mais isoladas da vida e das preocupações das pessoas comuns. Questionam a erosão do Estado-nação, que veem como único constructo capaz de organizar nossas vidas políticas e sociais. Questionam a capacidade das sociedades ocidentais de absorverem rapidamente as taxas de imigração e uma "supermudança étnica" amplamente sem precedentes na história da civilização moderna (e que, nos EUA, inclui uma grande minoria de imigrantes ilegais). Questionam por que o atual acordo econômico ocidental está criando sociedades altamente desiguais e deixando grupos inteiros de pessoas para trás e se o Estado não deveria dar prioridade ao emprego e ao bem-estar social de pessoas que passaram a vida toda contribuindo para o sistema nacional. Eles questionam as agendas cosmopolitas e globalizantes, perguntando para onde estão nos levando e que tipo de sociedade criarão. E alguns deles perguntam se todas as religiões apoiam aspectos-chave da moderna vida ocidental, como igualdade e respeito para as mulheres e as comunidades LGBT. Não há absolutamente nenhuma dúvida de que alguns nacional-populistas descambam para o racismo e a xenofobia, especialmente em relação aos muçulmanos, e que muitos possuem valores socialmente conservadores. Mas isso não deveria nos distrair do fato de que também expressam ansiedades públicas legítimas, disseminadas por diferentes áreas. (EATWELL; GOODWIN, 2020, p. 10)

[233] "Os nacional-populistas priorizam a cultura e os interesses da nação e prometem dar voz a pessoas que se sentem negligenciadas e mesmo desprezadas por elites distantes e amiúde corruptas". (EATWELL; GOODWIN, 2020, p. 7)

[234] "Em geral, esse desafio ao *mainstream* liberal não é antidemocrático. Os nacional-populistas se opõem a certos aspectos da democracia liberal que evoluiu no Ocidente. Contrariamente a algumas reações histéricas que saudaram Trump e o Brexit, aqueles que apoiam esses movimentos não são fascistas que querem destruir nossas instituições políticas centrais. Uma pequena minoria quer, mas a maioria possui preocupações compreensíveis com o fato de essas instituições não representarem a sociedade como um todo e, ao contrário, estarem se distanciando ainda mais do cidadão comum". (EATWELL; GOODWIN, 2020, p. 9)

A dupla destaca quatro espécies de mudanças sociais profundas, que eles denominam de "os quatro Ds", responsáveis pela ascensão do nacional-populismo, sendo elas: (i) a desconfiança *(distrust)* da população em relação aos políticos e às instituições democráticas; (ii) o temor pela destruição *(destruction)* de suas comunidades, suas identidades históricas e seus modos estabelecidos de vida, a partir do mal-estar causado pela imigração e pelas mudanças no perfil étnico das nações; (iii) a sensação de privação *(deprivation)* decorrente das desigualdades de renda e riqueza oriundas das políticas econômicas neoliberais no Ocidente (homogêneas e excludentes) e da consequente perda de esperança em um futuro melhor; e (iv) o desalinhamento *(de-alignment)* entre os partidos políticos dominantes tradicionais e as massas, entre eleitos e eleitores, entre governantes e governados (EATWELL; GOODWIN, 2020, pp. 19-21).[235]

Eatwell e Goodwin (2020) resistem a tentação de atribuir a fatores de curto prazo ou isoladamente considerados (tais como a Grande Recessão de 2008, a crise de refugiados iniciada em 2014 ou campanhas eleitorais específicas) a condição de causas da ascensão do nacional-populismo e da erosão democrática, ao mesmo tempo em que rejeitam os prognósticos que preveem um retorno à normalidade tão logo sejam vencidas as situações adversas ou quando "os eleitores 'brancos e velhos' [racistas, ignorantes e antidemocratas] forem substituídos pelos cosmopolitas *millennials*". Nesse sentido, eles não só tratam de perquirir sobre como os "quatro Ds" foram capazes de abalar a credibilidade do modelo de democracia liberal-burguesa moderno, permitindo a ascensão do nacional-populismo, mas também se perguntam sobre o seu potencial de permanência:

> Os fatores que pavimentaram o caminho para os nacional-populistas estão profundamente entremeados no tecido das nações. Eles estão enraizados em contradições entre o funcionamento da democracia no nível nacional e um mercado econômico cada vez mais global, a longa e entrincheirada tradição de suspeita da elite por parte das massas, o sentimento nacionalista latente e bastante disseminado e a prolongada erosão do relacionamento entre cidadãos e partidos. (EATWELL; GOODWIN, 2020, p. 299)

[235] "Juntos, os 'quatro Ds' abriram considerável espaço para os nacional-populistas, ou o que chamamos de 'reservatório de potencial': grande número de pessoas que já não se identificam com os políticos estabelecidos e que sentem que não têm voz na política, que a imigração crescente e a rápida mudança étnica ameaçam seu grupo nacional, sua cultura e seu modo de vida, e que o sistema econômico neoliberal as está deixando para trás em relação a outros na sociedade". (EATWELL; GOODWIN, 2020, pp. 22)

A erosão da democracia a partir de seu interior, operada pelas vias legais, também é objeto de preocupação de Adam Przeworski (2020). O autor polonês radicado americano, professor de Ciência Política e de Economia da Universidade de Nova Iorque situa seus estudos no mesmo contexto dos demais autores aqui analisados, ou seja, no âmbito dos chamados retrocessos democráticos. Menos alarmista, aparentemente mais rigoroso do ponto de vista metodológico e atento ao amplo espectro existente entre democracias e autoritarismos, o autor divide seu livro na análise das experiências autoritárias passadas e presentes, para projetar o futuro.

Przeworski analisa as diferentes formas de populismo, tais como na concepção de "populismo participativo", presente em Rousseau ("a vontade de nós mesmos governarmos"; "que acredita que o povo deveria governar a si próprio") e o "populismo delegativo", presente em Schumpeter ("querermos ser bem governados por outros"; "o que acontece quando o povo quer que o governo fique ainda que acabe com as restrições à sua reelegibilidade e à sua liberdade de adotar políticas"), sendo este último prejudicial, posto que ajuda a corroer os "atributos básicos da democracia", quais sejam, "eleições competitivas, direitos de expressão e associação assegurados por lei e Estado de direito".[236]

Para o autor, não é necessário que haja rupturas para que se observem "retrocesso, desconsolidação e retrogressão" democrática (2020, p. 34). Estas podem acontecer a partir de uma "deterioração imperceptível das instituições e normas democráticas, a subversão sub-reptícia da democracia", de modo que "não precisam acarretar violações de constitucionalidade e mesmo assim destroem instituições democráticas":

> Os sinais visíveis de que a democracia está em crise incluem perda súbita de apoio aos partidos estabelecidos, diminuição da confiança popular nas instituições democráticas e nos políticos, conflitos explícitos sobre instituições democráticas ou incapacidade de os governos manterem a ordem pública sem repressão. [...] A democracia está em crise quando punhos cerrados, pedras ou balas substituem votos. Ou os ocupantes tornam impossível para a oposição tirá-los dos cargos e esta não tem outra opção a não ser a resistência, ou então não reconhece a legitimidade do governo e este se defende mediante a repressão, ou grupos políticos antagônicos não aceitam os resultados da interação institucional de interesses e partem para o confronto direto, quase sempre violento. [...] As soluções para as crises tendem a ser controversas e sujeitas a conflitos políticos. [...] Mas em se tratando da democracia o que tememos é a perspectiva de algumas forças políticas virem a argumentar, com êxito, que a única maneira de remediar desastres já em curso – crises econômicas, arraigadas divisões na sociedade, ruptura da ordem pública – é o abandono da liberdade política, a união sob um líder forte e a repressão contra o pluralismo de opiniões, em resumo, autocracia, autoritarismo ou ditadura, seja qual for o nome que se queira dar. (PRZEWORSKI, 2020, pp. 31-33)

[236] "O perigo do populismo delegativo é a maioria vir a apoiar um governo que faça o que a maioria quer, ainda que subverta as instituições democráticas" (PRZEWORSKI, 2020, pp. 12-13).

O autor se faz a pergunta fundamental de sua obra: “será [a democracia] capaz de sobreviver em quaisquer circunstâncias?” Para ele:

> Duas condições estruturais, acredito, merecem atenção especial. A primeira é que a igualdade política, na qual a democracia supostamente se baseia, coexiste desconfortavelmente com o capitalismo, um sistema de desigualdade econômica. A segunda é a pura e simples busca do poder político, seja ou não baseada em interesses econômicos. (PRZEWORSKI, 2020, pp. 34-35)

Diferente de seus homólogos estrangeiros da Ciência Política que partem, todos eles, do pressuposto de análise segundo o qual a erosão ou os retrocessos democráticos recentes têm ocorrido “por dentro”, os autores brasileiros Marcus André Melo e Carlos Pereira (2024) abordam a recente crise democrática brasileira e seus respectivos episódios turbulentos, de 2013 a 2023, sob uma outra perspectiva.

Ao contrário da corrente institucionalista que, em Ciências Políticas, analisa as crises na democracia mundial a partir da crítica ao sistema político em si[237] o que, no caso brasileiro, recai sobre o suposto esgotamento do modelo que combina presidencialismo e eleições majoritárias para o Poder Executivo com multipartidarismo e eleições proporcionais de lista aberta em que o distrito eleitoral equivale à totalidade territorial de cada ente federativo para o Poder Legislativo (o que os autores denominam de “presidencialismo multipartidário” ou presidencialismo de coalizão), a dupla analisa a crise democrática no Brasil a partir do que eles denominam de “conjunção de eventos raros: choques econômicos e políticos que afetaram o equilíbrio institucional no período pós-constituinte”. No dizer deles próprios, sua análise “reconhece e identifica potenciais disfunções no modelo constitucional, mas não lhes confere centralidade na explicação” (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 15 e 40).

Para eles, o “cinismo cívico”, a desconfiança e o sentimento de mal-estar generalizado para com a política se prestam muito mais à condição de elementos que contribuem para o fortalecimento institucional do regime democrático (“base normativa do controle do abuso de poder” e de fortalecimento dos mecanismos de “*acccountability* horizontal”) do que, propriamente, para sua erosão:

> Uma interpretação mais otimista é a de que a crise se manifestaria, sim, por uma forte instabilidade institucional, mas esta se daria antes pelo fortalecimento das instituições – e não só das instituições de controle lato sensu –, e não por sua falência. [...] É

[237] No dizer dos autores, “leituras hiperinstitucionalistas que atribuem a causa da crise às falhas das instituições políticas” (MELO; PEREIRA, 2024, p. 13).

> importante destacar, entretanto, que resiliência não é sinônimo de situação "ótima" ou de que estaríamos em um contexto de equilíbrio superior. Ou seja, a democracia brasileira sobreviveu, mas a *malaise* (mal-estar) existente se transformou em polarização dilacerante e descontentamento generalizado. E, mais importante: nesse processo político, o Poder Judiciário – notadamente sua instância máxima, o Supremo Tribunal Federal (STF) – adquiriu um hiperprotagonismo. (MELO; PEREIRA, 2024, p. 14)

Segundo os autores, para que a combinação *sui generis* entre representação proporcional, multipartidarismo e presidencialismo[238], própria do sistema político brasileiro e que permite o arranjo institucional denominado de "presidencialismo de transação"[239], fosse geradora de ordem e equilíbrio, três condições tiveram de ser observadas: (i) um presidente constitucionalmente forte, com atribuições e poderes constitucionais específicos, de agenda e orçamentários; (ii) a existência de "moedas de troca institucionalizadas", capazes de atrair partidos e apoiadores para a coalizão governamental; (iii) a existência de uma rede de instituições de controle (*accountability*), com condições de estabelecer limites e coibir excessos presidenciais (MELO; PEREIRA, 2024, p. 26).

Apesar das mencionadas "excessiva fragmentação partidária", da eventual necessidade de "recompensas paralelas e ilegais" e da consequente percepção de que a política é "moralmente suja", esse "modelo híbrido" – o presidencialismo multipartidário brasileiro – não é "paralisante e nem gerador de instabilidade democrática" em sua essência e "embora de forma não linear e com grandes tropeços, tem criado incentivos para a cooperação, ainda que os objetivos não tenham sido plenamente alcançados", o que teria sido capaz de conter os arroubos autocráticos de Jair Bolsonaro, notadamente no que diz respeito à sua agenda negacionista e de má-gestão da crise de emergência sanitária decorrente da pandemia de covid-19 e em seus ataques à credibilidade das instituições democráticas, sobretudo do sistema eleitoral e das urnas eletrônicas (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 28-32).[240]

---

[238] Os autores citam Sérgio Abrantes, que antes já havia identificado a peculiaridade de tal arranjo institucional, que "combina elementos majoritários e consensuais". (MELO; PEREIRA, 2024, p. 23 e 29)

[239] Os autores mencionam a expressão utilizada por Afonso Arinos, equivalente a "presidencialismo de coalizão", utilizando, contudo, a expressão "presidencialismo multipartidário". (Id ibidem, p. 22)

[240] "Compartilhar poder em ministérios ou cargos na burocracia, de concessões de políticas públicas ou pela implementação de transferências monetárias, utilizando emendas orçamentárias para obter apoio político, são instrumentos substitutos. Quanto mais compartilhado o poder, menos a necessidade de trocas monetárias, e vice-versa. [...] O saldo positivo dessas interações, negociações ou mesmo barganhas é que não corremos mais riscos de instabilidade democrática. Já experimentamos nove episódios eleitorais consecutivos extremamente competitivos e incertos sobre quem seria o vencedor. A constatação desse ganho não é trivial, pois os atores políticos não apenas se submetem ao resultado do jogo como também o avaliam publicamente como legítimo. Isso quer dizer que não há espaço para viradas de mesa ou improvisações. [...] o resultado líquido global tem sido a manutenção da institucionalidade democrática". (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 29-32)

Ainda segundo os autores, a polarização agudizada e as turbulências democráticas ("o impeachment presidencial em 2016, o governo de Michel Temer, a ascensão e a queda de Bolsonaro, a prisão, a soltura e o retorno de Lula à Presidência") ocorridas aqui no Brasil na década entre 2013 e 2023 teriam um pano de fundo distinto do que vem ocorrendo em outros países do mundo. Elas não teriam ocorrido em razão dos tradicionais conflitos entre direita e esquerda, entre conservadores e liberais, entre cultura e economia, entre pautas identitárias e pautas econômicas.[241] Segundo os autores, no Brasil, havia mais semelhanças do que diferenças[242] entre as políticas concretas levadas a efeitos pelos governos dos partidos até então hegemônicos (PSDB e PT) e que se alternavam no poder, sendo por isso responsáveis por mais de duas décadas de estabilidade institucional.

Segundo a dupla, a crise econômica que teria culminado na polarização aguda e nas turbulências políticas recentes teria tido como pano de fundo, por sua vez, uma certa "euforia fiscal", decorrente da combinação entre o "*boom* das commodities" e das "expectativas de receitas não esperadas" advindas da descoberta do pré-sal (e o vigoroso crescimento econômico que a isso se seguiu), o que teria induzido o governo Dilma Rousseff, a pretexto de dar ainda mais tração às *políticas de inclusão social*, a abandonar os pressupostos oriundos da combinação entre *equilíbrio macroeconômico* e *responsabilidade fiscal* (superávit primário, regime de metas de inflação a partir do controle da taxa de juros e câmbio flutuante), adotadas em ambos os governos de Fernando Henrique Cardoso e que teriam perdurado durante todo o período dos Governos Lula 1 e 2, retomando-se então os preceitos desenvolvimentistas, com expansionismo fiscal exacerbado, manipulação de preços administrados e excesso de desonerações e subsídios, o que em princípio gerou crescimento econômico seguido, entretanto, de profunda recessão:

> Mesmo com a vitória de um partido de esquerda em 2002 e uma agenda vigorosa de inclusão social, os pilares da estabilidade macroeconômica e a responsabilidade fiscal não foram negligenciados (como muitos temiam). [...] No Brasil, foi sob a égide do redistributivismo, caracterizado pela urgente necessidade de inclusão social, que sobreveio um desvario fiscal de amplas consequências. [...] A crise brasileira é, assim, um "cisne negro", marcado pela conjugação de dois eventos raros: uma crise econômica de grande envergadura e um escândalo de corrupção de proporções ciclópicas. (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 43-44 e 50)

[241] Para eles, diferente de outros lugares do mundo onde houvera uma polarização mais aguda no campo dos costumes, aqui no Brasil, "no campo da representação política, as questões identitárias foram eclipsadas pelas redistributivas". (MELO; PEREIRA, 2024, p. 44)

[242] Referindo-se às políticas de ambos os partidos então em disputa, os autores assinalam que "as diferenças entre eles não foram substantivas, foram mais de intensidade e localizam-se em uma banda 'normal' de baixa variância entre posições no continuum ideológico, fenômeno que caracteriza historicamente democracias consolidadas em seu modo padrão de funcionamento". (MELO; PEREIRA, 2024, p. 41)

Para reforçar tal tese (de que a crise democrática não decorre, necessariamente, das falhas ou insuficiência do modelo/sistema político em si, mas sim de outros fatores mais preponderantes), eles ilustram o que classificam como equívocos no "gerenciamento da coalização" política sob o governo Dilma Rousseff, causadores de desequilíbrio entre o consensualismo próprio do sistema que combina presidencialismo com multipartidarismo e que levaram a "quebra da coalização" e, via de consequência, ao impeachment.

Nesse sentido, além dos fatores exógenos que são típicos dos exemplos concretos de impeachment (crises econômicas, casos de corrupção, protestos e perda da maioria no parlamento), os autores elencam a forma hegemônica ou monopolista do PT em amealhar a maior fatia do poder real (ministérios, cargos na burocracia e recursos orçamentários/emendas parlamentares), distribuindo o poder de forma desproporcional em uma coalizão "superdimensionada e de elevada heterogeneidade política", "distante da preferência mediana ou agregada do Legislativo". Todos esses fatores, por sua vez, teriam contribuído para a piora dos indicadores de funcionalidade do modelo de coalizão, tais como a elevação no "Indicador de Heterogeneidade Ideológica da Coalizão Presidencial" (que dificulta a gestão da coalizão, amplia o descontentamento dos aliados e exacerba o cinismo cívico), o "Índice de Coalescência do Gabinete", o "Índice de Custo de Governabilidade (ICG)" e o "Índice de Necessidade de Coalizão" (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 62-75, 108 e 113).

Se, por um lado, a postura hegemônica e recalcitrante para repartir proporcionalmente o poder em governos de coalizão, assim como não utilizar de forma adequada/proporcional as chamadas "moedas de troca" existentes na "caixa de ferramentas presidencial" (*presidential toll box*), ou mesmo não ceder às chantagens e barganhas podem colaborar para elevar os custos da governabilidade ou mesmo para ampliar o esgarçamento da relação do presidente com o parlamento, por outro lado, a repartição (ainda que proporcional) desse poder entre aliados de coalizões superdimensionadas e heterogêneas levam à chamada "perda sistêmica de eficiência administrativa", ou simplesmente "perda de agência" (*agency losses*) (MELO; PEREIRA, 2024, p. 113).

Em outras palavras, o bom gerenciamento da coalizão leva a bons coeficientes nos indicadores de *governabilidade* (a relação do poder executivo com o poder legislativo), mas, não geram, necessariamente, comportamento positivo nos indicadores de *governança*, medidos pela eficácia, eficiência e efetividade das distintas políticas públicas das diferentes áreas de atuação governamental e que, ao final, desaguam nos indicadores socioeconômicos de natureza mais geral.

Partindo da mesma tese central de que uma "tempestade perfeita"[243] foi decisiva para a queda do governo Dilma Rousseff, os autores reputam à mesma combinação de fatores à ascensão de Jair Bolsonaro, comprovando a hipótese de que "a bandeira da corrupção é tema de quem está fora do governo, sobretudo de quem nunca foi governo"[244]:

> Incumbentes nunca tratam da corrupção a não ser quando são recém-chegados ao poder. *"Acabar com a corrupção é o objetivo supremo de quem ainda não chegou ao poder"*. Essa máxima de Millôr é certeira e tem respaldo na literatura. [...] a politização da corrupção não é uma questão de esquerda ou direita: ela é um movimento contra o incumbente. [...] O argumento de que o combate à corrupção é uma invariante histórica – "república do Galeão" e suas reencarnações – acionado quando emergem governos populares não resiste ao contrafactual mais elementar. O argumento apenas reflete o fato de que governos autoritários se tornaram o alvo de mobilizações da esquerda isoladamente ou em frentes amplas. [...] Sim, corrupção e impunidade não são temas setoriais como outros quaisquer; são, por excelência, da oposição. E como demonstrou estudo publicado no *Journal of Experimental Political Science*, seu impacto na opinião pública tem efeito interativo com o estado da economia: quando esta vai mal, o efeito é magnificado; quando vai bem, a corrupção é tolerada. [...] É um erro, portanto, associar o combate à corrupção a uma agenda de direita, de centro ou de esquerda. (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 145-151)

No que diz respeito à não-reeleição de Bolsonaro, os mesmos fatores constitutivos da "tempestade perfeita" (2024, pp. 40, 61, 147 e 171) que colaborou com a queda de Dilma Rousseff e com a sua ascensão (crise econômica, casos de corrupção e falhas no gerenciamento da coalizão) teriam se repetido. No caso das falhas no gerenciamento de coalizão e sua relação com o Congresso, eles teriam se materializado por meio dos "altos custos de governabilidade" e da necessidade de uma "moeda alternativa de recompensa", decorrentes da formação extemporânea de uma "coalizão minoritária com o Centrão": as chamadas "emendas do relator" ou "orçamento secreto". Adicionam-se a tais fatores dois outros, igualmente estratégicos: (i) a incapacidade ou má-gestão do governo Bolsonaro em lidar com a crise sanitária decorrente da pandemia de covid-19; (ii) uma série de escândalos de corrupção e acusações de atividades ilícitas envolvendo a ele próprio, o governo e membros de sua família, sobretudo contra o seu

[243] "[...] a combinação de um escândalo de corrupção (Petrolão e sua operação anticorrupção, a Lava Jato) com uma crise sem precedentes resultante do mau gerenciamento econômico e do declínio do *boom* de commodities". (MELO; PEREIRA, 202, p. 171)

[244] "Jair Bolsonaro irrompeu na política brandindo a bandeira da luta contra a corrupção e da segurança pública, na esteira dos megaescândalos que afetaram sobretudo o PT e o Centrão. Mas seu passivo na área é grande: as rachadinhas familiares, sua aliança com o Centrão e filiação ao PL aniquilaram de forma espetacular seu discurso eleitoral. A virulência do discurso populista caiu por terra, dando lugar à oferta de bens privados, como previu Shefter. O orçamento secreto de Bolsonaro, que será examinado em detalhes no capítulo 18, representou exatamente isso: a metamorfose do discurso e da prática de agentes políticos quando se tornam governo. O escândalo mais recente de venda e recompra de joias milionárias presenteadas por outros governos é outro exemplo de comportamento marcadamente desviante. Seu principal rival, o PT, no entanto, não pode mobilizar com eficiência a bandeira da corrupção por razões óbvias". (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 147-148)

filho e senador da República, Flávio Bolsonaro, além do colapso da aliança com a Lava Jato (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 173-175, 195-209 e 210-220).

Tais fatores acima descritos, somados aos ataques constantes proferidos por Bolsonaro ao Congresso Nacional e ao STF, teriam sido fundamentais para permitir uma aliança estratégica de contenção de ambos os poderes (Legislativo e Judiciário) contra os arroubos autoritários do ex-Presidente. Nesse sentido, aduzindo, mais uma vez, à resiliência das instituições democráticas brasileiras, advinda sobretudo do fortalecimento das instituições e respectivos mecanismos de controle conferidos pela CF/1988, Melo e Pereira se contrapõem aos argumentos mais sombrios, pessimistas e cataclísmicos, segundo os quais estariam havendo um "declínio global da democracia liberal", trazendo-nos um outro ponto de vista alinhado a uma outra corrente de pensamento, segundo a qual a "ascensão de um governo popular com aspirações hegemônicas e o colapso da democracia são processos distintos e que podem não acontecer de forma simultânea". Contrapõem assim, com dados, o prognóstico segundo o qual a ascensão de líderes populistas autoritários levaria, via de regra, a regimes políticos igualmente autoritários, quando, em verdade, os casos de resiliência e de recuperação de regimes democráticos submetidos a líderes autocráticos seriam em muito maior número do que os casos em que a democracia teria sucumbido e se convertido em uma autocracia (MELO; PEREIRA, 2024. p. 155-165).

Para a dupla de autores brasileiros, "as iniciativas iliberais de Bolsonaro, que foram muitas, encontraram respostas institucionais vigorosas, um sinal de resiliência democrática no Brasil" em razão dos "múltiplos vetos institucionais e partidários [que] funcionaram para proteger a democracia de iniciativas iliberais":

> O multipartidarismo fragmentado no Brasil funciona como um antígeno institucional endógeno contra iniciativas extremistas e/ou iliberais, tanto de populistas de direita quanto de esquerda. [...] A fragmentação partidária tem moderado governos iliberais [...] os partidos brasileiros são programaticamente fracos, mas muito centralizados. De modo paradoxal, são fracos na arena eleitoral, mas fortes dentro do Congresso. [...] Os partidos também se beneficiam – em um nível sem paralelos em qualquer democracia – de financiamento público para seu funcionamento e suas campanhas. [...] Os presidentes foram proibidos de contingenciar as emendas individuais e coletivas dos parlamentares ao orçamento e passaram a ser obrigados a executá-las, o que enfraqueceu sua vantagem estratégica na relação com os legisladores. [...] A capacidade de reeditar medidas provisórias com força de lei imediata também foi drasticamente reduzida com a emenda constitucional nº 32. [...] Essas mudanças no financiamento público dos partidos e nas prerrogativas legislativas alteraram o equilíbrio do chamado "presidente forte" que vigorava antes de Bolsonaro – e que ele não conseguiu reverter. Além disso, o acesso a recursos públicos multibilionários dos fundos eleitoral e partidário tornou os partidos muito mais autônomos em relação ao Poder Executivo. [...] essa autonomia aliada à má gerência da coalizão resultou em

> derrotas significativas de Bolsonaro no Congresso. (MELO; PEREIRA, 2024, pp. 179-182).

Nesse sentido, a dupla de autores brasileiros se concentra muito mais nas causas da resiliência democrática perante o governo de um líder autocrático[245] do que nos fatores responsáveis pela ascensão deste ao poder, como é o caso de seus homólogos estrangeiros e também da presente tese, no que diz respeito particularmente à experiência brasileira recente.

*****

Pois bem. Todos os autores cujas recentes obras inundaram o mercado editorial brasileiro nos últimos anos, notadamente na área da Ciência Política, que tratam da mesma temática sob diferentes nomenclaturas – declínio da democracia, recessão democrática, colapso de regimes democráticos, subversão da democracia, declínio da democracia, retrocesso democrático, ascensão de líderes demagogos, populistas, extremistas, de perfil autoritário, com tendências autocráticas e com forte discurso antissistema, anticorrupção e antipolítica (os *outsiders*) – e que foram revisitadas no presente tópico procedem com uma análise das crises nas democracias liberais e da ascensão do autoritarismo ora como causa da subversão democrática, ora como consequência lógica de sua erosão.

Todos eles, de um modo ou de outro, reconhecem que crises de distintas naturezas deflagram ou retiram da latência os piores sentimentos, individuais e coletivos; e os piores sentimentos, por sua vez, induzem às piores soluções, gerando um acirramento das disputas de interesses em conflito e na polarização política extremada. Tal insatisfação coletiva e o respectivo desequilíbrio social são as fagulhas que reacendem o nacionalismo e o populismo que, por sua vez e via de regra, contribuem muito mais para desencadear experiências autoritárias do que para gerar reflexão sobre a necessidade de modelos alternativos não autoritários à democracia liberal-burguesa moderna, que está a sofrer suas instabilidades e sobre a qual recaem descrença e questionamentos.

Seja analisando os retrocessos, a recessão ou a erosão democrática, a partir de suas crises e seus distintos elementos (como no conjunto dos autores estrangeiros presentemente citados); seja analisando a resiliência da democracia em geral e de um dado sistema político em

[245] "[...] é fundamental examinar detalhadamente os mecanismos políticos e institucionais que explicam por que a democracia brasileira sobreviveu a um populista de extrema direita, mas também por que demonstrou força e capacidade de lidar com um presidente não comprometido com os princípios democráticos". (MELO; PEREIRA, 2024, p. 170)

específico à tais crises (como no caso da dupla de autores brasileiros, Melo e Pereira)[246], nenhum deles, à exceção de Eatwell e Goodwin (2020) e de Przeworski (2020)[247] problematizou de forma mais intensa a percepção de que tais crises podem ser consideradas sinais da *falência estrutural* do modelo democrático e não apenas uma falência ocasional, conjuntural ou institucional, de um dado regime político-democrático em específico.

Em outras palavras: a recessão democrática e a ascensão de líderes autoritários não estariam relacionadas apenas à descrença ou às disfuncionalidades da democracia em seus distintos arranjos institucionais; ou a um dado contexto vigente; ao infortúnio deste ou daquele governo; ao somatório de distintas crises, às insatisfações delas decorrentes e das respectivas projeções de soluções em atalhos – e entulhos – autoritários. Tal falência estrutural da democracia recairia não apenas sobre os marcos constitucionais dos distintos sistemas/regimes políticos de *per si* analisados – ou mesmo sobre um apanhado complexo de fatores, como nos três conjuntos de variáveis elencados por Mounk (2018) ou nos "quatro Ds" de Eatwell e Goodwin (2020) – mas sim sobre os elementos que, paradoxalmente, constituem os pilares da democracia: a tríade formada pelo modelo de estratificação da sociedade em classes sociais (fator social), o modo de produção capitalista (fator econômico) e o estado democrático de direito (fator jurídico-político), fundamentados, todos eles, nos valores do liberalismo clássico e suas variantes mais intensas (neoliberalismo e ultraliberalismo), quais sejam: liberdade, igualdade, solidariedade, propriedade e lucro.

Isso porque se, por um lado, os valores típicos do liberalismo clássico (político e econômico) se constituíram como limites ao arbítrio absolutista do Antigo Regime e, via de

[246] "A ampliação do poder orçamentário do Congresso ocorreu através da aprovação das emendas constitucionais estabelecendo a impositividade das emendas orçamentárias individuais e de bancada, em 2015 e 2019. Mas o Congresso também aumentou sua influência no processo de aprovação das leis pela redução de prerrogativas do Executivo na edição de medidas provisórias e pela derrubada crescente de vetos presidenciais. O percentual de leis aprovadas de autoria de parlamentares também aumentou. Essas mudanças formais refletem a perda de poder do Executivo em virtude de fatores contextuais, como crise econômica, escândalos de corrupção e impopularidade presidencial. E também devido ao declinante peso parlamentar do partido do presidente, ao tamanho da coalizão de apoio ao Executivo, sua heterogeneidade e o grau de partilha do poder com os parceiros (através da alocação dos ministérios aos partidos e execução de emendas orçamentárias). O Legislativo tornou-se menos dependente do Executivo após a reforma política, devido à redução da fragmentação partidária e sobretudo a criação de um fundo bilionário de campanha. Mas o presidencialismo de coalizão não está morto, malgrado ter muitas disfuncionalidades". (MELO; PEREIRA, 2024, p, 227)

[247] "A persistência da desigualdade é uma prova irrefutável de que as instituições representativas não funcionam, pelo menos não como quase todo mundo acha que deveriam. Portanto, o avanço do "populismo" – resultado da insatisfação com as instituições políticas que reproduzem a desigualdade e não oferecem alternativa – não deveria nos surpreender [...] Políticas de governo de diferentes orientações partidárias tornaram-se quase idênticas: responsabilidade fiscal, flexibilidade do mercado de trabalho, livre fluxo de capital, enfraquecimento de sindicatos, redução dos impostos sobre as rendas mais altas. O resultado foi que a desigualdade continuou onde já era elevada e disparou em muitos países onde era mais baixa. [...] Esse é o contexto no qual devemos observar a atual crise das instituições representativas. (PRZEWORSKI, 2020, pp. 7-9)

consequência, como pilares da democracia liberal-burguesa moderna, por outro lado e com o passar das décadas, essa mesma democracia passou a constituir um entrave, verdadeiro estorvo ao avançar do capitalismo, em sua faceta mais atual e em sua lógica entrópica de acumulação constante, crescente e incessante. O que nos parece óbvio pouco aparece nas análises dos autores citados: a percepção de que as experiências autoritárias contemporâneas, em diferentes partes do mundo, não seriam apenas tentativas de respostas populistas (ainda que distorcidas) às insatisfações sociais decorrentes das crises, em termos redistributivos (produção e distribuição de riquezas visando a redução das desigualdades), mas, ao contrário disso e principalmente, estariam associadas aos interesses de elites econômicas ligadas aos grandes grupos corporativos do hipercapitalismo financeiro tecnoglobal, marcados pela faceta extrema do neoliberalismo (o ultraliberalismo), seu desejo por acumulação incessante e consequente produção e reprodução de privilégios, para os quais os freios e contrapesos típicos dos regimes democráticos parecem não interessar.

Não se trata apenas, portanto, do descompasso entre governantes e governados, entre eleitores e eleitos, de que nos falam tanto Castells (2018) quanto Eatwell e Goodwin (2020), assim como da incapacidade de dar respostas eficazes às demandas do povo por mais igualdade ou melhor distribuição de renda e de oportunidades, nos cânones da democracia liberal, de que nos fala Przeworski (2020); ou das disputas identitárias por direitos, representatividade e poder, de que nos fala Mounk (2018); ou mesmo das falhas no gerenciamento e na partilha de poder no sistema consensualista de presidencialismo multipartidário, quando formado por coalizões superdimensionadas e heterogêneas ou mesmo de inconsistências do modelo/sistema político institucional/constitucional adotado em determinado país em si, conforme abordado por Melo e Pereira (2024).

Ao contrário disso: são os obstáculos que essa mesma democracia oferece às expectativas de uma elite que, travestida de nacionalista e populista, instrumentaliza a insatisfação do povo e a utiliza contra ele próprio, para remover tais entraves e, assim, seguir gozando e usufruindo de seus privilégios exclusivistas. Sob essa ótica, nacionalismo e populismo, de um lado; ou globalização e cosmopolitismo, de outro, não seriam problemas antagônicos em si, mas sim, o extremismo e o autoritarismo que vêm junto aos primeiros; e o elitismo e à exclusão que vem na sequência dos segundos, todos eles instrumentalizados para atender aos interesses de uma fração específica e diminuta da população.

Outro aspecto que passa ao largo da análise dos autores presentemente visitados é que as crises, causadoras das insatisfações, da descrença na democracia liberal e do renascimento

do nacionalismo e do populismo e, via de consequência, da busca por soluções enviesadamente autoritárias, *nem sempre são crises reais*. Elas podem ser, como já assinalado em outras passagens desta tese, de distintas naturezas e intensidades, desde crises propriamente ditas ou meras instabilidades ou turbulências relacionadas à segurança pública; à corrupção endêmica e respectiva impunidade; à disputa de poder na sociedade patriarcal de hegemonia branca, em conflito com o identitarismo de gênero, raça, etnia e lugar de origem; à questão migratória, étnica, religiosa ou de refugiados; ao terrorismo; à forma de partilha de poder nem sempre proporcional ou satisfatória ao conjunto das forças políticas no modelo de presidencialismo de coalizão; e, a mais óbvia de todas, à questões econômicas. Mas, por vezes, elas também podem ser, se não de todo *fabricadas*, ao menos *artificialmente potencializadas* pelo uso da desinformação como estratégia política (o que abordamos com mais detalhes no tópico 4.6 da presente tese). Assim, esse acirramento da polarização extremada seria uma consequência do "turbinamento" artificial dos valores do ultraliberalismo (econômico) e do ultraconservadorismo (reacionário, homofóbico, racista, xenofóbico, antiprogressista, anti-imigração, antirrefugiado, contrário ao pluralismo racial, religioso ou sexual), com vistas a disputa eleitoral.

Parece-nos também que, à exceção de Runciman (2018), as análises carecem de se debruçar sobre as possibilidades de outros modelos obviamente não autoritários e que possam servir como alternativas à democracia liberal-burguesa e aos efeitos excludentes do capitalismo, do ultraliberalismo e do ultraconservadorismo. Ademais se, por um lado, as análises dos autores referidos no presente tópico são insuficientes para afirmar, de forma peremptória, que a democracia liberal-burguesa, própria do Estado moderno, está prestes a morrer ou a sucumbir de forma definitiva, dando lugar a modelos autoritários completa ou parcialmente à margem do Estado de Direito, por outro lado, é inegável que têm havido investidas contra a mesma, a partir do seu próprio interior, em maior ou menor intensidade e com efeitos mais ou menos corrosivos, em diferentes Estados-nação do globo, sobretudo nas últimas duas décadas deste século XXI.

A análise que procedemos do caso brasileiro, na presente tese, se faz muito mais sob a ótica da presença das características do fascismo eterno ou do pós-fascismo (e sobre como elas contribuíram para a ascensão do bolsonarismo) do que sob a ótica dos indicadores do nível ou da profundidade da crise democrática que tal ascensão pôde representar (embora ambos os prismas sejam convergentes). Sendo assim, é muito mais uma análise das causas do que das consequências. Contudo, nas molduras traçadas por Castells, Levitsky e Ziblatt, Runciman, Mounk, Eatwell e Goodwin, Przeworski e mesmo sobre o contraponto apresentado por Melo e

Pereira, dentre tantos outros autores que deixamos de analisar no presente tópico, o quadro em que se pinta a trajetória de Bolsonaro e do bolsonarismo – a partir da análise de seus elementos constitutivos, das condições propícias ao seu surgimento, desenvolvimento e enraizamento e do contexto em que tais elementos e condições se combinaram – se enquadra com maior ou menor exatidão e simetria, em todas elas. Senão vejamos:

Se são verdadeiras as premissas segundo as quais (i) o medo, a frustração, a insatisfação e as crises precedem os retrocessos democráticos e a escalada do autoritarismo; e que (ii) a erosão da democracia liberal tem ocorrido "por dentro" das próprias regras eleitorais, sem necessariamente apelar para os golpes tradicionais e à força das armas; tanto ao analisar o caso dos EUA sob Trump quanto ao analisar o caso do Brasil sob Bolsonaro, observa-se que, assim como em outras situações de experiências autoritárias, históricas ou mais recentes – como na sucessão de Barack Obama por Donald Trump em 2016, nos EUA (e, já em 2024, na sucessão de Joe Biden por Trump, novamente); como no impeachment de Dilma Rousseff, também em 2016, e, dois anos após, em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil – ambos os países vivenciavam ambientes de recessão, comprovada pelo baixo crescimento econômico, alta taxa de desemprego, alta na inflação e ampliação da exclusão social. Mas, ainda assim, em ambientes muito menos críticos do que em outros períodos de suas histórias, remota ou recente. Como já assinalamos nos parágrafos anteriores, as crises, se não podem ser fabricadas, podem ser artificialmente potencializadas.

Há, nesse sentido, alguns pontos fora da curva: ditadores e líderes com pendores fascistas costumam ser eficientes em seus governos, apresentando bons resultados de gestão, acabando por "justificar" o seu autoritarismo a partir de seus bons desempenhos administrativos. Ditadores, sobretudo, não têm que lidar com as diatribes da democracia e dos governos de coalizão, que costumam caminhar no fio da navalha das composições de interesses, o que constitui verdadeiro elemento a dificultar sua eficiência em satisfazer as expectativas dos indivíduos dos distintos estratos sociais, naturalmente em conflito. De Chávez a Orbán, praticamente todos os ditadores ou autocratas/demagogos mencionados ao longo deste trabalho – à esquerda e à direita – se encaixam nesse perfil: foram eficientes em debelar a crise contra a qual se insurgiram e em virtude da qual se projetaram política e eleitoralmente.

Nesse sentido – e mais uma vez –, é que salientamos a estranheza que nos é causada (um dos pontos fora da curva) diante do fato de que, diferente do período da Ditadura de Vargas, que, a despeito de seu autoritarismo, legou ao Brasil a CLT, os direitos trabalhistas e dezenas de outros avanços sociais; e da Ditadura Militar que, igualmente autoritária e, ainda pior,

violenta e sanguinária, legou ao país o nacional-desenvolvimentismo, com suas obras de infraestrutura, um considerável parque industrial, dentre outras medidas, Bolsonaro não conseguiu deixar nenhum legado construtivo, a não ser uma agenda disruptiva de desmanche de políticas públicas de Estado, o que analisamos no tópico 3.4 desta tese. Antes disso, essa desconexão entre insatisfação/crise nos levou também a analisar tais variáveis sob outro prisma: o da retórica do medo e dos discursos de ódio, como formas de violência real e simbólica, conteúdo e continente do diversionismo e da guerra cultural, que dá título ao tópico 3.3 desta tese, assim como também à luz das variáveis que analisamos no capítulo 4.

Em outras palavras: com o passar dos anos, Bolsonaro não se mostrou apenas alguém que ascendeu ao poder pelo somatório ou confluência de dezenas de variáveis, algumas das quais aqui descritas e analisadas. Bolsonaro se mostrou também um mau governante, até mesmo para significativa parcela daqueles que nele depositaram sua confiança, o que se demonstra com os distintos indicadores socioeconômicos de seu período no governo, refletindo-se na queda de sua popularidade e contribuindo para a sua não reeleição.

Também é certo que, a partir de maio de 2020, houve a pandemia de covid-19, com todos os seus efeitos nocivos à economia, à saúde pública e às mais de 694 mil vidas ceifadas. Porém, a situação de incapacidade e inércia para lidar com os problemas reais da sociedade brasileira, incluindo o próprio combate à crise de emergência sanitária decorrente da pandemia, só se agravou a partir de então. O discurso conflitivo e belicoso – a guerra cultural sob a retórica do medo e do ódio, de que já tratamos – que servia, ao mesmo tempo, de cortina de fumaça e de preenchimento da lacuna deixada pelo vazio de propostas governamentais, se repetiu ao longo de todos os quatro anos da gestão: à exceção da reforma da Previdência, o governo Bolsonaro não apresentou nenhum "pacote" ou, ao menos, uma única e simples proposta sequer de medida que visasse à retomada do crescimento econômico. Ao contrário, o presidente da República, seus ministros e principais assessores ocupavam a totalidade de seu tempo a dar ensejo a uma agenda diversionista, de que tratamos no tópico 3.3 desta tese.

Nesse sentido, medidas supérfluas, irrelevantes, insignificantes e medíocres para uma agenda governamental tomaram o lugar, durante toda a gestão, de medidas significativas para a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social: desobrigar o uso de cadeirinhas para crianças em veículos automotores, retirar radares de trânsito das estradas, dispensar turistas americanos da obtenção de visto de entrada no Brasil, levar o GP Brasil de Fórmula 1 de São Paulo para o Rio de Janeiro, aumentar o prazo de validade das carteiras de motoristas, mudar as cores das "capinhas" dos passaportes e carteiras de trabalho, pretender

indicar um ministro evangélico para o STF, ameaçar extinguir a Ancine se a agência não pudesse ter "filtros" culturais ou, uma das mais emblemáticas de todas, indicar o próprio filho para assumir o posto máximo da diplomacia no exterior, a embaixada do Brasil nos EUA são alguns dos exemplos de um presidente tartamudeante, mais preocupado em pelear do que em governar.[248]

Como nos demonstram as dezenas de indicadores socioeconômicos, dentre os quais a inflação galopante – refletida no preço dos combustíveis, da energia elétrica e dos alimentos da cesta básica naquele período – a alta taxa de desemprego e o elevado índice de desigualdade social, verificou-se que, nos seus estertores, o governo Bolsonaro foi bom apenas para uma diminuta fração da sociedade: os membros da elite comercial, industrial, imobiliária, financeira e agrícola do Brasil que integram os pequenos baronatos de meia dúzia de ricaços (aquela fração da sociedade descrita no tópico 4.2, desta tese, dos acólitos da nostalgia do exclusivismo) foram os maiores beneficiários de seu antigoverno que legou à pobreza dezenas de novos milhões de miseráveis.

Tudo isso pesou contra Bolsonaro, para impedir sua reeleição: a rejeição às suas táticas e práticas, dentre as quais a disposição para destruir seus opositores; a autoria do desmanche dos sistemas de políticas públicas de áreas sensíveis, como Cultura e Meio Ambiente, duramente construídos ao longo de décadas e desconstruídos com meia dúzia de canetadas; a sua tara por travar guerras ideológicas contra todos aqueles que pensassem diferente dele; as bobagens proferidas diariamente, por ele ou por membros do governo; os fortes indícios de envolvimento, dele e de toda a sua família, com milícias, milicianos e com a prática de crimes diversos; e, por fim, a sua falta de capacidade e habilidade para lidar com os problemas brasileiros, como acima exposto.

Mas, há ainda algo mais. Além de tudo o que fora exposto, Bolsonaro rompeu com um padrão civilizatório que todos os outros ex-presidentes, anteriores a ele, mantinham. Do pior ao melhor dos nossos ex-Chefes de Estado e de Governo, todos reuniam as condições mínimas para exercer o múnus público presidencial, obedecendo aos protocolos e à liturgia do cargo.

[248] Comparando-o ao personagem Ricardo III, da peça teatral homônima de Shakespeare, Rocha (2023) reputa que Bolsonaro "menos governava do que se preocupava em perpetuar-se no poder, a fim de permanecer impune por seus muitos crimes", tratando-se do velho dilema macbethiano entre o rei e o tirano: "O rei subordina suas paixões e vontades ao bem comum. Pelo contrário, o tirano aparelha o estado para atender a seus interesses e caprichos, subvertendo a ordem para proteger seus familiares e cúmplices. O rei é recompensado pela narrativa de atos justos. Já o tirano é assombrado pela memória de seus crimes. (..) O projeto autoritário do presidente Bolsonaro é explícito como a vilania de Ricardo III, e não supõe arrependimento. Reconheça-se: ele nunca ocultou seus propósitos, jamais disfarçou sua natureza de tirano". (ROCHA, 2023, pp. 61-64)

Além de seus discursos e comportamentos preconceituosos, sua defesa da Ditadura Militar e de suas homenagens a torturadores, Bolsonaro incorporou uma figura caricatural e excêntrica: sua forma grosseira de se expressar, confundida com autenticidade ou sinceridade, apesar de guardar certa comicidade, não esteve à altura da postura de um governante de um país. Por mais que pareça pitoresco ter um presidente que é a imagem e semelhança do homem mediano, a ode ao grotesco, a apologia à ignorância e a glamourização do bizarro prejudicam a imagem do país e não podem preponderar.

A chegada de Bolsonaro ao poder, o seu desempenho insatisfatório como presidente e mesmo a sua derrota eleitoral em 2022 não interromperam a escalada do autoritarismo no Brasil. Ao contrário disso, o bolsonarismo continuou e continua em seu estágio de enraizamento social. Se condições não houveram para uma ruptura democrática, intenções não faltaram para tal. A prevalência de políticos de extrema-direita nas eleições municipais de 2024 é forte indício disso. A votação de Bolsonaro em estados como o Acre é ilustrativa: nesse Estado, diferente do que se imaginava – de que ele prosseguiria ganhando, mas, com uma aceitação bem menor – Bolsonaro obteve, no primeiro turno das eleições de 2022, contra Lula, o mesmo percentual de votos válidos que obteve em 2018, contra Fernando Haddad.

5.2 Uma Catarse Golpista Cevada ao Longo de Muitos Anos

A sucessão de fatos desencadeados após o resultado do segundo turno das eleições de 2022 fazem prova de tudo o que se assinalou até aqui, na presente tese. O mais duro ataque à democracia brasileira desde o Golpe Militar de 1964, materializado nos atos do domingo, 08 de janeiro de 2023, são o corolário de tal assertiva.

A começar pelo silêncio prolongado do então presidente e candidato derrotada à reeleição que se constituiu, senão em incitação, ao menos em aquiescência à prática dos bloqueios de rodovias que ocorreram no Brasil e que se sucederam ao dia das eleições. Mas, não só: seu pronunciamento oficial, ocorrido somente após mais de 44 (quarenta e quatro) horas passadas do anúncio do resultado do pleito, em que sequer foi capaz de reconhecer,

textualmente, o resultado das eleições e sua própria derrota[249], tornou-o cúmplice de quem esteve praticando uma série de delitos nas semanas e meses que se sucederam.[250]

A continuar pela análise do teor e a motivação dos atos e protestos, que compreenderam, em um segundo momento, além dos bloqueios de estradas, diversos acampamentos na porta de quarteis do EB país afora, valendo a pena assinalar os motivos em virtude dos quais os mesmos não poderiam ser caracterizados como formas legítimas de manifestação da liberdade de expressão, mas sim como crimes. Senão vejamos:

Como já visto no capítulo anterior, em nossa análise sobre o ecossistema de desinformação política, a tutela constitucional da liberdade de expressão, no Brasil, não é absoluta e nem ilimitada. A livre manifestação do pensamento, prevista no art. 5°, inciso IX, da CF/1988, que compreende o direito ao protesto pacífico, não alberga direito de produzir e difundir desinformação ou discursos de ódio; de caluniar, injuriar, difamar, ameaçar e, muito menos, de atentar contra a própria liberdade. Nesse sentido, manifestações que pedem intervenção militar ou federal (portanto, o fim da democracia) não estão protegidas pelo manto da liberdade de expressão. Tais modalidades de intervenção, solicitadas por manifestantes não encontram respaldo no art. 142 da CF/1988 e em nenhum outro dispositivo de nenhum outro diploma legal do ordenamento jurídico pátrio brasileiro. Fazemos questão de frisar e repetir: quem usa a defesa da democracia e da liberdade para subvertê-las não está a exercê-las e, muito menos, a defendê-las e sim, a cometer crimes. No caso das manifestações em comento, os delitos previstos nos arts. 286, parágrafo único; e 359-L, combinados com o art. 29, todos do Código Penal.

Ocorre que os manifestantes bolsonaristas, acampados na porta dos quartéis, que se diziam pacíficos, transbordaram suas já questionáveis súplicas por intervenção para o vandalismo e a baderna, com contornos de terrorismo, como no conjunto de atos de vandalismo levados a efeito por dezenas deles, no dia 12/12/2022, dia da diplomação da chapa vencedora nas eleições presidenciais de outubro daquele ano, na Capital Federal; bem como no episódio da bomba planejada para explodir nas cercanias do Aeroporto Internacional Juscelino

---

[249] Segundo Runciman (2018), "a definição mínima de democracia afirma simplesmente que, numa eleição, os perdedores aceitam a derrota. Entregam o poder sem recorrer à violência [...] é quando quem tem armas não faz uso delas. [...] A democracia entra em falência quando uma autoridade eleita com poder de comando sobre os generais se recusa a desistir desse poder. Ou quando os generais se recusam a obedecer." (RUNCIMAN, 2018, p. 14-17)

[250] Aliás, vale lembrar que, assim como Donald Trump não aceitava que havia perdido na votação popular em 2016 (ganhando em razão das regras do colégio eleitoral), Bolsonaro não aceitou sequer a sua primeira vitória de forma plena, tendo afirmado, reiteradas vezes, que só não havia ganhado já no primeiro turno em virtude de fraudes no sistema eleitoral.

Kubitschek, em Brasília, na véspera do Natal de 2022. Nesse caso, além do crime de incitação à abolição violenta do Estado Democrático de Direito, já acima citado, também estariam presentes, ao menos em tese, as condutas ilícitas previstas no art. 2°, § 1°, inciso I, da Lei n° 13.260/2013 (Lei Antiterrorismo).

O que mais chamou a atenção em tais episódios, porém, foi a leniência das autoridades responsáveis por fiscalizar e coibir tais práticas. Conforme assinalou, à época, o colunista Reinaldo Azevedo (2024, n.p.) "foi preciso que uma bomba fosse descoberta num caminhão-tanque para que se efetuasse a primeira prisão em Brasília". Quer dizer que, além do silêncio obsequioso do então presidente da República e das autoridades em seu entorno para com a prática desse tipo de conduta, os indícios de prevaricação foram sistemáticos, contínuos e múltiplos, tanto por parte das FFAA, quanto das polícias.

Afinal, como explicar que todo o planejamento para fabricação e instalação de tal bomba tenha ocorrido no acampamento de manifestantes em frente ao Quartel General do Exército (o famoso "Forte Apache"), em Brasília, sem que nada tenha sido percebido pelos militares? Nesse caso, não há uma alternativa lógica senão concordar com as palavras do, à época, ainda futuro ministro da Justiça e hoje ministro do STF, Flávio Dino: "os acampamentos 'patriotas' viraram incubadoras de terroristas" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2022a, n.p.). E com as palavras do colunista Luiz Nassif: "o Exército é incompetente ou cúmplice ao não identificar terroristas acampados em frente a seus quartéis" (EMÍLIO, 2022, n.p.).

Ademais disso, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica detêm poder de polícia, próprio da administração militar, nas áreas adjacentes aos aquartelamentos, podendo exercê-lo para coibir a prática de ilícitos (crimes, contravenções ou atos infracionais) que ali ocorram ou estejam na iminência de ocorrer. Por tratarem-se, os locais dos protestos, de Áreas Militares – como sobejamente indicado nas placas de alerta, afixadas em todo o perímetro de entorno das guarnições – há proteção específica e tratamento jurídico distintos à livre circulação de pessoas e veículos em áreas próximas aos aquartelamentos.

Nos casos em questão, houve não só bloqueios de vias públicas ou dificuldades ao tráfego de veículos, mas também obstrução de acessos aos quartéis, que se somaram aos ilegais pedidos de intervenção. Houve até mesmo a montagem e instalação de barracas, banheiros químicos e cozinhas de campanha, em locais onde, em condições normais, sequer é possível estacionar carros, hipótese em que podemos estar diante não somente de infrações legais à legislação militar, por parte dos manifestantes, mas, sobretudo, diante da omissão dos responsáveis por cada uma dessas guarnições.

Os bloqueio e protestos que antecederam ao 8 de janeiro de 2023 e que se constituíram como sua antessala ocorreram de modo contínuo por mais de dois meses, sem que houvesse a respectiva e adequada reprimenda, por parte do comando dos respectivos quartéis, em claro sinal de conivência, caso em que deve ser apurado o suposto delito de prevaricação, previsto, quando praticado por militares, no art. 235, do Decreto-lei nº 6.227/1944 – Código Penal Militar.

Mas, antes, é necessário lembrar de alguns episódios anteriores que integram o conjunto de ataques constitutivos da já analisada tática de descredibilizar as instituições democráticas e que foram se acumulando, em escalada, até culminar na *catarse golpista* do dia 08/01/2023. Lembremos que, ainda em maio de 2019, poucos meses após o início do governo de Jair Bolsonaro, já aconteceriam as primeiras manifestações de rua e de massa de bolsonaristas em apoio ao então presidente da República, contra o Congresso Nacional e o STF.

Um ano depois, em maio do ano de 2020, o *Acampamento dos 300* [251] se instalava em Brasília, com o objetivo de encetar uma agenda de atos e ataques à imprensa, ao STF e ao Congresso Nacional, para manter em permanente evidência os temas que integravam a pauta da extrema-direita brasileira e o apoio ao então presidente Jair Bolsonaro. Segundo sua líder, a ativista Sara Winter, o acampamento e sua agenda de ataques contavam com forte apoio de parlamentares, ministros e até mesmo do então presidente em pessoa (CARTA CAPITAL, 2021, n.p.).

Também em maio de 2020, diante das decisões tomadas no denominado *Inquérito das Fake News* (INQ nº 4.781) por seu relator, o ministro Alexandre de Moraes, Bolsonaro teria dado sua fatídica declaração ao seus seguidores do famoso "cercadinho", situado no portão de entrada do Palácio da Alvorada: *"Acabou, porra!"*. A expressão era uma forma violenta de afirmar que não iria mais se submeter a cumprir decisões do STF que ele julgava, pessoalmente, inconstitucionais. Em verdade, tratava-se do grito de desespero de uma fera acuada, que via chegar cada vez mais próximas, de si e de seus filhos, as apurações das investigações em curso em referido inquérito (G1, 2020, n.p.).

Em 16 fevereiro de 2021, o ex-policial militar e então deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Daniel Silveira, foi preso em flagrante em razão de injúrias e ameaças

[251] Em entrevista concedida à revista Carta Capital, Sara Winter teria afirmado que "[...] Daniel Silveira (PTB-RJ), Carla Zambelli (PSL-SP), Sargento Fahur (PSL-PR) e Bia Kicis (PSL-DF) foram muito presentes na organização [do acampamento], além do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno. O general Heleno, ainda a teria chamado ao Palácio do Planalto para passar orientações. 'Ele pediu para deixar de bater na imprensa e no Maia e redirecionar todos os esforços contra o STF', declarou Sara". (CARTA CAPITAL, 2021, n.p.)

perpetradas a ministros do STF, por intermédio de um vídeo postado na internet no dia anterior, motivo em virtude do qual foi condenado, em 20 de abril de 2022, a cumprir pena de 8 anos e 9 meses de detenção. Em referido episódio de ataque direto aos ministros da Corte, protagonizado por Silveira, ele teria ainda defendido a decretação de um estado de exceção, a exemplo do que ocorreu com o Ato Institucional nº 5, no período da Ditadura Militar (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, n.p.).

Em 29 de março de 2021, o então ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva foi demitido de seu cargo, dando lugar ao até então ministro de Estado-Chefe da Casa Civil, general Walter Braga Netto (posteriormente substituído pelo general Paulo Sérgio Nogueira). Na ocasião, um dia após a demissão de Azevedo e Silva (que antes havia sido assessor do então presidente do STF, ministro Dia Toffoli), todos os 3 (três) então comandantes-gerais das FFAA, general Edson Pujol (Exército), almirante Ilques Barbosa Júnior (Marinha) e tenente-brigadeiro do ar Antônio Carlos Moretti Bermudez (Aeronáutica) pediram renúncia conjunta. Os rumores eram de que Azevedo e Silva não aceitava as frequentes e constantes tentativas de ingerência de Bolsonaro, com exigências de alinhamento político das FFAA ao governo (incluindo uma solicitada porém negada mobilização de tropas para atuar em favor de comerciantes cujos estabelecimentos haviam sido fechados em virtude das restrições impostas pelos governadores dos Estados, durante a pandemia), sobretudo no que diz respeito a uma suposta pressão para, naquela quadra histórica, decretar estado de sítio (GONÇALVES, 2021, n.p.).

No dia 07 de setembro de 2021, durante as comemorações do Dia da Independência daquele ano, houve um importante divisor de águas: no famoso comício de Bolsonaro na Av. Paulista, em São Paulo-SP, com um duro discurso[252] de ataques ao STF, a seus ministros e ao sistema eleitoral, ele chegaria ao ápice das animosidades institucionais. No chamado "7 de setembro Bolsonarista", o mais marcante episódio de sua estratégia de descredibilização das instituições democráticas até então, manifestantes convocados por Jair Bolsonaro compareceram a atos realizados em diversas cidades do país, ocasião em que, ao colocar em dúvida a idoneidade do sistema eleitoral brasileiro (solicitando voto impresso e auditável), promover ameaças e ataques contra o STF e o Congresso Nacional (solicitando intervenção

[252] "Na avenida Paulista, o presidente atacou pilares do estado de direito num tom inédito até mesmo para ele. 'Não podemos admitir que uma pessoa, um homem apenas, turve a nossa democracia e ameace a nossa liberdade. Dizer a esse indivíduo que ele tem tempo ainda para se redimir. Tem tempo ainda para arquivar seus inquéritos. Ou melhor, acabou o tempo dele. Sai, Alexandre de Moraes, deixa de ser canalha!', gritou. 'Nós devemos, sim, porque eu falo em nome de vocês, determinar que todos os presos políticos sejam postos em liberdade. Dizer a vocês que qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá', ameaçou". (RECONDO; WEBER, 2023, p. 107)

militar) e clamar pela defesa de uma liberdade de expressão absoluta acima de qualquer limite legal, acabaram explicitando o caráter antidemocrático de suas pautas (G1, 2021, n.p.).

Os atos de 7 de setembro de 2021 aconteceram em um contexto de agravamento da crise econômica e queda da popularidade do então presidente e de seu governo e foram interpretados a partir de distintas possibilidades de motivações e seus desdobramentos. Segundo Recondo e Weber (2023), na ocasião só não teria ocorrido uma antecipação dos atos de 8 de janeiro de 2023 graças a ação estratégica de segurança coordenada pessoalmente pelo então presidente do STF, ministro Luiz Fux, pelo general Rui Matsuda, do Comando Militar do Planalto; do assessor especial da presidência do Tribunal e responsável pela segurança institucional do STF, ex-delegado da PF, Rogério Galloro; e do então secretário de segurança do DF e delegado da PF, Júlio Danielo.[253]

Na ocasião, em reportagem publicada na edição do dia 22 de setembro de 2021 do jornal *Folha de São Paulo*, a jornalista Renata Galf compilou a opinião de distintos cientistas políticos sobre as intenções do então presidente da República com a realização dos atos, que vão desde o prosseguimento da estratégia de descredibilização das instituições e consequente erosão da democracia à tentativa de ruptura, além de uma óbvia mobilização, mesmo que autoritária e populista, em torno das eleições que se realizaram no ano seguinte, em 2022 (GALF, 2024, n.p.).

Durante o segundo turno do pleito eleitoral de 2022, foi notória a atuação da Polícia Rodoviária Federal, sob a direção de Silvinei Vasques (posteriormente investigado, indiciado, denunciado, julgado e condenado), realizando operações nas estradas, criando obstáculos e dificultando a passagem de eleitores em localidades cuja votação havia sido, no primeiro turno, mais favorável ao candidato adversário (BARBIERI; FALCÃO, 2025, n.p.)

O acumulado de fatos, como os acima descritos, foi decisivo para a elevação do tensionamento e das animosidades, contribuindo para que os bloqueios de estradas, os protestos em frente aos quartéis, os episódios de vandalismo e arruaça ocorridos no início do mês de dezembro de 2022, todos inadequadamente não-coibidos, desembocassem nos acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023. Naquele domingo, centenas de manifestantes, vindos de diversas cidades do Brasil, tomaram de assalto a Praça dos Três Poderes, invadiram, depredaram, vandalizaram e saquearam os edifícios-sede dos poderes Executivo (o Palácio do Planalto), Legislativo (o prédio do Congresso Nacional) e Judiciário (o palácio sede do STF).

[253] "É sintoma de fragilidade institucional em defesa da democracia que o acaso de amizades recíprocas precise estar simultaneamente em ação para evitar o descarrilamento do estado de direito". (RECONDO; WEBER, 2023, pp. 105-107)

Houve intensa e meticulosa preparação para tal ato nos meses que o antecederam, incluindo o financiamento da logística de transporte e a utilização de linguagem em códigos: havia mapas na internet da *"Viagem para Praia"*, lista de cidades onde se poderia pegar ônibus para se deslocar até Brasília e instruções para participação da *"Festa da Selma"*, demonstrando haver forte aparato financeiro a viabilizar tal logística (ROSSI; RODRIGUES, 2023, n.p.).

Na reportagem intitulada *A teia do golpe de 8 de janeiro*, de Ana Clara Costa (2023), publicada na Revista Piauí, ed. nº 201, de junho de 2023, está fartamente demonstrada a conivência das FFAA, que vinha se arrastando durante todo o período em que perduraram os acampamentos, materializada nas tentativas frustradas da PM/DF (e dos demais Estados) de desmobilizá-los, sempre esbarrando em contraordens de militares do CMP e do próprio QG do Exército. O tensionamento dos militares, descrito em diversas passagens da reportagem deixa ainda mais claro a adesão destes ao bolsonarismo e a irresignação deles com o resultado das eleições. Sem querer assumir diretamente a autoria de uma medida autoritária, de outro lado, em tudo se omitiram para que as manifestações funcionassem como evento deflagrador de medidas autoritárias mais duras:

> Além do apoio explícito aos acampados, os chefes das Forças Armadas encontraram outro meio de tumultuar. Queriam deixar seus cargos antes da posse para não bater continência a Lula. Como Bolsonaro anunciara que não passaria a faixa presidencial e se refugiaria nos Estados Unidos, os comandantes acharam que deviam fazer algo parecido. Múcio tentava demovê-los. O general Freire Gomes estava irredutível. Avisou que sairia antes de Lula, mas aceitou postergar sua saída até 28 de dezembro, num gesto de "cooperação". Para que o Exército não ficasse nenhum dia sem comando, coube a Bolsonaro exonerar um comandante e nomear seu sucessor, o general Júlio Cesar de Arruda. Era uma aberração, própria de republiquetas de quarteladas, que expunha o grau de animosidade do Exército com um governo que, sob todos os ângulos, fora legitimamente eleito. (COSTA, 2023, n.p.)

Em outro trecho da mesma reportagem, fica clara a motivação de proteção dos militares da ativa em não desmantelar os acampamentos defronte ao QG do Exército:

> [...] na primeira reunião ministerial do governo Lula, José Múcio foi criticado abertamente pelo presidente por ter dito que os acampamentos estavam se desfazendo por si só. Diante da bronca pública, Múcio chamou Arruda, o comandante do Exército, e lhe deu um ultimato: desfazer os acampamentos já. Arruda disse que as coisas não poderiam ser feitas de forma atabalhoada. E, pela primeira vez, admitiu um dos fatos que explicaria, em parte, a proteção irrestrita dada pelo Exército aos acampados: ali havia militares da reserva e familiares de militares da ativa. Arruda insistiu que o desmonte ocorresse de forma gradual, com o apoio do GDF aos vulneráveis. (COSTA, 2023, n.p.)

Em outra reportagem intitulada *Os Kids Pretos*, de autoria de Allan de Abreu (2023), publicada na Revista Piauí, ed. nº 201, de 06 de junho de 2023, o jornalista explicitava aspectos da trama que intentaria promover um golpe de estado, envolvendo militares de alta patente que integravam o círculo governamental mais próximo de Jair Bolsonaro, todos eles oriundos das chamadas Forças Especiais do EB, com destaque para o secretário-adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República, general da reserva Mário Fernandes.

Kids Pretos é o apelido usado para designar militares, da ativa ou da reserva, que participaram do treinamento em operações especiais do EB, que os qualifica a integrar um grupo de elite conhecido popularmente como Forças Especiais, apto a realizar incursões em território estrangeiro, dissipação ou incitação de insurgências, levantes ou revoltas populares (TEÓFILO; GONÇALVES, 2024, n.p.).[254]

A análise posterior dos acontecimentos permite inferir que a intenção oculta de quem planejou, organizou, incitou a participação e financiou a estrutura que viabilizou a realização do 8 de janeiro de 2023 era forçar o governo recém-empossado a decretar uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), transferindo os atos de repressão e controle dos manifestantes para as FFAA que, assim, poderiam se aproveitar do contexto para uma tomada ilegítima do poder, baseada no apoio público dos manifestantes.[255]

Em 08 de fevereiro de 2024, um ano depois do fatídico domingo, era deflagrada, pela Polícia Federal, a *Operação Tempus Veritatis*, no seio de um dos inquéritos instaurados no âmbito do STF para apurar a participação de membros do governo, incluindo militares integrantes do núcleo mais próximo do ex-presidente Jair Bolsonaro, no planejamento, incitação e financiamento dos atos de 8 de janeiro de 2023. Alguns dos "alvos" da operação eram militares *Kids Pretos* (PITTA, 2024, n.p.).

Nove meses depois, em 19 de novembro de 2024, aconteceu a *Operação Contragolpe*, como um desdobramento da operação anterior no âmbito do mesmo inquérito. Nela, foram presos 4 (quatro) oficiais do Exército, todos integrantes de Operações Especiais e 1 (um) policial federal, todos suspeitos de participar da trama golpista e, como parte dela, de planejar o assassinato do presidente então eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente eleito,

[254] Dentre as táticas que fazem parte do treinamento em operações especiais situam-se, por exemplo, as de resistência à tortura. Segundo reportagem do jornal O Globo, "Kids pretos é o nome dado aos militares formados pelo Curso de Operações Especiais do Exército Brasileiro, treinados para atuar em missões sigilosas e em ambientes hostis e politicamente sensíveis". (TEÓFILO; GONÇALVES, 2024, n.p.)

[255] "[...] a ideia daquela gente – e os atos de vandalismo do início do mês comprovaram – era criar um pretexto para a decretação de uma operação de Garantia da Lei e Ordem (GLO), sob o comando do Exército". (RECONDO; WEBER, 2023, p. 119)

Geraldo Alckmim e do ministro do STF, Alexandre de Morais, fato que foi objeto de dezenas de reportagens em diversos veículos da imprensa nacional, dentre as quais destacamos o seguinte trecho:

> A Polícia Federal realizou uma operação na manhã de terça-feira (19/11) para cumprir mandados de prisão e busca e apreensão contra suspeitos de planejar um golpe de Estado no final de 2022 para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Cinco pessoas foram presas com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF). Quatro são militares do Exército, integram forças de operações especiais e são conhecidos como "kids pretos". [...] Intitulados "Copa 2022" e "Punhal Verde Amarelo", os planos envolviam o monitoramento, a prisão ilegal e até uma possível execução de três personagens centrais nessa história: Alexandre de Moraes, ministro do STF e então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Lula, à época presidente eleito; e Geraldo Alckmin (PSB), vice-presidente eleito. Ainda de acordo com a investigação, tal operação [Copa 2022] tinha "elementos típicos de uma ação militar planejada detalhadamente, porém, no presente caso, de natureza clandestina e contaminada por finalidade absolutamente antidemocrática". [...] No relatório, a PF diz que o documento [Punhal Verde e Amarelo] tinha "características terroristas", no qual constam "todos os dados necessários para a execução de uma operação de alto risco". "O plano dispõe de riqueza de detalhes, com indicações acerca do que seria necessário para a sua execução, e, até mesmo, descrevendo a possibilidade da ocorrência de diversas mortes", diz a PF. (BBC NEWS BRASIL, 2024, n.p.)

Poucos dias depois da realização da *Operação Contragolpe*, deu-se por finalizada, por parte da Polícia Federal, a etapa inquisitorial do Inquérito Policial nº 2021.0044972, conhecido como *Inquérito do Golpe*, com a consequente remessa de seu relatório final a PGR/MPF, com o indiciamento de 37 (trinta e sete) pessoas, dentre as quais o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro; o ex-ministro de Estado-Chefe da Casa Civil, general Braga Neto; o ex-chefe do GSI, general Heleno; o ex-ministro de Estado da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira; o ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier; o ex-chefe da ABIN, Alexandre Ramagem; do ex-ministro de Estado da Justiça, Anderson Torres; o presidente do PL, Waldemar da Costa Neto; e diversos outros militares e civis integrantes do Governo Bolsonaro, todos indiciados nas penas dos arts. 2º, II, da Lei nº 12.850/2023 e arts. 359-L e 359-M, ambos do Código Penal.

Junto à remessa dos autos à PGR/MPF, houve também a retirada do sigilo, o que revelou ao público detalhes das investigações, com farto material probatório, incluindo documentos impressos dentre os quais a famosa minuta do decreto que visava instituir um Estado de exceção (estado de sítio, seguido de GLO), as minutas dos planos de "neutralização" de autoridades e até uma minuta de discurso "pós-golpe", encontrada na sede do PL e que seria proferido por Jair Bolsonaro após eventual sucesso golpista. Além de referidos documentos, foram juntadas ao autos anotações, *prints* de tela de conversas travadas em aplicativos digitais de mensagens e

transcrições de arquivos de áudio de conversas entre os participantes da intentona golpista, todos probatórios da trama. A conclusão da PF foi aterradora:

> Os elementos de prova obtidos ao longo da investigação demonstram de forma inequívoca que o então presidente da República, JAIR MESSIAS BOLSONARO, planejou, atuou e teve o domínio de forma direta e efetiva dos atos executórios realizados pela organização criminosa que objetivava a concretização de um Golpe de Estado e da Abolição do Estado Democrático de Direito, fato que não se consumou em razão de circunstâncias alheias à sua vontade. [...] Assim, os dados descritos corroboram todo o arcabouço probatório, demonstrando que o então presidente da República JAIR BOLSONARO efetivamente planejou, dirigiu e executou, de forma coordenada com os demais integrantes do grupo desde [pelo menos] o ano de 2019, atos concretos que objetivavam a abolição do Estado Democrático de Direito, com a sua permanência no cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, fato que não se consumou por circunstâncias alheias a sua vontade, dentre as quais, destaca-se a resistência dos comandantes da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro BAPTISTA JUNIOR, e do Exército, General FREIRE GOMES e da maioria do Alto Comando que permaneceram fiéis à defesa do Estado Democrático de Direito, não dando o suporte armado para que o então presidente da República consumasse o golpe de Estado. (BRASIL, 2024)

Em 13 de dezembro de 2024, era decretada a prisão preventiva do general Braga Netto, interventor da segurança pública no Estado do Rio De Janeiro, sob o governo Temer; ministro de Estado-Chefe da Casa Civil e ministro de Estado da Defesa no governo Bolsonaro; candidato a vice-presidente na chapa derrotada nas eleições de 2022; uma dentre as altas autoridades que figuram entre as dezenas de indiciados no âmbito as Inquérito Policial nº 2021.0044972, conhecido como *Inquérito do Golpe* e apontado como mentor da trama golpista (BBC NEWS BRASIL, 2024a, n.p.).

Se, por um lado, parte do insucesso do golpe pode ser reputada a não adesão dos comandantes de duas das três forças (tenente-brigadeiro Batista Júnior, da Aeronáutica; e general Freire Gomes, do Exército) e também de integrantes do chamado Alto-Comando das Forças Armadas (como a do então chefe do Estado-Maior do Exército, general Valério Stumpf; ou do então comandante militar do Sudeste, posteriormente nomeado comandante do Exército em 21 de janeiro de 2023, o general Tomás Miguel Ribeiro Paiva), porque tal postura não fora tomada de forma clara, de modo a que não pairasse dúvidas sobre a posição das FFAA é uma pergunta que fazem Recondo e Weber (2023):

> Se as respostas e gestos de repúdio a planos golpistas eram categóricos, por que a mensagem não chegava clara e sonante a todos no STF? Por que havia dúvidas se o Exército embarcaria num plano golpista? A licenciosidade com que os generais acomodaram na frente dos quartéis os manifestantes contrários ao resultado das urnas; as inúmeras vezes em que Bolsonaro se referia "ao meu Exército", com ênfase no pronome possessivo, não como sinal de pertencimento, mas de dono; a instrumentalização do Ministério da Defesa para fustigar o TSE com o argumento de

> que o voto eletrônico não era confiável, num movimento de desestabilização da democracia, tudo isso adicionou salsa à desconfiança de setores do STF e de parcela da sociedade sobre o real comprometimento dos militares com a democracia. (RECONDO; WEBER, 2023, p. 205)

Ainda segundo Recondo e Weber (2023), o golpe que se intentou foi muito mais sutil do que se está habituado a ver na história:

> Aquele golpe clássico, com tanques nas ruas, repressão, prisões de civis, isso não era parte da cartilha militar. Mas o teatro de operações de Bolsonaro não era esse. O que o presidente promovia era mais sutil, com a cooptação de instituições, como a Polícia Rodoviária Federal e setores da PF, com a tentativa insistente de quebrar a cadeia de comando que mantinha unida a oficialidade intermediária das Forças. Os meios poderiam ser distintos, o cenário era diferente – golpe se dá na rua, desinstitucionalização se dá por dentro –, mas o objetivo era permanente e imutável: continuar no poder. Bolsonaro operava na dessensibilização das instituições, tensionando-as para deixá-las cada vez menos reativas. No caso do Exército, isso envolvia fundir-se com a Força. (RECONDO; WEBER, 2023, p. 208)

Guardadas as exceções, o claro e maciço envolvimento de militares nos acontecimentos que desembocaram nos atos de vandalismo, arruaça e baderna, com feições terroristas e de tentativa de golpe de Estado, ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, levou diversos estudiosos e jornalistas à reflexão instantânea, em artigos e textos escritos e publicados ainda no calor dos acontecimentos, segundo a qual se reputa à chamada anistia concedida aos militares que cometeram crimes durante o período da Ditadura Militar de 1964, a condição de causa primeira do estado de coisas observado no Brasil no pós-eleições de 2022. A título de exemplo, vejamos como se posicionou Vladimir Safatle (2023):

> Agora, o país acordou para o fato de que o início dessa catástrofe deve ser procurado na anistia que selou o começo da Nova República. Longe de ter sido um acordo nacional, ela foi uma extorsão produzida pelos militares. Será o caso de sempre repetir: não se anistiam crimes contra a humanidade, como tortura e terrorismo de Estado. A anistia não valeu para membros da luta armada que praticaram os chamados "crimes de sangue". Eles ficaram presos mesmo depois de 1979. A anistia só valeu para os militares. Quando o país repete agora "Anistia, nunca mais", "Sem anistia", é para recomeçar o Brasil sem os mesmos erros do passado. (SAFATLE, 2023, n.p.)

Outros pensadores e jornalistas, também no calor dos acontecimentos, analisaram a estratégia traçada e as medidas adotadas para debelar a tentativa de golpe. Nesse sentido, o professor Gilberto Maringoni, da Universidade Federal do ABC, em texto intitulado *Chegou a hora de uma ação definitiva contra o terror?*, publicada no portal *Diário do Centro do Mundo*, no dia 11/01/2023, assim se posicionou sobre os acontecimentos:

> A crise foi momentaneamente debelada, mas a brasa não está adormecida. O guizo da serpente fascista continua ressoando na institucionalidade. E seguirá em frente porque a cabine de comando da sedição não foi sequer responsabilizada, embora todos saibam de onde parte a intentona subversiva. Ela vem de dentro do Estado brasileiro, mais precisamente de onde partiram todas as rupturas institucionais e ataques à democracia no Brasil desde o início da República. Ela parte dos porões do Exército brasileiro, secundados pela Aeronáutica e pela Marinha. Mais de 70 dias de complacência com acampamentos – celeiros de terroristas – em suas calçadas são a evidência mais completa do que todos sabem. Um ataque coordenado nacionalmente como o de domingo não ocorre sem forte apoio estatal. (MARINGONI, 2023, n.p.)

Em sentido similar, o jornalista Breno Altman, em artigo intitulado *Ninho de serpentes está nos quartéis*, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em sua edição do dia 13/01/2023, assim encetou a sua contribuição ao debate:

> A intentona golpista do dia 8 de janeiro não representou um plano de tomada imediata do poder. Tampouco se resumiu a um *putsch* de bolsonaristas lunáticos. Mais razoável entender esse acontecimento no bojo do processo decorrente da vitória eleitoral do presidente Lula, com a formação de acampamentos nas cercanias das instalações militares. Ali começa um movimento cujo objetivo era provocar caos e desordem, levando a operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem). Essa aposta poderia ter vários desdobramentos: um dos quais a intervenção das Forças Armadas, a derrubada da administração petista e o retorno à ditadura. A invasão dos Palácios foi um capítulo desse roteiro. Ilude-se quem considerar que, superado esse episódio, "a democracia venceu". Não basta a prisão da raia-miúda e seus padrinhos no governo do Distrito Federal. Ou se chegar nos financiadores. Nem mesmo a eventual responsabilização política e criminal de Jair Bolsonaro permitirá virar essa página. Para não se embriagar no autoengano, basta listar os fatos principais. A nota dos três ex-comandantes militares, abençoando os protestos bolsonaristas, ainda em novembro. Os longos e organizados acampamentos próximos às casernas. A paralisia do Batalhão da Guarda Presidencial frente aos invasores do palácio. A postura do comando militar no QG do Exército, na noite do levante, impedindo a ação da PM de Brasília e facilitando a fuga de sediciosos. A conclusão é óbvia. A moradia da hidra golpista está nas Forças Armadas, que exercem tutela sobre o Estado desde a Guerra do Paraguai. Essa instituição passou ao controle de fardados sequiosos em reassumir a direção do Estado, agora por via institucional, associando-se a um mequetrefe apaixonado pela ditadura dos generais. (ALTMAN, 2023, n.p.)

De modo semelhante, o jornalista Jeferson Miola, em artigo intitulado *Lula, a questão militar e as medidas urgentes e necessárias*, publicado no portal *Viomundo*, no dia 16/01/2023, assinalou:

> O marco significativo desta inflexão foi a decisão de decretar intervenção na segurança do DF ao invés de convocar os militares para a operação de Garantia da Lei e da Ordem [GLO] proposta a Lula pelo ministro da Defesa José Múcio Monteiro. A decisão pegou de surpresa o Alto Comando do Exército. Mesmo sem requisição prévia do presidente da República, o Exército já tinha colocado de prontidão uma impressionante tropa de 2.500 soldados para intervir no caos e na desordem que eles próprios arquitetaram. A presteza para "governarem" o país via GLO contrasta com a lentidão na desmontagem dos acampamentos ilegais e antidemocráticos nas áreas dos quartéis. Lula não deixou dúvidas sobre a opção pela intervenção civil: "Se eu tivesse feito a GLO […], aí sim estaria acontecendo o golpe que as pessoas queriam. O Lula

> deixa de ser governo para que algum general assuma o governo. As Forças Armadas não são poder moderador como pensam que são. (MIOLA, 2023, n.p.)

Mais recentemente, o jornalista Leonardo Sakamoto sinalizou, em texto publicado em suas redes sociais, logo após a já citada *Operação Contragolpe*:

> O ovo do golpe de 1964 gerou Jair, que se associou a um numeroso contingente das Forças Armadas para governar, manter privilégios e golpear a democracia. As intentonas que vemos hoje são ainda fruto da nossa incompetência como nação de julgar e punir o que, em 2024, completou 60 anos. O plano para envenenar Lula, executar Geraldo Alckmin, explodir Alexandre de Moraes e perpetuar Bolsonaro no poder aumenta as chances do país ver, enfim, um general condenado e preso por crimes cometidos contra o Estado democrático de direito. Não resolve o tanto de lixo varrido para baixo do tapete desde 1964, mas seria, finalmente, uma guinada de comportamento de uma sociedade que se diz civil, mas vive brigando para manter os militares nos quartéis e não interferindo na política. (SAKAMOTO, 2024, n.p.)

Por fim, o jornalista João Filho, em artigo intitulado *Golpismo nas forças armadas é regra, não exceção*, publicado no portal *The Intercept Brasil*, no dia 30/11/2024, assim assinalou:

> [...] o ex-comandante do exército [general Freire Gomes] foi quem permitiu que milhares de manifestantes golpistas montassem acampamentos enormes em frente aos quartéis de todo o país logo após a vitória de Lula. Esses acampamentos eram parte fundamental do plano golpista – especialmente o de Brasília – e contaram com todo o apoio do exército. [...] Depois de ser derrotado na eleição, Bolsonaro reuniu chefes militares 14 vezes. Freire Gomes foi o mais assíduo: esteve no Alvorada 12 vezes. Segundo a PF, Freire Gomes recebeu de Bolsonaro duas versões da minuta do golpe e ouviu que o plano golpista previa uma intervenção no TSE e prisão de adversários políticos. Foi aí que Freire Gomes decidiu desembarcar do barco golpista. [...] O fato é que, apesar de não ser um golpista dos mais entusiasmados, Freire Gomes navegou com eles até o último minuto e teve papel central na manutenção dos acampamentos golpistas. [...] Eles tinham conhecimento que tanto o presidente quanto seus subordinados estavam envolvidos até o osso com um golpe de estado e nada fizeram de concreto até perceberem que poderiam acabar na cadeia. [...] As Forças Armadas são historicamente comprometidas com o golpismo. A anistia aos criminosos do regime militar permitiu que as Forças Armadas continuassem perpetuando a ideologia reacionária e golpista entre as suas fileiras. [...] Eles ainda chamam o golpe de 64 de "revolução". Não é possível que um militar chegue ao Alto Comando se opondo à essa lógica e estrutura golpista. É uma instituição irremediavelmente comprometida com o golpismo e esse é um problema urgente que a democracia brasileira precisa resolver para não voltar a ser assombrada. [...] O fato de Freire Gomes e Baptista Júnior terem se colocado contra a execução do golpe pode não responsabilizá-los criminalmente, mas jamais poderá absolvê-los histórica e politicamente. Eles ajudaram a levar a democracia até a beira do penhasco e, na hora de empurrá-la, desistiram. (FILHO, 2024, n.p.)

Os fatos narrados no presente tópico reforçam os argumentos exposto no tópico 3.2 desta tese, sobre os militares e o bolsonarismo, da mesma forma quando se constata que os atos antidemocráticos não se restringiram aos meses que se sucederam ao pleito de 2022, cujo ápice

foram as manifestações de 8 de janeiro de 2023. Durante os meses seguintes, até o final do ano de 2024 e início do ano de 2025, quando se concluía a redação da presente tese, diversos acontecimentos podem ser identificados como resultado da retórica do medo, do discurso de ódio e da violência real e simbólica que acaba por insuflar os adeptos mais radicais a adotar atos e práticas extremistas e fascistas, dentre eles o atentado a bomba ocorrido no dia 13/11/2024, que resultou na morte do próprio terrorista. Na ocasião, Francisco Wanderley, conhecido como Tiü França, ex-candidato a vereador pelo PL no ano de 2020, no município de Rio do Sul-SC, atirou bombas contra o prédio do STF, detonou explosivos em um carro no estacionamento do Anexo 6 da Câmara dos Deputados e instalou outros dispositivos em diversas localidades nas cercanias da Praça dos Três Poderes, em uma clara amostra do que doutrinas extremistas, autoritárias, fanáticas e criminosas, como o bolsonarismo, manifestação típica do pós-fascismo à brasileira, podem causar à democracia, à sociedade e à vida (SOBRINHO, 2024, n.p.).

5.3 Uma História Ainda Sem Final

Em *O tribunal:* como o Supremo se uniu ante a ameaça autoritária, um dos livros da trilogia[256] escrita por Felipe Recondo e Luiz Weber (2023) sobre o STF, os autores procedem com uma análise sobre como a Suprema Corte brasileira conseguiu atingir unidade de pensamento e ação dentre os seus ministros, reforçando seus laços de "colegialidade" em face de uma tradicional característica a que eles denominam de "somatório de individualidades", para enfrentar os ataques que vinha sofrendo desde o início do governo Bolsonaro e que visavam a sua descredibilização. O livro que, no dizer dos autores, "percorre o arco do tempo entre a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder e os dias que se sucederam à invasão do Supremo, em 8 de janeiro de 2023" narra a trajetória decisiva do STF para a contenção dos arroubos autoritários do ex-presidente:

> O ciclo iniciado com a eleição de Bolsonaro passou por uma fase de hesitação, seguida de tentativas de acomodamento, e se encerrou com a forte resistência do tribunal unido diante de um presidente com uma agenda autoritária e um projeto de destruição institucional da Corte. O Supremo reagiu a ataques a seus ministros, às vezes pessoais; ao legalismo autocrático (a edição de normas pelo então presidente da República em confronto com a Constituição); ao negacionismo durante a pandemia de covid-19; à organização de tropas golpistas com o propósito de abolir o Estado democrático de direito; ao maquinário do ódio das redes sociais. Foi a voz da instituição, a coesão, as

[256] Além da obra citada, a trilogia inclui ainda os seguintes títulos: "*Os onze:* o STF, seus bastidores e suas crises"; e "*Tanques e togas:* o STF e a ditadura militar", todos editados pela Companhia das Letras.

> decisões rapidamente chanceladas pela maioria que garantiram a resistência ante a ameaça autoritária. Forjou-se nesse período uma inédita unidade no tribunal – e foi isso que assegurou sua sobrevivência. (RECONDO; WEBER, 2023, p. 11)

Os autores resgatam as distintas passagens em que o então presidente Jair Bolsonaro atacou o Supremo e salientam que o 8 de janeiro de 2023 foi apenas o momento ápice de uma espiral de violência retórica e simbólica que, de há muito, já vinha acontecendo:

> Em seus quatro anos de mandato, Bolsonaro atacou o Supremo como nenhum outro presidente desde a redemocratização. Em sua conta no Twitter, logo no primeiro ano compartilhou um vídeo no qual ele era representado como um leão que lutava contra as hienas do STF e da imprensa. Contrariado com as decisões do Supremo durante a pandemia, citou o ditador fascista Benito Mussolini: "Melhor viver um dia como leão do que cem anos como cordeiro". O recurso às metáforas do mundo animal era uma constante, como se a violência da vida selvagem expressasse melhor a relação de Bolsonaro com o Supremo – o inimigo que havia riscado uma linha em defesa da Constituição contra seu projeto autocrata. (RECONDO; WEBER, 2023, p. 14)

Uma das teses centrais do livro, no entanto, é de que nem sempre houve tal unidade de pensamento e ação na Corte (como explicitado no livro anterior da trilogia, *Os Onze*, resumida na expressão "baixa colegialidade", utilizada pelos autores); e que havia, dentre os ministros, sentimento semelhante aquele de parcelas significativas de distintos estratos da sociedade (baronato dos setores produtivos e imprensa inclusos) de que seria possível domesticar[257] os arroubos autoritários de Bolsonaro, em nome daqueles cujos interesses ele defenderia.

Sendo assim, a maioria dos ministros acreditava na possibilidade de conciliação e, em razão disso, levavam a termo estratégias de "amortecimento" e tentativas de "pacificação", crendo nas "paredes de contenção" que o sistema de freios e contrapesos poderia ofertar aos intentos autocráticos do então presidente, percepção esta que, com o passar dos quatro anos do mandato teria se demonstrado equivocada:

> Se o governo Bolsonaro for observado em retrospectiva, é visível que o establishment jurídico, mas não só, aplicou uma pátina de democrata no político de comportamento nem sempre compatível com a Constituição – homenageava torturadores, via na oposição inimigos e não adversários, era misógino e, muito antes de chegar ao poder, desafiava a integridade do sistema eleitoral, um pilar do Estado democrático de direito. [...] O processo eleitoral e a vida parlamentar longeva não haviam coado o radicalismo do deputado extremista; não ocorrera uma esperada e apropriada decantação dos excessos em eleições institucionalizadas e competitivas em dois turnos. Não apenas a vitória nas urnas, mas um conjunto complexo de fatos, características pessoais, culturais e institucionais se entrelaçaram para baixar o nível

[257] "No início, entre os ministros do STF, havia o consenso de que o parlamentar radical apenas convertido em presidente seria neutralizado pela ação formal das instituições, pelo Exército e pelo 'toque' daqueles que o jornalismo político veio a chamar de 'bombeiros do Planalto' – parlamentares, ministros com gabinetes no Palácio, generais e integrantes do STF". (RECONDO; WEBER, 2023, p. 42)

> de tensão no Supremo em relação ao governo que se iniciava. [...] A ministra [Rosa Weber], assim como seus colegas de tribunal, conhecia Bolsonaro apenas por suas manifestações ofensivas às minorias, suas grosserias ou sua defesa da ditadura militar. [...] Bolsonaro não havia mudado. Era o mesmo que dissera que uma colega de Parlamento não merecia ser estuprada, que declarara que Fernando Henrique deveria ser fuzilado, que fizera uma ode a um torturador durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff. Cedo na corrida presidencial de 2018, Bolsonaro passou a atacar o Supremo, atitude até então inédita nas eleições brasileiras. (RECONDO; WEBER, 2023, pp. 38-41)

Dessa percepção inicial equivocada quanto a possibilidade de conciliação, mesmo diante dos frequentes ataques, o STF passou a um entendimento de que esta não ocorreria:

> Alguns ministros alinharam-se com Bolsonaro, por afinidades pessoais; somem-se a essa adesão a baixa colegialidade do Supremo, a falta de percepção de que as autocracias operavam de outro modo nas democracias ocidentais, a crença na capacidade amortecedora do STF, das Forças Armadas e da rotina do poder em Brasília, com sua dinâmica de ação-reação-transação. E acrescente-se a aposta na existência de um lado B democrático do presidente da República, a convicção de muitos no tribunal de que a Constituição de 1988 era uma obra acabada e indene a desafios totalitários, como se a história não mais pudesse surpreender o Supremo. E a confiança no próprio taco. Tudo isso junto deixou a cúpula do Judiciário surda aos ataques de Bolsonaro e disposta à conciliação. Mas a conciliação não ocorreria. O STF reagiria de modo inédito, unido, institucionalizado, com uma jurisprudência de guerra para salvar a democracia diante de um presidente que ameaçava atirar primeiro antes que os demais Poderes se atrevessem a impor limites ou criar ameaças contra ele. Bolsonaro descobriria a capacidade de reação do Supremo e até onde o tribunal, pela primeira vez em sua história, poderia ir. (RECONDO; WEBER, 2023, p. 58)

Segundo os autores, a instauração dos distintos inquéritos, já mencionados no tópico 4.6 da presente tese, foi fundamental para costurar uma unidade de pensamento na Corte e para conter a espiral de ataques do presidente contra o Tribunal no sentido de "se contrapor ao projeto de erosão institucional do país". Foi o avançar das investigações do primeiro de tais inquéritos o fator responsável pela crise que resultou no pedido de demissão do então ministro da Justiça, Sérgio Moro, em que acusava o presidente de tentar interferir, indevidamente, na troca da direção-geral da PF, indicando o então presidente da Abin, Alexandre Ramagem, de modo que pudesse ter maior controle ou ao menos informações sobre as apurações da instituição no âmbito do *Inquérito das Fake News*, crise essa materializada e publicizada na fatídica e anedótica reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020. Ainda segundo os autores, o marco da unidade entre os membros do STF foi a decretação da prisão de Daniel Silveira, no âmbito de tal Inquérito (RECONDO, WEBER, 2023, pp. 79-98).

A agenda de contenção dos ataques autocráticos as instituições democráticas, encampada, sobretudo, pelo STF, seguiu intensamente: além dos já mencionados desdobramentos do *Inquérito do Golpe*, como a já mencionada prisão do general Braga Netto,

em 19/12/2024, o *Inquérito das Fake News* foi prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, em 17/12/2024. Ao término da redação da presente tese, por exemplo, as apurações e desdobramentos judiciais do *Inquérito do Golpe* ainda estavam a acontecer. No dia 18 de fevereiro de 2025, a PGR apresentou denúncia ao STF em desfavor de 34 dos investigados pela participação intelectual nos atos do 8 de janeiro 2023, acusando-os formalmente da prática de diversos crimes, dentre os quais o de participação em organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da união; e deterioração de patrimônio tombado (FALCÃO, 2025), instaurando-se, assim e enfim, a respectiva ação penal.

Segundo o procurador-geral da República, Paulo Gonet, signatário da peça, "Bolsonaro liderou uma organização criminosa para derrubar a democracia e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre o fim de 2022 e o início de 2023" (G1, 2021). Tal denúncia seria formalmente recebida por unanimidade, em sessão da 1ª Turma do STF, ocorrida nos dias 25 e 26 de março de 2025.

De outra banda e mesmo com a derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, os parlamentares com ele alinhados, em maioria no Congresso Nacional, seguiram tocando pautas autocráticas, todas elas desestabilizadoras do jogo democrático, situem-se elas no campo dos costumes (como no projeto de PEC que visa criminalizar o aborto em todas as circunstâncias, retirando as atuais hipóteses legais excludentes de ilicitude, como na gravidez decorrente de estupro, na gravidez de feto anencéfalo e nos casos de risco de morte para a mãe); seja no campo da institucionalidade (como na tentativa de, mais uma vez, aprovar o voto impresso); seja no campo da descredibilização das instituições jurídico-políticas (como nas proposições legislativas que visam suprimir competências do STF, retirando-lhes a palavra final sobre controle de constitucionalidade, ou mesmo nas tentativas de pautar o impeachment de ministros da Corte no Senado Federal).

Fato é que a história da assunção de Bolsonaro à presidência da República (e sua posterior derrocada) e da ascensão do bolsonarismo ainda renderá muitos capítulos. Um deles está ligado diretamente aos acontecimentos do recente 20 de janeiro de 2025. Oito anos após ter se sagrado vencedor nas eleições presidenciais dos EUA, em 2016, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton; e tendo amargado a derrota em sua tentativa de reeleição, ao perder para o democrata Joe Biden, em 2020, Donald Trump toma posse novamente como presidente da nação mais poderosa do mundo, após ter vencido as eleições de 2024 contra sua adversária e então vice-presidente, Kamala Harris. No dia de sua posse, testemunhada pelos principais

representantes da plutocracia tecnoglobal financeira estadunidense (de Elon Musk, passando por Mark Zuckerberg à Jeff Bezos, donos da *Tesla/X/SpaceX, Meta e Amazon/Blue Origin*, respectivamente), ele assinou dezenas de ordens executivas (o equivalente, no Brasil, aos decretos presidenciais).

Dentre elas, destacam-se a decretação de situação de emergência nacional na fronteira sul, com o México, que trata sobre questões migratórias; a rescisão das políticas de diversidade, equidade e inclusão do governo federal, implementadas por seu antecessor; a determinação para a saída dos EUA da condição de Estado-membro da OMS; o anúncio da retirada, dos EUA, do Acordo de Paris, que trata do compromisso dos países signatários com a redução das emissões de gases que causam o efeito estufa; a decretação de perdão a mais de 1.500 presos pela invasão ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, dentre outras medidas (BBC NEWS BRASIL, 2025).

O teor de tais ordens executivas delimita o campo de atuação ideológica que marcou a primeira passagem de Trump pela Casa Branca: de extrema-direita, ultraliberal (do ponto de vista econômico) e ultraconservadora (reacionária, homofóbica, racista, xenofóbica, antiprogressista, anti-imigração, antirrefugiado), contrária à diversidade sexual, ao pluralismo racial ou religioso e à inclusão. Em síntese, uma agenda que transborda as fronteiras do nacional-populismo para mergulhar de cabeça nas águas turvas e profundas do fascismo eterno. Ela representa a tomada de assalto do Estado/Poder Público pelos grandes oligarcas, magnatas dos distintos setores do hipercapitalismo financeiro tecnoglobal e reacende a esperança das forças de extrema-direita no mundo em sua escalada e permanência no poder.

Ademais disso, nas semanas que se seguiram, Trump começou a dar ensejo a uma espécie de diplomacia midiática da chantagem, com ameaças de elevação de tarifas para produtos de países aliados comerciais, em um movimento apelidado de “tarifaço”.

A propósito, sobre o novo governo de Donald Trump e sua capacidade de gerar influência sobre a agenda da extrema-direita mundial cabe uma breve reflexão: ele parece desafiar a compreensão padrão que se tem da ciência política e das relações internacionais, com uma espécie de *realpolitik* sem filtro, uma diplomacia baseada em chantagens públicas sem qualquer tipo de freios protocolares. Costumando destratar os seus e tratar com respeito, quando na presença, certos adversários tradicionais, tais como Putim e Xi Jinping, o presidente norte-americano atua, na arena internacional, como um jogador de cartas da vida real: se movimenta como se estivesse em uma espécie de teatro sem cortinas onde, para ele, o importante é ganhar, com quaisquer meios e a qualquer custo, mesmo que isso acabe por revelar como funcionam as

entranhas intestinas das relações de poder políticos e seus financiadores; entre o estado norte-americano e seus aliados e adversários globais.

Em mais um capítulo a ocorrer neste ambiente de acirramento, no mês de fevereiro de 2025, um processo movido pelas plataformas digitais *Rumble* e *Trump Media & Technology Group Corp* perante a justiça norte-americana contestava a obrigatoriedade de tais plataformas se submeterem ao cumprimento de decisões judiciais exaradas pelo STF brasileiro. O pedido de concessão liminar da tutela jurisdicional, nesse caso, foi indeferido no dia 26/02/2025. O processo é um "reflexo das derrotas judiciais sofridas pelas *big techs* no Brasil" quanto às limitações impostas pela Justiça brasileira a tais plataformas, naquilo que diz respeito à necessidade de moderação de conteúdo, como a não-propagação de conteúdo sem checagem de veracidade; e um "resultado de uma decisão do ministro do Supremo que determinou o bloqueio das contas do influenciador bolsonarista Allan dos Santos, que é considerado foragido da Justiça brasileira e mora nos EUA" (MUNIZ, 2025, n.p.; CARTA CAPITAL, 2025, n.p.).

Em outro episódio igualmente dramático, menos de uma semana após o oferecimento da denúncia da PGR contra Bolsonaro e seus aliados no âmbito do já citado Inquérito do Golpe, "o Departamento de Estado dos EUA acusou o Brasil de tomar medidas 'incompatíveis com valores democráticos' em referência a recentes decisões judiciais do ministro Alexandre de Moraes, do STF, de remover conteúdos de usuários de algumas redes sociais e de aplicar multas e bloqueios por descumprimentos das ordens". A nota foi duramente respondida pelo Itamaraty, ao afirmar que "o governo brasileiro recebeu, com surpresa, a manifestação veiculada hoje pelo Departamento de Estado norte-americano a respeito de ação judicial movida por empresas privadas daquele país para eximirem-se do cumprimento de decisões da Suprema Corte brasileira", salientando ainda que o Brasil "rejeita com firmeza qualquer tentativa de politizar decisões judiciais" ao tempo em que afirma que o Departamento de Estado dos EUA "distorce o sentido" de ordens do STF. Segundo reportagem da agência de notícias BBC News Brasil (2025) "a manifestação acontece depois que o deputado federal Eduardo Bolsonaro foi recebido em uma série de reuniões no Departamento de Estado, em Washington" incluindo um colóquio com o embaixador americano Michael Kozak, alta autoridade do Escritório de Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado (SANCHES, 2025).

As articulações políticas, então em curso, do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL/RJ) em solo estadunidense; a nota do Departamento de Estado norte-americano, confrontando decisões do STF; e a contenda da *Rumble* e da *Trump Media & Technology Group Corp* contra o ministro do STF Alexandre de Moraes são alguns dos casos mais emblemáticos

de tentativas explícitas de interferências indevidas na nossa soberania nacional de que se tem notícia na história das relações diplomáticas entre Brasil e EUA no pós-Guerra.

Esses distintos episódios presentemente reproduzidos, a título de exemplo, nos demonstram que a democracia foi ameaçada, restou abalada, mas resistiu. Segue, todavia, sob constantes ataques e tensões, em uma verdadeira bateria de *testes de resistência de stress.* As reações institucionais, por sua vez, têm se situado muito mais no campo do "instinto de sobrevivência" do que a um "ponto ótimo" de funcionamento das engrenagens do sistema de freios e contrapesos existentes. Mesmo estando inelegível, por decisão judicial, Bolsonaro e dezenas de seus apoiadores têm dito que ele será candidato em 2026. A eleição de sua contraparte norte-americana tem servido de combustível a tal narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais do que o monopólio estatal do poder, da violência legítima e da força, que o monismo estatal da produção jurídica e a coerção dissuasiva que daí decorrem, são os mitos os elementos de coesão das chamadas "ordens imaginadas", para usar a expressão do *best seller* israelense Yuval Noah Harari (2015, pp. 129-136, 164 e 207). Para ele, nem mesmo o poder coercitivo das normas jurídicas e suas respectivas penalidades é mais forte, para conferir legitimidade às instituições de um Estado e à sua atuação em uma determinada sociedade, do que a crença comum e compartilhada, arraigada no senso comum coletivo, em seus mitos fundadores.[258]

A crença em mitos fundadores, contudo, é distinta da crença no mito do herói fascista ou pós-fascista: nestes últimos, as ideias míticas passam a ser consideradas verdades transcendentais, absolutas e eternas, cujo significado oculto só o poder pode revelar. Nessa lógica, tanto a verdade factual é obliterada para dar lugar a realidades paralelas, quanto a soberania popular é mitigada, delegando-se o poder de que é titular, em sua totalidade, ao líder carismático – via de regra um ditador, supostamente divino e messiânico, "fonte definitiva de soberania popular", para usar uma expressão empregada por Finchelstein (2020, p. 48) – legitimando tal estado de coisas (absoluto, antidemocrático, violento, nacionalista, conquistador e destruidor). Nos primeiros, a crença nos mitos fundadores equivale, em força coercitiva, à combinação entre autoridade, persuasão e violência legítima; nos segundos, a partir da crença no mito do herói fascista ou pós-fascista sobressaem o poder, a crueldade e a violência arbitrária. A diferença é, ao mesmo tempo, sutil e abissal.

Sendo assim, quando uma determinada sociedade permite que proliferem, sem o devido cobro decorrente das limitações legais, ideias e visões de mundo lastreadas em desinformação, em discursos de ódio ou na mera ignorância – ainda que assim proceda em nome do pluralismo jurídico ou político, do multiculturalismo ou da liberdade de expressão, características próprias da razão comunicativa necessária para o estabelecimento de "ordens imaginadas" em sociedades complexas pós-modernas – estará permitindo a ruína de seus mitos fundadores para que prevaleçam "mitos" pós-fascistas. Estará colaborando, desta forma e via de consequência, para a sua própria ruína.

---

[258] "Toda nação constrói para si alguns mitos básicos, que têm, em seu conjunto, a capacidade de produzir nos cidadãos o sentimento de pertencer a uma comunidade única, a qual permaneceria para sempre inalterada – 'deitada[a] eternamente em berço esplêndido', conforme verseja o nosso Hino Nacional" (SCHWARCZ, 2019, p. 15).

Se a crença normalizada em mitos fundadores é distinta da crença messiânica no mito fascista, também são distintas entre si outras ordens de dicotomias das polarizações exacerbadas. Por exemplo: para que a igualdade/isonomia se materialize, faz-se necessária a diferença. É a pretensão – ou tendência – à universalidade dos direitos fundamentais da pessoa humana que assegura e preserva a diversidade dos valores por eles tutelados, como no confronto entre multiculturalismo e universalismo, que se verifica quando da defesa dos valores do direito internacional dos direitos humanos (que se pretendem universais) em face da necessidade de manutenção da pluralidade cultural (e jurídica) dos diferentes povos e nações do planeta.

No caso da disputa política brasileira, o advento do bolsonarismo (a partir dos elementos constitutivos, condições e contextos presentemente analisados) exacerbou o conflito entre visões de mundo e campos de pensamento político distintos, intensificando a tensão naturalmente existente entre esquerda e direita, entre liberalismo e conservadorismo, entre social-democraia e liberal-conservadorismo, entre nacionalismo e cosmopolitismo/globalismo, que passou a ganhar ares de agudo acirramento, semelhante ao dualismo entre "revolucionários do milenarismo de esquerda" e "reacionários do milienarismo de direita", para usar a expressão de Lynch e Cassimiro (2022).

No caso sob análise, os arrivistas adeptos do "populismo reacionário" preponderaram. E do triunfo do populismo radical de direita resultou uma investida, consciente e refletida, que visava à redução/mitigação de direitos plurais – o que representou riscos concretos de negação e retrocesso de direitos fundamentais já reconhecidos. Os ataques ao pluralismo, que reduzem o debate político a uma dualidade "amigo-inimigo", "certo-errado", "nós contra eles", própria da perspectiva autoritária, promovendo um *retour* ao dualismo, representaram verdadeiro retrocesso frente aos avanços civilizatórios conquistados com o advento da CF/1988 – o que se observou a partir da adoção da guerra cultural e da desconstrução de políticas públicas – e cujo debate já parecia superado.

Populismo radical, autoritarismo ou fascismo (e seus distintos elementos e características, presentemente analisados) abrigam valores e práticas que não deveriam integrar a esfera de proteção permitida pelos chamados "direitos de liberdade" – notadamente a liberdade de expressão – e não deveriam, ao menos em tese, encontrar guarida no Estado Democrático de Direito. De igual forma, não deveriam servir de plataforma política que embasasse a ascensão de determinada visão distorcida de mundo ao poder. Como tal, não deveriam sequer ser tolerados, quanto mais idealizados e desejados, o que demonstra, de per si,

a importância e a necessidade de analisar e compreender o fenômeno do bolsonaismo em todas as suas dimensões e sob distintos prismas avaliativos e interpretativos.

Ademais disso, é preciso reforçar, ainda, a constatação de que, no princípio de sua trajetória política, já era possível identificar em Bolsonaro sua relação com o militarismo e com milícias paramilitares, com um discurso radical-conservador e de apologia à violência redendora, com o farisaísmo e o falso moralismo, com o apelo ao patriotismo, ao anti-intelectualismo e ao irracionalismo. No decorrer desta trajetória, outros elementos foram se agregando e ganhando racionalidade e intencionalidade, conteúdo, forma e método. Assim foi possível identificar que a estratégia de Bolsonaro para chegar e tentar se manter ao poder máximo da República beneficiou-se da ocorrência dos elementos constitutivos, das condições e do contexto em que a combinação entre ambos se deu, analisados na presente tese.

A chegada/assunção de Jair Bolsonaro (a personificação do mito bolsonarista) ao poder constitui o ápice da ascensão do bolsonarismo. Tal assunção/ascensão representa, por sua vez, a ruína dos mitos fundadores ou, em verdade, dos princípios fundantes de nossa república federativa: os de um Estado Democrático de Direito, sob os fundamentos da soberania, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e do pluralismo político; e sob os objetivos de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (arts. 1º, 2º e 3º da CF/1988).

Sob outra perspectiva, observa-se também que a eleição de Bolsonaro se deu envolta em uma aura de trapaças: a partir de seu envolvimento com milícias/milicianos e com a prática de peculato (na cobrança de *mensalinho* ou *rachadinhas* de assessores parlamentares fantasmas), bem como no suposto envolvimento com laranjas para financiamento ilícito de campanha, dentre outros supostos ilícitos. E desaguou na sua prática cotidiana de ataques às instituições democráticas e incitação à prática de atos antidemocráticos diversos; na venda ilícita de joias árabes recebidas como presentes oficiais da presidência da República; em fraudes no cartão de vacinação; em tráfico internacional de drogas realizado em avião presidencial da FAB; e, por fim, em uma tentativa de golpe de Estado.

Em razão disso, o objetivo geral a que nos propúnhamos na presente tese era o de caracterizar o bolsonarismo como um *movimento de massas de novo tipo*, que compreende um *sistema ordenado e estruturado de ideias*, dotado de alguma *intencionalidade*, determinada

racionalidade e certo grau de *autonomia*, e, nessa condição, como uma manifestação genuína do *autoritarismo.*

Diz-se tratar-se, o bolsonarismo, de um *movimento* porque é dotado de *características gerais* que se enquadram nos elementos constitutivos próprios de todo e qualquer movimento social, independentemente de a qual geração ou dimensão eles pertençam, ou seja: (i) possui um *projeto* (a chegada e a permanência no poder); dotado de uma (ii) *ideologia* (de extrema-direita); e de uma forma de (iii) *organização* (horizontalizada, com arregimentação e manutenção de adeptos pelas redes sociais). Diz de *massas* posto que sua mensagem conseguiu sensibilizar, arregimentar e manter mobilizados adeptos, seguidores e eleitores nos diferentes estratos sociais da sociedade brasileira, das classes sociais mais baixas, passando pela classe média à classe alta. Diz-se, ainda, *de novo tipo* porque, assim como em outras experiências de movimentos contemporâneos, a hierarquia de sua organização é etérea, volátil, sutil: não se observa, por exemplo, a estrutura verticalmente hierarquizada própria das demais organizações sociais do séc. XX, como no exemplo do movimento e das organizações fascistas da década de 1930 ou mesmo dos atuais partidos políticos. Uma de suas características é, justamente, a horizontalidade típica de movimentos sociais contemporâneos, surgidos no limiar do séc. XXI e mobilizados pelas redes sociais, conforme mencionado no tópico 4.4 desta tese.[259]

Diz-se também que compreende um *sistema estruturado de ideias*, posto que sua *ideologia* (de extrema-direita) se "constitui de" e, ao mesmo tempo, "se desdobra em" uma combinação de outros aspectos peculiares: uma *visão de mundo* (bélica), uma *estrutura de pensamento* (conspiratória), uma *linguagem própria* (a retórica do ódio) e um *sistema de crenças* (assentado no pensamento do ideólogo Olavo de Carvalho), nos termos defendidos por Rocha (2023, pp. 43-51, 81-105 e 124) e aqui presentemente compartilhados.

Diz-se, ainda, que é dotado de *intencionalidade, racionalidade* e *autonomia*, porque são características que se dessumem de seu *projeto* e que se constituem em seu principal objetivo: a chegada e a permanência no poder, tentando promover a transposição do movimento em governo e possibilitando, assim, converter sua visão de mundo em ação (ou desconstrução) governamental concreta.

Diz-se, por fim, tratar-se de uma *manifestação genuína do autoritarismo*, lastreada na concepção de antipolítica e na identificação, na análise de convergência e na combinação entre *características específicas* que aqui categorizamos como sendo os seus *elementos constitutivos,*

[259] Trata-se, para utilizarmos uma expressão da pesquisadora baiana Michele Prado, ao se referir a comunidades digitais extremistas que congregam adolescentes, de um "extremismo-pós organizacional". (GARBIN, 2025 n.p.)

intrínsecos (fundamentos) e *extrínsecos* (táticas e práticas) com certas *condições* (variáveis determinantes – fatores econômicos, sociais, culturais, jurídicos e políticos; e categorias históricas, sociológicas e antropológicas) em determinado *contexto* (aspectos estruturais e conjunturais), a partir do que pudemos observar que tais caraterísticas específicas do bolsonarismo são semelhantes às de outras experiências autoritárias e pós-fascistas, dentre as quais as características que identificamos, analisamos e classificamos na presente tese, a partir da tipologia adotada e acima mencionada.

Desse modo, identificamos, como seus *elementos constitutivos intrínsecos* (fundamentos), procedendo com sua respectiva análise: (i) a encampação do militarismo e do fanatismo religioso, materializada na aliança entre as FFAA e o neopentecostalismo; e (ii) a consubstanciação de um obscurantismo, por meio da combinação entre revisionismo histórico, negacionismo científico e armamentismo, como forma de consecução de uma necropolítica.

De igual forma, identificamos e analisamos seus *elementos constitutivos extrínsecos* (táticas e práticas), agrupados em ao menos dois conjuntos: (i) a entabulação de uma verdadeira guerra cultural, por intermédio do emprego de uma retórica do medo e em discursos de ódio, como formas concretas de violência, real e simbólica, tais como um forte discurso antipolítico e antissistema, de desconstrução e descredibilização dos adversários, da legitimidade das instituições jurídico-políticas e da imprensa tradicional, como meio para se atingir o diversionismo enquanto distração para manutenção do poder; e (ii) a desconstrução de políticas públicas e de Estado.

De outra banda, identificamos, analisamos e classificamos as *condições* em que se observaram a presença dos elementos anteriores, ou seja, as *variáveis determinantes* (fatores e categorias) com influência no processo de ascensão do bolsonarismo, assim como o *contexto* em que se operou a combinação entre os elementos constitutivos e tais condições, quais sejam: (i) o apelo à violência redentora; (ii) o racismo; (iii) a nostalgia restauradora do exclusivismo; (iv) a normalização da mediocridade, como reflexo da necessidade de se encontrar um líder carismático ou salvador da pátria à imagem e semelhança de uma maioria subletrada culturalmente e subincluída economicamente; em um contexto de (vi) sequestro das pautas dos movimentos sociais por movimentos protofascistas de extrema-direita; ladeado pelos fenômenos de (v) judicialização da política, politização da justiça e criminalização dos políticos; e pelo advento do (vii) tecnopopulismo, com o uso das TICs como estratégia política, por meio de uma poderosa máquina de produção intencional e de difusão, em escala industrial, de desinformação, discursos de ódio e da criação de realidades paralelas ou mundos alternativos

a serviço do pensamento de extrema direita, materializada em um verdadeiro ecossistema de desinformação.

Da análise dos distintos autores e das características por eles identificadas nas experiências autoritárias históricas, assim como do cotejo destas com as características por nós identificadas, analisadas e agrupadas como próprias do bolsonarismo (conforme a tipologia empregada), restou claro que não podemos classifica-lo como expressão do totalitarismo. Para isso faltou-lhe a intensa colonização da esfera da vida privada; a obliteração das instituições de Estado e substituição por suas duplicatas do movimento ou do partido; e o exercício do extermínio a partir da implantação do terror, todas caraterísticas essenciais para a concretização das aspirações de domínio total próprias das experiências totalitárias concretas.

De modo semelhante e ainda que possam pairar dúvidas ou uma certa confusão sobre se o bolsonarismo é o equivalente brasileiro do fascismo clássico ou autêntico, também entendemos não se tratar disso. A forma como as elites tradicionais e as forças políticas conservadoras brasileiras aceitaram transigir com o espectro mais radical do pensamento de direita em dadas ocasiões passadas e também no contexto presente – provavelmente, crendo na possibilidade de domesticação do líder carismático e consequente instrumentalização do poder para o atendimento de seus próprios interesses – foi muito semelhante ao ocorrido nas demais experiências autoritárias mundiais aqui relatadas. Faltou, às experiências autoritárias brasileiras, pretéritas e presente, porém, o nacionalismo exacerbado e o intento do imperialismo expansionista de conquista territorial (ou, como no dizer de Paxton, os "ideais de grandeza nacional e de expansionismo") ainda que se fizessem presentes diversos outros elementos do fascismo eterno, dentre eles o arbítrio, a censura e a violência.

Nesse mesmo sentido, também não podemos classificar o período de Bolsonaro no governo como uma ditadura. Como visto, as demais expressões pretéritas do autoritarismo brasileiro são mais bem compreendidas na condição de "ditaduras desenvolvimentistas nacional-populistas", ou seja, como expressões de regimes autocráticos tradicionais, seja na forma de ditaduras unipartidárias, seja na forma de ditaduras cívico-militares. Sob Bolsonaro na presidência da República, no entanto, não houve a supressão do Estado de Direito (com destituição do parlamento, supressão do sufrágio, censura institucionalizada, perseguição e eliminação física de inimigos internos) nem tampouco um nacionalismo exacerbado (ao contrário, como visto, foi um período de práticas entreguistas no que tange à política internacional), ainda que tenhamos identificado (e demonstrado) a adoção de diversas medidas

preparatórios que se constituíam em indícios quanto a esse intento, como demonstrado nos tópicos que integram o capítulo 5 desta tese.

O que nos parece mais adequado é situar o bolsonarismo, de um modo geral, no mesmo campo em que se situam as experiências recentes abrangidas pelo fenômeno dos retrocessos democráticos, nos termos em que mencionados por Przeworski (2020, pp. 12-13, 122 e 197) e demais autores abordados no tópico 5.1 desta tese. E, de modo especial, como uma espécie de autoritarismo típica do populismo radical de direita: uma manifestação, ainda em gestação, do *pós-fascismo*, conforme desenvolvido por Finchelstein (2020); ou do *fascismo* eterno, nos termos em que abordado por Eco (2018). Ou, a seguir a teoria do "ciclo de cinco estágios" de Paxton (2023), é como se o bolsonarismo tivesse chegado de modo antecipado ao poder (Estágio 3), por meio de distintos atalhos (os fatores presentemente analisados), antes que se houvessem preenchidas ou observadas todas as etapas ou características dos dois estágios anteriores, o do surgimento do movimento (Estágio 1) e de seu respectivo enraizamento (Estágio 2). Havendo "pulado etapas", careceu-lhe de fortaleza em seus alicerces para conseguir posicionar-se no Estágio 3 (o da chegada ao poder) para o seu efetivo exercício (Estágio 4) de uma forma a ganhar tração suficiente que lhe permitisse dar o derradeiro passo no sentido de sua radicalização (Estágio 5) e que viabilizasse sua permanência no poder, ainda que tentativas tenham sido engendradas nesse sentido.[260]

Sendo assim, a escalada do autoritarismo no Brasil dos anos 2000, refletida na assunção de Bolsonaro à presidência da República e na ascensão do bolsonarismo, a que nos propusemos analisar na presente tese, se assemelha a uma (re)escalada das experiências autoritárias nacionais pretéritas, porém, repaginada: se o bolsonarismo, enquanto movimento de massas, pode ser dito de novo tipo, o autoritarismo que lhe é característico, porém, nos remete a um *déjavu* de nosso passado histórico recente, pois reproduz ecos remixados da Ditadura Militar de 1964 que agora reverberam, 40 anos depois, pelas novas plataformas digitais do tecnopopulismo, cujas ferramentas foram tão bem apropriadas pelas forças de extrema-direita e vem sendo por elas empregadas na promoção da desinformação. Trata-se, ao nosso ver, de um verdadeiro protofascismo: incompleto, porém, nem por isso, menos perigoso. Ele reúne vários dos elementos do fascismo eterno ou pós-fascismo, mas, carece de outros tantos.

Sua exortação ("Deus, Pátria, Família e Liberdade"), que possui ares de infalibilidade, serviu mais ao propósito de escamotear os seus verdadeiros impulsos, propósitos e intentos

[260] Aliás, a tentativa de equipará-lo com o petismo, como duas faces da mesma moeda, à direita e à esquerda, é uma falsa equivalência: nunca se viu um petista soltando bomba ou matando em nome de Lula, como se viu, em nome de Bolsonaro, só para citar um exemplo.

autoritários do que para reproduzir os princípios e valores que encerram em si. Trata-se, enfim, de uma manifestação genuína do autoritarismo contemporâneo, sobre a qual acreditamos ter lançado uma importante análise sob o prisma aqui delimitado e que, esperamos, possa contribuir com o debate futuro sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alan. *Os Kids Pretos*. Revista Piauí, São Paulo, ed. nº 201, junho de 2023.

ABREU, Leonardo Lani; ARAÚJO, Marcos Vinícius Silva de. *O Brasil míope:* as jornadas de junho e a crise da racionalidade. Revista Princípios, nº 167, mai/ago 2023. pp. 39-57.

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Bolsonarismo e Educação:* quando a meta é desconstruir uma política pública. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (orgs.). *Governo Bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política. 1. ed. [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. pp. 279-297.

ALBRIGHT, Madeleine. *Fascismo:* um alerta. [livro eletrônico]. trad. Jaime Biaggio. São Paulo: Planeta. 2018.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural.* [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ALTMAN, Breno. *Ninho de serpente está nos quartéis.* Folha de São On-line, 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/01/ninho-de-serpentes-esta-nos-quarteis.shtml. Acesso em: 27nov2024.

ALTMAN, Breno. *Contra o sionismo:* retrato de uma doutrina colonial e racista. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2023.

ARAÚJO, Artur; MARINGONI. Gilberto. *O lumpesinato no poder*. Le Monde Diplomatique Brasil, edição especial de 10abr2019. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-lumpesinato-no-poder/. Acesso em: 30mai2022.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo:* antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. [livro eletrônico]. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

AUDI, Amanda; DEMORI, Leandro. *‘400K’:* Deltan Dallagnol usou fama da Lava Jato para lucrar com palestras e livros. The Intercept Brasil, 2019. Disponivel em: https://www.intercept.com.br/2019/07/14/dallagnol-lavajato-palestras/. Acesso em: 8jan2025.

AVRITZER, Leonardo. *Democracia e degradação institucional*. Le Monde Diplomatique Brasil, nº 159. 2020a. Disponível em: https://diplomatique.org.br/democracia-e-degradacao-institucional/. Acesso em: 30mai2022.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (orgs.). *Governo Bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política. 1. ed. [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

AVRITZER, Leonardo. *O governo Bolsonaro e a direita brasileira*. Le Monde Diplomatique Brasil, nº 174. 2022. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-governo-bolsonaro-e-a-direita-brasileira/. Acesso em: 30mai2022.

AVRITZER, Leonardo. *Política e antipolítica:* a crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020b.

AZEVEDO, Reinaldo. *O silêncio terrorista de Bolsonaro e cana para os financiadores da desordem.* Universo On-Line [portal de notícias], 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2022/12/26/o-silencio-terrorista-de-bolsonaro-e-cana-para-os-financiadores-da-desordem.htm. Acesso em: 21nov2024.

BARBIERI, Luiz Felipe; FALCÃO, Márcio. *Em depoimento ao STF, servidor diz que PRF determinou abordagens nas eleições:* 'Está na hora de tomar um lado'. G1 [portal de notícias], 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/19/em-depoimento-ao-stf-servidor-diz-que-diretoria-da-prf-pediu-abordagens-nas-eleicoes-de-2022-esta-na-hora-de-tomar-um-lado.ghtml. Acesso em: 19mai2025.

BARBOSA, Nelson. *Bode, jabuti e cavalo de tróia.* Folha de São Paulo On-Line, 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelson-barbosa/2019/03/bode-jabuti-e-cavalo-de-troia.shtml. Acesso em: 8jan2025.

BBC NEWS BRASIL. *Como era plano de militares para dar golpe e matar Lula, Alckmin e Moraes, segundo a PF.* BBC News Brasil [portal de notícias], 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3e82950lleo. Acesso em: 20nov2024.

BBC NEWS BRASIL. *Por que Alexandre de Moraes determinou prisão do general Braga Netto.* BBC News Brasil [portal de notícias], 2024a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj4920d55wzo. Acesso em: 31dez2024.

BBC NEWS BRASIL. *Primeiras medidas de Trump e o plano prioritário anunciado na posse*. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5y7g25yljyo, Acesso em: 22jan2025

BELÉM LOPES, Dawisson. *Dois anos de uma política externa rudimentar.* In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (orgs.). *Governo Bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política. 1. ed. [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. pp. 249-262.

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. *Direito e relações raciais*: uma introdução crítica ao racismo. Dissertação (Mestrado em Direito). Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

BOFF, Leonardo. *A teologia do domínio.* Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-teologia-do-dominio-2/. Acesso em: 02jan2025.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Coimbra: Edições 70, 2021.

BOYM, Svetlana. *Mal-estar na nostalgia*. Revista História da Historiografia, v. 10, nº 23, abr. 2017. pp. 153-165.

BRASIL. Polícia Federal. Relatório nº 4546344/2024. Registro Especial nº 2023.00050897-CGCINT/DIP/PF (Inquérito Policial nº 2021.0044972). Processo Judicial nº: Pet. 12.100/DF - INQ nº 4.874-DF. 2024.

BRUM, Eliane. *O homem mediano assume o poder.* Jornal El País, ed. de 4jan2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html?id_externo_rsoc=whatsapp. Acesso em: 30mai2022.

CAFÉ DA MANHÃ. Episódio: *O discurso religioso na política brasileira*. Spotify, 2024. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/4lluMZRM7hlPvjmDJkI8ES?si=D3K6zf8YR0KTwmoOMJm6qw&nd=1&dlsi=793e9ed2747b4df4&flow_ctx=6d98ecab-bc1b-4c7f-b5f8-a280b4b28213%3A1735876044#login. Acesso em: 2jan2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Deputado Daniel Silveira é preso por ordem do ministro Alexandre de Moraes.* 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/728380-deputado-daniel-silveira-e-preso-por-ordem-do-ministro-alexandre-de-moraes/. Acesso em: 28nov2024.

CAMPOS, Luiz Augusto. "Um só povo, uma só raça": a questão racial nos dois primeiros anos de Bolsonaro. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (orgs.). *Governo Bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política. 1. ed. [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. pp. 397-411.

CAMPOS MELLO, Patrícia. *A máquina do ódio:* notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital. [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

CARTA CAPITAL. *Ex-aliada de Bolsonaro, Sara Winter afirma que Planalto orientava ataques ao STF. 2021.* Disponível em https://www.cartacapital.com.br/politica/ex-aliada-de-bolsonaro-sara-winter-afirma-que-planalto-orientava-ataques-ao-stf/. Acesso em: 28nov2024.

CARTA CAPITAL. *Entenda a disputa entre o Rumble e Alexandre de Moraes nos EUA.* 2025. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/entenda-a-disputa-entre-o-rumble-e-alexandre-de-moraes-nos-eua/. Acesso em: 27fev2025.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.* Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura:* a crise da democracia liberal [livro eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Antonio Carlos de Almeida. *Sérgio Moro chega, enfim, ao Supremo:* como investigado. Poder 360, 2024. Disponível em: https://www.poder360.com.br/opiniao/sergio-moro-chega-enfim-ao-supremo-como-investigado/. Acesso em: 26janeiro2024.

CHASIN, Ana Carolina. *Considerações sobre o Direito na Sociologia de Pierre Bourdieu.* In: SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. Manual de sociologia jurídica. [livro eletrônico]. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. pp. 126-144.

CONGRESSO EM FOCO. Repórter é ameaçado de morte após revelar esquema de fake news pro-Bolsonaro. Congresso em Foco, 2022. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/reporter-e-ameacado-de-morte-apos-revelar-esquema-de-fake-news-pro-bolsonaro/. Acesso em: 30mai2022.

COSTA, Ana Clara. *A teia do golpe de 8 de janeiro*. Revista Piauí, São Paulo, ed. nº 201, junho de 2023.

CRESCER. Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida. *Revista Crescer*. 2015. Disponível em: https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida.html. Acesso em: 26set2023.

DWECK, Esther. *A agenda neoliberal em marcha forçada.* In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (orgs.). *Governo bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política. 1. ed. [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. pp. 263-278.

DUARTE, Evandro C. Piza; QUEIROZ, Marcos V. L.; ZACARIAS, Leyse. *O diálogo entre a Teoria Crítica da Raça e a Teoria Crítica do Direito*. Pensilvânia/Bogotá: 2023 (não publicado).

ECO, Umberto. *O fascismo eterno* [livro eletrônico]. trad. Eliana Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo:* a revolta contra a democracia liberal. [livro eletrônico]. trad. Alessandra Bonrruquer. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

DA EMPOLI, Giulliano. *Os Engenheiros do Caos* [livro eletrônico]. São Paulo: Vestígio, 2019.

EMÍLIO, Paulo. *O exército é incompetente ou cúmplice ao não identificar terroristas acampados em frente aos seus quartéis, diz Nassif.* Brasil 247 [portal de notícias], 2022. Disponível em: https://www.brasil247.com/midia/exercito-e-incompetente-ou-cumplice-ao-nao-identificar-terroristas-acampados-em-frente-a-seus-quarteis-diz-nassif. Acesso em: 31dez2022

EXPRESSO COM MANÚ. *Bolsonarismo e religião.* Entrevistado: João Cezar de Castro Rocha. Entrevistador: Manuela D'Ávila. Rio de Janeiro: Opera Mundi, 4 de março de 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/live/4C45v-bYKMU. Acesso em: 30dez2024.

EXTRA. *Jair Bolsonaro repete insultos a deputada Mari do Rosário: "Só não te estupro porque você não merece".* 2014. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/brasil/jair-bolsonaro-repete-insulto-deputada-maria-do-rosario-so-nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-14781338.html. Acesso em: 23 set. 2023.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. *PGR denuncia ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado; Mauro Cid e Braga Netto também foram denunciados. Portal G1, 2025.* Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/18/pgr-denuncia-ex-presidente-jair-bolsonaro-por-tentativa-de-golpe-de-estado.ghtml. Acesso em: 20fev2025.

FERREIRA, Karina. *Imagens religiosas de ato bolsonarista feitas por IA são 'fantasia autoritária', diz especialista. O Estado de São Paulo On-Line, 2024.* Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/imagens-religiosas-feitas-geradas-inteligencia-artificial-

ia-fantasia-autoritaria-antiga-diz-eugenio-bucci-usp-professor-pesquisador-comunicacao-nprp/?srsltid=AfmBOopX8DQZmKgpaaW6uL8yx4g-O0sehsWwIwYJpE17JynVxXZ0p26j. Acesso em: 8jan2025.

FERRAZ, Ricardo. *Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo*. Veja On-line, 2022. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo. Acesso em: 29dez2024.

FILHO, João. *Famílias Bolsonaro e Brazão têm muito em comum:* ligação com a milícia e terrenos na zona oeste do Rio. The Intercept Brasil, 2024. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2024/03/23/familias-bolsonaro-e-brazao-tem-muito-em-comum-ligacao-com-a-milicia-e-terrenos-na-zona-oeste-do-rio/. Acesso em: 24mar2024.

FILHO, João. *Golpismo nas forças armadas é regra, não exceção.* The Intercept Brasil, 2024. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2024/11/30/golpismo-nas-forcas-armadas-e-regra-nao-excecao. Acesso em: 30nov2024.

FINCHELSTEIN, Federico. *Uma breve história das mentiras fascistas.* [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2020.

FISHMAN, Andrew; VIANA, Natalia; SALEH, Maryam. *'EUA estão com faca e queijo na mão':* Lava Jato fez de tudo para ajudar justiça americana - inclusive driblar governo brasileiro. The Intercept Brasil, 2020. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2020/03/12/lava-jato-driblou-governo-ajudar-americanos-doj/. Acesso em: 8jan2025.

FRANCO, Bernardo Mello. *Posse do novo chanceler foi o samba do diplomata doido.* O Globo On-Line, 2019. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/posse-do-novo-chanceler-foi-o-samba-do-diplomata-doido.html. Acesso em: 8jan2025.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 1. ed. [livro eletrônico]. São Paulo: Global Editora, 2019.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia.* Trad. de Marilene Carone. Revista Novos Estudos, n. 32, p. 128-142, mar. 1992.

FONSECA, Márcio Alves. *O direito nos jogos entre a lei e a norma.* In: SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. Manual de sociologia jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. pp. 147 a 174.

G1, PORTAL DE NOTÍCIAS. *'Acabou, porra!', diz Bolsonaro sobre ordem do STF para operação policial contra aliados.* 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/28/acabou-porra-diz-bolsonaro-sobre-ordem-do-stf-para-operacao-policial-contra-aliados.ghtml. Acesso em: 31dez2022.

G1, PORTAL DE NOTÍCIAS. *Ex-policial penal é condenado a 20 anos de prisão pelo assassinato de tesoureiro do PT no Paraná.* 2025a. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2025/02/13/sentenca-juri-jorge-guaranho-curitiba-morte-marcelo-arruda.ghtml. Acesso em: 20fev2025.

G1, PORTAL DE NOTÍCIAS. *Manifestantes fazem ato a favor de Bolsonaro no 7 de setembro.* 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/manifestantes-fazem-atos-a-favor-de-bolsonaro-no-7-de-setembro.ghtml. Acesso em: 28nov2024.

G1, PORTAL DE NOTÍCIAS. V*enda das joias, Bolsonaro golpista, dinheiro em caixa de vinho: os principais pontos da delação de Mauro Cid.* 2025b. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/19/venda-das-joias-bolsonaro-golpista-dinheiro-em-caixa-de-vinho-os-principais-pontos-da-delacao-de-mauro-cid.ghtml. Acesso em: 20fev2025.

GALF, Roberta. *O que foi o 7 de setembro bolsonarista? Cientistas políticos apontam intenções do ato e suas consequências.* Folha de São Paulo On-line, 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/o-que-foi-o-7-de-setembro-bolsonarista-cientistas-politicos-apontam-intencoes-do-ato-e-suas-consequencias.shtml. Acesso em: 28nov2024.

GARBIN, Luciana. *Ela se infiltra em grupos nas redes e alerta:* 'Estão ensinando os nossos filhos a odiar – e a se odiar'. O Estado de São Paulo On-Line, 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/ela-se-infiltra-em-grupos-nas-redes-e-alerta-estao-ensinando-nossos-filhos-a-odiar-e-a-se-odiar/. Acesso em: 15abr2025.

GIROUX, Henry Armando; FIGUEIREDO, Gustavo de Oliveira. *A normalização do discurso autoritário e da linguagem de violência*. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 2023.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Laurentino. *1808:* como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Globo, 2014.

GONÇALVES, Eduardo. *Chefes das Forças Armadas pedem demissão em conjunto.* Revista Veja On-Line, 2021. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/chefe-das-forcas-armadas-serao-substituidos. Acesso em 28nov2024.

GUERRA, Maria de Fátima Lage; CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. *Reformas trabalhista e previdenciária:* o desmonte da regulação as relações de trabalho e das seguridade social. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (orgs.). *Governo Bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política. 1. ed. [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. pp. 335-349.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens:* uma breve história da humanidade. Trad. Janaína Marcoantonio. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HOCHSTETLER, Kathryn Hochstetler. O meio ambiente no governo Bolsonaro. *In.*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (orgs.). *Governo Bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política. 1. ed. [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. pp. 298-315.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem.* Trad. Renato Aguiar. 1. ed. Rio de janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Daniela. *Ex-delator acusa Moro no STF de usá-lo para investigar desembargadores, juízes e ministros do STJ.* Portal G1 de Notícias, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/blog/daniela-lima/post/2023/09/28/ex-delator-acusa-moro-no-stf-de-usa-lo-para-investigar-desembargadores-juizes-e-ministros-do-stj.ghtml. Acesso em: 29set2023.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias:* dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

MARINGONI, Gilberto. *Chegou a hora de uma ação definitiva contra o terror?* Diário do Centro do Mundo [portal de notícias], 2023. Disponível em: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/chegou-a-hora-de-uma-acao-definitiva-contra-o-terror-por-gilberto-maringoni/. Acesso em: 28nov2024.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica:* biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. [livro eletrônico]. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELO, Marcus André; PEREIRA, Carlos. *Por que a democracia brasileira não morreu?* [livro eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

MIOLA, Jeferson. *Lula, a questão militar e as medidas urgentes e necessárias.* Viomundo [portal de notícias], 2023. Disponível em:https://www.viomundo.com.br/politica/jeferson-miola-lula-a-questao-militar-e-medidas-urgentes.html. Acesso em: 27nov2024.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia:* por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNIZ, Mariana. *Juíza dos Estados Unidos diz que pedido de Rumble para descumprir decisões de Moras não é cabível e nega liminar.* O Globo On-line, 2025. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/25/juiza-dos-eua-diz-que-pedido-da-rumble-para-descumprir-decisoes-de-moraes-nao-e-cabivel-e-nega-liminar.ghtml. Acesso em: 27fev2025.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Dino afirma que segurança da posse de Lula será reavaliada após bomba em Brasília.* São Paulo, 2022a, Disponível em:https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/12/25/dino-afirma-que-seguranca-da-posse-de-lula-sera-reavaliada-apos-bomba-em-brasilia.htm. Acesso em: 27nov2024.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Entenda a crise humanitária na Terra Indígena Yanomami.* São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/crise-humanitaria-terra-indigena-yanomami/?srsltid=AfmBOorxpw8-OGpbmzwt1rV2ceINc364JTl1GkFcoUxirgAcW4fZSv-e. Acesso em: 30mar2025.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Os Inimigos do Estado.* Editorial da edição de 30nov2022. São Paulo, 2022b. Disponível em: https://www.estadao.com.br/opiniao/os-inimigos-do-

estado/?srsltid=AfmBOoo7daC1y9ZaVx52RnMefglzuFC3EybDYlwx2oeYITgU1OtYwFk8. Acesso em: 8jan2025.

OLIVEIRA, Luciano. *Manual de sociologia jurídica*. [livro eletrônico]. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de destruição em massa.* [livro eletrônico]. Trad. Rafael Abraham. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2021.

PAXTON, Robert. Anatomia do fascismo. [livro eletrônico]. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. *Brasil em transe:* nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PIRES, Breno. *O show de Jair*: como o PT enfrentou a milícia digital bolsonarista. Revista Piauí, São Paulo, nº 195, dezembro de 2022. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-show-de-jair/. Acesso em: 04dez2022.

PITTA, Iuri. *Tempus Veritatis:* a hora da verdade em tempos de pós-verdade. CNN On-Line [portal de notícias], 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/iuri-pitta/politica/tempus-veritatis-a-hora-da-verdade-em-tempos-de-pos-verdade/. Acesso em: 28fev2024.

PRUDENCIANO, Gregory. *Referência a Goebbels feita por Alvim repercute na imprensa internacional.* Portal Terra, 2020. Disponível em https://www.terra.com.br/diversao/referencia-a-goebbels-feita-por-alvim-repercute-na-imprensa-internacional,4bdc391ab65bacada378d051274dabf82jjtpazw.html. Acesso em: 24dez2024.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia.* [livro eletrônico]. Trad. de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. *O tribunal:* como o Supremo se uniu ante a ameaça autoritária [livro eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

REVISTA INCÊNDIO. *Fundo Amazônia auxilia estados e municípios no combate a incêndios.* Disponível em: https://revistaincendio.com.br/fundo-amazonia-auxilia-estados-e-municipios-no-combate-a-incendios/#:~:text=Criado%20em%202008%20por%20meio%20do%20Decreto,pontos%20do%20Brasil%20e%20em%20pa%C3%ADses%20tropicais. Acesso em: 31dez2024

RIBEIRO, Aline. *Arsenal do crime mais potente:* apreensão de fuzis cresce 50% em São Paulo e 16% no Rio de Janeiro. O Globo On-Line, 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/noticia/2022/10/arsenal-do-crime-esta-mais-potente-apos-flexibilizacao-no-acesso-a-armas-diz-levantamento-do-sou-da-paz.ghtml. Acesso em: 8jan2025.

RIBEIRO, Ludmila; OLIVEIRA, Valeria. *"Eu quero que o povo se arme":* a política de segurança pública de Bolsonaro. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA,

Marjorie. (orgs.). *Governo Bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política. 1. ed. [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. pp. 363-380.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Bolsonarismo:* da guerra cultural ao terrorismo doméstico. [livro eletrônico]: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; PROL, Flávio Marques. *Direito e luta de classes*. In: SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. Manual de sociologia jurídica. [livro eletrônico]. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. pp. 97-123.

ROSSI, Amanda; RODRIGUES, Lúcia Valentim. *Preparação para ato golpista teve mapa online e previu confronto violento.* Universo On-line [portal de notícias], 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/maa-online-onibus-brasilia-ato-golpista-8-janeiro-preparacao-confronto.htm. Acesso em: 28nov2024.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim.* [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

SAFATLE, Vladimir. *Usar a força contra a força.* Revista Cult, São Paulo, 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. *O ovo do golpe de 1964 gerou Jair, que se associou a um numeroso contingente das Forças Armadas para governar, manter privilégios e golpear a democracia…* São Paulo, 20 de novembro de 2024. Thread: @leosakamoto. Disponível em: https://www.threads.net/@leosakamoto/post/DCmtm4Rv5Kx?xmt=AQGznzxVMFdaX7s2a3na3Ji5-jGr2q1JXYrBeVmvGfFqw. Acesso em: 21nov2024.

SANCHES, Mariana. *Governo Trump acusa Brasil de censura e Itamaraty reage: 'distorcem decisões do STF'.* BBC News Brasil [portal de notícias], 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4g09n0plpmo. Acesso em: 27fev2025.

SÁTYRO, Natália. *Desigualdade:* crônica de uma morte trágica anunciada. In.: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (orgs.). *Governo Bolsonaro:* retrocesso democrático e degradação política. 1. ed. [livro eletrônico]. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. pp. 351-362.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro.* [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHREIBER, Mariana. *Bolsonaro furou teto de gastos em R$ 795 bilhões em 4 anos.* BBC News Brasil, 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63653642. Acesso em: 8dez2024.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. *Os movimentos sociais.* In.: TOMAZI, Nelson Dácio. Iniciação à sociologia. São Paulo: Atual, 2001. pp. 221-264.

SILVESTRE, Paulo. *Desculpe, Umberto Eco!* O Estado de São Paulo On-Line, 2020. Disponível em: https://brasil.estadao.com.br/blogs/macaco-eletrico/desculpe-umberto-eco/. Acesso em: 30mai2022.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Entenda passo a passo como foi o atentado na praça dos 3 Poderes. UOL [portal de notícias], 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/11/14/como-foi-explosoes-brasilia-plano-execucao.htm. Acesso em: 15nov2024.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil* [livro eletrônico]. São Paulo: Estação Brasil, 2021.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"* [livro eletrônico]. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.

THE INTERCEPT BRASIL. *As mensagens secretas da Lava Jato.* Disponível em: https://www.intercept.com.br/series/mensagens-lava-jato/. Acesso em: 29set2023.

TEÓFILO, Sarah; GONÇALVES, Eduardo. *Saiba quem são os kids pretos, alvos de operação da PF que apura plano para matar Lula, Alckmin e Moraes.* O Globo On-Line, 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/11/19/saiba-quem-sao-os-kids-pretos-alvos-de-operacao-da-pf-que-apura-plano-para-matar-lula-alckmin-e-moraes-em-2022.ghtml. Acesso em: 19nov2024.

TOMAZ Jr, Rogério. *Dos 20 maiores anunciantes da Meta (Facebook e Instagram) no Brasil, com dados dos últimos 90 dias, 3 são páginas da extrema-direita etc…* São Paulo, 21 de setembro de 2023. X: @rogeriotomazjr. Disponível em: https://x.com/rogeriotomazjr/status/1704833508881956865?mx=2. Acesso em: 8jan2025.

UOL. *Metade do patrimônio do clã Bolsonaro foi comprada em dinheiro vivo*. UOL Notícias, 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/30/patrimonio-familia-jair-bolsonaro-dinheiro-vivo.htm. Acesso em: 19jun2024.

UOL. Finlândia sugere que UE pare de importar carne brasileira. UOL Notícias, 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2019/08/23/finlandia-sugere-que-ue-pare-de-importar-carne-brasileira.htm#:~:text=Pa%C3%ADs%20que%20det%C3%A9m%20a%20presid%C3%AAncia%20rotativa%20da,Mercosul.O%20governo%20da%20Finl%C3%A2ndia%2C%20que%20no%20mome. Acesso em: 31dez2024.

VEJA. *Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica*. 2017. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica. Acesso em: 26set2023.

VEJA. *Umidade e fumaça:* entenda como o dia virou noite em São Paulo. 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/umidade-e-fumaca-entenda-como-o-dia-virou-noite-em-sao-paulo/. Acesso em: 31dez2024.